



resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 94, 1º semestre de 2004

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 94, 1º semestre de 2004

Ano 31, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)
Embaixadora Maria Elisa Berenguer

Chefe do Centro de Documentação (CDO)
Secretário Eduardo Pereira e Ferreira

Padronização
Oficial de Chancelaria Daniel Guillarducci

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:
Centro de Documentação (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 3º andar
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 411-6965, (61) 411-6966, fax: (61) 411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) – .– Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 – .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

Prêmio da Universidade de Notre Dame

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio da Universidade de Notre Dame, no Palácio Itamaraty, em 5 de janeiro de 2004 21

Grupo do Rio

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão ao Brasil da Secretaria Pro-Tempore do Grupo do Rio, em Brasília, em 8 de janeiro de 2004 23

Cúpula Extraordinária das Américas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da II Sessão de Trabalho “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, México, em 13 de janeiro de 2004 25

Visita do Presidente da República à Índia

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia Oficial de chegada à Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 29

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil-Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 29

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no banquete oferecido pelo Presidente da Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 31

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças empresariais indianas, em Nova Delhi, em 27 de janeiro de 2004 34

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades”, em Nova Delhi, em 27 de janeiro de 2004 37

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema “Atuais Desafios para o Multilateralismo e as Nações Unidas”, pronunciada pelo Secretário de Planejamento Diplomático, Embaixador Antônio Patriota, na XV Conferência Asiática de Segurança, em Nova Delhi, em 28 de janeiro de 2004 40

Visita do Presidente da República a Genebra

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil, em Genebra, em 29 de janeiro de 2004 47

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Conferência de Imprensa sobre o Fundo Mundial de Combate à Pobreza, após encontro com o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, o Presidente da França, Jacques Chirac, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em Genebra, em 30 de janeiro de 2004 49

XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA

Discurso do Co-Presidente brasileiro, Embaixador Adhemar Bahadrian, na sessão inaugural da XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, em Puebla, México, em 3 de fevereiro de 2004 53

Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países-Membros do Banco Mundial

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países-Membros do Banco Mundial, por meio de videoconferência, no Palácio do Planalto, em 16 de fevereiro de 2004 55

Visita ao Brasil do Presidente do Líbano

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao Presidente do Líbano, Emile Lahoud, no Palácio Itamaraty, em 17 de fevereiro de 2004 59

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal

Palavras do Subsecretário-Geral da América do Sul, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, e do Co-Presidente do processo negociador da ALCA, Embaixador Adhemar Bahadrian, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, em 18 de fevereiro de 2004 61

7ª Cimeira Brasil-Portugal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa sobre a reunião de Cúpula da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, no Palácio Itamaraty, em 8 de março de 2004 69

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, no Palácio Itamaraty, em 8 de março de 2004 70

Aula Magna na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aula Magna do Ano Letivo de 2004 proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Auditório do Centro de Tecnologia – Ilha do Fundão, em 12 de março de 2004 73

London School of Economics

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, proferida na London School of Economics, em Londres, em 17 de março de 2004 79

Sessão Especial do Comitê de Agricultura da OMC

Intervenção do Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, em nome do G-20, na sessão especial do Comitê de Agricultura da OMC, em Genebra, em 26 de março de 2004 85

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 6 de abril de 2004 87

Formatura da turma “Vinícius de Moraes”

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Vinícius de Moraes”, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 2004 95

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Vinícius de Moraes”, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 2004 98

Palestra na Federação das Indústrias de Minas Gerais

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Federação das Indústrias de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 4 de maio de 2004 103

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 2004 109

Visita do Presidente da República à China

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em rede de rádio e TV, em Brasília, em 20 de maio de 2004 113

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do escritório da PETROBRAS em Pequim, em 23 de maio de 2004 115

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI”, em Pequim, em 24 de maio de 2004 115

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do Núcleo de Cultura Brasileira da Universidade de Pequim, em 25 de maio de 2004 118

Conferência do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, intitulada “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira”, na Universidade de Pequim, em 25 de maio de 2004 119

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza, em Xangai, em 26 de maio de 2004 125

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: uma Parceria de Sucesso”, em Xangai, em 26 de maio de 2004 128

Promoção da Igualdade Racial

Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, no Fórum Intergovernamental da Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, em 27 de maio de 2004 133

III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Trabalho sobre Multilateralismo – III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Guadalajara, México, em 28 de maio de 2004 135

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Trabalho sobre Coesão Social – III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Guadalajara, México, em 28 de maio de 2004 136

Missão de paz no Haiti

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti, na Base Aérea de Brasília, em 31 de maio de 2004 139

Reunião do G-90

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na reunião do G-90, em Georgetown, Guiana, em 3 de junho de 2004 141

34ª Assembléia Geral da OEA

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da 34ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos – “Desenvolvimento Social e Democracia Frente à Incidência da Corrupção”, em Quito, em 7 de junho de 2004 145

Reunião Ministerial do G-77 e China

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G-77 e China, em São Paulo, em 11 de junho de 2004 147

Reunião Ministerial do G-20

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G-20, em São Paulo, em 12 de junho de 2004 151

Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), em São Paulo, em 13 de junho de 2004 153

XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, em São Paulo, em 14 de junho de 2004 157

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da Sessão Plenária da XI UNCTAD, em São Paulo, em 14 de junho de 2004 159

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de debate da XI UNCTAD – “A nova geografia do comércio: cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente”, em São Paulo, em 14 de junho de 2004 161

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD, em São Paulo, em 15 de junho de 2004 162

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD, em São Paulo, em 15 de junho de 2004 (parte II) 166

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da mesa-redonda de alto nível sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento, em São Paulo, em 15 de junho de 2004 169

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de lançamento da III Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), em São Paulo, em 16 de junho de 2004 173

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Encerramento da XI UNCTAD, em São Paulo, em 18 de junho de 2004 175

Discurso do Secretário-Geral da UNCTAD, Embaixador Rubens Ricupero, por ocasião da Cerimônia de Encerramento da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo, em 18 de junho de 2004 176

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Tailândia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra, em Brasília, em 16 de junho de 2004 181

Fórum de Negócios Brasil-Colômbia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil-Colômbia, em São Paulo, em 22 de junho de 2004 183

Encontro de alto nível com investidores estrangeiros

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros, em Nova York, em 23 de junho de 2003 187

Seminário “Brazil Meets Markets”

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seminário “Brazil Meets Markets”, em Nova York, em 23 de junho de 2004 191

“Global Compact Leaders Summit”

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do “Global Compact Leaders Summit”, em Nova York, em 24 de junho de 2004 197

Fórum Cultural Mundial – Brasil 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Fórum Cultural Mundial – Brasil 2004, em São Paulo, em 29 de junho de 2004 203

Abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, em 29 de junho de 2004 207

ACORDOS

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia 211

Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a República da Índia 214

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação 218

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos	220
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	223
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres	232
Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública	233
Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial	239
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	243
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral para Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares	249
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	251
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	
Comunicado à imprensa a respeito da transmissão da Secretaria Pro-Tempore do Grupo do Rio (07.01.2004)	253
Comunicado à imprensa a respeito de controle de entrada de cidadãos brasileiros nos EUA e de norte-americanos no Brasil (07.01.2004)	253
Comunicado à imprensa a respeito do encontro dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru (08.01.2004)	254
Controle de ingresso de estrangeiros no território nacional – Portaria Interministerial (10.01.2004)	254
Comunicado à imprensa a respeito do encontro entre o Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente do Paquistão, à margem da XII Cúpula da SAARC (13.01.2004)	255
Comunicado à imprensa: EUA descumprem determinação da OMC sobre a Emenda Byrd – Reação Brasileira (15.01.2004)	255

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Comissário de Relações Exteriores da União Européia, Christopher Patten (16.01.2004)	257
Comunicado à imprensa a respeito de Missão empresarial brasileira ao Sri Lanka (19.01.2004)	257
Comunicado do G-20 (19.01.2004)	258
Comunicado do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti (20.01.2004)	258
Comunicado à imprensa a respeito de licenças não-automáticas para a importação de produtos têxteis pela Argentina (23.01.2004)	258
Declaração dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Jacques Chirac e Ricardo Lagos e do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan – Ação contra a fome e a pobreza (30.01.2004)	259
Comunicado à imprensa a respeito de reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina – Têxteis (30.01.2004)	261
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Dominique de Villepin (02.02.2004)	261
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Secretário-Geral da OEA, Cesar Gaviria (05.02.2004)	261
Comunicado à imprensa a respeito da Sétima Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (06.02.2004)	262
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim ao Peru (09.02.2004)	262
Comunicado à imprensa a respeito da Promulgação do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL (10.02.2004)	263
Comunicado à imprensa a respeito da instalação da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Humanitário no Brasil (11.02.2004)	263
Comunicado conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru (11.02.2004)	264
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia (12.02.2004)	266
Comunicado à imprensa a respeito de reunião de Representantes dos Governos do Brasil, da Índia e da África do Sul (12.02.2004)	266

Comunicado à imprensa a respeito do regresso ao Brasil do menor Iruan Erqui Wu (12.02.2004)	267
Comunicado do Grupo do Rio – Apoio ao Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo (12.02.2004)	267
Comunicado à imprensa a respeito da visita Oficial ao Brasil do Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud (13.02.2004)	267
Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Chanceler de Timor Leste, José Ramos-Horta (13.02.2004)	267
Comunicado à imprensa a respeito de encontro dos Pontos Focais do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS (13.02.2004)	268
Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas da República Portuguesa (13.02.2004)	268
Comunicado à imprensa a respeito do Acordo entre Brasil e Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios (13.02.2004)	270
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro da Rússia, Boris Alioshin – III Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação (17.02.2004)	271
Comunicado à imprensa a respeito da IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-EUA (18.02.2005)	271
Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor Leste (18.02.2004)	272
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud (20.02.2004)	275
Comunicado à imprensa a respeito de mensagem do Governo brasileiro sobre terremoto no Marrocos (25.02.2004)	277
Comunicado do Grupo do Rio sobre a Situação no Haiti (25.02.2004)	277
Comunicado à imprensa a respeito de evacuação de cidadãos brasileiros no Haiti (26.02.2004)	277
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (26.02.2004)	278
Comunicado à imprensa a respeito da Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Phil Goff, ao Brasil (27.02.2004)	278

Comunicado à imprensa a respeito da situação no Haiti (29.02.2004)	279
Comunicado à imprensa a respeito das viagens do Ministro das Relações Exteriores à Argentina e à Índia (02.03.2004)	279
Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial MERCOSUL-Chile-Comunidade Andina (02.03.2004)	279
Comunicado à imprensa a respeito de doação de medicamentos ao Marrocos (04.03.2004)	280
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, no âmbito da VII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (05.03.2004)	280
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (05.03.2004)	280
Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a São Paulo para a Cerimônia de Assinatura do Acordo de Sede da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (08.03.2004)	281
Comunicado à imprensa a respeito da situação no Saara Ocidental (08.03.2004)	281
Mensagem do Ministro das Relações Exteriores por ocasião do Dia Internacional da Mulher (08.03.2004)	281
Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa por ocasião da VII Cimeira Brasil-Portugal (08.03.2004)	281
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Chanceler da Colômbia, Carolina Barco (09.03.2004)	287
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Secretário-Geral da Comunidade Andina, Embaixador Allan Wagner Tizón (10.03.2004)	288
Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia (10.03.2004)	288
Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Presidente da República por ocasião dos atentados em Madri (11.03.2004)	289
Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Ministro das Relações Exteriores por ocasião dos atentados em Madri (11.03.2004)	290
Comunicado do Grupo do Rio sobre atentados terroristas em Madri (12.03.2004)	290

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (15.03.2004)	290
Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Londres (16.03.2004)	291
Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Presidente da República ao Presidente José María Aznar e ao Deputado José Luis Zapatero (16.03.2004)	291
Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade (16.03.2004)	292
Comunicado à imprensa com declaração de apoio à “política de uma-só-China” (16.03.2004)	292
Ata de Copacabana (16.03.2004)	292
Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim à Turquia (18.03.2004)	294
Comunicado à imprensa a respeito do assassinato do líder espiritual do Hamas (22.03.2004)	295
Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Japão do Ministro Celso Amorim (23.03.2004)	295
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Presidente da Irlanda, Mary McAleese (24.03.2004)	296
Comunicado à imprensa a respeito do lançamento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (24.03.2004)	296
Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Japão do Ministro Celso Amorim – Comunicado Conjunto de Imprensa (25.03.2004)	296
Comunicado do Grupo do Rio sobre o assassinato do Xequê Ahmed Yassin (25.03.2004)	298
Comunicado à imprensa a respeito de reunião do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e 5º Foro Global de Ministros de Meio Ambiente em Jeju, Coréia do Sul (26.03.2004)	299
Comunicado à imprensa a respeito da Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Operti (30.03.2004)	300
Comunicado à imprensa a respeito de certificação da soja brasileira pela China (30.03.2004)	300
Comunicado à imprensa a respeito do programa nuclear brasileiro (05.04.2004)	301

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Bolívia (06.04.2004)	301
Comunicado Conjunto Brasil-Bolívia – Visita do Chanceler Juan Ignacio Siles e do Ministro Antonio Aranibar (07.04.2004)	302
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos (08.04.2004)	303
Comunicado à imprensa a respeito da visita a Brasília do Secretário das Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez (08.04.2004)	303
Comunicado à imprensa a respeito do encontro de fronteira (Jaguarão e Rio Branco) dos Chanceleres Celso Amorim e Didier Operti (08.04.2004)	304
Comunicado à imprensa a respeito das eleições na Guiné-Bissau (08.04.2004)	304
Comunicado à imprensa a respeito do Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL-CAN (08.04.2004)	305
Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Marrocos (13.04.2004)	305
Comunicado conjunto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Secretário das Relações Exteriores do México (13.04.2004)	307
Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do Embaixador João Augusto de Médicis, Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (14.04.2004)	311
Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião do encontro dos Chanceleres Celso Amorim e Didier Operti na fronteira Brasil-Uruguaí (14.04.2004)	311
Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Hui Liangyu (16.04.2004)	313
Comunicado à imprensa com texto da intervenção da Delegação do Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas a respeito de projetos de resolução sobre a situação dos direitos humanos em países específicos (16.04.2005)	314
Comunicado à imprensa a respeito da designação de Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio (16.04.2004)	314

Comunicado à imprensa a respeito de declaração de voto proferida pelo Brasil, Argentina e Paraguai na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a respeito de Projeto de Resolução sobre a situação dos Direitos Humanos em Cuba (16.04.2004)	314
Comunicado à imprensa a respeito da participação do MERCOSUL na feira Seoul Food 2004 (19.04.2004)	315
Comunicado à imprensa a respeito da Visita do Ministro Celso Amorim à Guatemala e reunião com o Sistema de Integração Centro-Americana (20.04.2004)	315
Comunicado Conjunto dos Chanceleres do Brasil e da Guatemala (22.04.2004)	316
Comunicado à imprensa a respeito da XII Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-12) (23.04.2004)	317
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (23.04.2004)	318
Comunicado conjunto da reunião entre os Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Países-Membros do Sistema da Integração Centro-Americana (23.04.2004)	319
Comunicado à imprensa a respeito da visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Francofonia do Gabão, Jean Ping (26.04.2004)	321
Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (26.04.2004) ...	322
Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Londres (29.04.2004)	323
Comunicado à imprensa a respeito da posse da Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga (04.05.2004)	323
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Vice-Presidente da República do Equador, Alfredo Palacio (05.05.2004)	324
Comunicado à imprensa a respeito da conclusão de Acordo Aéreo Brasil-Índia (05.05.2004)	324
Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim ao Cairo (06.05.2004)	324
Comunicado à imprensa a respeito da Primeira Mostra Institucional do MERCOSUL (07.05.2004) ..	325
Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Paris (12.05.2004)	325

Comunicado à imprensa a respeito da abertura de Escritório de Representação em Ramalá (14.05.2004)	325
Comunicado à imprensa a respeito de violência na Faixa de Gaza (18.05.2004)	325
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (20.05.2004)	326
Comunicado à imprensa a respeito da violência na Faixa de Gaza (21.05.2004)	326
Comunicado à imprensa a respeito do Dia Internacional sobre a Diversidade Biológica (21.05.2004)	326
Comunicado à imprensa a respeito do Seminário Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia na área de Mudança do Clima (24.05.2004)	327
Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (24.05.2004)	328
Comunicado à imprensa a respeito de Resolução da Liga Árabe sobre a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes (24.05.2004)	331
Comunicado à imprensa a respeito das inundações no Haiti e na República Dominicana (28.05.2004) ..	331
Comunicado à imprensa a respeito do Imposto de Equalização do Estado da Flórida sobre o Suco de Laranja (28.05.2004)	331
Comunicado de Imprensa do G-20 (Genebra, 28.05.2004)	331
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim à Guiana (01.06.2004)	332
Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (01.06.2004)	333
Comunicado à imprensa a respeito de workshop MRE-UNODC sobre as Convenções das Nações Unidas contra o Crime Organizado, a Corrupção e o Terrorismo (03.06.2004)	333
Comunicado à imprensa a respeito da participação do Ministro Celso Amorim na 34ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (05.06.2004)	334
Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do ex-Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan – Mensagens de condolências do Governo brasileiro (08.06.2004)	334
Comunicado à imprensa a respeito de Reunião Ministerial do G-20 (11.06.2004)	335

Comunicado à imprensa a respeito das negociações do Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL-UE (12.06.2004)	335
Comunicado Ministerial do G-20 (12.06.2004)	335
Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino da Tailândia, Thaksin Shinawatra (15.06.2004)	338
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Ovídio Pequeno (15.06.2004)	338
Comunicado Conjunto da República Federativa do Brasil e do Reino da Tailândia (16.06.2004)	338
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República da Namíbia, Doutor Sam Nujoma, ao Brasil (18.06.2004)	341
Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (18.06.2004)	341
Comunicado à imprensa a respeito de subsídios norte-americanos ao algodão (18.06.2004)	342
Nota do Governo da República Popular da China sobre a questão da soja (20.06.2004)	345
Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil de Sua Excelência o Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia (21.06.2004)	345
Comunicado Conjunto da Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe – (22.06.2004) ..	347
Comunicado à imprensa a respeito da Macrorrodada de Negócios Brasil-América do Sul (22.06.2004)	349
Comunicado à imprensa a respeito de reunião informativa sobre o Encontro de Líderes Mundiais em 20 de setembro de 2004 (24.06.2004)	350
Comunicado à imprensa a respeito da assunção do Governo interino no Iraque (28.06.2004)	350
Comunicado à imprensa a respeito da apresentação da oferta inicial do Brasil em serviços na Organização Mundial do Comércio (29.06.2004)	351
Comunicado à imprensa a respeito da I Reunião Internacional das Comissões Nacionais Permanentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (30.06.2004)	351

ARTIGOS

A Lição de Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Política Externa – Vol. 12, nº 3, 01.01.2004) 353

Educação dos Brasileiros no Japão: Uma Prioridade – Ivan Oliveira Cannabrava, Embaixador do Brasil em Tóquio (International Press, Japão, 03.01.2004) 361

Diálogo com um Simbolismo Especial – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Especial do Jornal Valor Econômico, 21.05.2004) 362

ENTREVISTAS

Ministro prepara-se para fechar detalhes da ALCA e crê que negociação com EUA ainda tem armadilhas – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Época, 05.01.2004) 365

Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Bom Dia Brasil, TV Globo, 16.01.2004) 368

Balanço do primeiro dia de viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (conversa com jornalistas brasileiros, 25.01.2004) 371

Dá para ser em 2004 – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Veja, 28.01.2004) 371

Brazil raises hopes of Doha deal next year – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Financial Times, 19.03.2004) 375

Brazilian-Turkish friendship should not be limited – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Turkish Daily News, 20.03.2004) 376

Amorim quer mais dos EUA na ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 05.04.2004) 378

Entrevista – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Figaro, 07.04.2004) .. 379

Celso Amorim fala da decisão da OMC favorável ao Brasil e das relações com a União Européia - Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Bom Dia Brasil, TV Globo, 29.04.2004) 381

Amorim aprova plano de eliminar subsídios agrícolas, mas com ressalvas – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Wall Street Journal, 14.05.2004) 383

Postura: Hay que buscar una solución y detener el derramamiento de sangre – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Prensa Libre, Guatemala, 17.05.2004)	384
Os ricos precisam se sacrificar mais – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Der Spiegel, 17.05.2004)	385
Conferência de imprensa do NG-5 – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Parque Anhembi, São Paulo, 13.06.2004)	387
O mundo se democratiza – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Terra Viva, 13.06.2004)	392
Prioridades são OMC e UE, afirma Amorim – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 20.06.2004)	394
Entrevista coletiva após encontro com empresários e investidores estrangeiros – Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República (Nova York, 24.06.2004)	395
Café com o Presidente – Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, (Rádio Nacional, 31.01.2004)	398
ÍNDICE REMISSIVO	401



Prêmio da Universidade de Notre Dame

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio da Universidade de Notre Dame, no Palácio Itamaraty, em 5 de janeiro de 2004

Meu caro Presidente Fernando Henrique Cardoso; meu caro Reverendo Malloy, Presidente da Universidade de Notre Dame; meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Dona Ruth; Dona Marisa; Ministros de Estado aqui presentes, do Governo Fernando Henrique Cardoso e do meu Governo; Senadores; Deputados; Embaixadores e Embaixadoras; meus amigos e minhas amigas,

Vou começar sendo muito breve, com uma frase que termina o texto que eu leria, mas que não vou ler, porque o ambiente aqui está para o improviso. Parabéns ao Brasil por este admirável exemplo de civilidade e participação cidadã.

Possivelmente, para quem não acompanha a política brasileira, o que está acontecendo hoje, aqui, é uma coisa corriqueira, que deveria acontecer em todos os momentos da nossa história e em todos os momentos da história de outros países.

Entretanto, não é assim que as coisas se deram ao longo da história do Brasil e da de vários outros países. Muitas vezes as pessoas confundem o calor de uma disputa política com questões pessoais. Não são raros os exemplos no mundo e, sobretudo, na América do Sul, na América Latina, em que muitos Presidentes não participam sequer da posse do Presidente eleito. Aqui no Brasil, já tivemos exemplos, e vários.

E o que aconteceu nessas eleições de 2002 foi a demonstração da maturidade política do Brasil, a demonstração de que não é possível confundir uma disputa política com problemas pessoais. Foi uma demonstração do amadurecimento dos eleitores brasileiros, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do meu Governo recém-eleito.

A verdade é que a transição, feita da forma como foi feita, foi uma espécie de aviso ao mundo, que duvidava da nossa competência para exercer a democracia.

Acredito que se o Presidente Fernando Henrique Cardoso tivesse que escolher algumas pessoas que trabalhariam de forma incansável para que a transição tivesse um bom resultado, ele, quem sabe, escolheria, da parte dele, o Pedro Parente e o Pedro Malan. Eu, da minha parte, escolhi o Gushiken e o Palocci, que foram os coordenadores.

Em nenhum momento dessa transição houve recusa a qualquer pedido do Governo recém-eleito, qualquer impedimento do Governo que estava exercendo o Poder ou cerceamento das informações que precisávamos ter para tomarmos posse. Se mais informações não tivemos foi porque não pedimos, ou porque não tínhamos conhecimento da necessidade de pedi-las.

Estou dizendo isso porque este ato de hoje, embora pequeno, é um ato, para mim, simbólico. É

um ato que representa a certeza de que dois homens, ou duas mulheres, podem ser adversários políticos, podem ser adversários eleitorais, mas não perdem a noção do respeito que um ser humano tem de ter pelo outro, não perdem a noção de que não se faz política com ataques pessoais e muito contra a vida privada de quem quer que seja, porque as divergências são políticas, não são pessoais.

Penso que, até sem querer, o Brasil dá um bom exemplo ao mundo. Acho que dois Presidentes da República que disputam não uma eleição, mas três – das quais perdi duas – e continuam com uma relação de respeito e de amizade não é pouca coisa, em um Brasil pouco habituado a fazer com que os dirigentes conversem entre si. Quem conhece a política nacional sabe perfeitamente bem que políticas eleitorais no Brasil, em muitos lugares, se transformam em uma verdadeira guerra, em que vale buscar informações dos tataravós das pessoas para poder fazer ataques pessoais.

Acho que demos uma lição pequena, mas uma lição para fortalecer a democracia brasileira. Podemos divergir sobre times de futebol – e não divergimos –, podemos divergir sobre noções da democracia – e, certamente, não divergimos –, podemos divergir sobre noções de políticas econômicas, podemos discutir, divergir sobre candidatos a prefeito, sobre candidatos a governador. Mas dois homens que atingem a idade da maturidade política não podem, nem no seu discurso, sendo oposição ou situação, e muito menos na sua prática política, deixar de entender que a razão da disputa e a vitória da eleição dependem única e exclusivamente do respeito que temos que ter pelo povo que participa do processo eleitoral do nosso país.

Por isso, queria dizer ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e aos convidados, aqui, hoje, que muito me orgulho de ter participado deste momento histórico da vida política brasileira. Efetivamente, o processo de transição feito aqui no Brasil é um exemplo histórico que marcará para sempre as eleições brasileiras e as posses no Brasil.

Espero, quando tiver que passar o bastão a um outro Presidente eleito, que consigamos aperfeiçoar a transição, modernizá-la e fazer alguma coisa ainda mais civilizada do que a que foi feita, para que, daqui para a frente, ninguém mais deixe de entender que a democracia não pertence ao indivíduo. A democracia foi uma conquista da sociedade brasileira, com muito sofrimento, com muitas derrotas, com muitas perdas, inclusive de vidas de pessoas. Cabe a nós, que estamos vivendo este momento histórico no Brasil, passarmos esses ensinamentos para a futura geração que irá fazer política no Brasil.

Quero agradecer à Universidade de Notre Dame pelo prêmio. Possivelmente, teria que repartir esse prêmio, além do Fome Zero, com os meus companheiros Ministros, que se dedicaram e que em nenhum momento da transição tiveram a intenção de criar qualquer problema para o Ministro que estava exercendo o poder, até porque sabíamos que o que estava em jogo não era a nossa posse. O que estava em jogo era a credibilidade que o Brasil não poderia perder no mundo político.

Por isso, muito obrigado à Universidade, muito obrigado pela presença de vocês. E parabéns, Presidente Fernando Henrique Cardoso! Espero continuar esse processo histórico, para fortalecer a democracia brasileira.

Muito obrigado.

Grupo do Rio

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão ao Brasil da Secretaria Pro-Tempore do Grupo do Rio, em Brasília, em 8 de janeiro de 2004

Senhor Embaixador Garcia Moritán, meu amigo de muitas outras lutas, nos mais variados campos, sobretudo multilaterais, que está hoje representando o Chanceler Bielsa; Senhores Embaixadores dos Países-Membros do Grupo do Rio; meu caro amigo Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Senhores Subsecretários; Senhores Chefes de Gabinete; Embaixadores, Embaixadoras; senhores membros da imprensa; senhoras e senhores,

Queria dizer que esse é um momento de grande importância, e muito especial, por vários motivos. O primeiro, naturalmente, é receber essa tarefa de substituir o Peru na Presidência da Secretaria *Pro-Tempore* do Grupo do Rio. Como vocês viram pelos volumes que me foram entregues, não será uma tarefa fácil. O Peru realmente fez um trabalho extraordinário, provocou discussões sobre temas importantíssimos, conduziu diálogos de grande importância, com a União Européia, com a Rússia e com vários outros países. Menciono esses especificamente porque foi com eles que estive envolvido mais diretamente. Aproveito também para prestar uma homenagem ao meu antecessor, Alan Wagner, com quem visitei a Rússia, acompanhado também do Chanceler da Costa Rica. Nesta ocasião, tivemos uma conversa muito ampla, com o próprio Presidente da Rússia, num momento delicado da situação internacional, que mostrou a capacidade de ação e de expressão do Grupo do Rio, em momento difícil.

Além disso, na reunião preparatória, e depois na Reunião de Cuzco, discutimos temas como esses que

foram mencionados aqui, como os mecanismos inovadores de financiamento. São temas importantíssimos, para que nós possamos fazer face aos problemas sociais e às tarefas da integração física da América do Sul e da América Latina em geral, que foram oportunamente levantados pelo Presidente Toledo e foram objeto de discussões muito valiosas, e que têm dado resultado. Como foi lembrado, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, assumiu a responsabilidade de convocar uma discussão importante sobre esse tema.

Também creio que esse momento se reveste de caráter especial para mim porque é uma coincidência que, depois de 10 anos, eu receba pela segunda vez a Presidência do Grupo do Rio. Em 1994, como Ministro do Presidente Itamar Franco, coube-me presidir o Grupo do Rio. Foi um período bastante interessante porque, naquele momento, tivemos que coordenar as nossas posições em relação a vários temas, inclusive inaugurar alguns diálogos, como esse com a Rússia, que foi mencionado. Também tivemos que coordenar a nossa posição com relação a outros temas, entre os quais a Cúpula de Miami, quando foram lançadas várias iniciativas relacionadas com cooperação hemisférica, inclusive, a Área de Livre-Comércio das Américas.

O fato de que tenhamos sido capazes de nos coordenar nessa altura indica que também seremos capazes de nos coordenar agora não só em relação a esse tema, mas em relação a outros temas de natureza multilateral, como é o caso da OMC. Muitos de nós temos trabalhado muito

próximos, em vários desses assuntos, e eu creio que é um bom augúrio o fato de estarmos juntos aqui hoje para iniciar esse novo período.

Creio também que é motivo de especial satisfação que a Tróica tenha essa composição agora. É claro que todos os países que são membros do Grupo do Rio são países muito caros e muito queridos ao Brasil, no nosso relacionamento. Mas é verdade também que, com o Peru e com a Argentina, especialmente neste último ano, desenvolvemos relações de especial proximidade e intimidade, relações definidas como estratégicas. Isso nos confere uma obrigação adicional de trabalharmos juntos e com os demais países também, para valorizarmos o Grupo do Rio como um foro de concertação e de diálogo, para encontrarmos soluções para os problemas da região e continuarmos a defesa da democracia, entendida não só no seu aspecto formal, mas num aspecto substantivo, que tem a ver com temas que foram mencionados aqui, como a pobreza, o desenvolvimento, a necessidade de financiamento adequado, a necessidade de comércio justo, que não existirá enquanto tivermos que enfrentar os enormes subsídios que afetam, entre outras coisas, a nossa agricultura. E também outros temas, como direitos humanos ou temas relacionados com a paz e os direitos internacionais. O fato de que o Brasil está, neste momento, ocupando uma cadeira no Conselho de Segurança, juntamente com o Chile, também é uma maneira pela qual a Tróica e o Grupo do Rio possam expressar as suas idéias para que possamos aprimorar a nossa coordenação.

É evidente que sempre haverá matizes nas posições dos países. Vemos o mundo de óticas diferentes, de geografias que, às vezes, embora semelhantes, não são idênticas, e a partir de situações que têm suas especificidades. Mas temos muito mais em comum.

Também é motivo de alegria que essa transmissão se dê em um momento que se sucede, em poucas

semanas, ao ingresso do Peru como membro associado do MERCOSUL. Isso é algo que, a nosso ver, fortalece muito a integração da América do Sul. E sobre isso, já que temos representantes dos nossos amigos do México, da América Central e do Caribe, quero dizer que não há contradição, quando enfatizamos a integração da América do Sul, com a integração da América Latina. Pelo contrário, achamos que um reforço da integração sul-americana só pode contribuir para uma integração mais ampla da América Latina como um todo. Apenas reforça, digamos assim, um pólo de atração para que a América Latina, como um todo, possa se dedicar a essas tarefas de maneira concreta.

Por todos esses motivos, quero dizer que hoje é um dia de especial alegria para o Brasil que, 10 anos depois, coincidentemente na minha pessoa, reassume a Presidência do Grupo do Rio. A tarefa é enorme. Tentar igualar o trabalho que o Peru desenvolveu será muito difícil, mas será certamente um estímulo para que nós nos dediquemos de maneira intensa a essa concertação, a esse aprofundamento do diálogo, à busca da continuidade dos temas que foram levantados em Cuzco, e outros que vêm já de antes, mas também de outras questões que possam nos inspirar.

Quereria agradecer muito ao Ministro Manuel Rodrigues Cuadros por sua presença aqui e pelas palavras generosas que disse; ao meu amigo Embaixador Garcia Moritán, por estar aqui também representando o Chanceler Bielsa; e quero agradecer aos Embaixadores de todos os Países-Membros do Grupo do Rio pela sua presença e dizer que recebo essa tarefa com um sentimento de contentamento por poder contribuir para o aprimoramento das nossas relações, mas também com uma certa intimidação em função da grandeza do trabalho que foi realizado pelo Peru e que nos cabe agora continuar. Para isso, conto não só com a Tróica, mas com todos os demais países.

Muito obrigado.

Cúpula Extraordinária das Américas

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Abertura da II Sessão de Trabalho “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey, México, em 13 de janeiro de 2004

Agradeço ao Presidente Fox pelo empenho na organização deste evento.

Enfrentamos neste início de milênio o desafio de agir de forma criativa, urgente e responsável, para garantir o desenvolvimento social de nossas nações. Assumimos o firme compromisso com o principal desafio do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Senhores Presidentes,

É cada vez maior o abismo que separa ricos e pobres em nosso continente e no mundo. Uma exclusão secular ganhou maior dimensão na década passada.

Depois dos anos 80 – a chamada década perdida –, “os anos 90 significaram uma década de desespero”, como concluiu o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A renda *per capita* está mais baixa hoje do que há dez anos em 54 países. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 21 nações há mais gente faminta e, em 14, mais crianças morrem antes dos cinco anos.

Na América Latina, o número de pessoas em condições de extrema pobreza passou de 48 milhões para 57 milhões; 26% da população vivem com menos de 2 dólares por dia; há 19 milhões de desempregados e de cada 10 novos empregos

gerados, 7 são informais; a falta de emprego afeta de maneira particularmente perversa mulheres, negros, índios e jovens. O desemprego e a miséria cresceram de modo exponencial, com efeitos sociais e éticos gravíssimos, entre eles uma assustadora desagregação familiar. Mais de 50 milhões de pessoas – quase um terço da população brasileira – padeciam, em 2002, de cotidiana insegurança alimentar.

Estas não são conseqüências secundárias e aleatórias de uma política econômica supostamente sadia e adequada.

Trata-se, sim, de um modelo perverso que separou equivocadamente o econômico do social, opôs estabilidade a crescimento e divorciou responsabilidade e justiça. A estabilidade econômica foi pensada de costas para a justiça social. Ficamos sem as duas. Com isso compromete-se a própria estabilidade política. A experiência histórica mostra que o equilíbrio econômico é insustentável sem o equilíbrio social.

Nossos desafios são o de articular expansão e eficiência produtivas com distribuição de renda e o de conjugar responsabilidade fiscal com crescimento sustentável. Com isso obtém-se redução das desigualdades, superando as dicotomias nefastas dos anos 90.

Chegou a hora de resgatar e afirmar, de uma vez por todas, a primazia do interesse coletivo e da coisa pública nas Américas.

Cabe ao Estado, em diálogo com a sociedade, traçar políticas para reduzir o fosso entre opulência e miséria.

Devemos trabalhar com um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição de renda não é mera consequência do crescimento, mas sua alavanca fundamental.

Se queremos um mundo estável e seguro, devemos buscar um mundo mais justo e equitativo. A desigualdade social e a miséria são o principal obstáculo para nossa adequada inserção no mercado mundial.

Senhores Presidentes,

Em 2003 demos o primeiro passo de um amplo movimento que não se esgota nas emergências do presente – ou do meu mandato presidencial.

Fundamos os alicerces para o País crescer com justiça social. Desencadeamos a luta contra a fome. Afinal, os famintos não podem esperar.

O primeiro ato do meu Governo foi a criação do Programa Fome Zero, que – um ano depois – está presente em 2.369 municípios. Ele garante direito à alimentação a 1 milhão e 900 mil famílias – cerca de 8 milhões de pessoas – que antes não tinham o que comer.

São ações para semear oportunidades de trabalho e renda que fortalecem a segurança alimentar das comunidades mais pobres.

A consolidação desse eixo contra a fome permitiu a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família.

Este programa, do dia 27 de outubro de 2003 até o dia 27 de dezembro de 2003, atingiu 3 milhões e 600 mil famílias – cerca de 14 milhões de pessoas –, aliviando as condições de privação na qual elas vivem. Favorece o acesso a direitos universais, como educação, saúde, alimentação e saneamento.

O Programa se estende para as regiões metropolitanas, onde pobreza, desemprego, exclusão

e violência geram situações de conflito e desagregação social.

Até o final do meu Governo, mais de 11 milhões de famílias pobres serão incorporadas ao Bolsa Família, totalizando quase 50 milhões de pessoas.

Nosso objetivo é ampliar o acesso dessas famílias a políticas públicas que lhes permitam romper o círculo vicioso da miséria e não mais depender da assistência do Estado.

Para isso implantamos, dentre outros, programas de microcrédito e o maior financiamento para a agricultura familiar que o Brasil já teve. Estamos também erradicando o analfabetismo.

Essas e outras iniciativas promovem a justiça social e ajudam o crescimento sustentado. Mais que isso, forjam cidadania.

A luta contra a exclusão e a desigualdade, repito, não é mera decorrência do crescimento – mas sim, sua mola mestra.

Os programas sociais têm aumentado os benefícios, mas também elevado os compromissos e as responsabilidades das famílias atendidas. Cada família tem de cumprir, com seus filhos, obrigações nos âmbitos da saúde e educação.

Faço questão de sublinhar esse aspecto porque a ênfase na participação comunitária é parte essencial dessa estratégia.

O fortalecimento da sociedade civil – com participação democrática cada vez maior na definição e no controle das políticas públicas – possibilitará o surgimento de sociedades mais democráticas e menos vulneráveis à corrupção, ao clientelismo ou à dependência.

Senhores Presidentes,

A integração hemisférica deve dar-se pela via do diálogo político e da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tem de eliminar situações de dependência e compensar assimetrias.

O comércio internacional pode ser poderoso indutor de desenvolvimento. Para tanto, ele deve ser justo e equilibrado, beneficiando a todos de maneira equânime.

As negociações internacionais – comerciais ou

com organismos financeiros – têm de preservar a capacidade dos Estados nacionais de formularem políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, sociais e ambientais.

Muitos dos conflitos e tensões atuais decorrem de uma ordem internacional em que a distribuição da riqueza mundial é injusta e faltam oportunidades para os países mais pobres se desenvolverem.

Receitas rígidas frustram o desenvolvimento de muitos países, ampliam seus impasses econômicos e sociais e, freqüentemente, reproduzem, de forma ampliada, a crise macroeconômica que queriam corrigir.

Presidentes,

Concluo reafirmando: o desenvolvimento social que almejamos depende da reversão dos mecanismos de reprodução da desigualdade nas nossas nações.

Nenhum país faz uma grande transformação como essa sem uma profunda mudança no modo de agir e de pensar de toda a sociedade – inclusive de suas elites.

Propus na ONU medidas em prol dos que vivem abaixo da linha de pobreza. Salientei a responsabilidades de todos, sobretudo dos países ricos, nessa tarefa.

Com o Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente da África do Sul, criamos um fundo para atrair contribuições nesse esforço mundial contra a fome.

No próximo dia 30 estarei em Genebra para, junto com o Presidente Chirac e o Secretário-Geral da ONU, aprofundar idéias e convidar os líderes mundiais a se engajarem nesse esforço global.

Nossos países, que têm tradição de solidariedade, podem e devem desenvolver programas de combate à exclusão para reduzir as disparidades no continente.

A experiência histórica ensina que sem democracia econômica e social não haverá democracia política.

Neste século XXI, temos a chance de curar nossas feridas históricas e recentes, oferecendo ao mundo um valor que a opressão do passado e as condições desiguais do presente insistem em sufocar.

Quero aqui evocar um valor arraigado em nossos povos e sem o qual é impossível construir um futuro promissor para todos. O nome desse valor todos vocês conhecem. Chama-se SOLIDARIEDADE.

Quero terminar, Presidente Fox, dizendo aos Presidentes aqui presentes que, passado um ano da minha posse, estou muito mais otimista hoje do que estava em janeiro do ano passado.

Estamos otimistas porque conseguimos recuperar a credibilidade do Brasil, conseguimos, em sete meses, fazer as reformas que pareciam impossíveis de serem feitas – a da Previdência e a tributária. Estou otimista porque estamos reduzindo as taxas de juros dentro do Brasil. Estou otimista porque aumentamos as nossas exportações. Estou otimista porque, neste ano, bateremos um novo recorde da produção agrícola do Brasil, sairemos de 122 milhões de toneladas para 130 milhões de toneladas de grãos. Estou otimista porque temos mais dinheiro para investir em saneamento básico, temos mais dinheiro para investir em habitação, temos mais dinheiro no Banco de Desenvolvimento para financiar projetos de desenvolvimento industrial. E estou otimista porque a nossa relação com a América do Sul, quem sabe, seja a melhor de toda a nossa história e porque, nos próximos três anos, certamente, não só estaremos consolidando o MERCOSUL, com a participação de toda a América do Sul e de países da América Latina, mas porque, nos próximos três anos, se Deus ajudar e não houver nenhuma crise maior, iremos consolidar a tão sonhada integração física de toda a América do Sul.

Muito obrigado.



Visita do Presidente da República à Índia

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia Oficial de chegada à Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004

Desde o dia em que tomei posse, dia 1º de janeiro do ano passado, em meu discurso anunciei que a Índia seria um parceiro estratégico para o Brasil pela similaridade que temos tanto na possibilidade de crescimento econômico, das inovações científicas e tecnológicas, como também na similaridade de problemas.

Penso que Índia e Brasil, juntos, podem construir uma força política capaz de contribuir para que a geografia comercial do mundo possa mudar para melhor e atender os interesses do povo mais pobre do planeta.

Estou realizando um sonho de estar na terra de um dos maiores homens do século passado, Mahatma Gandhi. E estou certo de que o espírito que norteou a conquista da independência do povo da Índia é o mesmo espírito que permite que a Índia se transforme, a cada dia, num gigante do ponto de vista político e tecnológico; e se Deus quiser, logo, logo, junto com o Brasil, do ponto de vista social, poderemos resolver os problemas que nossos países enfrentam.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da abertura da Reunião Ampliada Brasil-Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004

Senhor Atal Bihari Vajpayee, Primeiro-Ministro da Índia; Senhores Ministros de Estado da Índia;

Senhores Ministros de Estado de meu Governo; Senhores Governadores e Deputados que me acompanham nesta visita; Senhores Embaixadores; senhores integrantes das delegações brasileira e indiana,

Tenho o prazer de abrir este encontro entre os altos representantes de nossos dois Governos.

Os trabalhos desta reunião nos permitirão ampliar a agenda bilateral e aprofundar a importante cooperação já existente.

Permitirão sobretudo, dar seguimento a uma das prioridades da política externa brasileira, isto é, o compromisso que assumi no meu discurso de posse, de desenvolver uma parceria estratégica com a Índia.

Nossas discussões darão oportunidade para intercambiar idéias, de maneira franca e objetiva, sobre os principais temas na agenda bilateral e internacional.

Permitirão avaliar os desafios que defrontamos no cumprimento dos compromissos perante nossos povos e identificar o caminho a ser trilhado daqui para a frente.

O Brasil está determinado em implementar os novos instrumentos que assinaremos, bem como em levar adiante os entendimentos que iniciamos nas áreas espacial, educacional, de ciência e tecnologia, dentre outras.

Os Ministros e representantes de órgãos governamentais que me acompanham realizarão, em suas respectivas áreas, o aprofundamento dessa cooperação. Zelaremos para que seja fluída, ampla

e profunda, entendendo cada projeto como parte de uma estratégia abrangente de valorização das relações entre o Brasil e a Índia.

Queremos demonstrar que o intercâmbio entre dois países em desenvolvimento pode render avanços fundamentais para sua sobrevivência no atual contexto global.

Nossa cooperação deve ser um modelo para a cooperação Sul-Sul.

As perspectivas são promissoras.

No campo da ciência e tecnologia, buscamos dar feição mais moderna a nossa cooperação.

A união de esforços entre nossos países em áreas como a agricultura, é fundamental para conseguirmos vencer o abismo de fome e de pobreza, que ainda nos separa dos países desenvolvidos.

É com esse objetivo que estamos dando impulso à cooperação entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola – ICAR.

É também dentro dessa visão que decidimos implementar projetos de cooperação na área de segurança alimentar e desenvolvimento agrário.

Um novo marco em nossas relações será a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior.

Para sua implementação, as agências espaciais dos dois países estarão desenvolvendo programas de trabalho, inclusive sobre lançamento de satélites brasileiros.

Queria ainda referir-me à importância dos entendimentos em curso para estabelecermos freqüências aéreas entre nossos países e promover o turismo.

Menciono também as iniciativas previstas nas áreas cultural e educacional.

Essas diversas ações orientam-se para melhorar nosso conhecimento recíproco.

Senhor Primeiro-Ministro,

Quero que nossos Ministros e altos representantes tenham presente que o trabalho que vão implementar, a partir de hoje, em cada setor específico tem claro sentido estratégico.

De nada adianta para a Índia e o Brasil ficarem de braços cruzados esperando que os países ricos resolvam nossos problemas.

É preciso que nós mesmos – países em desenvolvimento – assumamos a responsabilidade pelo nosso destino e juntemos forças para poder defender em pé de igualdade os nossos interesses, seja nas negociações comerciais seja nas questões relativas à paz e à segurança internacional.

Não se trata de relegar a um segundo plano o relacionamento fundamental com os países ricos, mas sim de multiplicar as possibilidades de desenvolvimento, explorando o potencial de cooperação entre nossos países e de buscar, com determinação e criatividade, soluções para superar novos problemas.

Esse sentido estratégico está presente também no diálogo que mantemos em foros multilaterais, com resultados altamente significativos.

Nas Nações Unidas, ambos buscamos a construção de uma saudável ordem mundial multipolar.

Defendemos a ampliação do Conselho de Segurança, com países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Constituímos o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o G-3, uma modalidade inovadora de relacionamento entre grandes democracias de continentes diferentes, mas com muitas afinidades.

Na OMC, nossas nações lideram o G-20, que hoje se articula para conseguir melhores condições de acesso de nossos produtos agrícolas aos mercados dos países desenvolvidos, e derrubar os injustificáveis subsídios com que os países ricos distorcem a economia agrícola do mundo.

Devemos ousar mais.

Como disse em Brasília, em dezembro passado, aos Ministros e altos representantes do G-20, devemos aproveitar a realização da XI UNCTAD, para lançarmos negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais. Será este, possivelmente, o primeiro passo para a criação de uma área de livre-comércio entre os países do Grupo, aberta a outros

países em desenvolvimento.

Estes são apenas exemplos de uma cooperação que tem potencial para tornar-se ainda mais abrangente. Não nos faltará vontade política para ampliá-la.

Senhor Primeiro-Ministro,

Para alcançar seu potencial, nossa relação deve procurar estimular os fluxos de comércio e os investimentos. Inauguramos hoje, com o Acordo-Base de Acesso a Mercados, no âmbito das negociações Índia-MERCOSUL, uma nova era para a cooperação Sul-Sul.

É a primeira vez que o MERCOSUL assina um acordo com um país da Ásia. A presença nesta solenidade do Presidente Eduardo Duhalde, da Chanceler Leila Rachid, do Paraguai, e de altos funcionários da Argentina e do Uruguai ilustra o compromisso do MERCOSUL com a intensificação dos laços com a Índia.

Senhor Primeiro-Ministro,

Os acordos que assinaremos hoje e aqueles que assinaremos em breve, como resultados dos entendimentos aqui mantidos, expressam a vontade de trabalharmos em conjunto, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico de nossas sociedades.

Tendo em mente esse panorama mais amplo, desejo que todos realizem um ótimo encontro de trabalho.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no banquete oferecido pelo Presidente da Índia, em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela fraterna hospitalidade com que minha delegação, inclusive meus caros companheiros do MERCOSUL, minha mulher e eu estamos sendo recebidos pelo povo e pelo Governo da Índia.

É um privilégio participar como convidado de honra do Dia da República e das festividades cívicas

que comemoram a independência desta Nação amiga.

Relembro aqui os líderes dessa histórica conquista, que inspiraram povos e gerações.

Quero em especial reverenciar aquele que foi sem dúvida uma das maiores figuras da história contemporânea. Gandhi – cuja memória tive hoje a oportunidade de honrar – mostrou que um povo pode defender seus direitos, sem violência, com a força de suas convicções.

Outros líderes deste país deixaram sua marca nas relações entre os povos e nos ensinaram a admirar esta grande Nação que soube trilhar seu próprio caminho, guiada pela coexistência de tantas culturas e pela consciência social.

Mais do que qualquer outra Nação, a Índia sintetiza o ideal da unidade na diversidade.

Uma democracia pujante, unindo etnias, culturas e línguas diferentes.

Um país que, para enfrentar o espectro da fome permanente, uniu capacitação tecnológica e vontade política.

Uma Nação que alia sabedoria milenar com a formação de seus jovens, criando um pólo dinâmico de desenvolvimento tecnológico mundialmente reconhecido.

É este o país que ganha destaque na política externa de meu Governo.

Vim à Índia confirmar esse compromisso e forjar uma parceria privilegiada, uma parceria que desejamos seja modelar para outras nações em desenvolvimento.

Nossos Governos estão empenhados na construção de sociedades que ofereçam oportunidades iguais para seus cidadãos viverem com dignidade, em um ambiente de justiça e tolerância.

O livro de Vossa Excelência, intitulado “Índia 2020, Uma Visão para o Novo Milênio”, é dedicado a uma menina cuja aspiração é “viver numa Índia desenvolvida”.

Os meninos e as meninas do Brasil também querem construir um país desenvolvido, capaz de vencer a fome e a pobreza.

Este é o principal compromisso do meu Governo.

Nossos países estão determinados a tratar dos desafios sociais, não como objeto de meras ações compensatórias, mas como elementos centrais do próprio modelo de crescimento econômico com justiça social.

Executamos políticas econômicas maduras, modernizando a infra-estrutura, atraindo investimentos, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições.

Brasil e Índia estão assumindo o papel que lhes cabe na construção de uma ordem internacional democrática e justa.

Na Organização Mundial do Comércio, estamos juntos congregando países grandes e pequenos, com estruturas produtivas diferenciadas.

O G-20, que formamos, articula posições fundamentais para nosso desenvolvimento.

Lutamos juntos e continuamos unidos para flexibilizar o regime de patentes para medicamentos, dando prioridade ao combate do HIV/AIDS e outras doenças que afligem amplos setores de nossas populações.

Colocamos a vida das pessoas à frente do lucro por vezes abusivo de certas empresas.

A Presidência da Índia no Grupo de Países Megadiversos e Afins dinamizará a atuação conjunta pela repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes de nossa biodiversidade.

A preservação da riqueza ambiental deve basear-se nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Há oportunidades de cooperação importante neste campo.

Queremos expandir essas parcerias e desenhar novos paradigmas de desenvolvimento, a partir da intensificação do diálogo Sul-Sul.

Um momento importante dos processos foi o lançamento em Brasília, em junho de 2003, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, o IBAS, que logo ficou conhecido como o G-3 e atraiu a atenção de políticos e analistas dos mais variados quadrantes.

Juntos, lançamos durante a Assembléia Geral das Nações Unidas iniciativa global de combate à fome e à

pobreza.

Com o mesmo objetivo, estarei participando, em Genebra, de diálogo com o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e o Presidente Jacques Chirac, da França, para mobilizar os líderes mundiais, sobretudo os dos países ricos, a engajarem-se nesse esforço global.

Mais, Índia, Brasil e África do Sul têm um papel de liderança nesta luta, ao qual não podem abdicar.

Temos que atuar juntamente com outras nações para catalisar as energias do mundo em desenvolvimento para o combate à fome.

Senhor Presidente,

O mundo que acirra desigualdades sociais e econômicas é também um mundo de fortes turbulências políticas, de ameaça das armas de destruição em massa e do terrorismo.

Necessitamos uma ordem mundial regida pelo direito internacional e por um sistema multilateral equilibrado e justo.

Índia e Brasil dispõem das qualificações necessárias para contribuir para a manutenção da paz e da estabilidade.

Na América do Sul, estamos fortalecendo o MERCOSUL e ajudamos a construir uma zona de integração, desenvolvimento e paz abrangendo todo o continente sul-americano.

Na Ásia, o peso político e econômico da Índia é incontestável.

Saudamos os progressos no diálogo com o Paquistão e a crescente cooperação com outros países da Ásia Meridional.

É uma esperança de paz para a região, que reforçará a estabilidade no mundo.

Senhor Presidente,

A voz dos países em desenvolvimento tem de ser cada vez mais ouvida.

O mundo mudou nos últimos 69 anos, desde que a ONU foi criada sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial.

Reiteramos a necessidade de fortalecer as Nações Unidas e, em particular, o Conselho de Segurança,

para torná-lo mais representativo e eficaz.

Por seu peso político e econômico, pela consistência de sua ação diplomática, Brasil e Índia são países que necessariamente tem que estar incluídos em qualquer processo de reforma do Conselho de Segurança.

Não é mais concebível que o órgão encarregado da paz e da segurança no mundo, cujo papel devemos reforçar, não tenha, entre seus membros permanentes, países que representam os três continentes do mundo em desenvolvimento.

As crises por que passamos nos últimos meses e anos tornam a reforma da ONU uma tarefa urgente.

Saudamos a corajosa iniciativa do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, de criar uma Comissão de Alto Nível com este objetivo.

Senhor Presidente,

Um ano após meu discurso de posse, em que expressei a prioridade da Índia em nossa política externa, vejo que nossas relações ganham densidade.

Os contatos que tenho mantido nesta visita têm permitido aprofundar o diálogo e abrir novos horizontes para o aproveitamento conjunto de nossas potencialidades.

Em nenhum outro campo essa cooperação é mais urgente e necessária do que no combate à fome e à extrema pobreza.

A distribuição equitativa de renda e de riqueza deve ser a alavanca – e não mera consequência do desenvolvimento.

Vamos responder a esse desafio, de forma imediata com políticas emergenciais.

Criamos também condições econômicas e sociais para que todos possam ter uma vida produtiva e digna.

A Índia tem muito a ensinar ao Brasil na sua luta para assegurar condições mínimas de vida a um sexto da população mundial.

Avançamos nos entendimentos para a exploração das potencialidades que o engenho científico e a capacidade técnica de nossos povos abrem para o desenvolvimento.

O exemplo dessas possibilidades são as tratativas sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, inclusive a possibilidade de lançamento de satélites brasileiros por veículos indianos.

Mais de uma vez tenho afirmado que os países em desenvolvimento não podem ficar esperando por benesses e concessões dos mais ricos.

O Acordo Comercial entre o MERCOSUL e a Índia multiplicará as oportunidades de comércio.

Oferecerá acesso privilegiado às potencialidades de um bloco econômico – a quarta economia do mundo – que caminha na direção de uma zona de livre-comércio em toda América do Sul.

Este é um exemplo concreto e extremamente promissor do que os países em desenvolvimento podem fazer juntos para mudar a geografia comercial do planeta.

Não para substituir as relações com os países desenvolvidos, mas para complementá-las.

Senhor Presidente,

Em meu discurso perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, no ano passado, lembrei a lição de Gandhi:

“A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente”.

Brasil e Índia estão trabalhando para um bem maior, duradouro, assentado no compromisso de responder aos desafios no início do século XXI: combater a fome, promover o desenvolvimento e assegurar a paz.

Estamos consolidando uma parceria privilegiada – diria mesmo estratégica – entre nossos dois países, que integre nossas economias e aproxime nossos povos.

Convido todos a erguerem suas taças e me acompanhem em um brinde à prosperidade e ao bem-estar do povo da Índia, ao contínuo desenvolvimento das relações de amizade entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Abdul Kalam.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com lideranças empresariais indianas, em Nova Delhi, em 27 de janeiro de 2004

Senhor Arun Jaitley, Ministro de Indústria e Comércio da Índia; Senhor Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Senhor Anand Mahindra, Presidente da Confederação de Indústrias da Índia; Senhor Yogendra Modi, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas; meus caros amigos empresários do Brasil e empresários da Índia; meus caros amigos da imprensa,

Eu quero fazer a apresentação de um Ministro, que não está na mesa, o nosso Ministro do Turismo, que, ontem, assinou um protocolo importante com a Índia, o Walfrido Mares Guia.

Quero apresentar o nosso Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, o companheiro Zeca do PT. Quem quiser investir em turismo não pode deixar de visitar o Estado do Zeca e o Pantanal.

Quero dizer que aqui estão presentes vários setores da economia brasileira, como uma instituição de pesquisa importante, a EMBRAPA, representada pelo Clayton Campanhola, que é o seu Presidente; empresários importantes do setor agrícola, do setor agropecuário, do setor da cana-de-açúcar e do álcool, da indústria, do setor petroquímico, da indústria da construção, da indústria de aviação, que é o que temos de mais moderno no nosso país, da indústria farmacêutica. O Brasil está aqui representado com uma boa base empresarial. Está aqui o representante da Vale do Rio Doce, nossa grande empresa brasileira. Temos aqui representantes de empresas especializadas em produção de máquinas para produção de açúcar e álcool. Portanto, a base do começo de bons acordos está representada aqui, da parte do meu país.

Quero dizer ao Ministro Jaitley que a minha visita à Índia é mais do que um compromisso, de coisas

em que eu acreditava antes e que acredito agora.

O Brasil e outros países desenvolvidos, durante muitos e muitos anos, tiveram as suas relações comerciais muito voltadas para uma parte do mundo, sobretudo a União Européia e os Estados Unidos. É claro que nem a Índia nem o Brasil pretendem diminuir os seus ímpetus na melhoria e no aperfeiçoamento das relações com esses dois blocos mais importantes do planeta. Mas é verdade também que os obstáculos colocados nas relações comerciais por esses dois gigantes do mundo, sejam os Estados Unidos ou a União Européia, nos obrigam não apenas a brigar muito nos fóruns multilaterais para que as dificuldades sejam tiradas da pauta, mas, sobretudo, nos obrigam a ter mais criatividade, a pensar um pouco mais no potencial individual de cada um dos nossos países e, com muita sinceridade, aprofundar o debate para sabermos se já atingimos ou não o potencial máximo de relação e de comércio que possamos fazer.

Eu, particularmente, estou convencido de que não atingimos ainda 10% do que poderemos fazer. Não apenas em termos de relações comerciais, mas também de uma interação entre os nossos empresários, com investimentos de empresários brasileiros na Índia, e de empresários da Índia no Brasil.

Estamos começando uma nova era. Uma era em que países emergentes estão ávidos para se consolidar como economias fortes, uma era em que os países emergentes estão preocupados com seus problemas sociais e uma era em que os países emergentes não querem ser conhecidos apenas porque são bons produtores agrícolas ou exportadores de matéria-prima ou produtos *in natura*.

Queremos entrar na competição que envolve a ciência e a tecnologia. Temos potencial para isso. E isso só será possível se, ao invés de ficarmos esperando que os interessados nos procurem, nós procurarmos aqueles com quem temos interesse em fazer negócios.

Quero dizer aos empresários brasileiros que os empresários da Índia estão mais ousados que os nossos empresários. Os empresários da Índia já estão

montando um escritório no Brasil, para tratar dos seus interesses.

Acho, meu caro Robson, que está aqui representando a CNI, que está na hora dos empresários brasileiros começarem a garimpar espaços econômicos para vender os seus produtos em outras partes do mundo. Até porque o mundo ficou muito pequeno, as distâncias se encurtaram, a tecnologia ocupou um espaço, nos últimos 20 anos, que não imaginávamos que pudesse acontecer tão rapidamente.

Em se tratando de comércio, ninguém faz favor para ninguém. Ninguém vai comprar da Índia porque tem 270 milhões de pobres. Ninguém vai comprar do Brasil porque tem 50 milhões de pobres. Ninguém vai comprar do Brasil porque tem criança de rua ou porque o Presidente brasileiro é nordestino. E ninguém vai comprar da Índia por causa da situação econômica da Índia, do Brasil ou de qualquer outro país. As pessoas vão comprar quando estivermos preparados para competir, do ponto de vista tecnológico, quando nossos produtos forem de qualidade e quando tivermos a ousadia de não ficar no nosso território esperando que as coisas aconteçam ou que alguém nos procure. Nós é que temos que ir à luta, procurar os nossos parceiros e fazer os negócios que entendemos que precisam ser feitos.

Quero dizer uma coisa aos empresários da Índia. A nossa relação com a Índia vem sendo pensada há muito tempo. E, obviamente, ela só poderia ser concluída se nós ganhássemos as eleições. Ganhamos as eleições e começamos a implantar uma relação que queremos que, nos próximos anos, seja a mais importante relação entre dois países. Não apenas pela população dos dois países, pela grandeza territorial dos dois países, mas pelas similaridades de potencialidades existentes entre os dois países.

Quando há interesse político e quando há perspectiva econômica, não há distância quilométrica que não possa ser vencida. Se um português, antes de 1500, ousava sair de Portugal e dar a volta ao continente africano, para chegar à Índia, para comprar especiarias, nós, agora, não precisamos dar

a volta no continente. Nós, agora, temos outros meios de transporte. Nós, agora, podemos transportar as empresas de um país para o outro. Depende apenas de uma decisão política.

E temos a oferecer mais do que o Brasil para negócios com a Índia. Quando tomamos posse, tomamos como primeira decisão recuperar a credibilidade do MERCOSUL. E, para recuperar a credibilidade do MERCOSUL, era preciso estreitar as relações políticas, diminuir as divergências entre os países que compunham o MERCOSUL e contribuir para que as economias dos países do MERCOSUL pudessem ter credibilidade interna e externa.

Acredito que, hoje, estamos numa situação em que eu poderia dizer para vocês: nunca houve uma relação tão sincera e tão forte entre os países do MERCOSUL como existe hoje. Não apenas Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina. Queremos que toda a América do Sul faça parte do MERCOSUL, para que um país como a Índia tenha a possibilidade de negociar com todos os países dentro do MERCOSUL e que o MERCOSUL possa negociar com a Índia e com outros países em potencial de desenvolvimento. E conseguimos isso sem inventar nenhum milagre.

É importante dizer aos empresários da Índia que, no Brasil, de vez em quando, aparece alguém e inventa um milagre, como se fosse um plano salvador da pátria. Cada um inventa um plano, dando a impressão de que cada um quer carregar a marca de um plano milagroso que salvou a economia.

A experiência tem demonstrado que as coisas feitas dessa forma não dão certo. A experiência tem demonstrado que não existe mágica em economia. Em economia, há dois componentes que dão certo. Primeiro, é o fato de as pessoas acreditarem na seriedade do Governo; segundo, é o Governo estabelecer uma relação com a sociedade, não permitindo que surja nenhuma novidade na área econômica, que pegue as pessoas de sobressalto.

Possivelmente sejamos, na história recente do Brasil, o único Governo que está estabilizando a economia sem criar nenhum plano econômico.

Estamos apenas fazendo o que precisa ser feito.

Em apenas 12 meses, a nossa economia, que tinha um risco de 2400 pontos, caiu para 400. A inflação, que estava projetada para 40%, se Deus quiser, chegará, no meio do ano, aos 6% que estamos nos propondo a cumprir. E estamos com a certeza de que o país está preparado para retomar o crescimento, já sentido em todos os estudos feitos entre novembro e dezembro.

Há uma retomada do crescimento, há uma queda no desemprego de 12,2% para 9%, no mês de dezembro. E temos definido, dentro do Governo e no Congresso Nacional, o Plano Plurianual, que é a definição das prioridades para os próximos quatro anos. E, também, um projeto de lei que cria a Parceria Público-Privada, que vai estabelecer os acordos que queremos fazer com os empresários, o marco regulatório, para que as pessoas tenham a certeza de que não serão enganadas em nenhum momento, na medida em que assinem um contrato com o Governo.

Mas não é apenas isso. Vamos precisar de parcerias muito grandes na área de infra-estrutura, porque o potencial de crescimento da nossa economia exige que façamos grandes investimentos nessa área, sobretudo no setor de transporte, nas estradas, nas ferrovias e no setor de energia. Porque, se não oferecermos energia, não poderemos oferecer parceria para que algum empresário invista no Brasil.

É com essa disposição que estamos fazendo esta visita à Índia. É com essa disposição que convidamos os nossos empresários para virem à Índia, com a certeza de que vocês podem repetir, no século XXI, a mesma função desbravadora que os portugueses tiveram, 500 anos atrás, quando descobriram o Brasil.

O momento que estamos vivendo não é para nenhum empresário ficar dentro do seu país, chorando o que não está acontecendo. Ele tem que fazer acontecer e sair pelo mundo, em busca de negócios. Não dá para ficar parado, nem na Índia nem no Brasil, cobrando do Governo investimentos que as pessoas já sabem, de antemão, que o Governo não tem.

É preciso que a gente seja mais criativo, seja mais

ousado e que estabeleçamos entre nós um compromisso de fazermos a coisa acontecer. Por exemplo, precisamos – e aí interessa não apenas à indústria, mas também ao turismo – estabelecer um vôo entre Índia e Brasil e África do Sul. O Ministro me dizia que, possivelmente, saindo de São Paulo ou do Rio de Janeiro, indo a Johannesburg, seriam 8 horas, 8 horas e meia, mais 6 horas até Mumbai. Portanto, em 14 horas, nós poderíamos estar aqui na Índia, para fazer turismo ou negócios. E os indianos estariam também no Brasil, para fazer negócios ou turismo.

Quero terminar dizendo aos empresários aqui presentes que, se depender da vontade do meu Governo – já demos exemplo em Cancún, demos exemplo quando criamos o Grupo dos 3, entre Brasil, África do Sul e Índia –, queremos continuar juntando os países com potencial de desenvolvimento, para que possamos, definitivamente, mudar ou, pelo menos, melhorar a geografia econômica do planeta Terra.

Afinal de contas, estou convencido que, se soubermos trabalhar, este século XXI será o século dos países chamados emergentes. Será o século de países como Brasil, Índia, África do Sul, China, México, Rússia e tantos outros que, durante tanto tempo, foram tratados como se fossem países de segunda categoria.

Ou acreditamos em nós e mudamos o jeito de fazer política, acreditando na boa-fé dos nossos governantes, na criatividade dos nossos empresários e na vontade política dos nossos povos, ou vamos continuar chorando na Organização Mundial do Comércio o fim de um subsídio, que não virá enquanto estivermos chorando. Mas virá no dia em que eles perceberem que temos novas opções de negócios. Eles virão atrás de nós para oferecer o que estão negando nesses últimos 20 anos.

Longe de mim querer afrontar qualquer parceiro comercial. Apenas quero ser tratado em igualdade de condições. Apenas quero receber o respeito que dou. E acho que Índia e Brasil não são pouca coisa, não representam pouco no campo econômico, no campo da ciência e da tecnologia. Portanto, vai

depender muito de nós. E vai depender muito dos empresários brasileiros e dos empresários da Índia.

Quero que vocês saibam que, da parte do Governo brasileiro, estaremos ávidos, estaremos trabalhando para que possamos consolidar definitivamente essa parceria. Uma parceria econômica, uma parceria política, uma parceria que envolva ciência e tecnologia, mas, sobretudo, uma parceria que estabeleça uma relação de confiança, sem que nenhum país queira ter hegemonia sobre o outro país. Parceria de verdade. Parceria comercial, parceria política, parceria cultural. Acho que poderemos ensinar ao mundo que, durante muitos anos, fomos povos colonizados e sabemos que a colonização pode ter ajudado no início, mas não trouxe os frutos que os nossos povos esperavam. E queremos, do ponto de vista comercial, do ponto de vista político e do ponto de vista econômico, decidir mais livremente quem são os parceiros que podem ajudar as nossas economias a crescer.

Quero desejar a todos vocês toda a sorte do mundo e dizer que vamos ter uma exposição internacional, em novembro, aqui em Delhi, onde vai haver um pavilhão do Brasil. Você pode trazer um avião, Botelho, e colocar aqui. Um pavilhão de 5 mil metros quadrados, para que os empresários brasileiros possam colocar os seus produtos aqui. E acho bom. Dizia ao Ministro Furlan e ao Ministro Celso Amorim que, quando retornar ao Brasil, vou convocar uma reunião da CNI, da Federação das Indústrias de todos os estados, da Federação do Comércio e vou fazer um desafio, para que vocês aprendam a vender mais do que reclamar.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Encontro “Brasil-Índia – Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas e Possibilidades”, em Nova Delhi, em 27 de janeiro de 2004

Senhor Subash Maharia, Ministro para Assuntos do Consumidor, Alimentos e Distribuição Pública da

Índia; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Senhor Pradipto Gosh, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Florestas; Embaixadora Vera Machado, Embaixadora do Brasil na Índia; Senhor Anand Mahindra, Presidente da Confederação de Indústrias da Índia; meus amigos, minhas amigas; representantes do Governo da Índia; representantes do Governo brasileiro; empresários brasileiros; empresários da Índia; Deputados aqui presentes,

É com grande satisfação que vejo incluído em meu programa de visita à Índia este seminário sobre as perspectivas e possibilidades do desenvolvimento sustentável. Este tema, que envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas, é hoje uma preocupação planetária. Exige a integração de diversas áreas do conhecimento humano. Pede ações em todos os países e a constante parceria entre Governos e todos os segmentos da sociedade.

O meio ambiente determina a qualidade de vida da população e está relacionado, portanto, com o emprego e a segurança alimentar. O uso dos recursos naturais deve contribuir para promover a inclusão social.

Tenho muito prazer em inaugurar essa reunião que, em suas mesas redondas, deverá promover uma análise intersetorial do conceito de desenvolvimento sustentável.

A reunião permitirá uma reflexão profícua entre formuladores de política, planejadores econômicos, agentes governamentais de alto nível, cientistas, pesquisadores, representantes de organizações não-governamentais e empresários.

Este é o primeiro evento sobre desenvolvimento sustentável que se realiza entre Brasil e Índia. Permitirá melhor conhecimento mútuo, maior compreensão de nossos desafios e a identificação de parcerias em diversos níveis.

Brasil e Índia contam com rica experiência de pesquisa em desenvolvimento sustentável e um importante acervo de projetos implantados. Dispõem de experiência na elaboração de leis de projeção

ambiental e sua implementação, por vezes muito difícil.

Meus amigos e minhas amigas,

Sei que em Delhi veículos de transporte coletivo são movidos a gás natural, o que reduziu de maneira considerável a contaminação atmosférica.

Sei, também, que o Governo indiano adotou programa de mistura de etanol à gasolina, inspirado no Proálcool brasileiro.

A Índia é um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Reúne condições para implementar esse Programa de maneira extensa e intensa. Nossa experiência nessa área – de três décadas – poderá ser muito útil aos nossos parceiros da Índia. Os benefícios do Proálcool têm sido inúmeros e profundos. Reduzem-se os gases nocivos na atmosfera. Esse objetivo foi mais recentemente incorporado ao Protocolo de Quioto.

Nosso programa também estimulou investimentos em pesquisa e na produção do setor do açúcar e do álcool. Gerou milhares de empregos e reduziu o volume das importações de petróleo.

O Programa viabilizou-se pela abundância de matéria-prima, a cana de açúcar. Permitiu o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, que aperfeiçoamos ao longo dos últimos 30 anos. Estamos prontos a compartilhá-la com nossos parceiros. Mas devemos estar atentos para outras possibilidades de cooperação.

Sabemos de avanços da Índia nas pesquisas e desenvolvimento em biotecnologia. Queremos aprofundar o intercâmbio científico nesse domínio.

A biodiversidade da Índia e do Brasil permite a ambos os países inúmeras oportunidades de parcerias, de investimentos, de pesquisa científica e tecnológica. Elas também trarão benefícios sociais com a geração de empregos dignos e a melhoria das condições de vida.

A parceria com organizações não-governamentais é muito bem vinda no Brasil. As ONGs são aliadas do Governo em projetos importantes, como a preservação de conhecimentos e práticas tradicionais das populações locais no uso dos recursos naturais.

Essa parceria também se expressa em programas de educação e conscientização ambiental que, em uma visão inovadora, adotamos em nosso Governo.

Índia e Brasil são grandes produtores de alimentos. Partes de suas populações, no entanto, ainda passam fome ou sofrem de desnutrição. Nosso compromisso com esses setores da sociedade e, sobretudo, com as gerações futuras é o de erradicar esses flagelos.

Criamos no Brasil programas inovadores para alcançar a segurança alimentar. Mas temos muito, e, quem sabe, muito mesmo, a aprender com a Índia.

O Programa de Agricultura Familiar e o Programa Bolsa Alimentação, implantados no Brasil, têm apresentado resultados animadores.

Mas temos ainda pela frente uma tarefa gigantesca, que poderemos executar melhor se trocarmos nossas experiências.

Meus senhores e minhas senhoras,

Índia e Brasil, a segunda e a quinta maior população do planeta, respectivamente, têm de oferecer outra qualidade de vida a seus filhos.

A educação de qualidade e a criação de empregos devem estar no centro de nossas preocupações, sobretudo quando se fazem sentir os efeitos perversos da globalização sobre o mercado de trabalho.

É de especial importância a criação de empregos para os jovens, de modo a torná-los cidadãos, homens e mulheres produtivos, que contribuam para o bem-estar geral.

Os esquemas de auto-emprego, nos quais intervêm as empresas privadas e as organizações não-governamentais, são contribuição inovadora e bem sucedida, tanto no Brasil quanto na Índia.

Meus amigos e minhas amigas,

O conhecimento científico é estratégico para a inserção mais ampla de nossos países no mundo de hoje. Ele deve inspirar um desenvolvimento tecnológico que leve em conta os diversos fatores do desenvolvimento sustentável.

Nossa presença na cena internacional dependerá fundamentalmente de nossa capacidade de vencer a

exclusão social, a fome e o desemprego. Dependerá, igualmente, dos meios que dispusermos para alcançar tais objetivos. Refiro-me tanto às políticas que aplicamos internamente, quanto à nossa ação internacional.

Índia e Brasil têm um papel relevante a cumprir no mundo de hoje. Nossas histórias nos ensinam que, no centro de nossas concepções de desenvolvimento, deve estar o ser humano.

Espero que este encontro tenha pleno êxito no estímulo à cooperação entre nossos dois grandes países.

Meus amigos e minhas amigas,

Não poderia concluir a minha participação neste seminário sem falar com vocês um pouco da experiência no Brasil do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família.

O Programa Fome Zero foi pensado muito antes de ganharmos as eleições. E o problema da fome no Brasil não é decorrente da falta de produção de alimentos, porque produzimos alimentos suficientes para que o nosso povo tenha acesso às calorias e às proteínas necessárias à sobrevivência humana. O nosso problema é exatamente de distribuição de renda, de possibilitar que uma parte pobre da população, que não é pouca gente – são, aproximadamente, quase 50 milhões de habitantes que não conseguem comer as calorias e as proteínas necessárias à boa qualidade que o ser humano precisa ter.

O Programa Fome Zero começou em fevereiro do ano passado e, em onze meses, conseguimos chegar a praticamente 2 mil municípios e conseguimos atender praticamente 1 milhão e meio de famílias – isso totalizando o número de, praticamente, 8 milhões de pessoas.

O Programa Fome Zero distribui um cartão alimentação, com o qual a pessoa pode ir ao supermercado e comprar uma quantidade de alimentos. Mas não é apenas o cartão alimentação. O Programa Fome Zero tem parcerias com pequenos produtores, sobretudo das regiões mais pobres do Brasil, com os quais, no ano passado, assumimos o compromisso de comprar grande parte de sua

produção de feijão. Por conta do compromisso de comprarmos o feijão deles, o preço no mercado não caiu e eles puderam vender a um preço até melhor do que aquele que nos dispusemos a pagar. Estamos, agora, com um programa inovador, da compra de leite para as crianças carentes. Esse leite é comprado de pequenos produtores.

Mas, ao mesmo tempo, resolvemos unificar todas as políticas sociais que tínhamos no Brasil, porque, habitualmente, não tínhamos política de Governo. Tínhamos política de Ministros. Cada Ministério tinha criado uma pequena política social. E nós, então, resolvemos unificá-las. Criamos o Bolsa Família.

É importante lembrar que, até outubro do ano passado, a média de dinheiro que os pobres brasileiros recebiam era de apenas 22 reais. Essa era a média, incluindo todos os programas sociais. Nós, hoje, estamos distribuindo, para 3 milhões e 615 mil famílias, totalizando, aproximadamente, de 13 a 15 milhões de pessoas, uma média de 72 reais, mais de três vezes mais do que se distribuía anteriormente.

Mas o mais importante do Bolsa Família é que estamos obrigando as famílias que recebem esses recursos a cumprirem alguns compromissos, para o bem da própria família. Por exemplo, para receber esses recursos, uma mulher gestante tem que fazer todos os exames que a medicina exige que faça. Para receber esse benefício, uma mulher que tem filho com menos de 6 anos é obrigada a dar todas as vacinas que a medicina exige para uma criança dessa idade. Para receberem esses recursos, as famílias que têm filhos de 7 a 14 anos são obrigadas a colocar os seus filhos na escola. Se as crianças faltarem, a família poderá perder essa ajuda. E as famílias que têm adultos analfabetos são obrigadas a alfabetizá-los, como condição para que possam receber esse dinheiro.

Pretendemos, até 2006 – e espero que consigamos antes –, atingir 11 milhões de famílias no Brasil. E, se fizermos isso, certamente, em função dos dados de que dispomos, seja do Banco Mundial, seja do Instituto de Pesquisas do Brasil, estaremos atendendo a totalidade das famílias que precisam de

ajuda na área de segurança alimentar.

Não tenho dúvida de que, se conseguirmos fazer isso, estaremos concretizando o maior plano de política de distribuição de renda hoje feito no mundo. E é plenamente possível fazermos isso. Não custa muito dinheiro.

Penso que aqui, na Índia, como no Brasil, o acúmulo durante anos e anos de esquecimento de políticas sociais justas permitiu que chegássemos ao século XXI com um número muito grande de gente passando fome. Pelo que fui informado, na Índia, são aproximadamente 270 milhões de pessoas; e, no Brasil, quase 50 milhões.

Penso que o desenvolvimento da Índia, o desenvolvimento do Brasil e o desenvolvimento de outros países pobres dos vários continentes só será altamente sustentável se tivermos competência de, concomitantemente com o desenvolvimento social, termos uma política de inclusão social.

É importante lembrar, neste seminário, que não basta um país crescer, porque, muitas vezes, o país cresce, o PIB cresce, o lucro das empresas cresce, mas a massa salarial não cresce e o número de pessoas no mercado de trabalho também não cresce.

O Brasil, de 1930 a 1980, foi o país que mais cresceu no mundo. Entretanto, esse crescimento não significou distribuição de renda, não significou, portanto, diminuição da pobreza.

A grandiosidade da Índia, o potencial da economia da Índia, o potencial da economia brasileira e as possibilidades de crescimento que temos serão fortalecidos, sobretudo se tivermos capacidade de aprofundar as nossas relações, descobrindo que o mundo desenvolvido é um parceiro excepcional, tanto para a Índia como para o Brasil. Com uma verdadeira parceria entre Índia e Brasil, entre Índia, Brasil e África do Sul, entre os países em desenvolvimento, possivelmente tenhamos possibilidades de comercializar muito mais, de crescer muito mais, porque temos muitas similaridades, tanto nas potencialidades quanto nos problemas sociais acumulados durante décadas e décadas.

O desafio que está colocado para nós é que não basta crescer para atender uma pequena casta da nossa sociedade. O crescimento tem que significar distribuição de renda, distribuição de riqueza.

Acho que este século – em que os países em desenvolvimento, os países com grandes potencialidades, com grande extensão territorial, com potencial científico e tecnológico, e que têm os compromissos com a humanidade que têm Índia e Brasil – certamente será o século em que passaremos a fazer parte da chamada economia em crescimento de verdade, será o século em que passaremos a ocupar espaços geográficos importantes no comércio exterior e será o século em que deixaremos de ser pobres e passaremos a fazer parte do mundo que vive com uma certa abundância.

Mas isso só será justo e só terá sentido se conseguirmos levar, junto com o crescimento, os milhões de indianos e de brasileiros que, ao longo de séculos, ficaram para trás, passando privações.

A hora é de desenvolvimento. A hora é de acordos bilaterais. Mas a hora mais importante é a hora de políticas de inclusão social, porque é para isso que fomos eleitos e é para isso que ganhamos as eleições.

Muito obrigado.

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema “Atuais Desafios para o Multilateralismo e as Nações Unidas”, pronunciada pelo Secretário de Planejamento Diplomático, Embaixador Antônio Patriota, na XV Conferência Asiática de Segurança, em Nova Delhi, em 28 de janeiro de 2004

“Toda Nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve esforçar-se – em suas relações internacionais – para defender processos decisórios transparentes, legítimos e representativos”, declarou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de abertura da 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro de 2003. Como única organização de adesão universal, as Nações Unidas

muito se assemelham a um Parlamento mundial. Assim, os mesmos princípios que levam uma Nação a, internamente, defender os direitos civis e políticos de seus cidadãos devem refletir-se em um compromisso correspondente, em nível internacional, com a preservação e o fortalecimento do multilateralismo e das Nações Unidas.

A democracia já foi chamada de pior forma de Governo, exceto todas as demais, por ninguém menos que Winston Churchill. Observação similar poderia ser feita a respeito do multilateralismo. Sem dúvida, os prolongados debates que costumam preceder a adoção de decisões pelos Governos democráticos e pelas organizações multilaterais podem parecer lentos. Mas da mesma maneira como a História nos ensina a desconfiar da falsa eficiência das autocracias, seria insensato imaginar que as relações entre os Estados possam dispensar a busca do consenso mediante o diálogo e consultas, no quadro dos instrumentos multilaterais existentes.

No entanto, as frustrações com o atual funcionamento das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança, assim como o novo contexto internacional de segurança, ensejaram o aparecimento de doutrinas que visam precisamente a isto: deixar de lado o processo multilateral quando os interesses próprios aparentemente possam ser mais bem atendidos por uma ação rápida e unilateral. Como assinalou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, “essa lógica representa um desafio fundamental aos princípios sobre os quais se assentou, ainda que imperfeitamente, a paz e a estabilidade mundiais nos últimos cinquenta e oito anos”. No cerne desse debate se encontra a importância de conferir legitimidade ao recurso à coerção nas relações internacionais. O desafio central segue sendo o de dotar o recurso à força do respeito e do reconhecimento que merece quando serve para assentar a ordem sobre a justiça, nas palavras de um ex-Presidente da Corte Internacional de Justiça.

Esse debate é recorrente desde os primórdios das Nações Unidas. O mundo unipolar que surgiu do fim da Guerra Fria e os eventos de 11 de setembro de

2001 colocam-nos, entretanto, diante de um novo paradigma. Em questão hoje se encontra a necessidade de uma barganha entre o poder unipolar e os instrumentos multilaterais, com vista a promover a cooperação internacional e fortalecer os mecanismos institucionais existentes. A fim de enfrentar esse desafio histórico, devemos estar preparados para examinar as ameaças contemporâneas do terrorismo internacional e das armas de destruição em massa – que, aliás, não são totalmente novas –, ao mesmo tempo em que ampliamos o debate sobre segurança pelo reconhecimento dos vínculos que existem entre as agendas econômica e social. Urge também fortalecer a credibilidade dos principais órgãos da ONU e prepará-los para novos desafios. Como observou o Secretário-Geral Kofi Annan, se quisermos evitar a proliferação do uso unilateral e ilegal da força, devemos assumir a responsabilidade de reformar as Nações Unidas e forjar políticas que sejam coletivas, coerentes e manejáveis.

Como instituição, as Nações Unidas demonstraram grande adaptabilidade ao longo de suas quase seis décadas de existência. Ao desincumbir-se de suas responsabilidades no campo da paz e segurança, ela soube ajustar-se a mudanças geopolíticas não previstas na Conferência de São Francisco em 1945. Mesmo se seu prestígio tenha ocasionalmente sofrido no decorrer de sua existência, é ainda possível afirmar que a ONU tem sobrevivido sem perder sua relevância. É também possível argumentar que a atual crise oferece uma rara oportunidade de renovação e renascimento.

Para recapitular brevemente, logo após a Segunda Guerra Mundial, as conversações sobre os “acordos especiais” que deveriam dotar o Conselho de Segurança de “Forças Armadas, assistência e instalações, inclusive direitos de passagem”, em conformidade com o Artigo XLIII da Carta da ONU, foram interrompidas pelas tensões crescentes da Guerra Fria. Até hoje não foram elas retomadas. O mundo bipolar quase levou o Conselho de Segurança

à inação durante a crise da Coreia, quando a União Soviética – depois de um breve período de ausência voluntária (em protesto contra a presença de Taiwan) – retornou a seu assento em 1950. A paralisia levou um grupo de delegações ocidentais a ampliar as responsabilidades da Assembléia Geral no campo da paz e da segurança, por intermédio da resolução 377, mais conhecida como “Unidos pela Paz”. Aos olhos de alguns, essa iniciativa significava uma emenda da Carta mediante uma resolução da Assembléia Geral. Na prática, ela conferiu ao sistema de segurança coletiva da ONU uma salvaguarda contra o obstrucionismo das potências com poder de veto.

Nos anos 60, a Guerra do Vietnã mais uma vez expôs os limites da capacidade do Conselho de Segurança de lidar com as mais graves diferenças entre o Leste e o Oeste. Isso não o impediu de demonstrar desembaraço, por exemplo, na criação das operações de manutenção da paz, que abriram novas possibilidades para a ação coletiva sob os auspícios da ONU em uma variedade de cenários. Embora as operações de manutenção da paz não estivessem originalmente previstas na Carta da ONU, logo se transformaram em uma das mais valiosas ferramentas em mãos dos membros do Conselho para resolver conflitos internacionais, atuais ou potenciais, ou ainda conflitos internos com uma clara dimensão internacional.

O fim da Guerra Fria parecia anunciar um novo começo para o multilateralismo e a segurança coletiva. A Primeira Guerra do Golfo reforçou essa percepção, com o inequívoco apoio que os cinco membros permanentes deram ao uso da força pela coalizão, autorizado pela Resolução 678. Para alguns observadores, entretanto, constituiu um marco significativo a adoção da Resolução 687 (1991), que pode ser descrita como um híbrido de tratado de paz e regime de sanções abrangente, sujeito a condições muito estritas para ser levantado. Entre outros aspectos inovadores, a Resolução 687 estabeleceu um precedente para um envolvimento direto do Conselho de Segurança no desarmamento

e não-proliferação de armas de destruição em massa, por intermédio do sistema de inspeções da UNSCOM.

É interessante notar que a Resolução 688 (1991) – que considerou a repressão por Bagdá da revolta dos curdos uma ameaça à paz internacional – iria também tornar-se conhecida como um precedente para a reação do Conselho de Segurança a sérias violações de direitos humanos. Opinou-se então que o Artigo II, parágrafo 7, da Carta (que trata do princípio de não-ingerência em assuntos internos) não se aplicava a violações em larga escala com implicações para a paz regional ou internacional. Em grande medida, o mesmo raciocínio já havia sido aplicado por aqueles que favoreciam a imposição de sanções contra os regimes racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul.

Nos últimos 50 anos, observamos um movimento pendular, marcado inicialmente por uma fé crescente no poder estabilizador das operações de manutenção da paz “multidimensionais”, seguida de uma desilusão progressiva, na esteira dos eventos na Somália, Bósnia e Ruanda. Em um década, o Conselho passou, sucessivamente por um superávit e um déficit de credibilidade.

Entretanto, foi durante a crise do Kosovo em 1999 que a convergência no pós-Guerra Fria de posições no Conselho de Segurança deu lugar a divisões particularmente sérias. Deixando de lado a discussão sobre se a ação da OTAN contra a ex-República da Iugoslávia adquiriu legitimidade em face do apoio insuficiente no Conselho a uma resolução que pedia sua interrupção, tornou-se então claro que as imperfeições no funcionamento e na composição do Conselho estavam minando tanto sua capacidade de agir, como sua autoridade. Menos divulgada, mas nem por isso menos digna de menção nesse contexto foi a recomendação da Organização da Unidade Africana de que os países africanos deveriam dissociar-se das sanções impostas à Líbia.

Os atentados de 11 de setembro confrontaram a comunidade internacional com uma situação sem

precedentes. O terrorismo internacional já fora uma preocupação da ONU e objeto de várias convenções negociadas na VI Comissão da Assembléia Geral. O terrorismo foi mencionado na Declaração adotada pela primeira reunião do Conselho de Segurança em nível de Chefes de Estado e de Governo em 1992. A Líbia foi colocada sob sanções em razão das evidências sobre a participação de Trípoli nos ataques terroristas contra os vôos da Pan Am e da UTA. A destruição, porém, das torres gêmeas do *World Trade Center* em Nova York e os ataques contra o Pentágono colocaram o terrorismo no topo da agenda de segurança internacional – onde permanece até hoje.

É possível identificar três momentos distintos na repercussão internacional do 11 de setembro na ONU e, em particular, no Conselho de Segurança: (1) uma fase de apoio virtualmente universal a uma ação forte contra a Al Qaeda, refletida na decisão por consenso no Conselho quanto à remoção do Talibã no Afeganistão; (2) um interlúdio de profundas divisões entre os membros do Conselho com relação à guerra contra o Iraque; (3) e, atualmente, o frágil consenso em torno da adoção da Resolução 1511 sobre o Iraque, que pode ser interpretado como um sinal de uma disposição da comunidade internacional de virar essa página e olhar para o futuro.

Ao propor o estabelecimento de um Grupo de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, Kofi Annan declarou que “este pode ser um momento não menos decisivo que 1945, quando as Nações Unidas foram criadas”. Sua mensagem é clara: temos de encarar esta oportunidade histórica de remodelar a segurança coletiva. Como membro fundador das Nações Unidas e país profundamente comprometido com o multilateralismo, o Brasil está pronto para assumir o desafio e responder ao apelo do Secretário-Geral. Quatro questões, em particular, têm de ser abordadas: (1) o terrorismo internacional e a questão da prevenção (*prevention*) e do que, aproximadamente, poder-se-ia traduzir para o português como ação antecipada (*preemption*); (2) a ameaça das armas de destruição em massa; (3) os

elos entre segurança internacional, direitos humanos e justiça social; (4) o Conselho de Segurança e, de modo mais amplo, a reforma da ONU.

O terrorismo internacional é motivo de preocupação para todos nós; não importa se nossa Nação é visada diretamente ou não. A morte de Sérgio Vieira de Mello e seus colegas no Escritório da ONU em Bagdá não é senão uma triste lembrança disso. Os ataques terroristas mais recentes atingiram uma nova e intrigante escala. O terrorismo não é, contudo, como tal, um fenômeno novo. Em nossas tentativas de enfrentar a ameaça que ele coloca, não devemos menosprezar o sólido corpo do direito internacional existente. Ao mesmo tempo, a cooperação deve ser aprimorada em dois planos principais: (1) adoção de medidas repressivas contra as organizações terroristas e o crime organizado, mediante acordos, intercâmbio de inteligência e contatos mais estreitos entre as instituições policiais e judiciárias; (2) promoção da tolerância, dos valores democráticos e de uma maior atenção a suas raízes sociais e econômicas. Conquanto não exista uma relação de causa direta entre pobreza e terrorismo, parece claro que a disputa econômica e a exclusão social – sobretudo quando aliadas à ausência de liberdade política e social – são fatores que podem contribuir para atos ilícitos. Se trabalharmos multilateralmente para logarmos avanços nesses dois *fronts*, estaremos fortalecendo nossa capacidade em termos de “prevenção”.

Em contraste, o conceito de ação antecipada (*preemption*) parece criar problemas iguais ou maiores do que aqueles que procura resolver. Em um artigo recentemente publicado na revista *Foreign Affairs*, o Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, argumenta que alguns observadores teriam exagerado o alcance daquele conceito na política externa de seu país e sua importância na estratégia global dos EUA. São palavras até certo ponto reconfortantes. A ação unilateral de legítima defesa em caráter antecipado pode, na prática, não ser distinguível de atitudes beligerantes. Como podemos traçar uma linha de separação entre as

duas? O Capítulo VII da Carta, sabiamente, trata de legítima defesa de modo separado de medidas para o cumprimento das decisões do Conselho, porquanto uma depende de uma avaliação individual, e a outra, de um processo coletivo. O recurso à força para prevenir que se materializem ameaças iminentes só desfrutará de inquestionável legitimidade internacional se for baseado em uma abordagem negociada multilateralmente. Nas palavras do Presidente Lula, “um mundo em que o uso da força não se baseie em regras e entendimentos acordados multilateralmente será intrinsecamente instável e estruturalmente inseguro”. O Artigo LI da Carta reconhece o direito de legítima defesa individual e coletivo. Também reza que, no exercício desse direito, os Estados-Membros deverão reportar-se ao Conselho de Segurança, e não deverão de modo algum afetar a autoridade e responsabilidade do Conselho na manutenção e restauração da paz e segurança internacionais. Esses são parâmetros que todos nós voluntariamente decidimos respeitar. Continuemos, portanto, a procurar soluções dentro desses parâmetros.

Aprimorar o papel do Conselho de Segurança para tratar da ameaça colocada pelas armas de destruição em massa levanta diversas questões. Em primeiro lugar, devemos reexaminar a relação entre o Conselho e as organizações e agências especializadas, tais como a AIEA (nuclear), a OPAQ (química) e os órgãos políticos de tratados como a CPAB (biológica). Nesses mecanismos, a possibilidade de submeter um caso ao Conselho de Segurança é restrita a situações de extrema gravidade. Uma parceria mais sólida entre aqueles órgãos e o Conselho poderia talvez ser explorada com vistas a aperfeiçoar a capacidade sistêmica geral das Nações Unidas. Uma possibilidade digna de consideração seria encorajar representantes dos organismos especializados a reportarem-se de modo regular ao Conselho sobre desdobramentos significativos.

A experiência – tanto positiva quanto negativa – adquirida com a UNSCOM e a UNMOVIC levou alguns a proporem o estabelecimento de um corpo permanente de inspetores sob a supervisão do

Conselho, capaz de assumir um papel auxiliar, de modo que os Estados-Membros possam ter uma perspectiva estruturada e interdisciplinar sobre ameaças diferentes e inter-relacionadas. Tendo presidido os painéis do Conselho que estudaram as atividades da UNSCOM e propuseram recomendações que, de modo geral, foram incorporadas com a criação da UNMOVIC, não seria eu refratário a um tal exercício. Ao mesmo tempo, como um país que exerceu um papel de liderança na promoção de zonas desnuclearizadas e que é parte no TNP, o Brasil está convencido de que, enquanto os arsenais nucleares não forem drasticamente reduzidos, com vistas a sua eliminação, eles continuarão a ser um incentivo (ainda que não uma justificativa) à proliferação. O mesmo se aplica às armas químicas e biológicas. Em suma: os esforços de não-proliferação devem ser perseguidos em compasso com os do desarmamento verificável.

Como já mencionado, o Conselho não se mostrou insensível no passado a abusos na área dos direitos humanos, tendo imposto sanções à África do Sul durante o regime do *apartheid* e defendido os curdos no Iraque. Mas o Conselho só pode fazer aquilo para o qual recebe autorização de seus membros, o que pode ajudar a explicar por que falhou para prevenir o genocídio em Ruanda ou o massacre de Srebrenica. Precisamos é de um enfoque mais sistemático. Ao estabelecer critérios multilateralmente acordados e modalidades para o envolvimento da ONU em situações semelhantes, as armadilhas inerentes a gestões caso a caso serão minimizadas – em benefício da credibilidade das Nações Unidas e da cooperação internacional orientada para o alívio do sofrimento humano.

Conforme ficou reconhecido na Declaração de Viena sobre Direitos Humanos, há um *continuum* entre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Torna-se cada vez mais óbvio que a persistência da fome e da pobreza extrema, assim como as disparidades de renda dentro e entre as sociedades, representam uma questão de segurança – ademais de apresentar desafios nos planos político, econômico e moral. O Presidente

Lula sublinhou o vínculo que existe entre paz e desenvolvimento socioeconômico, quando asseverou perante a Assembléia Geral da ONU que “é chegada a hora de chamar a paz pelo seu verdadeiro nome: justiça social”. O Conselho de Segurança precisa estabelecer uma relação de trabalho mais estreita com um Conselho Econômico e Social (ECOSOC) que seja mais atuante. O Artigo LXV da Carta fornece uma base para essa cooperação. O ECOSOC poderia ser remodelado para assumir maiores responsabilidades no que se refere tanto à prevenção de conflitos, como à supervisão pós-conflito e ao apoio multilateral a países e regiões que não suscitem sérias preocupações do ponto de vista da segurança. Situações dramáticas de colapso social, econômico e institucional poderiam também ser tratadas no contexto de uma parceria entre o ECOSOC e o Conselho de Segurança, com o apoio de organizações regionais e de outras partes interessadas.

Não podemos mais prolongar o debate sobre a reforma da ONU. Mais de dez anos foram gastos no exame de diferentes opções para a ampliação do Conselho de Segurança. Enquanto isso, o conceito de

um Conselho mais representativo, com novos membros permanentes da África, Ásia e América Latina e dois novos membros do mundo desenvolvido – além de um número de novos assentos não permanentes – vem ganhando aceitação crescente. Sob a firme liderança do Secretário-Geral Kofi Annan, o abalo produzido pelo ataque contra o Escritório da ONU em Bagdá está-se transformando em impulso político para a preservação do multilateralismo, através de um apelo a uma mudança responsável e em tempo oportuno. As instituições que criamos com visão histórica e apelo universal devem erguer-se para enfrentar os desafios do presente. Grupos de nações ou alianças regionais, como a OTAN – não importa quão nobres seus objetivos – não podem ser substitutos críveis ou legítimos à construção do consenso em nível global, uma tarefa que só as Nações Unidas pode desempenhar. Devemos assumir nossa responsabilidade coletiva de garantir o grau de estabilidade necessário para que o mundo dedique seus melhores recursos – humanos e materiais – ao alívio da pobreza e à promoção da harmonia social e econômica – os verdadeiros fundamentos da paz duradoura.



Visita do Presidente da República a Genebra

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil, em Genebra, em 29 de janeiro de 2004

Vim a Genebra para falar-lhes do Brasil, de sua economia e das oportunidades que apresenta para o investidor estrangeiro.

O Brasil é hoje um país de sólidas instituições democráticas e uma estável e diversificada economia.

A confiança em mim depositada me permite reunir as forças criativas da sociedade brasileira para enfrentar os desequilíbrios macroeconômicos que herdei.

Meu Governo dispõe de condições para superar os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país.

Tem base parlamentar necessária para levar adiante – em sintonia permanente com a sociedade – um conjunto importante de reformas indispensáveis para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada dos investimentos.

As reformas mais importantes são aquelas que garantirão um prolongado e sustentável ciclo de desenvolvimento econômico social.

No século passado, nossa economia teve taxas de crescimento dentre as mais altas do mundo. Foi um crescimento, no entanto, que produziu concentração de renda e não cuidou de seu próprio financiamento. Gerou desequilíbrios fiscais agudos, surtos inflacionários, alternando períodos expansivos e recessivos.

Senhoras e senhores,

A aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas tributária e previdenciária permitirá uma

maior justiça social e assegurará os recursos para a manutenção do equilíbrio nas contas públicas. Garantirá também a viabilidade do sistema de seguridade social, reduzindo a carga tributária sobre o setor produtivo.

O Governo e todos os brasileiros deram sua parte no sacrifício para recolocarmos, em 2003, o Brasil nos trilhos do crescimento sustentável.

O país pode hoje oferecer a empresários e trabalhadores melhores condições para produzir e elevar seu padrão de vida. Nossa disposição de saldar a dívida social que temos com as camadas mais pobres da sociedade brasileira permitirá uma maior estabilidade social e política, sem a qual não haverá estabilidade econômica duradoura.

A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável. Comprometeu a saúde fiscal do Estado. Agravou de forma insuportável as desigualdades sociais.

Para fazer face a isso, nos propusemos ajustar o funcionamento da administração pública, mediante uma redefinição de prioridades, redistribuição dos recursos públicos para onde são mais necessários, e corte de gastos improdutivos. Adotamos políticas necessárias para preservar a segurança das atividades empresariais.

Nas últimas décadas, o descompasso entre

receitas e despesas do Governo resultou em incertezas macroeconômica e tributária, aumentando o prêmio de risco e as taxas de juros e reduzindo o investimento privado. Como consequência, o crescimento do país foi medíocre, abaixo do seu potencial.

Decidimos enfrentar o desafio do ajuste estrutural das finanças públicas. Recuperar a confiança dos investidores e credores externos na atividade econômica no Brasil e relançar responsabilmente um ciclo de desenvolvimento econômico com justiça social.

Houve uma sensível melhoria no perfil da dívida pública em 2003. A dívida pública consolidada mostra estabilização com tendência de queda. A política econômica que adotamos levou à retomada da confiança externa, à acomodação da taxa de câmbio, a quedas importantes nas taxas de juros nominais e reais. A política monetária reduziu drasticamente as expectativas inflacionárias. A vulnerabilidade da economia frente a turbulências mundiais diminuiu. Em um ano o risco-Brasil caiu de 2400 pontos para 400.

Apesar do ajuste nas contas públicas e da manutenção em patamares ainda elevados das taxas de juros, o PIB, mesmo assim, apresentou crescimento positivo em 2003.

Neste ano teremos um crescimento entre 3 e 4%. Não é ainda de todo o desejável. Mas trata-se de um recomeço, dentro de um quadro consistente de estabilidade macroeconômica e de disciplina fiscal.

No comércio exterior, a mobilização de nosso empresariado e a ação do Governo para ampliar o acesso a diversos mercados produziram, em 2003, o segundo maior superávit comercial da história brasileira: quase 25 bilhões de dólares. O crescimento das exportações foi extremamente significativo: mais de 20%. Estou certo de que continuaremos em 2004 a explorar agressivamente o potencial das exportações brasileiras. Os primeiros resultados de 2004 confirmam amplamente essa tendência. Para o futuro, contamos com a melhoria no acesso de produtos brasileiros aos principais mercados.

Senhoras e senhores,

Tenho mencionado a necessidade de construir uma nova geografia econômica e comercial. Não se trata de arroubo retórico. Sem menosprezar nossas relações históricas com o mundo desenvolvido, estamos convencidos de que há um enorme potencial em nossas relações regionais e com outras economias emergentes.

Os grandes investidores internacionais, além dos atrativos do mercado interno brasileiro, devem olhar também para essas outras realidades.

Senhoras e senhores,

O MERCOSUL se consolida e se expande para o conjunto da América do Sul, ao mesmo tempo em que se aprofunda e cobre novas áreas, como serviços, investimentos e compras governamentais.

Trabalhamos também para concluir este ano o acordo MERCOSUL-União Européia. Da mesma forma, assinamos acordos do MERCOSUL com a Índia. Nossas negociações com a África do Sul avançam.

Os entendimentos para a formação da ALCA encontram-se bem encaminhados após a Reunião Ministerial de Miami, em direção a um acordo realista e flexível.

A aproximação com os países árabes, iniciada com a minha viagem pelo Oriente, ganhará grande impulso com a reunião que realizaremos no Brasil este ano.

Finalmente, reiteramos nosso compromisso com a Rodada de Doha, cujos resultados devem beneficiar os países em desenvolvimento eliminando barreiras e subsídios que distorcem o livre-comércio.

Senhoras e senhores,

Maior acesso a mercados externos atrairá mais investimento produtivo para o Brasil. Esperamos incrementar, em muito, os quase 11 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros recebidos no Brasil, em 2003.

Os recursos privados externos, somados aos do empresariado brasileiro, serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico, para a geração de empregos e elevação da renda do trabalhador.

O Brasil reúne enorme potencial e oportunidades

para o investidor. Tem recursos naturais abundantes, uma classe trabalhadora qualificada profissionalmente. Tem uma infra-estrutura ampla, que desejamos melhorar. Tem instituições sólidas e reguladas, sob permanente vigilância da sociedade e da opinião pública. Tem um Governo estruturado, com apoio político e popular, disposto a ouvir e a solucionar problemas.

Além disso, o Brasil é um país que vive em paz há mais de 100 anos com seus vizinhos e aprofunda seus laços de cooperação e amizade em sua própria região e fora dela. É um país com vocação humanista e universalista, disposto a assumir crescentes responsabilidades na promoção da estabilidade mundial. Tenho dado muita atenção à integração na América do Sul.

Assumi, como prioridade de meu Governo, a construção de uma grande infra-estrutura na região. Mais do que um conjunto de vias de integração, ela será um verdadeiro canal de desenvolvimento, levando progresso econômico e bem-estar a áreas ainda à margem dos benefícios da sociedade moderna. Permitirá igualmente uma inserção mais competitiva de toda a região na economia global.

Estamos desenvolvendo mecanismos para atrair investimentos para projetos de infra-estrutura, inclusive por meio da Parceria Público-Privada que, muito em breve, será transformada em lei.

Senhoras e senhores,

Passado meu primeiro ano de Governo, posso dizer que estou extremamente otimista com a direção que conseguimos imprimir ao Brasil, embora estejamos conscientes de que precisamos fazer mais.

O país precisa voltar a crescer a taxas robustas, permitindo a substancial elevação dos níveis de emprego e a redução dos índices de pobreza. Continuaremos trabalhando por melhores taxas de desenvolvimento social, por uma sociedade menos marcada pela desigualdade e pela exclusão.

Em nosso continente aprendemos que não haverá estabilidade econômica efetiva se não houver democracia política e social. Temos hoje o mais importante programa de proteção social que nossa

história registra.

Três milhões e seiscentas mil famílias estão cobertas pelo Programa Bolsa Família que, até o final de meu Governo, abrangerá 11 milhões de famílias, ou seja 50 milhões de brasileiros, que estarão livres do flagelo da fome.

Mas necessitamos mais do que isso. É fundamental criar oportunidades e opções econômicas para nossa grande população. Os investimentos estrangeiros, que têm sido uma das molas mestras de nossa economia, podem dar forte impulso a nosso desenvolvimento. Estamos dispostos a discutir projetos e propostas com a comunidade empresarial internacional e brasileira, que possam facilitar as inversões em meu país, num clima de harmonia e respeito às leis e valores de nossa sociedade.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Conferência de Imprensa sobre o Fundo Mundial de Combate à Pobreza, após encontro com o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, o Presidente da França, Jacques Chirac, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em Genebra, em 30 de janeiro de 2004

Não vim a Genebra apenas para recordar que a fome é uma arma de destruição em massa, que mata 24 mil pessoas por dia e 11 crianças por minuto, que atinge cerca de um quarto da população mundial, disseminando doenças, reduzindo a capacidade de trabalho dos adultos e de aprendizado das crianças.

Tampouco vim aqui para criticar o modelo econômico preconizado nas últimas décadas. Modelo que privilegiou o desenvolvimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social, contribuiu para o agravamento das desigualdades entre sociedades, que disseminou o desemprego e a miséria e expôs grande parcela da população mundial a uma situação de vulnerabilidade.

Vim a Genebra em busca de soluções e com a firme determinação de, juntamente com os Presidentes Chirac e Lagos e o Secretário-Geral Kofi

Annan, propor ações concretas para a superação do desafio da erradicação da fome e da redução da pobreza.

O combate à fome e à pobreza não é uma meta utópica. Consiste na luta contra a exclusão e a desigualdade, e a favor da justiça social e do crescimento sustentável.

Estou propondo uma mudança de atitude. Estou fazendo um chamado ético e político para que a comunidade internacional trabalhe por um novo conceito de desenvolvimento, em que a distribuição da renda não seja consequência, mas a alavanca do crescimento.

O desafio de nossos dias é o de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. Não será tarefa fácil. Exige grandes transformações na estrutura das sociedades e mudanças profundas na organização do sistema produtivo. A vontade política é elemento imprescindível nessa equação.

Estou aqui para exprimir a minha vontade política e determinação pessoal de trabalhar com os Presidentes Chirac e Lagos, com o Secretário-Geral Kofi Annan, bem como com outros líderes mundiais interessados em juntar-se a esse esforço pela promoção do desenvolvimento e superação da pobreza.

Em nossas conversas, manifestamos preocupação com o foco excessivo da agenda internacional em questões que dizem respeito apenas à segurança, como terrorismo e armas de destruição em massa.

Se queremos um mundo seguro, temos que lutar por um mundo mais justo, mais equitativo. A paz, o desenvolvimento econômico e a justiça social estão intimamente relacionados. Não haverá paz sem desenvolvimento econômico. E não haverá paz nem desenvolvimento econômico sem justiça social.

Concordamos que as metas de desenvolvimento do milênio desempenham importante papel na luta pela erradicação da fome e da pobreza. Sua implementação precisa ser revigorada.

Os compromissos e prazos assumidos por países pobres e ricos nas Conferências de Monterrey e

Joanesburgo precisam ser respeitados. A construção de um sistema internacional de comércio livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de geração e distribuição de riquezas a todos que deles participam, é essencial à superação da pobreza e ao respeito do direito humano à vida, à alimentação e à saúde.

Coincidimos que um multilateralismo político e econômico robusto constitui elemento indispensável nessa nova ordem internacional, que deve estar voltada para o desenvolvimento econômico com justiça social.

A emergência do G-20 e o exercício do diálogo ampliado entre o G-8 e os países em desenvolvimento constituem iniciativas importantes, que trazem soluções para os desafios econômicos e sociais de combate à fome e à pobreza.

Concordamos em fazer um apelo conjunto para o estabelecimento de uma verdadeira parceria global, que mobilize vontade política e apoio financeiro. Esses recursos podem vir, inclusive, da sociedade civil e do setor privado. Devem engajar Governos, agentes das Nações Unidas e instituições financeiras.

Essa aliança global para o combate à fome e à pobreza deve possibilitar aos países em desenvolvimento receber apoio contínuo, por meio de um comércio internacional mais livre, do alívio da dívida externa, do investimento direto, do aumento da ajuda internacional e de mecanismos alternativos de financiamento.

Convidamos os líderes mundiais a unirem-se a esse esforço de mobilização política. Convocamos os países doadores do setor privado a contribuir de forma substantiva para os diferentes fundos e iniciativas voltados para a erradicação da pobreza, inclusive para um mecanismo instituído pelo Brasil, Índia e África do Sul, com o apoio do PNUD.

Decidimos estabelecer um grupo técnico para estudar as várias propostas sobre mecanismos alternativos de financiamento, tais como as taxações sobre o comércio de armas e sobre certas movimentações financeiras. Os recursos gerados por

esses mecanismos poderiam vir a financiar a constituição de um fundo de combate à fome e à pobreza.

Instruímos o grupo a elaborar um relatório para ser discutido em setembro de 2004, em evento durante a próxima Assembléia Geral das Nações Unidas.

Desde já, convidamos os líderes mundiais a participar desse evento e a assumir conosco o firme compromisso de superar o principal desafio de nossos dias: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Convidamos também o G-8 a renovar o exercício do diálogo ampliado, para oferecer oportunidades de discussão sobre mecanismos inovadores de financiamento com os países em desenvolvimento.

Não nos iludamos: não haverá paz e segurança sem desenvolvimento econômico e justiça social. Não há mais como aceitar, com indiferença, a existência, no mundo de hoje, de sociedades formadas por analfabetos, desempregados, famintos e miseráveis.

Muito obrigado.



XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA

Discurso do Co-Presidente brasileiro, Embaixador Adhemar Bahadian, na sessão inaugural da XVII Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA, em Puebla, México, em 3 de fevereiro de 2004

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a hospitalidade de Puebla. É uma honra e um prazer vir a uma cidade de histórica tradição e beleza.

Começamos aqui uma nova fase do processo ALCA. Estou convencido de que será mais construtiva, objetiva e bem-sucedida. Com os resultados positivos da Reunião Ministerial de Miami, e o ânimo político derivado da vontade e do engajamento de nossos Ministros, estamos deixando para trás o impasse que impediu, ao longo dos últimos anos, avanços mais significativos na construção de uma área de livre-comércio hemisférica.

O acordo a que se chegou em Miami é tão criativo quanto pragmático, pois concilia-se com os interesses e as possibilidades de todos os países. Incorporou-se a flexibilidade necessária para que os 34 países negociem direitos e obrigações aceitáveis para todos. Ao mesmo tempo acordou-se que aqueles que queiram ir adiante poderão negociar compromissos suplementares, por meio de acordos plurilaterais. Miami consagra o pleno respeito das diferenças e sensibilidades entre os Estados-Partes: não obriga país algum a fazer o que não quer nem o impede de fazer o que quer.

Decorrem desse acordo as muitas tarefas a cumprir neste CNC de Puebla, cujo objetivo principal

será o de traduzir as decisões tomadas pelos Ministros em Miami em instruções aos negociadores nas diversas áreas envolvidas. Duas, em particular, são cruciais para o futuro das negociações.

A primeira delas é o desenvolvimento de um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países. Devemos, do modo mais claro e inequívoco possível, estabelecer o que nossos 34 países estarão dispostos a negociar. Sejam pragmáticos e construtivos nessa tarefa de encontrar o denominador comum e de respeitar as sensibilidades de cada país.

A segunda tarefa é a definição dos procedimentos para a negociação dos acordos plurilaterais. Deveremos definir tópicos específicos, entre os quais os requisitos para a participação plena e de observadores nas negociações plurilaterais, bem como os modos e tempos do correspondente processo de notificação. Nossos Ministros não nos instruíram a discutir no CNC, entre os 34 países, a substância específica e o nível de obrigações dos acordos plurilaterais, mesmo porque cabe aos próprios países interessados determinar a matéria e o alcance de seus compromissos adicionais. Miami foi um chamado à flexibilidade e temos a obrigação

de buscar preservar este princípio, sobre o qual se mantém o equilíbrio a custo alcançado.

Também seria recomendável, para viabilizar a tarefa deste CNC, que levemos em consideração a maneira como os acordos plurilaterais foram estabelecidos no passado, como na Rodada Tóquio do antigo GATT. Não nos cabe reinventar o que foi exitosamente realizado antes de nós.

Tendo por base essas duas grandes decisões que o CNC deve tomar – uma sobre a substância do conjunto comum aplicável aos 34 países, outra sobre os procedimentos para as negociações plurilaterais –, teremos aqui em Puebla de preparar instruções claras para os Grupos de Negociação, de tal modo que possamos avançar em direção ao objetivo de concluir as negociações da ALCA nos prazos previstos.

Tendo presentes as limitações de tempo e o claro mandato de Miami, decidiu-se, em reunião realizada ontem entre os chefes de delegação, iniciar a execução dessa tarefa por meio de encontros de Chefes de Delegação mais quatro delegados, com vistas a facilitar os trabalhos de elaboração dos documentos que deverão emanar deste CNC. Dedicaremos as primeiras sessões ao exercício de análise e busca de convergência entre as propostas apresentadas por diversas delegações, as quais serão distribuídas a todos. Já contamos com propostas muito precisas, que nos permitirão um trabalho concentrado de redação – repito, redação – que recolha as aspirações e sensibilidades de todos os países.

Os chefes de delegação terão a possibilidade de se

fazer acompanhar, dentro dos limites estabelecidos, pelos delegados com os quais se queiram aconselhar a cada passo da negociação e no exame de cada assunto, sem qualquer restrição a alternâncias de delegados ou mesmo a pedidos de interrupção para consultas. O objetivo é conciliar a agilização do processo de redação dos documentos com a necessária abertura aos demais integrantes das delegações.

De qualquer modo, serão realizadas sessões diárias de informação ao plenário do CNC a respeito dos avanços e resultados das negociações em andamento.

Os Vice-Ministros avaliarão, desde o começo, a eficácia do formato ora estabelecido e a conveniência de mantê-lo nas sessões subseqüentes. O propósito original é o de facilitar o processo de elaboração dos documentos que teremos de finalizar em apenas quatro dias. Caso não logremos avançar dessa forma, teremos de reavaliar o formato.

Sejamos pragmáticos nesse décimo sétimo CNC. Como Co-Presidentes, esperamos ter uma reunião harmoniosa, construtiva e exitosa em Puebla, a fim de que se desbloqueiem finalmente as negociações da ALCA e de que possamos com nosso êxito servir de inspiração para progressos em outros processos de negociação comercial.

Desejo, em nome de Peter e no meu, sucesso a todos, sempre no entendimento de que nosso sucesso será medido pela contribuição futura que o acordo alcançado deverá trazer em termos de redução das desigualdades sociais e econômicas no Hemisfério.

Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países-Membros do Banco Mundial

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Conferência Anual da Rede Parlamentar de Países-Membros do Banco Mundial, por meio de videoconferência, no Palácio do Planalto, em 16 de fevereiro de 2004

Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente da Rede Parlamentar da Europa e os participantes deste Seminário. Gostaria de parabenizar o Banco Mundial pela organização desta Conferência Parlamentar. Ela é importante e necessária: os países pobres e em desenvolvimento têm urgências e buscam aliados.

Sabemos que a vida de 1 bilhão e 300 milhões de seres humanos permanece presa numa teia de carências básicas e exclusão social. Para rompê-la, é fundamental que as Metas do Milênio tenham prioridade na agenda internacional e sejam, de fato, alcançadas.

O planeta tem recursos e tecnologias suficientes para possibilitar vida digna ao dobro da sua população. Se a fronteira da igualdade parece mais distante hoje do que ontem, isso não se deve à escassez, mas à incapacidade de repartirmos aquilo que produzimos.

A globalização não trouxe, até hoje, a prometida convergência da riqueza. Ao contrário. Desequilíbrios históricos têm se agravado e distorções comerciais e financeiras continuam a drenar o mundo da escassez para irrigar o mundo da riqueza.

Hoje, 57 milhões de latino-americanos vivem com menos de um dólar por dia. E 58% das nossas

crianças vivem quase na extrema pobreza. A desigualdade sempre foi medida por padrões econômicos, mas superá-la requer, sobretudo, decisões políticas.

A crônica do século XXI poderá lembrar esse período como aquele que exigiu de cada homem público uma dose adicional de vontade política, para erguer pontes, de coragem, para ir além das circunstâncias, e de fidelidade aos compromissos, para não abafar milhões de vozes que falam através das nossas palavras.

Trata-se de construir um consenso internacional para corrigir assimetrias que têm empurrado países pobres e em desenvolvimento para uma espiral descendente e totalmente intolerável.

É mais sensato evitar que esses países se obriguem a escolher, mais cedo ou mais tarde, entre a asfixia e o desespero. O melhor caminho é o da cooperação multilateral.

As Metas do Milênio formam, portanto, uma convergência socialmente inadiável e tecnicamente factível. Este é o nosso desafio, no século XXI: fazer do combate à extrema pobreza a mola propulsora do crescimento e não apenas a sua consequência.

Senhores Parlamentares; Senhoras Parlamentares;

participantes deste Seminário,

Estive no último dia 30 de janeiro em Genebra, onde me encontrei com os Presidentes Jacques Chirac, da França, e Ricardo Lagos, do Chile, para, juntamente com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tratarmos de como erradicar a fome no mundo.

A fome e a miséria não são situações imutáveis ou irremediáveis. Acreditamos que os recursos financeiros para combatê-la podem ser obtidos, uma vez mobilizada a necessária vontade e disposição política. Os mecanismos capazes de produzir resultados práticos podem ser estabelecidos se Governos e organismos não-governamentais se articularem nesse sentido.

Com muito otimismo e por acreditar que um mundo mais justo e mais equitativo é possível, convidamos os líderes mundiais a se unirem à nossa proposta de ação contra a fome e a extrema pobreza.

Em nossa declaração conjunta, destacamos nossa firme determinação de trabalhar para promover maior cooperação internacional e aumentar o volume de recursos disponíveis, para enfrentar desafios econômicos e sociais urgentes.

Sugerimos, também, algumas ações concretas – não temos uma ação definitiva, vai depender muito da criatividade de cada governante –, entre as quais a criação de um grupo técnico para estudar propostas sobre fontes inovadoras de financiamento e examinar mecanismos que possam canalizar possíveis recursos adicionais para um fundo especial de combate à fome, de natureza multilateral.

Decidimos examinar proposta sobre mecanismos alternativos de financiamento. A taxação sobre certas transações internacionais, a exemplo do comércio de armas e determinados fluxos financeiros, em especial aqueles que se valem de paraísos fiscais, entre outros.

Esse grupo técnico deverá elaborar um relatório, que representará uma contribuição aos trabalhos da reunião de líderes mundiais que estamos propondo para os primeiros dias da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro.

Esperamos, com esse chamado e com essas

propostas, ampliar a abrangência dos debates em curso, equilibrando a agenda internacional, hoje excessivamente concentrada em temas relativos a questões de segurança.

Foi com esse espírito que lançamos, logo que assumi a Presidência, o Programa Fome Zero. No primeiro ano de Governo, esse Programa trouxe para o primeiro plano do nosso país o rosto de dezenas de milhões de pessoas que vivem subnutridas, na extrema pobreza.

Hoje, o Fome Zero, combinando medidas emergenciais e estruturais, já está implantado em 2.369 municípios – são mais de 5 mil e 500 municípios no Brasil –, beneficiando 1 milhão, 901 mil, 288 famílias. Isso significa, aproximadamente, quase 5 milhões de pessoas.

Unificamos, também, os programas de transferência de renda e começamos a implantar o Bolsa Família. A pobreza, como se sabe, não é um fenômeno individual. Atinge todo o grupo familiar, penalizando de maneira mais cruel mulheres, idosos e crianças. A pobreza tampouco é um fenômeno restrito à carência de renda, mas um conjunto de precariedades – de saúde, de alimentação, de moradia, de educação – que tornam os indivíduos vulneráveis.

Em grandes linhas, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* de até 100 reais mensais, ou cerca de 35 dólares mensais. Cada família pode receber benefícios que dobram ou triplicam sua renda mensal. Apenas a transferência de renda, no entanto, não garante a inclusão social dos beneficiados. Para que essas famílias possam romper o círculo vicioso da miséria, é preciso construir condições para que deixem de depender da assistência do Estado. O programa estabelece um conjunto de obrigações que as famílias devem, necessariamente, observar: o acompanhamento de saúde e do estado nutricional das famílias; a frequência à escola de todas as crianças em idade escolar; a educação alimentar; alfabetização,

entre outras exigências que o Programa faz.

Essas obrigações estabelecem a contrapartida, o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas. Representam o acesso a direitos universais que, a médio e longo prazo, aumentam a sua autonomia, possibilitando que construam a própria emancipação. Este é o sonho de todos os brasileiros, e este é o sonho do nosso Governo. E, mais do que isso, é nossa obrigação como Governo cuidar disso.

Atualmente, o Programa beneficia mais de 3 milhões e 615 mil famílias, ou cerca de 14 milhões de pessoas. Ao final de meu Governo, estou rezando e trabalhando para que possamos atender 11 milhões de famílias, ou cerca de quase 50 milhões de pessoas.

Gostaria de terminar dizendo a todos vocês que eu quero que o mundo inteiro tenha em conta que a luta contra a fome não é dos países que passam fome, mas de todas aquelas pessoas que sonham em construir um mundo mais justo, mais solidário e mais fraterno. Quero

terminar dizendo que vencer o déficit social dos países pobres e em desenvolvimento requer a participação de todos vocês. Só assim o combate à exclusão vai gerar oportunidades, e não mais dependência. Falta, portanto, erguer uma ponte entre esses dois mundos. E só poderemos erguê-la se construirmos essa ponte juntos. Estou convencido que vamos ter, nessa luta, o apoio de todos os homens e mulheres democráticos do mundo, de todos os homens e mulheres que sonham em construir um mundo onde todas as crianças possam tomar café, almoçar e jantar todos os dias; onde todas as pessoas em idade escolar tenham o direito a uma escola; e onde todos recebam do Estado uma ajuda, por menor que seja, para que possam conquistar a sua cidadania.

Quero desejar a vocês um feliz encontro e dizer que estou agradecido, mais uma vez, por ter sido convidado a poder dizer algumas palavras a todos vocês.

Muito obrigado.



Visita ao Brasil do Presidente do Líbano

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
no almoço em homenagem ao Presidente do Líbano, Emile
Lahoud, no Palácio Itamaraty, em 17 de fevereiro de 2004*

É com muita satisfação que reencontro meu amigo, o General Emile Lahoud, com quem estive em Beirute, no final do ano passado. Aproveito este momento para recordar a fraternal acolhida que a delegação brasileira e eu recebemos durante nossa estada no Líbano. Com o mesmo sentimento de amizade e a mesma emoção, o Governo e o povo brasileiro lhe estende sua mais calorosa boa-vinda.

Senhor Presidente,

Durante sua visita ao Brasil, Vossa Excelência terá a oportunidade de constatar o impacto positivo da comunidade de descendentes de libaneses, nos mais variados campos de atividade social. Estes brasileiros fazem parte de uma comunidade energética e empreendedora, que soube conciliar o orgulho que sente por suas origens com a dedicação patriótica à construção de uma sociedade democrática e plural.

Os libaneses que aqui se estabeleceram e seus descendentes tem prestado contribuição inestimável para o nosso desenvolvimento. Quero manifestar o reconhecimento da Nação pelo muito que fizeram e fazem pelo Brasil.

Com muita luta construímos no Brasil uma democracia plena e conquistamos o ambiente de diversidade e tolerância em que vivemos. No entanto, ainda temos muitos desafios a enfrentar. Os imigrantes libaneses trouxeram para o Brasil sua determinação em trabalhar por uma sociedade justa, onde todos tenham oportunidade para progredir por conta do

próprio esforço. É este também o espírito que anima meu Governo. Vamos reduzir as desigualdades sociais, de forma a dar a todos os brasileiros condições de vida dignas.

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, poderemos melhor implementar programas, como o Fome Zero e o Bolsa Família, que já estão mudando a vida de milhões de brasileiros.

Ao mesmo tempo, com os sacrifícios do primeiro ano de meu mandato criamos as condições para o crescimento sustentado da economia e a melhoria do nível de emprego e renda de todos os brasileiros.

Posso afirmar que nunca estive tão otimista quanto ao futuro do Brasil.

A construção de uma ordem mais justa e solidária é o que o Brasil defende também no plano internacional. Buscamos a redução das desigualdades entre os povos e o reforço do multilateralismo e do primado do direito internacional sobre o uso da força.

Queremos o fortalecimento das Nações Unidas, por meio de reformas que a tornem mais representativa dos interesses dos povos. Não há outro caminho para garantir maior estabilidade e segurança nas relações internacionais.

Queremos que a paz e o diálogo prevaleçam no lar de nossos parentes e antepassados. No Brasil, onde etnias e confissões convivem em harmonia, estamos convencidos de que a paz é alcançável.

Acompanhamos, com grande interesse e preocupação, os acontecimentos no Oriente Médio, em particular na Palestina. A paz entre palestinos e israelenses é uma tarefa de toda a comunidade de nações. Defendemos um papel ativo das Nações Unidas na região e a efetiva aplicação de suas resoluções, enquanto expressão da vontade coletiva internacional.

Apoiamos, com confiança e expectativa, as iniciativas em curso para reaproximar os povos do Oriente Médio por meio do diálogo e do entendimento. Repudiamos a repressão desmesurada nos territórios árabes ocupados bem como todas as formas de violência que alimentam o círculo vicioso de retaliação mútua.

A construção de uma ordem mais justa e solidária passa também pela reforma da geografia comercial internacional. Acreditamos que o G-20 é bom exemplo de como podemos juntar nossas forças em defesa dessa causa.

Foi com a mesma determinação que propusemos a realização da Cúpula América do Sul-Países Árabes, no Brasil. Em dezembro próximo, aqui no Brasil, teremos uma extraordinária oportunidade para enriquecer e dinamizar os laços históricos que unem nossas regiões. Tenho certeza de que a Cúpula será um marco definitivo no estreitamento das relações entre o Mundo Árabe e as nações sul-americanas e servirá também para aumentar o comércio e os fluxos de investimentos, em benefício da prosperidade e desenvolvimento de nossos povos.

Senhor Presidente,

Reitero o que afirmei em Beirute: queremos que o Líbano seja nosso parceiro privilegiado nessa empreitada. A receptividade que encontrei por parte das autoridades libanesas reforça minha profunda confiança no quanto podemos fazer juntos. Nos inspiramos nos laços de sangue e de história que nos unem, mas não nos contentamos com gestos retóricos.

Foi esse o sentido de minha viagem ao Líbano, quando assentamos as bases para relançar nossas relações. A visita, agora, de Vossa Excelência nos permitirá consolidar esses avanços. A Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível, que deve reunir-se pela primeira vez ainda este ano, em Brasília, tornará permanente esse diálogo. E a linha aérea regular que vamos estabelecer entre nossos países reforça a certeza de que nossas nações estão unidas por laços indissolúveis de sangue pela vocação – inaugurada no passado por nossos patrícios – de encurtar distâncias e ligar povos.

Sou otimista quanto ao potencial das nossas relações, pois tenho muita fé no futuro do Líbano. Um Líbano forte, livre, democrático e plural, cujo processo de reconstrução é um exemplo da força do seu povo.

É com esse espírito, meu caro Presidente Lahoud, que proponho um brinde à felicidade de Vossa Excelência, sua esposa, a Senhora Andréé Amadouny, e à amizade entre nossas nações e ao promissor futuro de nossas relações.

Muito obrigado.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal

Palavras do Subsecretário-Geral da América do Sul, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, e do Co-Presidente do processo negociador da ALCA, Embaixador Adhemar Bahadian, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, em 18 de fevereiro de 2004

Embaixador Luiz Filipe Macedo Soares: Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Senhor Presidente da Comissão Mista do MERCOSUL, Deputado Doutor Rosinha; Senhora Deputada Maninha, Vice-Presidente da Comissão de Relação Exteriores da Câmara dos Deputados; Senhoras e Senhores Deputados,

É sempre um privilégio estar nesta Comissão. É um dever dos diplomatas virem a esta Comissão, sem prejuízo de outras, para prestar depoimento sobre questões relativas às relações exteriores do Brasil.

No caso em pauta, as negociações para o estabelecimento de uma Área de Livre-Comércio das Américas, que desperta tanto interesse por sua abrangência, por sua importância e pela potencial influência sobre os destinos das políticas econômicas e outras do Brasil e dos demais países participantes, revestem-se, portanto, de uma importância que tem sido refletida pela opinião pública e pela imprensa. De maneira que eu vou brevemente fazer um retrospecto dos problemas com que o Governo brasileiro, desde o começo do ano passado, se defrontou nessas negociações, como foi encaminhada

a questão, os passos que foram dados nas negociações até a recente reunião do Comitê de Negociações Comerciais em Puebla, há cerca de duas semanas.

A descrição mais específica do ocorrido, ou do estágio do ocorrido em Puebla ou do estágio atual, portanto, da matéria, o Embaixador Adhemar Bahadian, Co-Presidente do processo negociador, se dispõe a fazer.

No ano passado, o Governo se deparou com um estado das negociações da ALCA extremamente problemático. Entre outros aspectos, o que se notava é que as negociações levadas pelos nove grupos de negociação que cobrem as nove áreas principais, que deverão ser cobertas pelo tratado final, de uma maneira geral, apresentavam uma situação de lentíssimo progresso, quando não de paralisação. Isso era, por exemplo, especialmente visível no grupo de negociação sobre agricultura.

O fato de que os Estados Unidos haviam retirado da mesa de negociação as questões relativas ao subsídio a exportações e outras medidas de apoio que incidem sobre o comércio exterior de produtos

agrícolas, o que levava a aumentar as já inúmeras discordâncias nesse grupo de negociação.

Nos vários outros grupos também se multiplicavam as questões sobre as quais não havia acordo, com o passar das reuniões, que eram intensas – o processo negociador da ALCA foi estruturado de forma a realmente ser um processo muito ativo. Portanto, o número de reuniões era grande, mas o número de desacordos, em lugar de diminuir com as reuniões, aumentava.

Ademais, os Estados Unidos apresentaram em fevereiro do ano passado as suas ofertas sobre produtos a serem objetos de “desgravação tarifária” – e eu cito os Estados Unidos não só pelas decisões tomadas por aquele país, mas tendo em conta seu peso relativo no contexto hemisférico de 34 países. De longe, evidentemente, em termos econômicos e sociais, é a potência preponderante. Ao fazerem suas ofertas, os Estados Unidos o fizeram de maneira discriminada, diferente, para distintos grupos de países, reservando ao MERCOSUL sua oferta, digamos, menos generosa. Esses e outros aspectos tornaram preocupante o encaminhamento das negociações.

Diante do contexto complexo e muito abrangente dessas negociações – e levando em conta que se destinam a cobrir temas como serviços e investimentos, compras governamentais, políticas de concorrência, direitos de propriedade industrial, os chamados temas novos no comércio, cuja codificação internacional em termos de acordo é reduzida –, o avanço no hemisfério, nessas áreas, poderia nos colocar em situação desvantajosa. Ao mesmo tempo, como mencionei, pela apresentação das ofertas por parte dos Estados Unidos, o maior interesse, que é o acesso ao mercado americano e aos demais, torna-se menos auspicioso, digamos assim.

É preciso levar em conta o enorme interesse da opinião pública brasileira que havia sido revelado no ano anterior por um plebiscito privado, portanto não-obrigatório, não-indicativo e sem força política real e legal, evidentemente. É forçoso notar que cerca de 10 milhões de brasileiros saíram de seus cuidados

para emitir uma opinião sobre o projeto ALCA. Isso revelava mais do que a direção dessas opiniões e, de uma maneira geral negativa, diga-se de passagem, a grande preocupação da opinião pública brasileira sobre o tema.

Depois da devida consideração do problema durante os primeiros meses de Governo, quando esteve em Brasília, em maio, o Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert Zoellick, foi possível entrar em conversações com os Estados Unidos apontando maneiras de se conduzirem essas negociações de forma a se obviarem esses principais problemas e dificuldades que o Brasil via. Evidentemente, sem deixar de prosseguir com o processo negociador dentro do prazo que já havia sido negociado, acordado, da última vez na Cúpula dos Presidentes das Américas, em Quebec, em 2001. Isto é, o acordo deveria estar pronto até o início de 2005. A questão do prazo, que foi muito debatida por ocasião da discussão do tema, tem dois lados. De um lado, se não se determina um prazo em uma negociação de tal magnitude, é bem provável que não se chegue a um acordo. Se não há prazo, há uma normal tendência à protelação, sempre procurando cada país ou cada grupo conseguir melhores posições. Por outro lado, a existência de um prazo leva à conclusão de um acordo, havendo o perigo de os desacordos que se vão avolumando durante a negociação, como têm que ser resolvidos ao final do período de negociação, desenvolverem, então, nesse período, ou pelo menos poderem desenvolver, um sistema de pressões muito forte que pode realmente levar a acordos inconvenientes.

Por outro lado, era e continua a ser a posição do Brasil de participar dessas negociações, de levá-las com os demais países a bom termo, de maneira que fosse conveniente e equilibrada para todos os países. Portanto, púnhamo-nos como um dos países importantes do hemisfério, com a responsabilidade de ajudar a viabilizar esse processo que parecia tão cheio de obstáculos.

As várias propostas apresentadas pelo Brasil, no

seio do MERCOSUL, porque os quatro países do MERCOSUL negociam na ALCA em bloco, finalmente foram traduzidas em propostas iniciais na 14ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais, no âmbito de Vice-Ministros. Seguiu-se meses depois a 15ª reunião, e houve, também, entre as reuniões, inúmeros contatos e consultas entre delegações interessadas num ambiente de dificuldade, porque era evidente que o MERCOSUL estava, depois de alguns anos de um processo negociador envolvendo 34 países, propondo mudar o curso das negociações, o que é algo não tão usual e difícil em si mesmo e que levava a necessidades ingentes de explicação, de esclarecimento da posição do MERCOSUL e também de entendimento com as preocupações dos demais países.

Esse processo levou a um entendimento pouco antes da reunião ministerial de Miami em novembro. O processo ALCA tem-se realizado por reuniões do Comitê de Negociações Comerciais, que acompanham e instruem o trabalho dos grupos de negociação, técnicos, e, no final de cada período, os Ministros se reúnem e fazem o balanço da situação, dando instruções de alto nível para a continuação do processo.

No caso de Miami, então, decidiu-se por uma fórmula capaz de permitir a continuidade das negociações, mas, ao mesmo tempo, dotando o processo da flexibilidade necessária para atender às dificuldades ou sensibilidades dos diversos países.

Em suma, um conjunto comum de direitos e obrigações cobrindo as nove áreas da negociação global envolveria os 34 países. Esse conjunto comum, então, seria um acordo que poderia, dependendo do tema, da área de negociação, ser mais ou menos profundo.

Em seguida, os países que tivessem desejo de negociar mais profundamente diferentes temas poderiam, e poderão, fazê-lo com os países que tivessem a mesma intenção em negociações plurilaterais, isso é, não envolvendo os 34 países, mas o número de países dispostos a entrar nessas negociações. E isso evidentemente levará a um outro conjunto, mas não comum aos 34 países, de regras,

de direitos e obrigações em diferentes áreas. Não é exatamente, como comentaristas procuraram apresentar de maneira assim um pouco incorreta, para facilitar a compreensão, uma ALCA em dois andares. Um andar térreo digamos assim, mais básico, e um piso superior mais elaborado, mais profundo. Não é bem assim.

O conjunto comum válido para os 34 países pode ter compromissos de profundidade grande, dependendo da área e do que os 34 países resolverem negociar.

Em outros temas, não. Por exemplo, a posição do MERCOSUL, para citar um exemplo, em compras governamentais, é uma posição de limitação no interesse negociador de abertura de mercado e de regras.

Portanto, nesse capítulo, o acordo comum da ALCA não seria ambicioso, mas em outros, como a agricultura, tanto quanto possível. E os acordos plurilaterais mais amplos, mais profundos em diversos temas, conforme os países resolverem, não são exatamente um outro piso, serão acordos. Portanto, essa é uma arquitetura muito complexa, não há a menor dúvida, mas a complexidade nem sempre é um mal. Essa complexidade da ALCA visualizada por consenso em Miami reflete exatamente essa grande diferença de situação, de tamanho das economias, de interesses, de sensibilidade dos países participantes.

A Declaração Ministerial de Miami, então, encarregou o Comitê de Negociações Comerciais de reunir-se em Puebla, que foi a sede durante este período final das negociações de duas missões principais. A primeira, de definir, redigir as instruções novas, novos mandatos para os nove grupos de negociação. De maneira que esses grupos de negociação saibam exatamente, em cada um dos seus respectivos temas, qual é a profundidade em que eles vão negociar esse tratado geral.

Não é uma tarefa fácil, mas já havia, no próprio acordo político de Miami, esse entendimento de que assim será. Não haverá uma ALCA absolutamente igual para todos, haverá essa flexibilidade. O que é

necessário é que se defina claramente, porque senão os grupos negociadores diante de imprecisões, obviamente no seu nível técnico, cairão no mesmo nível de paralisação em que se encontravam antes.

O outro objetivo dessa reunião do Comitê de Negociações Comerciais era definir os procedimentos para que se entabulem as negociações plurilaterais. Não é uma coisa especialmente complexa, inclusive ela já praticamente foi completada nessa parte. Um país ou um determinado grupo de países pode propor a abertura de negociações sobre determinado tema, como os países que não desejarem participar dessas negociações podem presenciar e, inclusive, intervir como observadores, e há a capacidade dos países observadores nessas questões de poderem decidir a qualquer momento se integrar à negociação, se virem que isso atende aos seus interesses.

Esse era o objetivo da 17ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais, que se iniciou há duas semanas, numa reunião de quatro dias, em Puebla, mas que foi interrompida, devendo ser retomada na segunda quinzena de março.

Deixo o relato mais imediato da reunião de Puebla ao Embaixador Adhemar Bahadian, que é Co-Presidente ao lado do Embaixador Peter Allgeier, americano, que é o Vice-Representante Comercial dos Estados Unidos nessa negociação do processo ALCA.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Suplicy: Obrigado Embaixador Luiz Filipe Macedo Soares. Passamos a palavra ao Embaixador Bahadian, Co-Presidente do processo negociador da ALCA. Vossa Excelência tem a palavra.

Embaixador Adhemar Bahadian: Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela oportunidade de estar, mais uma vez, nesta comissão do Senado Federal, ao lado do Deputado Doutor Rosinha e da Deputada Maninha, com o objetivo de esclarecer um pouco sobre as negociações da ALCA, o que o meu colega Luiz Filipe Macedo Soares já introduziu de maneira tão abrangente.

Vou limitar-me, como previsto, à reunião de Puebla, mas antes não posso deixar de fazer um

pequeno retrospecto, talvez na mesma direção que nos trouxe o Embaixador Macedo Soares, sobre o que ocorreu em Miami. Não vou repetir o que ele disse, mas quero recordar que houve em Miami um momento importantíssimo dos últimos seis anos nas negociações da ALCA. Por quê? Porque, como acentuou o meu colega, em Miami, houve um acordo de profunda ressonância política entre os dois países Co-Presidentes da ALCA, basicamente os Estados Unidos e o Brasil, representados naquela ocasião pelo Ministro Celso Amorim e pelo Ministro Zoellick.

A reunião de Miami teve como consequência concreta, fundamental, eliminar, ou procurar eliminar, toda uma série de mal-entendidos que levaram a uma expectativa muito grande com relação ao que seria a ALCA, e dar à ALCA uma dimensão bem mais realista, que eu caracterizaria como sendo uma ALCA que respeite as sensibilidades políticas dos países envolvidos na negociação.

Foi um momento importantíssimo, Senador, porque, pela primeira vez, nos últimos seis anos, os Estados Unidos, não como Co-Presidentes, mas como negociadores, reconheceram – e já haviam reconhecido também em Trinidad e Tobago, uma reunião que antecedeu à de Miami, mas em Miami isso se torna altamente político – que não podem negociar na ALCA aquilo que aparentemente havia sido manifestado, desde 94, como sendo a agenda da ALCA. O que, basicamente, não podem negociar os Estados Unidos? Não podem negociar produtos agrícolas, que são de muito interesse para países como o Brasil e o MERCOSUL, em geral, e não podem negociar regras agrícolas, o que tem a ver com subsídios, *antidumping* e outros, que são de grande importância também para países como o Brasil e para o MERCOSUL.

Então Miami foi um momento importante porque se definem, de maneira muito clara, as limitações de um grande e importante ator e o mais importante negociador na ALCA.

Muito bem, nessa mesma ocasião, o Brasil reiterou o que já havia dito em diversas ocasiões, que também

não poderíamos negociar na ALCA determinadas regras que têm a ver com propriedade industrial, compras governamentais, investimentos, serviços, basicamente esses. Então, houve um acordo político em Miami, houve uma mudança de rumo, um realismo importantíssimo. Eu gostaria, se me fosse permitido, Senhor Presidente, de ler dois ou três trechos importantes da Declaração Ministerial de Miami em que isso se torna perfeitamente claro e evidente.

O primeiro trecho é o quinto parágrafo da Declaração Ministerial de Miami e diz o seguinte:

“Nós, os 34 Ministros membros da ALCA reunidos em Miami, reafirmamos nosso compromisso com a conclusão bem-sucedida das negociações da ALCA até janeiro de 2005.”

Eu queria chamar a atenção para estas palavras, que são muito importantes aqui – “conclusão bem-sucedida”; não é qualquer conclusão, até janeiro de 2005 –, portanto reafirmando o mandato e o compromisso que havia sido assinado pelo Presidente do Brasil, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de tentar chegar a essas conclusões em 2005.

Ao mesmo tempo continua o parágrafo:

“Os Ministros reafirmam seu compromisso com uma ALCA abrangente e equilibrada” – as duas palavras não podem ser desvinculadas, a palavra “equilibrada” tem que vir ao lado de “abrangente” – “que efetivamente promova o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento e a integração mediante liberalização do comércio.”

Esses temas e essas palavras são muito importantes e foram negociados muito cuidadosamente. Não estamos falando em qualquer acordo comercial, estamos falando num acordo comercial que promova o crescimento econômico, que faça a redução da pobreza e promova o desenvolvimento e a integração. Esses elementos são centrais para que sejam observados em seguida pelos negociadores.

Vem a seguir, no parágrafo 6º da Declaração, um outro elemento muito importante, surgido também em

Miami. Os Ministros continuam dizendo:

“Estamos conscientes de que as negociações devem conduzir a um acordo equilibrado que considere as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério.”

É outro aspecto importante. Estamos lidando com 34 países em que os níveis de produto são realmente extremamente discrepantes.

E finalmente chegamos ao parágrafo central, do ponto de vista operacional, que foi referido pelo Embaixador Macedo Soares, que é o mandato direto dado a Puebla. Esse parágrafo diz o seguinte:

“Instruímos o Comitê de Negociações Comerciais” – que é o CNC, o órgão que se reuniu em Puebla – “a formular um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países. As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirá disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação...”

Aí vêm acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, *antidumping*, direitos compensatórios e solução de controvérsias. Então, todos esses aspectos estão englobados no mandato de Puebla.

Faço essa retrospectiva, Senhor Presidente, porque isso nos permite ver que Puebla deveria ser ou poderia ter sido uma reunião extremamente rápida na medida em que se aplicassem os mandatos que foram dados pelo nível político de Miami. Tal não ocorreu, e aqui explico um pouco o porquê.

Como resultado da reunião de Miami, os Vice-Ministros, como eu disse, receberam um conjunto complexo de tarefas a cumprir durante o CNC de Puebla. O objetivo principal era o de traduzir as decisões tomadas pelos Ministros em instruções aos negociadores das áreas envolvidas. Duas, em particular, eram e são as tarefas que nos cabem, a fim de que se dê continuidade às negociações: a primeira delas é o conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países que mencionei; a segunda,

como recordou o colega, é a decisão sobre procedimentos nos acordos plurilaterais.

O tema que dominou a reunião de Puebla e sobre o qual ainda não chegamos a um acordo foi justamente o desenho do chamado conjunto comum de direitos e obrigações para todos. Houve relativa polarização entre três grupos principais, os quais apresentaram propostas próprias, tanto sobre a substância do conjunto comum, quanto sobre os procedimentos para os acordos plurilaterais: o MERCOSUL, o CARICOM e o chamado G-14, do qual fazem parte os Estados Unidos e os países com acordos bilaterais ou em vias de negociá-los com o referido país.

A Venezuela e a Bolívia apresentaram propostas em separado muito próximas daquela feita pelo MERCOSUL em diversos aspectos e com grande ênfase em tratamento especial e diferenciado, assim como na preservação da soberania dos Estados nacionais.

As principais divergências entre o MERCOSUL e o grupo chamado G-14, que constituem a diferença central nas negociações em curso, relacionam-se fundamentalmente a três temas: o primeiro é o tratamento dos subsídios agrícolas. O G-14 se opõe à eliminação incondicional dos subsídios à exportação e a qualquer mecanismo de neutralização do apoio doméstico.

O segundo tema diz respeito à cobertura do universo tarifário para as negociações de acesso a mercados. O G-14 não quer a eliminação de tarifas em todo o universo tarifário, falando em cobertura de apenas parte substancial do comércio. Quero esclarecer o significado disso. Se queremos uma área de livre-comércio, é óbvio que uma regra principal e básica é que se trabalhe visando à eliminação das tarifas e dos entraves ao comércio nessa zona. Se um principal interlocutor declara que não pode negociar todos os produtos e todas as linhas tarifárias na área agrícola, isso significa que essa área de livre-comércio não é tão livre como se está apregoando. Veremos posteriormente, ao longo do tempo, até por

ser importante, que a maioria das linhas tarifárias têm a ver com produtos agrícolas de interesse exportador para os países do MERCOSUL.

O terceiro tema refere-se à possibilidade de incorporação de obrigações adicionais ao núcleo comum ao longo das negociações. Esse é um artifício trazido dos países do chamado Grupo dos 14, que, com uma frase aparentemente inócua, diz que a qualquer tempo, desde que haja acordo – não explica como será feito esse acordo –, os países poderiam aumentar o nível do que fora acordado nas obrigações comuns feitas em Puebla. O que significa isso? Significa que, se chegássemos a um acordo satisfatório em Puebla, nada impediria que, duas semanas depois, quando se abrissem as negociações no grupo de trabalho sobre, por exemplo, investimentos, um grupo de países pedisse que fossem incluídos outros temas que não foram acordados em Puebla e que se iniciasse, em torno dessa proposta, uma discussão tão desgastante como aquela que houve antes em Miami. Assim, voltaríamos a um processo que havia sido superado em Miami. Essa proposta é grave. O MERCOSUL a ela se opôs, mas constatamos que é uma proposta de grande interesse por parte dos Estados Unidos e dos países a ele associados no chamado Grupo dos 14.

Não houve, por outro lado, controvérsias de maior alcance nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, já que, como resultado da firme posição do MERCOSUL em Miami, o G-14 reduziu as expectativas com relação a novas regras nessas áreas.

Estamos, portanto, em vias de consagrar definitivamente o princípio de listas positivas para negociação de acesso a mercados em serviços e investimento, e estamos por lograr a limitação das negociações de regras nas quatro áreas acima a padrões internacionais já aceitos por todos, como os do GATT, os da OMC para serviços e os de TRIPS para propriedade intelectual.

Isso é um tema muito importante também que

quero ressaltar. Foi uma vitória do MERCOSUL, basicamente uma vitória do Ministro Celso Amorim, pois conseguimos, nas negociações de Puebla, que as ambições que seriam aceitáveis para todos os países, leia-se MERCOSUL, Brasil e outros, ficariam limitadas, na área de propriedade industrial, ao que já se existe na OMC, que é o Acordo TRIPS, e, na área de serviço, ao GATT.

Com relação às posições do CARICOM, os maiores conflitos se deram às posições críticas do CARICOM com relação a um maior tratamento preferencial, sobre que não vou me estender aqui. E se houver na fase de perguntas alguma dúvida, voltarei ao assunto.

Queria realçar também que um dado muito positivo foi o fato de que o MERCOSUL atuou de forma muito coordenada e unida, e o porta-voz do MERCOSUL foi a Argentina. Não houve manifestação alguma de País-Membro que destoasse da orientação do bloco. Houve também, em muitas áreas, importante espaço de convergência entre o MERCOSUL, Bolívia e Venezuela e o próprio CARICOM.

O relativo reconhecimento pelos Estados Unidos e outros países de que uma excessiva ambição em áreas sensíveis para o MERCOSUL resultaria no fracasso das negociações deve ser visto com certa cautela.

A posição extremamente defensiva do G-14, tanto em agricultura como em acesso a mercados, de forma geral, esconde uma evidente intenção de condicionar concessões nesses dois setores a uma eventual revisão da posição do MERCOSUL no que toca a regras hemisféricas em áreas como serviços, investimentos e propriedade intelectual.

Temos dito, e continuaremos a fazê-lo, que vincular uma coisa a outra é inaceitável. Se os Estados Unidos não podem aceitar regras ambiciosas em áreas de sua sensibilidade, tampouco nós podemos. Não há por que vincular ganhos de acesso a mercados à aceitação de regras. Todos faremos ofertas de acesso a mercados em bens, serviços e investimentos. E é no balanço das ofertas feitas que se deve encontrar

o equilíbrio de concessões e vantagens para todos.

Há, no entanto, um sério risco à frente que é justamente o da intransigência na posição de Estados Unidos e aliados nos temas de agricultura e acesso a mercados, buscando forçar divisões e concessões, tanto no MERCOSUL, como internamente no Brasil.

Deve-se ter presente que todos os acordos comerciais recentemente negociados pelos Estados Unidos têm demonstrado ser ilusória a tese de que maiores concessões no estabelecimento de regras novas nas áreas de serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais gerarão maiores ganhos em áreas como acesso a mercados em agricultura. Nenhum país centro-americano nem a Austrália, com quem os Estados Unidos recentemente assinaram acordos bilaterais de livre-comércio, logrou obter vantagens significativas em agricultura, mesmo ao preço de importantes concessões feitas por todos em áreas de evidente interesse norte-americano, como o foi no caso de investimentos, abundantemente, e em propriedade industrial também.

O anúncio da exclusão do açúcar e os parcos resultados em laticínios no acordo Estados Unidos-Austrália, dois temas muito caros aos australianos, comprovam ser enganosa a tese de que maiores concessões a Washington em áreas sensíveis renderão dividendos em acesso a mercados. É preciso muita cautela e tranquilidade na hora de avaliar o que o Brasil e o MERCOSUL poderão negociar nesse contexto muito complexo de finalização das negociações da ALCA e de aproximação das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

O Governo brasileiro continua firmemente engajado no propósito de que as negociações da ALCA sejam concluídas no prazo previsto e conforme a arquitetura flexível que logramos estabelecer em Miami. Já foram dados alguns passos muito importantes no sentido de que tenhamos, efetivamente, um acordo de livre-comércio que seja equilibrado e satisfatório para todos.

Há, no entanto, muita tarefa a cumprir, em pouco

tempo, e importantes diferenças a aparar. Não se pode, no entanto, perder de vista o essencial. Como eu próprio disse no CNC de Puebla, a conformação de uma área de livre-comércio hemisférica não é um fim em si que deve ser alcançado a qualquer custo e de qualquer maneira. Nosso sucesso, como negociadores, será

medido pela contribuição futura que o acordo alcançado venha a trazer em termos de redução das desigualdades sociais e econômicas no hemisfério. Era o que tinha a dizer nessa introdução. Fico à disposição para qualquer pergunta que for possível responder. Muito obrigado pela atenção.

7ª Cimeira Brasil-Portugal

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Declaração Conjunta à Imprensa sobre a reunião de Cúpula da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, no Palácio Itamaraty, em 8 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro de Portugal, Durão Barroso; Ministros e Ministras que acompanham a delegação do Primeiro-Ministro; meus companheiros, Ministros do meu Governo; meus amigos e minhas amigas,

É com grande satisfação que recebo o Primeiro-Ministro de Portugal e sua comitiva, no âmbito da 7ª Cimeira Bilateral.

Portugal é o único país com o qual o Brasil mantém reuniões institucionais regulares em nível de Chefes de Governo, o que demonstra o caráter diferenciado que atribuímos a esse relacionamento. Ao longo das últimas horas, tive o prazer de tratar com o Primeiro-Ministro Durão Barroso das principais questões de nossa pauta bilateral, e trocamos impressões e reflexões sobre temas internacionais.

Em julho passado, realizei, em Portugal, a primeira visita de Estado de meu Governo. Pude comprovar, então, as afinidades afetivas entre nossos povos, e verifiquei, também, que a agenda entre os dois países incorporou uma qualidade pragmática e moderna, própria de países que atingiram um estágio de maturidade em suas relações bilaterais. Brasil e Portugal constroem um denso intercâmbio econômico e aperfeiçoam cada vez mais o diálogo político e diplomático, no âmbito da CPLP e em outros foros. Trata-se de relacionamento que vai muito além de seus fundamentos tradicionais, como os vínculos históricos, étnicos e lingüísticos.

Esta 7ª Cimeira vem confirmar essa nova dinâmica.

Hoje, como em julho do ano passado, pude comprovar que nossos países buscam ampliar incessantemente a cooperação nas mais diversas áreas, como o comércio, o turismo, a cultura, a educação, a ciência e tecnologia e diversos outros domínios.

No encontro que acabamos de realizar, na presença de Ministros de Estado de ambos os países, tratamos de várias questões, mas me permito ressaltar três assuntos. Em primeiro lugar, gostaria de expressar meu reconhecimento pela forma diligente e prioritária com que o Primeiro-Ministro Durão Barroso e seu Governo têm tratado a situação de nossos emigrantes. Garanti ao nosso ilustre visitante que meu Governo também está empenhado em facilitar a regularização de portugueses no Brasil. Nesse contexto, tive muita satisfação ao tomar conhecimento dos entendimentos alcançados durante a segunda reunião da Comissão Mista de Alto Nível do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, que teve lugar no último dia 2 de março, em Lisboa. Esse encontro é uma indicação clara da importância atribuída pelos Governos do Brasil e Portugal à questão de nossos emigrantes. Passamos a contar com a expectativa de que, até o final de 2004, estejam concluídos os processos de regularização em cada país.

Em segundo lugar, gostaria de chamar atenção para os resultados alcançados durante a primeira reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, reunida em Brasília em 4 de março último. O Primeiro-Ministro Durão Barroso e eu conversamos hoje sobre possibilidades de

ampliação do comércio e dos investimentos entre nossos países. Apesar do volume significativo de investimentos portugueses no Brasil e do crescente interesse do empresariado brasileiro em Portugal, o comércio bilateral entre nossos países ainda está aquém de seu potencial. Estou certo de que encontros como o de hoje e reuniões como a da Subcomissão Econômica, Financeira e Comercial, da semana passada, podem contribuir para dinamizar ainda mais nossas relações empresariais.

Por último, gostaria de ressaltar o interesse de nossos países pela ação conjunta em espaços integrados. Refiro-me, em especial, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que representa hoje uma das mais importantes vertentes do relacionamento entre nossos países. O excelente nível de entendimento mantido entre os Países-Membros da CPLP tem assegurado o aumento de sua presença no cenário internacional. Os espaços de cooperação no âmbito da Comunidade são numerosos e esperamos discuti-los em maior profundidade em julho próximo, durante a 5ª Cimeira da CPLP, em São Tomé.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, no Palácio Itamaraty, em 8 de março de 2004

Senhor Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Senhor Carlos Tabares, Ministro da Economia de Portugal; Senhor Antônio Palocci, Ministro de Estado da Fazenda do Brasil; Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Senhor Embaixador Antônio Franco; Senhor Embaixador Antônio Paes de Andrade; meus senhores e minhas senhoras,

Tenho grande prazer em inaugurar a sessão plenária da 7ª Cimeira Brasil-Portugal, na companhia do meu amigo Primeiro-Ministro Durão Barroso. É uma satisfação retomar o diálogo que tivemos em julho último,

por ocasião da minha visita de Estado a Portugal.

Tenho certeza de que os trabalhos desta reunião aprofundarão ainda mais as relações de fraterna amizade que pude sentir tão de perto durante a minha estada em Lisboa.

Temos, agora, a oportunidade para dar seguimento e continuidade a uma agenda bilateral dinâmica e abrangente, como são hoje as relações entre Brasil e Portugal.

Neste fórum temos um valioso mecanismo de reflexão e deliberação sobre a densa gama de questões que hoje conformam nosso relacionamento político, econômico e cultural. Esta Cimeira bem reflete a qualidade e a dimensão que alcançou a parceria entre nossos países. Afinal, Portugal é o único país europeu com o qual o Brasil mantém reuniões institucionais regulares em nível de Chefes de Governo.

Juntamente com a importante delegação portuguesa que acompanha Vossa Excelência, quero registrar, em particular, a presença da Chanceler Tereza Gouvêa. Sua recente visita de trabalho a Brasília preparou caminho para o êxito de nossos trabalhos aqui.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos hoje, neste fórum privilegiado, a ocasião de conversar de modo franco e objetivo sobre como aperfeiçoar ainda mais nossas relações. Nenhum tema melhor expressa a complexidade dos desafios à frente e, ao mesmo tempo, a maturidade que já alcançamos do que a questão dos brasileiros residentes em Portugal e dos portugueses que vieram viver no Brasil.

Quero, antes de tudo, expressar meu reconhecimento pelo empenho pessoal do Primeiro-Ministro Durão Barroso. Graças à sua determinação, tive a satisfação de assinar em Lisboa o acordo sobre contratação recíproca de nacionais. Criamos as condições para encaminhar, de forma prioritária e diligente, tema que há muito reclama uma solução definitiva.

Os resultados da recente reunião da Comissão Mista de Alto Nível reafirmam o espírito de entendimento e admiração mútua que sempre aproximou brasileiros e

portugueses e que levou muitos concidadãos a buscar novas oportunidades na pátria além-mar.

É com o mesmo ânimo desbravador que empresários portugueses e brasileiros vêm renovando as nossas relações. São enormes as potencialidades no campo do comércio e dos investimentos. Espero ouvir da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais sugestões concretas sobre como podemos aprofundar ainda mais essa parceria.

Queremos trabalhar juntos para reforçar a aposta que Portugal fez na economia brasileira. Na última década, cerca de metade dos investimentos portugueses no exterior destinaram-se ao Brasil. Hoje, esse montante supera os 10 bilhões de dólares.

Motivos para que continue a crescer não faltam. O Brasil e o MERCOSUL oferecem porta de entrada privilegiada para a participação de capitais portugueses no processo de integração sul-americana, em particular por meio de obras de infraestrutura.

Vamos discutir, igualmente, formas de intensificar a presença cada vez mais significativa de empresários brasileiros em Portugal. Permanece igualmente o desafio de ampliar e diversificar a pauta de nossas trocas comerciais ainda hoje aquém das potencialidades das nossas economias e ambições.

Estou certo de que das discussões entre nossos Ministros da área econômica, hoje, resultarão idéias ambiciosas e propostas inovadoras para esses desafios.

Senhor Primeiro-Ministro,

A construção de um novo relacionamento, moderno e maduro, entre Brasil e Portugal vem projetando nossa ação conjunta para além da esfera bilateral. Confiamos nessa aliança porque queremos construir um mundo com os valores que unem nossos povos – a defesa da democracia, os direitos humanos e o multilateralismo.

Por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em especial, temos a oportunidade e a responsabilidade maior de ajudar a moldar um futuro de paz, prosperidade e harmonia para todos os povos que compartilham nossa história e cultura.

Podemos orgulhar-nos da nossa contribuição para a pacificação e retomada do caminho de desenvolvimento em nossos países irmãos. A consolidação da independência do Timor Leste, a vitória da democracia em São Tomé e Príncipe e o processo de reconciliação nacional em Guiné-Bissau são provas do quanto podemos juntos realizar.

Ao considerarmos o caminho à frente, não podemos nos esquecer do papel decisivo da fala portuguesa como fator de projeção e fortalecimento de nossa ação coletiva.

Atribuo, portanto, grande prioridade a que estudemos meios para consolidar nosso idioma nos países de língua oficial portuguesa. A parceria entre nossos países desempenha papel central também no futuro das relações entre a União Européia e a América Latina e Caribe. Vamos discutir como avançar na direção de uma relação estratégica entre as duas regiões.

Vivemos um momento altamente favorável para esse diálogo. Por isso, contamos com o empenho de Portugal para que se possa assinar – ainda neste ano – o acordo de associação MERCOSUL-União Européia.

Senhor Primeiro-Ministro,

Durante minha visita a Portugal, afirmei que desejava ver um salto de qualidade no relacionamento do Brasil com os países com os quais está unido por laços de história e de sangue.

Por isso, revigoramos os mecanismos previstos no tratado de amizade, cooperação e consultas. Arica pauta de nossa reunião hoje não deixa dúvidas de que já não nos satisfazem gestos retóricos e demonstrações de boa vizinhança. Mas, escorados em vínculos históricos e tradicionais, Brasil e Portugal estão construindo uma parceria forte e pragmática, assentada em interesses concretos e objetivos comuns.

É dentro desse espírito de confiança que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e abro os trabalhos da 7ª Cimeira.

Muito obrigado.



Aula Magna na Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aula Magna do Ano Letivo de 2004 proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Auditório do Centro de Tecnologia – Ilha do Fundão, em 12 de março de 2004

Magnífico Reitor,

Foi com grande satisfação que recebi o convite para proferir esta Aula Magna. Minha emoção cresceu ainda mais ao verificar a presença nesta comissão de quatro pessoas com quem tenho laços pessoais: o Professor Polilo, que foi Reitor em uma época de transição importante; o Professor Eduardo Portela, com quem trabalhei diretamente e a quem sou muito grato pelo estímulo e apoio, em momentos difíceis, para que eu levasse, na EMBRAFILME, uma política de liberdade de expressão, em prol não somente do desenvolvimento, mas também da democracia, momento por vezes esquecido, mas importante do processo de democratização do país.

Fico muito emocionado com a presença da Professora Maria Yeda, em cujos livros me preparei para o Instituto Rio Branco. Não tive a honra de ter sido examinado por ela naquele ano, por alguma contingência, mas tive o prazer de estudar em seus livros justamente em uma época em que se refletia sobre a História, à luz de um desejo brasileiro de se inserir soberanamente no cenário internacional.

Emociona-me muito também a presença da Professora Maria da Conceição Tavares, amiga da vida inteira, com quem muito aprendi, não só diretamente, mas também com alguns de seus alunos, sobretudo com aqueles que continuaram fiéis ao seu próprio pensamento.

Eu, passando por uma crise de busca de autenticidade, achei que não deveria fazer vestibular porque não sabia, naquele momento, que curso fazer, e dediquei-me, durante algum tempo, ao cinema. Isso se passou muito antes da EMBRAFILME. Posteriormente, cheguei a prestar o vestibular para Filosofia, quando já tinha ingressado na carreira diplomática, para o Instituto Rio Branco. Há, neste ponto, um elemento importante que, de alguma maneira, Aluizio, você mencionou. Minha geração, mais especificamente as pessoas que prestaram o exame no mesmo ano que eu, sofreu um trauma muito especial, uma vez que prestei o exame para o Instituto Rio Branco sob San Tiago Dantas e me formei sob a ditadura militar. No meio-tempo, ainda fiz o vestibular na Faculdade de Filosofia, para o período noturno, mas uma das primeiras coisas que o Governo militar fez, por razões que ignoro, foi fechar o curso noturno. Como já era estudante do Instituto Rio Branco, não pude seguir no curso de Filosofia, em uma época em que muitas pessoas de grande qualificação, entre as quais o José Américo Peçanha e outros de quem me recordo, lá lecionavam.

Digo tudo isso para registrar a emoção deste momento, porque a sapiência pode não ser tão grande, mas o sentimento das coisas importantes da vida creio que aprendi, e esse, certamente, é um deles.

É natural que o Ministro das Relações Exteriores

venha aqui falar, sobretudo, a respeito de política externa. Tomo o convite feito a mim para um momento tão importante da Universidade – o início das atividades acadêmicas – como, sobretudo, uma homenagem à política externa do Governo do Presidente Lula, política externa que me é dada a executar.

Isso é motivo natural de alegria, porque creio que a política externa está vivendo um momento também especial. É verdade, como muito bem disse o Magnífico Reitor, que certos valores básicos, a não ser em instantes breves e muito infelizes, foram preservados, mesmo durante o Governo militar, e, talvez excetuados alguns momentos de certas idiosincrasias, eu assim diria, a política externa se manteve de maneira bastante independente e digna, com maior ou menor ativismo, dependendo do momento em que vivemos, mas, de modo geral, repito, ela se manteve com muita dignidade.

Está aqui o meu companheiro Embaixador Mauro Azeredo, que trabalhou comigo no Gabinete do Ministro Azeredo da Silveira, na época do Governo Geisel. Era o Governo militar, mas havia uma política externa que procurava ser independente e, talvez sem o dizer, seguir os ensinamentos de San Tiago Dantas. Mas creio que estamos, agora, realmente vivendo um momento especial.

Algo notável para os alunos que aqui se interessarem mais especificamente sobre o tema da política externa é comparar o que foi dito pelo Presidente Lula no seu discurso inaugural e o que ocorreu nesses primeiros meses, já passados catorze meses de Governo.

Posso estar enganado, mas creio que raras vezes um programa de ação em política externa foi tão rigorosamente cumprido. Quando olho para trás e vejo o que foi feito nesse primeiro ano de Governo, em matéria de política externa, é com muita alegria que vejo os resultados. Claro que nem tudo pôde ser realizado de maneira plena, mas as sementes do que ali foi dito foram efetivamente plantadas. Creio que isso é importante porque, muitas vezes, o discurso é coerente, toca em pontos importantes com os quais

concordamos, mas a ação pode deixar a desejar.

Ouçõ, freqüentemente, o comentário – ouvia mais do que ouçõ agora – dos próprios jornalistas: “O que mudou na política externa?” Não me cabe, obviamente, e nem me interessa, examinar a política externa dos meus antecessores, até pelos motivos que já foram aqui expostos, mas, se algo mudou de maneira nítida, a meu ver, foi a intensidade com que certos objetivos foram perseguidos efetivamente.

O Presidente Lula, e nós que temos que executar sua política nesse campo, não nos limitamos ao discurso, a firmar acordos, a belos comunicados conjuntos. Procuramos levar essa política à prática, o que tem inclusive, em muitos casos, uma representação quase que gráfica, quase que física. O Presidente Lula – algo que jamais aconteceu antes – recebeu, no primeiro ano de Governo, todos os Presidentes da América do Sul, em visitas de trabalho de cada um deles, e visitou quase todos os países da região. Então, quando afirmam que “a América do Sul já era prioridade”, digo que era, mas não levada adiante com a intensidade com que tem sido levada.

Da mesma forma, outro tema que revela a importância conferida pelo Presidente Lula a seus objetivos de política externa desde o início do Governo é sua busca incessante pela conformação de uma nova geografia política e comercial mundial e a possibilidade de influir na agenda internacional. A postura do Brasil diante da guerra do Iraque ilustra muito bem isso. De certa maneira, a Guerra do Iraque criou uma situação – não ousaria chamar de oportunidade, porque o lado negativo é muito maior – que demonstra claramente a disposição do Presidente de lutar não só por uma nova geografia comercial do mundo, mas também por uma nova ordem política. E de que forma isso se expressa em nossos esforços de alterar a agenda internacional, de modo a que não apenas nos submetamos a ela? De vários maneiras, eu poderia afirmar: em temas de natureza comercial e econômica; em temas de natureza mais política; e, algumas vezes, naturalmente, em temas nos quais, de alguma forma, há uma mistura

dos dois tipos, como no caso da América do Sul, onde as naturezas dos temas se misturam de maneira mais óbvia. Eu diria, então, que esse esforço para influir na agenda internacional se fez sentir desde os primeiros momentos deste Governo.

A primeira viagem que o Presidente Lula fez ao exterior foi a viagem a Davos. Muitos se perguntavam – eu próprio me perguntava – se era apropriado um Presidente eleito pelo povo brasileiro, mas pertencente ao Partido dos Trabalhadores, ir ao que muitos chamam de “clube dos ricos”, que é a Reunião de Davos. O Presidente Lula, que viajou a partir de Porto Alegre – ele fez questão de ir a Porto Alegre –, foi a Davos e levou uma mensagem que introduziu na agenda internacional um tema que nela figurava apenas marginalmente, que é o tema da fome. Claro que muito já se falou sobre a pobreza; muito se fala, muitas vezes, sobre outros temas ligados ao subdesenvolvimento, às Metas do Milênio que haviam sido aprovadas, mas é a imagem da fome, mais do que nada, que simboliza as carências sofridas pelos países pobres. A fome era tema que estava colocado de maneira indireta, disfarçado às vezes com termos tecnocráticos. O Presidente Lula colocou, para aquela audiência de, digamos assim, abastados, o tema da fome no centro da agenda internacional. E não fez isso apenas como um gesto isolado. Fez isso como o início de uma ação continuada.

Voltou, em Evian, a tratar do mesmo tema, quando foi convidado para a reunião do G-8, ampliado para alguns países em desenvolvimento. Tratou disso na Assembléia Geral das Nações Unidas. Mais recentemente, tomou a iniciativa, em reunião em Genebra, da qual participaram também o Presidente da França, Jacques Chirac, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, de levar a questão da fome ao centro do debate. Esse é um exemplo de como é possível influir na agenda internacional.

A lógica perversa da pobreza e da fome é uma chaga que afeta os mais diversos temas da agenda internacional dos quais nos temos ocupado recentemente. O Presidente Lula, por exemplo,

participou de um seminário, na véspera da Assembléia Geral, em setembro do ano passado, cujo assunto é absolutamente atual e importante, que é a questão do terrorismo. Nesse seminário, o Presidente voltou a sublinhar a vinculação – não a justificação – dos temas da fome e da pobreza com outros temas que afetam a segurança internacional, inclusive o terrorismo. É claro que a fome não é justificativa nem explicação para o terrorismo, mas certamente contribui para criar uma situação em que a busca de soluções extremadas passa a ser mais comum.

Gostaria de comentar agora o que foi feito, no que diz respeito a modificações da agenda internacional, em matéria de negociações comerciais. Estamos enfrentando e continuamos discutindo várias negociações internacionais: a ALCA, a negociação com a União Européia, as discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Também negociamos internamente na América do Sul e no MERCOSUL. Houve aí uma clara mudança de prioridades, não nas prioridades retóricas, mas nas prioridades efetivas.

Quando o Presidente Lula tomou posse, o MERCOSUL estava em um processo, se não de dissolução, de grande debilitação. Em razão de decisões do passado, membros do bloco chegaram a firmar acordos de livre-comércio em separado, como é o caso do Uruguai, que assinou um acordo com o México separadamente dos demais países do MERCOSUL. Houve um grande esforço para, em um primeiro momento, fortalecer o MERCOSUL e lutar por uma integração do conjunto da América do Sul. Essa é uma das coisas que, ditas, parecem fáceis, mas são muito difíceis de realizar. Em cada comunicado conjunto dessas visitas de Presidentes de outros países da América do Sul havia referências à idéia de aprofundamento da integração. E não apenas como ritual de realização. Foi possível, por exemplo, chegarmos a um acordo entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL.

Não é possível visualizar tudo agora, porque essas coisas, às vezes, demoram algum tempo para

frutificar inteiramente. Há certamente pessoas de Física aqui. Não vou me atrever a fazer metáforas que serão incorretas, mas certamente quando um impulso vai em uma direção e surge um impulso em outra, tem que se dar tempo para que esse novo impulso se reflita totalmente na resultante. E muitos países da América do Sul, sobretudo os países, por exemplo, da Comunidade Andina, estão ainda muito mais ligados ao Norte do que ao MERCOSUL. Mas isso começou a mudar e esse acordo da Comunidade Andina com o MERCOSUL é o marco mais importante dessa mudança. Há aí um esforço verdadeiro de reformar a agenda internacional, não apenas em termos retóricos, porque essa idéia já existia. Existia, aliás, desde o Governo Itamar Franco, ao qual tive a honra de servir, mas que não pôde se realizar plenamente. E agora, com grande esforço, algumas dessas idéias estão se concretizando.

Em relação à ALCA, por exemplo, o que ocorreu? Havia um debate muito grande, no Brasil, um debate polarizado em torno de algo que não se sabia bem o que era ou se intuía; em geral, intuição popular tem muito de percepção correta. Havia um debate entre os que eram contra e os que eram a favor da ALCA. Mas havia muito pouco debate crítico sobre aquilo que realmente significava a ALCA. E esse debate tem sido levado a cabo pelo Governo do Presidente Lula com a participação de toda a sociedade brasileira.

Os países desenvolvidos, com exceção da China, que ainda é um país emergente, continuam a ser nossos grandes parceiros comerciais. Os Estados Unidos, por exemplo, é ainda o mercado mais dinâmico do mundo, absorve 25% de nossas exportações e é de lá que vem grande parte dos investimentos estrangeiros. O interesse do Brasil nesses mercados é óbvio. Nós fizemos recentemente, entretanto, algo inédito na geografia comercial mundial. Não quero aqui parecer excessivamente triunfalista, até porque não sei qual será o resultado ainda, mas se levarmos em conta o que ocorreu na Reunião Ministerial em Miami, no final do ano

passado, fizemos algo praticamente revolucionário.

No que diz respeito à ALCA, por mais que achemos que a nossa infra-estrutura é competitiva, que outros setores, inclusive industriais, possam ser competitivos no mercado americano, sabemos que a margem para abrir o mercado americano é limitada, até porque o que era fácil ou relativamente fácil já foi aberto. Tudo agora toca no nervo, do ponto de vista deles. Isso não é uma justificativa, mas uma constatação.

Para dar um exemplo, o Brasil chegou a ser um grande exportador – ainda é, mas era um enorme exportador – de suco de laranja. Chegou a exportar mais de um bilhão de dólares. Hoje em dia, estima-se que a exportação chegou próximo a 500 ou 600 milhões. Apesar dessa queda, o Governo do Estado onde se realizou a reunião de Miami disse que “cíticos, nem pensar”. Isso demonstra, digamos, que há limites muito evidentes. Pode ser que, para obtermos uma cota de determinados produtos, tenhamos que comprometer nossa capacidade de desenvolvimento tecnológico, nossa capacidade de regulamentar o meio ambiente, nossa capacidade de regular até o espaço urbano. De fato, estou dizendo tudo isso concretamente, porque apareceram como contenciosos dentro do NAFTA.

Essas são questões que temos que levar em conta. Não podemos, digamos, hipotecar nossa capacidade de desenvolvimento no século XXI, em função da nossa capacidade produtiva, que é herdada do século XIX ou do século XX. Temos que pensar daqui para frente. Isso tudo sem buscar nenhum tipo de confrontação.

Sou bastante otimista de que podemos chegar a um acordo que tenha efetivamente os elementos principais que nos interessam, que são os acordos de acesso a mercados, nos quais eles e nós também temos a ganhar, mas onde não nos sejam impostas limitações ao modelo de desenvolvimento do Brasil, e de outros países da América do Sul e MERCOSUL, sobre o qual cabe a este Governo soberanamente decidir.

A mesma coisa, para falar brevemente, ocorreu

na Organização Mundial do Comércio, e aí por uma combinação maior de fatores. Eu tenho certa experiência na Organização Mundial do Comércio – fui Embaixador lá por duas vezes – e tenho, como costumava dizer a meus colegas de Genebra, cicatrizes da Rodada Uruguai. Sei o quanto nos foi prometido e o quão pouco ganhamos. Por quê? Porque, na realidade, as negociações se traduziam, no final, em acordos entre os Estados Unidos e a União Européia e, eventualmente, talvez o Japão e o Canadá. Os países em desenvolvimento tinham apenas uma pequena participação e seus principais interesses não eram considerados. Graças a uma articulação que envolveu muitos outros países, conseguimos formar o G-20, que teve uma atuação importantíssima, que impediu que se chegasse a um mau acordo. Por que isso era importante? Se nós chegássemos a um mau acordo agora, iríamos levar vinte anos para poder corrigi-lo.

Um dos principais pontos, que muitos já sabem, é o setor agrícola, área em que nosso país é competitivo. Se não conseguíssemos pelo menos caminhar na direção certa naquele instante – com a eliminação dos subsídios à exportação, redução dos subsídios internos e com o fim aos apoios que distorcem o comércio –, teríamos que esperar por outra rodada, o que representaria esperar por mais vinte anos. É melhor, então, ser firme, adiar por um ano, se for o caso um ano e meio, o final da Rodada, mas chegar a um acordo que seja satisfatório.

Isso foi possível também graças a uma postura, creio eu, destemida, que o Brasil efetivamente assumiu junto com outros países, mas o Brasil acabou sendo alçado, um pouco pelas circunstâncias, à liderança desse processo, onde se mantém até hoje. O G-20, que foi tão criticado por muitos países desenvolvidos, é hoje visto por todos – a começar pelo próprio Diretor-Geral da OMC, que demonstrou isso vindo pessoalmente ao Brasil para uma reunião do Grupo, pelo Comissário da União Européia e, de certa maneira, também pelos Estados Unidos (há uma matéria nos jornais de hoje sobre isso) – como um

interlocutor indispensável para que se possa concluir a Rodada. Temos chance, portanto, de fazer com que ela seja um pouco mais favorável a nós.

Essas não são só questões abstratas. Temos companhias interessadas em explorar o carvão em Moçambique; em explorar petróleo em Angola; pela primeira vez, tivemos uma participação, pelo menos na parte de regulamentação, em São Tomé e Príncipe, que é uma ilha muito pequena, mas que está no meio de uma das maiores bacias petrolíferas do mundo, que é o Golfo da Guiné. Então, há uma política também nesse sentido.

Com relação aos países árabes, vocês conhecem as iniciativas que estão sendo tomadas por este Governo. O Presidente Lula foi o primeiro Presidente da República, o segundo Chefe de Estado, a ir à região. O primeiro tinha sido Dom Pedro II, mas, de certa forma, o Lula foi o primeiro a visitá-la, uma vez que, na época de Dom Pedro II, os países da área não eram independentes, eram parte do Império Otomano. E sua viagem foi muito mais de caráter cultural e religioso à Terra Santa, muito mais do que uma viagem efetiva aos países árabes. Isso são novos horizontes que estão se abrindo.

Criamos o G-3, grupo que reúne as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento: Brasil, África do Sul e Índia. E o estamos criando não só como algo, digamos, distante, abstrato, retórico. Estamos criando o G-3 de maneira muito concreta. Aliás, convido a Universidade a participar de maneira mais ativa nesses tipos de esforços. No que depender do Itamaraty, daremos todo o apoio. Sem o apoio da Universidade, não conseguiríamos fazer grandes coisas.

Acabo de vir de uma reunião em Nova Delhi. Nesta reunião, fizemos, a meu ver, algo que é inédito. Os jornais criticam muito, dizendo que temos a mania de dizer que as coisas são inéditas, mas eu realmente acho este fato inédito, pois, em meus quarenta anos de carreira diplomática, não me lembro de ter visto uma Comissão Mista trilateral de países em desenvolvimento – Brasil, Índia e África do Sul – discutindo projetos na área de saúde, ciência e

tecnologia, defesa, na área de análise do comércio. É uma nova geografia que se cria. Claro que sem prejuízo dos nossos parceiros tradicionais, que continuarão a ser os nossos principais parceiros, ainda por muito tempo. Nós entendemos isso.

Quando negociamos acordos de livre-comércio não só na nossa região, na América do Sul, mas também com a África do Sul e com a Índia, e começamos a ter uma conversa nesse sentido com a China, não estamos ignorando a União Européia e os Estados Unidos, que são os nossos principais parceiros. Mas queremos ter alternativas. Não podemos ter todos os nossos ovos em uma única cesta. Queremos também melhorar as nossas condições de negociação com esses países, e é o que temos procurado fazer.

Tudo isso se reflete, a meu ver, em um respeito crescente pelo Brasil na área internacional. Os convites ao Presidente Lula se sucedem a tal ponto que cheguei a dizer, até como uma explicação, que a demanda por “Lula” é muito maior do que a oferta de “Lula” no mercado internacional. Atualmente, o Brasil é ouvido e chamado a opinar diretamente, e não apenas em questões hemisféricas – poderia falar sobre elas, mas o tempo, hoje, não permite – como o Haiti, a Venezuela ou a Bolívia. São todas questões em que tivemos, de um modo ou de outro, ou ainda teremos, algum tipo de atuação. Em alguns casos, até com papel de liderança, como foi a criação do Grupo de Amigos da Venezuela e como poderá ser a Força de Paz do Haiti.

Atuamos de forma mais direta não só em casos como esses, mas mesmo em relação a temas da

agenda internacional. Somos ouvidos sobre questões do Oriente Médio. O próprio Ministro do Exterior da Palestina pediu que o Brasil tivesse um envolvimento maior. Temos um brasileiro ilustre, o Embaixador Baena Soares, como membro da Comissão da ONU que vai proporcionar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, a proposta de reforma do Conselho de Segurança, entre outras coisas. Temos oferecido idéias nesse sentido.

O Presidente Lula tem mantido contato constante com outros líderes, seja sobre temas políticos, seja, como mais recentemente comentado nos jornais, sobre temas econômicos e financeiros, inclusive no que diz respeito ao relacionamento de nossos países – países da América Latina, em geral, incluindo o Brasil e toda a América do Sul – com os organismos financeiros internacionais. Um dos grandes desafios que temos pela frente é assegurar a continuidade da estabilidade. Mas que tenhamos essa estabilidade com crescimento, que não limite nossa capacidade de investimento em infra-estrutura, que não limite nossa capacidade de investimentos na área social.

Acho que, de uma maneira muito sucinta – talvez não tão sucinta assim, porque os temas são muito vastos –, tentei fazer um apanhado sobre o que tem sido a política externa do Governo do Presidente Lula.

Eu repito, Reitor, professores, alunos, a minha alegria de estar aqui, a emoção singular de vir a esta que era, e continua a ser, a Universidade do Brasil, para participar deste evento tão importante, que é a comemoração do ano letivo.

Muito obrigado

London School of Economics

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, proferida na London School of Economics, em Londres, em 17 de março de 2004

I wish to thank you for your presence and express my satisfaction at being able to present to you Brazil's perspective on current international challenges. As President Lula indicated, when he spoke to you on July 2003, the London School of Economics is held in very high esteem in our country for its tradition for independent thinking. Many in Brazil have drawn inspiration from the work of LSE professors and scholars.

As a young diplomat in London, I was a post-graduate student at LSE, and benefited greatly from the intellectual vitality and social responsibility which are the hallmarks of this institution. The name of Ralph Miliband stands out in my mind amidst other distinguished intellectuals, as a political scientist and as a human being. To me and to many of his students and admirers, Miliband represented this unique blend of idealism and pragmatic thinking that was at the very origin of LSE. I feel greatly honoured to be here today.

Last July you had a first hand account, from President Lula himself, of Brazil's determination to implement a programme of change capable of placing our economy on the path to sustainable growth with effective income distribution, job creation and social inclusion. You are aware of the special attention we attribute to the fight against hunger and extreme poverty at the national level. I need not elaborate on Brazil's commitment to democratic rule and responsible governance.

My task, as Minister of Foreign Affairs, is to reflect

these values and priorities in our relations with the rest of the world – in accordance with President Lula's vision of a more democratic, co-operative and humane international environment.

It might be said that in many respects my position is enviable: respect for President Lula's personal leadership has opened many doors to Representatives of the Brazilian Government worldwide – in the North and in the South.

As I have often observed to journalists in Brazil and elsewhere, the demand for President Lula's message is greater than the "supply" of Lula. In every country I have been to – and I have travelled widely during the past fourteen months – I have found much sympathy and support for the policies and the spirit of the Lula Government. No doubt, Brazil – under President Lula – is touching many hearts and reaching out to many minds.

At the same time, I am under no illusion that we will continue to face an uphill battle in our diplomatic agenda on crucial areas, such as: making international trade less skewed against developing countries – from agricultural subsidies to intellectual property constraints; mobilizing resources for the attainment of the "Millennium Development Goals" – and reducing hunger and poverty in particular; strengthening real and effective multilateralism and promoting more representative and democratic decision-making at the global level – from the UN Security Council to the G-8; establishing social justice

and respect for international law as the foundations for enhanced security and lasting peace.

In Latin America and other parts of the developing world we have been suffering – for some time now – the social consequences of policies unsuited to our circumstances. As pointed out in the recently published ILO panel report on *The Social Dimensions of Globalization*, the new emerging consensus is that globalization has not lived up to its promise. It has failed to improve the livelihood of most people in the developing world. In many quarters it has made social problems more acute. As Joseph Stiglitz said, if we wish to stem the growing tide of discontent towards globalization we must promote more inclusive debates and focus more on the social agenda. This implies reviewing some of the neoliberal assumptions and prescriptions about minimizing the role of the state and a blind faith in the ability of market mechanisms to produce the changes needed to make the world socially more fair and politically more stable.

Thanks to a comparatively benign domestic political evolution, Brazil has been spared the serious social turbulence that has afflicted many of our neighbours from Ecuador to Argentina, from Venezuela to Bolivia. But this has only made us more sensitive to the interconnectedness between our own destiny and that of our fellow South Americans.

As I have stated before, if we fail to integrate through increased trade and investment, and if we don't join our forces on the basis of our shared democratic values and cultural affinity, we may have to resign ourselves to the perverse integration of illegal armed groups, organized crime and drug-trafficking.

Clearly, we must assume our individual and regional responsibility in the search for new and more balanced policies. We must preserve the political achievements since the end of the military rule, in the 70's and 80's. But we must also improve the lot of our people.

In Brazil, we have been working hard to defeat disillusionment and promote renewed faith in our ability to work together, within South America and beyond, towards common prosperity and stability.

The cornerstone of this effort of integration has been the bilateral relationship with Argentina. The broad convergence of views between Presidents Lula and Kirchner on the most pressing issues confronting us has been expressed in the “Buenos Aires Consensus”, adopted in October 2003.

This document reflects our common aspiration for economic growth with social justice and manifests our determination to transform the MERCOSUR trading block (which also comprises Paraguay and Uruguay as full members, and Bolivia, Chile and Peru as associated members) into a catalyst for building a shared future. The meeting that has just ended in Rio between the two Presidents confirmed once again this commonality of perception, while fully recognizing the particularities of the situation of each country.

Successful negotiations with the Andean Community (involving Colombia, Ecuador and Venezuela) set the stage for a common economic space, capable of heralding a new chapter in our integration efforts in the Continent. If we add to these initiatives our growing links to Guyana and Suriname, the emergence of a “South American Community of Nations” – to borrow from President Alejandro Toledo of Peru – does not look like a distant dream.

The importance of this process does not exhaust itself in the expected trade benefits and increased economic ties. More frequent and intense contacts among governments in the region will help us in our struggle against crime, drugs and illicit trade. It will increase our political unity and strengthen our negotiating capacity vis-à-vis other, more powerful nations and groups of countries.

Most of all, it will help in intensifying the people to people contact in an era in which restrictions based on concerns about security or illegal immigration tend to erect barriers between countries and whole regions.

Over the past year, all South American Heads of State came to Brasilia on official visits. In each case they were accompanied by several Ministers, allowing for fruitful, result-oriented talks on wide-ranging programmes for co-operation.

President Lula has been to most of our South American neighbours at least once, since taking office. I am in touch with my colleagues in the region on a frequent basis. Just to illustrate I have been five times to Peru and three times to Colombia in the past year. I have stopped counting the times that I have visited our MERCOSUR partners. This is all unprecedented. Past Governments had vowed to attribute priority to South America – and important steps were taken in this direction.

In practice, however, we had more people working on the Free Trade Area of the Americas than on strengthening MERCOSUR; we were less inclined to think creatively about the Colombian conflict, for example, than to react to plans designed by others.

Today we have revived MERCOSUR, concluded trade agreements with almost all other countries in the Continent, and become actively engaged in the not always easy search for stability in Venezuela, Bolivia, Colombia, in a spirit in which our traditional attachment to non-interference in the internal affairs of others is tempered by what I like to call “non-indifference”.

South America is therefore our first priority. But let me touch now upon other aspects of Brazil’s foreign policy. In so doing, I would like to distinguish between two sets of cases: (a) on the one hand, situations that are part of the international agenda, irrespective of our will; and (b) on the other hand, our effort to reshape the international agenda – albeit in a limited way – with a view to creating a world more conducive to international co-operation for peace and development.

The security challenges stemming from September 11th and the current Iraqi crisis clearly fall into the first category. International terrorism is at the forefront of the international agenda, whatever we may think of its causes, or of the most effective way of coping with it. It concerns us all, whether our countries have been directly targeted or not. To Brazilians, the death of our compatriot Sergio Vieira de Mello and his colleagues, at the UN Office in Baghdad, stands as a

painful reminder.

As I speak today, we are still under the shock of yet another heinous attack against innocent civilians, in Madrid. Brazil has been pressing for enhanced international co-operation to combat international terrorism at two levels: (a) firstly, to carry out repressive measures against terrorist organizations and organized crime, through judicial agreements, intelligence sharing, closer contacts among law enforcement and police institutions in accordance with multilateral precepts and international law; (b) secondly, to promote tolerance, democratic values and greater attention to terrorism’s social and economic roots. In joining forces, we should take into account the vast body of international law at our disposal and work multilaterally, mainly through the UN system, but also through regional organizations, to improve our preventive capacity.

By contrast, the idea of preemption seems to create as many problems as it seeks to resolve. Without entering into a detailed debate on the matter, I would venture to say that, in the absence of a multilaterally negotiated approach, the concept of pre-emptive military action to forestall imminent threats will never enjoy international legitimacy.

And when I say multilateral I am referring to the United Nations Security Council. As President Lula has stated before the UN General Assembly, “a world in which the use of force is not based on agreed multilateral rules and understandings will be intrinsically unstable and structurally insecure”.

In the first months of 2003, President Lula took a series of initiatives, in order to contribute to a diplomatic solution to the Iraqi crisis. On the basis of a set of ideas floated by the Gulf States, he kept in touch with Secretary General Kofi Annan, and Security Council members with a view to obtaining Iraqi compliance with its international obligations while preserving the authority of the Security Council. Even after the war was initiated, he persisted in his diplomatic efforts, which included contacts with Pope John Paul II.

Today, we remain concerned with the level of violence in Iraq, and more broadly in the Middle East. As the first Latin American Head of State to speak before the Arab League, President Lula made clear, during his stay in Cairo last year, that Brazil stands ready to participate in a renewed diplomatic effort towards peace in the region. With this objective in mind we will shortly be establishing a diplomatic mission at Ramallah, and I will be appointing a Special Envoy to the Middle East. We also intend to reopen our Embassy in Baghdad as soon as Iraq recovers its sovereignty.

As the country with the biggest number of people of Arab descent and a dynamic and highly influential Jewish community – both living peacefully side by side – Brazil thinks it can be of some assistance in efforts that have been deployed by the international community, while fully recognizing the complexities of this task.

In parallel, we are responding constructively and creatively – I hope – to Kofi Annan’s invitation to look at contemporary threats to peace and reshape collective security. This implies looking at two interlinked aspects of UN reform: (a) enhancing the capacity of the Security Council to confront the current challenges to international peace and security, among them those posed by international terrorism and weapons of mass destruction; (b) imparting the necessary legitimacy and representativeness to the Security Council so that it may carry out its enhanced responsibilities with greater effectiveness and broader international support. The outcome of the discussions of the “Blue Ribbon Panel”, under UN Secretary-General’s auspices, will help us focus on a new compact among UN member States. We have before us a historic opportunity to preserve and strengthen collective security, in a context which has been aptly described as “no less decisive than 1945 itself, when the United Nations was founded”.

We are prepared to take up this challenge – and this is a matter which I intend to pursue in my contacts at the Foreign Office.

A reformed Security Council with new permanent members from the developing world has become an urgent necessity. In the economic sphere, President Chirac’s initiative to promote an expanded dialogue between the G-8 and emerging economies from Africa, Asia and Latin America is a step in the right direction. We hope his example will be followed and may lead to more permanent arrangements.

As we continue to strive towards these goals, we remain acutely aware that their attainment depends – to a large extent – on a more forthcoming attitude on the part of key actors in the developed world. But we remain optimistic. To our mind, all those genuinely committed to democratic values must join in the effort to promote more democratic decision-making processes at the world level.

Just as History has taught us to mistrust the false idol of autocratic efficiency, we should be wary of dispensing with the search for consensus, through dialogue and consultation, within multilateral frameworks. Instead, we must work together to perfection existing mechanisms and develop new ones. Unilateral actions may appear to bring speedier results. And this may well be the case. But most of the time, they are short-lived and lack legitimacy.

Of course, that does not mean that Brazil will hesitate to act individually, or in co-ordination with like-minded partners to promote vital interests relevant to humankind as a whole. I will refer to two of them, which are in fact interlinked: combating hunger and ensuring that developing countries are provided with a level playing field in international trade. In many ways these projects involve a certain reconfiguration of the world’s commercial and diplomatic geography.

The same impulse which leads us to strengthen our South American unity can also be found in other initiatives such as “IBSA” – the newly established India, Brazil, South Africa trilateral forum that came to be known as the G-3. Bringing together three great democracies of the South, one in each continent, the G-3 can play a useful role as a magnet for co-

operation among developing countries and as a force for dialogue – which is different from confrontation – with the rich North.

In the same spirit, we have been coordinating a Group of 20 agricultural exporters from the developing world – the G-20 – which made its appearance at the WTO Ministerial Conference in Cancún as a voice in favour of freer trade in agriculture and against the billions spent on trade-distorting agricultural subsidies. It is not an exaggeration to say that the G-20 for the first time in trade negotiations brought home a twin message on trade liberalisation and social justice.

Hunger, which affects one fourth of the world's population, of which 300 million are children, has been described by President Lula as the biggest and deadliest weapon of mass destruction. According to UN calculations, as many as 24 thousand individuals a day perish due to hunger related causes. At a recent gathering in Geneva, with the UN Secretary General, Kofi Annan, and Presidents Chirac, of France, and Lagos, of Chile, President Lula took the lead in proposing a new international drive to combat hunger.

The objective is to raise financial resources to invest in projects in areas such as agriculture, health and education. Several ideas and initiatives have been put forward, both as to how the resources should be tapped and as to how they should be better used. In addition to the facility established last year by India, Brazil and South Africa – under the United Nations Development Programme – other proposals deserve to be examined and made operational.

In this context we welcome Chancellor of the Exchequer Gordon Brown's idea of an International Finance Facility that would anticipate, through a system of bonds, the materialization of the commitments made by donor countries. It is President Lula's intention to organise a meeting of Heads of State and Government immediately before the opening of this year's United Nations General Assembly to take stock and plan ahead.

The WTO Round of Trade negotiations, launched in 2001, raised legitimate expectations for a more

development-friendly trading environment. Of central importance was the possibility of bringing agriculture into the mainstream of the multilateral trading system – thereby putting an end to the regime of exceptions and waivers that protect inefficient producers in rich countries and castigate competitive exporters from the developing world.

At the WTO Ministerial in Cancún, co-ordination among a representative group of developing countries, with a special interest in agriculture, succeeded in preventing attempts to dilute the ambitious Doha mandate. The G-20 represents 22% of world agricultural production, 70% of rural workers and 60% of world population. Last December the G-20 met in Brasilia, at ministerial level, in the presence of WTO Director-General Supachai Panitchpakdi and European Trade Commissioner Pascal Lamy.

Unfairly blamed for Cancún's stalemate, the G-20 is now recognised as a constructive and indispensable interlocutor for moving the Doha process forward. I am gratified that the United States Trade Representative, Bob Zoellick, is engaged in a new offensive to place the WTO trade talks back on track and look forward to an accelerated pace in the negotiations in Geneva.

As has become apparent in other important trade liberalisation exercises, such as the FTAA, the WTO remains the principal forum for tackling trade issues such as agricultural subsidies and anti-dumping rules. Let me give you another example of what I mean by reshaping the international agenda. When President Lula took office, fourteen months ago, the FTAA negotiations had been proceeding under a framework which was highly unfavourable to Brazil and MERCOSUR.

Issues of priority concern such as agricultural subsidies and antidumping rules have been set aside – under the pretext that they could be dealt with in the Doha Round – while over-ambitious commitments – disproportionate to those under consideration in the WTO – were being sought in areas, such as intellectual property rights, government procurement,

investment rules, as well as a framework for trade in services that departs from the GATT. All these would impact directly on our latitude to promote development-oriented policies.

Thanks to a collective effort, a compromise was struck which allowed us to rebalance the negotiating framework at the Miami Ministerial Conference, last November, setting the stage for mutually beneficial outcomes, based on what a Free Trade Area should really aim at: access to markets.

Before concluding, I would like to refer to our relation with Europe. In Brazil we consider the current MERCOSUR-European Union negotiations for the conclusion of a trade agreement as strategically important. In addition to the potential commercial gains and strengthened economic partnerships, at stake is the notion of ensuring a healthy multipolarity in our trade relations with the developed world. Our trade with Europe is growing at a much faster pace than that with other parts of the developed world.

At the political level, we have been experiencing a new and increasingly vibrant dialogue with individual countries in the EU as well as with the Commission. I have not only been regularly in touch with Pascal Lamy – in Brasilia and in Europe – but have had fruitful talks on a wide range of issues with Commissioners Chris Patten and Javier Solana – who will be coming to Brazil

next month. President Lula has developed close ties with a number of European leaders, including Prime Minister Tony Blair with whom he had the opportunity of exchanging ideas on progressive governance last year.

I have referred to President Chirac's amplified G-8 dialogue last year in Evian – which included Brazil – and his participation in President Lula's project on fighting hunger. Spain is the second largest investor in Brazil, and a "strategic partner". President Lula has visited Berlin and Lisbon and remains in frequent contact with the leaders of both Germany and Portugal.

In many respects Europe represents a model and an inspiration for our own integration efforts within MERCOSUR and South America. I am certain that both regions will greatly benefit from increased economic, political and cultural ties. For my part, as a former Ambassador to the United Kingdom, and as someone who owes a lot to this country and, in particular, this institution, I retain not only a professional but also a personal interest in developing relations with our British counterparts, in all fields: diplomatic, economic, cultural, educational.

I am thus very happy to be in London for a busy agenda, which includes not only this stimulating gathering at LSE, but also contacts with Foreign Secretary Jack Straw, the press, and the private sector.

Thank you.

Sessão Especial do Comitê de Agricultura da OMC

Intervenção do Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, em nome do G-20, na sessão especial do Comitê de Agricultura da OMC, em Genebra, em 26 de março de 2004

Ao concluir esta primeira sessão especial do Comitê sobre Agricultura sob sua presidência, gostaria de expressar, em nome do G-20, a satisfação que tivemos com o modo pelo qual o senhor conduziu os debates nesta semana crucial. Esperamos que seu amplo arsenal de sabedoria e senso de humor se faça presente nos próximos meses em que intensificaremos as negociações em agricultura.

No atual momento, estamos em condições de compartilhar os seguintes pontos: o clima durante a semana agrícola foi bom; o novo método de contatos diretos entre delegações está funcionando; as delegações aproximaram-se num espírito de entendimento mútuo e de busca de convergência, algo claramente necessário após um intervalo de oito meses desde nosso último encontro. Percebemos que existe um compromisso efetivo em relação ao objetivo de se acordar um *framework* até meados de 2004. O G-20 está satisfeito com o que foi conquistado até o momento, mas ainda temos um longo caminho adiante.

Consideramos o formato escolhido bastante adequado para estabelecer confiança e testar flexibilidades de todos os envolvidos nas negociações. Dando um passo de cada vez, estamos confiantes em que possamos alcançar progresso com

vistas a assegurar que o nível de ambição do Mandato de Doha seja respeitado em sua integridade.

Ao longo desta semana, o G-20 manteve uma terceira rodada de consultas com a UE e teve diálogos bastante construtivos com os EUA, o G-33 e o Grupo Africano. Também nos engajamos em interlocução intensiva, positiva e produtiva com o Grupo de Cairns a fim de desenvolver perspectivas comuns em todos os três pilares.

Nossa avaliação desses encontros é bastante positiva. O diálogo desta semana nos permitiu ter um maior conhecimento das diversas posições, além de criar um sentido de convergência e enfatizar a necessidade de construir pontes.

Pudemos perceber algumas indicações positivas. Esperamos que esses sinais sejam confirmados e posteriormente analisados nos três pilares.

No pilar de competitividade das exportações, algum movimento foi indicado e nós esperamos que seja materializado e posteriormente explorado. O G-20 entende que é fundamental acordar uma data certa e dotada de credibilidade para a eliminação de todas as formas de subsídios à exportação – incluindo os contidos nos créditos à exportação, nas operações de ajuda alimentar e nas atividades das empresas estatais de comercialização – para todos os produtos.

Permita-me enfatizar que esse elemento é central para criar confiança e para avançar nos outros dois pilares.

Com vistas a atender ao mandato em apoio doméstico, podemos recorrer a uma combinação equilibrada de três instrumentos: cortes, disciplinas e monitoramento. A fim de obter redução substancial no apoio doméstico, é essencial haver cortes profundos na soma global de apoio doméstico distorcivo (caixa amarela + caixa azul + *de minimis*). Melhores disciplinas são necessárias para garantir que alterações nos diferentes formatos de apoio doméstico distorcivo não se limitem a mudanças de rótulos com a preservação de seus efeitos distorcivos. Ademais, o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento é essencial para termos confiança em que o que obtivermos seja respeitado.

Discussões em acesso a mercados confirmaram nossa percepção inicial de que esse é o pilar de maior complexidade. Há muito trabalho a ser feito para desenvolver uma estrutura que seja simultaneamente abrangente e equilibrada e, ao mesmo tempo, não contrarie o nível de ambição do mandato e as necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Uma negociação plausível de um *framework* aceitável requer uma abertura para explorar novas alternativas para a fórmula de redução tarifária ou aperfeiçoar a atual, de maneira a que atenda aos resultados pretendidos. Nesse sentido, três objetivos devem ser considerados:

- i) geração de comércio adicional por meio de efetivo acesso a mercado;
- ii) consideração das especificidades das estruturas rurais dos países em desenvolvimento; e
- iii) consideração das diferentes estruturas tarifárias

dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Acesso adicional a mercados deve também ocorrer por meio da expansão das quotas tarifárias (TRQs), com base em critérios objetivos. Também não devemos desconsiderar a questão da administração das TRQs.

Um elemento crucial do mandato ainda a ser tratado refere-se à garantia do tratamento especial e diferenciado, operacional e efetivo, para países em desenvolvimento, inclusive por meio de proporcionalidade entre suas reduções tarifárias em relação às efetuadas pelos países desenvolvidos, bem como por meio de outros instrumentos tais como produtos especiais (SP) e salvaguardas especiais (SSM).

Finalmente, as preocupações específicas dos membros que recentemente acederam à OMC devem ser efetivamente tratadas.

Senhor Presidente,

Posso dizer sem nenhuma hesitação que essa semana agrícola cumpriu amplamente seus objetivos. Os contatos diretos foram efetivos para propiciar aos membros a retomada do controle das negociações. As delegações reafirmaram seu compromisso e, tão pronto retornem a suas capitais, onde analisarão, digerirão e refletirão sobre o que ouviram de outras delegações, preparar-se-ão para dar passos em direção à convergência. Sem prejuízo disso, nós achamos que o processo de Genebra, no nível técnico e de peritos, deveria ocorrer com vistas a criar condições adicionais de convergência.

Nós confiamos em que o senhor, em sua sabedoria, elaborará o formato mais adequado para permitir a fluidez do processo.

Sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 6 de abril de 2004

Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço também ao Presidente da Comissão Especial da ALCA.

É sempre motivo de satisfação voltar a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para falar de política externa. Vou procurar ser o mais sucinto possível, até porque prefiro tentar satisfazer a curiosidade e o interesse dos Deputados naqueles assuntos que estejam despertando maior atenção.

Para seguir os termos da convocação anunciados, vou fazer rapidamente uma exposição sobre o atual estado das negociações da ALCA e da União Européia, sem ter a pretensão de, neste momento, retomar, desde o início, tudo aquilo que já é fartamente sabido e que foi objeto de exposições minhas anteriores a esta, inclusive aqui na Comissão. Obviamente, Presidente Carlos Melles, se for necessário, estarei pronto a fazer algum retrospecto que elucide mais como se encontram as questões hoje.

Começando pela ALCA, talvez muitos dos senhores se recordem de que a preocupação principal do Governo do Presidente Lula, desde que começamos a trabalhar nesse tema, foi encontrar uma negociação verdadeiramente equilibrada. Tínhamos a nítida sensação de que temas do nosso interesse,

conforme mencionado aqui pelo Presidente da Comissão da ALCA, José Thomaz Nonô, como a questão dos subsídios agrícolas, não tinham condições de ser tratados na ALCA. E temas que despertavam alguma sensibilidade da nossa parte, por uma razão ou por outra, eram objeto de forte pressão negociadora dentro da ALCA.

A negociação, sinceramente, caminhava para a seguinte situação: a possibilidade de obter resultados práticos, para nós, era relativamente reduzida. Ao mesmo tempo, o comprometimento da nossa capacidade de ter políticas autônomas nas áreas industrial, tecnológica e de saúde era cada vez mais forte.

Tive oportunidade de compartilhar essa visão, inicialmente, com o próprio representante comercial dos Estados Unidos, na primeira visita que ele fez ao Brasil. Na realidade, foi na segunda, porque ele esteve aqui na posse do Presidente Lula como representante especial. Pudemos travar profunda discussão e tivemos várias conversas posteriores. Também houve reuniões do Comitê de Negociações Comerciais. Uma delas, que se realizou em Trinidad e Tobago, despertou muita atenção e causou grande impacto na imprensa.

Finalmente, depois de várias discussões e

conversas – uma delas me levou a interromper viagem com o Presidente da República à África para conversar diretamente com outro Co-Presidente da ALCA em âmbito ministerial, o Representante Comercial Robert Zoellick –, chegamos a um arcabouço que tinha flexibilidade suficiente, no nosso entender, para nos permitir, a um só tempo, ter uma ALCA ambiciosa, em termos de acesso a mercados, e tratar as questões mais sensíveis, para um lado ou para outro, em outro foro, na OMC, ou tratá-las posteriormente, caso fosse esse o caminho preferido.

O resultado desse trabalho ficou consubstanciado na Declaração Ministerial de Miami, que no nosso entender foi muito positiva. A solução básica que encontramos foi permitir que houvesse um núcleo comum de obrigações a todos – presume-se que elas existam em qualquer acordo de livre-comércio.

Na oportunidade, chegou-se também ao reconhecimento de que as negociações quanto ao acesso a mercados se fariam essencialmente pela via bilateral – no nosso caso, sempre bilateral, pois é preciso pensar no MERCOSUL; portanto, 4 mais 1 – e que os países que assim o desejassem poderiam fazer acordos plurilaterais, a exemplo do que ocorreu historicamente no próprio GATT, em que muitos acordos são firmados apenas por alguns países. Na realidade, até hoje 2 desses acordos são plurilaterais – por exemplo, o acordo de compras governamentais, firmado por 19 países.

Então, essa estrutura flexível e realista, a nosso ver, permitiria que entrássemos numa fase mais decisiva de negociações.

Evidentemente, essas normas estabelecidas tinham certo grau de generalidade, embora muitas delas fossem auto-explicativas. Mas, até mesmo pela inércia que existe em todo tipo de organização internacional, de conferência internacional, sentiu-se a necessidade de que o Comitê de Negociações Comerciais – isso foi previsto na própria Declaração de Miami – explicitasse mais esse núcleo de obrigações comuns, permitindo-nos, dessa maneira, entrar na negociação sobre o acesso a mercados.

O que parecia tarefa relativamente fácil, por que

as negociações em nível político mais alto haviam se processado a contento, começou a revelar certas dificuldades. O fato é que houve a primeira reunião em Puebla e não se logrou chegar a muitos avanços. Não quero dizer que não tenha havido avanços. Em muitos pontos eles ocorreram, mas a mídia, como é natural, deu atenção aos pontos controversos. Houve avanços em muitos pontos. Por exemplo, a questão das compras governamentais e da competição foi totalmente resolvida. Ela poderia ser complexa no caso da ALCA. Já estão sem os colchetes as normas para negociação.

Enfim, não foi possível resolver tudo, em particular da parte dos Estados Unidos, diria, de alguns de seus sócios, sobretudo os que já têm acordo de livre-comércio com aquele país. Não necessariamente todos, nem necessariamente sempre. Mas da parte de alguns países havia a preocupação de deixar uma porta aberta para que houvesse outras obrigações adicionais a esse núcleo que seria estabelecido ao longo do tempo. Isso, por um lado. Por outro lado, havia, evidentemente, grande resistência dos Estados Unidos – creio que também do Canadá e possivelmente de outros países – a questões ligadas ao acesso a mercados. Refiro-me mais aos Estados Unidos não porque as dificuldades maiores sejam necessariamente com eles, mas porque, como tenho dito muitas vezes, do ponto de vista do Brasil, a negociação relativamente à ALCA é feita com aquele país e o Canadá. Com todos os demais países que provavelmente serão membros da ALCA podemos negociar em outro âmbito. Aliás, é o que estamos fazendo. De modo que as dificuldades também podem ser resolvidas em outro nível.

Passo ao caso específico a que queria me referir.

Houve evidente dificuldade, por parte dos Estados Unidos, na questão do acesso a mercados.

É muito comum ouvirmos e lermos repetidamente na imprensa que o Brasil e o MERCOSUL têm criado obstáculos ao livre-comércio. Creio que não é uma afirmação verdadeira, até porque, quando se toma o livre-comércio no sentido mais literal da

expressão, que é a livre circulação de bens, a nossa proposta é a mais audaciosa, porque foi o MERCOSUL que a propôs. Devo até admitir, com toda franqueza, que depois poderemos ter dificuldade em levar tudo isso adiante. Mas o MERCOSUL propôs que houvesse total eliminação de tarifas em todas as linhas tarifárias – proposta muito ousada e que iria mais na direção de livre-comércio. Mas ela não foi aceita por alguns países; entre eles, Estados Unidos e Canadá.

Num segundo momento, tentamos uma fórmula um pouco mais branda para chegar a alguma conclusão. Vejam bem, estamos falando de um acordo de livre-comércio. Propusemos que houvesse uma fórmula nos moldes dessas redações que se buscam em acordos internacionais, mas que se dissesse que haveria melhoria substancial nas condições de acesso. Não se falaria em eliminação total, mas em melhorias substanciais nas condições de acesso, em todas as linhas tarifárias, a produtos como açúcar, suco de laranja, calçados, etc. Mas essa fórmula também não foi aceita pela outra parte.

Quero dizer algo importante. Frequentemente lêem-se comentários segundo os quais os Estados Unidos não estariam de acordo com isso porque o Brasil não estaria aceitando suficientemente ambições na área de regras. Isso não é verdade, porque os outros países que aceitaram todas as ambições na área de regras continuaram encontrando as mesmas dificuldades. Não houve liberação total nem mesmo para a Austrália, cujo principal produto de exportação, o açúcar, ficou excluído do acordo com os Estados Unidos.

Não é verdadeira a idéia de que, se o Brasil agisse como os outros países, abriria as portas do mercado americano para produtos do nosso interesse. Alertamos para essa questão várias vezes, antes mesmo de Miami, e ficou muito claro que isso não iria ocorrer. Há, sim, certa disposição de negociar acesso aos mercados, mas não esse *trade-off* que às vezes se estabelece ou que se presume haver entre aceitação de regras, sobretudo em relação a temas como investimento, propriedade

intelectual ou serviços. A idéia de que isso geraria ampla abertura de mercado não é verdadeira.

Quando estive em Miami, a principal cidade da Flórida, ouvi uma declaração pública do Governador, que tem certa influência no País; portanto, não há por que fazer segredo disso. Disse ele: “cítricos, nem pensar”. Ele não disse: “cítrico, só se houver propriedade intelectual”. Ou: “cítrico, só se houver investimento”. Então, é preciso desfazer essa idéia que tem sido propalada com frequência, mais pela mídia brasileira do que por qualquer outra fonte, de que haveria um *trade-off* nesse caso. Pode ser que houvesse algum, mas não de forma geral.

Temos insistido muito nessa questão de acesso a mercados e encontrado dificuldade particularmente no que diz respeito aos produtos agrícolas.

Para resumir o estado das negociações, gostaria de mencionar que tenho tido uma troca muito positiva de entendimentos telefônicos e por correspondência com o Representante Comercial americano Robert Zoellick. Tenho sempre a impressão de que há desejo de se chegar a um entendimento. Mas, quando partimos para a negociação prática, encontramos dificuldades.

Sem a pretensão de querer ser exaustivo, porque existem outras questões, quero resumir para os senhores aquilo que eu mesmo tenho dito ao Representante Comercial americano. Quais são os principais pontos pendentes em relação a um texto de obrigações comuns para a ALCA?

Na realidade, criou-se, não da nossa parte, porque estamos prontos a iniciar uma discussão de acesso a mercados, mas da parte de outros países, sobretudo dos Estados Unidos, a idéia de que a negociação de acesso a mercado só seria retomada quando houvesse acordo sobre esse núcleo comum de obrigações, em torno do qual existem quatro pontos importantes, a meu ver.

O primeiro refere-se à agricultura, ao acesso a mercado de produtos agrícolas. Eu já mencionei as posições iniciais do Brasil e do MERCOSUL quanto à eliminação total de tarifas, mas continuamos a ter muita dificuldade em encontrar uma linguagem que

diga claramente que deve haver aumento substantivo e abrangente. Não sei se diria todas as linhas tarifárias. Não sei também a maneira como diria isso. Mas não tem sido fácil encontrar uma linguagem que aponte nesse sentido. Um aspecto dessa questão são os subsídios, que compreendemos e aceitamos a contragosto. Mas os problemas verdadeiramente sistêmicos, tanto dos subsídios internos quanto dos subsídios à exportação, serão tratados na OMC.

Evidentemente, há questões que, de alguma maneira, exercem impacto direto sobre o acesso a mercados. Por exemplo, se há subsídio às exportações para dentro da região e se se estipula nela uma área de livre-comércio, em vez de o nosso acesso melhorar, tomando a região como um conjunto, pode até piorar, porque produtos que são subsidiados poderão ter tarifa zero em um ou outro país das Américas. Esse aspecto tem de ser considerado na negociação de acesso a mercados; é indissociável dela. Se se vão eliminar todos os subsídios ou não, é uma questão sistêmica, que concordamos deva ser discutida na OMC. Aliás, se houver alguma pergunta a esse respeito, informo que sou moderadamente otimista em relação às possibilidades de avanço nessa área.

Sobre o apoio interno, também entendemos que os Estados Unidos não vão reformar a *Farm Bill* só para nos agradar. Isso só poderá vir a ocorrer no contexto de uma negociação multilateral. Mas, como certos produtos são muito afetados, inclusive brasileiros, pela existência de grande quantidade de subsídios internos, deve haver condições de acesso – seja de que forma for, não quero negociar pela imprensa ou publicamente – que compensem pelo menos até certo ponto a existência desses subsídios, senão eles neutralizam totalmente a concessão feita. Em tese, não adianta ter tarifa zero para certo produto se o grau de subsídio interno é tão grande que anula essa preferência.

Esses dois aspectos, mais a questão geral de acesso a mercados em produtos agrícolas, geram certa dificuldade. E certamente, nesse caso, as resistências não são do nosso lado.

A segunda questão diz respeito aos serviços. Em várias ocasiões dissemos claramente – inclusive, sempre tive a impressão de que isso tinha sido mais ou menos aceito – que estávamos dispostos a negociar serviços como acesso a mercados usando o mesmo arcabouço de negociação existente na OMC. Não se trata de negociar na OMC, mas na ALCA, com preferências possivelmente mais profundas, usando o mesmo arcabouço, a mesma metodologia e os mesmos princípios da OMC, do famoso GATT, acordo de comércio e serviços. Por quê? Porque foi bastante difícil chegar a esse acordo, e querer reinventar a roda é muito complicado. Serviço é uma área delicadíssima, e certas áreas podem envolver questões como saúde, educação, audiovisual.

Por isso, e por outros motivos que eu poderia abordar posteriormente, insistimos muito na modalidade da ALCA. Essencialmente, significa listas positivas – isto é, você diz aquilo que está incluído na negociação – e não listas negativas, em que tudo aquilo que não foi excluído estaria incluído, o que é muito mais complicado. Isso foi teoricamente aceito.

Continuam insistindo para que, no núcleo geral de obrigações, haja referência mais ampla à liberalização do setor de serviços. Aceitamos a idéia da liberalização, mas não aceitamos negociar as regras.

Freqüentemente, ouve-se dizer que o Brasil ou o MERCOSUL não querem negociar regras. Então, não estão negociando serviços, porque, como não existe tarifa em serviços, salvo nos casos em que há proibição, a negociação se faz muito em função de regras. O Brasil reconhece que, para negociar serviços, tem-se, de alguma maneira, de tocar em regras. Mas não é útil nem produtivo para nós fazer esse tipo de negociação num fórum de 34 países, dos quais pelo menos 30 não têm interesse semelhante ao do Brasil. É preferível negociar num fórum 4 mais 1, da mesma maneira que os Estados Unidos querem negociar num fórum 4 mais 1 a questão de bens. Por quê? Porque assim eu sei o que estou trocando. Se amanhã eu tiver de fazer concessão em serviços

financeiros, ou de telecomunicação, ou em qualquer outro, saberei por que estou trocando: por melhoria das condições de acesso ao açúcar, ao etanol, a calçados. Se fosse haver negociação entre os 34 países, aquilo passaria a ser uma espécie de princípio geral e não se teria nada em troca. A nossa voz ficaria diminuída nesse conjunto, ao contrário do que ocorreria numa negociação direta entre o MERCOSUL e os Estados Unidos.

Uma das razões de a negociação com a União Européia avançar mais rápido do que com os Estados Unidos é porque adotamos esta metodologia: negociação direta entre o MERCOSUL e a União Européia. Não há outros atores, e há a aceitação da metodologia da OMC, de trocas e concessões.

Para desfazer a possível impressão de que o Brasil ou o MERCOSUL quer negociar bilateralmente, porque não quer liberalizar o setor, sugerimos, na última reunião de Buenos Aires – foi até ousado de nossa parte –, à luz da sensibilidade que eu sei que existe, que se usasse a mesma linguagem para bens e serviços; ou seja, uma negociação que resulte em substancial aumento das condições de acesso a mercados.

Isso demonstra claramente que não há o desejo de nos furtarmos a uma negociação. Mas não quero discutir, com a presença de outros países que podem não ter interesse no assunto, se audiovisual entra ou não, se serviços de educação entram ou não, se serviços de saúde entram ou não; e se serviços financeiros entram, de que forma isso se dará. Apenas o Brasil tem de decidir sobre o assunto.

Lembro que o Governo do Presidente Fernando Henrique, que teve atitude bastante liberal tanto em relação a telecomunicações quanto a serviços financeiros, não pôde concluir o processo de ratificação de nenhum dos dois protocolos da OMC, porque, embora as nossas políticas fossem mais abertas em muitos campos, em um ou em outro era diferente.

Por exemplo, em telecomunicações há exigência de autorização do Presidente da República. Isso não prosperou. Tenho de ter esse tipo de cuidado, porque, se os outros 30 países aceitarem determinada

fórmula que não serve para o Brasil, quando eu a apresentar aos senhores para ratificação, se tiver um ponto que não sirva, tudo mais cairá por terra, inclusive eventual concessão em etanol, em calçados.

Acentuamos que não nos furtaremos a uma importante e substantiva negociação na área de serviços, mas nesse formato que indiquei.

O terceiro ponto, que tem criado alguma dificuldade, de certa maneira também nos surpreende, porque houve enrijecimento da posição de alguns atores, sobretudo dos Estados Unidos, em relação ao que nós intuíamos. Talvez estivéssemos intuindo errado, em Miami ou depois de Miami, quanto à questão da propriedade intelectual.

Ficou claro que não aceitaríamos negociar na ALCA obrigações adicionais em relação à propriedade intelectual da OMC, por vários motivos. Entre eles, cito um muito simples: o próprio Acordo sobre TRIPS, da OMC – acordo de propriedade intelectual ligado ao comércio –, prevê que, diferentemente do que ocorre em serviços ou em bens, tudo o que se concede em propriedade intelectual é automaticamente estendido a todos os demais membros do Acordo sobre TRIPS. Então, se algum dia você tiver de negociar algo, é muito mais lógico que o faça na OMC, a fim de pedir para outros países interessados alguma coisa em troca, além das preocupações com saúde, com medicamentos. Inclusive, isso nos levou a uma negociação importante em Doha e, mais recentemente, em Cancún.

Então, ficou claro que não negociaríamos essas regras.

A principal preocupação dos Estados Unidos – ela é até legítima –, que compartilhamos, é com a chamada observância ou aplicação das normas de propriedade intelectual; em inglês, chama-se *enforcement*.

Ao contrário do que ocorreu em outros países há 15, 20 anos, o Brasil não tem interesse algum em proteger uma indústria de discos ou de filmes que esteja produzindo cópias piratas. Temos tanto interesse em combater isso quanto os Estados Unidos. Estamos dispostos a cooperar tecnicamente e até gostaríamos de ter cooperação financeira, porque seria do interesse não só dos produtores

audiovisuais americanos, mas também nosso. Portanto, não há nenhuma dificuldade no que se refere a esse conceito. A dificuldade surge, no caso específico da aplicação, no momento em que se discute se essa norma está ligada ao que se chama, em geral, nessas negociações, de retaliação cruzada. Em outras palavras, não quero que o Brasil, por falta de recursos – o que se dá muitas vezes – deixe de cumprir integralmente, ou seja, 100%, como, aliás, ocorre também nos Estados Unidos. Disse, ontem, na Câmara americana, onde estava presente o representante da *Motion Pictures Association* – e ele sabe que é verdade –, que eu morava em Nova York e via as cópias de “Titanic” nas ruas de *Chinatown* antes de ir ao cinema.

A possível existência de pirataria, muitas vezes, está acima da capacidade de atuação do Governo. Não desejo, e seria ruim para todos nós, que incidências desse tipo, que sempre podem ocorrer, gerem um processo de solução de controvérsias que acabe levando a uma eventual retaliação comercial. Não se tem dinheiro – e não quero entrar na área de outras pessoas – para reprimir suficientemente a pirataria, da mesma maneira que não se tem dinheiro para construir, num grau necessário, presídios de segurança máxima. Não quero que isso seja objeto de retaliação comercial. Contudo, estou pronto a receber cooperação, fazer consultas numa base voluntária e trabalhar de uma maneira positiva, porque é de nosso interesse também. Entendo que, nesse ponto, seria possível encontrar uma linguagem em comum – escrevi para o Ministro Robert Zoellick e ainda estou esperando uma resposta.

Em relação ao núcleo de obrigações comuns, como havia abordado inicialmente, o entendimento é que esse núcleo seria negociado, o que permitiria avanço nos diversos grupos negociadores, seja nos acordos plurilaterais, seja nas negociações de acesso a mercados. Tenho sentido permanentemente um desejo da parte americana de manter aberta a possibilidade de reintroduzir alguma disciplina em algum momento da negociação, o que não é positivo,

em tese, porque, em qualquer negociação, é preciso saber em que terreno se está pisando. E se o núcleo de obrigações for reaberto em dois ou três meses, não sei exatamente em que base estou negociando. Além disso, é uma questão de lógica da negociação. Não há como aceitar a reabertura desse núcleo sem que eu tenha que pôr sobre a mesa também temas que, de alguma maneira, aceitei serem tratados na OMC. Não pode haver a ilusão de que esse núcleo de obrigações possa ser reaberto para introduzir uma norma de propriedade intelectual ou uma norma em relação a serviços, e, ao mesmo tempo, não possa recolocar temas de subsídios agrícolas ou temas de *antidumping*, porque haveria um total desequilíbrio nas negociações.

Propusemos uma redação baseada, e não posso dizer literalmente, no que entendi ser o sentimento da parte norte-americana a esse respeito, que talvez vai um pouco além do que seria nosso desejo. Mas, dentro de certas circunstâncias, poderia admitir alguma revisão ou propostas de novas obrigações serem examinadas sempre de forma equilibrada e sempre levando em conta a sensibilidade de todas as partes e não de apenas uma.

Com base nesses quatro pontos, considero possível concluir uma negociação. O que isso exige? Ontem, visitei a Câmara americana com um grupo de empresários que me perguntou o seguinte: “O que o senhor pede que falemos com nossos amigos, com os nossos colegas dos Estados Unidos, para que a gente possa concluir essa negociação?” Disse: “Olha, pode até parecer surpreendente partindo de alguém do Governo para empresário e, sobretudo, partindo de um latino para um norte-americano”. Eventualmente foi uma indireta. Mas queremos pragmatismo. O que tem havido em termos de negociação com a União Européia é pragmatismo – o que menos tenho notado na negociação com os Estados Unidos. O inventor do pragmatismo, se não me engano, é o filósofo norte-americano William James, que justamente adere a essa filosofia empresarial. O que seria pragmático a nosso ver?

Ter esse núcleo central de obrigações e passar imediatamente a uma negociação de acesso a mercados. Não excluo serviços dessa negociação de acessos a mercados, como também não excluo investimentos, desde que na base de uma lista positiva. E isso pode nos levar adiante. Aliás, cansei de ouvir isso dos negociadores norte-americanos na OMC. Quando a União Européia estabelecia muitas regras, regras sobre meio ambiente, sobre isso e aquilo, cansei de ouvir o seguinte: “Não, vamos fazer uma rodada, antes mesmo do lançamento em Doha, voltada para acesso a mercados, porque isso é o que nos interessa”. É isso que estamos dizendo a eles. Vamos fazer uma rodada voltada para acesso a mercados e não necessariamente para a construção de um espaço econômico com normas únicas, porque isso não vamos ter. São 34 países muito diferentes. Não se pode pedir ao alfaiate um modelo único. Há grupos de países que podem e desejam ter políticas industriais, como é o nosso caso – discutiu-se na semana passada essa questão –, países que podem e desejam ter políticas tecnológicas e políticas de medicamentos genéricos. No entanto, há países, e eles não são culpados por isso, que não têm condições, pois a dimensão deles não dá margem a isso. Portanto, não se pode tratar todos esses países da mesma forma. Há, inclusive, países latino-americanos que, na área agrícola, tendem mais a tratar de sua sensibilidade do que de seus interesses de conquista de mercados. Não pode haver uma ALCA com modelo único numa negociação desse tipo.

Portanto, queremos o pragmatismo, o que significa, a meu ver, um acordo 4 mais 1 na parte de acesso a mercados. Como dissemos muitas vezes, não temos nenhuma dificuldade em estender aos demais membros, eventualmente aos demais países latino-americanos, tudo aquilo que concedermos numa negociação bilateral com Estados Unidos ou Canadá. Com isso, a integridade da ALCA seria preservada. Esse seria o caminho a percorrer.

Como já falei a respeito da União Européia, vou fazer rapidamente duas ou três referências, pois o

meu tempo já passou e muito dos 20 minutos.

Com a União Européia, pelas razões já apontadas, tem sido possível avançar mais. Estamos, no momento, tratando de uma troca de ofertas que poderá ser definitiva para nosso acordo de associação. Do lado da União Européia, isso implica melhora e, em alguns casos, até a primeira oferta, que nem havia sido feita no caso de alguns produtos, quase todos, creio eu, da área agrícola. Sabemos que não será provavelmente a oferta dos nossos sonhos, mas há um avanço nesse sentido. Antes se dizia que esse tema seria discutido no final. Mas, ao contrário, a União Européia está concordando em discuti-lo agora. De nossa parte, vamos procurar melhorar nossa oferta em termos de produtos manufaturados e serviços, atuando naturalmente em consonância com outros órgãos do Governo. Dentro dessas ofertas, e faço questão de relatar, freqüentemente dizem o seguinte: “O Itamaraty não quis isso, o Itamaraty não quis aquilo”. O Itamaraty não produz bens de capital nem bens de microeletrônica. Da última vez que se tentou negociar uma melhora de ofertas com os Estados Unidos, enviei uma lista. Disseram: “Ah, tem 100 produtos que o Itamaraty está segurando”. Mandei averiguar e disse: “Olha, se for pelo Itamaraty, pode colocar todos”. Viu-se que não era bem assim. Outros setores queriam uma revisão. Mas, de qualquer maneira, estamos tentando melhorar nossa oferta com a União Européia. E, quem sabe, isso servirá de inspiração para os Estados Unidos.

Nossa perspectiva é a de avançar substancialmente no mês de abril. Haverá uma reunião dos negociadores, no início de maio, em Bruxelas. Em Guadalajara, quando os Presidentes da América Latina, dentre eles os do MERCOSUL, e os Chefes de Estado ou de Governo da União Européia estiverem juntos, poderemos ter uma idéia do arcabouço geral desse acordo com a União Européia que deverá ser assinado antes do final do ano.

Não quero absolutamente ser triunfalista, pois entendo que quem participou de qualquer negociação

sabe – aliás, isso se aplica a negociações internas – da possibilidade de surgirem problemas até o último momento. No caso da União Européia, há uma negociação com a Comissão que deve ser discutida com os Estados-Membros. Portanto, podem surgir dificuldades. Todavia, estou bastante otimista no que diz respeito aos avanços e à possibilidade de continuarmos a avançar. Em relação à União Européia,

meu otimismo é grande, pois tenho visto mais pragmatismo. No caso da ALCA, se o mesmo pragmatismo prevalecer, poderemos fechar, mas não sem dificuldades, porque até a negociação de acesso a mercados ficou parada em função desses outros problemas, enquanto que com a União Européia nós avançamos, não ficamos condicionando a outras regras. Obrigado.

Formatura da turma “Vinícius de Moraes”

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Vinícius de Moraes”, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores; Embaixador João Almino, Diretor do Instituto Rio Branco; Ministro Rubem Barbosa, Paraninfo da Turma Vinícius de Moraes; Secretário Rubem Mendes, orador da turma; minha querida Suzana, que hoje aqui representa o nosso querido e saudoso Vinícius; meus caros formandos e familiares,

Normalmente, nessas ocasiões solenes trabalhase com discursos prontos, até mesmo para evitar os riscos de todos os improvisos. Mas, Presidente, eu creio que hoje, como todos os dias, mas hoje, mais do que nunca, a casa é sua e a audiência está aqui para ouvir o senhor. Por isso vou me limitar a alguns poucos comentários que me vêm da própria situação e de algumas coisas que foram ditas. Ao fazê-lo, vou procurar não ser excessivamente auto-referente. Mas não posso, desde o início, deixar de lembrar que são quarenta anos da época em que eu passava do primeiro para o segundo ano do Instituto Rio Branco. Eu, como muitos outros aqui presentes, havíamos entrado para a diplomacia brasileira sob o signo de San Tiago Dantas, sob o signo de Afonso Arinos, sob o signo de Araújo Castro, sob o signo da democracia, e assumimos a carreira num momento extremamente difícil. Um momento que foi marcado pelo que então se definiu como fronteiras ideológicas,

em que o interesse nacional era colocado num segundo plano em relação a uma ideologia que tudo subordinava a um conflito entre Leste e Oeste.

Não posso deixar, também, de, num momento como este, lembrar que Vinícius de Moraes foi muito mais do que poeta e diplomata. Foi, também, uma fonte de inspiração para muitos de nós, e permitome, Senhor Presidente, numa nota também pessoal, lembrar que o Embaixador Ruy Nogueira, hoje Subsecretário de Cooperação e há até pouco tempo Embaixador em Caracas, lia para nós poemas do Vinícius de Moraes, de quem ele era especialmente adepto, e conquistava nossos corações, mesmo que hoje não fosse sábado.

Presidente, eu queria dizer que, como outros que estão aqui, nós vivemos um momento muito especial. Não só em contraste com esses quarenta anos que se passaram – minha turma, aliás, foi a primeira turma do Instituto Rio Branco que nem sequer formatura teve porque o Governo de então não concordou nem com o paraninfo, nem com o teor do discurso que seria feito na posse dos alunos –, porém não só em contraste com isso, mas mesmo com tempos mais recentes. Permita chamá-lo de senhor e não de Vossa Excelência, como talvez o protocolo mandasse, porque uma vez já numa reunião ministerial, o senhor mesmo foi o primeiro a cortar as “Vossas Excelências”, e permita-me nesse sentido dizer que

é um privilégio muito grande servir sob a sua orientação – creio que um privilégio de todos, mas muito especialmente meu, pela proximidade. Falo não só como Ministro, mas como velho diplomata, com já 40 anos de serviço, praticamente. Porque, como o senhor mesmo gosta de dizer, o seu Governo estará voltado, antes de tudo, para devolver a auto-estima ao povo brasileiro.

E creio que a política externa tem sido uma parte, uma parte não pequena, não desprezível dessa recuperação da auto-estima. É claro, passamos por períodos diversos, mesmo durante períodos militares, tivemos Ministros brilhantes; tivemos, nós diplomatas, muitos, envolvidos de alguma maneira em algum tipo de resistência, pelo menos aos piores abusos do Governo militar. E participamos também com alegria dos momentos em que parecíamos retomar o fio da meada de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento da Nação. Posteriormente, veio a democracia, em sua plenitude, e tivemos também pessoas ilustres dirigindo não só o Itamaraty, como o próprio País. Mas, citando algo que o Ministro Ciro Gomes gosta de dizer, talvez no curto período – e sou suspeito para falar, por ter sido Ministro do Presidente Itamar Franco –, talvez nesse período, sobretudo no período após a eleição direta, em muitos momentos, a nossa preocupação principal, a preocupação principal da diplomacia brasileira era, digamos, de como sermos eficientes em nossa inserção no mundo – uma preocupação válida, mas não uma preocupação que devesse ser exclusiva.

Muito se falou, e eu próprio falei várias vezes, em inserção competitiva do Brasil na economia mundial. O que creio que o seu Governo trouxe de novo é a busca não apenas de uma inserção competitiva, mas de uma inserção digna, altiva, coerente com o projeto de Nação, um projeto que, durante muito tempo, pareceu, senão abandonado, pelo menos diluído nas brumas da globalização. Não que a globalização não seja um fato, como, logo depois de 64, nos lembravam então os arautos daquela época, a interdependência também era um fato. Era um fato,

mas era utilizada para contrastar com a independência, da mesma maneira que muitas vezes a globalização é hoje usada não como um fato – e é algo que de fato existe –, mas para contrastar contra qualquer veleidade de autonomia, de identidade nacional, de busca de um projeto próprio. Acho que o seu Governo, Presidente, nas suas mais variadas vertentes, nos trouxe de volta essa visão de que é preciso termos um projeto de Nação. Isso vale para o campo interno, e o senhor renova essa visão todos os dias; e todos os dias o senhor nos surpreende com coisas novas. Digo que talvez o maior privilégio que tenho é o convívio com o senhor e poder tentar traduzir na área diplomática e na área das relações internacionais esse mesmo pensamento que eu sinto nortear todas as suas ações.

Outro dia, lembrava o senhor em uma conversa entre poucos membros do Governo a importância que tem para o Brasil, a importância que tem para a nossa estabilidade econômica, a recuperação da nossa credibilidade, credibilidade sobretudo com os credores, tanto nacionais quanto internacionais.

Mas o senhor lembrava, também, que um grande número de credores é freqüentemente esquecido, os credores que são a gente pobre e trabalhadora do Brasil, que são aqueles com quem nós temos a maior dívida, com quem a elite brasileira tem a maior dívida. E é por isso que a diplomacia brasileira, a política externa brasileira, tem que estar voltada essencialmente para o resgate dessa dívida, e creio que o senhor tem tocado nesse ponto de maneira clara em todos os seus pronunciamentos.

Não vou me alongar, porque como já disse, é natural, o dia é seu, mas chamemos as coisas pelo nome – não chamando-as por eufemismos tecnocráticos que as organizações internacionais criaram –, lembrando que o grande flagelo do mundo é a fome, e a fome tem esse nome próprio, não é apenas “pobreza extrema”, não é “pobreza relativa”, é a fome, é a ausência de alimento. E a ausência de alimento, como a ausência de liberdade, como a ausência de paz, são coisas que as pessoas só

percebem quando não têm.

E o nosso orador mencionava, também, o fato de que iniciara os seus estudos sob o impacto do 11 de setembro. Digo isso porque muitas vezes ouço de pessoas, inclusive ilustradas, até de colegas, que o Brasil não deveria se envolver em certas situações, não deveríamos dar opinião sobre certas situações, e este Governo nunca temeu dar a sua opinião sobre situações. Acho que há aí um engano fundamental, engano que reside em crer que a paz é um dado, como a liberdade é um dado. Vivi antes de 64 e achava que a liberdade era um dado, que tudo o que nós devíamos transformar era a democracia, numa democracia mais consciente dos problemas sociais, porque a liberdade era um dado. Mas a liberdade não era um dado e foi suprimida. A paz não é um dado, e se não trabalharmos por ela no dia-a-dia das relações internacionais, nos conflitos, manifestando-nos sobre eles, condenando toda ação que esteja fora dos parâmetros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, todas as ações que contrariam as resoluções da ONU – como tem ocorrido recentemente no Oriente Médio –, se não nos manifestarmos sobre isso, estaremos contribuindo, pela nossa indiferença, para que as forças do conflito prevaleçam sobre as forças da paz. E para que as forças da opressão prevaleçam sobre as forças da liberdade.

Da mesma maneira que no plano econômico, e isso faz parte, Senhor Presidente, do seu combate à fome, temos que lutar por melhores condições não só de acesso aos nossos produtos, aos mercados internacionais, mas, também, de espaços para podermos realizar internamente as políticas que são necessárias, como diz o senhor freqüentemente, não só para combate emergencial à fome, mas para o combate a longo prazo da fome – que só se obtém pelo desenvolvimento e pelo crescimento econômico. Isso nós sabemos: que somente eles poderão trazer, também, o crescimento de emprego e a sensação de integração e inserção plena do indivíduo na cidadania. Não existe indivíduo livre sem Nação livre, já dizia,

creio eu, Maquiavel... Dos meus tempos de professor de Ciência Política, recordo-me disso. E não há Nação livre que não seja capaz de negociar (felizmente não temos tido guerras que nos tenham atingido diretamente), de negociar no dia-a-dia com altivez, com coragem, sem bravatas, sem necessariamente aceitar outras agendas que nos são impostas como sendo agendas absolutas.

E é esse apoio, Presidente, que o senhor tem me dado em todos os momentos, que quero de maneira muito especial agradecer ao senhor. Porque é nesse apoio que hoje se traduz uma política externa verdadeiramente ativa, verdadeiramente digna. Hoje sinto isso – não quero ser presunçoso, absolutamente, porque sei que essas coisas não se dirigem a mim, dirigem-se ao senhor. Mas já fui Ministro em outra ocasião – e me orgulho daquele momento em que fui Ministro –, porém vejo hoje nas ruas e na gente do povo o interesse na política externa e o interesse sempre voltado, sempre voltado, como disse ao senhor, para essa idéia de que a política externa faz parte do projeto nacional. A política externa ajuda a refletir a nossa imagem, mas não apenas aquela imagem que nós temos, mas a imagem do Brasil que desejamos. Por tudo isso, Presidente, pelo apoio que o senhor tem dado ao Itamaraty, inclusive em meio às dificuldades econômicas, ampliando, ainda que ligeiramente, a nossa estrutura, mantendo o nosso orçamento em termos reais e até aumentando um pouquinho em termos nominais, por todas essas ajudas que o senhor tem nos dado, e sobretudo por esse apoio que jamais tem faltado em momentos difíceis em que há críticas – bem intencionadas, devo imaginar pelo menos, mas muitas vezes ferinas, muitas vezes ignorando fatos –, esse apoio que não nos tem faltado, é, sem dúvida alguma, o que de mais importante nós temos, e aquilo pelo que de coração lhe quero agradecer. E creio que esse apoio deve servir de inspiração também aos jovens diplomatas, que hoje entram para a carreira, não só num clima de democracia, mas num clima em que a prioridade ao combate à fome, a restituição de dignidade a todos

os cidadãos e cidadãs brasileiras, qualquer que seja a raça, qualquer que seja o sexo, é uma prioridade fundamental.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de formatura da turma “Vinícius de Moraes”, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 2004

Meu querido companheiro Embaixador Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores; meu querido companheiro Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores; meu caro Embaixador João Almino de Souza Filho, Diretor do Instituto Rio Branco; minha querida Suzana Moraes; Embaixadores acreditados junto ao meu Governo; Senhor Ministro Rubem Antonio Corrêa Barbosa, Paraninfo da turma de 2001; meu companheiro Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Internacional,

Muita gente pergunta por que o Presidente tem que ter um assessor especial de política internacional, se ele tem o Itamaraty todo como assessor. Não sei se vocês estão lembrados, mas no começo se tentou até cizânia entre o Itamaraty e Marco Aurélio Garcia. Sempre disse que quem adquiriu a experiência política tentando organizar a Secretaria Internacional do PT durante dez anos, e militando com a Esquerda do mundo inteiro nos últimos 15 anos, não poderia, em momento algum, deixar de prestar esses serviços ao Governo brasileiro. E, por isso, o Marco Aurélio tem um papel extremamente importante na nossa relação internacional, institucional, colaborando com o companheiro Celso. E na não institucional, fazendo a militância que o Brasil tanto precisa com os setores da sociedade civil, da América Latina e do mundo.

Minhas queridas e queridos formandos da turma 2001; senhores e senhoras familiares dos nossos formandos; senhores e senhoras diplomatas,

Vou começar pelo fim. Costumo sempre fazer um “improvisozinho”. Mas lembro que um dia desses eu chamei o Celso Amorim para conversar, porque, toda

vez que uma pessoa começa a crescer muito na política, fico com a preocupação de que esse crescimento possa causar ciúmes nos pares que fazem política internacional por esse mundo afora. E eu chamei o Celso e disse a ele: companheiro Celso, acho que, como o Brasil está numa posição muito importante no cenário mundial, é preciso que tenhamos todo o cuidado para ter o máximo de humildade e de generosidade. Porque, senão, os demônios começam a despertar nas pessoas que fazem política junto conosco, e um pouco de ciúmes pode atrapalhar uma belíssima política internacional.

Dizia para o Celso: sei que você tem muita experiência, é um Embaixador já de 40 anos, já foi Ministro no Governo do nosso querido Itamar Franco, mas agora Celso, você não é nem mais diplomata, nem mais um Ministro. Você agora é o Ministro. E por que “o Ministro”? É porque o Brasil ganhou muito mais importância no cenário mundial. É porque o Brasil ganhou muito mais respeitabilidade.

E vocês todos, que se formaram hoje, irão notar isso quando estiverem começando o trabalho de vocês no exterior. E para que a gente ganhe essa respeitabilidade, é preciso que um país do tamanho do Brasil seja cada vez mais generoso com os seus parceiros. E que o Brasil tente, todas as vezes que tiver que estabelecer uma ação diplomática, levar em conta a necessidade de juntar parceiros para que a nossa política não seja uma política solitária e, muitas vezes, mal interpretada.

Vocês estão lembrados que depois daquele discurso que fiz aqui, no ano passado, penso que nós cumprimos, do ponto de vista da política internacional, mais do que imaginávamos que poderíamos cumprir; que conseguimos mais intento do que imaginávamos que poderíamos conseguir.

Muita gente pode medir isso apenas pelo volume do crescimento das nossas exportações ou do nosso superávit comercial, mas acho que, embora isso seja relevante, não é o principal. O principal é o grau de referência que o nosso país passou a ser junto aos nossos parceiros, seja na América do Sul, na África,

no Oriente Médio e em países importantes como China, Índia e como a Rússia, que têm, sistematicamente, nos informado que querem estabelecer com o Brasil uma parceria estratégica.

Lembro-me da nossa Embaixadora na Índia. Quando fui me despedir dela, ela me falou: “Agora acho que as coisas vão melhorar aqui na Índia.” E passado um tempo ela veio para o Brasil e me falou: “Presidente, o senhor não sabe como eu fiquei importante na Índia depois da sua visita.” Um pouco por isso, porque diplomacia tem que ser feita de forma prazerosa. Isso é como um jogador que entra em campo. Todo mundo respeita um jogador que sua a camisa. Ninguém respeita um jogador que faz corpo mole, por melhor que seja.

Então, penso que suar a camisa em defesa das coisas que acreditamos e das políticas definidas pelo Governo é o que vai tornar a profissão de vocês, muitas vezes distantes da família, muitas vezes solitários, uma coisa prazerosa. É saber que vocês estão fazendo algo porque gostam e porque acreditam. Se não for assim, não vale a pena nem essa nem outra profissão, porque ninguém consegue trabalhar bem contra a sua vontade ou contra os seus próprios prazeres.

Por isso, é uma especial satisfação poder participar, pela segunda vez, dessa celebração do Dia do Diplomata. Repete-se aqui uma tradição de grande importância para o serviço público brasileiro. Ingressa, hoje, no Itamaraty, mais uma geração de jovens diplomatas.

Renova-se uma instituição reconhecida pela excelência dos seus quadros e pela dedicação à sua missão de conduzir a política externa – um dos pilares do nosso Governo –, elemento constitutivo de qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

Senhoras e senhores,

Vivemos hoje sob o signo de uma globalização instável e incerta. O quadro internacional nos desafia e obriga a mudar o modelo que produziu vulnerabilidade externa, incerteza, pobreza e estagnação.

É nesse mundo marcado por desigualdades

econômicas e sociais, tecnológicas e militares, que queremos construir um país soberano, mais justo e solidário, mais eficiente e próspero. Um Brasil para todos.

Quando me dirigi aos formandos no ano passado, lembrei que nós, brasileiros, muitas vezes não nos damos valor. Por essa razão, nosso país deixou de ter, em muitas ocasiões, a projeção internacional que merece.

Mas afirmei, também, que era decisão firme do meu Governo utilizar todo o potencial de nossa política externa para fazer do Brasil um país mais respeitado, capaz de defender seus interesses internacionalmente.

Senhoras e senhores, o diálogo tem sido a marca do meu Governo. Isso também se aplica, sobretudo, à nossa política externa. Por meio da negociação e do entendimento, estamos construindo consensos para mudar as relações de força no plano internacional e estabelecer o que chamei de nova geografia econômico-comercial.

Não basta assistir à distância e de forma subordinada aos acontecimentos mundiais, queremos que a nossa voz seja cada vez mais ouvida e respeitada. Estamos dando passos largos nessa direção.

Nossos parceiros reconhecem que o Brasil assumiu seu peso e sua importância na comunidade das nações. Esse é também o reconhecimento da seriedade de nossos propósitos, da firmeza de nossas posições e da consistência de nossas ações.

Junto com os nossos parceiros, estamos empreendendo uma efetiva reconstrução do MERCOSUL, correspondente aos sonhos e esperanças que estiveram em seu nascimento. Continuaremos ativamente a aprofundar nossa integração e a convocar outros países para juntarem-se a nós.

Com o acordo de livre-comércio recentemente assinado com a Comunidade Andina, o MERCOSUL passa a ser cada vez mais o indutor desse processo em escala sul-americana. Todos compreendem e desejam a integração.

Foi essa a mensagem que recolhi das visitas que fizeram a Brasília os Presidentes da América do Sul, ainda no primeiro ano de meu Governo. Estamos ultimando projetos de infra-estrutura, de comunicações e transporte que serão as fundações de uma parceria continental.

São essas as iniciativas que tenho levado a Governos e empresários dos países ricos ao convidá-los a acreditar e a investir no futuro de nossa região, mas precisamos fortalecer a nossa união política, social e cultural.

A união solidária entre os países em desenvolvimento deve também prevalecer nas estratégicas negociações em curso na Organização Mundial do Comércio. Ao mesmo tempo em que continuamos enriquecendo nossas relações com os países desenvolvidos, estamos determinados a aprofundar e ampliar a cooperação Sul-Sul.

A atuação decisiva do Brasil na constituição do G-20 confirma a capacidade de liderança que estamos demonstrando. Esperamos que a nova dinâmica alcançada nas discussões da rodada de Doha inaugure posições de comércio mais justas, que preservem a capacidade de definir e controlar nosso modelo de desenvolvimento.

Também na ALCA, buscamos equilibrar o processo negociador e tornar viável sua conclusão em tempo hábil. Para tanto, o acordo deve corresponder efetivamente ao interesse de todos, abrindo mercados e sem impor restrições indevidas à capacidade de cada país decidir soberanamente sobre suas políticas industriais, tecnológicas, sociais e ambientais.

É com o mesmo ânimo que nos empenhamos para concluir, ainda este ano, um acordo comercial abrangente do MERCOSUL com a União Européia. Estamos identificando, com criatividade, oportunidades e parcerias ainda inexploradas. É esse o sentido do foro trilateral que estabelecemos com a África do Sul e com a Índia.

É essa a mensagem que fundamenta a parceria estratégica que vou aprofundar durante a minha

próxima viagem à China. Com esse mesmo espírito é que vou receber o Presidente Putin ainda este ano em Brasília.

Não deixarei cair no esquecimento nossa dívida histórica com os patrícios africanos. Estarei retornando à África ainda este ano para passar a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Trata-se de uma oportunidade para reafirmar o especial compromisso do Brasil com essas nações irmãs. Mas também expresso uma visão de nossa política externa que identifica, no continente africano, um território cheio de oportunidades para a cooperação econômica e política.

Na visita inédita que fiz ao mundo árabe, lancei as bases de uma associação que também tem raízes históricas e culturais antigas. Na primeira Cúpula da América do Sul e Países Árabes, que o Brasil sediará em dezembro próximo, vamos sedimentar uma parceria inovadora e ousada entre as duas regiões.

Senhoras e senhores, o Brasil anunciou sua disposição de integrar a missão das Nações Unidas para restabelecer a paz no Haiti. Mas a responsabilidade da comunidade internacional não pára por aí. O Ministro Celso Amorim, quando representante permanente em Nova York, já defendia uma coordenação mais estreita entre o Conselho de Segurança e os órgãos da ONU envolvidos na reconstrução física e na recuperação das instituições políticas e sociais dos países.

O nosso oferecimento para comandar essa missão estará condicionado ao efetivo engajamento da comunidade internacional na reconstrução do Haiti. Nossa missão só terá sentido se estiver em estreita sintonia com os países da região.

As tragédias que o Oriente Médio e o Iraque vivem, hoje, reforçam a minha convicção sobre a relevância de uma ordem internacional baseada no direito internacional, no multilateralismo e nas Nações Unidas.

Continuaremos a defender com vigor uma reforma ampla e profunda da Organização, de modo a torná-la mais representativa e mais eficaz. A candidatura do Brasil

a um assento permanente no Conselho de Segurança parte dessa convicção. Os recentes e importantes endossos na nossa postulação atestam a legitimidade e força do nosso pleito.

A democratização das relações internacionais que defendemos só será plena em um mundo mais solidário. Essa é a mensagem que tenho levado aos principais fóruns internacionais.

Continuarei a convidar os líderes mundiais a engajarem-se num mutirão para cumprir as metas do milênio, começando pelo combate à fome.

A resposta generosa a meu apelo é motivo de alegria e otimismo. Combater a fome e a pobreza ainda é o melhor remédio ao desafio de enfrentar o clima de frustração e desesperanças que nutrem a violência e o terrorismo.

Na mesma direção está o meu apelo aos principais Chefes de Estado do mundo para que o Fundo Monetário Internacional refute procedimentos obsoletos, que só prejudicam os países em desenvolvimento.

Minhas caras e caros formandos, cada vez mais a política externa ganha espaço no imaginário do cidadão brasileiro. A diplomacia do Brasil democrático deve espelhar a realidade de nossa sociedade, com suas demandas e possibilidades, com suas riquezas e carências.

Somos uma Nação que conseguiu recuperar a confiança e a credibilidade e que reiniciou a retomada do crescimento.

O Itamaraty se distingue por renovar-se permanentemente. Vem ampliando o diálogo com todas as forças e instituições da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo adquire crescente capacidade técnica para defender nossos direitos e criar oportunidades para o país e seus empresários no exterior.

Para fazer frente a essa necessidade de contínua atualização, adotamos medidas para dotar o Ministério de meios e de uma estrutura administrativa que responda às demandas da nossa ação externa, cada vez mais intensa. Ainda falta muito, mas já fizemos um pouco.

Congratulo-me, por isso, com as medidas que o Ministro Celso Amorim e o Secretário-Geral Samuel Pinheiro Guimarães promoveram para aprimorar as condições de trabalho da Chancelaria. A política externa é como um espelho. Um espelho que reflete a imagem e a auto-estima de um país. Mas é também um espelho quando reflete o futuro, aquilo que a Nação fará de si mesma. A política externa do meu Governo espelha e espelhará, cada vez mais, o Brasil confiante e solidário que queremos construir.

Cabe ao diplomata ser o intérprete dessa vontade de mudança e renovação.

Esta é a mensagem de esperança e desafio que quero deixar a vocês. Por isso desejo-lhes toda felicidade na carreira que, hoje, vocês estão iniciando. Que sirvam de exemplo para vocês todos os que honraram e honram a casa de Rio Branco. Vocês, hoje, não são apenas mais um grupo de diplomatas formados aqui no nosso país; vocês agora serão “os diplomatas”, porque serão muito mais exigidos do que outros que se formaram antes de vocês.

Boa sorte, felicidades, e que Deus abençoe cada um de vocês.



Palestra na Federação das Indústrias de Minas Gerais

Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Federação das Indústrias de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 4 de maio de 2004

Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Ministro João Camilo Penna; Senhor Wilson Brumer, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais; Embaixador Geraldo Muzzi, Chefe do Escritório de Representação do Itamaraty em Belo Horizonte; Ministro Paulo Alberto Soares, Cônsul-Geral do Brasil em Córdoba, Argentina; Senhor Reginaldo Arcuri, Diretor-Geral da Secretaria do MERCOSUL; demais autoridades do Governo do Estado de Minas Gerais e associados do sistema FIEMG; senhoras e senhores,

É para mim um motivo de grande satisfação poder apresentar-lhes de viva voz alguns dos principais tópicos da política externa do Governo do Presidente Lula e os resultados até o momento de sua atuação internacional. Para o Governo Federal, o contato com o setor privado não responde só a um dever que emana da confiança depositada nas urnas para representar todos e cada um dos setores da sociedade brasileira; é também um imperativo que atende à realização do projeto de Governo hoje incorporado ao Plano Brasil de Todos, que norteará a administração pública até 2007. É um imperativo que se evidencia no fato de que o setor privado e o Governo Federal compartilham os mesmos objetivos: criação de empregos, elevação da renda, melhoria das condições de vida, rompimento do círculo vicioso

da pobreza, desenvolvimento nacional. Que se evidencia também na consciência de que avançaremos na implementação desses objetivos na medida da sintonia de nosso entendimento e da coordenação de nossos esforços.

A política externa do Presidente Lula está voltada para o desenvolvimento do País, com ênfase na exploração de oportunidades comerciais, de busca de investimentos e de captação de tecnologias avançadas. A defesa de nossa soberania, a preocupação com o estabelecimento de um ambiente internacional mais justo, próspero e estável se justificam por si só, e também como instrumentos para a plena realização de nossos potenciais.

Assim, atribuímos prioridade à interlocução com aqueles que se valerão das oportunidades de negócios, que darão forma aos investimentos e porão em uso as novas tecnologias.

O diálogo com o setor privado e com todas as forças políticas e sociais do País tem sido uma diretriz do Ministério das Relações Exteriores desde 1º de janeiro de 2003. Tenho participado pessoalmente da implementação dessa diretriz em meus contatos diários com congressistas e representantes da sociedade civil. Nos trabalhos em nível técnico, o setor privado tem sido incorporado de maneira consistente em consultas e mesmo na composição de delegações brasileiras.

Importantes desdobramentos ocorreram em nossa

política de integração regional, apontando sempre na direção de uma América do Sul estável, próspera e unida, começando pela revitalização do MERCOSUL. A América do Sul é a nossa prioridade estratégica. E a parceria estratégica entre Brasil e Argentina é a pedra angular de nossa política para a região.

No encontro que o Presidente Lula manteve com o Presidente Kirchner no último mês de março, no Rio de Janeiro, ficou clara a determinação de aprofundar a aliança entre os dois países não só nos temas bilaterais, como, sobretudo, na convergência de posições em relação a questões regionais ou mundiais.

A Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade, firmada em Copacabana no dia 16 de março, reafirma a nossa identidade de visões quanto à necessidade de conjugar crescimento econômico e justiça social. Nela se exprime a necessidade de revisar nossa relação com os organismos financeiros multilaterais, de modo a que a política fiscal contribua para manter a estabilidade macroeconômica, mas que não impeça investimentos produtivos nem inviabilize o crescimento econômico.

Seguimos firmes na postura de revitalizar o processo integrador no MERCOSUL. O Programa de Trabalho de Montevideu determina a progressiva consolidação da união aduaneira e a eliminação gradual das barreiras à integração completa dos mercados nos quatro integrantes do grupo; a gradual implantação de um Parlamento do MERCOSUL; medidas destinadas a ampliar a dimensão cidadã do bloco; e o início de uma nova agenda de integração nos campos da produção e do desenvolvimento tecnológico. O Programa dá expressão à vontade dos quatro Estados-Partes do MERCOSUL de completar o processo de integração econômico-comercial, ao mesmo tempo em que se aprofunda a coordenação política e se amplia a cooperação social e cultural.

Além da aprovação do “Objetivo 2006”, a reunião de Cúpula do MERCOSUL em Montevideu, em dezembro passado, foi palco de dois acontecimentos da maior importância para o futuro

do bloco e que reforçam sua função agregadora no continente sul-americano: a incorporação do Peru como membro associado ao bloco e a assinatura de um acordo histórico com os países andinos. Redimensionamos também o papel da Bolívia, que gozará do mesmo status que já tinha o Chile. Junto com esses dois países, o Peru passará a participar dos foros deliberativos do Grupo.

O êxito na conclusão das negociações com a Comunidade Andina culminou a convergência dos dois principais blocos da América do Sul, etapa fundamental para a conformação de um espaço econômico integrado de dimensão continental. Ao vincular o MERCOSUL a uma área com cerca de 112 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 270 bilhões, o acordo cria um novo patamar para o processo de integração regional.

Dez dos doze países sul-americanos já estão ligados por acordos de livre-comércio. A aproximação com a Guiana e o Suriname é na realidade menos complexa. Estão sendo traçados os parâmetros de uma “Comunidade Sul-Americana de Nações”.

Da mesma importância é o papel que o MERCOSUL tem desempenhado para propiciar-nos condições mais equitativas de inserção no comércio internacional, pela abertura a outros países ou blocos regionais. O acordo MERCOSUL-União Européia, por exemplo, encontra-se em fase importante de negociação e é nosso desejo que o compromisso de concluí-lo até outubro de 2004 seja mantido.

Um êxito com que já contamos é o Acordo-Base de Acesso a Mercados entre o MERCOSUL e a Índia, assinado em Nova Delhi, em janeiro deste ano. É o primeiro acordo firmado pelo MERCOSUL com um país de fora do continente americano e abrange um número importante de produtos capazes de dinamizar o comércio bilateral e de gerar impulso para a negociação de Acordo de Livre-Comércio – objetivo final de nossos esforços.

Esperamos alcançar em breve resultados semelhantes nas negociações que hoje estão em

andamento entre o MERCOSUL e os países da União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia – SACU), concluindo numa primeira etapa um Acordo de Preferências Tarifárias Fixas, com lista de produtos de grande potencial de indução de comércio.

O Presidente tem-se engajado pessoalmente em iniciativas para revigorar o sentido da universalidade da diplomacia brasileira, estreitando as relações diplomáticas com todas as regiões do globo. Assinamos vários projetos e acordos bilaterais na viagem que fiz a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul em novembro passado, abrindo perspectivas futuras de ampliação dos fluxos de comércio e investimento.

Proximamente, voltarei ao continente africano em missão a Gabão e Cabo Verde, entre outros.

Histórica também foi a visita do Presidente Lula a Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia em dezembro do ano passado, a primeira realizada por um Chefe de Estado do Brasil ao Oriente Médio desde a Proclamação da República. Daremos seguimento a essa iniciativa com a realização em Brasília, no próximo mês de dezembro, de uma Cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos países árabes. Tudo isso tem o potencial, que, em alguns casos, já se realiza, de criar novas correntes comerciais e econômicas.

Dedicamos atenção especial ao nosso relacionamento com a República Popular da China. A China foi o terceiro maior mercado para nossas exportações em 2003 e constitui um parceiro estratégico com o qual ampliaremos a cooperação bilateral e o diálogo político. São inúmeras as possibilidades de comércio, investimentos e empreendimentos conjuntos, alguns já em realização. Do aço ao *software*, da ferrovia ao turismo, dos satélites à soja e ao café, em tudo, a China se revela como um verdadeiro parceiro estratégico. Por isso, temos tratado de reforçar também a nossa relação política. Ainda neste mês, o Presidente viajará a Pequim, ocasião em que trataremos de formas

concretas de estreitamento de nossas relações, como um eventual acordo MERCOSUL-China.

Na área das negociações comerciais multilaterais, reunimos em dezembro último em Brasília os integrantes do G-20, os países em desenvolvimento com interesse prioritário em agricultura na Rodada de Doha, ocasião em que reiteramos a importância da OMC e do fortalecimento do sistema multilateral de comércio, bem como a nossa certeza de que a liberalização do comércio de produtos agrícolas estimulará as exportações dos países em desenvolvimento, contribuindo para diminuir a pobreza em muitos de nossos países.

A nossa confiança no sistema multilateral de comércio se viu recompensada recentemente, com o anúncio da decisão favorável tomada pelos árbitros no painel que o Brasil abriu contra os EUA na OMC sobre os subsídios ao algodão. Essa decisão, além do impacto imediato nada desprezível sobre o algodão, ajudará a avançar nas negociações para a eliminação de subsídios à exportação e a redução substancial dos subsídios internos, dois dos pilares fundamentais do mandato da Rodada de Doha para as negociações agrícolas. Isso é o mais importante, não só para o Brasil e outros países de nossa região, mas também para alguns produtores competitivos na África, como Burkina Faso, Mali e Chade.

A vitória no painel foi algo que o Brasil conquistou para si mas também para todos aqueles que são injustamente penalizados por subsídios bilionários desembolsados por certas economias desenvolvidas. A confirmar-se, o resultado do painel da OMC contribuirá para sublinhar a mensagem que o G-20 tem procurado disseminar, ou seja, a de que a liberalização comercial deve e pode andar de mãos dadas com a justiça social.

A decisão dos árbitros é específica para o algodão, como em qualquer decisão judicial que trata de um caso específico. Mas ela constitui um estímulo poderoso para reforma das políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Se não houver redução dos subsídios nacionais

ao algodão e a outros produtos como o milho e a soja, o precedente que nossa vitória deverá assentar abrirá a perspectiva de os países protecionistas terem que enfrentar uma série de outras ações, não só de países em desenvolvimento como o Brasil, como de outros que se sentirem prejudicados. Trata-se, enfim, de fato novo de grande relevância para o seguimento das negociações da Rodada de Doha e, de maneira mais geral, para a promoção de um sistema multilateral de comércio mais equitativo.

O momento é de um otimismo cauteloso não só pela decisão do painel. Atitudes tomadas pelos negociadores das principais potências comerciais do mundo me encorajam a pensar na possibilidade de progressos em direção a uma conclusão satisfatória da Rodada de Doha.

Há sinais de flexibilidade para a redução do apoio interno distorcivo à agricultura, e para a eliminação dos subsídios à exportação. Não devemos subestimar as dificuldades a serem superadas, mas começam a surgir indicações de que uma convergência em torno de objetivos compartilhados é possível. Neste sentido, a reunião de cinco Ministros de países com influência no processo, realizada no último fim de semana em Londres, foi encorajadora, sobretudo em função do ânimo político positivo.

Na Reunião Ministerial da ALCA realizada em Miami em novembro, os Co-Presidentes – Brasil e EUA – lograram alcançar um acordo que permite equilibrar as discussões sobre a conformação de uma área de livre-comércio. Cumpre deixar claro que as negociações caminhavam num sentido que não atendia aos nossos interesses: ao mesmo tempo em que questões de interesse prioritário para nós – como subsídios agrícolas e regras *antidumping* – eram postas de lado pelos EUA, nos era imposta uma agenda limitadora de nossa autonomia em traçar políticas públicas de promoção do desenvolvimento industrial, tecnológico, social em função de regras excessivamente rígidas em propriedade intelectual, serviços e investimentos.

A nova arquitetura negocial que aprovamos em

Miami funda-se no compromisso de desenvolver um núcleo de direitos e obrigações comuns e equilibrados, permitindo, aos países que assim o desejarem, assumir obrigações adicionais, mediante negociações plurilaterais. O acordo confere finalmente um maior grau de flexibilidade ao processo e cria condições para que a negociação se concentre naquilo que deve constituir o cerne de toda área de livre-comércio, ou seja, a abertura dos mercados de bens e serviços. Tenho-me correspondido com o Representante para o Comércio dos EUA, Bob Zoellick, com vistas à retomada das negociações. Estamos dispostos a apresentar ofertas melhoradas na área de acesso a mercados para bens, serviços e investimentos.

Resta o sentimento de que, se desde o início estivéssemos engajados numa negociação de acesso a mercados, hoje provavelmente estaríamos mais avançados. As repetidas tentativas de reapresentar temas que implicam obrigações adicionais às contraídas junto à OMC em temas sensíveis não nos parecem compatíveis com a letra e o espírito do Acordo de Miami e entram os progressos em direção a uma conclusão exitosa das negociações.

A solidez da posição brasileira advém precisamente desse sentido profundo da realidade do país, do conhecimento de nosso potencial, do que podemos exigir e do que não podemos aceitar, conhecimento que é alimentado pelo diálogo permanente do Governo com as forças vivas da sociedade brasileira.

Como em quase toda negociação, cabe, em última instância, ao Governo arbitrar entre interesses frequentemente contraditórios, bem como entre eventuais vantagens imediatas para setores específicos e o nosso projeto de longo prazo de inserção soberana e independente. É uma tarefa ingrata, que, não raro, gera críticas e incompreensões. Mas este Governo – o Governo do Presidente Lula – não tem a marca do temor e da hesitação e, por isso mesmo, não se furtará, como não tem se furtado, a tomar as decisões necessárias.

As grandes negociações comerciais a que me

referi são todas tarefas em curso, que ainda requererão definições. Não obstante, seus parâmetros estão em boa medida estabelecidos. Novas iniciativas surgirão, em particular no que se refere à aproximação econômico-comercial com países de nível de desenvolvimento semelhante ao nosso e outros parceiros na América Central e Caribe, África, Oriente Médio e Ásia. Com todos estes e outros, queremos cooperar para a construção daquilo que o Presidente tem chamado de uma nova geografia comercial do mundo, não para desistir de fluxos tradicionais de intercâmbio, mas para criar novas oportunidades e desbravar novos horizontes. É o caso da China, da Índia, da África do Sul e da Rússia, entre outros.

Em todos estes projetos contamos com a credibilidade política conquistada pelo Governo do Presidente Lula, fruto de suas convicções democráticas, de sua responsabilidade na administração da máquina governamental, de suas preocupações éticas com a situação dos menos favorecidos no Brasil e no mundo. Com uma disposição negociadora pragmática, e sem abdicar de nossa visão de um mundo de cooperação crescente para a paz e o desenvolvimento, desejamos manter abertos os canais de diálogo com todos os setores da sociedade brasileira para fazer com que a política externa cumpra com seu papel de refletir-se em benefícios para todos os cidadãos.

Muito obrigado.



Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 12 de maio de 2004

Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado; Senhora Vice-Presidente da Comissão da Câmara; Senhoras e Senhores Senadores; Senhores Deputados; senhoras e senhores,

Obviamente estarei disposto a falar sobre qualquer assunto de política externa, inclusive, naturalmente, o das inspeções, se isso for considerado adequado, mas entendo que a curiosidade principal em relação a essa reunião, afora outros assuntos pertinentes, seja sobre a questão do Haiti.

Inclusive pedi que preparassem uma informação escrita, e creio ser importante que Vossas Excelências leiam com atenção, mas vou fazer algumas observações de natureza geral, mais sobre o aspecto político, naturalmente, até porque o aspecto operacional cabe mais diretamente ao meu colega, Ministro José Viegas Filho. E, dentro dessa apresentação sobre os aspectos políticos, vou procurar também esclarecer algumas dúvidas e posições, muitas vezes bem-intencionadas, mas pelo menos equivocadas. É natural que, em primeiro lugar, talvez até de certa maneira respondendo a uma indagação implícita do Deputado Fernando Gabeira, tudo esteja sujeito à autorização do Congresso Nacional. Nenhum compromisso internacional é

definitivo – e essa ressalva sempre foi feita em qualquer contrato que celebramos –, está sujeito à manifestação de intenção do Executivo e à aprovação do Congresso Nacional.

Mas queria enfatizar alguns aspectos importantes. Primeiro, em toda situação devemos imaginar qual é a alternativa que existe, sempre olhando também para o futuro.

No Haiti, obviamente, não existe a alternativa de um alto Governo local se formar e poder exercer a ordem e construir o país. No momento, não existe essa alternativa. A alternativa seria o caos absoluto. O número de facções existentes não respondem necessariamente a chefes específicos. O risco de um estado de insurreição, misturado com criminalidade, é muito grande. Então, a presença internacional no Haiti, uma presença – e vou voltar a este ponto – aprovada pelas Nações Unidas, é a única esperança ao país. Se vamos conseguir resolver todos os problemas do Haiti – que são tão complexos e de longa data –, não posso ter certeza, mas é a única esperança que existe hoje em dia.

A nossa preocupação, em toda a discussão do assunto – discussão internacional do assunto – foi sempre a de chamar a atenção para esse fato. O Haiti

foi objeto de ações internacionais, por assim dizer – consideradas não intervenções, mas ações internacionais –, em momentos de emergência e para resolver problemas específicos, mas pouco tempo depois era abandonado pela comunidade internacional, e a situação voltava à mesma situação preexistente.

Isso, aliás, foi o que ocorreu com o próprio Governo Aristides, instalado no poder por uma intervenção militar – não estou discutindo os motivos – de uma força multinacional autorizada pelas Nações Unidas. Não era uma força das Nações Unidas, mas uma intervenção comandada pelos Estados Unidos. O Aristides foi instalado com muitas promessas de ajuda da comunidade internacional, mas, com o passar do tempo – e é difícil afirmar isso, pois há uma dialética entre o próprio Governo, as omissões do Governo e as omissões da comunidade internacional –, o Haiti foi voltando não só a uma situação de ingovernabilidade, palavra muito fraca para definir o que ocorria naquele país, mas a uma situação quase caótica, a ponto de ser reconhecido – e os Senhores Senadores e Deputados que se interessarem poderão ter acesso a esse relatório –, pelo próprio Secretário-Geral, em seu relatório preparatório da última Resolução, que, se não tivesse havido nenhum tipo de ação internacional, teria havido no Haiti um banho de sangue, sem nenhuma perspectiva de uma solução pacífica.

Portanto, a primeira questão que menciono é esta: o espírito com que o Brasil participa disso. É um espírito de responder a um chamado de uma emergência de segurança militar, não só para atender ao interesse desse ou daquele país, mas para atender, sobretudo, ao interesse de participar, efetivamente, do processo de reconstrução do Haiti, primeiro país independente na América Latina, com uma história de sofrimento, de grandes crises políticas, e pelo qual pouco se fez de maneira efetiva.

Repito que essa foi a nossa atuação durante a discussão de todas as resoluções das Nações Unidas – sujeitos, naturalmente, como sempre tenho dito até nas minhas conversas pessoais com o Senhor Kofi

Annan e com outras autoridades, à aprovação do Congresso Nacional. A nossa disposição de participar foi sempre condicionada, do ponto de vista de política externa, pela convicção de que uma participação ativa do Brasil nos daria maior autoridade moral para influirmos nas resoluções da ONU e, portanto, para garantir que esse compromisso da autoridade internacional com a reconstrução do país seja por longo prazo, e não apenas uma ação de emergência para evitar que exista *boat people* ou algum problema migratório, que pode ser um problema específico para alguns, mas não é aquilo que nos move.

Essa, então, é uma questão. O segundo ponto refere-se a um problema importante na nossa região. Como disse, o Haiti é o país há mais tempo independente na América Latina e o terceiro país de população negra nas Américas – o segundo nas Américas, e maior da América Latina, é o Brasil. O Brasil, freqüentemente, tem dito e reiterado no Governo do Presidente Lula, mas também em outros Governos, que deve estender as mãos para a África. Seria estranho, então, não estendermos as mãos para um país com a segunda maior população negra da América Latina e a terceira no Continente, o Haiti, que busca uma chance para se reconstruir.

Essa ação do Brasil é em geral muito bem vista por todos aqueles com quem temos conversado. Não vou esconder de Vossas Excelências que há críticas ou que houve críticas à situação em si ou à circunstância em si em que o Presidente Aristides saiu, embora haja uma carta dele apresentada pelo seu Embaixador ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Há, digamos, talvez, uma área cinzenta. Mas, como disse antes, temos que olhar para a frente.

Enviamos uma missão de altíssimo nível chefiada pela Embaixadora Vera Pedrosa a muitos países do Caribe que estão vivendo em situação crítica para ouvi-los e para demonstrar as intenções brasileiras. Recentemente ouvimos também, ainda que de maneira informal, interesse, por exemplo, do novo Governo espanhol em acompanhar a situação. Em

todo o Caribe e na América Latina, e mesmo em outros países, temos sentido que a presença do Brasil no comando das tropas é algo extremamente bem recebido, bem-vindo, e uma garantia, digamos, talvez não absoluta – porque nada é absoluto –, de que essa ação das Nações Unidas é dirigida em prol do povo haitiano para criar as condições para que o próprio povo haitiano, efetivamente, por meio de processos eleitorais democráticos, reconstrua o seu tecido político e, digamos, o seu desenvolvimento nacional. Pode-se dizer que é um pouco ilusório querermos melhorar um país que está há duzentos anos nessa situação, mas trabalhamos sempre com base na esperança e não no ceticismo. É desse espírito que estamos imbuídos não só no envio da tropa, mas em toda a nossa participação diplomática em relação ao tema.

Queria também mencionar algumas questões que são objeto, às vezes, de críticas, muitas delas bem-intencionadas, mas equivocadas. A primeira delas é a comparação da situação do Haiti de hoje com a da República Dominicana em 1965.

Na República Dominicana, em 1965, houve uma intervenção militar não apoiada pelo Conselho de Segurança. Procurou-se uma maneira ilegítima de buscar um apoio externo, no caso e na época, na OEA, que não tem autoridade para autorizar o uso da força. No Haiti, desde o início, todas as operações foram autorizadas pelo Conselho de Segurança, foram objeto de decisões unânimes daquele Conselho, tanto a primeira Resolução, a de nº 1.529, que autorizou essa força que está lá no momento, como, e mais importante ainda, a de nº 1.542, que autoriza a criação da força de paz da qual o Brasil participará. O Brasil não está lá apenas numa ação multinacional autorizada pela ONU, o que já seria diferente do caso da República Dominicana, mas sim em uma força das Nações Unidas. Isso é muito importante, sem falar, obviamente, no contexto internacional daquela época, de Guerra Fria, e no Brasil, de Regime Militar. Estamos em contextos totalmente diferentes. Essa é uma ação democrática,

uma projeção externa do Brasil do desejo de ajudar a manter a paz e a segurança no seu Continente e de contribuir para a reconstrução de um país irmão.

Também não se pode comparar a situação atual com a de 1994, que, diferentemente da de 1965, contou com o aval das Nações Unidas. Foi um aval a uma força basicamente multinacional, ou seja, construiu-se uma força de intervenção multinacional com o aval das Nações Unidas e sob o comando norte-americano, que, posteriormente, instalou Aristides no poder. O Brasil se absteve da votação. Por acaso, eu era Chanceler na época e não queríamos que houvesse uma força de intervenção para derrubar o Governo, ainda que fosse este ilegítimo, até pelo princípio da não-intervenção. É diferente da situação atual em que havia um vácuo e uma ameaça de caos.

A Resolução de 1964 tinha inclusive uma expressão, que foi utilizada em outras resoluções, que era a possibilidade de a força militar usar de todos os meios necessários, o que é, digamos, uma espécie de eufemismo para o emprego da força militar em qualquer circunstância. A resolução, toda ela, foi aprovada sobre o Capítulo VII das Nações Unidas, que diz respeito exclusivamente à paz e à segurança internacional e ao uso da força, diferente dessa que, cujo conjunto e por insistência brasileira, acaba de ser aprovada sobre o Capítulo VI. É, portanto, uma resolução de operação de paz, embora tenha um componente no Capítulo VII, até para permitir que as forças militares possam se defender, caso atacadas.

Repito sempre que não cabe, nem diante do público, muito menos diante do Congresso Nacional, criar ilusões. Não é um passeio, é uma operação de paz, na qual há riscos, como houve riscos em outras operações de paz em que o Brasil esteve envolvido. Por exemplo, em Angola, morreram três soldados brasileiros de malária. Contraíram a malária nas selvas de Angola, mas contribuíram para a paz mundial. Essa é sempre uma avaliação que temos que fazer.

Estabelecidas as diferenças jurídicas e políticas dessa operação com aquelas das ações ou intervenções

anteriores que existiram no Caribe, seja na República Dominicana, seja no próprio Haiti, quero fazer dois ou três comentários de natureza geral.

Um é este: o Brasil é um país que tem, hoje, uma política externa muito atuante, uma política externa reconhecida por todos, o que muitas vezes incomoda. É uma política externa que reconhece a responsabilidade de um país como o Brasil. A paz não é um bem livre. Quando as pessoas dizem: por que temos que nos meter aqui ou ali? A paz não existe de graça. A paz tem um preço, e temos uma responsabilidade, sobretudo dentro da nossa região do mundo; se não exercermos essa responsabilidade, outros exercerão.

Não é do interesse brasileiro que essa intervenção ocorra em momentos em que a paz possa ser atingida por outros meios, mesmo que a ação esteja embasada em plena legitimidade não só política, mas também jurídica, legal, e sempre defendemos esse ponto. Por que o Brasil criticou tanto a invasão do Iraque, a Guerra do Iraque? Porque procurava realizar, por meios militares, algo que, na nossa opinião, poderia ser obtido por meios pacíficos, que era a comprovação da existência ou não de armas de destruição de massa, e, sobretudo, porque se fez ao arripio das Nações Unidas, sem autorização do Conselho de Segurança. Aqui temos uma situação totalmente distinta. É uma ação aprovada, apoiada pelo Conselho de Segurança.

Quero dizer também, como complemento, que essa missão terá um importante componente civil. Estamos estudando e discutindo como trabalhar esse componente. Por exemplo, o Haiti é um país combatido pelo analfabetismo e por doenças como a AIDS. Em sendo assim, o Brasil está estudando também como participar – é claro que isso também terá um custo – do componente humanitário, do componente civil e também, digamos, da parte mais estritamente diplomática. São

conversas que ainda estão se desenvolvendo, mas quero deixar muito claro que a nossa participação, obviamente, o núcleo que nos dá autoridade para tratar desse assunto no Conselho de Segurança – não como quem dá um palpite, mas como quem está engajado – é o fato de estarmos envolvidos no aspecto também militar da força.

Enfim, poderia me estender mais, mas creio que, talvez, o Ministro Viegas possa abordar alguns aspectos.

Quero abordar, somente, dois outros pontos relativos ao assunto.

Há também a indagação: por que o Brasil não participa com 100 ou 200 soldados? Se o Brasil enviasse esse contingente, o risco seria maior, porque o Brasil, tendo uma participação maior e o comando – é claro que não estou dizendo com isso que não haja riscos –, teria maior capacidade e faculdade de mobilizar os seus efetivos.

A outra questão é a questão de custo. Creio que também sobre isso o Ministro Viegas é mais indicado do que eu para falar, mas há um reembolso pelas Nações Unidas. Normalmente, não é integral, mas é um reembolso razoável e que depende de quanto gastaremos. O valor que as Nações Unidas pagam é fixo por soldado e pelo desgaste do material. Obviamente, quando não se tem o material, é preciso comprá-lo, e as Nações Unidas não pagam pelo que for comprado, mas apenas o valor correspondente ao desgaste do material. Não é necessariamente um percentual. O valor do reembolso é um gasto fixo por soldado empregado, que varia entre 1.040 a 1.200 por soldado/mês. Está incluído nesse valor o cálculo do material.

Esses são os comentários que poderia fazer a esse respeito. Naturalmente, ficarei muito feliz de responder a qualquer pergunta que me seja feita.

Visita do Presidente da República à China

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em rede de rádio e TV, em Brasília, em 20 de maio de 2004

Meus amigos, minhas amigas, companheiros e companheiras de todo o Brasil,

Amanhã, pela manhã, estarei partindo para a China numa missão da maior importância para o nosso país. Seguramente, uma das mais importantes desde que fui eleito Presidente da República. Vou acompanhado de uma delegação de mais de 400 empresários brasileiros, com o objetivo de ampliar muito os nossos laços comerciais com os chineses.

A China, com seus 1 bilhão e 300 milhões de habitantes é, nesse momento, o país que mais cresce no mundo e um dos países que mais compram. Seu volume de importações, ou seja, seu volume de compra de outros países, atinge hoje a cifra astronômica de 412 bilhões de dólares por ano.

Desde o ano passado, o nosso Governo tomou a decisão estratégica de se aproximar cada vez mais da China e, já em 2003, vendemos 4 bilhões e meio de dólares para eles. Isso nunca aconteceu antes, um verdadeiro recorde. Mas vejam, temos ainda muito espaço para crescer. Hoje, o nosso maior volume de exportação para a China concentra-se em soja, minérios e produtos siderúrgicos. Ora, temos qualidade e preços competitivos para crescer muito em outras áreas, onde a China compra muito, como aparelhos elétricos e eletrônicos, artigos esportivos, frango, carne, café, celulose, aviões, carros, tratores. Isso sem falar do etanol, o álcool extraído da nossa

cana de açúcar, que a China pode precisar, e muito, pois tem 171 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, e com milhões de carros. E o nosso álcool é, comprovadamente, um dos combustíveis menos poluentes do mundo.

Esta oportunidade o Brasil não pode e não vai perder, porque aumentar as exportações para países que são grandes compradores, como a China, é uma das formas mais seguras e sólidas de acelerar o nosso próprio crescimento interno, dinamizando e fortalecendo a nossa economia e, com isso, ajudando a gerar os empregos de que tanto precisamos. Viagens como esta consolidam o grande avanço que o Brasil está conseguindo no comércio exterior. Um pilar fundamental para equilibrar de forma definitiva as contas do nosso país.

Vejam, meus amigos. Colocar o Brasil nos trilhos não era uma tarefa fácil. Sabíamos disso desde o início. Herdamos muitos problemas e um enorme desemprego. Todos nós assistimos, no final de 2002, a subida da inflação e a redução que ela provocou na renda dos nossos trabalhadores. Por isso, a nossa prioridade era reduzir a inflação, para estancar a queda do salário real e garantir o ajuste das contas públicas, viabilizando a queda dos juros e a retomada do desenvolvimento.

É importante lembrar que a inflação, no fim de 2002, estava em 3% ao mês, e os juros, em 25% ao

ano. Hoje, estamos com a inflação de menos de 0,5% ao mês e juros de 16% ao ano. Bem menos do que era quando começamos a governar o Brasil.

Felizmente, as medidas duras que fomos obrigados a tomar durante todo o ano de 2003 estão surtindo os efeitos desejados. Não foi fácil. Mas nada é fácil. Afinal, se queremos mudar o Brasil de verdade, temos que traçar metas claras e regras firmes. Se queremos mudar o Brasil de verdade, temos que respeitar o orçamento da Nação, não permitindo que seja gasto mais do que o país pode. Se queremos mudar o Brasil de verdade temos, em alguns momentos, que fazer até alguns sacrifícios. Deus sabe como foi difícil para mim não dar, já agora, um aumento maior para o salário mínimo. Mas eu não podia fazer isso nesse momento. O orçamento da Previdência não suportaria, e isso poderia comprometer todo o esforço já feito até agora.

Enfim, mudar o Brasil, meu amigos, significa ter a coragem de fazer as coisas direito, bem-feitas e para valer, como estou procurando fazer. Mesmo sabendo que, durante um certo tempo, corro o risco de ser mal compreendido pelo meu povo. Mas se esse for o preço, eu pago esse preço. Fui eleito para mudar o Brasil, essa é a minha missão, e dela não abro mão. Mas, certamente, vocês já perceberam que as coisas estão mudando, e que o crescimento econômico do Brasil já começa a acontecer. Os dados divulgados pelo IBGE e por toda a imprensa, nos últimos dias, não deixam margem a dúvidas. Estamos no caminho certo.

Folha de São Paulo:

- Indústria cresce em 14 regiões, aponta IBGE.
- Produção em março aumentou em todos os locais pesquisados.
- São Paulo registrou alta de 12,7% sobre 2003.

O Estado de São Paulo:

- Fábricas e lojas já sentem recuperação.
- Produção de caminhões e de TVs avança, e consultas para vendas a prazo crescem.

O Estado de Minas:

- Emprego cresce em Minas.

O Estado do Paraná:

- Paraná gerou 57 mil novas vagas.

Correio Braziliense:

- Sinal de recuperação.
- Reaquecimento da economia começa a se refletir na geração de empregos.

Zero Hora, Rio Grande do Sul:

- Emprego com carteira assinada cresce no país.

O Popular, de Goiânia:

- Em ritmo de crescimento.
- Produção cresceu 7,2% em março.

Correio Braziliense:

- Criação de vagas formais bate recorde histórico em abril.
- Indústria aumenta pela terceira vez consecutiva o número de funcionários.

Folha de São Paulo:

- Emprego formal tem crescimento recorde.
- Foram geradas 535 mil vagas com carteira assinada, entre janeiro e abril.

Pois é. Como vocês viram, os sinais da retomada da atividade industrial são inequívocos. Temos, hoje, um sólido comércio exterior e uma ampla agenda de desenvolvimento, que inclui o aumento das exportações, as reformas institucionais, o barateamento do crédito popular, a política industrial e tecnológica, as parcerias público-privadas e novas políticas para setores vitais, como saneamento básico, o setor elétrico, a construção civil, entre vários outros. Tudo isso para garantir que 2004 seja apenas o primeiro ano de um novo ciclo de crescimento sustentável da nossa economia. E que signifique mais empregos e melhores salários. Essa é uma luta dura,

longa e difícil, mas Deus é grande e justo, e o Brasil está saindo vencedor.

Obrigado e boa noite.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do escritório da PETROBRAS em Pequim, em 23 de maio de 2004

Quero cumprimentar os Governadores dos Estados do Acre, do Piauí, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo neste momento que celebramos os 30 anos de relacionamento Brasil-China.

É para mim uma alegria especial inaugurar o escritório da PETROBRAS em Pequim, quando celebramos os 30 anos das relações Brasil-China. É uma alegria que vem acompanhada de muito orgulho: o orgulho que todos nós, brasileiros, temos da PETROBRAS.

Poucas empresas representam tanto o esforço de desenvolvimento do Brasil. Ela nasceu em uma época marcada pela afirmação da independência nacional, pela luta para construir em nosso país uma base industrial sólida e potente. O Brasil industrializado de hoje sabe que deve muito à PETROBRAS.

Essa empresa sempre esteve na dianteira do desenvolvimento econômico e tecnológico de nosso país. Sua história é uma parte importante da história do Brasil moderno e competente que estamos construindo.

A PETROBRAS de hoje é um gigante que ocupa o décimo segundo lugar entre as empresas do setor no mundo. Quebrando sucessivos recordes de produção nos últimos anos, ela é a principal responsável pelo extraordinário ritmo de crescimento da indústria de extração mineral no nosso país.

Ela está ajudando o Brasil a se tornar não apenas auto-suficiente na produção de um combustível vital para o seu desenvolvimento soberano e sustentável. É, hoje, uma das maiores empresas do mundo no setor de extração do petróleo. Desenvolve tecnologia própria e experiência reconhecida em áreas específicas, como a da exploração de petróleo em

plataformas marítimas.

A PETROBRAS é uma empresa genuinamente nacional, que cada vez mais se volta para o exterior. É um exemplo para os empresários brasileiros de como podem ajudar o Brasil a integrar-se de forma competitiva à economia globalizada. É também um exemplo de coragem, de espírito empreendedor em busca de mercados e de novas tecnologias.

A PETROBRAS tem um papel central na “parceria estratégica” que o Brasil e a China vêm consolidando. A parceria entre a PETROBRAS e a SINOPEC para a exploração conjunta de petróleo em águas profundas sinaliza a abertura de uma nova vertente de cooperação do Brasil com a China, extraordinariamente promissora. Então, eu queria felicitar a decisão da diretoria da PETROBRAS de instalar seu escritório em Pequim.

Essa decisão é uma demonstração de que, assim como o Brasil, ela chegou para ficar.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o Século XXI”, em Pequim, em 24 de maio de 2004

Senhor Hui Liangyu, Vice-Primeiro-Ministro da China; Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Senhor Luiz Fernando Furlan, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Senhor Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Senhora Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia; Senhor Guido Mantega, Ministro do Planejamento; Senhor Eduardo Campos, Ministro da Ciência e Tecnologia; Senhor Walfrido dos Mares Guia, Ministro do Turismo; Senhor Wan Jifei, Presidente da CPPIT; Senhor Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo; Senhor Blairo Maggi, Governador do Mato Grosso; Senhor Wellington Dias, Governador do Piauí; Senhor Jorge Viana, Governador do Acre; Senhor José Orcírio de Miranda, Governador do Mato

Grosso do Sul; Senador Eduardo Siqueira Campos; Senhor Fan Xiaojian, Vice-Ministro da Agricultura; Senhora Ma Xiuhong, Vice-Ministra do Comércio; Deputada Telma de Souza; Deputado Ricardo Rique; Deputado Carlos Melles; Deputado Zezeu Ribeiro; Deputado Carlito Merss; Deputado Paulo Rocha; Deputado André Zacharow; Deputado Henrique Fontana; Deputado Miguel de Souza; Deputado Renato Casagrande; Embaixador Jiang Yuande, Embaixador da China em Brasília; Embaixador Afonso Celso de Ouro Preto, Embaixador do Brasil em Pequim; senhoras e senhores empresários da China e do Brasil; senhoras e senhores,

Antes de ler o meu pronunciamento, queria dizer da alegria imensa que estou sentindo neste momento, de poder estar, aqui, na China, quando estamos comemorando 30 anos de relações internacionais. Mais feliz, ainda, porque em nenhum momento da história do meu país uma viagem despertou tanto a atenção da imprensa e dos empresários brasileiros como esta viagem para a China. Por isso eu peço aos empresários brasileiros, eu sempre dou um recado: a China é uma espécie de *shopping* de oportunidades para se fazer bons negócios, para comprarmos, para vendermos, para fazermos parcerias no Brasil e parcerias na China. Portanto, esse comércio, neste começo do século XXI, vai exigir de nós mais ousadia, mais teimosia, mais criatividade e, eu diria, mais vontade de vencer pelas nossas próprias pernas e pela nossa própria capacidade. Por isso estou alegre de estar aqui, de ver tanto entusiasmo, de ver tanta alegria e otimismo estampados na fisionomia de cada um de vocês.

Esse vídeo institucional que passou aqui é apenas uma pequena parte daquilo que somos capazes de fazer. É apenas uma pequena parte daquilo que é a criatividade, a inteligência, e a capacidade empreendedora e produtiva do povo brasileiro.

Não tenho nenhuma dúvida de que a partir desta nossa visita, a partir deste encontro, a partir dos encontros que teremos em Xangai, penso que nós estaremos consolidando, definitivamente, uma das

mais sólidas relações políticas, comerciais, culturais e econômicas que o Brasil já teve neste continente.

Espero que os empresários brasileiros e todas as pessoas do meu Governo tenham para com a China o mesmo carinho que a China tem demonstrado para com o Brasil. Relações comerciais e relações políticas serão muito mais sólidas se nós tivermos uma relação de confiança e uma relação humana perfeita.

Nem a internet, nem o mais sofisticado computador do mundo substitui um olhar, um aperto de mão e um gesto de confiança. Por isso a presença de todos vocês aqui é a mais sólida consolidação de que essa relação veio para ficar.

Ontem, participei do ato de inauguração do escritório da PETROBRAS, pelo que ela significa para nós brasileiros, pelo que ela significa para a economia e para a história do Brasil. Se a PETROBRAS está com esse grau de confiança na China, não há porque outro setor da economia brasileira não ter a mesma confiança, por isso eu estou feliz por retornar à China, desta vez como Presidente da República do meu país.

Este é um país que encanta a humanidade. Desde o primeiro dia de meu Governo, ainda em meu discurso de posse, anunciei que a China seria prioridade nas relações externas do Brasil.

Trouxemos a este país a maior missão empresarial jamais organizada para um evento desta natureza. Com convicção e determinação, estamos transformando nosso comércio exterior. Os empresários que me acompanham são testemunhas e partícipes da conquista de mais este marco nas relações externas do Brasil.

Agradeço e saúdo os chineses presentes a este encontro empresarial. Aqui estão reunidos autoridades governamentais, empresários, acadêmicos, formadores de opinião, enfim, todos aqueles que se interessam pelo Brasil e pelo estreitamento das nossas relações.

Brasil e China têm muito em comum.

Compartilhamos o mesmo objetivo de integrar nossas economias, de forma competitiva, ao mercado

globalizado do século XXI. Mas procuramos vencer esse desafio sem deixar de lado nossas obrigações com o desenvolvimento econômico e social de nossos respectivos países.

A integração no mercado global é importante, mas também é importante fazer com que esse processo garanta a inclusão de todos. Crescimento econômico só faz sentido se for acompanhado de justiça social.

A China sempre se pautou por essa premissa. Hoje, é com admiração que o mundo vem acompanhando o resultado que alcançou nas suas políticas econômicas e sociais. O êxito chinês abre agora enormes possibilidades de cooperação com os parceiros externos. Por isso ela está no centro das atenções do mundo neste início de século. Brasil e China comemoram 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas. Celebramos esse aniversário com grande alegria. Soubemos trabalhar para o desenvolvimento desta relação.

Hoje, temos uma relação política sólida, um comércio crescente e diversificado, uma corrente próspera de investimentos mútuos e conquistas importantes no campo da ciência e da tecnologia. Mas há muito mais por fazer.

Brasil e China estão desenvolvendo uma parcela estratégica, diria mesmo exemplar, entre países em desenvolvimento.

No âmbito do comércio bilateral, a China tornou-se, em 2003, o terceiro maior mercado de destino para as exportações brasileiras e o quinto maior supridor de produtos importados pelo Brasil.

Nos últimos anos, o comércio bilateral tem apresentado excepcional crescimento, passando de 1,5 bilhão de dólares, em 2000, para 8 bilhões de dólares em 2003. Este é um dado que fala por si só.

Ao que tudo indica, 2004 será um ano com números ainda mais animadores. De janeiro a março deste ano, o intercâmbio entre os dois países já teve um aumento de cerca de 60% em relação a igual período de 2003. E esse aumento envolve não apenas produtos tradicionais, mas também reflete expressiva diversificação da nossa pauta de comércio.

No caso das exportações brasileiras, vemos com satisfação que, para além da soja e do minério de ferro, estamos também vendendo produtos de maior valor agregado, como laminados de aço, automóveis, autopeças, óleo de soja, celulose, máquinas e instrumentos mecânicos, suco de laranja e outros.

Mas é fundamental continuarmos as conversações bilaterais para que o Brasil possa satisfazer a demanda chinesa em outros setores.

No caso dos produtos agroindustriais, como a carne, por exemplo, o avanço nos entendimentos sanitários e fitossanitários permitirá a abertura de novas oportunidades.

O Brasil assumiu, em 2003, a condição de maior exportador mundial de carne bovina, o que provocou a sanidade e a qualidade da carne brasileira.

No âmbito dos produtos industrializados, não poderia deixar de mencionar o etanol. Sabemos que a China está firmemente empenhada em desenvolver um programa voltado para a utilização do etanol como fonte alternativa de energia.

O Brasil tem uma experiência única nesse campo e está pronto a cooperar com a China na transferência de conhecimentos no campo da produção e comercialização do produto, bem como na adaptação e montagem dos motores para veículos.

É igualmente promissor o intercâmbio na área dos investimentos. Há alguns anos, várias empresas brasileiras já se instalaram na China. Outras estão por vir. No sentido inverso, muitas empresas chinesas estabeleceram-se no mercado brasileiro e o sucesso de suas operações estão estimulando outras a fazerem o mesmo.

Do lado dos investimentos brasileiros realizados na China, não poderia deixar de destacar a decisão da EMBRAER de associar-se à empresa aeroespacial chinesa AVIC II para produzir e comercializar, neste país, aviões de passageiros de alcance regional. Esse empreendimento muito nos orgulha. Ele é emblemático de uma parceria Sul-Sul na área empresarial.

Entre os grandes projetos de cooperação bilateral,

também merece ser destacada a criação da empresa Baovale, formada pela Companhia Vale do Rio Doce e pela Baosteel, com vistas à ampliação da produção brasileira de aço. Esse investimento é superior a 1 bilhão de dólares.

Outra grande empresa brasileira, a nossa PETROBRAS, também está desenvolvendo ações de parceria com diversas companhias estatais chinesas, em particular a SINOPEC, para exportação de petróleo, a exploração do produto em terceiros mercados e o intercâmbio de conhecimento na tecnologia de processamento do xisto.

Com satisfação, saudamos a abertura do escritório da PETROBRAS em Pequim.

No campo da ciência e tecnologia, também estamos dando uma demonstração de parceria modelar. Construímos e lançamos dois satélites, com a mais moderna tecnologia.

Estamos caminhando agora para o terceiro satélite e para o aprofundamento da cooperação na comercialização e cessão das suas imagens a terceiros países, bem como na produção de diversos aplicativos no setor aeroespacial.

Caros amigos,

Há um setor no qual estamos desenvolvendo novas parcerias, das quais muito me orgulho. É o caso dos entendimentos para facilitar e ampliar o intercâmbio de turistas entre Brasil e China, que terão também um impulso decisivo a partir desta visita.

Mais de 40 empresários do setor de turismo me acompanham nesta viagem, com o intuito de encontrar seus homólogos chineses para tratar das ofertas disponíveis para grupos de turistas.

O turismo também ajuda a aumentar o conhecimento mútuo. Tem uma dimensão humana e cultural que transcende seus aspectos econômicos.

Senhoras e senhores,

A relação que estamos construindo com a China pauta-se pelo respeito mútuo e pela multiplicação dos contatos entre nossas respectivas realidades.

Ambos os países se aparelham para tirar o melhor proveito dessa relação, seja no campo econômico-

comercial, seja no campo da cultura e das artes, seja no campo da ciência e tecnologia, seja no campo das políticas voltadas para o desenvolvimento social.

Trinta anos depois do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, intensificam-se nossas relações econômico-comerciais e políticas. Estamos no caminho certo. Aproveitamos as grandes oportunidades que se abrem para o incremento das trocas e para uma cooperação mais abrangente.

É chegada a hora de consolidarmos, em definitivo, uma parceria estratégica entre nossos países. Queremos dar um salto qualitativo nessa relação estratégica. Queremos uma parceria que integre nossas economias e sirva de paradigma para a cooperação Sul-Sul.

É dentro desse espírito de otimismo e confiança que faço votos ao contínuo desenvolvimento das relações de comércio e amizade entre nossos povos.

Quero terminar dizendo a vocês que a relação entre China e Brasil é uma relação que só tende a crescer no campo da cultura, só tende a crescer no campo comercial. E por que só tende a crescer? Porque se vocês prestarem atenção, o Brasil não tem contenciosos do passado, não tem contenciosos históricos, e dois gigantes como China e Brasil, sem contenciosos históricos, sem divergências históricas, estarão livres para pensar apenas no futuro. E vocês significam esse futuro de China e Brasil.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração do Núcleo de Cultura Brasileira da Universidade de Pequim, em 25 de maio de 2004

Quero neste momento cumprimentar o Magnífico Reitor da Universidade de Pequim, Senhor Xu Zhihong.

Quero cumprimentar os Embaixadores do Brasil na China e o Embaixador da China no Brasil.

Quero cumprimentar os Governadores de Estado do Brasil que estão presentes nesta inauguração do

Núcleo de Cultura Brasileira. O Governador do Estado de São Paulo, o Governador do Estado de Minas Gerais, o Governador do Estado do Acre.

Quero cumprimentar os Deputados presentes.

Quero cumprimentar os Ministros do Brasil.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Siqueira, que está aqui representando o Congresso Nacional e o Senado da República.

Quero cumprimentar os jornalistas chineses e brasileiros.

Mas, sobretudo, quero cumprimentar uma companheira muito conhecida do povo chinês, a nossa querida Lucélia Santos, que ficou famosa na China com a novela Escrava Isaura; na China e em outras partes do mundo. Lembro que estive em Cuba, numa reunião com a direção do Partido Comunista Cubano e, num belo momento, paramos a reunião porque tinham que assistir a novela.

Quero cumprimentar o Presidente da PETROBRAS.

Quero cumprimentar o Presidente da EMBRAPA, o maior instituto de pesquisa da agricultura brasileira.

Meus amigos, minhas amigas,

É para mim uma grande honra inaugurar, nesta ocasião, o Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Pequim. Espero que este encontro abra uma nova etapa no intercâmbio educacional, cultural e científico de Brasil e China.

O Núcleo destina-se, principalmente, a atender estudantes de língua portuguesa e interessados na cultura brasileira. Para tanto, disporá de bibliotecas, com acervo de livros de autores brasileiros, não apenas em língua portuguesa, mas também em chinês, inglês e espanhol. Contará igualmente com discoteca e videoteca.

Estou seguro de que essa iniciativa permitirá que os estudiosos chineses tenham uma melhor compreensão da realidade econômica, social, política e cultural do Brasil.

Como a China, somos um país que possui herança cultural rica e diversificada. O aprofundamento das relações entre nossos dois países, nos mais diversos

setores, deve incluir, necessariamente, a cooperação cultural e universitária.

No Brasil, as universidades de Brasília, de São Paulo e a Cândido Mendes já oferecem cursos de língua e cultura chinesas a alunos cada vez mais interessados em ampliar seus horizontes.

O Núcleo de Cultura Brasileira vem somar-se ao leitorado brasileiro já existente na Universidade de Pequim. Ele foi inaugurado, recentemente, com o apoio do Governo brasileiro, com o objetivo de fomentar o ensino de língua portuguesa, em sua vertente brasileira, bem como de divulgar a cultura brasileira.

Este Núcleo poderá, em colaboração com o leitorado brasileiro e com a Universidade de Pequim, oferecer cursos intensos sobre distintos aspectos da realidade e da cultura brasileiras, a serem ministrados por especialistas para aqueles alunos que forem progredindo no conhecimento da língua portuguesa.

Cursos poderão também vir a ser oferecidos, eventualmente, em língua inglesa, sobretudo, na área de relações internacionais e economia.

Meus amigos,

China e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento, que sofreram processos tardios de industrialização na periferia do mundo, em meio a intensas transformações sociais e políticas.

Nossas histórias, nossas tradições culturais e, sobretudo, os desafios que temos pela frente impõem uma reflexão continuada que nos permita melhor compreender e transformar nossas realidades.

Espero que este Núcleo desencadeie um vasto movimento de pessoas e de idéias entre nossos dois países.

Obrigado.

Conferência do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, intitulada “Política Externa Brasileira no Século XXI e o Papel da Parceria Estratégica Sino-Brasileira”, na Universidade de Pequim, em 25 de maio de 2004

Quero cumprimentar o Magnífico Reitor Xu Zhihong, da Universidade de Pequim.

Quero cumprimentar o Embaixador da China no Brasil.

Quero cumprimentar os Governadores dos Estados brasileiros que me acompanham nesta caravana: o Governador de São Paulo, o Governador de Minas Gerais, o Governador do Acre, o Governador do Mato Grosso do Sul, o Governador do Mato Grosso, o Governador do Piauí.

Quero cumprimentar os Ministros e as Ministras que me acompanham.

Quero cumprimentar o nosso querido companheiro Renato Rabelo, Presidente do Partido Comunista do Brasil, velho conhecido da China – nem tão velho porque ele não é tão velho assim.

Quero cumprimentar o Presidente da PETROBRAS, uma das indústrias mais importantes de petróleo do mundo.

Quero cumprimentar o Presidente da EMBRAPA.

Meus amigos, minhas amigas estudantes da Universidade de Pequim,

Sinto-me honrado de poder partilhar com estudantes e professores desta prestigiosa Universidade reflexões sobre a política externa brasileira no século XXI, com ênfase na parceria sino-brasileira.

Celebramos em 2004 o trigésimo aniversário das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China.

Minha visita oficial a este país expressa a determinação do Governo brasileiro de consolidar e aprofundar a parceria estratégica que há dez anos une nossos dois grandes países.

Há 106 anos, a Universidade de Pequim se distingue por sua excelência e pelo papel que vem desempenhando na construção da China moderna. A abertura de um Núcleo de Cultura Brasileira, primeiro centro de estudos desta natureza a se instalar em uma das mais importantes universidades da Ásia, confirma a vocação universal desta importante instituição.

Queremos que essa iniciativa pioneira permita estreitarmos nossos vínculos com a China nos planos da educação e da ciência.

Uma relação bilateral verdadeiramente sólida não pode basear-se apenas na interação entre Governos: ela deve atingir as sociedades e os indivíduos, mobilizar as mentes e despertar emoções.

O conhecimento mútuo, o interesse pelas respectivas línguas, histórias e culturas são indissociáveis do esforço de aprofundamento das já excelentes relações de nossos dois países.

Espero que jovens chineses venham mais e mais a especializar-se no Brasil, e que mais e mais jovens brasileiros aprendam o mandarim e possam especializar-se na China.

Caros amigos,

Em meu discurso de posse, deixei claro que a orientação externa do Governo brasileiro deveria refletir as mesmas preocupações e prioridades que orientam nossa ação no plano doméstico: a busca de um desenvolvimento capaz de conciliar o crescimento econômico sustentável e a inclusão social; a promoção de políticas sociais destinadas aos segmentos mais vulneráveis da população; e o aprofundamento da democracia.

Com esse objetivo, meu Governo buscou recuperar a estabilidade econômica e a credibilidade interna e externa do país, condições necessárias para a retomada do crescimento econômico e para a melhoria das condições de vida da população. Esse movimento permitiu o reinício do crescimento econômico e o aumento do emprego.

Assumi o Governo brasileiro com o compromisso de dar prioridade às políticas de inclusão social, promovendo mudanças qualitativas nos diversos programas de transferência de renda já existentes no país.

Unificamos esses programas em uma grande iniciativa, o Bolsa-Família, que vincula a transferência de renda à participação das famílias beneficiadas em programas de saúde, educação e segurança alimentar. Encerramos o ano de 2003 com 3,6 milhões de famílias beneficiadas. Até 2006, esse número deverá chegar a 11,4 milhões de famílias.

Essas mesmas preocupações refletem-se, na esfera

internacional, na prioridade que atribuímos à construção de uma ordem mundial mais justa e democrática.

Queremos relações econômico-comerciais sem as distorções que prejudicam os países em desenvolvimento.

Queremos instâncias políticas internacionais mais representativas e legítimas, onde prevaleçam o diálogo e o respeito pelo direito internacional. Nosso compromisso com a democracia e a participação popular reflete-se no propósito de trabalharmos pelo fortalecimento do multilateralismo e pela promoção da cooperação internacional para a paz e o desenvolvimento.

Tenho procurado chamar a atenção para a gravidade do problema da fome e da miséria no mundo e para suas conseqüências para a coesão social.

É necessário equilibrar a agenda internacional, hoje concentrada quase que exclusivamente em temas relativos a segurança. Não se pode relegar a segundo plano os flagelos da insegurança alimentar e da pobreza – que afligem a maior parte da humanidade.

No último mês de janeiro, juntamente com os Presidentes Jacques Chirac, da França, e Ricardo Lagos, do Chile, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lançamos um programa de ação cujo objetivo é identificar e promover fontes inovadoras de financiamento para a erradicação da fome e da pobreza.

Com os líderes da África do Sul e da Índia, propus a adoção de um novo mecanismo dentro do PNUD para receber doações e executar projetos.

No dia 20 de setembro, na véspera da abertura da Assembléia Geral da ONU, estarei presidindo reunião, em Nova York, para a qual estou convidando todos os Chefes de Estado e de Governo. Espero mobilizar os líderes mundiais para a importância da canalização de recursos financeiros adicionais para reduzir a fome e a pobreza. Esse encontro deverá produzir alternativas capazes de enfrentar o problema.

A redução da fome e da pobreza requer uma mudança de atitude por parte dos Governos. A fome

– até agora um problema social – deve transformar-se em problema político.

Queremos afirmar um novo conceito de desenvolvimento, que crie riqueza e diminua as desigualdades.

O comércio internacional é um instrumento valioso para atingir esse objetivo.

Nossa atuação nas negociações comerciais multilaterais tem buscado a efetiva abertura de mercados para os produtos agrícolas e regras mais equitativas que preservem a independência das políticas nacionais de desenvolvimento.

Na reunião ministerial da OMC em Cancún, em setembro de 2003, a articulação entre um grupo significativo de países em desenvolvimento, incluindo Brasil e China, mostrou-se decisiva para transformar a dinâmica das negociações.

Os países do chamado G-20 –, que reúne 22% da produção agrícola mundial, mais de 70% dos agricultores do mundo e 60% da população do planeta – se associaram contra tentativas de diluir o mandato de Doha para a Agricultura.

Inicialmente criticado pelos países desenvolvidos, o G-20 acabou reconhecido como um interlocutor fundamental para a exitosa conclusão da Rodada.

Nossa plataforma compatibiliza interesses dos produtores agrícolas de todo o mundo em desenvolvimento: do agronegócio aos trabalhadores rurais, que vivem da pequena agricultura. Nosso principal objetivo é a eliminação dos vultosos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos.

Um exemplo da importância de um sistema multilateral de comércio forte e atuante foi a vitória na OMC da demanda brasileira contra subsídios norte-americanos ao algodão. Pela primeira vez na história da Organização questionaram-se subsídios domésticos a um produto agrícola.

As perdas dos produtores de algodão brasileiros derivadas do protecionismo norte-americano somaram quase US\$ 500 milhões, entre 1999 e 2002.

Distorções como essa do comércio internacional de algodão – que se repetem com outros produtos

agrícolas – têm gerado graves conseqüências econômicas e sociais, sobretudo em países extremamente pobres, como alguns da África Ocidental, que vêm artificialmente arruinada sua competitividade no mercado mundial.

Meus amigos,

É fundamental não perdermos a oportunidade oferecida pela Rodada de Doha. Negociações abrangentes como essa só acontecem uma vez a cada 15 anos. Seus resultados podem, porém, comprometer o desempenho econômico dos países em desenvolvimento por muitas décadas.

O Governo brasileiro está empenhado em ampliar e dar nova qualidade às relações comerciais com países do Sul. Queremos promover também, no comércio, uma “multipolaridade saudável” – a base de uma verdadeira multipolaridade política.

Como tenho afirmado, estamos engajados em construir uma nova geografia econômico-comercial. Parte desse impulso se orienta para o aumento de nossos fluxos comerciais com países em desenvolvimento.

Nossas relações com a China são emblemáticas.

Em 2003, o comércio bilateral alcançou US\$ 8 bilhões, um aumento de cerca de 200% em relação ao ano 2000, e oito vezes mais do que em 1993. Já nos primeiros dois meses de 2004, o intercâmbio comercial aumentou 73% em relação ao mesmo período do ano passado. Esses números demonstram o enorme potencial das relações econômico-comerciais entre o Brasil e a China.

Outra prova desse potencial é o enorme interesse da comunidade empresarial brasileira em acompanhar-me nesta visita à China: 225 empresas e mais de 400 empresários encontram-se atualmente aqui para contatos com seus parceiros chineses. Também integram minha delegação Governadores de Estados brasileiros importantes como o Acre, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e São Paulo.

Na América do Sul, estamos aprofundando e ampliando o processo de integração regional, elemento fundamental de nosso projeto de desenvolvimento nacional.

No último ano, o processo de integração da América do Sul teve dois momentos de suma importância para a construção de uma comunidade sul-americana de nações: a incorporação do Peru ao MERCOSUL, como membro associado, e a assinatura de um acordo histórico com os países andinos.

Com a convergência dos dois principais blocos da América do Sul (o MERCOSUL e a CAN), constitui-se uma aliança econômico-estratégica que abrange uma população de cerca de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares.

A construção de uma América do Sul democrática e próspera é prioridade da política externa de meu Governo. A integração dos 12 países do continente será baseada no estabelecimento de laços cada vez mais fortes entre Governos e sociedades, no aumento dos fluxos de comércio e na busca de soluções para problemas comuns.

Temos consciência de que o Brasil tem de superar seus problemas internos juntamente com seus vizinhos.

Demos atenção à integração física da região. Ela é essencial para alcançar crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social que necessitamos.

A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um ambicioso plano para impulsionar projetos de infra-estrutura nas áreas de transportes, energia e comunicações. Trata-se de unir fisicamente o continente, o que trará claros benefícios, por exemplo, na área de exportações.

Nesse esforço de maximizar as possibilidades da “geografia econômica sul-americana” e facilitar conexões com outras regiões do globo – a Ásia, por exemplo –, é fundamental a participação de investimentos chineses.

A parceria estratégica entre Brasil e Argentina é o eixo em torno do qual se desenvolve nossa política para a América do Sul.

Nos vários encontros que mantive com o Presidente Kirchner, da Argentina, ficaram patentes não só a determinação de ambos os Governos em estreitar os laços bilaterais, mas, também, a crescente convergência de visões sobre temas fundamentais do

temário regional e mundial, tanto política quanto econômica.

Os Governos do Brasil e da Argentina, mas também os do Uruguai e Paraguai, reconhecem que a revitalização do MERCOSUL constitui peça-chave para futura consolidação do espaço comum sul-americano.

Aprovamos há pouco o Programa 2004-2006, que determina, entre outras medidas: a eliminação gradual de barreiras à integração completa dos mercados nos quatro integrantes do grupo; a implantação gradual de um Parlamento do MERCOSUL; medidas destinadas a ampliar a dimensão cidadã do bloco; e o início de uma nova agenda de integração nos campos da produção e do desenvolvimento tecnológico.

O MERCOSUL encontra-se, hoje, envolvido em múltiplas negociações de liberalização comercial: com a União Européia, com a Índia, com a União Aduaneira da África Austral (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia – SACU).

O Acordo em negociação com a SACU – bem como aquele concluído com a Índia – deverão proporcionar incremento dos fluxos de comércio Sul-Sul e reforçar a posição negociadora do G-20 na OMC. Esperamos iniciar, em breve, as tratativas para a conclusão de acordo com a China.

O MERCOSUL também tem adotado posições comuns e atuado com voz única nas principais reuniões econômico-comerciais.

Na reunião ministerial de Miami, conseguimos redefinir e reequilibrar os termos da negociação para a constituição da ALCA.

Foi introduzida a noção de flexibilidade de compromissos, de forma que todos os participantes acedam ao piso comum de direitos e obrigações, e os países que assim o desejarem possam assumir obrigações adicionais por meio de acordos plurilaterais.

Entendemos que o acordo da ALCA deve objetivar a abertura de mercados na região, sem que haja perda de espaço para os países implementarem

políticas autônomas de desenvolvimento econômico e social.

A crescente aproximação e a consolidação das relações do Brasil com a região requerem que as situações de instabilidade em países do continente mereçam um acompanhamento mais atento por parte do Governo brasileiro, orientado pelo princípio da não-intervenção mas por uma atitude de “não-indiferença”.

Por isso criamos o Grupo de Amigos da Venezuela, ajudamos a promover o diálogo na Bolívia e temos apoiado iniciativas que favoreçam a solução pacífica dos problemas de segurança na Colômbia.

Por isso estamos integrando e chefiando a Força de Estabilização da ONU no Haiti, conforme mandato do Conselho de Segurança.

Acreditamos que o envolvimento da comunidade internacional no Haiti deve ser de longo prazo, centrado em um esforço de reconstrução econômica, social e institucional do país.

A ênfase na integração sul-americana não exclui – ao contrário, complementa – nosso propósito de intensificar a cooperação com a América Latina e o Caribe como um todo e com as demais regiões do mundo. Há pouco propusemos acordos de livre-comércio com a América Central e o CARICOM. O México tem explicitado interesse em associar-se ao MERCOSUL.

Tudo isso ajuda a tornar as relações em nosso Continente mais equânimes e equilibradas.

O forte componente regional de nossa política externa não exclui, como se vê, iniciativas para revigorar o sentido de universalidade da diplomacia brasileira, estreitando as relações com todas as regiões do globo.

Inúmeros projetos e acordos bilaterais foram firmados em minha viagem a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul em novembro de 2003.

Histórica também foi – e digo sem modéstia – a visita à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia em dezembro do ano passado, a primeira

realizada por um Chefe de Estado brasileiro ao Oriente Médio desde a Proclamação da República, há mais de 100 anos.

Na esteira dessa iniciativa está a realização, já acertada, de uma cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos países árabes, com o objetivo de criar novas correntes econômicas e de comércio entre as duas regiões e intensificar a cooperação política e em áreas como as da cultura e da ciência e tecnologia.

A mesma intenção de aprofundar laços com grandes países de outras regiões orientou a constituição do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (o G-3, ou IBAS), uma instância de coordenação entre três importantes países do mundo em desenvolvimento. Uma forte preocupação social marca a articulação desses três países, que está aberta a outras contribuições internacionais.

Caros alunos, professores, convidados,

O cenário internacional do pós-11 de setembro colocou o terrorismo e a instabilidade do Oriente Médio no topo da agenda de paz e segurança internacional.

Ainda antes da invasão do Iraque, o Governo brasileiro posicionou-se, de forma inequívoca, contra o uso da força naquele país, sem a autorização do Conselho de Segurança.

Meus esforços por uma solução pacífica para o conflito não lograram seu objetivo, mas contribuíram para reforçar nossa posição de país que busca soluções pacíficas e conformes ao Direito Internacional, em defesa do sistema de segurança coletiva baseado na Carta das Nações Unidas.

Paradoxalmente, o fato de as Nações Unidas terem sido alijadas do processo de decisão que conduziu à intervenção militar no Iraque reforçou a consciência de que é necessário rever a estrutura da Organização.

O Secretário-Geral Kofi Annan, consciente das ameaças contemporâneas à paz, e desejoso de preservar e reforçar os mecanismos de segurança coletiva, criou grupo de trabalho de alto nível para estudar a reforma das ONU.

Brasil e China são países com capacidade de contribuir para a estabilidade global. Podem e devem ajudar na promoção de um “novo pacto” nas Nações Unidas, que recoloque a Organização no centro dos debates sobre a paz e a segurança internacionais, tornando-a mais representativa e democrática.

O Brasil participará ativamente desse esforço reformador da Organização, em especial de seu Conselho de Segurança.

Contamos com o bom entendimento com a China nessa empreitada, que deve ser de todos.

Senhoras e senhores,

É nesse amplo cenário que situo a parceria estratégica entre o Brasil e a China. Ela expressa, ao mesmo tempo, o desejo comum de aproximação bilateral e a vontade de construir uma ordem internacional mais justa e equilibrada.

A distância geográfica pode hoje ser facilmente vencida pela convergência de objetivos no cenário internacional.

É assim que vejo a parceria estratégica entre o Brasil e a China. Uma parceria baseada no vigor das relações econômico-comerciais, que muito podem contribuir para o desenvolvimento harmônico de nossas economias. Uma parceria que pode e deve buscar soluções conjuntas para os problemas que ainda limitam o aumento do intercâmbio comercial bilateral.

Na questão dos transportes, por exemplo, a associação entre nossos países para a recuperação e expansão do sistema ferroviário brasileiro permitirá que nossas exportações agrícolas cheguem à China em maior volume, com menores custos. Outros setores onde a parceria é promissora são *software* e energia, em particular a exploração conjunta de poços de petróleo e minas de urânio.

Promissora também é a cooperação científico-tecnológica, em particular na área espacial. Depois do bem-sucedido lançamento dos satélites de sensoriamento remoto CBERS-1 e 2, estamos trabalhando na construção dos CBERS-3 e 4.

Também está avançado o projeto conjunto de fabricação de aviões de uso comercial de porte médio,

cujo protótipo experimental foi testado com êxito. Essas iniciativas constituem um novo exemplo de cooperação Sul-Sul, baseada em alta tecnologia.

Brasil e China em muito podem contribuir para soluções multilaterais e para o fortalecimento e renovação das Nações Unidas. No Conselho de Segurança, em 2004-2005, podemos reforçar o papel daquele órgão na preservação da paz e da segurança internacionais, que em muito depende do enfrentamento das questões sociais.

Devemos permanecer unidos, também, na luta pela conclusão da Rodada de Doha da OMC, lembrando que nossa cooperação no âmbito do G-20 constituiu elemento central para a manutenção da força e da coesão do grupo.

Considero que o vigor da economia chinesa oferece uma oportunidade de crescimento e de cooperação econômica inédita entre os países do Sul. Estou seguro de que a China tem percepção semelhante sobre a economia brasileira.

Minha visita à China – a primeira de um Chefe de Estado brasileiro em nove anos – ocorre em um momento excepcional de nosso relacionamento. Temos a responsabilidade histórica – frente a nossos povos – de fazer das relações China e Brasil um paradigma da cooperação que o mundo espera do século XXI.

Meus amigos e minhas amigas,

Ontem, ao terminar o seminário com os empresários e ao falar com o Presidente Hu Jintao, eu me lembrava, tanto no debate com empresários quanto na conversa com o Presidente, que possivelmente não tenha havido, na história da humanidade, nos últimos anos, países com a possibilidade de estreitamento de relações como têm, hoje, Brasil e China. Por uma razão muito simples. A China não tem contencioso histórico com o Brasil, não tem contencioso político com o Brasil e não tem contencioso econômico com o Brasil. Da mesma forma, o Brasil não tem contencioso histórico com a China, não tem contencioso político com a China e não tem contencioso econômico com a China.

China e Brasil, portanto, estão livres para não

perder um minuto sequer discutindo coisas e erros do passado, mas para discutir apenas aquilo que interessa ao povo chinês e ao povo brasileiro na construção de um futuro de prosperidade e de paz, que é isso que a humanidade deseja.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza, em Xangai, em 26 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Wen Jiabao, Primeiro-Ministro da República Popular da China; meu caro James Wolfenson, Presidente do Banco Mundial; Excelentíssimo Presidente da Tanzânia; Excelentíssima Ministra de Bangladesh; Excelentíssimo Ministro de Finanças da China; Excelentíssimo Prefeito de Xangai; demais autoridades presentes; meus amigos Governadores brasileiros; Ministros, Senadores e Deputados que me acompanham nessa viagem; senhores participantes desta Conferência que trata de um assunto tão importante e delicado para os governantes do mundo inteiro,

É para mim motivo de grande satisfação estar em Xangai, no contexto de minha primeira visita à China como Presidente do Brasil.

Fico especialmente feliz em poder participar, nesta bela e dinâmica cidade, de conferência sobre tema que é caro ao Brasil e a mim pessoalmente.

O combate à fome e à pobreza sempre esteve no centro de minhas atenções e é hoje um tema central para o Governo, tanto em sua ação interna, como externa.

Sei o que é a fome e sei o que é a pobreza.

Sei também que o problema da fome e da pobreza não será resolvido da noite para o dia.

A superação da pobreza requer muito mais do que medidas de caráter emergencial e assistencial, por mais importantes que estas sejam.

Não resolveremos o problema da pobreza enquanto não formos capazes de conjugar crescimento econômico com justiça social.

No Brasil, estamos combatendo a fome, a pobreza e as desigualdades.

Ao mesmo tempo, procuramos emancipar, a médio e longo prazos, os beneficiários de programas assistenciais.

Estamos agindo com forte sentido de urgência para que milhões de brasileiros possam alcançar condições de dignidade humana e de cidadania.

O Programa Fome Zero traduz a preocupação do Governo em garantir, a todos os brasileiros, qualidade, quantidade e regularidade no acesso à alimentação.

Para além da distribuição de alimentos, estamos tomando medidas de caráter estrutural.

Fomentamos a aquisição de alimentos produzidos pelo pequeno agricultor, induzindo, desse modo, o desenvolvimento local.

Promovemos a construção de cisternas e a criação de bancos de alimentos.

Tudo isso associado ao acesso ampliado à saúde e à escola.

Um aspecto fundamental do Fome Zero é a parceria com o setor privado.

A mobilização do setor empresarial e da sociedade civil garante nosso compromisso com o controle público dos programas.

Outro programa-chave do Governo, o Bolsa-Família, é fruto da unificação e ampliação de antigos programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até 35 dólares mensais.

Atualmente o programa beneficia cerca de 4 milhões de famílias.

Até o fim do ano, 6,5 milhões de famílias serão incluídas no Programa.

A partir de uma gestão coordenada e integrada, a transferência do benefício financeiro de forma unificada aumentou significativamente a qualidade dos gastos públicos.

São muitos outros os programas sociais do Governo que se voltam, entre outras metas, para a alfabetização de jovens e adultos, a saúde da família e a erradicação da pobreza.

Depois de um primeiro ano de difíceis ajustes econômicos, entramos em um ciclo de crescimento sustentado.

Entre janeiro e abril deste ano, foram criados 534 mil novos empregos, sendo o melhor saldo desde 1992.

Mas há também muito o que fazer no plano externo, notadamente em prol dos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

É preciso promover a expansão do mercado mundial para os produtos de países em desenvolvimento e favorecer um comércio internacional livre, equilibrado e capaz de oferecer oportunidades de distribuição da riqueza a todos que dele participam.

É isso que passa pelo fim dos escandalosos subsídios que muitos países desenvolvidos concedem a sua produção e exportação agrícolas, gerando graves distorções e assimetrias na economia mundial.

Não é possível que as vacas, em alguns países desenvolvidos, recebam mais de dois dólares em subsídios a cada dia, enquanto metade da população do globo tem que sobreviver com menos do que isso.

Há um mês, o Brasil e outros países em desenvolvimento obtiveram uma vitória sem precedentes no tema dos subsídios à produção e exportação do algodão.

Já se pode antever a grandeza desse precedente e sua importância na luta contra os obstáculos que se erguem ao desenvolvimento econômico e social de dois terços da humanidade.

É preciso também respeitar os compromissos e prazos que assumimos nas Conferências de Monterrey e Joanesburgo de aumentar a ajuda oficial ao desenvolvimento.

A erradicação da pobreza exige que cada um cumpra o seu papel.

Venho a Xangai para reiterar o apelo que fiz em outros encontros internacionais: Porto Alegre, Davos, Evian, Londres, Nova York e Genebra.

Venho convocando o setor privado e doadores individuais a contribuírem para os diferentes fundos e iniciativas de erradicação da fome e da pobreza.

O Fundo IBAS, instituído, no ano passado, por Brasil, Índia e África do Sul, no âmbito do PNUD, constitui iniciativa pioneira.

Três países em desenvolvimento, cientes de que também têm obrigação moral, política e econômica de ajudar seus pares na superação da pobreza, tomam a frente e inauguram um fundo que vai ao encontro do tema central desta Conferência em Xangai.

O Fundo foi idealizado para financiar boas práticas e projetos bem-sucedidos que possam ser ampliados e reproduzidos em outros países em desenvolvimento.

Não visa a competir, mas a complementar propostas já existentes, tais como o Fundo da Solidariedade Mundial, de iniciativa da Tunísia.

A execução de seus projetos contará com a participação de agências do sistema das Nações Unidas, responsáveis pelas áreas de segurança alimentar, saúde, educação e saneamento.

Em uma declaração conjunta, em janeiro último, firmada em Genebra, o Presidente Chirac, da França, o Presidente Lagos, do Chile, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan e eu próprio exprimimos a determinação de trabalhar com outros líderes mundiais em um plano de ação para a superação da fome e da pobreza.

Concordamos em fazer um apelo conjunto para a formação de uma aliança global que mobilize vontade política e apoio financeiro.

Só assim alcançaremos, até 2015, as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

Para tanto, estabelecemos um grupo técnico com o objetivo de estudar propostas de mecanismos alternativos de financiamento.

Entre elas incluem-se a taxação de certas movimentações financeiras, dos paraísos fiscais, do comércio de armas, bem como a proposta britânica de um Mecanismo de Financiamento Internacional, o IFF.

Não temos o monopólio das boas idéias, nem queremos “reinventar a roda”. Queremos encontrar meios de levar adiante

compromissos assumidos, mas nunca cumpridos.

Trata-se, sobretudo, de um exercício de mobilização.

Também estão sendo tratadas formas de promover investimentos socialmente responsáveis e contribuições voluntárias do setor privado.

O relatório do grupo deverá estar concluído até julho. Circulará entre os membros da ONU e, juntamente com contribuições de Governos e instituições, servirá de base aos debates em reunião para a qual estou convidando todos os líderes mundiais, no dia 20 de setembro, em Nova York, com o apoio do Secretário-Geral Kofi Annan.

Dentro de duas semanas, estaremos sediando, em São Paulo, a XI UNCTAD, cujo tema não poderia ser mais atual e oportuno.

É enorme a contribuição que a UNCTAD pode dar na promoção de um debate abrangente sobre globalização, comércio, crescimento econômico e desenvolvimento com justiça social.

Em fins de junho, irei a Nova York para falar ao *Global Compact*, instituição que congrega grupo seletivo de empresas socialmente responsáveis.

Lá reiterarei meu apelo para que cada um cumpra o seu papel no combate à fome e à pobreza.

A agenda internacional tem se concentrado excessivamente nas questões de segurança.

É preciso reequilibrar a agenda internacional com uma atenção redobrada para as questões sociais.

A fome é, na verdade, a pior das armas de destruição em massa, pois vitima milhões de pessoas a cada ano.

O combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento são o caminho sustentável e verdadeiro para a paz mundial.

A segurança da humanidade é indivisível.

Não podemos dissociar os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais da questão da segurança.

Não haverá paz sem desenvolvimento, e não haverá paz, nem desenvolvimento, sem justiça social.

Proponho uma mudança de atitude, uma genuína parceria global.

Ousemos criar um novo modelo de desenvolvimento, capaz de gerar melhores condições de vida para os mais vulneráveis.

Não se trata de uma utopia. Juntos, podemos avançar em direção a um mundo de prosperidade e equidade.

Esta Conferência em Xangai e eventos relacionados ao tema da pobreza compõem uma teia de oportunidades para que a revisão, em meados de 2005, da implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, aponte soluções concretas e factíveis ao principal desafio de nossos dias: o combate à fome e à pobreza.

Reitero aqui o meu convite a que todos os Chefes de Estado e de Governo participem do encontro em 20 de setembro em Nova York e contribuam para esta mobilização em prol de uma autêntica política de combate à fome no mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Dia primeiro de janeiro de 2003, quando tomei posse como Presidente da República do meu país, disse que se, ao terminar o meu mandato, cada brasileiro ou brasileira pudesse comer no mínimo três refeições por dia, já teria valido a pena ser Presidente da República do meu país.

Passados 15 meses, estou mais otimista e mais convencido do que estava há 15 meses atrás. Estou convencido de que é possível estabelecer uma política econômica responsável, um modelo de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, fazer a política social que precisa ser feita no nosso país.

Tenho dito ao nosso querido amigo Wolfenson que iremos vencer o problema da fome no mundo quando conseguirmos transformar a fome num problema político, porque enquanto a fome for um problema social servirá para belas teses acadêmicas, servirá para belos discursos, mas nós não chegaremos a eliminá-la. Quando transformarmos a fome num problema político e econômico, que seja determinado como prioridade por todos os governantes do mundo, a partir dos mais ricos até os mais pobres do mundo, e quando os pobres do mundo saírem do silêncio e começarem a gritar, aí então

penso que todos nós iremos colocar a fome como prioridade zero.

O ser humano pode ficar sem muitas coisas na vida, mas tem direitos elementares que estão na Bíblia, que estão em todas as constituições e que estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos: todos têm direito a tomar café, almoçar e jantar todo dia. Esse é o direito mais elementar, portanto deve ser a obrigação mais elementar, para que cada governante do mundo permita que seu povo tenha acesso a esses bens mínimos de que a humanidade tanto precisa.

Boa sorte e, se Deus quiser, nós cumprimos as Metas do Milênio.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do seminário “Brasil-China: uma Parceria de Sucesso”, em Xangai, em 26 de maio de 2004

Meus amigos da China; Vice-Prefeito de Xangai; Representante Comercial para a América Latina do Governo chinês; Ministros; Governadores; parlamentares; empresários e investidores chineses; empresários e investidores brasileiros,

Acredito que estamos vivendo, no dia de hoje, mais um momento auspicioso na relação China-Brasil. É importante que tenhamos bastante clareza e muita humildade para sabermos que, antes de nós, muitos trabalharam para que pudéssemos viver este dia. E espero que daqui a trinta anos outros empresários, outros governantes, ao visitarem a China, tenham a dimensão de que o que estamos plantando terá frutificado o triplo – ou, quem sabe, até mais – do que já conquistamos até o dia de hoje.

Queria dizer que aqui, junto conosco, além das autoridades que já foram mencionadas, está o nosso querido Clayton, Presidente da EMBRAPA, uma empresa que, certamente, tem muito conhecimento, como a instituição de pesquisa mais importante do Brasil. A EMBRAPA pode contribuir muito nessa nova visão de política externa do Brasil.

Quero dizer da minha alegria de ter nesta

delegação o nosso querido companheiro Jorge Samek, Presidente da Itaipu Binacional. Quero dizer da nossa alegria de termos aqui, não como Deputado, mas como empresário, Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional da Indústria brasileira, e o nosso querido Roger, Presidente da Vale do Rio Doce. O nosso querido Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS, que, ao inaugurar o escritório da PETROBRAS em Pequim, demonstra claramente que a nossa relação será muito duradoura. Quero agradecer também ao ex-Ministro Pratini de Moraes, que também trabalhou muito para que o Brasil pudesse chegar aonde chegou.

Não vou me alongar mais falando de personalidades e autoridades brasileiras porque ainda temos uma pauta de compromissos, mas eu queria, sobretudo, dizer aos brasileiros que vieram comigo que aproveitem para conhecer a China, aproveitem para conhecer o potencial de investimentos que o Brasil tem na China, e aproveitem também para estudar com carinho o potencial de investimento que a China tem no Brasil.

Digo sempre que relação comercial é uma via de duas mãos. Obviamente, todos sempre queremos vender mais do que comprar, mas é importante que a relação comercial seja equilibrada para que os dois países possam estar contentes e satisfeitos. Todos conhecemos, na vida pessoal, que o bom negócio é aquele que contempla os dois, ou seja, quem compra e quem vende. Acho que precisamos estar preparados para comprar e para vender porque essa relação com a China é, definitivamente, uma relação estratégica. Acho que China e Brasil só têm a ganhar com o aperfeiçoamento das nossas relações.

Queria dizer que está entre nós uma pessoa que possivelmente seja muito conhecida do povo brasileiro, mas, certamente, não é menos conhecida do povo da China: a nossa querida Lucélia Santos, que, como no Brasil, marcou presença na China com a novela Escrava Isaura. Me disseram que os chineses conheciam duas pessoas importantes no Brasil: o Pelé e Isola, que é como tratavam a escrava Isaura.

Gostaria inicialmente de manifestar minha

satisfação em ver tantos empresários chineses e brasileiros reunidos nesta pujante e dinâmica cidade de Xangai.

São encontros como este que farão que nossa parceria estratégica seja mais do que uma realidade política ou diplomática e adquira também substância comercial e econômica.

O intercâmbio de depoimentos e experiências entre os empresários dos dois países abre caminho para novos negócios que impulsionarão investimentos e comércio.

A China é um país de história milenar; o Brasil é uma Nação comparativamente jovem; geograficamente estamos distantes. Mas nos unem os mesmos anseios de desenvolvimento e de justiça social.

Somos dois grandes países em desenvolvimento que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia de nossos processos decisórios.

Daí a importância de nossa aliança estratégica – não só para intensificar nosso relacionamento recíproco, mas para modificar as regras injustas que, hoje, presidem o comércio internacional.

Senhoras e senhores empresários,

No ano passado, a China foi o terceiro maior país de destino para as exportações brasileiras.

Soja e minério de ferro têm sido os produtos tradicionais em nossas vendas para este país.

Hoje, a pauta começa a diversificar-se.

Estamos exportando aço, veículos, autopeças, celulose, óleo de soja, suco de laranja e outros produtos de maior valor agregado.

O Brasil é competitivo em uma grande gama de produtos e serviços: da engenharia civil ao *software*; do etanol à fabricação de aviões.

A China, por sua vez, tem revelado enorme capacidade de adaptar-se a novas circunstâncias, e tem sabido demonstrar a ousadia necessária para investir em novos mercados.

Desejamos dar continuidade aos planos conjuntos de investimento.

Com grande satisfação, concluímos, em Pequim, um entendimento para facilitar investimentos chineses

na recuperação e expansão de parte da malha ferroviária brasileira.

Vi, também com grande alegria, que muitas das empresas aqui representadas estão levando adiante projetos de empreendimentos conjuntos em áreas variadas, como as da siderurgia, da exploração de petróleo, da produção de alumina e de bens de consumo diversos.

Celebro também os avanços nos entendimentos para facilitar o fluxo de turistas entre os dois países.

Tive, ontem, a confirmação pelo Presidente Hu Jintao de que a China concedeu ao Brasil o *status* de destino turístico autorizado.

As operadoras e agências de viagens darão início prontamente a seus trabalhos para promover o turismo em ambas as direções.

Além da importância econômica, o turismo é especialmente valioso como instrumento de aproximação entre povos e culturas.

O conhecimento mútuo permitirá que nossas relações se aprofundem e diversifiquem.

Senhoras e senhores empresários,

Acabo de chegar de Pequim, onde mantive encontro extremamente proveitoso com o Presidente Hu Jintao.

Coincidimos, em particular, quanto à importância de pautarmos nossas relações por um conjunto de quatro princípios e objetivos: o fortalecimento da confiança política, em pé de igualdade; o aumento do comércio em bases mutuamente vantajosas; a intensificação da cooperação em foros internacionais e nas negociações multilaterais; e o aprofundamento do conhecimento e do intercâmbio entre as sociedades civis.

Como tive a oportunidade de assinalar em meus contatos em Pequim, com lideranças do setor público e do setor privado, o interesse gerado por esta visita pode ser considerado absolutamente inédito.

Trouxe à China uma delegação integrada por um grande número de ministros, governadores, parlamentares.

Acompanham-me mais de quinhentos empresários.

A imprensa nacional e internacional observa com atenção e expectativa este novo capítulo no relacionamento entre os dois maiores países em desenvolvimento do Oriente e do Ocidente.

Ao celebrarmos 30 anos de relações diplomáticas, chineses e brasileiros se redescobrem com os olhos voltados para um futuro de crescente cooperação.

Repito, aqui, o que afirmei ao Presidente desta grande Nação: China e Brasil não possuem contenciosos de qualquer espécie, seja no plano político, seja no econômico.

Juntos, podemos somar esforços e trabalhar pelo nosso desenvolvimento em absoluta liberdade.

É neste espírito que conclamo os empresários, aqui reunidos, a explorarem plenamente as complementaridades entre nossas economias e aproveitarem as oportunidades que se abrem.

Estou certo de que todos os empresários presentes saberão desfrutar desta que é a maior missão empresarial brasileira jamais organizada em torno da viagem de um Presidente da República ao exterior.

Este encontro é histórico. Dará uma inestimável contribuição para a construção desta nova e promissora era de nossa parceria estratégica.

Só me resta agradecer a todos pela presença, transmitir aos nossos amigos chineses todo nosso apreço, e desejar bons negócios!

Meus amigos e minhas amigas,

Amanhã estarei de partida para uma nova missão, não menos importante do que a outra que já realizamos. Amanhã vamos a Guadalajara, onde ocorrerá o encontro entre os representantes da América Latina e da União Européia. Estamos torcendo para darmos passos importantes para o aprimoramento das relações União Européia-MERCOSUL, e, quem sabe, esse passo seja também tão importante quanto o que estamos vendo agora.

Mas saio da China com a certeza de que fizemos um extraordinário negócio ao acreditarmos em nós mesmos e, depois, em acreditarmos na nossa relação

estratégica com a China.

O que nós vimos aqui certamente mexeu com a consciência e com o coração dos empresários e das empresárias brasileiras. Um país com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes; um país com crescimento, já há alguns anos, de mais de 7%; um país que diminui rapidamente o nível de pessoas que vivem na linha da pobreza e um país que se apresenta para o mundo como uma das economias mais poderosas para os próximos anos merece de nós, brasileiros, um carinho todo especial.

Estou dizendo isso para concluir, chamando a atenção dos empresários brasileiros. Desde que tomamos posse, tomamos a decisão de procurar novos parceiros, de tentar estabelecer uma relação com países que têm muita similaridade conosco, e a China tem essa similaridade, inclusive no campo científico e tecnológico.

O Brasil não quer continuar sendo um mero exportador de soja e minério de ferro. Nós chegaremos a atingir a perfeição na relação comercial com a China quando estivermos exportando e importando conhecimento, quando estivermos exportando e importando tecnologia de ponta, quando estivermos ajudando, numa atuação conjunta, a mudar as regras na Organização Mundial do Comércio.

Por isso, saio deste encontro olhando na fisionomia de cada empresário, de cada investidor, de cada político

brasileiro ou chinês, dizendo a vocês que essa aliança não tem volta. Certamente, teremos algumas pessoas no mundo torcendo para que essa aliança não dê certo. Mas, certamente, se somarmos 1 bilhão e 300 milhões de chineses, 178 milhões de brasileiros e, quem sabe, outros milhões de seres humanos do Terceiro Mundo que torcem para que alianças como essas sejam feitas com outros países, eu não tenho dúvida de dizer para vocês que os que estão torcendo a favor são em número muito maior do que aqueles que possam torcer contra.

O Brasil tem potência e tem competência para fazer isso com outras nações, porque temos certeza de que o Brasil pode ocupar um espaço de destaque no mundo e fazer novas parcerias como esta que estamos fazendo aqui. Porque a China precisa, porque o Brasil precisa; porque os chineses acreditam, porque os brasileiros acreditam; porque os chineses têm competência e porque nós temos competência e, por isso, o resultado não poderia ter sido diferente.

Saio daqui com a convicção de que essa viagem foi primorosa do ponto de vista do sucesso alcançado. E olhe que ainda estamos plantando muitas coisas, já estamos colhendo algumas, mas estamos plantando outras que, certamente, nos próximos anos outros virão para colher.

Boa sorte, bons negócios e que tenhamos toda a felicidade do mundo.

Muito obrigado.



Promoção da Igualdade Racial

Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, no Fórum Intergovernamental da Promoção da Igualdade Racial, em Brasília, em 27 de maio de 2004

Quero cumprimentar nossa querida Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pela iniciativa de realizar aqui este Seminário.

Cumprimento nosso companheiro Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, meu coestaduano de Minas.

Cumprimento também o meu coestaduano do Rio Grande do Norte, Deputado Vicentinho, que está aqui conosco.

Cumprimento a excelentíssima Senhora Valéria Pires Franco, ilustre Vice-Governadora do Estado do Pará.

Quero cumprimentar também o Luiz Abílio de Souza Neto, Governador interino de Alagoas.

Excelentíssimas autoridades aqui presentes; senhoras e senhores,

É realmente excepcional a satisfação que tenho de estar aqui, participando da abertura deste encontro, deste Fórum que vai, naturalmente, realizar trabalhos altamente produtivos nesses dois dias em que se realiza.

A cerimônia deste Fórum é sempre razão para que todos nós, brasileiros, estejamos mais próximos desta causa de igualdade racial. Nosso país tem todas as características para levar ao mundo o exemplo da igualdade racial, porque a raça brasileira aqui constituída é a raça mais miscigenada que pode haver. Aqui nós temos influência de todos os povos, especialmente dos povos africanos, que participaram grandemente do trabalho de construção do país.

A cerimônia da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, cuja titular é a

Ministra Matilde Ribeiro, constituiu-se num marco do Governo Lula. Eu não tenho dúvida de que o nosso Presidente Lula, se não estivesse fora do país, estaria aqui prestigiando a abertura deste Fórum. Esta é a razão pela qual aceitei o convite honroso da Ministra Matilde. Estarei, aqui, no sentido de constituir o marco do Governo Lula, no sentido de ampliar as posições de ação do Governo, para dar sustentabilidade às dimensões de raça e de gênero, reafirmando a responsabilidade da sociedade brasileira com grupos historicamente excluídos.

O Presidente Lula lançou, em 20 de novembro do ano passado, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Esse foi mais um passo para a redução das desigualdades raciais no campo econômico, social, político e cultural. Para isso foram estabelecidos seis programas, que estão a cargo da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para que esses programas e ações possam alcançar o seu objetivo, é necessário a adesão e a participação efetiva dos Governos estaduais e municipais. Este Fórum tem, então, este objetivo: estimular os estados e municípios, assim como as empresas e as organizações não-governamentais, a adotarem, cada vez mais, programas que contemplem a promoção da igualdade racial. É necessário que todos os agentes sociais incorporem esta iniciativa em seus programas de atuação.

Há mais ou menos um mês, o Presidente Lula me pediu que o representasse na posse do Presidente

Mbeki, na África do Sul. E me recomendou, quando estávamos preparando a viagem, que não deixasse de fazer um encontro especial com o Presidente Mandela, em nome dele. Fiquei admirado quando me encontrei com o Mandela, pela atenção e a consideração que ele tem pelo Presidente Lula. Então, foi realmente uma viagem muito proveitosa para o Brasil, porque a África do Sul é um grande país. É um país de 45 milhões de habitantes, com cerca de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, mas que tem um desenvolvimento muito grande. E a gente sente que o povo está participando.

Na solenidade de posse do Presidente Mbeki, quando chegou o Presidente Mandela – o Presidente Mandela não ocupa hoje um cargo executivo, ele é o homem que trouxe o maior exemplo para o mundo do que significa um resgate racial; foi uma coisa fantástica o trabalho que ele realizou, como todos sabem –, ele chegou e, humildemente, se sentou no meio da platéia, do povo. É verdade que esse povo a que me refiro é um povo constituído de autoridades do mundo inteiro. Havia lá mais de 100 países representados. Mas ele se sentou ali, não foi para o grande palanque que estava armado para as autoridades. Porém, houve, pelo menos, uns 15 minutos de hinos e de aplausos, no momento em que ele chegava e caminhava – ele tinha uma bengala, havia uma senhora e uma outra pessoa ao lado dele, porque ele está andando com uma certa dificuldade –, e durante todo esse tempo em que ele caminhava, foi aplaudido e houve hinos que eles cantavam. São coisas da cultura deles, mas tudo aquilo era em homenagem ao Presidente Mandela. Foi uma solenidade emocionante.

Depois disso foi que estive com ele. E quando falei que estava levando um grande abraço do Presidente Lula, aí comecei a sentir o quanto o Presidente Lula é conhecido, admirado e estimado, não só por ele, como pelas autoridades que lá estavam, porque antes do almoço tivemos uma reunião ampla, demorada, com vários Presidentes de vários Estados que estavam ali representados, e a primeira coisa que todos perguntavam era como estava o Presidente Lula.

Então, isso é uma coisa que também traz uma grande alegria, de verificar que esse trabalho que o Presidente tem realizado em viagens ao exterior tem sido proveitoso para o país, não só no que diz respeito ao campo econômico, mas também ao campo político e cultural. O Brasil passa a ser mais conhecido e mais respeitado à medida que o Presidente leva a sua mensagem, a sua presença e esse esforço que ele realiza neste nosso país continental, que precisa, obviamente, ocupar o espaço que lhe cabe, de direito, por força também do valor de seu povo.

Então, é por isso que reitero, Matilde, o meu abraço de congratulações, de parabéns, pela iniciativa de realização deste Fórum, que há de trazer grandes resultados para o objetivo a que se propõe.

Agradeço, mais uma vez, o convite que me foi feito, ainda que não soubesse direito o local, pois pensei que o Fórum ia se realizar lá no Palácio; depois é que me disseram que era aqui. Mas, de qualquer maneira, foi um prazer muito grande receber aquele telefonema seu, reiterando o convite para que eu pudesse estar aqui, presidindo a abertura deste Fórum.

Muito obrigado a todos.

III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Trabalho sobre Multilateralismo – III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Guadalajara, México, em 28 de maio de 2004

Multilateralismo e coesão Social – temas desta III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia – são centrais em nosso diálogo político iniciado em 1999. Permitem construir uma associação estratégica entre os dois continentes.

As mesas de trabalho de hoje – sobre multilateralismo e coesão social – estão indissolivelmente relacionadas.

O multilateralismo representa para as relações internacionais o que a democracia foi e é para as nações. Faço profissão de fé na superioridade do tratamento multilateral dos problemas e desafios internacionais que enfrentamos.

É necessário reafirmar e reforçar o multilateralismo para dar a legitimidade necessária à administração dos riscos e dificuldades que enfrenta a comunidade internacional e que requerem ação concertada para a sua superação.

Orgulho-me de ter sido um dos Deputados que inscreveram na nossa Constituição o preceito segundo o qual o Brasil se guiará, em suas relações internacionais, por princípios como os da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da defesa da paz, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo, da primazia dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Esses princípios são da essência mesma do multilateralismo.

Nada mais enganador do que as promessas de eficiência do autoritarismo. Quantas vezes os resultados nefastos do autoritarismo não levaram ao sofrimento, ao conflito e ao caos?

Por isso mesmo, a prevalência do multilateralismo, com sua propensão ao diálogo e a conseqüente articulação de convergências, é do interesse de todos.

Daqueles que buscam no império da lei sua melhor defesa e esperança de justiça. Mas também dos que, tendo maior peso político e militar, encontrarão no multilateralismo o fator essencial de equilíbrio no exercício esclarecedor do poder.

Por vocação e por mandato, o Brasil esteve e estará sempre comprometido com a promoção ativa do multilateralismo: na prevenção dos conflitos, na manutenção da paz e da segurança internacionais, nas complexas tarefas da reconstrução.

Advogamos a cooperação para o desarmamento e a não-proliferação. São duas faces da mesma moeda, como bem sabemos todos aqueles que, como Brasil, México, Irlanda e Suécia, participam da Nova Agenda.

Somente com o pleno exercício da cooperação internacional para a paz e a solidariedade será possível preservar, e tornar realidade, bandeiras como as que levantamos nas grandes conferências dos anos 90: as dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, da igualdade dos gêneros, do combate

ao racismo e às múltiplas formas de discriminação e de exclusão social.

A cooperação internacional é hoje reclamada também para a erradicação da fome, a eliminação da pobreza, a preservação e o combate à AIDS e tantos outros desafios e problemas que afetam toda a humanidade.

No caso do Brasil, a prevalência do multilateralismo resulta, portanto, da convicção de que só o tratamento multilateral dos problemas e desafios nos permitirá formular, e executar, uma agenda para a paz efetiva e uma verdadeira agenda para o desenvolvimento com justiça social.

O multilateralismo, como a democracia, exige representatividade e participação. Os resultados da cooperação internacional dependem da eficácia das ações empreendidas.

Essas preocupações, distintas e complementares, devem orientar a reforma da estrutura e funcionamento das Nações Unidas. Devem, igualmente, inspirar a busca da maior transparência, do aprimoramento e a constante atualização de práticas e mecanismos de que dispõem os países e as instituições financeiras internacionais para a cooperação no âmbito do sistema desenhado em Bretton Woods, há mais de meio século.

Em Cuzco, os países do Grupo do Rio reafirmamos a resolução de manter políticas macroeconômicas sustentáveis. Convocamos a comunidade internacional a uma reflexão sobre a necessidade de desenhar instrumentos anticíclicos, de ajustar os mecanismos de cooperação financeira para melhor viabilizar investimentos sociais produtivos.

As inversões em infra-estrutura são decisivas para o desenvolvimento econômico e social de nossos países. São benéficas para a economia e o bem-estar em todo o sistema internacional.

A governabilidade democrática sai fortalecida quando há paz e segurança.

O multilateralismo e a cooperação internacional darão alento à solidariedade, que pode ampliar nossos esforços para o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis de nossas economias, na América Latina

e Caribe, e na União Européia. Procuremos aperfeiçoar, continuamente, a governabilidade democrática da comunidade internacional de que todos somos partes.

Intervenção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Trabalho sobre Coesão Social – III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Guadalajara, México, em 28 de maio de 2004

Com grandes sacrifícios, estamos empreendendo em nosso Continente a reestruturação de nossas economias.

Estamos saneando nossas finanças públicas. Modernizamos e tornamos mais eficiente a ação governamental. Adotamos a responsabilidade fiscal na gestão pública. Reduzimos as vulnerabilidades que comprometem e limitam o desenvolvimento econômico e social. Preparamo-nos para melhor interagir em uma economia crescentemente mundializada e interdependente.

Mas é evidente que não basta “fazer o dever de casa”, como tanto se diz.

Mais grave: todo nosso sacrifício não impediu que se mantivessem inalteradas, ou, pior, se agravassem, as estatísticas da fome, da pobreza, do desemprego, da desesperança.

No mundo globalizado são claros os limites para o que podem fazer nossa vontade e nossos esforços, isoladamente. Esses limites são ainda mais claros para os países mais vulneráveis dentre nós.

A fome, a pobreza, a desigualdade e a exclusão dividem nossas sociedades. Geram instabilidade política. Contribuem diretamente para o aumento da insegurança. Põem em risco a governabilidade democrática. E podem representar ameaça à paz e à segurança internacionais.

É preciso, portanto, enfrentar com determinação e coragem a discriminação, o preconceito, a exclusão, reverter a marginalização econômica e social de segmentos numerosos de nossas populações. Para transformar a vontade em ação são exigidos meios e instrumentos.

O desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente. Não há desenvolvimento econômico verdadeiro sem distribuição de renda, sem justiça social.

A cooperação internacional tem papel importante a desempenhar nesse desafio. É indispensável para que nossa ação seja exitosa em cada um de nossos países.

Sempre que as economias da América Latina e do Caribe cresceram, nossas exportações aumentaram, assim como nossas importações. Abriram-se oportunidades para investimentos vantajosos em nossos países.

A cooperação internacional não só tem a generosa dimensão da solidariedade, ela beneficia economicamente a todos.

Tenho a convicção de que é preciso unir cooperação internacional à vontade e ao esforço nacional na luta a que estamos dedicados no Brasil para erradicar a fome e reduzir a pobreza.

A fome é a mais poderosa arma de destruição em massa. Mata 24 mil pessoas por dia, extingue a vida de 11 crianças por minuto. Atinge quase um quarto da humanidade. Reduz drasticamente a capacidade de produzir dos mais velhos. Compromete seriamente as possibilidades de aprendizagem. É nesse cenário que aparecem os ressentimentos de que se alimentam as soluções de violência para os problemas sociais e políticos.

A solidariedade tem de assumir a forma de uma parceria global, capaz de mobilizar a determinação política e o apoio financeiro, de energizar Governos,

o sistema das Nações Unidas, as instituições financeiras e comerciais internacionais. Deve reorientar prioridades e políticas de desenvolvimento. Deve buscar reduzir assimetrias econômicas e comerciais, através da eliminação das distintas formas de subsídio que perturbam o livre-comércio.

A luta pela inclusão social não é batalha solitária. A convocação para a cooperação internacional tem partido, felizmente, de um número crescente de encontros e tem inspirado importantes iniciativas.

Lembro-me, em particular, nessa direção, daquela sobre o financiamento para o desenvolvimento e a Conferência de Joanesburgo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Destaco como instrumento de suma importância o Programa Mundial de Alimentos, o Fundo da FAO para a Segurança Alimentar, o Fundo da Solidariedade. A eles acrescento o mecanismo estabelecido pelo Brasil, Índia e África do Sul e o Mecanismo Internacional de Financiamento proposto pelo Governo britânico.

Refiro-me, uma vez mais, à convocação do Grupo do Rio a mecanismos financeiros inovadores, feita durante a Secretaria *Pro-Tempore* do Peru.

E termino minha intervenção reiterando o convite enviado a todos os Chefes de Estado e de Governo para que se somem aos Presidentes Chirac e Ricardo Lagos, ao Secretário Kofi Annan, e a mim mesmo, no dia 20 de setembro, às vésperas da Assembléia Geral da ONU, para que sigamos e ampliemos o diálogo sobre o grande desafio de nossos dias: o do combate à fome, à pobreza e à exclusão social.



Missão de paz no Haiti

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti, na Base Aérea de Brasília, em 31 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice-Presidente da República, e sua esposa, Dona Mariza; meu caro Embaixador José Viegas Filho, Ministro da Defesa; meu caro Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; meu caro Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes; meu caro Waldir Pires, Controlador-Geral da União; meu caro General Jorge Armando Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; meu caro Álvaro Costa, Advogado-Geral da União; minha querida companheira Marisa; Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha; General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, Comandante do Exército, e senhora Marina Antonina Teixeira Pinto de Albuquerque; Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica, e senhora Sônia Maria Martins Bueno; meus caros deputados, Deputado Luizinho, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Paulo Delgado, Deputado Ricardo Zaratini, Deputado Francisco Rodrigues; senhores oficiais-generais; General Américo Salvador de Oliveira; Dom Geraldo Ávila, Arcebispo Militar; senhores integrantes da brigada do Haiti; militares da Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira que embarcam para essa missão de paz das Nações Unidas; meus amigos e minhas amigas; familiares dos integrantes da brigada do Haiti; meus amigos e minhas amigas que vieram a esta solenidade,

É com sentimentos elevados que venho me despedir de parte do contingente brasileiro que vai participar da

missão de paz das Nações Unidas no Haiti.

Trago a mensagem de apoio e confiança a todos os senhores e peço-lhes que a transmitam aos que já partiram do Rio de Janeiro, no navio da Marinha do Brasil.

O Brasil sente grande orgulho pelo convite que lhe foi feito para comandar a missão de paz no Haiti.

A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo. Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um país irmão.

O Haiti é o terceiro país com a maior população negra nas Américas. O Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando.

A paz e a democracia são conquistas das quais os Governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso nos estimula a trabalhar pela promoção da paz em nível global. A instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação.

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar

os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional.

Por esta razão, decidimos também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança, que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, de promover a reconciliação nacional do Haiti. São desafios importantes, mas não nos intimidam.

A coragem, o sentido de dever e solidariedade e o elevado profissionalismo de nossas Forças Armadas os preparam para enfrentar os árduos trabalhos que os esperam.

O mandato que, legitimamente, nos confere a sociedade internacional coincide com as causas que, no Brasil, defendemos.

Nosso compromisso com a paz e o desenvolvimento de um país irmão também foi bem traduzido pelo Congresso Nacional, que reconheceu a importância desse momento ao aprovar o envio de tropas brasileiras para o Haiti.

Saúdo a pronta decisão de vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul, de participarem dessa missão. A situação de crise no Haiti vai exigir um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. Nosso

objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia.

Ao longo dos próximos meses, suas famílias e amigos sentirão a distância e a saudade, mas terão também a íntima satisfação de saber que seus esposos e pais, filhos e amigos são parte de uma luta justa. Em mais algum tempo estaremos todos aqui, outra vez, reunidos. Ao seu regresso, trarão consigo a certeza de terem prestado, com honra e dedicação pessoal, a sua contribuição e a sua solidariedade a um povo amigo. Partem com o apoio de toda nossa gente; regressarão com a alegria de cada um de nós.

Meus amigos,

Há 59 anos, neste mesmo mês de maio, terminava a Segunda Guerra Mundial. Naquele terrível conflito, a Força Expedicionária Brasileira construiu as mais belas páginas da história de nossos homens de armas. Depois disso, nos engajamos sucessivamente em missões de paz com o mesmo ardor, coragem e compromisso de nossos pracinhas. Estamos seguros que cada um de vocês, inspirados em nossas melhores tradições, será capaz de manter alto, em terras haitianas, o nome do Brasil e os valores da paz e da solidariedade que tanto inspiram o nosso povo.

Boa sorte e que Deus os proteja.

Reunião do G-90

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na reunião do G-90, em Georgetown, Guiana, em 3 de junho de 2004

Venho a Georgetown com uma grande expectativa quanto às possibilidades de diálogo entre o G-20 e o G-90.

Considero o intercâmbio de pontos de vista entre o G-90 e o G-20 um elemento-chave para o sucesso da Rodada de Doha. Desde a sua criação, durante a Reunião Ministerial de Cancún, os dois grupos têm atuado de modo complementar. Juntos, o G-90 e o G-20 constituem a maioria dos membros da OMC. Também compartilhamos interesses comuns focalizados em traduzir em realidade a Agenda de Desenvolvimento de Doha. Acima de tudo, temos a nosso favor a força de milhões de produtores competitivos no mundo em desenvolvimento, cujo acesso aos benefícios de uma maior participação no comércio internacional ainda não foi assegurado.

Estamos em uma importante encruzilhada para as negociações comerciais da OMC.

Testemunhamos em Cancún uma mudança fundamental na dinâmica das negociações multilaterais de comércio, como resultado das nossas ações. Por vias separadas, mas com o sentido comum de que as aspirações legítimas da maioria da população do mundo não poderiam mais ser ignoradas, criamos uma aliança virtuosa, apesar de informal, em apoio a resultados justos e equilibrados. Agora, temos de dar um passo adiante. Precisamos unir forças, trabalhar os entendimentos comuns e construir pontes onde ainda possam existir percepções diferenciadas. Isto nos proporcionará a capacidade de barganha necessária para alcançarmos os nossos objetivos

quanto a um sistema de comércio equitativo, capaz de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social por todo o planeta.

Durante a Reunião Ministerial da OMC, o G-90 articulou uma visão madura e consistente no que tange ao chamados Temas de Cingapura. A resistência do Grupo em iniciar negociações sobre novas obrigações onerosas dentro do sistema da OMC ajudou a simplificar a agenda e concentrá-la no que é essencial. A percepção de que deveríamos tratar e resolver questões-chave não solucionadas – como implementação, tratamento especial e diferenciado e agricultura – antes de adotar encargos adicionais foi recebida com simpatia, apoio e compreensão junto à maioria dos membros da Organização.

De sua parte, o G-20 concentrou suas ações em agricultura. Ao abordar preocupações compartilhadas por todos os países em desenvolvimento, envolvemos os países desenvolvidos no tratamento de temas relativos a melhor acesso a mercados; à eliminação de práticas que distorcem o comércio por meio de subsídios à produção e à exportação; e à preservação da segurança alimentar e dos meios de subsistência para populações que dependem da agricultura para sua sobrevivência.

É preciso assinalar que, apesar de contar com um número limitado de participantes, o G-20 inclui países em situações muito variadas, que vão de grandes e competitivos países exportadores agrícolas, como o Brasil e a Argentina, a países com enormes

populações rurais, como a Índia, países pobres e mediterrâneos, como o Paraguai, e países com menor desenvolvimento relativo, como a Tanzânia.

Gostaria de explicar um pouco mais as ações e o pensamento do G-20. Não me deterei nos detalhes da proposta do G-20, cujos principais elementos são bem conhecidos e cuja versão revista circula nesta reunião.

A atual Rodada de negociações comerciais multilaterais foi batizada Agenda de Desenvolvimento de Doha porque havia uma percepção generalizada de que algo significativo tinha de ser feito para lidar com assuntos de desenvolvimento. O que eu chamo “déficit de desenvolvimento” é particularmente evidente no tocante à agricultura. E a agricultura é precisamente a área em que países pobres tem o potencial de mais facilmente desenvolver suas vantagens competitivas.

A agricultura ainda está para ser realmente integrada ao sistema multilateral de comércio. Um grande número de mecanismos distorcivos, como altas tarifas e maciços subsídios domésticos e à exportação em vários países desenvolvidos, sufoca o desenvolvimento econômico e agrícola dos países em desenvolvimento. Dados os padrões existentes de distribuição de renda e riqueza no mundo, somente uma reforma agrícola real no Norte pode desbloquear o pleno potencial agrícola em países desenvolvidos.

A agricultura é, atualmente, um dos poucos setores em que há efetivo tratamento especial e diferenciado. Mas é o tratamento especial e diferenciado ao contrário, que permite que países desenvolvidos aproveitem uma derrogação com prazo em aberto para distorcer mercados. É, portanto, natural que a agricultura se encontre no centro da Rodada. A agricultura detém também a chave para destravar as negociações. Esta é razão pela qual nós, no G-20, concentramos tanta energia política e intelectual em encontrar soluções para as principais questões envolvendo a agricultura.

Mas, a menos que sejamos capazes de arregimentar uma ampla coalizão de países em desenvolvimento, a meta de atingir os objetivos de

desenvolvimento da Rodada será prejudicada pelos grupos de interesse dos países desenvolvidos. Pequenos grupos de produtores em países ricos beneficiam-se de enormes apoios financeiros de seus Tesouros, deprimindo preços, aumentando injustamente sua fatia de mercado e comprometendo a segurança alimentar e a sobrevivência de agricultores em muitos países em desenvolvimento.

Em nenhum outro tema as circunstâncias adversas predominantes na agricultura são tão evidentes quanto no tema do algodão. Estamos cientes dos fortes efeitos dos subsídios nos preços, os quais ameaçam a sobrevivência de agricultores que dependem de colheitas que, de outra forma, seriam lucrativas. Vemos grandes méritos na iniciativa setorial de quatro países africanos sobre o algodão.

Esta é razão pela qual o G-20 incorporou vários parágrafos relativos ao algodão na sua proposta negociadora.

Preços internacionais em declínio afetam também outras *commodities*. Compartilhamos a preocupação causada pela deterioração dos preços das *commodities* e apoiamos propostas que objetivem lidar com esta situação.

Nós também levamos em consideração os problemas de membros recém-ingressados. Também reconhecemos a necessidade de lidar com a questão da erosão de preferências. Apesar de não minimizar o impacto que essas erosões possam ter em economias mais vulneráveis – e por isso concordo que soluções equitativas devam ser encontradas –, tendo também a encontrar muita sabedoria nas palavras de eminente colega da África, no sentido de que todos nós, nos países em desenvolvimento, devemos encontrar maneiras para nos libertarmos do “vício das preferências”, uma condição que tende a perpetuar a dependência econômica e política.

O G-20 está igualmente comprometido a apoiar os conceitos de produtos especiais e o mecanismo especial de salvaguardas. Esses conceitos foram reafirmados na proposta recentemente circulada pelo G-20 sobre acesso a mercados agrícolas. Estamos

determinados a acomodar as diferentes preocupações expressas por vários agrupamentos de países em desenvolvimento e de países de menor desenvolvimento relativo. Estas não são palavras vazias, derivadas da demagogia. É uma convicção profunda e firme sobre a necessidade de se ter uma base negociadora abrangente.

Nossa proposta abrange lista significativa de provisões em tratamento especial e diferenciado, embora estejamos convencidos de que, sem a eliminação das distorções criadas pelos subsídios domésticos e à exportação nos países desenvolvidos, esses instrumentos serão de eficácia limitada. Em síntese, o tratamento especial e diferenciado é importante, ou mesmo indispensável, mas não é uma panacéia. Certamente não em agricultura.

Os membros do G-90 têm a possibilidade de ganhar com a liberalização dos mercados agrícolas e a eliminação das distorções que os afligem. Mas, para chegar lá, precisamos da participação de todos os membros da OMC para apoiar nossa luta. Tenho certeza de contar com vocês!

Mesmo se pudéssemos nos concentrar nas próximas etapas da negociação, seria imprudente esquecermos a força e a vitalidade de nossos próprios mercados. Estamos prontos a trabalhar no contexto do SGPC, que dispensa tratamento mais favorável aos países de menor desenvolvimento relativo, para conceder-lhes preferências. Convido os países de menor desenvolvimento relativo e outros países em desenvolvimento a se associarem ao SGPC, a fim de construirmos um sistema que realmente incremente o comércio Sul-Sul. Com este propósito, todos os membros do G-90 estão convidados a participar do encontro do Comitê de Participantes do SGPC que terá lugar em São Paulo, durante a XI Conferência da UNCTAD, ocasião em que esperamos lançar uma nova rodada de negociações.

Além do SGPC, existem outros caminhos inovadores para destravar o potencial do comércio Sul-Sul, tais como os acordos preferenciais e de livre-comércio. Aqui na América do Sul, o MERCOSUL

tem dado bom exemplo em suas negociações com os países andinos, ao desenvolver modalidades adicionais de tratamento especial e diferenciado nas suas relações com as economias mais frágeis e de menor escala. Estou confiante de que, nos nossos entendimentos com os países do G-90, encontraremos modos de reproduzir – ou mesmo fortalecer – as fórmulas às quais chegamos com nossos países vizinhos.

Senhor Presidente,

Neste momento crucial das negociações, um dos grandes riscos que enfrentamos é deixarmos-nos enveredar em digressões artificialmente introduzidas no debate, digressões que objetivam fazer-nos perder de vista nossos interesses comuns e dividir aliados naturais. A esse respeito, devemos ser guiados pelos objetivos correlatos de conferir maior importância à dimensão do desenvolvimento da OMC e de aumentar a participação de todos os seus membros na Organização.

Devemos ter cautela em face de propostas que, embora tentadoras à primeira vista, possam criar discriminações permanentes entre participantes plenos e outros membros relegados a papéis secundários. Ninguém questiona que os países em desenvolvimento devam contribuir para as negociações na proporção de sua capacidade de assumir obrigações. Já mencionei a questão da erosão das preferências. Também concordei, por exemplo, em que os países de menor desenvolvimento relativo devem ser eximidos de compromissos de redução. Outras vulnerabilidades específicas devem ser levadas em conta. Mas não ao preço da exclusão da plena participação no sistema e em seus mecanismos de decisão.

Outro aspecto dessas propostas é que, enquanto seus autores propugnam pela exclusão de obrigações da OMC para alguns países em desenvolvimento, são exigidos níveis de concessão equivalentes ou superiores em acordos de livre-comércio e de parceria, sem oferecer grau de participação significativo no desenvolvimento de regras

multilaterais. E não devemos ter dúvidas quanto à primazia dessas regras, as únicas que podem assegurar aos países em desenvolvimento limitada parcela de tratamento justo no comércio internacional.

Caros colegas,

Os países em desenvolvimento dispõem de rara janela de oportunidade. Há muito que nos une. Superemos nossas diferenças de percepção. Continuemos a construir uma frente comum, de forma que a Agenda de Desenvolvimento de Doha torne-se mais do que um título. O Brasil e o G-20 estão prontos a contribuir para tal objetivo e empenhamos nossa total

cooperação para a sua consecução. É por essa razão que valorizo tanto o convite de Clement Rohee para pronunciar-me neste encontro. É por essa razão que não medi esforços para estar aqui com vocês hoje.

Estou certo de ser este o prelúdio de um diálogo ampliado entre nossos dois grupos.

A próxima reunião da UNCTAD em São Paulo oferecerá excelente oportunidade. Quero corresponder a seu gesto, convidando o coordenador do G-90 para o encontro do G-20 que se realizará naquela ocasião.

Muito obrigado.

34ª Assembléia Geral da OEA

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da 34ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos – “Desenvolvimento Social e Democracia Frente à Incidência da Corrupção”, em Quito, em 7 de junho de 2004

Senhor Chanceler Patricio Zuquilanda, prezado amigo, a quem agradeço a hospitalidade e a gentileza que minha delegação e eu estamos recebendo no Equador; Secretário-Geral Cesar Gaviria; Senhores Ministros; Senhores Embaixadores; senhoras e senhores,

O tema principal da reunião será comentado por meu colega brasileiro, Ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires. Peço permissão para dar-lhe a palavra logo em seguida.

Queria referir-me a duas questões importantes.

O resultado do processo de reparo das assinaturas na Venezuela demonstra de forma clara a determinação do Presidente Hugo Chávez, demais autoridades constituídas e das forças políticas daquele país, inclusive a oposição, de chegar a solução democrática, pacífica, constitucional e eleitoral para o quadro institucional da Venezuela.

Salientamos também o papel da OEA, em particular do Secretário-Geral Gaviria, e do Centro Carter neste processo. Mas creio igualmente importante ressaltar que o Grupo de Amigos da Venezuela, criado por iniciativa do Presidente Lula, do Brasil, e composto também por Chile, México, Estados Unidos, Espanha e Portugal, contribuiu para facilitar o diálogo entre os venezuelanos e evitar confrontações.

Reafirmo a disposição do Brasil de continuar atuando no sentido de moderação e de apoio das normas

constitucionais e da democracia naquele país irmão. Temos plena confiança na capacidade das autoridades e do povo venezuelanos de levar a bom termo o processo político em curso.

Quero dar também uma brevíssima palavra sobre o Haiti. Como sabem, o Brasil está enviando expressivo contingente para integrar a Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti.

O Governo brasileiro entende ser fundamental a participação da região, mas muito especialmente da América Latina e do Caribe, na solução dos problemas que estão na raiz da crise haitiana. A OEA certamente tem e terá um papel neste processo.

O equacionamento da crise haitiana requer um engajamento de longo prazo da comunidade internacional, e isto envolve várias dimensões, além da mera estabilização política. É necessário reconstruir as instituições e promover o desenvolvimento socioeconômico do Haiti. O Brasil está e estará sempre pronto a escutar a opinião dos países geograficamente mais próximos. Para isso, enviou missão de alto nível a vários países do Caribe, e eu próprio estive, na semana passada, com o Secretário-Geral do CARICOM, Edwin Carrington, para escutar suas opiniões. É com este espírito que o Brasil, atualmente membro do Conselho de Segurança da ONU, atendeu a apelos e sugestões no sentido de ter papel de relevo na Força de Estabilização das Nações Unidas.



Reunião Ministerial do G-77 e China

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G-77 e China, em São Paulo, em 11 de junho de 2004

Ministro da Economia e Comércio do Catar, Xeque Mohamed bin Ahmad bin Jassim Al-Thani; Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Embaixador Rubens Ricupero; Senhores Ministros e Ministras; distintos delegados e delegadas,

Gostaria de utilizar o início da minha alocução para dar uma vez mais as boas-vindas a todos os Ministros e delegados do G-77. Ao Brasil, é uma honra muito especial sediar esta reunião. O Embaixador Ricupero já teve a oportunidade de dizer como a cidade e o Estado de São Paulo ilustram de maneira bem evidente vários aspectos da nossa agenda de desenvolvimento, da industrialização, mas também de nossa vivência na área cultural. É também uma honra e um prazer especial porque a agenda do G-77 e a agenda da atual política externa do Governo brasileiro estão muito próximas. A prioridade conferida aos países em desenvolvimento revelada em várias ações internacionais que o Governo do Presidente Lula têm adotado mostram isso com clareza.

É também uma honra muito especial porque muitos colegas diplomatas brasileiros ilustres estiveram envolvidos de maneira muito profunda com o G-77, alguns dos quais estão presentes aqui hoje. Mas eu gostaria de mencionar, sempre com receio de cometer alguma injustiça, o nome de três deles que já não estão entre nós: o Embaixador Jaime de Azevedo

Rodrigues, que participou da primeira UNCTAD; o Embaixador Paulo Nogueira Batista, que foi um dos responsáveis pela criação do SGPC, que será discutido aqui; e o Embaixador Jorge Alvarez Maciel, que durante tantos anos foi Embaixador em Genebra nas Nações Unidas. Nos sentimos honrados de poder indiretamente homenagear esses nossos colegas.

Gostaria de dizer algumas rápidas palavras sobre a Declaração Ministerial, objeto de um longo processo preparatório que nos traz a São Paulo. Após ter rapidamente analisado o documento, pude ver que os princípios básicos do G-77 continuam a ser defendidos com o mesmo vigor de sempre: a defesa do multilateralismo nos planos político e econômico; a necessidade de defender espaço para as políticas nacionais com relação às agendas internacionais, as quais nem sempre são estabelecidas por nós próprios; a busca de regras mais justas no comércio internacional; a referência muito especial à importância da cooperação entre os países em desenvolvimento (que estará ilustrada aqui com o lançamento de uma nova rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais); e também questões de interesse específico para um grande número de países, especialmente aqueles de menor desenvolvimento relativo, como é o caso do algodão. Tudo isso ilustra que nós continuamos a trabalhar com grande unidade e com grande perseverança nos contextos que muitas vezes se apresentam difíceis.

Há 40 anos, um grupo de países em desenvolvimento de diferentes continentes decidiu reunir esforços com vistas a mudar o sistema internacional. Orgulhosos de sua diversidade cultural e histórica, e prontos a superar dificuldades geopolíticas, esses países uniram suas vozes para conferir maior ressonância às suas aspirações comuns.

A declaração conjunta que marcou o nascimento do Grupo dos 77 afirmava que a unidade dos países em desenvolvimento era “o aspecto mais marcante de toda a Conferência” – isto é, a UNCTAD – “e um evento de importância histórica”.

O foco inicial centrava-se na redefinição das relações Norte-Sul. A desigualdade na ordem econômica internacional era vista como um obstáculo significativo ao desenvolvimento. Nos campos de comércio, finanças e tecnologia, o G-77 lutou contra a discriminação e a exclusão. O Grupo também lutou por regras mais equânimes, para tornar os sistemas de comércio e finanças internacionais mais favoráveis aos esforços em prol do desenvolvimento.

O G-77 logrou importantes feitos. A própria UNCTAD, hoje em sua décima primeira sessão, não teria sido capaz de manter seu papel essencial – como foro de coordenação e como centro emanador de novas idéias – não fosse o apoio ativo do G-77. A UNCTAD e o G-77 imprimiram ímpeto intelectual e político a iniciativas como o Sistema Global de Preferências Comerciais – em seu tempo, um verdadeiro marco no reconhecimento das responsabilidades comuns porém diferenciadas de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Grupo dos 77 levantou-se em defesa do aumento da eficiência, da legitimidade e da representatividade das Nações Unidas. Durante o período em que servi como Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, tanto em Nova York quanto em Genebra, tive a oportunidade de testemunhar e reconhecer amplamente o construtivo engajamento do Grupo em todas as discussões relativas ao Relatório do Secretário-Geral intitulado “Reformando as Nações

Unidas: Um Programa de Reforma (A/51/950)”. Nenhum outro grupo de nações assumiu posições tão firmes no sentido de tornar a Organização mais transparente, mais aberta, mais eficiente, mais democrática.

Igualmente importante tem sido o papel desempenhado pelo G-77 na promoção da cooperação Sul-Sul. No Primeiro Encontro Ministerial, realizado em Argel, em 1967, os Membros do G-77 afirmaram que “sobre eles mesmos recai a responsabilidade primária pelo desenvolvimento” e que estavam “determinados a contribuir para o desenvolvimento recíproco”. Reafirmaram que “a expansão do comércio e a cooperação econômica entre si é importante elemento da estratégia global de desenvolvimento e que estavam, portanto, determinados a incrementar seus esforços a esse respeito”. Nos anos seguintes, foi adotado significativo número de iniciativas. O compromisso da expansão do comércio entre países em desenvolvimento foi reafirmado no Programa Arusha para Auto-Suficiência e no Programa para Negociações, em 1979, no Programa de Ação de Caracas, em 1981, na Declaração do Cairo sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, em 1986.

Estamos celebrando o 40º Aniversário do nosso Grupo. Comemorar significa “lembrar juntos”. Lembrar é importante, de modo a nos prepararmos para o futuro.

Quando nos dispusemos a criar a UNCTAD, muitos pensaram que se tratava de um sonho sem esperança. Informações sobre o iminente fim do G-77 têm-se revelado equívocas repetidamente. E, passados quarenta anos, a necessidade de coordenação entre os nossos países está mais forte do que nunca. Enfrentamos os mesmos problemas sociais e econômicos fundamentais. Continuamos a compartilhar interesses vitais em tornar o sistema internacional mais propício ao desenvolvimento.

Nossos países compartilham a visão de um sistema internacional mais democrático, cooperativo e humano. Acreditamos na cooperação e na não-

confrontação. Estamos prontos a aprimorar nossa participação no sistema multilateral em favor da paz e do desenvolvimento. Paz e desenvolvimento são elementos inseparáveis da mesma esperança.

O processo preparatório da XI UNCTAD demonstrou, uma vez mais, a eficácia e a importância do G-77 e China. Sob a habilidosa condução do Embaixador Ransford Smith, da Jamaica, o Grupo buscou incansavelmente o consenso, com espírito construtivo e sereno, sem comprometer qualquer de seus valores e objetivos basilares.

Transcorridos 40 anos, o hiato entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ainda existe. Em lugar algum essa realidade é tão evidente quanto no sistema de comércio internacional.

Velhos obstáculos ao crescimento continuam conosco. A liberalização comercial tem sido desequilibrada, bem como persistem barreiras e distorções em áreas de especial importância para países em desenvolvimento.

A Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD) introduziu certo grau de reafirmação, ao colocar desenvolvimento e agricultura no centro das negociações multilaterais da OMC. As questões relativas à implementação dos acordos da Rodada Uruguai também constituem parte essencial das conversações comerciais. A UNCTAD tem ajudado e pode continuar a ajudar – ao identificar áreas nas quais os países em desenvolvimento poderiam colher benefícios da liberalização e ao apoiar os esforços

dos países em desenvolvimento, em particular dos países de menor desenvolvimento relativo – esses países a participar plenamente da Rodada.

Realizaremos, dentro de poucos dias, uma Reunião Ministerial do Sistema Geral de Preferências Comerciais, outro fruto dos trabalhos do G-77. O SGPC ainda está por realizar o seu potencial. Nossos representantes em Genebra têm trabalhado intensamente no sentido de tornar esse mecanismo um instrumento verdadeiro de geração de comércio entre os países em desenvolvimento. Acredito firmemente na capacidade do SGPC de fomentar o comércio Sul-Sul. Ao fazê-lo, iremos também fortalecer nosso poder de barganha nas negociações comerciais multilaterais.

Sempre fomos um grupo diversificado. Essa diversidade não deveria nunca ser vista como fonte de debilidade. Ao contrário, é fonte de poder. Continuamos unidos em nosso propósito. Pude confirmar esta percepção ao discursar, na semana passada, durante reunião dos membros do G-90, em Georgetown, Guiana, na condição de coordenador do G-20 – dois grupos que surgiram de nossas batalhas comuns em prol de disciplinas comerciais mais eqüitativas na OMC.

Vamos aproveitar a oportunidade deste aniversário para renovar o compromisso do G-77 e da China com uma ordem internacional mais justa, inclusiva e fomentadora de desenvolvimento.

Obrigado.



Reunião Ministerial do G-20

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Reunião Ministerial do G-20, em São Paulo, em 12 de junho de 2004

É para mim um privilégio dar-lhes as boas vindas a São Paulo. Permitam-me dizer primeiramente que o Brasil se sente honrado e eu mesmo tenho muita satisfação em acolher pela segunda vez uma reunião ministerial do G-20. A reunião do G-20 em Brasília foi o ponto de partida da retomada das negociações após Cancún. Desde então, nosso grupo adquiriu um papel ainda mais central nas negociações. A importância e o papel construtivo de nossas ações são hoje reconhecidos por todos.

Reunimo-nos novamente em um momento crucial, quando entramos na fase final das negociações sobre um acordo-quadro para agricultura. Há alguns indícios de convergências mais positivas. Vamos perseguí-las. Prosseguimos inteiramente comprometidos com o mandato de Doha. Muito, porém, ainda permanece por fazer, e é essencial que proponhamos uma estratégia coerente e com credibilidade, de forma a garantir um resultado exitoso.

O nível de ambição de Doha continua sendo o princípio orientador das negociações. Qualquer acordo-quadro com credibilidade deve ser coerente com o mandato de Doha, bem como possibilitar o estabelecimento de modalidades capazes de assegurar que as negociações em agricultura efetivamente resultem em reduções substanciais no apoio doméstico distorcivo do comércio; aumento substancial no acesso a mercados; redução, com vistas à eliminação de todas as formas de subsídios à exportação; e tratamento diferencial e especial que seja operacional e efetivo.

Percorremos um longo caminho desde que apresentamos nossa plataforma comum, em agosto passado. Desde então, o G-20 consolidou sua posição, que tem se beneficiado de um frutífero diálogo com outros grupos, em particular com outros países em desenvolvimento e com os países de menor desenvolvimento relativo.

Há duas razões para isso.

A primeira é a legitimidade do G-20, que abrange um grande número de países em desenvolvimento, os quais têm uma ampla diversidade de enfoques e representam uma parcela majoritária da população rural mundial.

A segunda razão é a capacidade do grupo de traduzir os interesses de seus membros em propostas negociadoras coerentes e com credibilidade. A plataforma do grupo está totalmente alinhada com os objetivos da Rodada de Doha, a qual tem no desenvolvimento seu componente mais importante.

O G-20 tem constantemente demonstrado sua disposição para superar diferenças e dar uma contribuição efetiva às negociações. A proposta original do G-20, apresentada durante os preparativos para Cancún, permanece uma diretriz para as discussões nos três pilares das negociações. Mas, desde então, nos dedicamos a um trabalho técnico interno abrangente, e a intensas consultas com outros Países-Membros. Esse processo nos permitiu explorar uma ampla gama de alternativas e aprimorar nossas posições comuns nos três pilares da negociação.

O resultado de nosso trabalho tomou forma concreta

na crítica à chamada fórmula mista. Subseqüentemente, esse trabalho se traduziu na proposta do G-20 sobre acesso a mercados, provavelmente o pilar mais intrincado nas negociações. Nossa proposta mostrou aos membros da OMC os vícios fatais da chamada fórmula mista, tal como proposta no texto de Cancún, e levou a uma maior atenção sobre pendências que permaneciam ocultas nas discussões. Também proporcionou uma abordagem mais construtiva nas negociações de um acordo-quadro, ao concentrar-se nos objetivos e elementos-chave que deveriam servir como base para a escolha de uma fórmula de redução de tarifas.

Nosso trabalho contribuiu para colocar as discussões no caminho correto, na direção estabelecida pelo Mandato de Doha, que requer melhoras substantivas em acesso a mercados, juntamente com tratamento especial e diferenciado efetivo e operacional, com vistas a responder às nossas necessidades de desenvolvimento. O G-20 deve agora continuar a explorar as possibilidades contidas em nossas propostas e nas discussões com outros parceiros.

Nos pilares de apoio doméstico e subsídios à exportação, também temos trabalhado com afinco, com vistas a incorporar, no âmbito de um acordo-quadro, uma visão clara em termos de previsibilidade e responsabilidade dos compromissos dos membros desenvolvidos. Nesses dois pilares podemos encontrar as políticas mais ultrajantes e mais ostensivamente distorcivas do comércio internacional de produtos agrícolas. Nós todos somos países em desenvolvimento e sofremos as distorções causadas por vultosos subsídios fornecidos por países desenvolvidos.

Precisamos nos empenhar para garantir que a linguagem a ser acordada no acordo-quadro levará à completa eliminação, em um prazo com credibilidade, de todas as formas de subsídios à exportação, e garantirá que os créditos à exportação, os deslocamento de transações comerciais por intermédio de ajuda alimentar e as operações de empresas exportadoras estatais serão tratados de

forma equivalente.

Em apoio doméstico, o objetivo central é reduzir de forma substantiva todas as medidas que distorcem o comércio. No que se refere à caixa azul, precisamos estar seguros de que qualquer nova disciplina ou critério garantirá a redução da natureza distorciva desse instrumento, de forma a cumprir com o Mandato de Doha. Precisamos também ter um entendimento claro dos pontos de partida nos compromissos de redução em medidas de apoio agregado, caixa azul e *de minimis*. O objetivo é atingir reduções reais em cada uma dessas áreas, bem como na soma de suas respectivas quantidades.

A caixa verde também necessita ser objeto de definições precisas. Precisamos ter certeza de que sua utilização não é mal utilizada. Maior transparência e disciplinas mais estritas são assim essenciais.

O Acordo Agrícola é hoje o acordo da OMC com o maior número de disciplinas de tratamento especial e diferenciado. Mas trata-se, na verdade, de tratamento especial e diferenciado ao reverso, tratamento especial e diferenciado para os países desenvolvidos, que continuam a se beneficiar de derrogações para distorcer os mercados e prejudicar os países em desenvolvimento. Nós precisamos mudar isso. Nós precisamos acabar com esses privilégios. Nós precisamos garantir a existência de dispositivos de tratamento especial e diferenciado que sejam efetivos e operacionais, dirigidos para o desenvolvimento rural e para os meios de vida dos países em desenvolvimento.

Este Grupo tornou-se instrumento essencial das políticas externas de cada um de nossos países. Nós estamos orgulhosos de tudo o que atingimos. Mas nosso trabalho apenas começou. Muitas possibilidades estão abertas para nós.

Vamos aproveitar este encontro para travar uma discussão construtiva e refinar nosso entendimento nos temas centrais desta negociação. Vamos construir a partir dos resultados alcançados até agora e garantir que este movimento positivo será preservado.

Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Encontro Ministerial dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), em São Paulo, em 13 de junho de 2004

Caros Ministros,

Com satisfação e orgulho, a cidade de São Paulo converte-se, nesta semana, em palco de debates sobre uma questão central para os PMDRs e para o Brasil: a do desenvolvimento.

Continuamos a lutar pela superação do círculo vicioso da pobreza e da fome. Estamos empenhados em promover programas e reformas no plano interno que – associados a estratégias de inserção na economia internacional – propiciem melhores condições de vida para nossos povos. Apesar desses esforços, somos obrigados a constatar que os resultados de nossas ações não são inteiramente satisfatórios. No que se refere especificamente aos PMDRs, o Plano de Ação de Bruxelas alerta, com razão, para o fato de que a cooperação internacional para o desenvolvimento permanece insuficiente.

Independentemente das políticas individuais ditadas pelas circunstâncias específicas de cada um de nós, torna-se cada vez mais claro que a superação de nossas vulnerabilidades exige uma união de posições nas grandes negociações comerciais. Conseguimos dar um passo nessa direção em Cancún. Precisamos continuar trabalhando nesse sentido, construindo pontes onde ainda possam existir percepções diferenciadas e

formulando estratégias comuns.

Há duas semanas, quando participei da reunião ministerial do G-90, em Georgetown, na Guiana, indiquei que considerava o intercâmbio de pontos de vista entre o G-90 e o G-20 um elemento chave para o êxito da Rodada de Doha. Vale assinalar que os PMDRs não só fazem parte do G-90 como estão agora representados também no G-20, com a participação da Tanzânia em nosso grupo. Também no âmbito da UNCTAD e em outros foros do sistema das Nações Unidas, devemos trabalhar pela convergência de posições e pela articulação de plataformas conjuntas em torno de aspirações comuns.

Os países aqui reunidos estão entre os que maior interesse possuem em promover avanços na Agenda para o Desenvolvimento da OMC. De modo geral, todos os países em desenvolvimento, sem distinção de tamanho ou estrutura produtiva, estão apostando na Rodada de Doha para corrigir distorções – que favorecem os países ricos – e obter condições de acesso mais equânimes para seus produtos. Em nossos países vivem milhões de produtores agrícolas competitivos que se beneficiarão com a eliminação dos subsídios bilionários à exportação dos países desenvolvidos e com a redução substancial do apoio

doméstico distorcivo.

Sob a criativa liderança do Embaixador Rubens Ricupero, a UNCTAD está particularmente bem colocada para desenvolver estudos e planos para ajudar os PMDRs a conjugar ganhos comerciais com desenvolvimento socioeconômico. A UNCTAD XI constitui um foro privilegiado para esta discussão. De modo geral, precisamos – todos os países em desenvolvimento – aproveitar melhor a capacidade da UNCTAD para realizar estudos e projetos de nosso interesse.

Caros colegas,

Não devemos subestimar nossa capacidade de influir sobre os processos decisórios multilaterais. Durante a Ministerial da OMC, em Cancún, os PMDRs, juntamente com os países do grupo ACP e da União Africana, tiveram um papel fundamental ao resistir ao movimento de iniciar negociações sobre novas obrigações onerosas dentro do sistema da OMC.

A posição firme e decidida do Grupo atraiu admiração e apoio por parte da maioria dos membros da Organização e da opinião pública, mesmo nos países desenvolvidos. Está claro hoje que a união dos países menos desenvolvidos determinou uma mudança fundamental na dinâmica da OMC. Ao assumir com convicção a defesa das aspirações legítimas da maioria da população mundial, os países em desenvolvimento conseguiram fazer com que sua voz ganhasse força e impediram que as negociações prosseguissem em sentido contrário a seus interesses.

Ainda somos forçados a conviver com políticas e práticas no setor agrícola – ditadas por interesses protecionistas de produtores não competitivos no mundo desenvolvido – que deprimem os preços internacionais das *commodities*, comprometendo a segurança alimentar e os meios de subsistência de populações que têm na agricultura sua principal fonte de renda.

Felizmente, é cada vez maior a conscientização em relação a essas práticas injustas. Não apenas os países em desenvolvimento começaram a se articular, em

coalizões como o G-20, mas também a sociedade civil organizada dos países desenvolvidos está mais consciente das terríveis conseqüências das distorções de mercado provocadas pelos subsídios agrícolas.

A menos que logremos promover um amplo entendimento entre os países em desenvolvimento – respeitadas as diferenças entre nós –, não seremos capazes de superar a poderosa coalizão de interesses dos mais fortes e atingir os objetivos de desenvolvimento da Rodada de Doha em agricultura.

O algodão é um exemplo clássico de como os danosos efeitos dos subsídios comprometem a sobrevivência de fazendeiros que, não fosse assim, poderiam extrair ganhos crescentes de uma cultura lucrativa. Por essa razão, apoiamos a iniciativa setorial de algodão promovida por quatro produtores africanos.

É chegada a hora de integrarmos plenamente a agricultura ao sistema multilateral de comércio e desmantelarmos o sistema de “tratamento especial e diferenciado ao revés” em que se escuda a agricultura de grandes economias desenvolvidas. É no domínio agrícola que os países em desenvolvimento podem adquirir e desenvolver mais facilmente vantagens comparativas. Por isso, o G-20 concentrou suas ações em agricultura. Partilhamos uma frente comum de interesses com os PMDRs, cujas principais posições negociadoras foram adotadas por nosso Grupo.

Caros Ministros,

Defendemos que os países devem assumir compromissos multilaterais compatíveis com sua capacidade de contribuir. Por isso, subscrevemos integralmente a proposta de que os PMDRs sejam isentos de compromissos de redução. De uma perspectiva mais ofensiva, apoiamos as disposições de acesso livre de quotas e de direitos alfandegários, e nos juntamos às demandas dos PMDRs de que se adotem medidas para equacionar as limitações de oferta e mecanismos para aliviar o impacto de barreiras não-tarifárias nos países desenvolvidos. Entendemos, também, que a questão da erosão de preferências deve ser levada em conta no curso das negociações.

Ao mesmo tempo, há muito que podemos realizar entre países em desenvolvimento. Devemos valorizar a força e a vitalidade de nossos próprios mercados. A próxima reunião do SGPC constitui uma excelente oportunidade para oferecer tratamento preferencial aos PMDRs. Renovo meu convite para que todos aqui reunidos estejam presentes na reunião do Comitê de Participantes do SGPC, durante a qual esperamos lançar uma nova rodada de negociações.

Nossas opções não se limitam ao SGPC. Há outras maneiras inovadoras de desenvolver o potencial do comércio Sul-Sul. O MERCOSUL deu recentemente um bom exemplo em suas negociações com a Comunidade Andina, por meio de modalidades adicionais de tratamento especial e diferenciado para economias menores. Se conseguimos isso com nossos vizinhos, por que não logrará-lo também com os PMDRs de todo o mundo?

Voltando à Rodada de Doha, diria que estamos em um momento crucial das negociações na OMC. Mais do que nunca, devemos estar atentos para que as diferenças entre nós não alimentem divisões, que só nos enfraquecerão perante os países desenvolvidos. O conceito de países de MDR foi criado, em 1971, para reconhecer as particularidades de um grupo específico de países em desenvolvimento, e não para provocar divisões artificiais, que podem levar-nos a perder de vista o nosso objetivo principal: o desenvolvimento das nossas nações.

É preciso, portanto, cautela com propostas que pretendam estender a outros países concessões até agora exclusivas dos MDRs. Tais propostas partem de uma premissa equivocada. Elas presumem que estão satisfeitos com a presente situação e abrirão mão de uma participação efetiva em negociações comerciais. Ou seja, elas ignoram que todos os países aspiram ao desenvolvimento, e que seu objetivo último é participar plenamente do sistema internacional de comércio. Se não o fazem, é porque não lhes é dada oportunidade, não porque não querem.

Pode parecer tentador, à primeira vista, não ter

que assumir obrigações. Mas, a médio e longo prazos, serão prejudiciais a todos as conseqüências de se criar uma discriminação permanente entre os participantes plenos do sistema internacional de comércio e os demais, que passariam a depender sempre de concessões unilaterais.

Também é curioso que as propostas de isentar alguns países em desenvolvimento de obrigações na OMC sejam vinculadas à negociação de acordos bilaterais nos quais disciplinas equivalentes – ou que podem até envolver compromissos de maior nível de exigência – serão negociadas. Claro está que esses arranjos bilaterais não prevêm uma contrapartida que possa ser considerada atraente para os menos desenvolvidos, em áreas como subsídios agrícolas. Nossa recente experiência com o acionamento do sistema de solução de controvérsias da OMC, no caso do algodão, demonstra que o sistema multilateral – com todas as suas imperfeições – pode funcionar a favor dos menos poderosos. Em outras palavras, os resultados do painel da OMC sobre algodão podem ser considerados mais significativos para muitos países – entre os quais vários MDRs na África – do que arranjos regionais que não contribuem para a eliminação de assimetrias no terreno agrícola. Dificilmente algo comparável será obtido com acordos regionais ou outros arranjos similares.

Senhores Ministros; caros amigos,

O Brasil está totalmente comprometido com a causa dos PMDRs. Não pouparemos esforços para promovê-la, seja no sistema das Nações Unidas, na OMC ou em outros foros. Bilateralmente e por meio do MERCOSUL continuaremos a intensificar nossa cooperação e nossos laços comerciais com os MDRs, em especial os países africanos.

Gostaria de lembrar a visita que o Presidente Lula fez à África, em novembro do ano passado. Na ocasião, foi anunciado o lançamento de um Plano de Ação Brasil-África, cujo objetivo é fortalecer projetos de assistência técnica existentes e identificar novas iniciativas. Mesmo que o Brasil também enfrente limitações de recursos materiais e humanos, temos

condições de desenvolver uma série de projetos, entre os quais o apoio a estratégias nacionais de combate ao HIV/AIDS, por meio, inclusive, da doação de medicamentos anti-retrovirais, ou a cooperação educativa com os países de língua portuguesa, ou ainda via uma ambiciosa parceria no setor petrolífero, como a que estamos desenvolvendo com São Tomé e

Príncipe. Esses são passos pequenos, mas significativos e concretos, para auxiliar o continente africano a superar a armadilha da pobreza.

Todos nós compartilhamos a esperança de que o futuro trará dias melhores e mais prósperos. Olhamos para a frente, sem medo, para transformar nossas legítimas aspirações em realidade.

XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD, em São Paulo, em 14 de junho de 2004

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas; Senhor Thaksin Shinawatra, Primeiro-Ministro da Tailândia; Senhor João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; Senhor Julian Hunte, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas; Embaixador Rubens Ricupero, Secretário-Geral da UNCTAD; meu caro Jorge Batlle, Presidente da República Oriental do Uruguai; meu caro Nicanor Duarte Frutos, Presidente da República do Paraguai; Senhor Carlos Mesa, Presidente da República da Bolívia; Senhoras e Senhores Vice-Presidentes; senhoras e senhores chefes de delegação; meu caro Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; minha querida Marta Suplicy, Prefeita da cidade de São Paulo; minha querida companheira Marisa; Senhores e Senhoras Embaixadores; Ministros de Estado do meu Governo; senhores parlamentares; Senhor André Furtado; queria anunciar que o Senador Romeu Tuma está aqui representando o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; meus amigos e minhas amigas,

Sejam bem-vindos ao Brasil e à cidade de São Paulo. A escolha da nossa capital econômica para sediar a UNCTAD enche-nos de orgulho, porque ela é uma das sínteses mais fortes do nosso país.

Terra de oportunidades, que atraiu imigrantes de

todos os quadrantes do mundo e brasileiros e brasileiras de todas as nossas regiões, São Paulo é um centro de excelência e um dinâmico pólo industrial, comercial, cultural e de serviços.

Expressa também, muito profundamente, nossas contradições sociais e a luta que travamos por um modelo equitativo e sustentável de desenvolvimento.

A Conferência que hoje se inicia marca o quadragésimo aniversário da UNCTAD. É justo que, nesta ocasião, rendamos homenagem aos seus pioneiros, que a construíram com força e determinação.

Prebisch lançou a semente; Pérez Guerrero nutriu-a até que ela germinasse; muitos outros contribuíram com seus esforços até a gestão atual.

Nos últimos nove anos, graças à dedicação e à chama humanista do Embaixador Rubens Ricupero, a UNCTAD consolidou-se como abrigo multilateral de uma visão da economia que não perdeu o sentido social. Tornou-se um elo insubstituível entre comércio e desenvolvimento.

Sabemos muito bem que o modelo de desenvolvimento que buscamos não ocorre de forma automática, nem será resultado de geração espontânea das forças de mercado. Requer estudo, debate democrático e determinação política.

Aí reside uma das grandes contribuições da UNCTAD. Nela geram-se idéias, discutem-se políticas, trocam-se experiências. Hoje, em grande parte graças à UNCTAD, entendemos melhor o que funciona e o que deve ser evitado em matéria de políticas de comércio e desenvolvimento.

A UNCTAD tem-nos auxiliado também na identificação de constrangimentos externos que limitam nossos esforços, capacitando-nos conceitual e politicamente para melhor enfrentá-los.

Nos últimos cinco anos, 55 países em desenvolvimento cresceram menos de 2% ao ano. Vinte e três viram regredir sua riqueza. Somente 16 tiveram expansão média acima de 3%.

Nos anos 60, quando a UNCTAD foi criada, a renda per capita das nações mais pobres era de 212 dólares. A dos mais ricos passava de 11.400 dólares.

Quarenta anos depois, a dos mais pobres ainda está em 267 dólares, enquanto a renda per capita dos países mais ricos quase triplicou, chegando a 32.400 dólares.

A alavanca exportadora é fundamental, mas a tarefa gigantesca de superar tamanha desigualdade não pode depender somente do comércio.

É preciso investir em infra-estrutura e incrementar a produtividade para criar as condições de crescimento do emprego e da renda.

Receitas equivocadas, nos últimos anos, subestimaram o papel do investimento público e do consenso social na construção da estabilidade e do desenvolvimento. Sacrifícios adicionais recaíram sobre países que já estavam exauridos.

É hora de reafirmar, claramente, que a boa arquitetura financeira é aquela que sustenta as mudanças.

Ao final da Segunda Guerra, por exemplo, as economias beneficiadas pelo Plano Marshall recuperaram sua força rapidamente. O financiamento maciço espantou a depressão e gerou uma espiral de prosperidade. Trouxe de volta o emprego, a renda e a poupança. Consolidou a paz e o progresso.

O mundo mudou, as condições são outras, mas é disso que se trata novamente. Nenhuma fronteira

geográfica ou tecnológica reúne, hoje, ingredientes com tantas necessidades urgentes, e ao mesmo tempo tantas promessas, quanto a das nações em desenvolvimento.

Para viabilizar esse potencial não se pode dirigir a visão a um único ângulo. É preciso associar a variável do crescimento à questão financeira. Os organismos internacionais devem ampliar o seu foco.

Somente assim poderão sinalizar oportunidades seguras de investimento, seja em infra-estrutura, exportação, diversificação produtiva e regeneração social.

Toda mudança implica escolha. Este é o tempo de tomarmos decisões que lancem pontes para o amanhã. Temos que demonstrar a coragem política de erguê-las.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento não é um presente que a comunidade internacional dará às nossas nações. Sabemos que é preciso fortalecer a nossa união e, cada vez mais, negociar mudanças com perseverança e visão política.

O Brasil e nossos parceiros do G-20 sustentaram na reunião ministerial da OMC, em Cancún, no ano passado, que é fundamental para o progresso efetivo de todos a incorporação, ao sistema multilateral de comércio, dos setores em que os países em desenvolvimento são mais competitivos.

Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, por meio de uma negociação pragmática e mutuamente respeitosa, levando em conta, em particular, as necessidades dos países em desenvolvimento, sobretudo daqueles que são mais pobres.

Penso que é preciso sentir sempre, através de cada mesa de negociação, o olhar penetrante de bilhões de pessoas que clamam por condições de vida dignas em nosso Planeta. Elas cobram respostas que o século XX não lhes deu.

Minhas senhoras e meus senhores,

Nesta XI UNCTAD vamos dar novos passos. Um deles é a reativação das negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais.

Criado nos anos 80, com a inspirada participação do saudoso Embaixador Paulo Nogueira Batista, esse acordo permite que os países em desenvolvimento possam eliminar barreiras comerciais recíprocas, sem a necessidade de estender iguais concessões ao mundo desenvolvido.

Aos 44 países signatários do Sistema, poderão somar-se aproximadamente outros 40. Através de passos concretos como esses, vamos continuar reforçando a construção de uma nova geografia comercial do mundo.

Uma nova geografia que vem devolvendo autoconfiança à grande maioria de nações do Planeta. E tem aberto esperanças para o entendimento mais justo entre ricos e pobres.

Esta Conferência também homenageia um economista cuja vida e obra encarnam o próprio espírito da luta pelo desenvolvimento, o economista Celso Furtado.

O Governo brasileiro associa-se a essa homenagem. Quero propor, aqui, a criação de um centro internacional de políticas para o financiamento do desenvolvimento, com o nome de Celso Furtado.

Cada ciclo histórico tem sua usina intelectual de referência estratégica. Desejamos que seja criado um centro irradiador de projetos e políticas inovadoras no combate à fome, à pobreza e aos gargalos do desenvolvimento.

Meu Governo está disposto a prestar todo o apoio para construir uma fundação internacional de estudos e pesquisas com esses propósitos.

Ajudaremos, com isso, a construir uma nova agenda para o desenvolvimento em face dos desafios da globalização.

Globalização não é sinônimo de desenvolvimento. Globalização não é um substituto para o desenvolvimento. Mas a globalização pode ser um instrumento de desenvolvimento, desde que os seus benefícios possam ser repartidos entre todos.

A eliminação da fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável devem ser uma preocupação de todos os países, inclusive e,

sobretudo, dos mais ricos. Trata-se de um imperativo, se quisermos garantir a paz e o efetivo cumprimento dos direitos humanos.

Quero concluir formulando um convite a todos. Tenho um compromisso de vida com o combate à fome. E esse objetivo constitui prioridade de meu Governo, tanto no plano interno como no externo.

Nos diversos encontros internacionais de que participei, defendi a importância central desse tema e a necessidade de uma nova ordem capaz de produzir prosperidade com justiça social.

Nesse contexto, constituímos o Fundo IBAS de alívio à fome e à pobreza, no âmbito do PNUD. Trata-se de uma iniciativa pioneira de três países em desenvolvimento – Brasil, Índia e África do Sul – que tomaram a si a obrigação moral, política e econômica de ajudar outras nações a superar a pobreza.

Os Presidentes Chirac e Lagos, o Secretário-Geral Kofi Annan e eu lançamos juntos uma ação contra a fome e a pobreza. Criamos um grupo técnico com o objetivo de estudar propostas concretas de mecanismos inovadores para a obtenção de recursos com este fim.

Estou convidando líderes mundiais para, no dia 20 de setembro, em Nova York, discutir esses mecanismos e dar o indispensável impulso político à tarefa de combater a fome e a pobreza. Queremos uma parceria entre Governos, a ONU, instituições regionais e internacionais, o setor privado e ONGs.

Movido por estas convicções que, tenho certeza, são amplamente compartilhadas, gostaria que nós todos aproveitássemos os próximos dias para alcançar o máximo de acordos e resultados concretos nesta Conferência.

Bem-vindos a São Paulo, bem-vindos ao Brasil e boa sorte a todos os participantes.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da Sessão Plenária da XI UNCTAD, em São Paulo, em 14 de junho de 2004

Senhoras e senhores,

Como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já

teve a oportunidade de expressar, na sessão desta manhã, o Brasil sente-se honrado e privilegiado em poder sediar, pela primeira vez, uma Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. O Brasil, desde o início, participou ativamente dos esforços de valorizar a dimensão do desenvolvimento nas relações econômicas.

Ao longo de sua existência, a UNCTAD viu novos temas serem acrescentados ao seu trabalho e análises. Às questões tradicionais das *commodities*, dos termos de troca no comércio mundial, dos transportes marítimos, da administração aduaneira, foram sendo acrescentados temas como investimentos, serviços, fluxos financeiros, propriedade intelectual, comércio e meio ambiente, normas técnicas, padrões sanitários, comércio eletrônico.

À medida que a agenda econômica internacional ganhou complexidade, a UNCTAD continuou a desempenhar um papel importante na adoção de novas abordagens, sob o prisma do desenvolvimento.

A crescente complexidade e sofisticação do cenário econômico convive com antigos problemas. Como assegurar que o crescimento e a estabilidade econômicos sejam traduzidos em efetivo desenvolvimento, com criação de empregos dignos, redução da pobreza e das desigualdades sociais?

Quando a I UNCTAD se reuniu em Genebra, a grande preocupação subjacente era a da deterioração dos termos de intercâmbio. Seguindo inspiração de Prebisch, sabíamos que isso se devia à ausência de progresso técnico nos países da periferia. Esta sombra continua a nos perseguir.

A XI UNCTAD tem como tema central a maior coerência entre os processos econômicos globais e as estratégias nacionais de desenvolvimento. Nos últimos anos, temos testemunhado um descompasso entre discursos e defesa de políticas públicas, entre os que pregam liberalização comercial e, ao mesmo tempo, fazem uso do protecionismo, defendem fluxos livres de capitais, mas praticam restrições migratórias, pregam garantias para o investimento externo e restringem o comércio agrícola, advogam o respeito

à propriedade intelectual e relegam a segundo plano a proteção aos conhecimentos tradicionais. Portanto, a volta da “coerência” ao centro do debate internacional será uma valorosa contribuição desta Conferência.

Esta sessão também se debruçará sobre quatro questões, que complementam o tema principal.

“Estratégias de desenvolvimento numa economia globalizada”: sabemos que o desenvolvimento é um processo complexo, que não acontece por geração espontânea, ou em função de mera operação das forças de mercado. Antes, resulta de políticas públicas aplicadas de acordo com a realidade e as circunstâncias geográficas e históricas de cada país. Os Governos têm grande responsabilidade indeclinável em delinear estratégias para o desenvolvimento de seus povos. E, em muitos casos, a ação do Estado continua a ser indispensável. Devemos discutir e aprender com as experiências de outros países.

“Construção da capacidade produtiva e de competitividade internacional”: não há receita única para formação de uma economia robusta e competitiva, mas são necessárias políticas consistentes para o treinamento de mão-de-obra, incentivos à inovação tecnológica, condições adequadas para o investimento, estabilidade institucional e fortalecimento do sistema jurídico.

Creio que poderemos aprofundar nossas percepções sobre os desafios para implementar tais políticas. Há alguns anos, comparando o crescimento das economias asiáticas com a estagnação dos países da América Latina, disse que os primeiros haviam baseado seu desenvolvimento na combinação da poupança interna com o mercado externo. Em nossa região fizemos o inverso: confiamos excessivamente na poupança externa e acreditamos que o mercado interno tinha possibilidades inesgotáveis. As crises da dívida e de crescimento da década de 80 nos deixaram em uma situação de fragilidade, da qual até hoje não nos recuperamos integralmente.

“Assegurar ganhos para o desenvolvimento no

sistema de comércio internacional e nas negociações comerciais”: são por demasiado conhecidas as dificuldades que encontramos para participar em condições justas e equânimes do comércio internacional. A integração dos países pobres nos setores mais dinâmicos do comércio internacional tem sido uma preocupação constante da UNCTAD desde sua instalação. Afirmamos nossa convicção na legitimidade dos esforços empreendidos para conferir às negociações da Rodada de Doha a verdadeira dimensão de desenvolvimento acordada no seu lançamento. Para que essa dimensão não seja um mero adorno no seu título.

Precisamos avançar com urgência a agenda negociadora de Doha nos temas de maior interesse para os países em desenvolvimento, sobretudo tratamento especial e diferenciado, implementação e agricultura. Mas não nos iludamos. Se não investirmos em pesquisa e desenvolvimento, jamais ultrapassaremos a barreira que nos separa das nações mais ricas. Sem nosso esforço individual ou coletivo, conforme o caso, jamais deixaremos a situação de atores marginais no cenário internacional.

“Parcerias para o desenvolvimento”: nesse aspecto, com muita propriedade, a UNCTAD estreita seus contatos com a sociedade civil como um todo – empresariado, ONGs, sindicatos, comunidade acadêmica, setores cada vez mais envolvidos no debate para a promoção do desenvolvimento. Cabe lembrar a importância do apoio prestado pela sociedade civil, ONGs e imprensa aos esforços dos países em desenvolvimento para suas políticas de combate à AIDS e outras pandemias, no contexto da negociação na OMC da Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública. Hoje alianças semelhantes se formam para que a Rodada de Doha se atenha a seu mandato agrícola e resulte na eliminação dos subsídios agrícolas e na redução substantiva do apoio doméstico que agravam a fome e a pobreza em grandes partes do mundo.

Anteontem tivemos mais uma demonstração da sintonia entre as agendas do G-20 – que conjuga liberalização do comércio agrícola e justiça social – e as

de ONGs como a OXFAM, *Action Aid* e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). Registro, também, o fundamental diálogo entre o G-20 e outros grupos de países em desenvolvimento, inclusive (mas não apenas) o G-90.

Diante da importância da agenda proposta, creio que a XI UNCTAD vem a dar continuidade à tradição iniciada há 40 anos, quanto à centralidade do desenvolvimento na agenda econômica internacional. Temos consciência da gravidade que a situação de desigualdades e assimetrias impõe a nossos povos e à própria segurança do mundo. Conferências internacionais, como a UNCTAD, não podem ser substituto para a ação efetiva e responsável que cabe a Governos soberanos. No entanto, é seu papel esclarecer, fomentar o debate crítico e promover o consenso para que possamos enfrentar verdadeiramente o desafio do desenvolvimento.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de debate da XI UNCTAD – “A nova geografia do comércio: cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente”, em São Paulo, em 14 de junho de 2004

Está aberta a sessão de debates com o tema “A nova geografia do comércio: cooperação Sul-Sul em um mundo cada vez mais interdependente”.

Quero cumprimentar os senhores Chefes de Estado e de Governo.

Quero cumprimentar os delegados e as delegadas aqui presentes.

Quero cumprimentar os chefes de delegação.

E quero cumprimentar todas as pessoas que estão presentes.

Tenho o prazer de introduzir o debate sobre este importante tema. Apesar dos sérios obstáculos que enfrentam, os países em desenvolvimento têm aumentado sua presença no comércio internacional.

Como aponta a UNCTAD, a participação do Sul nos fluxos globais, tanto comerciais quanto

financeiros, cresceu extraordinariamente nas duas últimas décadas.

Esse fluxo não tem uma direção exclusivamente Norte-Sul. Está surgindo uma nova geografia econômica, em particular do comércio mundial, resultante, entre outros fatores, do aumento das trocas comerciais entre os países em desenvolvimento.

Assim como o Brasil, essas nações têm respondido de forma dinâmica às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimento decorrentes da globalização.

Essa nova geografia não se propõe substituir o intercâmbio Norte-Sul. O Norte desenvolvido continuará sendo parceiro valorizado e indispensável. Temos plena consciência de sua importância como destino para nossas exportações e como fonte de investimentos e tecnologia de ponta.

Queremos, porém, criar novas oportunidades e encorajar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul.

A intensificação do comércio Sul-Sul ilustra as possibilidades que se abrem. Segundo a própria UNCTAD, em meados dos anos 80 os países do Sul eram responsáveis por 20% do comércio global. Hoje, esta participação já é de 30%.

Ainda mais significativo é o fato de que os produtos manufaturados vêm apresentando participação crescente nas nossas exportações: de 20%, em 1980, passaram para 70%, em 2000. Estamos aprendendo a agregar valor a nossas riquezas naturais e ao trabalho de nossos braços.

O caminho à frente é claro: enquanto em 1990 a porcentagem do intercâmbio Sul-Sul no comércio total dos países em desenvolvimento era de 34%, hoje já alcança 43%. Enquanto o comércio mundial cresceu a taxa de 5% ao ano na década de 90, o comércio Sul-Sul, no mesmo período, apresentou incremento anual de 10%.

O comércio Sul-Sul deve seu dinamismo, em grande parte, ao reconhecimento dessa força: os países em desenvolvimento vêm concluindo entre si um número crescente de acordos bilaterais ou

regionais de comércio.

Queremos que esses avanços se reflitam também no comércio inter-regional, onde os ganhos concretos para os países do Sul ainda estão longe de seu potencial.

Pensamos que a revitalização do Sistema Geral de Preferências Comerciais é o melhor caminho para criar e aumentar esse intercâmbio.

Ainda segundo dados da UNCTAD, uma redução em 30% nas tarifas preferenciais levaria a um incremento de até US\$ 8,5 bilhões no comércio entre os Países-Membros do Sistema.

Vejam o enorme potencial de ganhos para todos, se prevalecer o espírito de solidariedade por parte dos países desenvolvidos: uma redução tarifária de 50% geraria aumento do comércio em até US\$ 18 bilhões.

Ao concluir, gostaria de deixar com os senhores algumas considerações que, na avaliação do Brasil, deverão orientar uma nova rodada de negociações comerciais do Sistema.

Em primeiro lugar, só alcançaremos nossos objetivos se tivermos a vontade política de ser ambiciosos.

Em segundo lugar, para que todos possam beneficiar-se é preciso que os ganhos sejam equitativos.

Por fim, isso não nos desobriga, no entanto, de examinar maneiras consistentes com as regras do Sistema de oferecer concessões mais favoráveis aos países de menor desenvolvimento relativo. A nova geografia econômica e comercial que queremos construir é, sobretudo, a geografia da cooperação e da solidariedade.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD, em São Paulo, em 15 de junho de 2004

Meu querido companheiro Sérgio Haddad, Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais, a ABONG; Senhora Aparna Sahay, Secretária-Geral do Centro para Economia Comunitária e Sociedade de

Consultores para o Desenvolvimento; meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; meu companheiro Luiz Dulci, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; meu caro companheiro Jaques Wagner, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; minhas senhoras, meus senhores,

Antes de dizer o que eu vim falar para vocês – se for o Sérgio Ferreira que estiver traduzindo, se prepare para o imprevisto –, eu quero falar um pouco, Sérgio, sobre algumas coisas que eu penso que vocês precisam saber, para ajudar para que as coisas aconteçam mais rápido, como disse a Senhora Aparna.

Quando se trata de política internacional, nós temos que levar em conta não apenas o desejo de um país, mas o desejo dos outros países. Quando tomamos posse, nós decidimos que deveríamos fazer uma política externa muito ousada, para que pudéssemos obter força e começar a fazer algumas mudanças neste mundo globalizado, onde normalmente predominam os interesses de quem tem mais dinheiro, mais tecnologia e mais poder.

A primeira coisa que nós fizemos, foi recuperar uma boa política com os países com os quais fazemos fronteira, na América do Sul. Era preciso conquistar a confiança da América do Sul, para que pudéssemos começar a discutir não apenas como uma voz única do Brasil, mas como um Continente, ou uma parcela do Continente, para abriremos espaços no chamado mundo desenvolvido.

Para quem não conhece, nós não fazemos fronteira apenas com dois países na América do Sul: o Equador e o Chile. E essa política de conquistar confiança não é uma tarefa fácil, porque muitos países da América do Sul sempre tiveram muitas dúvidas com relação ao Brasil e, muitas vezes, o Brasil teve muitas dúvidas a respeito de países da América do Sul.

Em política, você não faz senão estabelecer uma relação humana muito forte, para que se possa, através dessa relação humana, estabelecer uma relação política, e, através da relação política,

estabelecer outras relações que serão melhores, se houver uma boa relação política.

Nos primeiros doze meses do ano, nós visitamos todos os países da América do Sul e recebemos todos os Presidentes da América do Sul no Brasil. Alguns mais de uma vez, porque era preciso que houvesse uma interação para uma outra ação. Recuperamos o MERCOSUL, que estava desacreditado entre os seus próprios membros. Estamos trabalhando com o sonho e o desejo de, até o final do ano, termos toda a América do Sul participando do MERCOSUL. Um passo importante já foi dado: ter a Comunidade Andina, formada pelo Peru, Equador, Venezuela e Colômbia como membros do MERCOSUL. Esse passo já foi dado e é extremamente importante.

Depois que fizemos isso, resolvemos recuperar um compromisso histórico que nós tínhamos com a África; visitamos cinco países africanos e, neste próximo mês, visitaremos mais três países africanos. Nós temos dívidas históricas com os países africanos e precisamos recuperar isso, fazendo ações políticas que possam permitir que o nosso Governo conquiste, não enquanto Governo, mas enquanto país, uma boa relação que nunca deveria ter perdido com os países africanos.

Depois, nós resolvemos fazer uma boa aliança com o Oriente Médio. Só para vocês terem uma idéia, o último Chefe de Estado brasileiro a visitar o Líbano o fez em 1876. Portanto, ainda tínhamos um imperador, que visitou o Líbano muito mais numa viagem cultural do que numa viagem de negócios. Nós visitamos sete países no Oriente Médio.

Depois, nós decidimos fazer uma forte parceria com a África do Sul, com a Índia e o Brasil. E queremos estender essa parceria forte com a China e, se Deus quiser, com a Rússia. Por que estamos fazendo isso? Estamos fazendo porque acreditamos que os países ricos, que têm o direito de defender os seus interesses, antes de qualquer coisa, não irão fazer concessões, no mundo comercial, se nós apenas ficarmos pedindo ou reivindicando. Nós temos que

ter uma força política capaz de estabelecer entre nós uma outra relação. Que não é apenas a relação comercial feita entre empresário brasileiro e empresário da Índia, ou entre empresário brasileiro e empresário da Bolívia. Não é apenas essa relação, é uma relação de complementaridade entre os Estados, ou seja, o que nós produzimos, que a África do Sul não produz, e o que eles produzem, que nós não produzimos; ou o que a Índia produz, que o Brasil não produz, e o que o Brasil produz, que a Índia não produz; ou o que a China produz, que o Brasil não produz, e assim sucessivamente. Precisamos estabelecer essa relação de complementaridade, para que possamos ter uma relação comercial mais justa.

E se isso acontecer do jeito que estamos pensando que possa acontecer, certamente nós teremos mais força para fazer melhores negociações com a União Européia, com o Japão e com os Estados Unidos.

E eu quero deixar claro, aqui, para os representantes da ONG, que não fazemos isso porque queremos brigar com os Estados Unidos ou com a União Européia, que são parceiros muito importantes para o Brasil. Na nossa relação comercial, aproximadamente 26% de tudo que nós comercializamos são com os Estados Unidos. Da mesma forma que outros 26% estão com a União Européia. E nós não queremos que isso diminua, nós queremos que cresça. Mas queremos que isso cresça com bases mais justas, que haja mais flexibilidade na lógica, para que nós possamos ter maior poder de comercialização naquilo que sabemos fazer mais, sobretudo os países mais pobres.

Quando o Brasil vai na OMC e briga para que os Estados Unidos pare de subsidiar o algodão, a verdade é que quem ganha não é o Brasil, quem ganha é um paisinho africano, que exporta por ano 180 milhões de dólares de algodão e que é a sua maior força de relação comercial.

Então, o que nós queremos é que os países mais ricos entendam que, muito menos do que ajuda para esse ou para aquele país, nós queremos estabelecer uma outra relação política, cultural e comercial. E

quero confessar para vocês que isso leva tempo. Isso não acontece com facilidade. Vejam vocês: foram aprovadas as Metas do Milênio, em 2000, e se analisarmos o que aconteceu até agora, nós vamos perceber que alguns países retrocederam. Por quê? Porque é muito fácil os Chefes de Estado se reunirem e aprovarem um documento. O que é difícil é executar aquilo que foi decidido no documento, depois da reunião. Aí é que entra a importância da sociedade civil organizada. Seja ONG, seja sindicato, seja igreja, seja qualquer movimento, é preciso estar atento para fazer com que as coisas aconteçam a partir das decisões.

Há mais ou menos vinte dias, meu caro Haddad, nós fizemos uma reunião com um grupo de empresários brasileiros, coordenado pelo nosso companheiro Oded Grajew – não sei se ele está aqui. E vamos criar no Brasil uma Semana de Solidariedade, uma semana em que a sociedade civil, num debate em caráter nacional – em que o Governo participa como convidado –, comece a acompanhar o cumprimento das Metas do Milênio. Mas, mais importante do que cobrar do Governo, cada entidade vai ter que dizer o que ela está fazendo para que a gente cumpra as Metas do Milênio, o que cada sindicato está fazendo, o que cada igreja está fazendo, o que cada empresário está fazendo, para que a gente possa, num compromisso de co-responsabilidade, todos juntos, cumprir as Metas do Milênio, que é acabar com a fome absoluta que envolve, hoje, mais de 800 milhões de seres humanos. Eu diria, quem sabe, um pouco mais, se as estatísticas fossem feitas hoje.

Então, eu queria abrir dizendo isso, para que vocês entendessem que a política de convencer pessoas a fazerem determinadas coisas é muito complicada. Por exemplo, quando eu fui a Davos, muita gente dizia que se eu fosse a Davos, eu não poderia ir ao Fórum Social de Porto Alegre, dois anos atrás. Eu fiz questão de ir a Porto Alegre comunicar que eu ia a Davos. Por quê? Porque se eu não fosse a Davos, o tema da fome não seria nunca debatido lá. Fui a

Davos e coloquei a questão da fome como um tema central da humanidade, hoje.

Depois, aconteceu uma coisa muito importante, um convite que eu recebi do Presidente Chirac para ir a Evian, no encontro em que estiveram os oito países mais ricos do mundo e 12 países grandes, entre os quais Índia, Brasil e China, mais a África do Sul, México e outros. E, pela primeira vez também, numa reunião do G-8, nós tivemos condições de colocar o tema da fome como um tema principal na nossa política externa.

Não fizemos isso acreditando que, de imediato, iríamos convencer as pessoas de que a fome passaria a ser o tema prioritário da sua ação governamental. Até porque somos nós, que temos problemas de fome e de muita pobreza, que temos que levantar a cabeça porque, para convencer um europeu, um americano, ou um japonês, a dar um dólar do seu imposto para ajudar os países pobres, é preciso que a gente faça jus, com uma política de desenvolvimento bem determinada, para que isso não pareça uma ajuda humanitária.

O que nós precisamos é ter instrumentos de fiscalização desses recursos, ter organismos multilaterais que possam, junto com o país, ir determinando o tipo de desenvolvimento e a aplicação dos recursos, porque nós estamos cansados de ver, também, em países pobres, o dinheiro enviado para combater a pobreza ser desviado para a conta dos dirigentes, em bancos no exterior.

Para ganhar corações e mentes dos países ricos nós temos que, em primeiro lugar, agir com muita seriedade e com bastante responsabilidade, para que a gente possa criar um novo paradigma de relação entre todos os países do mundo.

É difícil? É! Mas eu nunca tive nada fácil na minha vida e, portanto, eu acredito que com muita conversa, com muita paciência, nós deveremos criar, quem sabe, uma relação que permita tornar as relações entre países mais humanas, mais justas e mais solidárias.

Quero começar com estas palavras para que vocês entendam que é uma tarefa incomensurável, e que os Governos passam. O mandato de um

Presidente é de apenas quatro anos. O mandato de vocês pode ser de 30 ou 40 anos, porque o movimento social continuará existindo, independentemente de quem seja Governo.

Portanto, determinadas bandeiras e determinadas coisas, mesmo não sendo Governo, vocês precisam assumir como tarefa, para fazer com que sejam popularizadas e que se enraízem nas discussões do cotidiano da chamada sociedade organizada.

Agora, voltarei ao meu roteiro normal. Eu não sei quanto tempo eu tenho, senão eu posso parar por aqui. Dizem que o Presidente pode tudo, mas como nós estamos numa reunião democrática, o Presidente pode tanto quanto os outros.

Eu não sei se vou ler, eu queria só terminar dizendo uma coisa sobre a participação efetiva de vocês. Cada um, quando voltar para o seu país, estará envolvido com o seu cotidiano. Se uma ONG cuida do índio, estará preocupada com o índio; se outra ONG cuida de crianças, estará preocupada com crianças, ou seja, cada um voltará para a sua normalidade.

Agora, tem problemas que precisam perpassar a cabeça de todos nós. A luta contra a pobreza no mundo é uma luta que precisa estar na universidade, no sindicato, nas associações, precisa estar no debate das cidades, ou seja, não pode ser uma coisa que debatemos só quando nos encontramos, uma vez por ano.

É preciso tornar isso uma coisa cotidiana. Por exemplo, aqui no Brasil, a questão da fome não é uma questão do cotidiano ou da sociedade organizada. Tem gente preocupada com outras coisas. E eu acho normal que as pessoas estejam preocupadas com outras coisas. Mas é importante lembrar que a fome, hoje, mata mais do que qualquer guerra que a humanidade já produziu. E ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata fetos, ela mata pessoas indefesas que, muitas vezes, não têm sequer o direito de reclamar.

Então, ou nós resolvemos esse problema, ou a tendência natural é que os países ricos fiquem cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres, porque os ricos detêm o conhecimento e têm

maior poder de produtividade. No dia 20 de setembro nós vamos para a ONU e eu estou mandando uma carta para cada Chefe de Estado para que a gente discuta a possibilidade de criar um Fundo de Combate à Fome. Um Fundo que pode ser criado com a taxaçoão do dinheiro dos paraísos fiscais, com a taxaçoão do comércio de armas no mundo, ou seja, alguma coisa nós vamos ter que fazer.

Eu sei que muita gente faz muita coisa. Tem muito país ajudando país, tem muitas ONGs ajudando países, tem muita coisa. Agora, é preciso dar uma dimensão de concentraçoão de recursos para que a gente possa começar a sonhar em resolver o problema, definitivamente. E eu tenho certeza de que vocês podem assumir essa tarefa, mais do que muitos de vocês já assumem. Por exemplo, se cada entidade que está aqui voltar para o seu país e pressionar o seu Governo ou o seu Parlamento a adotar uma política mais forte com relação ao combate à fome, ficará tudo mais fácil, porque eu encontro com um Presidente uma vez por ano, mas vocês podem encontrar muito mais vezes, no seu país.

Então, eu acho que é essa ação política que nós temos que ter. Imaginem se o movimento sindical, no mundo inteiro, passasse a discutir isso com os seus governantes, com os seus parlamentos; se as ONGs começassem a discutir; se as igrejas começassem a discutir; imaginem o poder que teríamos, de fazer com que, de repente, a fome deixasse de ser apenas um problema social, para ser tratada como um problema político de fundo. Quem sabe, aí, seria mais fácil solucioná-lo.

Muito obrigado.

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com representantes do Fórum da Sociedade Civil, na XI UNCTAD, em São Paulo, em 15 de junho de 2004 (parte II)

Iara: A minha pergunta, Presidente, é: o que o Brasil vai fazer para que os acordos internacionais não comprometam a capacidade dos países para

implementar políticas públicas na defesa da agricultura familiar e da soberania alimentar? Muito obrigada.

Luiz Inácio Lula da Silva: O Celso Amorim poderia chamar, um dia desses, um grupo de pessoas para explicar como é que se dá um acordo internacional. São tantas reuniões, tantas palavras e tantas vírgulas que, dificilmente, mesmo que nós fôssemos ingênuos, passaria alguma coisa que pudesse comprometer a soberania dos países de fazerem as suas políticas sociais. Sobretudo porque, muitas vezes, você precisa fazer concessões. Se você for levar em conta a briga que nós temos, a boa briga, por exemplo, no Governo, é que todo país do mundo só quer vender. Nenhum país quer comprar. Todos querem ter saldo comercial positivo, ninguém quer ter déficit comercial. Mas o Brasil precisa vender e precisa comprar. Nós temos que ajudar os países mais pobres, comprar coisas deles porque, senão, como é que eles vão produzir? Então, sempre tem a contrapartida, aquilo que nós chamamos de reciprocidade. Há países menores para os quais nós temos que facilitar as coisas, para que eles consigam vender os produtos deles para nós, às vezes até pagando um pouco mais caro. Nós temos que comprar determinados produtos que poderíamos comprar mais barato no Canadá ou em outra parte do mundo, mas compramos aqui porque precisamos ajudar. É o caso do arroz do Uruguai. Nós tivemos que comprar, porque essa é a política; nós vamos ter que comprar do Paraguai, vamos ter que comprar da Bolívia.

Eu tenho discutido muito com o Celso e com outros Ministros. Se a gente quiser ajudar a Bolívia, nós vamos ter que ajudá-la a produzir coisas que possa vender para nós mesmos, porque o mercado mundial é muito fechado. Se nós não tivermos essa política de solidariedade, nós não daremos os passos que precisamos dar.

A Iara citou a questão da agricultura familiar. Até por uma questão de fé, de compromisso, essa é uma das coisas pelas quais nós mais temos brigado, não apenas para levar em conta a necessidade de a

agricultura familiar se preparar para exportar, sobretudo, produtos orgânicos, mas, principalmente, a capacidade que estamos criando para que a agricultura familiar seja, efetivamente, competitiva.

Só para você saber, Iara, quando nós tomamos posse, descobrimos uma coisa fantástica. Os assentados – está aqui o Presidente da CONTAG, que pode me dizer – não tinham financiamento do Banco do Brasil. Sabe por quê? Porque não havia licenciamento prévio da sua propriedade. O IBAMA não tinha dado licenciamento. Então, eles não conseguiram chegar ao Banco do Brasil.

Dessa vez, em nove meses, nós conseguimos liberar o dobro do dinheiro que foi liberado no ano anterior, numa demonstração de que neste ano vai crescer mais, no ano que vem vai crescer mais e, quem sabe, a gente tenha na agricultura familiar não apenas um potencial de geração de empregos e produção de alimentos para o mercado interno, mas, hoje, com o mundo consumindo cada vez mais produtos orgânicos, quem sabe, a gente tenha uma agricultura familiar que possa colocar valor agregado nos seus produtos e ganhar muito dinheiro com isso.

É com esse sonho e com esse objetivo que nós trabalhamos e esperamos poder concretizar, numa parceria. Nós temos Estados do Brasil que, em 2002, não fizeram um contrato no Banco do Brasil, para o PRONAF. Por quê? Porque o Banco do Brasil não estava preparado para atender pequenos, pobres.

Tudo isso é um projeto cultural, não é imposição, viu, Iara? A gente, também, não consegue fazer isso apenas dando ordem, não. É preciso um trabalho de treinamento para as pessoas tratarem com o mesmo carinho um cidadão que vai pedir 20 mil e um cidadão que vai precisar apenas de 1.500 reais.

Essa é uma questão cultural, e você conhece, como ninguém, o trabalho que a gente tem para fazer a cabeça das pessoas.

Pergunta: Senhor Presidente do Brasil, no Fórum sobre o desenvolvimento sustentável, o Brasil se comprometeu, juntamente com todos os outros países, a promover ativamente a responsabilidade de

empresas. E nós queremos saber se o Brasil irá apoiar esse chamado, aqui na UNCTAD, no sentido de convencer os Estados Unidos de que eles não devem diluir o compromisso feito pela comunidade internacional, em Joanesburgo. Esclarecendo que a UNCTAD deve desenvolver políticas em regulamentos internacionais junto às empresas internacionais. E se o senhor concorda em nos apoiar no nosso chamado de não retroceder naquilo que foi decidido em Joanesburgo, no sentido de defender regras para as grandes empresas. Queremos saber o que o Senhor Presidente irá dizer na Cúpula, na semana que vem, em Nova York, se será feito um chamado ao Secretário-Geral Annan para ir além desse pacto, no qual falta compromisso, e que foi demonstrado em estudos ser uma das iniciativas voluntárias que não estão produzindo desenvolvimento sustentável. Então, se será pedido ao Secretário-Geral e, além deste compromisso, mostrando a dedicação que vimos no seu discurso, hoje, no sentido de defender os direitos dos povos e obrigar as empresas internacionais a serem mais responsáveis. Obrigado.

Luiz Inácio Lula da Silva: Sobre a questão da responsabilidade de empresas multinacionais, na verdade, o que nós queremos é que toda empresa seja responsável. Nós estaremos sempre favoráveis a que sejam estabelecidas regras claras de compromisso social para empresas multinacionais e para empresas nacionais. Eu comuniquei a vocês, ali, uma proposta; o PNUD participou da reunião em que os empresários me propuseram, através do Ethos, uma Semana de Solidariedade. Essa idéia surgiu porque no Estado brasileiro chamado Rio Grande do Sul – lá em Porto Alegre, onde já aconteceu o Fórum Social – tem um empresário chamado Israel Tovar que, há sete anos, em um sábado no mês de maio, leva todos os funcionários para trabalhar. Ele dá a matéria-prima e os trabalhadores trabalham de graça, e tudo o que produzem é dado para instituições, hospitais e creches. São os empregados que decidem que entidade vai receber a produção. Daí, surgiu a

idéia de se criar uma Semana de Solidariedade em agosto, em que a sociedade civil vai começar a fiscalizar o cumprimento das Metas do Milênio.

E aí entra a questão da cobrança da responsabilidade que deve ter desde uma pequena propriedade até o compromisso que deve ter o empresário multinacional. Eu acho que isso é uma meta a ser perseguida por todos os países e por todos nós, Governo e sociedade civil.

José Oliva: Gostaria de falar como Secretário-Geral adjunto, representando 230 centrais sindicais em 150 países, 152 milhões de trabalhadores, e aqui, no Brasil, representando a CUT, a CGT e a Força Sindical. Presidente, Ministros, a questão que eu queria colocar é muito simples: a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização lançou o seu relatório em fevereiro, que foi discutido na OIT em março e está sendo discutido nesta Conferência. Dentro das recomendações que tem esse relatório está a criação de um Fórum Mundial sobre a discussão de políticas de globalização. Sobre a pergunta que foi inicialmente pleiteada para eu fazer, pelos companheiros da [inaudível], eu disse assim: não vou fazer essa, vou acrescentar mais alguma coisa, que essa eu já sei a resposta, que o Governo brasileiro já implementou fóruns para o diálogo social. A nossa preocupação é com o diálogo social e com a implementação de política, com a participação, conforme o discurso do próprio Presidente aqui, recentemente. Mas os trabalhadores têm dificuldade – mais do que uma pergunta, é uma proposta – e nessa dificuldade o Governo brasileiro poderia ajudar, que é: como levar a discussão do diálogo social, da questão social, para os países em desenvolvimento, considerando a liderança que o Brasil exerce no G-20, e que essa liderança possa introduzir essa discussão, de tal maneira que ela não seja interpretada como uma defesa de interesses dos países desenvolvidos, em questão de cláusula social e de novas dificuldades para a exportação dos produtos.

Então, a idéia é essa, é uma proposta que eu faço e eu tenho certeza de que não somente em nome da

[inaudível], mas, às vezes, as centrais mundiais também apóiam. Nós nos colocamos à disposição, instauramos a possibilidade e queremos uma opinião sobre como o Presidente vê a possibilidade de exercer essa liderança, colocando no G-20, de uma forma aberta, franca, o diálogo social. Nós estamos dispostos a fazer essa discussão. Muito obrigado, Lula.

Luiz Inácio Lula da Silva: Nós sempre temos o cuidado de, na conversa com nossos parceiros do G-20 e outros parceiros, levar em conta a realidade de cada país, sem permitir que eles entendam que nós estamos querendo nos intrometer em coisas que são decisões soberanas deles. Muitas vezes essa questão social, tal como colocada pelos países ricos, tornaria inviáveis os países pobres ainda mais, porque nós não teríamos como, num passe de mágica, ter as mesmas obrigações e cumprimento de regras e de coisas que são conquistas de um século nos países desenvolvidos.

Os países ricos não começaram com essas condições do dia para a noite. Isso foi sendo construído ao longo de anos e anos, décadas de crescimento. Os trabalhadores foram conquistando e, hoje, chegaram a um padrão de conquista que combina com o padrão tecnológico de cada país, e mesmo os trabalhadores ganhando mais e tendo mais direitos, os produtos conseguem chegar a um preço mais baixo. Os países pobres ainda não estão nesse nível.

Então, quando um trabalhador de um país pobre aceita que as condições no seu país devem ser as mesmas, por exemplo, da Itália, ele, na verdade, quebrará o país dele, porque vai levar muitos anos para o que seu país possa chegar ao padrão de conquistas sociais a que chegou a Itália, sobretudo se se levar em conta o mundo do trabalho.

O que nós temos discutido com os países, na verdade, José Oliva, é muito mais do que isso; é despertar, em cada país, a possibilidade de uma unidade política. Eu acho que o importante é que as ONGs saibam – até porque tem uma ONG em Cancún – que depois que nós criamos o G-20 houve vários países que desistiram porque sofreram

pressões. E nós ficamos telefonando para os amigos, tentando convencê-los de que era importante estarem junto conosco. Essa é uma tarefa muito difícil, não é uma coisa simples e fácil, que basta a gente ter vontade e dizer: vai acontecer. Às vezes, o Celso Amorim tem que viajar dez vezes para um país para convencer uma autoridade de que ter determinada posição é melhor para ele, para nós, é melhor para todos.

Não sei se vocês sabem, mas, por exemplo, aqui na América do Sul, muitos países tinham o Brasil como um país imperialista. Não sei se há argentinos aqui – o Brasil e a Argentina sempre tiveram muitas divergências, não apenas no futebol. Quando o Brasil foi construir Itaipu, que é a grande hidrelétrica que nós temos no rio Paraná, os militares da época, argentinos, imaginavam que o Brasil estava construindo Itaipu para inundar a Argentina e ameaçaram construir uma bomba atômica. Isso é para vocês terem a dimensão dos problemas.

Hoje, graças a Deus, nós temos com a Argentina, eu penso, a melhor relação que já tivemos em qualquer outro momento histórico. A minha relação com o Presidente Kirchner é uma relação de amizade pessoal, de confiança e de companheirismo, porque a Argentina sabe a importância que o Brasil tem para a Argentina, e o Brasil sabe a importância que a Argentina tem para o Brasil. E os dois juntos sabem a importância que têm para o MERCOSUL e para a América do Sul. Portanto, nós temos que viver muito bem. E estamos fazendo isso, levando em conta que, de vez em quando, temos problemas. Mas acho que é assim mesmo, política é assim, e nós vamos evoluir, José Oliva.

Eu acho que o movimento sindical precisa participar ativamente – e, se Deus quiser, nós vamos criar os espaços necessários para que o movimento sindical possa participar do MERCOSUL mais ativamente, possa participar das plenárias, porque não pode só aparecer de vez em quando para entregar um documento, tem que estar participando ativamente. Aí, quem sabe, a gente convença a União Européia a deixar que os sindicatos participem na União Européia com a mesma força que nós vamos

permitir no MERCOSUL, até para brincar com os meus amigos sindicalistas europeus.

Mediador: Bom, infelizmente nós não temos mais tempo para as nossas perguntas, e eu queria dizer ao Presidente Lula que nós vamos acolher a sugestão e vamos dar continuidade ao trabalho que a sociedade civil vem desenvolvendo. A sociedade civil demonstrou, nos últimos anos, que tem força e vem desenvolvendo o seu trabalho no sentido de poder implantar os direitos humanos, sociais e culturais neste país. Grande parte do esforço da sociedade civil serviu para levar este Governo ao poder. E esse é um campo que nós vamos acolher, como recomendação, de maneira muito forte.

Em relação à primeira parte da sua recomendação, nós vamos continuar a atuar no sentido de a sociedade civil, autonomamente, se organizar, cobrar, fiscalizar, pressionar para que os Governos dos nossos países possam, de fato, cumprir as suas possibilidades. Muito obrigado, Presidente.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da mesa-redonda de alto nível sobre mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento, em São Paulo, em 15 de junho de 2004

Quero cumprimentar mais uma vez o Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Kofi Annan; quero cumprimentar o Embaixador Rubens Ricupero, Secretário-Geral da UNCTAD; quero cumprimentar o nosso mais novo visitante, Leonel Fernández, Presidente eleito da República Dominicana; quero cumprimentar a Senhora Ana Vilma Albanes de Escobar, Vice-Presidente de El Salvador; quero cumprimentar os demais membros da mesa, meus Ministros aqui presentes, Embaixadores e delegados presentes a este evento; cumprimento também o Chefe do Departamento de Temas Econômicos e Sociais das Nações Unidas, José Antonio Ocampo, pela iniciativa de organizar este painel sobre financiamento e desenvolvimento; com isso, quero saudar a presença de outras autoridades,

diplomatas, especialistas, representantes de organismos internacionais, ONGs e representantes da sociedade civil.

A mesa redonda que estamos abrindo trata de um tema que considero de grande importância e se situa no centro das minhas preocupações.

Minhas senhoras e meus senhores,

Como recordamos ontem, há 40 anos a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento defendia mudanças nas instituições internacionais para favorecer o crescimento sustentado dos países pobres.

Algumas conquistas foram alcançadas. Apesar disso, o comércio mundial não se transformou em motor de desenvolvimento para a maioria. Os fluxos financeiros e o investimento continuam concentrados nos países desenvolvidos.

A liberalização e a internacionalização de nossas economias não contribuíram para a diminuição dos desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e tecnológicos.

Muitos países latino-americanos seguiram o impulso de liberalização, até mesmo unilateral, acreditando que as políticas intervencionistas de décadas passadas foram responsáveis pelas crises dos anos 80.

Imaginavam que a mera liberalização dos mercados financeiros geraria poupança doméstica, investimentos produtivos e o aumento da eficiência e da estabilidade econômica.

No entanto, a maioria dos países emergentes tem experimentado maior instabilidade. O aumento da atividade do setor financeiro não trouxe, por si só, os benefícios esperados para o comércio e para a indústria.

Nos países em desenvolvimento, onde a liberalização ocorreu sem o apoio de políticas de Estado, houve mais volatilidade, maior incerteza e mais especulação.

Não basta aos Estados nacionais perseguirem a disciplina monetária e fiscal. Esta é uma condição indispensável, mas não suficiente. Precisamos de uma nova mobilização política voltada para o

desenvolvimento com inclusão social.

Essa nova agenda deve também incluir entre seus objetivos a promoção de um comércio mais justo e de fluxos financeiros internacionais mais estáveis.

Os critérios do FMI para os países em desenvolvimento devem ser adaptados, de modo que os investimentos em infra-estrutura não sejam contabilizados como gastos.

Eu mesmo tive a oportunidade de, alguns meses atrás, enviar mensagem para todos os Presidentes e Chefes de Estado que têm influência no FMI, para que orientassem os seus representantes no FMI a levar em conta a necessidade de diferenciação do chamado gasto com uma piscina feita na casa de uma autoridade e o gasto feito numa hidroelétrica, numa hidrovia ou numa ferrovia, e que os investimentos de infra-estrutura não fossem considerados gastos comuns na contabilidade do FMI.

Obviamente, eu acho que nós precisamos brigar um pouco para que isso possa acontecer, afinal de contas, ninguém segue a ninguém se não houver um pouco de briga e uma boa briga sempre faz bem para o fortalecimento da democracia e também das instituições de financiamento do setor produtivo no mundo.

Meus amigos e minhas amigas,

Ao estudarmos os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, devemos sempre levar em conta a necessidade de dar prioridade ao combate à fome e à pobreza.

Com esse objetivo, Índia, Brasil e África do Sul, o chamado IBAS, criaram no ano passado um Fundo para o alívio da fome e da pobreza. Esse Fundo visa a reproduzir, em países mais pobres, políticas sociais bem-sucedidas.

Mais recentemente, os Presidentes Jacques Chirac e Ricardo Lagos, o Secretário-Geral Kofi Annan e eu criamos um grupo de trabalho, quando da nossa reunião em Genebra, em janeiro último.

Esse grupo técnico, que hoje se reúne à margem da UNCTAD, está estudando diversas opções de financiamento ao desenvolvimento. Até o mês de julho, deve apresentar sugestões de mecanismos

viáveis para a obtenção de recursos adicionais para financiar o desenvolvimento dos países pobres.

Uma das propostas em exame é a taxação de determinadas transações financeiras, especialmente as oriundas de paraísos fiscais.

Outra idéia seria um imposto sobre o comércio de armas. Apesar das dificuldades de implementação, creio que a proposta se justifica por razões não apenas econômicas, mas, sobretudo, éticas.

O grupo estuda, igualmente, formas de promover investimentos socialmente responsáveis, bem como contribuições voluntárias do setor privado e de indivíduos.

É importante lembrar que no dia 23 de setembro do ano passado, na abertura da Conferência das Nações Unidas, eu, pessoalmente, fiz a doação de um prêmio que ganhei do Príncipe das Astúrias, e, ao mesmo tempo, alguns empresários brasileiros deram uma contribuição de aproximadamente 1 milhão e 600 mil dólares para que isso pudesse servir de exemplo a outros empresários e a outras instituições para colaborarem com o projeto de combate à fome.

O desafio, na verdade, é criar as condições de convencer os governantes do mundo a entenderem que a fome é o que mais mata gente no mundo hoje. Possivelmente, as guerras não consigam matar a quantidade de pessoas que a fome mata, com um agravante: a fome mata pessoas inocentes, mata crianças e, às vezes, mata o feto quando ainda está na barriga da mãe.

Portanto, é um problema político da maior gravidade, não é apenas um problema estatístico que se leva em conta nos nossos discursos sobre os problemas sociais.

Uma outra proposta sob exame é a idéia britânica de um Mecanismo de Financiamento Internacional. O chamado IFF prevê uma engenharia financeira que permitirá antecipar importantes recursos para a ajuda ao desenvolvimento.

O grupo sugerirá formas de gestão eficaz dos recursos e a necessária coordenação institucional, sob o amparo

das Nações Unidas. Para isso, nós estamos convocando uma reunião de Chefes de Estado para o dia 20 de setembro, antes da reunião de abertura da Conferência das Nações Unidas, para discutir e consolidar, possivelmente, a constituição desse Fundo.

Como já disse mais de uma vez, não pretendemos ter o monopólio das boas idéias, nem esperamos que o grupo vá esgotar o debate sobre o assunto. São temas obviamente complexos, não só do ponto de vista político, mas técnico. Exatamente por isso, entendo ser necessário promover e aprofundar essa discussão.

Precisamos, acima de tudo, mobilizar a comunidade internacional. Por isso, estou promovendo, com o apoio do Secretário-Geral da ONU, essa reunião que eu espero que seja acompanhada com carinho por todas as pessoas que estão aqui, porque eu penso que a fome passa a ser uma tarefa e uma responsabilidade daqueles que comem.

Houve um tempo, quando eu era mais jovem, em que eu costumava dizer que as pessoas precisavam passar fome para poder aprender. Hoje, eu estou convencido que quem está com fome não faz revolução. Quem está com fome, na verdade, está subordinado à submissão total, porque não tem forças para reagir ao resultado das políticas injustas criadas no mundo. Então, no fundo, somos nós que estamos aqui e os milhões que estão fora que devemos assumir a responsabilidade de fazer essa luta para que o mundo seja mais justo – mais humano e socialmente mais justo.

Além das recomendações do grupo técnico, contribuições de outros Governos e instituições serão muito bem-vindas. Gostaria que dessa reunião resultassem propostas que possam ser levadas à consideração das Nações Unidas, de modo a contribuir para a revisão, em 2005, da implementação das Metas do Milênio.

Queria lembrar também aos senhores e ao Secretário-Geral Kofi Annan que instituímos no Brasil, por iniciativa da sociedade civil, uma semana do mês de agosto como a Semana da Solidariedade – vamos chamar assim –, uma semana em que o

Governo, como membro participante, exporá o que estará fazendo para atingir as Metas do Milênio, e a sociedade civil, através das entidades representativas, tanto da sociedade civil quanto de empresários e sindicatos, irá também prestar contas do que está fazendo para que a gente atinja as Metas do Milênio. Porque, se não fizermos isso, chegaremos no final do prazo e constataremos que a situação está pior do que quando foram aprovadas as Metas do Milênio, no ano 2000. Então, é da nossa responsabilidade fazer com que nós mesmos nos fiscalizemos e que a sociedade possa ajudar, não apenas fiscalizando o Governo, mas, também, dando a sua contribuição para que as Metas do Milênio possam ser atingidas nos países mais pobres.

Minhas amigas e meus amigos,

O combate à fome e à miséria tem orientado, praticamente, minha ação política interna, nos diversos programas sociais que estamos implementando, e em todos os meus encontros internacionais.

O combate à fome vai muito além do acesso à comida. Requer acesso à saúde, ao saneamento e à educação. Exige melhores oportunidades de emprego e de renda. Há muita fome no mundo: fome de inclusão, fome de cidadania, fome de participação e fome de desenvolvimento.

Nessa luta, conto com um grande aliado – a quem quero agradecer –, que é o nosso amigo, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que continua à frente da batalha pela implementação das Metas do Milênio.

Nessa ação mundial contra a fome e a pobreza, outros líderes mundiais têm-se pronunciado. Além dos Presidentes Chirac e Lagos, nós tivemos a alegria de saber que o Presidente do Conselho de Ministros da Espanha, nosso amigo Zapatero, está muito e vivamente interessado em participar nessa política de combate à fome.

Outros tantos me têm feito chegar sua solidariedade. Espero, junto com eles, poder formar uma verdadeira coalizão para colocar a questão da fome no top da agenda política internacional.

Queremos passar da retórica à ação. Por isso vamos definir objetivos concretos e viáveis.

Os recursos adicionais que as Nações Unidas e o Banco Mundial estimam necessários para atingir as Metas do Milênio até 2005 são, relativamente, modestos. Aliás, muito modestos, são apenas 50 bilhões de dólares por ano.

Isso, sinceramente, é muito pouco! Eu diria quase nada, diante da quantidade de trilhões de dólares que circulam pelo mundo afora ou da quantidade de bilhões de dólares que se gasta em guerras desnecessárias ou no comércio de armamento.

Equivalem a menos de dois meses dos gastos dos países desenvolvidos com subsídios agrícolas ou a menos de três semanas dos gastos militares em todo o mundo, que hoje voltam a alcançar os absurdos níveis da Guerra Fria.

Há, portanto, um enorme potencial de recursos que podemos, e devemos, mobilizar para o combate à fome e à pobreza. Nessa empreitada precisamos estabelecer uma parceria entre Governos, organismos internacionais, a sociedade civil e, eu diria, o setor da iniciativa privada.

Também levarei essa mensagem para Nova York, onde participarei, na próxima semana, do *Global Compact*. É outra importante iniciativa do Secretário-Geral Kofi Annan, que congrega um grupo de empresas socialmente responsáveis. Acredito que poderia ser expandido e direcionado para o objetivo maior do combate à fome e à pobreza.

Minhas senhoras e meus senhores,

É preciso lembrar que a fome não apenas mata. Ela tira a capacidade de aprender, de trabalhar e, mais grave, tira a esperança de milhões e milhões de seres humanos. Com fome, não há cidadania. E sem cidadania não se constrói uma sociedade justa e democrática.

Esta é minha a mensagem que, espero, possam levar a seus Governos e instituições.

Juntos podemos construir uma autêntica aliança global em favor dos muitos pobres, que esperam de nós não apenas humanidade e compaixão mas, sobretudo, responsabilidade política e ação.

Eu quero dizer aos meus amigos e amigas, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, e pedir desculpas ao intérprete que está sem o texto agora, que nós estamos fazendo uma experiência que eu considero ainda não completa, que é o projeto de combate à fome no Brasil.

Nós assumimos o compromisso de, em quatro anos, atendermos 11 milhões de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. Isso atinge por volta de 44 milhões de pessoas.

Nesses 17 meses de Governo nós já estamos atendendo a quatro milhões e meio de famílias. Chegaremos em dezembro a seis milhões e meio de famílias, mais da metade do que nos propusemos a fazer. E, certamente, até um pouco antes do prazo estipulado por mim, que era o último dia do meu mandato, nós chegaremos a atender as 11 milhões de famílias que nos propusemos.

Certamente, cada país tem que levar em conta a sua realidade, a sua situação econômica. Eu só queria lembrar que é preciso definir como prioridade, senão não fazemos. Se não for definida como prioridade de Governo a política de combate à fome, e se na elaboração dos nossos orçamentos nós não deixarmos dinheiro para o combate à fome, o que vai acontecer é que todos os setores organizados na sociedade terão acesso ao orçamento antes dos que estão com fome.

Então, eu penso que os governantes precisam começar a discutir: primeiro, qual a fatia de dinheiro que vai sobrar ou que vão escolher, ou que vão decidir para combater a fome. E, depois, vamos saber o que fazer com o restante do dinheiro que sobrou. Não é uma tarefa fácil. É uma tarefa muito complicada, porque todos nós temos compromissos, todos nós temos que gastar em dezenas de áreas e atividades. Mas eu queria alertar que um dos sonhos que eu acho que todos nós precisaríamos ter seria o de acordarmos um dia – eu tenho apenas 58 anos de idade – e sabermos que no mundo não tem mais nenhuma pessoa morrendo por desnutrição, que nenhuma pessoa está morrendo de fome. Isso é plenamente possível, porque o mundo produz

alimentos suficientes, o mundo tem dinheiro suficiente. Eu penso que a decisão que nós temos que tomar é a decisão de melhor repartir o pão que nós mesmos produzimos.

É preciso sensibilizar corações e mentes dos governantes, da sociedade civil, dos empresários e fazer com que todos assumam isso como tarefa. Se nós fizermos isso, certamente estaremos dando um passo extraordinário para sonhar com a humanidade vivendo de forma mais justa, democrática e mais saudável. Eu tenho certeza de que nós poderemos alcançar isso. E não depende de outra coisa, senão da nossa vontade.

Se nós conseguimos fazer um organismo como a UNCTAD, que se reúne para fazer com que o comércio mundial seja mais justo, para fazer com que a circulação dos recursos disponíveis no mundo seja distribuída de forma mais justa, porque não poderemos também colocar a fome como um dos temas a serem debatidos quando voltarmos para os nossos países? Eu acho que está ao nosso alcance. Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de, num fórum como este, poder colocar esse assunto na pauta. Olhamos na cara de todo mundo aqui e percebemos que todo mundo já tomou café de manhã, alguns não jantaram ontem à noite, porque chegaram muito tarde e tiveram muitas reuniões e, certamente, todos nós vamos almoçar hoje, todos nós vamos jantar hoje. Mas é importante a gente lembrar que tem milhões que não tomaram café, que não vão almoçar, não vão jantar e que nós poderemos dar um pouco do nosso para eles.

Obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de lançamento da III Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), em São Paulo, em 16 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia da Argentina, meu querido amigo, companheiro em

vários desafios, Roberto Lavagna; tenho a satisfação de participar de um encontro presidido por você, não apenas porque você é o Ministro de um país amigo, com o qual temos tantas afinidades, com o qual temos uma aliança verdadeiramente estratégica, mas também porque integridade e determinação são marcas de sua personalidade, e você merece todo o nosso apreço.

Embaixador Rubens Ricupero, nosso amigo e compatriota, motivo de orgulho para todos os brasileiros, não apenas porque você é sempre pertinente, mas também, como disse o Presidente Lula, você levou uma chama de humanismo para o seu trabalho na UNCTAD. Estou certo de que seu apoio foi decisivo para alcançarmos o momento que vivemos esta noite.

Senhor Presidente do Comitê de Participantes, meu amigo Embaixador Chiaradia; Ministros e representantes de Países-Membros do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), do Grupo dos 77 e da República Popular da China; e Senhor Martin Khor, que representa as ONGs,

Estava dizendo que, quando falávamos sobre o “South Center” em Genebra, havia a idéia da criação de um grupo decisório, mas eu disse que já havia um grupo decisório porque o Martin Khor era o núcleo de tal grupo.

Senhores e senhoras,

No dia 23 de maio de 1986, vários Países-Membros do G-77 e da UNCTAD reuniram-se, em Brasília, para lançar a primeira rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais. Lembro-me de alguns compatriotas que estavam envolvidos naquela iniciativa. Embaixador Batista, que não mais se encontra entre nós, e o Embaixador Huguene, que está aqui hoje. Passaram-se 20 anos e, uma vez mais, o Brasil tem a honra de sediar um evento dessa importância para os países em desenvolvimento e para o SGPC.

O SGPC foi concebido em um momento de afirmação do princípio da “autoconfiança coletiva” entre os países em desenvolvimento. Reconheceu-

se que a cooperação econômica Sul-Sul deveria ter uma vertente comercial. Uma vertente que seria um instrumento para a ampliação das correntes de comércio entre países em desenvolvimento, contribuindo para o aumento da produção e do emprego em nossos países. Aqueles objetivos foram definidos e permanecem válidos até hoje.

As rodadas iniciais de negociação não produziram os resultados desejados, talvez porque fôssemos muito tímidos, talvez em razão dos anos de liberalização comercial bilateral em todo o mundo. Hoje, iniciamos uma terceira rodada de negociações que certamente produzirá os resultados que todos desejamos e que poderá converter-se em alavanca do comércio Sul-Sul.

O momento é propício, pois nossas economias têm hoje maior peso na economia mundial e nosso comércio recíproco vem apresentando altas taxas de crescimento. Além disso, somos hoje economias mais abertas, em que o comércio é elemento cada vez mais importante na estratégia de desenvolvimento de nossos países. Muito contribuem para o aumento do comércio Sul-Sul os acordos de integração regional. Há o MERCOSUL, por exemplo, que tem motivado e encorajado muitos outros países. Estávamos envolvidos nessas negociações e me lembro que, quando começamos a negociar o MERCOSUL, todo o comércio do MERCOSUL com o Brasil representava cerca de 4 ou 5 por cento de nosso comércio internacional e, em menos de 5 anos, chegamos a 50 por cento. Assim se pode ver o enorme potencial dos acordos de livre-comércio. Não somente porque podemos diminuir tarifas ou barreiras – mas também porque é uma verdadeira mensagem política que estamos enviando aos nossos operadores econômicos, de que nossos Governos sabem como organizar suas prioridades.

Mais recentemente, países em desenvolvimento têm aproveitado o potencial dos acordos de livre-comércio. O Brasil e o MERCOSUL, por exemplo, estão engajados em vários acordos de livre-comércio com países do mundo em desenvolvimento em todos

os continentes. Mas há espaço para que o comércio inter-regional entre países em desenvolvimento, em bases potencialmente mais universais, também seja dinamizado. O SGPC é o instrumento para isso.

Temos hoje condições objetivas – e até condições subjetivas – muito melhores para transformar em realidade as aspirações que deram nascimento ao SGPC. Acredito que as intervenções que escutamos nesta Conferência revelam essa melhora de condições. Por isso, decidimos, por consenso, no Comitê de Participantes, apoiar o lançamento desta nova rodada de negociações.

Gostaria de expressar toda a gratidão de meu país ao Presidente do Comitê de Participantes, que tem trabalhado, de forma perfeita e incansável, para lançar esta nova rodada de negociações do SGPC, rodada que certamente será mais ambiciosa do que as anteriores. Devemos ter em mente o compromisso que ora assumimos de alcançar resultados consistentes para contribuir para o crescimento do comércio Sul-Sul.

Ao mesmo tempo, o Brasil convida, e eu diria convida urgentemente, todos os países a examinarem a possibilidade de garantir concessões ainda maiores para as listas de nossos países dentro da estrutura do SGPC e no contexto da Declaração que aprovamos. Estamos convencidos de que o fortalecimento do SGPC consolidará o sistema multilateral de comércio e a integração de nossos países. Esta integração poderia ser o início para participação maior e mais dinâmica de nossas economias na economia mundial.

A rodada de negociações do SGPC é plenamente compatível com os esforços de negociação multilateral em que estamos envolvidos. Aproveito a oportunidade para reiterar o convite aos demais Países-Membros do G-77 e China a ingressarem no SGPC, de forma a que todos os países possam ingressar no SGPC e participar desta Terceira Rodada de negociações. Reforço o convite especialmente aos países de menor desenvolvimento relativo. Dos 49 países assim considerados pelas

Nações Unidas, somente sete fazem parte do SGPC. É crucial para estes países entenderem que não têm nada a temer e que, atualmente, nos países em desenvolvimento, há total consciência das assimetrias e da necessidade de levar em consideração todos os acordos entre os países, mesmo aqueles que são vulneráveis, os países de menor desenvolvimento relativo. O envolvimento destes países trará ainda mais legitimidade para este movimento do SGPC e lhes permitirá acesso a nossos mercados. Está claro que, para eles, podemos tomar decisões no SGPC que não poderíamos nas rodadas multilaterais, onde as preferências também são garantidas a países desenvolvidos.

Gostaria, uma vez mais, de agradecer ao Embaixador Ricupero e a todos os funcionários da UNCTAD, cujo apoio entusiasmado nunca faltou nesta empreitada. Como ressaltou o Presidente Lula em seu discurso de abertura da XI UNCTAD, referindo-se ao lançamento de uma nova rodada do SGPC – e eu o cito –, “através de passos concretos como esse, vamos continuar reforçando a construção de uma nova geografia comercial do mundo”. Acredito que o que estamos fazendo aqui nesta noite simboliza exatamente aquele novo momento e a construção da nova geografia.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Cerimônia de Encerramento da XI UNCTAD, em São Paulo, em 18 de junho de 2004

Senhoras e senhores; Senhor Secretário-Geral da UNCTAD,

Como disse o Embaixador Ricupero, deveria, pela tradição, caber ao Presidente da Conferência umas palavras finais. E eu havia preparado, efetivamente, algumas palavras finais. Mas eu creio que essa reunião já chegou ao seu clímax. E como alguém que já passou pelas artes criativas, como meu amigo Gilberto Gil, de quem talvez eu tenha tirado a maior lição de política externa de seu verso, aplicado à sua vida

peçoal, mas que nós aplicamos também ao Brasil e cada um de nós tem que aplicar ao seu país, em que ele dizia, da Bahia, que é seu estado natal, que ela lhe havia dado “verso e compasso, mas o meu caminho pela vida eu mesmo traço”. Então, com essas palavras, de orgulho nacional e de orgulho que deve existir em cada um de nós, e de grande reconhecimento pelo Embaixador Ricupero, pelo trabalho que ele fez, e me associando a todos os agradecimentos que ele já pronunciou aqui a alguns de meus colegas muito queridos, também aos delegados estrangeiros, ao secretariado, aos operários que construíram isso aqui. Um pouco assim como o Ronaldinho faz dois gols em cinco minutos, quando ninguém espera mais que a partida de futebol possa ter outro resultado, com essas palavras, eu declaro encerrada esta décima primeira UNCTAD.

Discurso do Secretário-Geral da UNCTAD, Embaixador Rubens Ricupero, por ocasião da Cerimônia de Encerramento da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo, em 18 de junho de 2004

Senhoras e senhores,

Gostaria de dizer algumas palavras na minha língua, em português. Primeiro, queria agradecer ao Governo brasileiro por ter aceito ser nosso anfitrião nesta XI Conferência e pelos esforços que fez para proporcionar todos os meios necessários para que atingisse seus fins. Sei que muitos já expressaram os seus agradecimentos, antes de mim, mas, como responsável pela Secretaria da UNCTAD, creio que tenho o dever principal de renovar esses agradecimentos.

Primeiro, ao Governo anterior, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e seu Chanceler, Celso Lafer, por terem feito a oferta de acolher a XI UNCTAD. E, em segundo lugar, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Chanceler Celso Amorim, meu querido amigo de muitos anos e colega de muito trabalho conjunto, por ter não só aceito levar a termo essa tarefa, mas por tê-lo feito com tanto brilho e

com o engajamento que nós todos aqui pudemos apreciar.

Também não posso deixar de mencionar o trabalho admirável de um dos mais brilhantes diplomatas brasileiros, o Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, representante do Brasil em Genebra, sem cuja colaboração não teria sido possível preparar tudo isso que estamos hoje vendo. E queria dizer também uma palavra especial ao Subsecretário de Assuntos Econômicos, Embaixador Clodoaldo Hugueneu, meu amigo de muitos anos. Na verdade, ele foi meu mentor em matéria de comércio. Quando fui indicado Embaixador do Brasil em Genebra pela primeira vez, trabalhei sob a orientação dele. Eu nada conhecia de comércio. Hoje, as pessoas acreditam que sou um especialista em comércio, mas eu havia feito toda a minha vida no trato dos temas políticos com os países americanos – os países da América Latina, Estados Unidos e Canadá – e praticamente nada sabia de comércio. Foi graças ao Clodoaldo que aprendi o pouco que sei.

Também não posso esquecer aqui os milhares de brasileiros que tornaram possível a realização da Conferência. A Prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, que inclusive participou com um testemunho admirável na discussão sobre comércio e gênero, dizendo o que vem fazendo para a promoção das mulheres. Tanto assim que a moderadora do debate, a ex-Ministra da Holanda, Eveline Herfkens, resumiu tudo dizendo: “Nós aqui falamos. A senhora é que está fazendo, está realmente aplicando isso na prática”.

Também quero associar neste agradecimento o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, meu amigo pessoal, que fez com que todos os recursos do Estado de São Paulo, em matéria de segurança, de saúde, de infra-estrutura, fossem postos à nossa disposição; e o Vice-Prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, que é um exemplo para nós todos, um grande batalhador dos direitos humanos, desde a época em que era um risco neste país erguer a voz na defesa desses direitos conspurcados. E não posso deixar

também de mencionar todos os que trabalharam, incansavelmente: o pessoal da segurança; a Polícia Federal; a Polícia Militar e Civil do Estado de São Paulo; a 2ª Divisão do Exército sediada em São Paulo; todos os operários que ajudaram a erguer este centro. Ainda há poucas semanas aqui estive e devo confessar que fiquei com receio de que não terminaríamos a tempo, mas esses trabalhadores anônimos fizeram milagres. E, da mesma forma, todos os que ajudaram na preparação deste evento.

De uma maneira muito especial, talvez simbolizando os meus jovens colegas, os voluntários, os estudantes, os que vieram acompanhar os nossos debates, queria prestar uma homenagem muito especial à minha querida Ministra Leonilda Alves Corrêa, a quem se deve todo este esforço. Vejo aqui também um amigo muito querido, que é o nosso Ministro da Cultura, Gilberto Gil, meu companheiro de muitos anos. Gilberto Gil e eu partilhamos um vício secreto que o nosso Presidente da Academia Brasileira de Letras, Alberto Costa e Silva, num livro muito bonito, chama “O Vício da África”. O título do livro é “O Vício da África e Outros Vícios”. Nós só temos o da África, espero. Como disse, são muitos aos quais desejaria agradecer.

Agora, passarei a falar em inglês, porque quero dizer alguma coisa a todos os que nos visitam, na língua mais utilizada nas Nações Unidas.

(versão em português)

Senhor Presidente, senhoras e senhores,

O Chanceler Celso Amorim presidiu esta XI Conferência com as qualidades que o tornaram não só um dos mais brilhantes diplomatas, mas um dos melhores Ministros das Relações Exteriores que jamais tivemos. Ambos fomos colegas no Gabinete do Presidente Itamar Franco, quando, pela primeira vez, fui responsável pelo Ministério da Economia. Posso hoje ver como o Celso floresceu e cresceu ainda mais, não apenas com a sua inteligência extraordinária, a sua cultura, o seu sentido de humanidade, mas com a sua capacidade de ver e de

aproveitar as oportunidades. Essa será talvez uma das principais características na política exterior que ele está ajudando o Presidente Lula a implementar. Acredito que ele aproveitou esta oportunidade, mais especificamente a construção desta XI Conferência, como um momento extraordinário para todos, sem exclusão, sem distinções, sem separação entre Norte e Sul, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Gostaríamos muito que isso fosse lembrado como um momento de consenso. É claro que não vamos ignorar as diferenças de opinião, porque elas sempre existirão. Elas existem em qualquer família. Como é que elas poderiam desaparecer quando temos tanta diversidade de pessoas, países, economias em níveis diferenciados de desenvolvimento? Isso tudo é natural, é legítimo. Isso não é para ser visto como uma falha. Isso faz parte do processo dialético. Ninguém tem o monopólio da verdade e devemos ter a humildade de ouvir, mesmo quando há discordância com os nossos pontos de vista.

Neste assunto complexo do desenvolvimento humano, a abordagem da diversidade é que vai trazer para a superfície o que há de melhor em nós. Esse foi o espírito que tentei trazer para esta reunião. Tentei fazer dela uma experiência agradável. Não algo que seja triste, monótono, como as conferências que existiam no passado, onde não havia debate, onde as pessoas falavam para salas vazias. Tentamos diversificar e trazer uma variedade de assuntos, tentando até inovar. Acho que é a primeira vez, na história destas reuniões, em que temos um debate pleno sobre três assuntos que, pelo menos para mim, são muito próximos ao coração: comércio e a redução da pobreza; comércio e gênero; e o papel da indústria criativa na promoção do desenvolvimento. Este é um cenário onde os povos têm muito a contribuir em termos de riqueza da sua cultura.

Houve muitos outros eventos entre a Semana de Negócios do Rio e a XI UNCTAD de São Paulo. Listamos mais de 50. Espero que deixemos São Paulo com mais informação do que tínhamos quando

chegamos; que tenhamos entendimento do que foi apresentado e que realmente reconheçamos que há mérito em ter um Fórum Global sobre o Desenvolvimento. Uma vez, chamei as Nações Unidas de “Parlamento do Mundo”. É isso que faz com que a ONU seja única. A UNCTAD se orgulha muito de ser parte das Nações Unidas. Como todos sabem, somos um organismo das Nações Unidas. Na história do desenvolvimento humano, a Organização das Nações Unidas, com todos os seus problemas, é aonde mais próximo chegamos na construção de uma organização internacional que realmente seja democrática e universal.

Foi isso que vimos acontecer aqui mesmo nesta sessão – em que há transparência e organização aberta, onde nada é decidido sem a participação do público e todos podem nos acompanhar. Nesse sentido, estamos seguindo a idéia do Presidente Wilson, da diplomacia aberta, sem segredos. Portanto, realmente acredito que contribuímos ao tentar modernizar os procedimentos e iniciar novas formas de fazer com que o debate geral atinja a sociedade. Vocês sabem que inauguramos nas Nações Unidas, e espero que isso seja seguido em Nova York, o sistema em que os participantes do debate falam diretamente via internet. Acho que é a primeira vez que o debate geral é seguido ao vivo, pela internet. Isso seria o ideal – não só falar para um grupo de pessoas, mas para o mundo, para todas as pessoas que tenham interesse nesses assuntos.

Ao fazer estes comentários, também não poderia esquecer das contribuições de todos os negociadores devotados que nos trouxeram a este ponto. Seria supérfluo tentar agregar algo de novo a tudo o que já foi dito sobre o nosso Embaixador. Não acredito que tivéssemos tido sucesso. Em parte, foi graças a seus esforços que aqui chegamos com apenas poucos pontos que exigiriam acordo e ele conseguiu completar esse trabalho. Também queria ressaltar o desempenho do Embaixador Redford Smith. Acho que ele se destacou por seus esforços incansáveis, não só em Genebra como aqui. E diria o mesmo em

relação ao meu amigo Embaixador da Irlanda, bem como a todos os negociadores dos Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália; enfim, todos trouxeram o seu espírito de cooperação a este ponto.

Não quero abusar do tempo dos senhores e estou chegando às minhas observações finais. Não tentarei extrair nenhuma interpretação do significado deste consenso nem tentarei entrar em coisas que são mais substantivas. Simplesmente gostaria de dizer que esta é a minha última Conferência como Secretário-Geral da UNCTAD. Não pretendo ter uma despedida formal. Depois da Conferência, vou a Nova York participar de debate de alto nível dos países menos desenvolvidos e espero ir ao Vietnã e ao Benin, e a alguns outros lugares, para poder continuar o nosso trabalho.

O que quero dizer é que uma das alegrias que tive nesta sessão foi ver o sentido de engajamento renovado de toda a comunidade internacional com esta Organização. Cheguei à UNCTAD relativamente tarde na vida. Acho que sou o Secretário-Geral da UNCTAD que teve mais tempo de exercício no GATT. Acho que isso foi muito útil, porque ainda tenho essa admiração e afeição por aquele pessoal que me ajudava no GATT, quando eu era Presidente do Conselho das Partes Contratantes. Ainda tenho admiração pela Secretaria da OMC, tentando trazer um espírito de cooperação plena entre essas duas organizações indispensáveis. Às vezes, podemos diferir nas nossas perspectivas, mas temos que andar juntos. Não há outra possibilidade. Temos que cooperar plenamente para conseguir um sistema de comércio internacional que cresça para se tornar cada vez melhor e supere os problemas que ainda temos que enfrentar. É por isso que devemos engajar-nos com sinceridade, com determinação para trabalhar nessa direção.

Ao mesmo tempo, como havia dito no começo, temos que ter em mente que, para integrar os países em desenvolvimento no sistema mundial de comércio, plenamente e com qualidade, precisamos não apenas de negociações comerciais de sucesso, mas aquilo que tem sido chamado de “enfrentar os problemas

do lado escuro da lua”, as limitações da área do lado da oferta. São problemas complexos. Uma das razões principais por que tantos países em desenvolvimento temem as negociações comerciais é porque sabem que não são competitivos, sabem que têm poucos produtos, sabem que são dependentes de duas ou três *commodities*, e, às vezes, uma só. Como poderemos esperar que esses países participem entusiasticamente de negociações onde há muito pouco para eles? Temos que usar a UNCTAD plenamente, ajudando esses países em desenvolvimento na área da oferta, como também nas negociações de comércio. Esse tem sido o meu tema constante.

Limitarei as minhas observações finais a uma mensagem muito especial. Temos que tentar tratar desses problemas e, ao mesmo tempo, dar cada vez mais atenção aos problemas de pobreza, gênero e cultura, entre outros. E é claro que não é preciso repetir que nos orgulhamos de ser a Organização dos países menos desenvolvidos. Sempre fomos o ponto focal para os menos desenvolvidos e continuamos a ser a Organização que faz pesquisas e análises sobre os problemas dos países menos desenvolvidos. Quem conhece os nossos relatórios sabe quão útil é sublinhar as dificuldades mais específicas que esses países têm que enfrentar. É isso que pretendo fazer em Nova York, dando apoio aos pontos levantados pelo Embaixador do Benin e pelos países menos desenvolvidos aqui presentes. Os PMDRs são a nossa responsabilidade primária e central, não só na UNCTAD, mas em todas as comunidades internacionais. Como já disse repetidamente, se é verdade que, no fim, cada sociedade será julgada segundo a forma como trata os seus membros mais vulneráveis, aplica-se isso também à sociedade internacional.

Isso me leva ao tema da indivisibilidade da solidariedade. Costumamos dizer que a paz é indivisível. Não é possível estarmos em paz, se estamos em guerra com um, dois ou três dos nossos vizinhos. O poeta português Camões escreveu uma

poesia linda em que dizia: “Eu vou em paz com a minha guerra”. Todos temos a nossa guerra interior, as nossas angústias, as nossas divisões, as nossas dores, mas temos que estar em paz com os outros, porque a paz é indivisível. A solidariedade é igualmente indivisível. Da mesma forma que temos o dever de sermos solidários e de lutar contra a nova ameaça de armas de destruição em massa, ou o perigo de genocídio, ou terrorismo, temos que ser solidários com os PMDRs, os pobres, com os menos desenvolvidos, nas suas lutas para superar a pobreza, para superar as doenças, o analfabetismo, a AIDS, os perigos oriundos das mudanças climáticas e vários outros problemas. Acho que, na reforma das Nações Unidas, precisamos de uma agenda que apresente a paz, a segurança e o desenvolvimento pleno do ser humano como partes indivisíveis de um todo.

Para concluir, devo dizer que para mim foi especialmente significativo, diria até tocante, ter esta XI Conferência na minha cidade de São Paulo. Se os senhores me permitirem uma pequena digressão pessoal, nasci não muito longe daqui, num bairro que neste país simboliza a imigração italiana. Nasci no Bairro do Brás, que era ocupado pelos italianos. Era como se fosse *Little Italy*, em Nova York, onde, aliás, tenho parentes. Tenho primos na *Little Italy*. Mas nasci e cresci num bairro proletário, etnicamente caracterizado pela contribuição recente de outras culturas. Há 45 anos, saí de lá. Então, talvez seja adequado lembrar os versos de T.S. Elliot: “Meu começo é o meu fim; e o meu fim é o meu começo”. Estou voltando à minha cidade, após uma ausência de muitos anos. E, em voltando, se pensar no que direi para fechar esta reunião, diria que, quando me preparo para me aposentar, me lembro de dez anos atrás, durante a minha estada aqui em 1994, quando a nova moeda brasileira foi introduzida. Depois, tive que passar por um episódio muito doloroso para mim e a minha família, mas do qual não guardo amargor. Quando venho ao meu país hoje, vejo que os assuntos de que participei foram um sucesso.

O Brasil era uma sociedade destruída pelos

perigos mortais da hiperinflação crônica. Hoje, o Brasil está profundamente engajado com a estabilidade. Não a estabilidade como um fim em si, mas algo que, acima de tudo, protege os membros mais fracos da sociedade. Ao contrário do que se possa acreditar, a luta contra a inflação, a busca pela estabilidade como base para um progresso sustentado, não é uma bandeira de uma linha de pensamento conservador, mas é a base para uma política progressista. É isso que vejo hoje com alegria, sendo partilhado hoje pelo atual Governo que, naquele momento, até tinha uma opinião diferente. Ver esse tipo de evolução acontecer é algo que me encoraja.

Enquanto me preparo para me aposentar, e me retirar dessa experiência de nove anos na UNCTAD, quero lhes contar que a Organização representou um dos pontos mais altos da minha vida. Na UNCTAD, encontrei um grupo extremamente devotado de pessoas, altamente qualificado, com uma capacidade tremenda de trabalhar além de todos os seus limites, dando o melhor de si. São pessoas que acreditam na causa do desenvolvimento, e devo dizer com alegria que muitos daqueles que estão mais engajados com a causa do desenvolvimento não são de países em desenvolvimento. Há muitos que são da Alemanha, do Reino Unido ou dos Estados Unidos, enfim, de muitos outros países, mostrando exatamente o que nós estamos tentando construir aqui: um mundo sem divisões, sem muros, sem separações. As pessoas às vezes dizem que a UNCTAD tem pouco poder. Comparando com o FMI, com o Banco Mundial, com a OMC, isso é verdade. Não temos o poder de tomada de decisões sobre os empréstimos a serem dados aos países, por exemplo, mas temos o poder das idéias, o poder do engajamento. É um poder

que vem da fé. A UNCTAD tem orgulho de estar à frente do tempo, tentando inovar, às vezes cometendo erros, mas tentando trazer soluções práticas para os problemas que os países têm que enfrentar. Somos modestos. Na verdade, somos humildes. Sabemos que somos pobres e isso talvez nos aproxime dos pobres. Sempre gostei de um dos salmos que diz: “Com sonhos de grandeza, a minha alma está em grande paz dentro de mim mesmo, como a criança amamentada que adormece no colo de sua mãe”. Acredito na sabedoria desses versículos e comparo às minhas duas metas, às quais poderei dedicar mais tempo agora.

Para chegar ao fim dessa minha longa apresentação, quero deixar com os senhores uma poesia, que acho que é a melhor mensagem que posso transmitir sobre o que, a meu ver, é o problema da raça humana: a iniquidade do Estado, a iniquidade que começa com o nascimento e a necessidade de tentar superá-la. Não encontro melhor expressão disso do que uma poesia de William Blake. Um dos seus últimos versos diz: “Toda noite e toda manhã alguém nasce para a miséria. Toda noite e toda manhã alguém nasce para o encantamento. Alguns nascem para o prazer, outros para a noite”. Não sei se alguém expressou melhor essa sensação de injustiça que sentimos. Mas Blake disse também o que deveríamos ter em mente para não entrar em desespero: “Se o sol e a lua desaparecessem, o dia imediatamente desapareceria. Se você está apaixonado, você pode estar condenado a ver o mundo como uma flor desabrochando, mantendo o infinito na palma da sua mão e a eternidade em uma hora”.

Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Tailândia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da Tailândia, Thaksin Shinawatra, em Brasília, em 16 de junho de 2004

Excelentíssimo Senhor Thaksin Shinawatra, Primeiro-Ministro do Reino da Tailândia; meu querido companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República; Senhores Ministros do meu Governo; Ministros do Governo da Tailândia; Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro; Deputados, Senadores,

Tenho grande satisfação em novamente dar as boas-vindas ao Primeiro-Ministro Thaksin. Em São Paulo, o Brasil teve a honra de receber da Tailândia a Presidência da UNCTAD. Agora, tenho o prazer de receber o Primeiro-Ministro em visita oficial ao Brasil.

A atuação de nossos países no âmbito da UNCTAD aponta para uma sintonia profunda de propósitos: o anseio comum por desenvolvimento, liberdade, democracia e justiça social.

Foram esses os valores e aspirações que balizaram a Presidência tailandesa da UNCTAD.

Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, porque, sob sua liderança, essa organização soube renovar-se. Cada vez mais, é um foro privilegiado na discussão dos grandes temas do comércio e do desenvolvimento, onde podemos trabalhar juntos para erradicar a fome e a pobreza no mundo.

O Brasil e a Tailândia podem ser países distantes um do outro, mas estão próximos em suas aspirações, em seus propósitos.

A visita do Primeiro-Ministro Thaksin, a primeira

de um mandatário tailandês ao Brasil, reafirma essa comunhão de valores e objetivos. A Comissão Mista Brasil-Tailândia, que acabamos de criar, sinaliza nossa determinação em tornar essa afinidade a base de um relacionamento fértil e duradouro.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao abrir a XI UNCTAD, há poucos dias, eu apontei para o surgimento de uma nova geografia econômica. Uma geografia que reflete a forma dinâmica como as nações em desenvolvimento têm respondido às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimento.

Como resultado, pela primeira vez as trocas entre países em desenvolvimento já representam quase a metade de seu comércio total.

Brasil e Tailândia são um exemplo das possibilidades que esse fenômeno abre para as economias emergentes. Nosso comércio bilateral aumentou mais de 50% em 2003, alcançando US\$ 855 milhões.

Ainda estamos, no entanto, longe de explorar nossas complementaridades.

Nossos Governos já vêm fazendo sua parte. Assinamos memorando de entendimento de financiamento comercial e um acordo fitossanitário.

Em consequência, estimula-se a exportação de carne e outros produtos agropecuários para a Tailândia e de produtos similares tailandeses para o Brasil.

Quero desafiar os empresários brasileiros e tailandeses a incrementar ainda mais seus negócios, aproveitando os bons resultados da política macroeconômica adotada por nossos países.

A economia tailandesa tem demonstrado extraordinária recuperação desde a crise asiática, enquanto o Brasil definitivamente retornou, a partir deste ano, ao caminho do crescimento sustentável.

Parte da resposta a esse desafio está no intercâmbio tecnológico em setores estratégicos, como produção de etanol, energia nuclear, tráfego aéreo e comunicações.

A recente venda de dois aviões da EMBRAER para a Tailândia é prova de que, também entre países emergentes, a tecnologia de ponta pode alavancar o comércio e a cooperação.

A nova “geografia econômica” vem ganhando ainda maior impulso por conta dos acordos de livre-comércio negociados em nossas respectivas regiões.

O Diálogo de Cooperação da Ásia, mencionado por Vossa Excelência em sua intervenção na XI UNCTAD, é exemplo do caminho à frente. Na América do Sul, estamos revigorando o MERCOSUL e dialogando com a Comunidade Andina de Nações.

Reitero, aqui, minha convicção de que podemos acelerar ainda mais esse processo se trabalharmos para criar zonas de livre-comércio abarcando todos os países emergentes. Foi esse o sentido de minha proposta, na UNCTAD, de que reativemos as negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais.

Criaremos, assim, uma “geografia econômica” mais democrática, cooperativa e humana, que permita aos países em desenvolvimento explorarem plenamente seu potencial de crescimento, sem rédeas ou entraves desnecessários.

Senhoras e senhores,

O Brasil e a Tailândia também têm em comum a luta contra os males do subdesenvolvimento.

Em nossa reunião de trabalho, falamos sobre os avanços na política brasileira de combate à pobreza e à fome e sobre a experiência tailandesa em programas de valorização do pequeno produtor, de microcrédito, de resgate de produtos tradicionais.

São também grandes as possibilidades de cooperação na área da saúde pública, em particular no combate à AIDS, à tuberculose e à dengue.

Queremos levar essa nossa cooperação e solidariedade para além-fronteiras. Por isso, convido a Tailândia a unir-se aos esforços para constituir um Fundo internacional para o financiamento do combate à fome e à pobreza.

Senhor Primeiro-Ministro,

Brasil e Tailândia defendem, com firmeza, o multilateralismo e o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais. Por essa razão, o Brasil votou a favor da recente resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abrindo caminho para a restituição da plena soberania ao povo iraquiano.

É com este mesmo espírito que o Brasil engajou-se, junto a outras nações latino-americanas, na missão de paz no Haiti. Queremos que a comunidade internacional assumira um firme compromisso em favor de soluções de longo prazo para o povo haitiano.

Estamos seguros de que repetiremos o êxito alcançado em Timor Leste, onde Brasil e Tailândia contribuíram com tropas para as Forças de Paz. Ali, militares brasileiros serviram sob o comando tailandês. Ali, também, um saudoso brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, consagrou-se à criação do novo país irmão.

Senhoras e senhores,

É esse espírito de cooperação e de solidariedade que prevalecerá nas nossas relações. E é com essa confiança que convido todos a elevar um brinde ao Primeiro-Ministro Thaksin, a quem transmito o respeito e o carinho do povo brasileiro a Sua Majestade, o Rei da Tailândia, e ao povo tailandês.

Muito obrigado.

Fórum de Negócios Brasil-Colômbia

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Fórum de Negócios Brasil-Colômbia, em São Paulo, em 22 de junho de 2004

Presidente da República da Colômbia, Senhor Álvaro Uribe; excelentíssimo Ministro de Comércio, da Indústria e Turismo da Colômbia, Jorge Botero; meu caro companheiro Celso Amorim, Ministro de Estado da Relações Exteriores do Brasil; meu caro Márcio Fortes de Almeida, Ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; meu caro Jorge Garavito, Embaixador da Colômbia no Brasil; Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, Embaixadora do Brasil na Colômbia; Senhor Luiz Guilherme Plata, Presidente do PROEXPORT; meu caro amigo Cláudio Lemos, Vice-Governador do Estado de São Paulo; meus senhores e minhas senhoras; empresários; diplomatas presentes neste evento,

Eu, antes, gostaria de pedir a vocês a compreensão para que, neste ato oficial de dois países importantes na América do Sul, pudéssemos homenagear um líder brasileiro, uma grande figura política brasileira, que morreu ontem à noite. Eu queria pedir um minuto de silêncio pela morte do ex-Governador Leonel Brizola.

Muito obrigado.

Tenho satisfação de estar aqui, juntamente com o Presidente da Colômbia, para inaugurar esta rodada de negócios Brasil-Colômbia.

Ela se soma à macrorrodada de negócios que se iniciará amanhã e que reunirá empresários dos demais países da América do Sul, em um grande esforço para fortalecer nosso comércio regional.

Ontem, o Presidente Uribe e eu mantivemos uma produtiva reunião de trabalho. Esse encontro é parte do esforço que ambos os Governos têm desenvolvido

para o fortalecimento dos laços que nos unem.

É também expressão da prioridade que meu Governo atribui às relações com os países irmãos da América do Sul.

Brasil e Colômbia têm trabalhado juntos para lograr esse objetivo. É fundamental que os empresários de ambos os países se associem ativamente a esse esforço do Governo.

Esta rodada de negócios é uma clara demonstração do propósito de abrir caminhos para a prosperidade de nossos povos e de nossa região. Brasil e Colômbia têm especial responsabilidade nesse sentido, pois os dois países são os mais populosos da América do Sul, onde têm grande peso econômico, político e cultural.

Somos o primeiro e o segundo exportadores mundiais de café e temos coordenado esforços para fortalecer a comercialização do produto nos mercados internacionais.

Nosso comércio bilateral está muito aquém de suas possibilidades e é fortemente assimétrico. Nossas trocas comerciais alcançaram 847 milhões de dólares em 2003.

Desse montante, as exportações brasileiras representaram 748 milhões de dólares. As exportações da Colômbia para o Brasil, por sua vez, somaram apenas 98 milhões de dólares.

O Brasil é somente o 25º destino das exportações colombianas. Não convém, em nosso próprio benefício, deixar essa situação perdurar.

Tornou-se, portanto, uma necessidade ampliar o intercâmbio econômico-comercial, muito além do setor cafeeiro, no qual nossa cooperação é antiga.

O Presidente Uribe e eu estamos convencidos disso. É exatamente por isso que estamos aqui.

Ontem, o Presidente Uribe, logo após chegar a São Paulo, encontrou-se com grupo representativo de investidores brasileiros, interessados em oportunidades de negócios na Colômbia. Essas são iniciativas que devemos saudar. Considero muito positivo que se incremente o volume de investimentos brasileiros na Colômbia.

É um esforço de grande significado para a integração de nossas economias, no campo bilateral, e da América do Sul, em sentido mais amplo.

Queremos contribuir com ações concretas para que essas iniciativas gerem resultados para fortalecimento de nossos laços.

Na verdade, já é expressiva a presença de investimentos brasileiros na Colômbia, onde estão presentes a PETROBRAS, a Odebrecht, a Marcopolo, a BUSSCAR e a VARIG, para citar algumas empresas.

A PETROBRAS, que chegou ao país ainda nos anos 70, é hoje a segunda maior empresa estrangeira do setor de petróleo na Colômbia, o que muito nos orgulha como brasileiros. Produz 40 mil barris diários e faz investimentos próximos a 500 milhões de dólares.

O trabalho desenvolvido por essas empresas ao longo de anos, em meu país, tem sido sinônimo de progresso, de produção e de riqueza.

Estou seguro de que aquelas que agora pensam ingressar na Colômbia muito contribuirão para a prosperidade de seu povo, gerando empregos e elevando os níveis de renda e de bem-estar. Esse é o sentido da integração que estamos sabendo construir.

Este movimento de antigos e novos investidores brasileiros no mercado colombiano aumenta as perspectivas do crescimento do fluxo comercial.

Seus efeitos positivos se somarão aos do acordo de livre-comércio entre a Comunidade Andina de Nações e o MERCOSUL. A construção de uma infra-estrutura comum e uma forte integração econômico-comercial são os alicerces para realizarmos nosso sonho de uma Comunidade de

Nações Sul-Americana, um Continente mais integrado, mais próspero e mais unido.

Esse projeto é parte de um esforço mais amplo de ampliação da presença dos produtos dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

Precisamos construir uma nova geografia econômica e comercial dos países em desenvolvimento. Na verdade, essa nova geografia já está sendo conformada com o extraordinário aumento do fluxo comercial entre países em desenvolvimento nos últimos anos.

Precisamos, isto sim, ampará-la e promovê-la. A nova geografia é nossa resposta às oportunidades abertas pela aceleração dos fluxos de comércio e investimentos decorrentes da globalização. Ela não significa substituir fluxos tradicionais de intercâmbio Norte-Sul. Queremos, sim, criar novas oportunidades e encorajar parcerias que explorem as complementaridades entre as economias do Sul.

Por tudo isso, meu caro Presidente Uribe, estou convencido de que a rodada de negócios que estamos abrindo aqui em São Paulo, cidade cosmopolita, símbolo da produção industrial no Brasil, é um passo de grande importância para nossas relações. Convido os presentes a juntarem-se aos esforços em favor da nossa aproximação. Desejo a todos os participantes desta rodada muito êxito e que seu trabalho se reverta em maior prosperidade para o Brasil e a Colômbia, com benefícios palpáveis à população dos dois países.

Eu quero, meu caro amigo Presidente Uribe, empresários da Colômbia, empresários do Brasil, dizer a vocês que no que depender do Governo brasileiro, no que depender das instituições de financiamento do Brasil, nós iremos fazer todo o esforço que estiver ao nosso alcance para que a gente possa aumentar essa parceria entre Colômbia e Brasil.

Eu tenho desafiado os empresários brasileiros a não terem medo de virarem empresários multinacionais. E o mesmo vale para os empresários da Colômbia.

Nós precisamos explorar, nos nossos países e nos países vizinhos, todas as oportunidades de investimentos

que pudermos fazer, porque se não fizermos isso, nós correremos o risco de atravessar mais um século vendo a América do Sul ser um continente ainda em vias de desenvolvimento.

Eu penso que o que estamos fazendo neste momento, aqui em São Paulo, com esta reunião, é um passo a mais na política de integração que tanto sonhamos para a América do Sul. Uma integração do ponto de vista cultural, uma integração do ponto de vista político, uma integração do ponto de vista industrial, uma integração do ponto de vista econômico e comercial, uma integração, enfim, que possa fazer com que todos nós nos sintamos numa única pátria, estando na América do Sul.

O Brasil pode e deve contribuir para que os países mais necessitados tenham, no Brasil, o financiamento necessário. Nós sabemos quais as necessidades de cada país. Todos vocês sabem que o Brasil também é um país com problemas muito sérios no campo social, e ainda temos muito o que fazer para resolver os nossos problemas internos. Mas todo mundo também sabe que resolver os nossos problemas internos significa contribuir para ajudar a resolver problemas em outros países.

E eu acho que a recíproca é verdadeira, se analisarmos a quantidade de empresários colombianos que estão aqui. Nós estamos, no fundo, no fundo, convencidos de que os gestos que estamos fazendo em São Paulo, hoje, ou os gestos que fizemos quando propusemos a integração da América do Sul, ou os gestos que fizemos quando propusemos a integração da Comunidade Andina com o MERCOSUL, são gestos que, em menos de 18 meses, estão se tornando políticas concretas, em coisas práticas que darão ao nosso povo mais otimismo e mais certeza de que a integração é uma coisa definitiva a ser buscada por nós, que estamos governando o Brasil e a Colômbia, neste momento.

Quero agradecer ao Presidente Uribe o carinho da sua relação com o Brasil. Quero agradecer a participação dos empresários colombianos neste evento e, também, agradecer a participação dos

empresários brasileiros.

O que nós acreditamos é que, a partir deste evento, vocês possam se conhecer melhor, vocês possam descobrir as oportunidades de investimentos, aqui e na Colômbia, vocês possam discutir as políticas de complementaridade entre o Brasil e a Colômbia, para que a gente possa ajudar uns aos outros. É essa política que vai determinar uma nova geografia comercial no mundo.

Cada um dos nossos países tem uma relação privilegiada com a União Européia e tem uma relação privilegiada com os Estados Unidos que, no caso do Brasil, é o maior parceiro comercial individual. Nós queremos mantê-la e queremos aperfeiçoá-la. Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos procurar novos parceiros, nós precisamos procurar aqueles que, como nós, têm muito a receber de nós e muito a dar, em função dos nossos interesses. Por isso é que nós resolvemos trabalhar fortemente a integração da América do Sul.

É por isso que, em fevereiro ou em abril, vamos ter um grande evento no Brasil entre todos os Chefes de Estado do mundo árabe e com todos os Presidentes dos países da América do Sul. Possivelmente, se esse encontro tiver o sucesso que eu espero que tenha, quem sabe vai se tornar um hábito fazer reuniões de Chefes de Estado de outro Continente com a América do Sul, para que eles descubram definitivamente que nós, o Presidente Uribe e eu, não vamos jogar fora a oportunidade que o povo nos deu de dirigir os nossos países tentando construir, em poucos anos, a base de desenvolvimento que nós, durante tantos e tantos anos, deixamos de aproveitar.

Boa sorte aos empresários brasileiros e colombianos. Meu caro Presidente Uribe, muito obrigado pela sua presença no Brasil. Eu tenho certeza que esse é um passo concreto, uma demonstração viva de que quando nós falamos em integração, não é apenas retórica, mas é um discurso recheado de ações concretas, como este evento que estamos realizando aqui.

Boa sorte.



Encontro de alto nível com investidores estrangeiros

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro de alto nível com investidores estrangeiros, em Nova York, em 23 de junho de 2003

Eu penso que a melhor política é, primeiro, apresentar as pessoas do Brasil que vieram para este encontro com investidores, aqui, nos Estados Unidos. Bom, vocês estão vendo a placa, não é preciso apresentar os Ministros que estão, aqui, na mesa: Guido Mantega, do Planejamento; Palocci, da Fazenda; Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o nosso companheiro Celso Amorim, do Ministério das Relações Exteriores; o nosso Embaixador Roberto Abdenur. Aqui estão presentes os nossos Ministros do Turismo, companheiro Walfrido dos Mares Guia; o companheiro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos; o nosso companheiro da Agricultura, Roberto Rodrigues; a nossa companheira de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Estão presentes, aqui, representantes das agências reguladoras brasileiras. Estão aqui os representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Portanto, o que não falta, aqui, são pessoas que conhecem com profundidade as questões brasileiras.

Quero cumprimentar os empresários e as empresárias que estão participando deste evento. Quero cumprimentar os Embaixadores. Quero dizer para vocês que esta reunião é resultado de uma estratégia de política externa do nosso Governo, de política comercial do nosso Governo.

Quando nós tivemos uma reunião em Genebra, com investidores europeus, o Ministro Furlan teve a

idéia de fazermos, aqui, nos Estados Unidos, um debate igual àquele que fizemos em Genebra, para apresentarmos aquilo que o Brasil tem de oportunidades para investidores.

Como vocês sabem, nós estamos completando ou vamos completar, no dia 1º de julho, um ano e seis meses de Governo, um ano e meio. E, neste um ano e meio de Governo, nós resolvemos colocar em prática algumas ações que podem permitir, no longo prazo, que o Brasil possa ter uma economia definitivamente equilibrada e um desenvolvimento sustentável capaz de oferecer a todos nós a certeza de que nós não estamos inventando absolutamente nada de novo, estamos apenas cumprindo com as nossas obrigações de bem administrar recursos públicos, fazendo com que o Estado, ao exigir seriedade da sociedade, aja com seriedade, sobretudo na administração dos recursos públicos brasileiros que não são muito grandes, são pequenos.

Isso nos impõe uma política fiscal dura, porque não podemos gastar mais do que arrecadamos e, ao mesmo tempo, não poderemos aumentar a arrecadação às custas de aumento de tributos que tornam os produtos brasileiros menos competitivos no mercado internacional.

Nós estabelecemos uma estratégia de política externa onde prevalece a ousadia do Brasil em ser um ator privilegiado e não um coadjuvante à espera das sobras das negociações praticadas pelos

chamados países desenvolvidos.

Nós, então, resolvemos, primeiro, ter uma política de recuperar uma boa relação com a América do Sul, porque estávamos próximos e, ao mesmo tempo, muito distantes, na medida em que havia desconfiança política, na medida em que nós não tínhamos uma infra-estrutura que permitisse a nossa integração física, ou seja, ficávamos muito no discurso e na retórica da integração mas nada foi feito, durante muitos anos, para que houvesse essa integração. E hoje, para surpresa de muita gente, no Brasil e no mundo, nós estamos alcançando um resultado que parecia inalcançável há oito meses, que é a integração de toda a América do Sul no MERCOSUL.

Acomeçar pela Comunidade Andina, envolvendo Peru, Venezuela, Equador e Colômbia. Eu duvido que algum especialista em comércio exterior acreditasse que fosse possível, em tão pouco tempo, a Comunidade Andina estar participando do MERCOSUL e, hoje, nós podemos dizer para vocês que chegaremos ao final do ano com o MERCOSUL integrando toda a América do Sul, o que é um passo extremamente importante porque isso pode ser um mercado atrativo para os investidores estrangeiros e, ao mesmo tempo, uma possibilidade enorme dos países da América do Sul sonharem e não ficarem parados, como ficamos no século XX, do ponto de vista da nossa política externa.

Nós, agora, estamos tratando – e certamente o Guido Mantega irá falar um pouco sobre isso – da integração física da América do Sul. Nós tivemos um trabalho imenso para, com os nossos companheiros Chefes de Estado dos outros países, mostrar que a integração definitiva só se daria quando nós tivéssemos as telecomunicações, o serviço de energia elétrica, as hidrovias, as ferrovias e as estradas construídas interligando os nossos países, porque um Presidente de algum país, às vezes, tem que vir aos Estados Unidos para depois ir ao Brasil, e isso facilitaria que ele fizesse negócios nos Estados Unidos e não no Brasil.

Então, nós estamos tratando disso com um carinho

excepcional. Já fizemos um grande encontro entre o nosso Banco de Desenvolvimento e a CAF, Corporação Andina de Fomento, para estabelecer os dois principais projetos de interligação entre dois ou mais países da América do Sul, para que possa haver a integração definitiva.

Depois, nós tivemos uma ação muito forte também com relação à África. A África tem países com riquezas extraordinárias e está tão próxima do Brasil – o que nos divide é apenas o Oceano Atlântico, e não é tão largo assim –, mas, muitas vezes, para um brasileiro ir à África, ele tem que ir a Paris, como, muitas vezes, um africano, para ir ao Brasil, tem que ir a Paris; ou seja, ele já faz negócio por lá mesmo, não tem que ir ao Brasil. Então, nós temos que garantir o direito de essas pessoas se locomoverem, se quisermos servir de atração.

No debate da tarde, cada Ministro vai poder explicar o que está acontecendo depois desse ciclo de viagens que nós fizemos para esses países e vamos culminar essa nossa estratégia com um grande encontro que teremos em fevereiro ou abril – falta definir a data apenas – entre todos os Chefes de Estado e Presidentes dos países árabes com todos os Presidentes da América do Sul, para que a gente possa discutir possibilidades de investimento. Nós queremos que o mundo árabe descubra o Brasil, descubra a América do Sul como um pólo de investimento, tanto no turismo quanto na indústria.

Estabelecemos uma parceria estratégica com a África do Sul, com a Índia e com China. Agora, em outubro, vamos nos encontrar com o Presidente Putin, da Rússia, e aí nós teremos, na verdade, concluído uma integração entre os chamados países em desenvolvimento. Nós estabelecemos a idéia de que era preciso criar uma nova geografia comercial no mundo. Era preciso ter uma espécie de política de complementaridade – o que cada país pode fornecer ao outro naquela área em que o outro não consegue produzir, e vice-versa – para que a gente pudesse ter, esta é a palavra correta, mais força nas negociações com o chamado mundo desenvolvido,

sobretudo quando nós discutimos os subsídios agrícolas.

Nós descobrimos que negócios são negócios, amizade à parte; ou seja, por mais que nós gostemos uns dos outros, quando se trata de negócio o que prevalece são as vantagens comparativas que nós possamos oferecer a alguém. E isso está acontecendo, acontece até agora, porque eu acho que nós conseguimos um intento razoável nessa nossa política. Para que isso desse certo, era preciso que desse certo a nossa tarefa interna, ou seja, todo mundo aqui sabe a situação em que se encontrava o Brasil quando iniciamos nosso Governo, portanto eu não preciso falar.

Todo mundo aqui sabe qual era a perspectiva que o Brasil tinha de inflação, de endividamento externo, de exportação, os créditos. E tudo isso com muito sacrifício. É bom confessar a vocês que foi com muito sacrifício que nós resolvemos assumir a responsabilidade de pagar o preço que tínhamos que pagar para dar ao Brasil a oportunidade de não ter apenas o chamado crescimento eventual ou uma bolha de crescimento em época eleitoral. Nós queremos provar que é possível ao Brasil ter um crescimento sustentável, contínuo, e, ao mesmo tempo, ter uma política social mais ousada. Por isso nós assumimos a responsabilidade de transferir renda às 11 milhões de famílias que estão abaixo da linha da pobreza, totalizando 44 milhões de pessoas. E isso, eu estou convencido de que vamos cumprir.

Para que isso aconteça, é preciso que estes meninos que estão aqui e esses que estão aí façam o

seu trabalho corretamente, façam o seu trabalho de forma madura. Nós não estamos pensando o Brasil eleitoralmente. Isso é importante frisar, nós estamos pensando o Brasil para vinte ou para trinta anos e, para isso, nós temos que fazer o alicerce sólido agora. Não queremos fazer nenhuma pequena aventura. Não queremos inventar a roda e não queremos criar um plano do tipo que viabilize um crescimento de 7% ao ano e, depois, provoque uma queda de 7%. Não queremos. Nós preferimos crescer menos, mas crescer de forma sustentada. Obviamente que vamos tentar, vamos trabalhar para crescer o máximo, de acordo com as nossas possibilidades.

Por isso estamos aqui, para uma conversa franca, para uma demonstração do que estamos fazendo, para discutir com vocês o que já fizemos e para convencê-los de que o Brasil é um bom negócio para quem quer fazer bons investimentos. E eu quero dizer para vocês, já que os Estados Unidos são o maior parceiro comercial e também de investimento no Brasil: confiem mais, invistam mais, porque haverá possibilidade de vocês ganharem mais. Nós queremos discutir o que estamos fazendo, mostrar para vocês as regras que estabelecemos no nosso país. Elas são claras, não tem surpresa às altas horas da madrugada, não tem surpresa na primeira página dos jornais. O que nós queremos é que jogo seja o mais franco, o mais aberto e o mais produtivo possível. Até porque nós passamos e o país continua, e nós queremos é que o país dê certo e possa progredir de forma extraordinária.



Seminário Brazil Meets Markets

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seminário “Brazil Meets Markets”, em Nova York, em 23 de junho de 2004

Quero dizer a todos vocês da satisfação e da alegria de, como Presidente da República do meu país, poder dar seqüência a uma conversa que o meu Governo está tendo com investidores americanos, mexicanos, canadenses e de outras partes do mundo.

Quero cumprimentar a Senhora Anne Stevens, Vice-Presidente da Ford, pelo seu pronunciamento que, como brasileiro e como Presidente, é motivo para ficarmos felizes, sobretudo porque traz uma coisa que já me foi dita pessoalmente e reiterada aqui, da crença que ela tem no Brasil e da confiança que ela tem nos trabalhadores brasileiros. Quero cumprimentar os meus Ministros, Ministras, o nosso Embaixador Roberto Abdenur e vários empresários brasileiros que eu nem sabia que eram brasileiros, pensava que fossem americanos. E, em outros casos, eu nem sabia que eram americanos, pensava que fossem brasileiros. Mas, de qualquer forma, sendo americanos ou brasileiros, já está bom para quem veio aqui, conversar com investidores.

Eu, antes do meu pronunciamento, quero dizer para vocês que nós temos muita clareza do que significa essa economia globalizada e muito mais clareza do papel que um país do tamanho do Brasil e com o potencial do Brasil pode desempenhar neste cenário político, econômico e social.

Em se tratando de comércio, eu penso que todo mundo que está aqui tem consciência de que ninguém quer comprar mais do que vender. Todo mundo quer vender mais. Os espaço é pequeno e há uma briga enorme entre os países para ocupar o seu espaço e

para exportar mais. Afinal de contas, é desejo de todos os países construir superávits comerciais e não déficits comerciais. Essa é uma briga onde não tem amigos, onde não tem companheiros. É uma briga onde tem determinação política, competência e vantagens comparativas que temos a responsabilidade de conquistar ou não conquistar. Por isso, o Brasil dá um salto de qualidade na sua política externa.

O Brasil resolveu deixar de ser mais um país do mundo e se transformar num ator do mundo globalizado. Não queremos nem ser o ator principal, queremos, apenas, não ser mais coadjuvantes. Queremos fazer valer a nossa competência, a nossa habilidade política, a nossa capacidade produtiva, seja na agricultura ou na indústria, e fazer o que qualquer país do mundo faz. Eu estou num país que sabe fazer isso melhor do que qualquer outro país. Lamentavelmente, não foi essa cultura política que permeou o meu país durante tantos anos. Muitas vezes, nós agíamos como se fôssemos uma Nação insignificante e não mostrávamos ao mundo as coisas boas que nós temos.

O Ministro Furlan disse, pela manhã, que o Brasil não é apenas o país do futebol, do carnaval, ou da agricultura, em que somos o país mais competitivo do mundo. O Brasil tem muitas outras coisas para oferecer. O Brasil tem tecnologia de ponta; o Brasil tem uma parcela da sua sociedade bem informada, profissionalmente, capaz de competir em quantidade e qualidade com qualquer país do mundo. O Brasil

tem uma base trabalhadora altamente qualificada; que o digam os empresários aqui, que têm empresas produzindo no Brasil.

Portanto, o que nós resolvemos foi mostrar essa nova cara ao mundo. E mostrar, sobretudo, no chamado “mundo mais distante”. A América do Sul estava muito próxima do Brasil, porque nove dos países fazem fronteira conosco. Só não fazemos fronteira com o Equador e com o Chile. Fazemos fronteira com todos os demais. E estávamos distantes, porque a relação política era muito pequena, porque muitos países da América do Sul tinham medo do Brasil, achavam que o Brasil era um país imperialista e que a economia brasileira iria sufocá-los.

Nós, então, resolvemos estabelecer uma política de confiança, para que as pessoas pudessem entender que sozinhos nós teríamos pouca chance e que, juntos, poderíamos ter muito mais chance de participar desse mundo globalizado, sobretudo desse mundo comercial, onde prevalece a capacidade produtiva, o conhecimento e, em alguns casos, o poder de subsídio de algumas atividades dos países desenvolvidos.

E eu disse, de manhã, que o que parecia impossível para qualquer brasilianista, o que parecia impossível para qualquer cientista político brasileiro no passado, vai acontecer este ano. Nós vamos transformar a América do Sul toda num bloco participante do MERCOSUL, com uma perspectiva enorme de construir uma comunidade de nações sul-americanas. Isso parecia humanamente impossível. E, até o final do ano, nós estaremos com toda a América do Sul participando do MERCOSUL, o que é um passo extraordinário.

Mas, para que isso possa evoluir, eu estou aqui. Eu estou aqui para dizer aos senhores que nós precisamos de investimentos e, sobretudo, investimentos na área de infra-estrutura, para que a gente possa dotar os países de maior capacidade competitiva e, sobretudo, de possibilidade de crescimento econômico. Até porque o que interessa

para um grande e bom empresário é que o povo tenha uma renda per capita razoável, que a massa salarial seja boa e que o poder de compra seja ainda melhor.

Se juntarmos isso a uma boa política de infraestrutura e a uma boa capacidade de formação profissional da nossa gente, eu penso que os empresários não desejam nada mais do que isso para acreditarem, para colocarem o seu capital nesse ou naquele país.

Em relação a essa política que começamos a fazer, sabíamos que íamos ter críticas, porque nós ainda temos, no meu país, pessoas que têm a cabeça colonizada, que não percebem que nenhum interlocutor sério respeita um outro interlocutor que fica de cabeça baixa ou que age com subalternidade.

Tem uma coisa que eu digo ao meu Ministro Celso Amorim, ao meu Ministro Furlan, ao meu Ministro Roberto Rodrigues, ao Ministro Palocci: se tem uma coisa que eu admiro no povo americano é a defesa que o americano faz do americano, é a dureza com que os americanos se sentam em uma mesa de negociação para negociar. Ou seja, sentam-se em uma mesa com a disposição de ganhar, de fazer o melhor para o seu país, para a sua empresa e para o seu povo.

Então, ao invés de ficarmos reclamando que os negociadores americanos são duros, nós é que temos que deixar de ser moles e passarmos a jogar no mesmo nível, negociar nas mesmas condições. E fazer valer, primeiro, a reciprocidade, numa boa negociação; segundo, fazer valer os interesses do país, os interesses da nossa indústria, os interesses do nosso povo. Muito melhor será se combinarmos o jogo e que esses interesses possam ser partilhados pelos dois países.

Eu me lembro, quando começamos a discutir a ALCA, que alguns brasileiros jogavam o Brasil contra os Estados Unidos e alguns americanos jogavam os americanos contra o Brasil. Passado algum tempo nessa medição de força, sem que ninguém se subordinasse a ninguém, mas em que conversávamos como cidadãos civilizados, respeitosos entre si, hoje

estamos discutindo, eu diria, de uma forma muito mais avançada do que discutíamos há dois ou três anos.

Por isso é que eu digo sempre: andar de cabeça erguida é uma das maiores conquistas do ser humano. E, quando se trata de relação comercial, quando se trata de negociações, ou as pessoas são respeitadas ou as pessoas levam desvantagem. Cada um de vocês tem mais experiência nisso do que eu.

O que nós estamos fazendo aqui é exatamente isso. O Brasil está vivendo um outro momento, em que o nosso Governo, em 18 meses, estabeleceu as regras para que todo mundo tenha clareza do que o Governo quer, quais são as regras que nós mudamos, o que são os marcos regulatórios que aprovamos no Congresso, o que é a nossa política tributária, a nossa reforma da Previdência. Por essas mudanças é que nós estamos aqui, dizendo para vocês: o Brasil é um país que não oferece risco; o Brasil oferece oportunidades.

Eu quero dizer que é importante que vocês não percam essa oportunidade, porque eu estou convencido, e o meu Governo está convencido, de que a economia não apenas está crescendo, mas vai crescer de forma sustentável e duradoura.

Nós não queremos fazer balões de ensaio, crescer em um ano, cair no outro ano; e assim sucessivamente. Por isso, tivemos a determinação de não fazer nenhuma invenção na economia, de não criar nenhuma panacéia, mas, apenas, criar o jogo da responsabilidade. O país não pode gastar mais do que arrecada; portanto, o país não pode pensar apenas durante o nosso mandato, porque é só de quatro anos. Nós temos que pensar a longo prazo.

E, se o Brasil não pode gastar mais do que arrecada, nós temos que ter uma política fiscal séria, porque a gente aprende isso em nossa relação familiar: se gastarmos mais do que o salário que ganhamos, iremos à falência ou a loja vai à nossa casa tomar o bem que nós compramos.

É com essa seriedade e com essa objetividade que nós temos conversado com vocês, no Brasil, que estamos conversando com vocês aqui e que pretendemos continuar conversando com outros

empresários, de outras partes do mundo, para mostrar-lhes a viabilidade que o Brasil lhes oferece, enquanto oportunidade para investimentos.

Por isso, os senhores ouviram, no decorrer desta manhã, as apresentações dos meus Ministros e, assim, puderam ter um panorama fiel das diretrizes econômicas, do nosso modelo de política industrial e, sobretudo, das mudanças na legislação, para que vocês possam participar dos investimentos no Brasil.

Este nosso encontro reafirma a prioridade que dou à parceria com os investidores estrangeiros. Com a retomada do crescimento, eu venho aqui dizer, a todos vocês, que temos ainda muito mais motivos para otimismo. Dois mil e três foi um ano difícil para o Brasil, mas foi também um ano decisivo, em que lançamos as bases para os resultados que estamos colhendo. Tomamos medidas duras, até mesmo politicamente difíceis, que poucos governos tomam. Tem gente que fica dez anos no Governo e não tem coragem de fazer mudanças na Previdência Social ou na política tributária. Se dependesse apenas do medo político, eu não teria feito a reforma da Previdência, porque eu me confrontei diretamente com a minha origem política, que é o movimento sindical, onde eu nasci. Entretanto, eu não podia pensar apenas nos meus amigos sindicalistas ou nos atuais aposentados; eu tinha que pensar que Nação nós estaríamos construindo para os nossos netos, para o nossos bisnetos e para o futuro de nosso país. Tomamos a decisão, fizemos, não foi fácil, foi difícil, mas conquistamos o direito de poder olhar os nossos pares, olho no olho, e dizer que ainda somos muito jovens e que, daqui a dez ou 15 anos, iremos discutir os benefícios que o Brasil ganhou com as reformas que tivemos coragem de fazer. Mas foi isso que permitiu corrigir a situação de governabilidade econômica produzida pelo Brasil em 2002, ou seja, sofrida pelo Brasil no ano de 2002.

Perseveramos numa linha de responsabilidade fiscal e rigor monetário por estarmos convencidos de que este caminho é essencial para o crescimento econômico duradouro e sustentável. Esse foi um

compromisso assumido pelo Partido dos Trabalhadores, durante a campanha de 2002.

Aqui, é importante lembrar aos investidores – muita gente costuma dizer: “o Governo mudou de posição, o Lula mudou de posição depois que ganhou as eleições” –, é importante lembrar a famosa Carta ao Povo Brasileiro, assinada no mês de junho de 2002, antes das eleições, quando nós assumimos o compromisso com a política que estamos colocando em prática, neste momento, no Brasil.

Apostei sempre na coerência da ação do Governo, na certeza de que os sacrifícios iniciais seriam recompensados. Foi com essa convicção que aprovamos as reformas previdenciária e tributária. Em 2003, vocês acompanharam, a inflação foi controlada em torno de 9%, caindo hoje para 5,2%. A taxa de câmbio estabilizou-se. O risco Brasil, que estava em 2.400 pontos, caiu para um quarto desse valor. As taxas de juros estão nos seus níveis mais baixos dos últimos dez anos. A expansão do PIB, no primeiro trimestre de 2004, superou as expectativas. As previsões de crescimento deste ano estão sendo revisadas para cima, teremos a mais alta taxa de expansão desde 2000. A retomada do crescimento está se dando em bases sustentáveis. O desenvolvimento que queremos passa pelo gradual fortalecimento de um mercado de consumo de massa e popular. A melhor distribuição de renda dará consistência a esse processo. O desenvolvimento é sustentável porque reduzimos, de modo drástico, a vulnerabilidade do Brasil a choques econômicos. Como consequência disso, as contas públicas foram consolidadas, as transações correntes registram superávit pela primeira vez desde 1992. Saímos de um déficit de 4,6% do PIB, em 2001, para um superávit de 0,8%, em 2003, resultado que poucas economias no mundo têm logrado.

Meus prezados senhores e senhoras,

Estão dadas, agora, as condições para concentrarmos esforços naquela prioridade que é a própria razão de ser da minha vida política: o combate à pobreza e a criação de uma sociedade mais justa.

O programa Bolsa Família, que é a combinação do programa Fome Zero com o programa Bolsa Escola, beneficia hoje quatro milhões e meio de famílias, totalizando, aproximadamente, 17 milhões de pessoas. Até o final do meu Governo, atingiremos a meta de 11 milhões de famílias – portanto, mais de 44 milhões de pessoas, que é a totalidade das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

Mas eu sei que não basta aliviar a pobreza. No primeiro quadrimestre deste ano foram criados, no Brasil, 535 mil postos de trabalho formal. É pouco, diante da quantidade de empregos que precisamos criar, mas é a mais alta taxa de criação de empregos formais desde 1992. Portanto, nos últimos 12 anos, foi a maior taxa de crescimento de empregos formais no Brasil.

Este é, em suma, o retrato do Brasil: uma democracia madura, com instituições sólidas; uma economia estabilizada a caminho de um novo ciclo de crescimento e um país empenhado, acima de tudo, em superar a pobreza e a injustiça social.

O investimento estrangeiro é o parceiro indispensável, no esforço nacional, para acelerar esse processo. Juntos, vamos ampliar as oportunidades de negócios, propiciar a criação de novos empregos e melhorar a nossa infra-estrutura.

Nessa empreitada, os investidores dos Estados Unidos são parceiros importantes. Entre os grandes países emergentes, o Brasil detém o segundo maior estoque de investimento direto dos Estados Unidos no exterior.

As iniciativas que temos tomado, já expostas pelos Ministros, são parte de um conjunto de reformas que reforçarão a estabilidade e o crescimento. Eis alguns exemplos: o Governo está empenhado na aprovação da nova Lei de Falências, que preservará ativos e empregos. Enviei ao Congresso Nacional projeto que consolida a autonomia e a estabilidade das agências reguladoras.

No entanto, sabemos que somente as reformas internas também não bastam. Em conjunto com o setor privado, perseguimos o objetivo estratégico de

ampliar a nossa presença nos mercados internacionais. Como resultado, as exportações atingiram recorde histórico, em 2003, com o crescimento de 21%. Neste ano, temos tido novos recordes, mês a mês.

O ativo engajamento do meu Governo em múltiplas negociações comerciais também contribuirá para esse objetivo. E, aí, a América do Sul é uma das prioridades do nosso Governo.

Depois de dez anos de negociações, estamos caminhando para uma zona de livre-comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A integração da América do Sul cria, também, oportunidades para investimentos em projetos de infra-estrutura, em transporte e energia.

A renovada solidez do MERCOSUL e a excelência da parceria Brasil-Argentina são uma garantia do êxito dessa iniciativa. O Brasil, também, tem um papel construtivo e muito importante na Rodada de Doha. Juntamente com os países do G-20, buscamos a redução dos subsídios agrícolas e a eliminação dos subsídios à exportação nos países desenvolvidos, como um passo indispensável para a abertura dos mercados.

Os avanços alcançados durante a XI UNCTAD renovam nossas esperanças de poder concluir essa Rodada, tão importante para a economia internacional.

Nas negociações com a ALCA, meu Governo adotou uma postura realista, flexível e, sobretudo, equilibrada. Não favoreceremos a adoção de regras que restrinjam a capacidade do país de formular, soberanamente, suas políticas de desenvolvimento. Por outro lado, defendemos a ampliação do acesso aos mercados de bens.

Estamos preparados, da mesma forma, para apresentar oferta substancial de acesso aos mercados de serviços. Ao mesmo tempo, estamos negociando a formação de uma área de livre-comércio entre o MERCOSUL e a União Européia.

Esse amplo e ambicioso quadro de negociações comerciais se completa com os entendimentos que mantemos com os grandes países emergentes, como

China, México, África do Sul, Índia e Rússia.

Meus amigos e minhas amigas,

Minha mensagem aos investidores norteamericanos é simples e direta. Nossos países mantêm um excelente relacionamento, nossas sociedades compartilham valores comuns: a defesa da liberdade, o apego à democracia, a tolerância, a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Tenho apreço pela relação de trabalho que estabelecemos, desde o princípio, com o Governo dos Estados Unidos. Várias das iniciativas que lançamos com o Presidente Bush, em Washington, em junho de 2003, já apresentam resultados concretos. O Grupo sobre Crescimento Econômico está promovendo um maior conhecimento de nossas respectivas políticas econômicas. O Conselho Consultivo Agrícola estimulará um indispensável entendimento e cooperação no setor em que nossos dois países são líderes mundiais. O Memorando de Entendimento, em matéria de energia, abriu o caminho para uma parceria bilateral numa área estratégica.

Meus amigos e minhas amigas,

Por isso estou otimista. Não subestimo os desafios econômicos e sociais que temos pela frente. Sabemos que a estabilidade e o crescimento econômico requerem a renovação diária de nossos compromissos de Governo. A busca de maior justiça social, conjugada a uma linha de equilíbrio econômico voltada para o crescimento, continuará sendo a marca fundamental do meu Governo.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para convidá-los a participarem da construção de um Brasil mais próspero, mais justo e integrado, de forma mais dinâmica, à economia internacional.

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje à tarde vocês continuarão debatendo com os Ministros da Agricultura, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, e eu penso que é muito importante que nenhum empresário saia com qualquer dúvida nos debates com os meus Ministros. Nossa disposição é não permitir que haja dúvidas,

porque o que posso dizer para vocês, nesta tarde, aqui em Nova York, é que nós precisamos do investimento estrangeiro no Brasil porque queremos que a nossa economia cresça, queremos gerar empregos, queremos gerar riquezas, queremos distribuir renda para melhorar a vida do nosso povo. Em contrapartida, nós queremos oferecer a todos os investidores regras claras para os seus investimentos, infra-estrutura para escoamento da sua produção, mão-de-obra qualificada para melhorar a qualidade dos produtos fabricados e, por que não dizer, queremos oferecer também o mercado consumidor para os produtos que, porventura, vocês queiram produzir.

Henry Ford dizia: “eu preciso que os meus trabalhadores ganhem um salário razoável para poder comprar os carros que eu produzo”.

Eu quero dizer para vocês: eu quero que os

trabalhadores brasileiros tenham emprego, tenham salário, tenham renda, para que eles possam consumir os mesmos bens materiais que eles podem produzir.

E quero dizer para vocês que o Brasil, hoje, não significa nenhum risco. Aliás, eu nunca sei por que o Brasil, de vez em quando, aparece como um país com riscos. Nós não temos vulcão, não temos maremoto, não temos terremoto, não temos guerra com ninguém. E temos um Governo amplamente transparente. Então, haverá um dia em que, ao invés de alguém dizer que o Brasil significa algum risco, quando estiver medindo os riscos do país, no lugar do Brasil vai aparecer uma bandeirinha branca, porque o que nós oferecemos, na verdade, é oportunidade, transparência e clareza nos negócios que queremos que vocês façam no Brasil.

Muito obrigado.

Global Compact Leaders Summit

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Global Compact Leaders Summit, em Nova York, em 24 de junho de 2004

Senhor Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas; Excelentíssima Senhora Louise Fréchette, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas; meu querido companheiro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; meu querido companheiro Ronaldo Sardenberg, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas; meus amigos, minhas amigas, integrantes do *Global Compact*,

É uma alegria poder não apenas participar deste encontro, mas sentir que o mundo, aos poucos, vai tomando consciência de que alguns problemas só serão resolvidos quando a sociedade assumir a responsabilidade dessas soluções.

Fico, inclusive, muito feliz de ter, aqui, muitos empresários brasileiros. Isso significa que as coisas estão caminhando muito rapidamente para que tenhamos uma consciência nacional de que os problemas existem, de que não adianta ficarmos procurando os culpados, de que precisamos saber, concretamente, o que cada um de nós pode fazer, para encontrar as melhores soluções.

Afinal de contas, todos nós sonhamos com coisas boas. Todos nós queremos um mundo mais justo, um mundo de paz, um mundo fraterno, solidário. Todos nós queremos um mundo com mais oportunidade para todos. E esse mundo não será construído por alguém que não seja nosso semelhante. Por isso, a nossa responsabilidade aumenta.

Muitas vezes, temos que ser muito rápidos, porque os mandatos têm tempo determinado para o

Secretário-Geral das Nações Unidas, para o Presidente da República, para muitos líderes que representam entidades e, portanto, nós temos que andar mais rápido e temos que pensar em formar parcerias entre nós.

Por isso, eu quero expressar minha satisfação de poder discursar perante o *Global Compact*, iniciativa do Secretário-Geral Kofi Annan, que reúne empresas comprometidas com o princípio da responsabilidade corporativa.

Dirijo-me aos senhores para falar sobre o combate à fome e à pobreza, preocupação central do meu Governo.

O convite que me foi feito pelo Secretário-Geral Kofi Annan revela, por si só, a relevância que essa questão vem adquirindo na agenda internacional. Todo mundo sabe que centenas de milhões de pessoas, em todo o mundo, se levantam pela manhã, não tomam café, não almoçam e não jantam.

A fome vitima cerca de 24 mil pessoas a cada dia. Essa é uma realidade moralmente e eticamente inaceitável. A subnutrição crônica prejudica o desenvolvimento físico e mental das crianças, gera doenças, debilita a capacidade de trabalho dos cidadãos, desorganiza as sociedades e impede o seu crescimento econômico.

A fome é consequência da pobreza mas, também, sua causa. O mundo produz alimento suficiente para satisfazer as necessidades de cada homem, de cada mulher e de cada criança. O problema está na desigualdade crescente entre os ricos e os pobres.

Ou seja, é preciso repartir melhor os bens que somos capazes de produzir.

A comida não chega aonde ela é mais necessária. No Brasil, estamos encarando de frente a questão do combate à fome e à pobreza. O programa Fome Zero foi criado nos primeiros dias do meu Governo para distribuir alimentos mas, sobretudo, para atacar a fome em seus aspectos estruturais, favorecendo o acesso à saúde, à escola e ao saneamento básico.

Um dos aspectos mais bem-sucedidos do Fome Zero é o envolvimento que nele vem tendo a iniciativa privada brasileira. Eu, possivelmente, não tenha assistido no Brasil nenhum movimento que tenha mobilizado tanto a sociedade brasileira e os empresários brasileiros como a política de combate à fome. Não é uma tarefa fácil, não é simples de resolver, mas o que nós já vimos nesses 18 meses de Governo demonstra que, com perseverança, nós chegaremos lá.

Mais de 1.400 empresas já atuam como parceiras do Governo arrecadando alimentos e recursos para o Programa. Trata-se de exemplo de responsabilidade social que merece ser valorizado. Além do Fome Zero, criamos e fortalecemos outros programas voltados para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

O Bolsa Família juntou todos os programas sociais que tínhamos numa grande política de transferência de renda para a sociedade brasileira, e pretendemos chegar, no final de dezembro, a seis milhões e meio de famílias atendidas. E, até dezembro de 2006, totalizaremos 11 milhões de famílias, que é o total de brasileiros que estão vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo estudo do IBGE.

Também estamos fazendo um programa importante que, aliás, já foi analisado pela ONU como um dos programas mais perfeitos de combate à desnutrição, que era o famoso programa de leite que tivemos no Brasil uns anos atrás. Estamos retomando esse programa do leite, que prevê a compra desse produto dos pequenos proprietários rurais da agricultura familiar, garantindo não apenas

o aumento de renda desse tipo de produtor rural, mas garantindo que esse leite possa ser distribuído adequadamente para as pessoas que mais necessitam.

Um compromisso, eu diria, de honra, que assumimos no Brasil, é um programa – não sei se a minha Ministra de Minas e Energia está por aqui – chamado “Luz para Todos”. Não sei se os senhores sabem que, no Brasil, ainda temos 12 milhões de propriedades rurais que não têm sequer um bico de luz. Aliás, não apenas na área rural, também em algumas cidades pequenas. Nós assumimos o compromisso – e já está em franca atividade esse programa – de, até 2008, levarmos luz para 12 milhões de famílias, grande parte morando no campo.

Portanto, para nós, a erradicação da fome é uma coisa extremamente importante, até porque só sabe definitivamente o que é a fome quem já passou fome, ou seja, quem se levantou e não teve café da manhã, não almoçou e não jantou – é essa pessoa que tem clareza do que significa uma criança passar necessidade. A erradicação da fome é um fim em si mesmo, mas também deve ser vista como parte de uma redefinição mais ampla do modelo de desenvolvimento, em que a inclusão social passa a ser fator essencial do próprio crescimento. Não pode haver desenvolvimento sustentado se não houver política social.

As medidas de estabilização econômica que adotamos começam a produzir efeitos positivos também no campo social. De janeiro a abril deste ano, 535 mil novos postos de trabalho foram criados. É pouco diante da necessidade dos empregos que precisamos gerar no Brasil, mas é o maior número de empregos formais desde 1992.

Neste período de transição, combinamos medidas econômicas com políticas sociais e, sinceramente, estamos criando bases para a erradicação da pobreza no nosso país. Mas tenho plena consciência de que a fome é um problema mais do que do Brasil: é um problema global que só será resolvido quando houver efetiva mobilização política internacional.

Em minhas viagens, nos contatos com lideranças

de outros países, tenho chamado a atenção para a necessidade de envolver Governos, organismos internacionais e sociedade civil na luta pela eliminação da pobreza e da fome.

A Declaração do Milênio, assinada por 189 nações, afirma que “os países não pouparão esforços para libertar homens, mulheres e crianças das condições abjetas e desumanizantes da pobreza extrema”. Mas as Metas do Milênio estão longe de ser alcançadas. No ritmo atual, não serão atingidas antes de meados do século XXII.

Em Monterrey, os países ricos concordaram em aumentar para 0,7% do seu PIB o montante de recursos gastos em ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres. Lamentavelmente, quase nada foi feito ainda.

Nós precisamos, enquanto cidadãos, enquanto governantes, pensar em soluções concretas que possam sair da retórica e ir para a prática. Na OMC, travamos uma batalha incessante contra os escandalosos subsídios concedidos pelos países ricos a seus agricultores. Mas os empresários, e aí vocês podem dar uma contribuição importante, devem fazer a sua parte nessa dura batalha contra os subsídios.

É muito importante que cada empresário possa chamar a atenção de seu Governo para as graves distorções e injustiças que o protecionismo provoca. Com um terço dos 300 bilhões gastos em subsídios anualmente, alcançaríamos as Metas do Milênio no prazo com que nos comprometemos.

Em outras esferas de negociação, defendemos a preservação de espaço para a adoção de políticas públicas necessárias à inclusão social. No âmbito do PNUD, o Brasil, juntamente com Índia e África do Sul, criou o Fundo IBAS para alívio da pobreza. Nosso objetivo é estimular que projetos sociais bem sucedidos sejam disseminados. Esse Fundo é o primeiro criado exclusivamente por países em desenvolvimento com vistas a melhorar as condições de vida de países ainda mais pobres. Conta, também, com o apoio extraordinário de empresários; nos faz lembrar que vários empresários brasileiros deram a

sua contribuição para que nós pudéssemos começar a criar esse Fundo.

Nós conseguimos angariar – pouco, obviamente, mas muito porque não tínhamos nada – 1 milhão e 600 mil dólares a partir de contribuições voluntárias de empresários. Em janeiro deste ano, juntamente com meus colegas do Chile e da França e o Secretário-Geral Kofi Annan, firmei a Declaração de Genebra, que lança um programa de ação contra a fome e a pobreza.

Por decisão do Presidente Zapatero, a Espanha acaba de juntar-se a essas iniciativas. Criamos um grupo técnico que analisa mecanismos financeiros para obtenção de recursos, em nível mundial. Dentre as alternativas, está em estudo a taxação do comércio de armas, que poderia gerar rendimentos de mais de 20 bilhões de dólares por ano. Analisa-se, também, a idéia da criação de uma taxa sobre transações financeiras, tendo em conta a preocupação de evitar distorções nos fluxos de investimentos. Se tivermos forças para taxar os paraísos fiscais existentes no mundo, quem sabe poderemos ter um bom dinheiro para enfrentar a questão da fome.

O montante gerado por uma taxa pequena seria muito expressivo. Uma taxa mínima de 0,01% proporcionaria 17 bilhões de dólares por ano, o que já seria uma extraordinária contribuição. Também está em consideração pelo grupo técnico a proposta britânica de um “Mecanismo Financeiro Internacional”, um engenhoso instrumento que poderá antecipar, por meio do mercado, o valor futuro de compromisso de doações, por parte dos países desenvolvidos. As conclusões do grupo técnico serão apresentadas aos líderes mundiais que estou convidando para um encontro na véspera da Assembléia Geral da ONU, no dia 20 de setembro. Quero registrar meu agradecimento pelo inestimável apoio que o Secretário-Geral Kofi Annan tem dado a essa iniciativa.

A todas essas fórmulas soma-se a necessidade de estimular a participação voluntária de empresários, por meio de ações socialmente responsáveis. Dentre

elas, figura a da utilização do cartão de crédito solidário, posta em prática, e com sucesso, por um grande amigo meu e amigo de muitos de vocês que estão aqui, o nosso companheiro Oded Grajew, membro deste *Global Compact*. Trata-se de destinar um percentual de cada compra a projetos sociais.

Outra proposta considerada pelo grupo técnico é a de estimular a aplicação de recursos em ações de empresas que destinam parte do seu faturamento ao combate à fome. Assim como existe o compromisso de Governo de destinar 0,7% do PIB em ajuda aos países mais pobres, pode-se pensar em algo semelhante para as empresas, em relação ao seu faturamento.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito às altas taxas cobradas por instituições financeiras para as remessas de imigrantes a seus países de origem. Na falta de mecanismos confiáveis para a transferência desses recursos, a maior parte dos emigrantes submete-se a alternativas informais, pagando elevadas comissões ou trocando sua poupança a taxas de câmbio depreciadas.

No ano passado a América Latina recebeu quase 40 bilhões de dólares de seus cidadãos que vivem em outros países. Não fossem as altas comissões, esse volume seria ainda muito superior. No Brasil, estamos procurando resolver esse problema. A Caixa Econômica Federal criou um programa seguro, inovador e de baixo custo, que vai facilitar as remessas dos emigrantes brasileiros de forma rápida e sem burocracia.

Meus amigos e minhas amigas,

As empresas que participam do *Global Compact Leaders Summit* vêm dando sucessivos exemplos de iniciativas destinadas a pôr em prática os princípios estabelecidos no campo dos direitos humanos, meio ambiente e relações trabalhistas.

Lutar por um mundo mais justo é um dever de todos: dos Governos, dos empresários e da sociedade civil. O que está em jogo é o mundo que nós queremos construir: um mundo marcado por assimetrias e pela omissão diante da exclusão e da miséria ou um mundo capaz de transcender a

irracionalidade, conciliando eficiência econômica com justiça e progresso social. A escolha está nas nossas mãos.

Os empresários têm não só um papel econômico mas, também, um grande papel social e político. A exclusão social é a face oculta da miopia econômica. A sabedoria econômica recomenda a incorporação dos segmentos menos favorecidos à atividade produtiva. Uma sociedade com trabalhadores mais qualificados e consumidores de renda elevada não é apenas mais justa. É, também, mais racional do ponto de vista econômico.

Estou certo de que é este o espírito esclarecido que anima os empresários aqui reunidos, neste pacto global, sob a liderança da ONU.

Por isso, gostaria de vê-los igualmente engajados na campanha para libertar todos os seres humanos do flagelo da fome. Ontem, me encontrei com centenas de empresários, visando atrair investimentos para o meu país. Hoje, é motivo de alegria nos reunirmos com tantos outros representantes do setor privado engajados na promoção de objetivos sociais.

Volto ao Brasil confiante com o que estou vendo aqui, que está se transformando uma nova e mais lúcida visão empresarial, que considera a inclusão social como parte integrante de sua estratégia econômica.

Eu queria, meu querido secretário Kofi Annan, antes de terminar, dizer a todos os empresários que no Brasil está acontecendo uma coisa, eu diria, extraordinária. Um grupo de empresários, mais representantes da sociedade civil – quem fez este púlpito nunca falou num púlpito –, resolveram, depois da idéia de um empresário de meu país, que resolveu dedicar um dia de produção da sua fábrica, no segundo sábado de maio de cada ano, para ajudar alguma comunidade – é uma empresa de confecções em que, num sábado no mês de maio, no segundo sábado do mês de maio, os trabalhadores vão trabalhar de graça; a empresa dá a matéria-prima e as máquinas, os trabalhadores escolhem a instituição, e toda a produção daquele sábado é doada a essa instituição – , com base nisso, um grupo de empresários – aqui tem

vários deles, eu poderia citar o nosso companheiro Oded Grajew, que é o coordenador do Instituto Ethos –, juntamente com o governo, resolvemos criar a Semana da Solidariedade, a Semana da Cidadania, ou seja, uma semana em que cada um de nós vai prestar contas do que está fazendo para cumprir as Metas do Milênio.

O Governo terá que dizer à sociedade civil o que está fazendo, mas também cada membro da sociedade vai ter que dizer o que está fazendo para contribuir com as Metas do Milênio. Nós vamos fazer o lançamento agora, no mês de agosto. O Governo participa apenas como membro, como convidado, o Governo não coordena. A coordenação é da sociedade civil e nós vamos parar de ficar procurando quem é culpado pelo fato de as coisas não acontecerem, e vamos começar a determinar o que cada um de nós pode fazer, no mundo em que vivemos, para que as coisas aconteçam de verdade.

A coisa, no Brasil, está andando tão bem que eu vi até o nosso Presidente da Bolsa de Valores do Brasil participando, aqui, deste encontro, o que é um alento de que a Bolsa começa a ter uma preocupação social. Espero que todas tenham, no mundo, uma grande preocupação social, para que a gente possa melhorar a vida de muita gente.

Eu quero terminar dizendo a vocês que saio daqui sensibilizado. Eu não imaginava que pudéssemos, aqui, na sede das Nações Unidas, reunir tantos empresários e tanta gente interessada em mudar um pouco a humanidade para melhor, acabando com o sofrimento de milhões.

Eu volto para o Brasil com a certeza de que vocês acenderam ainda mais a esperança daquilo que eu

acredito que é possível fazer. Eu digo sempre assim: o ser humano não é 100% bom, mas o ser humano também não é 100% ruim. Ou seja, todo mundo tem alguma coisa a oferecer para alguém. E eu acho que o que nós temos que extrair de dentro de nós é aquilo que a gente pode oferecer. Que a gente possa estender a mão às pessoas que não podem estar onde nós estamos, porque quem está com fome não pode nem gritar que está com fome. Quem está com fome não pertence a partido político, quem está com fome não pertence a sindicato. Muitas vezes, não tem nem tempo de ir a uma igreja.

Houve um tempo em que eu acreditava que quem estivesse com fome ia fazer a revolução. Quem está com fome não faz revolução, quem está com fome se subordina aos responsáveis pelo fato de ele ter fome. A fome leva à submissão do ser humano, enfraquecido, e eu diria até moralmente combalido, para enfrentar a situação.

Eu penso que nós temos que estender as mãos a essas pessoas, porque se fizemos isso, nós teremos enormes chances de, ainda na nossa passagem pela Terra, ter, pelo menos os mais jovens, quem sabe, a alegria de saber que nós conquistamos a paz. Não existe arma de destruição em massa maior do que a fome. Ela não mata soldados, ela mata crianças, ela mata mulheres, ela mata adolescentes.

E eu acho que nós temos a responsabilidade, com gestos, muito mais gestos, e com ações – por menores que sejam, mas práticas –, de mudar um pouco a história da humanidade. Está nas nossas mãos. Devemos assumi-las.

Meus parabéns por vocês estarem aqui



Fórum Cultural Mundial – Brasil 2004

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Fórum Cultural Mundial – Brasil 2004, em São Paulo, em 29 de junho de 2004

Primeiro, um aviso aqui: o Gilberto Gil falou no Rui César. Rui, talvez você não se lembre que, em 1976, quando você foi eleito Presidente da UNE, eu era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e foi um momento especial para nós, trabalhadores, a UNE ter ressurgido. Depois participamos de um debate na Bahia, no programa do França Teixeira. Eu estou dizendo isso para você lembrar de mim. Possivelmente você era muito jovem, deve ter mudado um pouco, afinal de contas alguns anos se passaram, mas eu gostaria de te dar um abraço antes de ir embora. E eu vou sair daqui quase que correndo, porque eu tenho que pegar o vôo no aeroporto de Congonhas.

Eu queria cumprimentar o nosso querido Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Cumprimentar a nossa querida Prefeita da capital de São Paulo, Marta Suplicy. Cumprimentar o nosso querido Gilberto Gil, Ministro da Cultura. Cumprimentar o nosso querido Eduardo Suplicy, que está aqui no meio de nós. Cumprimentar o Deputado Jamil Murad. Cumprimentar o nosso querido representante do PNUD, e, sobretudo, cumprimentar o Danilo, Presidente do Conselho do Fórum Cultural. Quero cumprimentar a minha querida companheira Marisa. Quero cumprimentar os companheiros da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura, do Ministério da Cultura do nosso país. Quero cumprimentar esta representação multicultural que está presente aqui no Teatro

Municipal de São Paulo.

Este Fórum Mundial Cultural coloca São Paulo e o Brasil no centro da discussão sobre a importância única da cultura no mundo contemporâneo.

Quero dizer a vocês que a cultura é, por isso, uma das prioridades do nosso Governo.

Elemento inigualável de expressão e afirmação humana, tanto do indivíduo como dos grupos, a cultura nos singulariza como criaturas no universo.

Ao mesmo tempo, a cultura e a produção cultural devem ser também encaradas como fatores de geração de renda e emprego, de inclusão social, de cidadania, de crescimento individual e coletivo, e de inserção soberana no processo de globalização.

Nessa dupla condição, o homem público não pode desconhecer o papel fundamental que a cultura e a produção cultural desempenham no contexto das negociações econômicas e políticas de nossos dias, tanto na vida interna dos países como nas relações internacionais.

A acelerada integração econômico-financeira e a circulação de bens e serviços em escala mundial têm levado a uma crescente padronização cultural. É preciso reorientar esse processo.

A inserção digna de um país no mundo demanda, essencialmente, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade nacional. O Governo brasileiro tem consciência desse fato e age concretamente nesse sentido.

Através do Ministério da Cultura, procuramos criar as condições necessárias não só para democratizar o acesso à cultura, mas também para garantir a mais ampla expressão cultural, tanto individual quanto coletiva. Com isso valorizamos a identidade e a diversidade cultural deste país, tão rico e variado nas manifestações de nossa gente.

Incluímos a cultura, pela primeira vez, como uma das seis dimensões estruturais do desenvolvimento nacional contempladas no Plano Plurianual do Governo. Também incorporamos uma visão ampla e transformadora de cultura, vista agora não só como expressão simbólica, mas como direito do cidadão e fator de desenvolvimento.

Vou dar alguns exemplos concretos das nossas ações.

Ainda esta semana – e eu quero convidar a todos que estão aqui, mas, sobretudo os cariocas – estaremos reinaugurando a Rádio Nacional, que teve um papel fundamental para a divulgação da música popular e da cultura brasileira por muitas décadas.

Certamente muitos artistas já não estarão entre nós, mas eles serão lembrados neste ato. E dos que ainda estão vivos, nós esperamos contar com sua presença na reinauguração da nossa querida Rádio Nacional. Os que têm a minha idade, ou um pouco mais, sabem o papel importante que ela teve na difusão da cultura brasileira.

Criamos o Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual, com investimentos diretos de mais de R\$ 30 milhões de reais na produção e na difusão de filmes e programas de televisão.

Na verdade, em relação ao audiovisual, fizemos o maior investimento direto já realizado pelo Governo Federal num mesmo ano: um aumento de 50% em relação à média dos últimos 5 anos.

Aliás, em termos de recursos, não só elevamos em 70% o orçamento do Ministério em relação a 2003 – orçamento que nós herdamos – como aumentamos em 150% os recursos disponíveis para o incentivo fiscal à cultura.

E fizemos isso democratizando as oportunidades e promovendo um aumento geral em todas as regiões

do país em relação à média dos últimos quatro anos.

Na região Norte, o aumento foi de 636%; no Centro-Oeste, de 106%, possivelmente porque não tenha sido aplicado muita coisa nos anos anteriores; no Nordeste, 70%; no Sudeste, 31%; e na região Sul, 47%.

Também incorporamos as diversas manifestações da cultura popular e da cultura indígena nas nossas políticas governamentais, e estamos implantando uma abrangente política nacional de museus.

Em relação aos museus federais, investimos, em 2003, 25% a mais – cerca de R\$ 22 milhões de reais –, e vamos investir R\$ 24 milhões de reais neste ano.

Da mesma forma, temos participado ativamente de importantes eventos internacionais. Nosso querido Gilberto Gil, para nossa felicidade, é Ministro da Cultura do nosso país. Não é do Governo Lula mas é do Brasil. O nosso querido Ministro liderou o seminário Cultura e Desenvolvimento, que reuniu, em Salvador, em março deste ano, mais de 180 artistas, autoridades e representantes das nações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Do Seminário resultaram propostas de intensificação da produção e da circulação de bens culturais, reiteradas pelos Ministros de Cultura dos países de língua portuguesa, reunidos, em abril, em Maputo.

O Ministro Gilberto Gil também dirigiu o Painel de Alto Nível sobre “Indústrias Criativas e Desenvolvimento” realizado na Conferência da UNCTAD, aqui mesmo em São Paulo, no início do mês.

Também neste mês aconteceu o 1º Festival de Cultura das Três Fronteiras, envolvendo atividades simultâneas no Brasil, na Argentina e no Paraguai.

E já estamos trabalhando para a realização do Ano do Brasil na França, em 2005, que tem no diálogo cultural uma de suas mais fortes dimensões. Nos fóruns multilaterais, temos defendido a exceção dos bens e serviços culturais, que merecem tratamento diferenciado.

Reativamos o MERCOSUL Cultural,

impulsionamos a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e estamos em negociações específicas com outros países em desenvolvimento, como a Índia, a África do Sul, o México e a Austrália.

Temos a exata noção de que, ao mesmo tempo em que são fontes permanentes de diversidade e identidade, as culturas nacionais constituem também um elemento essencial ao processo de desenvolvimento.

Estudos recentes da UNCTAD revelam que o valor global de mercado das chamadas “indústrias criativas”, que era de cerca de 800 bilhões de dólares em 2000, deve alcançar 1 trilhão e 300 bilhões de dólares em 2005.

Música, teatro, cinema, TV, rádio, livros, jornais, revistas, programas para computadores, fotografia, arte publicitária, moda, *design* – entre outras – são áreas de atuação que apresentam um sem-número de oportunidades para criadores de todos os países e que podem integrar de modo mais pleno a cultura ao processo produtivo.

Paradoxalmente, neste mundo globalizado, quanto mais o produto cultural for capaz de expressar a diferença e as identidades locais, maior o seu valor e maior a sua vantagem comparativa.

A busca dessa expressão cultural diferenciada representa um desafio novo, sobretudo para os países em desenvolvimento.

A uma ação diversificada no plano político e econômico deve corresponder, portanto, um pluralismo cultural. Uma via de mão dupla, na qual as culturas sejam receptivas à produção externa e ofereçam condições de plena expressão interna.

Não podemos, contudo, ignorar que a produção

cultural no mundo é dominada por uns poucos e fortes oligopólios. Esse fato torna ainda mais necessária a construção estratégica de parcerias entre os países que aceitam o desafio de buscar espaço para seus produtos e serviços.

Esse é exatamente um dos mais importantes objetivos deste Fórum Cultural Mundial: possibilitar o conhecimento, o intercâmbio, a troca de experiências e a cooperação entre diferentes povos e culturas.

Minhas queridas e meus queridos, meus caros participantes do Fórum Cultural Mundial,

Quero cumprimentar, em especial, o Ministério da Cultura, a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, a Secretaria Estadual de Cultura, o SESC São Paulo e o Instituto Cultural Via Magia pelo belíssimo trabalho de organização de um evento dessa magnitude.

Ainda mais porque foi precedido por seminários regionais, redes de trabalho internacionais e pelo Fórum Virtual Permanente.

Saúdo efusivamente os delegados, representantes e Ministros da cultura dos países aqui presentes. Sejam bem-vindos a São Paulo e ao Brasil.

Criadores, intelectuais, acadêmicos, cientistas, educadores e agentes culturais dos mais diversos setores estão aqui reunidos em busca de alternativas para o desenvolvimento dos povos no campo da cultura.

O Governo brasileiro – tenham certeza – compartilha dos princípios que orientam a realização deste Fórum Cultural Mundial e está comprometido com os seus objetivos.

Que todos tenham um bom trabalho.

Muito obrigado. E muito obrigado Celso Frateschi.



Abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, em 29 de junho de 2004

Meu caro amigo e Senador José Sarney, Presidente do Senado; meu caro companheiro João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados; minha querida companheira Marisa; Embaixadores estrangeiros que estão participando deste ato; minha querida companheira Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para Mulheres; meu querido companheiro Nilmário Miranda, Secretário Especial dos Direitos Humanos; meus companheiros Ministros; meu querido Deputado Luiz Couto, companheiro Deputado da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; querida Daniele de Paula, do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; companheiros Deputados – lamentavelmente, como são muitos, eu não posso citar o nome de todos, mas eu sei que todos que estão aqui são companheiros que têm não apenas o seu mandato, mas uma parte da sua vida dedicada à luta pelos direitos humanos; meus companheiros e companheiras, delegados desta IX Conferência dos Direitos Humanos; meus companheiros e minhas companheiras,

Fiz questão de vir a esta IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos porque considero sua realização, bem como o trabalho perseverante, incansável e minucioso do Ministro Nilmário Miranda, uma experiência insubstituível para o amadurecimento democrático da sociedade brasileira. Talvez seja a semeadura mais difícil, a mais

delicada, a mais trabalhosa de ser feita em nossa terra. Por isso mesmo, uma das mais preciosas. Falo da semeadura de valores humanistas, que devem germinar dentro de cada um de nós, mas especialmente nas relações sociais que nos envolvem e nas engrenagens produtivas que nos sustentam. Se estamos construindo uma Nação de verdade, não apenas um aglomerado sem rosto nem alma; se estamos buscando respeito efetivo à dignidade humana, além da conquista do seu registro na Constituição, temos uma tarefa fundamental a cumprir. E essa é uma tarefa coletiva. Trata-se não apenas de punir o desrespeito aos direitos humanos, mas de fazer do desenvolvimento brasileiro uma verdadeira fonte produtora de direitos e não a engrenagem geradora de deformações sociais que nos legou a história, inclusive a história recente. Esse é o trabalho que temos de fazer e é forçoso reconhecer que ele não será fácil, mas ninguém o fará por nós.

A humanização de uma sociedade não é uma decorrência natural do tempo, ou do progresso, mesmo porque a eficiência econômica não é necessariamente sinônimo de respeito aos direitos humanos.

Já tivemos no Brasil, durante o período ditatorial, uma experiência antagônica e aflitiva de alguns bons resultados econômicos acompanhados de asfixia política. Não esqueceremos jamais essa lição.

Temos consciência, por exemplo, de que o Brasil vai se transformar no maior exportador mundial de

alimentos, e isso será ótimo, mas vai também acabar com a fome que sacrifica dezenas de milhões de pessoas entre nós, e isso será extraordinário.

Queremos a eficiência produtiva que se traduz em solidariedade social. A mão que move a máquina tem que ter, na prática, acesso a direitos e a uma vida digna.

Este é um Governo que trabalha de fato por esses objetivos, apesar das dificuldades. Muito diferente dos que, em nome do progresso e da modernidade, só vinham aprofundando padrões intoleráveis de desigualdade no nosso país.

Meus companheiros e minhas companheiras,

A voz dos direitos humanos não é um grito no vazio.

Pobre do país que precisa de heróis para defender a dignidade. Pobre do país que precisa de mártires para defender a liberdade ou de mortos para defender a vida.

No Brasil, a expressão “direitos humanos” já esteve associada à solidão destemida de algumas poucas vozes corajosas. Dom Paulo Evaristo Arns, o companheiro Hélio Bicudo e meu companheiro, advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, entre outros, batalhadores e batalhadoras de todo o Brasil. Estes se destacaram naqueles tempos.

Tempos sombrios em que uma casa paroquial ou um jornalista intrépido constituíam o único abrigo para a denúncia e o desespero de pessoas perseguidas, ou de parentes e amigos de desaparecidos, presos ou mortos no regime militar.

Se vencemos aquele período, não há porque duvidar da nossa capacidade para construir um outro muito mais justo, estável e promissor.

Esta Conferência é um passo importante dessa caminhada. Estamos longe de concluí-la, mas sabemos o destino, temos um projeto claro, e isso nos dá firmeza na trajetória.

Ninguém fará por nós aquilo que só a participação democrática pode fazer por um povo: ou seja, modular o seu futuro no presente em função do bem-estar coletivo, da liberdade plena e da solidariedade econômica.

Trata-se de reforçar a democracia, dando-lhe uma dimensão cada vez mais prática, não só política, mas

também econômica e social.

Somente assim construiremos um país no qual o respeito aos direitos não dependerá apenas da coerção, mas será um valor intrínseco ao próprio modo de viver e de produzir da sociedade.

Hoje, estamos acrescentando mais bases a essa construção. A luta pelos direitos humanos, felizmente, já não depende mais apenas da casa paroquial ou do jornalista corajoso.

Hoje, esses esforços ganharam um amplo apoio do Estado brasileiro por meio de iniciativas, sobretudo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ela montou uma rede de ações para coibir a violência, localizar crianças desaparecidas, indenizar famílias de mortos e desaparecidos políticos, proteger adolescentes e cidadãos coagidos pelo tráfico.

Uma rede, que envolve Estado e a sociedade organizada, para combater o trabalho escravo, o abuso e a exploração sexual de menores, e para integrar deficientes físicos e coibir a discriminação sexual, entre muitas outras iniciativas.

Os senhores e as senhoras sabem muito bem o que isso significa para a vida das pessoas. Mas quero dar alguns exemplos concretos:

Já resgatamos mais de 5.400 trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão e fizemos com que fossem pagos mais de R\$ 6 milhões em direitos trabalhistas. Divulgamos lista com 52 nomes de empresários e de empresas que foram autuados por exploração de trabalho escravo, e o Ministério do Trabalho e Emprego já concluiu uma segunda lista contendo mais 49 nomes. Todos já foram ou serão levados à Justiça do nosso país.

O programa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já está implantado em várias cidades, inclusive São Paulo, e já capacitou 1.500 profissionais da rede de atendimento às vítimas.

O Governo lidera uma mobilização nacional pelo registro de nascimento. Por ano, cerca de 800 mil crianças deixam de ser registradas no primeiro ano de vida, no Brasil. A expectativa é que, até 2006,

todas as crianças estejam devidamente registradas.

Os PROVITAS – Programas de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas – atendem hoje mais de 600 testemunhas, sem que nenhuma delas tenha sido morta ou sofrido qualquer atentado enquanto sob proteção do Estado.

Agora, essa rede ganha uma ouvidoria nacional de orientação e encaminhamento rápido, através do serviço Disque Direitos Humanos, que o companheiro Nilmário acaba de inaugurar aqui.

Graças ao novo sistema, o registro e o acompanhamento de todos os casos de violação cometidos no país serão feitos de forma articulada, permitindo ações imediatas e efetivas. Além da coleta de dados para o diagnóstico e formulação de políticas preventivas, de âmbito nacional e regional.

É evidente que essa iniciativa deve ser mais um estímulo à nossa luta árdua, política e cotidiana – de todo o Governo e da sociedade –, para que o ideário abraçado pela Comunidade das Nações em 1948 seja, enfim, uma realidade em nosso país.

Trata-se de mais um ponto de luz. Um ponto de apoio na missão mais desafiadora e, ao mesmo tempo, a mais bonita de toda a humanidade, que é a de humanizar-se. Milhões de homens e mulheres de

todo o mundo fizeram a sua parte, no seu tempo, reagindo diante da coerção, do obscurantismo e da desigualdade. A sucessão dessas lutas é que assegura hoje o espaço, a força e a extensão da democracia e dos direitos humanos entre nós.

Estamos absolutamente juntos nessa empreitada e vamos levá-la o mais longe possível durante o meu Governo.

Meus companheiros, minhas companheiras,

Meu companheiro Nilmário Miranda,

Primeiro, o meu reconhecimento pelo trabalho extraordinário que você está fazendo na Secretaria dos Direitos Humanos. Segundo, dizer a vocês que combater o desrespeito aos direitos humanos não é apenas uma questão do Estado, não é apenas uma questão da legislação, não é apenas uma questão do Senado, da Câmara ou do Poder Judiciário. Combater o abuso aos direitos humanos é um estado de consciência de uma sociedade.

E vocês, que estão inscritos como delegados e delegadas desta IX Conferência, podem sentir-se orgulhosos, porque vocês representam a síntese da consciência brasileira na luta pelos direitos humanos.

Boa sorte e boa Conferência para todos vocês.



ACORDOS

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia

O Governo da República Federativa do Brasil (a seguir denominado “Brasil”) e a Comunidade Européia (a seguir denominada “Comunidade”), a seguir denominados “Partes”,

Considerando o Acordo-Quadro de Cooperação entre as Partes, celebrado em 29 de junho de 1992 e em vigor desde 1º de novembro de 1995;

Considerando a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento econômico e social das Partes;

Considerando a cooperação científica e tecnológica em curso entre as Partes;

Considerando que as Partes realizam e apóiam atualmente atividades de investigação, incluindo projetos de demonstração, em áreas de interesse comum, conforme definidos na alínea d) do Artigo II do presente Acordo, e que a participação conjunta nas atividades de investigação e desenvolvimento com base na reciprocidade proporcionará benefícios mútuos;

Desejando estabelecer uma base formal para a cooperação em matéria de investigação científica e tecnológica que amplie e reforce a realização de atividades de cooperação em áreas de interesse comum e incentive a aplicação dos resultados dessa cooperação em benefício mútuo, no plano social e econômico;

Considerando que o presente Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica se insere no contexto da cooperação global entre a Comunidade e o Brasil.

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Objetivo

As Partes concordam em incentivar, desenvolver e facilitar as atividades de cooperação nas áreas de interesse comum em que realizem ou apóiem atividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico.

ARTIGO II

Definições

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por:

- a) “Atividade de cooperação”, qualquer atividade exercida ou apoiada pelas Partes no âmbito do presente Acordo, incluindo investigação conjunta;
- b) “Informações”, dados científicos ou técnicos, resultados ou métodos de investigação e desenvolvimento decorrentes da investigação conjunta e quaisquer outros dados que os participantes e, se for o caso, as próprias Partes, considerem necessários para as atividades de cooperação;
- c) “Propriedade intelectual”, o conceito definido no Artigo II da Convenção que instituiu a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinada em Estocolmo, Suécia, em 14 de julho de 1967;
- d) “Investigação conjunta”, os projetos de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, implementados com ou sem o apoio financeiro de uma ou de ambas as Partes, que envolvam a colaboração entre participantes do Brasil e da Comunidade. Os “projetos de demonstração” são projetos destinados a comprovar a viabilidade de novas tecnologias com potenciais vantagens

econômicas, mas que não possam ser comercializadas diretamente. As Partes manter-se-ão recíproca e regularmente informadas sobre as atividades consideradas de investigação conjunta ao abrigo do disposto no Artigo VI;

e) “Participante” ou “entidade de investigação”, qualquer pessoa ou grupo de pessoas, instituto de investigação ou qualquer entidade jurídica ou empresa, estabelecido no Brasil ou na Comunidade, envolvido em atividades de cooperação, incluindo as próprias Partes.

ARTIGO III

Princípios

As atividades de cooperação serão realizadas com base nos seguintes princípios:

a) Benefício mútuo, baseado no equilíbrio global das vantagens;

b) Acesso recíproco às atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico realizadas pelas Partes;

c) Intercâmbio, em tempo útil, de informações que possam influenciar as atividades de cooperação;

d) Proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual.

ARTIGO IV

Áreas das atividades de cooperação

A cooperação, no âmbito do presente Acordo, pode abranger todos os setores de interesse mútuo em que ambas as Partes implementem ou apoiem atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (a seguir denominadas “IDT”), nos termos da alínea b) do nº 3 do Artigo VI. Essas atividades devem ter por objetivo o avanço da ciência, o reforço da competitividade industrial e do desenvolvimento econômico e social, em particular nas seguintes áreas:

- biotecnologia;
- tecnologias da informação e das comunicações;
- bioinformática;
- espaço;
- microtecnologias e nanotecnologias;
- investigação de materiais;

- tecnologias limpas;
- gestão e uso sustentável dos recursos ambientais;
- biossegurança;
- saúde e medicina;
- aeronáutica;
- metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e
- ciências humanas.

ARTIGO V

Modalidades e atividades de cooperação

1. As Partes promoverão:

a) A participação de entidades de investigação nas atividades de cooperação abrangidas pelo presente Acordo, em conformidade com as respectivas políticas e regulamentações internas, de forma a proporcionar oportunidades equivalentes de participação nas respectivas atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico e no aproveitamento dos seus benefícios;

b) A reciprocidade de acesso às atividades promovidas por cada uma das Partes ao abrigo de programas ou políticas nacionais em vigor.

2. As atividades de cooperação podem assumir as seguintes formas:

a) Projetos conjuntos de IDT;

b) Visitas e intercâmbio de cientistas, investigadores e peritos;

c) Organização conjunta de seminários, conferências, simpósios e *workshops* científicos, bem como a participação de peritos nessas atividades;

d) Ações concertadas, tais como agrupamentos de projetos de IDT já executados de acordo com os procedimentos aplicáveis aos programas de IDT de cada Parte, e redes temáticas;

e) Intercâmbio e uso conjunto de equipamentos e materiais;

f) Intercâmbio de informações sobre as práticas utilizadas, a legislação, a regulamentação e os programas relevantes para efeitos da cooperação no âmbito do presente Acordo, incluindo a troca de informações sobre políticas no domínio da ciência e tecnologia;

g) Quaisquer outras modalidades recomendadas

pelo Comitê Diretivo, previsto no Artigo VI, e que estejam em conformidade com as políticas e procedimentos aplicáveis em ambas as Partes.

3. Os projetos conjuntos de IDT serão executados somente após a conclusão, pelos participantes, de um Plano Conjunto de Gestão Tecnológica, tal como previsto no Anexo do presente Acordo.

ARTIGO VI

Coordenação e implementação de atividades de cooperação

1. A coordenação e o encaminhamento das atividades da cooperação no âmbito do presente Acordo serão realizados pelos serviços da Comissão das Comunidades Européias, em nome da Comunidade, e pelo Ministério das Relações Exteriores, em nome do Brasil, como Agentes Coordenadores.

2. Os Agentes Coordenadores estabelecerão um Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Técnica responsável pela supervisão do presente Acordo. Este Comitê será composto por representantes oficiais de cada uma das Partes e estabelecerá o seu regulamento interno.

3. O Comitê Diretivo tem como funções:

a) Recomendar e acompanhar as atividades de cooperação no âmbito do presente Acordo, conforme estabelecido no Artigo V;

b) Indicar para o ano seguinte, entre os setores de cooperação com potencial em matéria de IDT, os setores ou subsetores prioritários de interesse mútuo nos quais a cooperação deve realizar-se, nos termos da alínea b) do nº 1 do Artigo V;

c) Recomendar, aos investigadores de ambas as Partes, propostas de agrupamento de projetos de interesse mútuo ou complementar;

d) Apresentar recomendações nos termos da alínea g) do nº 2, do Artigo V;

e) Assessorar as Partes quanto às formas de promoção e melhoria da cooperação, de acordo com os princípios estabelecidos no presente Acordo;

f) Analisar a aplicação e o funcionamento eficaz

do presente Acordo;

g) Apresentar um relatório anual às Partes sobre o estado, o nível alcançado e a eficácia da cooperação efetuada no âmbito do presente Acordo. Esse relatório será transmitido ao Comitê Conjunto instituído ao abrigo do Acordo-Quadro de Cooperação celebrado entre as Partes em 29 de junho de 1992.

4. O Comitê Diretivo, que responde perante o Comitê Conjunto, reunir-se-á, em princípio, uma vez por ano, de preferência antes da reunião do Comitê Conjunto, de acordo com um calendário aprovado mútua e previamente. As reuniões serão realizadas alternadamente na Comunidade e no Brasil. Podem realizar-se reuniões extraordinárias a pedido de qualquer das Partes.

5. Os custos de participação de representantes nas reuniões do Comitê Diretivo são da responsabilidade da Parte correspondente.

ARTIGO VII

Financiamento

As atividades de cooperação estão sujeitas à disponibilidade dos fundos adequados, às leis e regulamentos, políticas e programas aplicáveis das Partes. Os custos incorridos pelos participantes nas atividades de cooperação não dão lugar, em princípio, à transferência de fundos de uma Parte para a outra.

ARTIGO VIII

Entrada de pessoal e equipamento

1. Cada Parte tomará as medidas adequadas e envidará os seus melhores esforços, no cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis, para facilitar a entrada, a estada e a saída de seu território das pessoas, materiais, dados e equipamentos envolvidos ou utilizados nas atividades de cooperação desenvolvidas pelas Partes ao abrigo do presente Acordo, que beneficiarão de isenções fiscais e aduaneiras, de acordo com as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis nos territórios de cada uma das Partes.

2. Quando os regimes específicos de cooperação de uma Parte determinarem a concessão de apoio

financeiro aos participantes da outra Parte, as subvenções, contribuições financeiras ou outras de uma Parte para os participantes da outra Parte em apoio a essas atividades beneficiar-se-ão de isenções fiscais e aduaneiras, de acordo com a legislação aplicável nos territórios de cada uma das Partes.

ARTIGO IX

Propriedade intelectual

As questões relativas à propriedade intelectual no âmbito do presente Acordo são tratadas em conformidade com o Anexo, que constitui parte integrante do mesmo.

ARTIGO X

Atividades comunitárias para países em desenvolvimento

O presente Acordo não afeta a participação do Brasil, na qualidade de país em desenvolvimento, nas atividades comunitárias no domínio da investigação para o desenvolvimento.

ARTIGO XI

Aplicação territorial

O presente Acordo aplica-se, por um lado, nos territórios em que se aplica o Tratado que institui a Comunidade Européia, nas condições estabelecidas nesse Tratado, e, por outro lado, no território da República Federativa do Brasil.

ARTIGO XII

Entrada em vigor, denúncia e resolução de diferendos

1. O presente Acordo entra em vigor na data em que as Partes se notificarem, reciprocamente e por escrito, do cumprimento das respectivas formalidades internas necessárias à sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo tem uma validade inicial de cinco anos e pode ser renovado por acordo entre as Partes, após avaliação no penúltimo ano de cada período de renovação subsequente.

3. O presente Acordo pode ser alterado por acordo das Partes. As alterações entrarão em vigor nas mesmas condições definidas no nº 1.

4. O presente Acordo pode ser denunciado em qualquer momento por qualquer das Partes, mediante notificação escrita com seis meses de antecedência,

por via diplomática. A cessação da vigência ou a denúncia do presente Acordo não prejudica a validade ou a duração dos projetos conjuntos de investigação em curso ao abrigo do mesmo, nem quaisquer direitos e obrigações específicos adquiridos nos termos do Anexo.

5. Todas as questões ou diferendos relacionados com a interpretação ou a aplicação do presente Acordo serão resolvidos por acordo entre as Partes.

Feito em Brasília, em 19 de janeiro de 2004, em duplo exemplar, nas línguas alemã, dinamarquesa, espanhola, finlandesa, francesa, grega, inglesa, italiana, portuguesa, neerlandesa e sueca, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação entre quaisquer destes idiomas, prevalece o texto inglês.

Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a República da Índia

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados-Partes do MERCOSUL, e a República da Índia:

Considerando:

Que o Acordo-Quadro para o estabelecimento de uma área de livre-comércio entre o MERCOSUL e a República da Índia prevê uma primeira etapa com ações dirigidas a incrementar o comércio, incluindo a concessão mútua de preferências tarifárias;

Que a implementação de um instrumento que prevê a concessão de preferências tarifárias fixas durante essa primeira etapa facilitaria as negociações subsequentes para o estabelecimento de uma Área de Livre-Comércio;

Que foram realizadas as negociações necessárias para implementar as concessões de preferências tarifárias fixas e para estabelecer disciplinas de comércio entre as Partes;

Que a integração regional e o comércio entre países em desenvolvimento, inclusive por meio do estabelecimento de áreas de livre-comércio, são compatíveis com o sistema multilateral de comércio,

e contribuem para a expansão do comércio mundial, para a integração de suas economias na economia global, e para o desenvolvimento social e econômico de seus povos;

Que o processo de integração de suas economias inclui a liberalização gradual e recíproca do comércio e o fortalecimento dos laços de cooperação econômica entre eles;

Que o Artigo XXVII do Tratado de Montevideu de 1980, do qual os Estados-Membros do MERCOSUL são Partes signatárias, autoriza a conclusão de Acordos de Alcance Parcial com outros países em desenvolvimento e áreas de integração econômica fora da América Latina;

Acordam:

CAPÍTULO I

Objetivos do Acordo

ARTIGO I

Para os objetivos deste Acordo, as “Partes Contratantes”, doravante “Partes”, são o MERCOSUL e a República da Índia. As “Partes Signatárias” são a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República da Índia.

ARTIGO II

As Partes acordam concluir este Acordo de Comércio Preferencial como um primeiro passo rumo à criação de uma área de livre-comércio entre o MERCOSUL e a República da Índia.

CAPÍTULO II

Liberalização do Comércio

ARTIGO III

Os Anexos I e II deste Acordo contêm os produtos para os quais preferências tarifárias e outras condições são acordadas para sua importação dos respectivos territórios das Partes Signatárias.

a) O Anexo I contém os produtos para os quais preferências tarifárias são concedidas pelo MERCOSUL à República da Índia.

b) O Anexo II contém os produtos para os quais preferências tarifárias são concedidas pela República da Índia ao MERCOSUL.

ARTIGO IV

Os produtos incluídos nos Anexos I e II estão classificados conforme o Sistema Harmonizado (SH).

ARTIGO V

As preferências tarifárias serão aplicadas sobre todos os direitos aduaneiros vigentes em cada Parte Signatária no momento da importação do produto relevante.

ARTIGO VI

Um “direito aduaneiro” inclui quaisquer direitos e taxas cobrados em conexão com a importação de um bem, exceto:

a) impostos internos ou outras taxas internas cobradas de forma consistente com o Artigo III do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) 1994;

b) medidas *antidumping* ou medidas compensatórias em conformidade com os Artigos VI e XVI do GATT 1994, o Acordo sobre Implementação do Artigo VI do GATT 1994 da OMC e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC;

c) outros direitos ou taxas cobrados de maneira consistente com o Artigo VIII do GATT 1994 e com o Entendimento sobre a Interpretação do Artigo II:1 (b) do GATT 1994;

ARTIGO VII

A menos que disposto de outra forma neste Acordo ou no GATT 1994, as Partes não aplicarão barreiras não-tarifárias aos produtos incluídos nos Anexos deste Acordo.

Barreiras não-tarifárias referem-se a qualquer medida administrativa, financeira, cambial ou outra, por meio da qual uma Parte impede ou dificulta o comércio bilateral por uma decisão unilateral.

ARTIGO VIII

Se uma Parte Contratante concluir um acordo preferencial com uma não-Parte, deverá, por solicitação da outra Parte Contratante, oferecer oportunidade adequada para consultas sobre quaisquer benefícios adicionais ali concedidos.

CAPÍTULO III

Exceções Gerais

ARTIGO IX

Nada neste Acordo impedirá uma Parte Signatária de adotar ações ou medidas consistentes com os Artigos XX e XXI do GATT 1994.

CAPÍTULO IV

Empresas Comerciais do Estado

ARTIGO X

Nada neste Acordo impedirá uma Parte Signatária de manter ou estabelecer uma empresa comercial do Estado em conformidade com o Artigo XVII do GATT 1994.

ARTIGO XI

A Parte Signatária que mantenha ou estabeleça qualquer empresa comercial do Estado deverá garantir que a mesma aja de maneira consistente com as obrigações das Partes Signatárias neste Acordo e assegurará tratamento não-discriminatório às importações de e às exportações para as outras Partes Signatárias.

CAPÍTULO V

Regras de Origem

ARTIGO XII

Os produtos incluídos nos Anexos I e II deste Acordo deverão cumprir as regras de origem estabelecidas no Anexo III deste Acordo de forma a obterem preferências tarifárias.

CAPÍTULO VI

Tratamento Nacional

ARTIGO XIII

Em questões relacionadas a impostos, taxas ou quaisquer outros direitos internos, os produtos originários do território de uma Parte Signatária deverão receber no território das outras Partes Signatárias o mesmo tratamento aplicado aos produtos nacionais, em conformidade com o Artigo III do GATT 1994.

CAPÍTULO VII

Valoração Aduaneira

ARTIGO XIV

Em questões relacionadas a valoração aduaneira, as Partes Signatárias serão regidas pelo Artigo VII do GATT 1994 e pelo Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do GATT da OMC.

CAPÍTULO VIII

Medidas de Salvaguardas

ARTIGO XV

A implementação de salvaguardas preferenciais sobre a importação de produtos aos quais foram concedidas as preferências tarifárias estabelecidas nos Anexos I e II deverá obedecer às regras acordadas no Anexo IV deste Acordo.

ARTIGO XVI

As Partes Signatárias mantêm seus direitos e obrigações de aplicar medidas de salvaguarda de forma consistente com o Artigo XIX do GATT 1994 e com o Acordo sobre Salvaguardas da OMC.

CAPÍTULO IX

Antidumping e Medidas Compensatórias

ARTIGO XVII

Na aplicação de medidas *antidumping* e medidas compensatórias, as Partes Signatárias serão regidas por suas respectivas legislações, que deverão ser consistentes com os Artigos VI e XVI do GATT 1994, com o Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994 e com o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

CAPÍTULO X

Barreiras Técnicas ao Comércio

ARTIGO XVIII

As Partes Signatárias respeitarão os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC.

ARTIGO XIX

As Partes Signatárias cooperarão na área de padrões, regulamentos técnicos e procedimentos de averiguação de conformidade com o objetivo de facilitação do comércio.

ARTIGO XX

As Partes Signatárias buscarão concluir acordos de equivalência mútua.

CAPÍTULO XI

Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

ARTIGO XXI

As Partes Signatárias respeitarão os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo sobre a Aplicação

de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC.

ARTIGO XXII

As Partes Signatárias acordam cooperar nas áreas de saúde animal e proteção vegetal, segurança de alimentos e reconhecimento mútuo de medidas sanitárias e fitossanitárias, por meio das respectivas autoridades competentes, inclusive, *inter alia*, por meio de acordos de equivalência e acordos de reconhecimento mútuo a serem concluídos levando em consideração critérios internacionais relevantes.

CAPÍTULO XII

Administração do Acordo

ARTIGO XXIII

As Partes acordam criar um Comitê Conjunto de Administração integrado pelo Grupo Mercado Comum do MERCOSUL ou seus representantes e pelo Secretário de Comércio da Índia ou seus representantes.

ARTIGO XXIV

O Comitê Conjunto de Administração realizará sua primeira reunião até sessenta dias após a entrada em vigência deste Acordo, quando estabelecerá seus procedimentos de trabalho.

ARTIGO XXV

O Comitê Conjunto de Administração reunir-se-á ordinariamente ao menos uma vez ao ano, em local a ser acordado pelas Partes, e extraordinariamente a qualquer momento, por solicitação de uma das Partes.

ARTIGO XXVI

O Comitê Conjunto de Administração tomará decisões por consenso e terá as seguintes funções, *inter alia*:

1) Assegurar o funcionamento e a implementação plenos deste Acordo, de seus Anexos e Protocolos Adicionais e o seguimento do diálogo entre as Partes.

2) Considerar e submeter às Partes quaisquer modificações e emendas a este Acordo.

3) Avaliar o processo de liberalização comercial estabelecido neste Acordo, estudar o desenvolvimento do comércio entre as Partes e recomendar passos adicionais para a criação de uma

área de livre-comércio de acordo com o Artigo II.

4) Exercer outras funções resultantes dos dispositivos deste Acordo, de seus Anexos e de quaisquer Protocolos Adicionais.

5) Estabelecer mecanismos para estimular a participação ativa dos setores privados nas áreas abrangidas por este Acordo entre as Partes.

6) Intercambiar opiniões e fazer sugestões sobre qualquer tema de interesse mútuo relacionado às áreas abrangidas por este Acordo, inclusive ações futuras.

7) O estabelecimento de órgãos subsidiários que se façam necessários, *inter alia*, sobre Assuntos Aduaneiros, Facilitação do Comércio e Barreiras Técnicas ao Comércio, e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

CAPÍTULO XIII

Emendas e Modificações

ARTIGO XXVII

Qualquer Parte poderá apresentar proposta de emenda ou modificação dos dispositivos deste Acordo por meio da submissão da proposta ao Comitê Conjunto de Administração. A decisão de emendar será tomada por concordância mútua das Partes.

ARTIGO XXVIII

As emendas ou modificações ao presente Acordo serão adotadas por meio de protocolos adicionais.

CAPÍTULO XIV

Solução de Controvérsias

ARTIGO XXIX

Qualquer controvérsia que surja em conexão com a aplicação, a interpretação ou o não-cumprimento deste Acordo será solucionada de acordo com as regras estabelecidas no Anexo V deste Acordo.

CAPÍTULO XV

Entrada em Vigor

ARTIGO XXX

Este Acordo entrará em vigor trinta dias após a notificação formal por todas as Partes Signatárias, por canais diplomáticos, da conclusão de procedimentos internos necessários para essa finalidade.

ARTIGO XXXI

Este Acordo permanecerá vigente até a data de entrada em vigor do Acordo para o estabelecimento de uma área de livre-comércio entre o MERCOSUL e a República da Índia, a menos que seja terminado conforme o Artigo XXXII abaixo.

CAPÍTULO XVI

Denúncia

ARTIGO XXXII

Caso uma das Partes Contratantes deseje denunciar este Acordo, notificará formalmente sua intenção à outra Parte com no mínimo sessenta dias de antecedência. Uma vez denunciado, os direitos e obrigações assumidos pela Parte denunciante cessarão, mas ela será obrigada a cumprir os compromissos relacionados às preferências tarifárias estabelecidas nos Anexos I e II deste Acordo por um período de um ano, salvo acordado de forma diferente.

CAPÍTULO XVII

Depositário

ARTIGO XXXIII

O Governo da República do Paraguai será o Depositário deste Acordo para o MERCOSUL.

ARTIGO XXXIV

Em cumprimento às funções de Depositário atribuídas no artigo anterior, o Governo da República do Paraguai notificará aos demais Estados-Membros do MERCOSUL a data na qual este Acordo entrará em vigor.

CAPÍTULO XVIII

Disposição Transitória

ARTIGO XXXV

Os Anexos I a V mencionados neste Acordo serão negociados de forma expedita com o objetivo de breve implementação deste Acordo.

Em fé do que, os signatários, estando devidamente autorizados por seus respectivos Governos, subscreveram este Acordo.

Feito na cidade de Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004, em dois originais, cada um nas línguas espanhola, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de dúvida ou divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (doravante denominados as “Partes Contratantes”),

Desejando promover a segurança da aviação e a qualidade ambiental;

Tomando nota das preocupações comuns quanto à operação segura de aeronaves civis;

Reconhecendo a tendência emergente nas áreas de projeto, produção e intercâmbio multinacionais de produtos aeronáuticos civis;

Desejando incrementar a cooperação e aumentar a eficiência em matérias relativas à segurança da aviação civil;

Considerando a possível redução do ônus econômico imposto à indústria e aos operadores da aviação por redundantes inspeções técnicas, avaliações e testes;

Reconhecendo o mútuo benefício de procedimentos melhorados para a aceitação recíproca de aprovações de aeronavegabilidade, testes ambientais e desenvolvimento de procedimentos de reconhecimento recíproco referentes a aprovação e ao monitoramento de simuladores de voo, instalações de manutenção de aeronaves, pessoal de manutenção, aeronautas e operações de voo;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

A. As Partes Contratantes acordam:

1. Facilitar a aceitação por cada uma das Partes Contratantes:

a) das aprovações de aeronavegabilidade e dos testes e aprovações ambientais de produtos aeronáuticos civis, e

b) das avaliações de qualificação de simuladores de voo.

2. Facilitar a aceitação pelas Partes Contratantes das aprovações e do monitoramento de:

- a) instalações de manutenção e instalações de alteração ou modificação;
- b) pessoal de manutenção;
- c) aeronautas;
- d) estabelecimentos de treinamento da aviação, e
- e) operações de vôo da outra Parte;

3. Proporcionar cooperação para manter um nível equivalente de segurança e de objetivos ambientais referentes à segurança da aviação.

B. Cada uma das Partes Contratantes designará sua autoridade de aviação civil como o agente executivo para implementar o presente Acordo. Pelo Governo da República Federativa do Brasil, o agente executivo será o Departamento de Aviação Civil (DAC). Pelo Governo dos Estados Unidos da América, o agente executivo será a Administração Federal de Aviação (*Federal Aviation Administration – FAA*), do Departamento de Transporte.

ARTIGO II

Para os propósitos do presente Acordo:

A. “Aprovação de aeronavegabilidade” quer dizer determinar que o projeto ou mudança no projeto de um produto aeronáutico civil atende aos padrões acordados entre as autoridades de aviação civil das Partes Contratantes ou que um produto está em conformidade com o projeto que se constatou atender a esses padrões, e que está em condições seguras de operação.

B. “Produto aeronáutico civil” quer dizer qualquer aeronave civil, motor de aeronave, ou hélice ou subconjunto, dispositivo, material, peça ou componente a serem ali instalados.

C. “Alterações ou modificações” quer dizer efetuar uma mudança na construção, configuração, desempenho, características ambientais, ou limitações operacionais do produto aeronáutico civil afetado.

D. “Aprovação ambiental” quer dizer determinar que um produto aeronáutico civil atende aos padrões acordados entre as Partes Contratantes no que tange a ruído e/ou emissões de escapamento. “Teste ambiental” quer dizer um processo mediante o qual um produto aeronáutico civil é avaliado quanto ao

atendimento desses padrões, empregando procedimentos acordados entre as Partes Contratantes.

E. “Manutenção” quer dizer a execução de inspeção, revisão, reparo, preservação e substituição de peças, materiais, dispositivos ou componentes de um produto, visando a assegurar a aeronavegabilidade continuada desse produto, excluindo, porém, alterações ou modificações.

F. “Avaliações da qualificação de simuladores de vôo” quer dizer o processo de qualificação mediante o qual um simulador de vôo é avaliado em cotejo com a aeronave que simula, consoante os padrões acordados entre as autoridades de aviação civil das Partes Contratantes, ou determinar que o mesmo atende a esses padrões.

G. “Aprovação de operações de vôo” quer dizer o processo mediante o qual as inspeções técnicas e avaliações são levadas a cabo pela autoridade de aviação civil de uma Parte Contratante, empregando padrões acordados entre as Partes, de entidade provedora de transporte aéreo comercial de passageiros ou cargas, ou determinar que a entidade atende a esses padrões.

H. “Monitoramento” quer dizer vigilância periódica por uma autoridade da aviação civil de uma Parte Contratante, visando a determinar o atendimento continuado dos padrões apropriados.

ARTIGO III

A. As autoridades da aviação civil das Partes Contratantes realizarão avaliações técnicas e trabalharão em cooperação, a fim de desenvolver o entendimento dos padrões e sistemas da outra Parte Contratante nas seguintes áreas:

1. Aprovações de aeronavegabilidade de produtos aeronáuticos civis;
2. Aprovação ambiental e testes ambientais;
3. Aprovação de instalações de manutenção, de pessoal de manutenção e de aeronautas;
4. Aprovação de operações de vôo;
5. Avaliação e qualificação de simuladores de vôo, e
6. Aprovação de estabelecimentos de treinamento

da aviação.

B. Quando houver concordância entre as autoridades da aviação civil das Partes Contratantes em que os padrões, as regras, as práticas, os procedimentos e os sistemas de ambas as Partes Contratantes, em uma das especializações técnicas relacionadas no parágrafo A do presente Artigo, são suficientemente equivalentes ou compatíveis para permitir a aceitação da determinação de cumprimento dos padrões acordados feita por uma das Partes Contratantes para a outra Parte, as autoridades da aviação civil redigirão Procedimentos de Implementação por escrito, descrevendo os métodos pelos quais tal aceitação recíproca será feita em relação a essa especialização técnica.

C. Os Procedimentos de Implementação incluirão como mínimo:

1. Definições;
2. Uma descrição do âmbito da área específica da aviação civil a ser focalizada;
3. Provisões para a aceitação recíproca de ações das autoridades da aviação civil, tais como testemunho de testes, inspeções, qualificações, aprovações e certificações;
4. A obrigação de assumir responsabilidades;
5. Provisões referentes à cooperação e assistência técnica mútuas;
6. Provisões para avaliações periódicas, e
7. Provisões para a emenda ou rescisão de Procedimentos de Implementação.

ARTIGO IV

Qualquer divergência relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo ou de seus Procedimentos de Implementação será dirimida por meio de consultas diretas entre as Partes Contratantes ou suas autoridades da aviação civil, respectivamente.

ARTIGO V

A. Este Acordo entrará em vigor na data da segunda Nota diplomática em que uma Parte Contratante informar a outra do cumprimento dos requisitos internos para sua vigência e permanecerá em vigor até ser denunciado por uma das Partes Contratantes.

B. A denúncia será formalizada por meio de notificação escrita à outra Parte Contratante e surtirá efeito 60 (sessenta) dias após a data da referida notificação. Esta denúncia também efetivará o término de todos os Procedimentos de Implementação existentes executados em conformidade com este Acordo.

C. Este Acordo pode ser emendado mediante entendimento por escrito entre as Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor seguindo os procedimentos descritos no parágrafo A.

D. Procedimentos de Implementação específicos podem ser cancelados ou emendados pelas autoridades da aviação civil.

ARTIGO VI

O “Acordo para Reconhecimento Recíproco de Certificados de Aeronavegabilidade” celebrado por troca de Notas, em Brasília, no dia 16 de junho de 1976, permanecerá em vigor até ser denunciado por troca de Notas, após a conclusão, pelas autoridades de aviação civil das Partes Contratantes, das avaliações técnicas e dos Procedimentos de Implementação relativos à certificação de aeronavegabilidade e aprovação ambiental, como descrito no Artigo III. No caso de qualquer inconsistência entre o Acordo de 16 de junho de 1976 e o presente Acordo, as Partes Contratantes realizarão consultas.

Em fé do que os abaixo-assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília em 22 de março de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos

A República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, adiante denominadas “Partes”:

Desejosas de contribuir com o desenvolvimento

das relações bilaterais;

Interessadas em fortalecer a cooperação policial entre as autoridades competentes das Partes;

De acordo com o espírito de amizade e cooperação manifestado pela autoridades dos dois países no âmbito da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço:

Acordam:

CAPÍTULO I

Abrangência do Acordo

ARTIGO I

As Partes, para efeito do presente Acordo, por intermédio das autoridades policiais e no marco de suas respectivas jurisdições e competências, prestar-se-ão cooperação para prevenir e/ou investigar fatos delituosos, sempre que tais atividades não estejam reservadas pelas leis do Estado requerido a outras autoridades e que o solicitado não viole sua legislação processual ou de fundo.

ARTIGO II

Para efeitos do presente Acordo entender-se-á por autoridades competentes as autoridades policiais compreendidas no Anexo I.

ARTIGO III

1. A assistência e cooperação compreenderá as situações de interesse mútuo relacionadas com as tarefas de polícia, nas zonas limítrofes.

2. Considera-se compreendido na cooperação policial prevista neste Acordo todo fato que constitua delito tanto no Estado requerente como no Estado requerido.

ARTIGO IV

A cooperação será prestada de conformidade com a legislação interna das Partes e compreenderá, nos termos do presente Acordo:

a. O intercâmbio de informações sobre atos preparatórios ou execução de delitos que possam interessar a outra Parte, bem como sobre o *modus operandi* detectado, documentações e certidões para o fim de prevenção de atos ilícitos.

b. A execução de atividades investigativas e diligências sobre situações ou pessoas imputadas ou

presumivelmente vinculadas a fatos delituosos, que serão levadas a cabo pela Parte requerida.

CAPÍTULO II

Intercâmbio de Informações

ARTIGO V

1. Cada uma das Partes designará um Coordenador Policial de Fronteira pertencente às autoridades policiais, os quais:

a. Receberão e darão encaminhamento às solicitações de cooperação policial e intercâmbio de informações contempladas no presente Acordo;

b. Supervisionarão e avaliarão periodicamente o funcionamento dos mecanismos estabelecidos;

c. Planificarão e proporão às autoridades competentes de seus respectivos Estados os projetos necessários para fortalecer e alcançar uma maior eficácia das medidas contempladas neste Acordo.

2. Será de competência dos Coordenadores a entrega das informações solicitadas, cumprindo suas obrigações em conformidade com as instruções das Partes requerida e requerente, comunicando as autoridades competentes de seus respectivos Estados, sendo-lhes vedada qualquer atuação de forma independente.

ARTIGO VI

1. O intercâmbio de informação policial a que se refere o Artigo precedente será feito através do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do MERCOSUL (SISME), devendo em tal caso ser ratificado por documento original, firmado dentro dos 10 (dez) dias seguintes ao pedido inicial.

2. Até que se implemente o intercâmbio de informação referido acima, as solicitações serão enviadas aos respectivos Coordenadores Policiais de Fronteira por meio de telex, fac-símile, correio eletrônico ou similar.

3. O Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerida dará seguimento à solicitação imprimindo o trâmite urgente, por meio dos mecanismos possíveis.

4. O Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai informarão reciprocamente a

designação dos Coordenadores Policiais de Fronteira, bem como as modificações que ocorram, mantendo informadas as autoridades policiais de seus respectivos países.

ARTIGO VII

A informação requerida nos termos do presente Acordo será prestada, de conformidade com as respectivas legislações, nas mesmas condições em que as Partes a proporcionem a suas próprias autoridades policiais.

ARTIGO VIII

Sem prejuízo do disposto no Artigo VII, a autoridade competente da Parte requerida poderá aprazar o cumprimento da solicitação, ou condicioná-la, nos casos em que interfira com uma investigação em curso no âmbito de sua jurisdição.

ARTIGO IX

As Partes deverão:

a. A pedido da Parte requerente, manter o caráter confidencial da solicitação e de sua tramitação. Se não for possível tramitar a solicitação sem violar a confidencialidade, a Parte requerida informará a Parte requerente, que decidirá se mantém a solicitação.

b. Da mesma forma, a autoridade competente da Parte requerida poderá solicitar que a informação obtida a partir da solicitação tenha caráter confidencial. Neste caso, o requerente deverá respeitar tais condições. Se não puder aceitá-las, comunicará à Parte requerida, que decidirá sobre a prestação ou não da colaboração.

ARTIGO X

A pedido do Coordenador Policial de Fronteira da Parte requerente, o Coordenador da Parte requerida informará, com a brevidade possível, sobre o estágio de cumprimento da solicitação em trâmite.

ARTIGO XI

As autoridades policiais da Parte requerente, salvo consentimento prévio das autoridades da Parte requerida, somente poderão empregar a informação obtida em virtude do presente Acordo na investigação ou procedimento policial indicado na solicitação.

ARTIGO XII

A solicitação deverá ser redigida no idioma da Parte requerente e será acompanhada de tradução no idioma da Parte requerida. Por sua vez, as informações originadas como consequência da referida solicitação serão redigidas unicamente no idioma da Parte requerida.

CAPÍTULO III

Perseguição de Delinquentes

ARTIGO XIII

As autoridades policiais das Partes que, em seu próprio território, estejam perseguindo uma ou mais pessoas que para eludir a ação das autoridades ultrapassem o limite fronteiriço, poderão ingressar no território da outra Parte somente para o efeito de requerer à autoridade policial mais próxima o procedimento legal correspondente. De tal solicitação dever-se-á lavrar ata por escrito.

ARTIGO XIV

Efetuada a detenção e/ou apreensão preventiva das pessoas que são motivo da perseguição, as autoridades policiais da Parte requerida comunicarão o fato, com urgência, às autoridades da Parte requerente. As pessoas detidas e/ou apreendidas preventivamente permanecerão nesta situação conforme as disposições legais estabelecidas no país de detenção.

ARTIGO XV

No desenvolvimento da investigação de um delito ou na vigilância de uma ou mais pessoas que tenham presumivelmente participado de um fato delituoso e que possam ser objeto de extradição, as autoridades policiais de uma das Partes poderão atuar como observadores no território da outra Parte, mediante prévia solicitação, devidamente autorizada.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

ARTIGO XVI

O presente Acordo não restringirá a aplicação total ou parcial de outros que sobre a mesma matéria tiverem sido firmados ou venham a ser assinados entre as Partes, desde que suas cláusulas sejam mais favoráveis para fortalecer a cooperação mútua em assuntos vinculados

às tarefas de polícia em zonas limítrofes.

ARTIGO XVII

1. As controvérsias que surjam entre as Partes por motivo da aplicação, interpretação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo, serão resolvidas por negociações diretas entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério do Interior do Uruguai, em um prazo de 90 (noventa) dias.

2. Se decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a controvérsia não tiver sido resolvida através das negociações diretas mencionadas no parágrafo anterior deste Artigo, ela será solucionada por via diplomática.

ARTIGO XVIII

As partes, através das autoridades policiais, se comprometem a estabelecer e manter, nas zonas de fronteira, os sistemas de comunicações mais adequados para os fins do presente Acordo.

ARTIGO XIX

O presente Acordo entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a data em que as Partes trocarem os respectivos instrumentos de ratificação.

ARTIGO XX

Quaisquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação escrita, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data de sua formalização.

Feito em Rio Branco, República Oriental do Uruguai, em 14 de abril de 2004, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça

A República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça (doravante denominados Estados Contratantes),

No intuito de concluir um Tratado de cooperação jurídica em matéria penal e de cooperar de forma mais eficiente na investigação, persecução e repressão de delitos,

Chegaram ao acordo seguinte:

TÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO I

Obrigações de Conceder a Cooperação

1. Os Estados Contratantes comprometem-se a conceder um ao outro, conforme as disposições do presente Tratado, a mais ampla cooperação jurídica em qualquer investigação ou procedimento judiciário relativos a delitos cuja repressão é da jurisdição do Estado Requerente.

2. Os Estados Contratantes trocarão, por suas Autoridades Centrais, a lista das autoridades competentes para apresentar pedidos de cooperação jurídica para os fins do presente Tratado.

3. A cooperação jurídica abrange as seguintes medidas, tomadas em favor de um procedimento penal no Estado Requerente:

- a) tomada de depoimentos ou outras declarações;
- b) entrega de documentos, registros e elementos de prova, inclusive os de natureza administrativa, bancária, financeira, comercial e societária;
- c) restituição de bens e valores;
- d) troca de informações;
- e) busca pessoal e domiciliar;
- f) busca, apreensão, seqüestro e confisco de produtos de delito;
- g) intimação de atos processuais;
- h) transferência temporária de pessoas detidas para fins de audiência ou acareação;
- i) quaisquer outras medidas de cooperação compatíveis com os objetivos deste Tratado e que sejam aceitáveis pelos Estados Contratantes.

ARTIGO II

Inaplicabilidade

O presente Tratado não se aplica aos seguintes casos:

- a) busca, detenção ou prisão de uma pessoa processada ou julgada penalmente com o intuito de obter a sua extradição;
- b) execução de sentenças penais.

ARTIGO III

Motivos para Recusar ou Adiar a Execução do Pedido

1. A cooperação jurídica poderá ser recusada:

a) se o pedido de cooperação se referir a infrações consideradas pelo Estado Requerido como delitos políticos ou conexos a delitos políticos;

b) se o pedido referir-se a delitos militares que não constituam delitos de direito comum;

c) se o pedido referir-se a infrações fiscais; no entanto o Estado Requerido poderá atender a um pedido se a investigação ou o procedimento visar fraude em matéria fiscal. Se o pedido referir-se somente em parte a infrações fiscais, o Estado Requerido tem a possibilidade de limitar, nesta parte, a utilização das informações e meios de prova fornecidos;

d) se o Estado Requerido julgar que a execução do pedido pode atentar contra a sua soberania, segurança, ordem pública ou outros interesses essenciais do Estado, conforme determinados por sua autoridade competente;

e) se existirem razões sérias para acreditar que o pedido de cooperação foi apresentado com a intenção de processar ou punir uma pessoa por razões ligadas à sua raça, religião, origem étnica, sexo ou opiniões políticas, ou para acreditar que dar seguimento ao pedido prejudicaria a pessoa por qualquer uma das razões retromencionadas;

f) se existirem razões sérias para acreditar que o procedimento penal contra a pessoa processada não respeita as garantias estipuladas nos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, particularmente no Pacto Internacional relativo aos Direitos Civis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966.

2. O Estado Requerido pode adiar a cooperação jurídica se a execução do pedido prejudicar um procedimento penal em andamento neste Estado.

3. Antes de recusar ou de adiar a cooperação conforme o presente Artigo, o Estado Requerido:

a) Informará imediatamente o Estado Requerente sobre o motivo que o leva a recusar ou a adiar a

cooperação jurídica, e

b) Informará ao Estado Requerente as condições em que a assistência poderá ser prestada, as quais, se aceitas, deverão ser respeitadas.

4. Qualquer recusa de cooperação jurídica, total ou parcial, será fundamentada.

ARTIGO IV

Ne Bis in Idem

1. A cooperação jurídica será recusada se o pedido visar fatos pelos quais a pessoa processada foi definitivamente absolvida quanto ao mérito, ou condenada, no Estado Requerido, por um delito essencialmente correspondente, desde que a sanção eventualmente imposta esteja em fase de execução ou já tenha sido executada.

2. No entanto, a cooperação jurídica poderá ser concedida:

a) Se os fatos visados pelo julgamento foram cometidos, no todo ou em parte, no território do Estado Requerente, a menos que, nesse último caso, tenham sido cometidos igualmente em parte no território do Estado Requerido;

b) Se os fatos visados pelo julgamento constituam delito contra a segurança ou contra outros interesses essenciais do Estado Requerente;

c) Se os fatos visados pelo julgamento foram cometidos por funcionário do Estado Requerente com violação dos seus deveres funcionais.

3. De qualquer maneira, o parágrafo 1 não se aplicará se:

a) o procedimento aberto no Estado Requerente não for dirigido somente contra a pessoa visada pelo parágrafo 1; ou

b) a execução da demanda tiver o objetivo de inocentá-la.

TÍTULO II

Pedidos de Cooperação Jurídica

ARTIGO V

Direito Aplicável

1. O pedido é executado conforme o direito do Estado Requerido.

2. Se o Estado Requerente desejar que um

procedimento específico seja aplicado na execução do pedido de cooperação jurídica, deverá solicitá-lo expressamente; o Estado Requerido o atenderá, se não for contrário ao seu direito.

ARTIGO VI

Medidas Coercitivas

A execução de pedido envolvendo medidas de coerção poderá ser recusada se os fatos nele descritos não corresponderem aos elementos objetivos de um delito tipificado pelo direito do Estado Requerido, supondo-se que tenha sido cometido neste Estado.

ARTIGO VII

Medidas Cautelares

1. A pedido expresso do Estado Requerente, e caso o procedimento visado pelo pedido não pareça manifestamente inadmissível ou inoportuno segundo o direito do Estado Requerido, medidas cautelares serão ordenadas pela autoridade competente do Estado Requerido, a fim de manter uma situação existente, de proteger interesses jurídicos ameaçados ou de preservar elementos de prova.

2. Quando houver perigo na demora e se as informações fornecidas permitirem examinar se as condições para conceder as medidas cautelares foram cumpridas, essas medidas poderão ser igualmente ordenadas desde o anúncio de um pedido. As medidas cautelares serão revogadas se o Estado Requerente não apresentar o pedido de cooperação jurídica no prazo determinado para esse fim.

ARTIGO VIII

Presença de Pessoas que Participam do Procedimento

1. Se o Estado Requerente o solicitar expressamente, a Autoridade Central do Estado Requerido o informará sobre a data e o local de execução do pedido de cooperação jurídica.

2. O Estado Requerido autorizará, a pedido do Estado Requerente, que os representantes das autoridades desse último e as pessoas que participarem do procedimento, bem como seus advogados, assistam à execução do pedido no seu

território.

3. Tais pessoas poderão, conforme previsto no parágrafo 1, ser autorizadas em particular a formular perguntas e a consultar os autos processuais. Poderão também sugerir, às autoridades do Estado Requerido, a formulação de perguntas ou a tomada de medidas complementares.

4. Essa presença não pode ter como consequência que os fatos sigilosos sejam levados ao conhecimento dessas pessoas antes que a autoridade competente tenha decidido pela concessão e extensão da cooperação.

ARTIGO IX

Depoimentos de Testemunhas no Estado Requerido

1. As testemunhas serão ouvidas conforme o direito do Estado Requerido. No entanto, elas poderão também recusar-se a testemunhar, caso o direito do Estado Requerente o permitir.

2. Se a recusa de testemunhar basear-se no direito do Estado Requerente, os autos lhe serão encaminhados pelo Estado Requerido para decisão, que deverá ser fundamentada.

3. A testemunha que se valer do direito de recusar-se a testemunhar não poderá sofrer nenhuma sanção legal por esse motivo no Estado Requerente.

ARTIGO X

Entrega de Documentos, Autos ou Elementos de Prova

1. O Estado Requerido entregará ao Estado Requerente, a pedido deste, objetos, documentos, autos ou elementos de prova.

2. O Estado Requerido poderá enviar cópias dos documentos, autos ou elementos de prova solicitados. Caso o Estado Requerente peça expressamente o envio dos originais, o Estado Requerido atenderá ao pedido, na medida do possível.

3. O Estado Requerente tem a obrigação de restituir os originais daquelas peças, com a maior brevidade possível, no mais tardar até o encerramento do procedimento, a menos que o Estado Requerido a eles renuncie.

4. Os direitos invocados por terceiros sobre objetos, documentos, autos ou elementos de prova no Estado Requerido não impedem sua entrega ao Estado Requerente.

ARTIGO XI

Autos Judiciais ou de Investigação

1. Caso solicitado, o Estado Requerido colocará à disposição das autoridades do Estado Requerente seus autos judiciais ou de investigação, inclusive os julgamentos e decisões, se essas peças forem importantes para um procedimento judiciário ou de investigação.

2. As peças, autos e meios de prova somente serão entregues se disserem respeito exclusivamente a um procedimento encerrado ou, caso não esteja encerrado, na medida considerada admissível pela Autoridade Central do Estado Requerido.

ARTIGO XII

Restituição de Bens e Valores

1. Os bens e valores que constituam produtos de delito, cometido e processado no Estado Requerente, e que tenham sido apreendidos pelo Estado Requerido, assim como os bens de substituição cujo valor corresponda a esses produtos, podem também ser restituídos ao Estado Requerente para fins de confisco, resguardados os direitos invocados por terceiro de boa fé sobre esses bens e valores.

2. A restituição ocorrerá, como regra geral, com base em decisão definitiva e executória do Estado Requerente ; no entanto, o Estado Requerido terá a possibilidade de restituir em estágio anterior do procedimento.

ARTIGO XIII

Utilização Restrita

1. As informações, documentos ou objetos obtidos pela via da cooperação jurídica não podem, no Estado Requerente, ser utilizados em investigações, nem ser produzidos como meios de prova em qualquer procedimento penal relativo a um delito em relação ao qual a cooperação jurídica não possa ser concedida.

2. Qualquer outra utilização está subordinada à

aprovação prévia da Autoridade Central do Estado Requerido. Esta aprovação não é necessária quando:

a) Os fatos que originaram o pedido representam um outro delito em relação ao qual a cooperação jurídica pode ser concedida;

b) O procedimento penal estrangeiro for instaurado contra outras pessoas que participaram do delito; ou

c) O material for usado para uma investigação ou procedimento que se refira ao pagamento de indenização relacionada a procedimento para o qual a cooperação jurídica foi concedida.

TÍTULO III

Intimação e Comparecimento

ARTIGO XIV

Intimação de Atos Procedimentais e de Decisões Judiciais

1. O Estado Requerido realizará, conforme sua legislação, a intimação dos atos procedimentais e das decisões judiciais que lhe forem enviadas, para tal fim, pelo Estado Requerente.

2. Esta intimação poderá ser realizada por meio de simples envio do ato ou da decisão ao destinatário. Se o Estado Requerente o solicitar expressamente, o Estado Requerido efetuará a intimação segundo uma das maneiras previstas na sua legislação para as comunicações análogas ou de forma especial compatível com essa legislação.

3. A prova da intimação será feita por meio de recibo datado e assinado pelo destinatário, ou de declaração do Estado Requerido atestando o fato, a forma e a data da intimação. Qualquer desses documentos será imediatamente transmitido ao Estado Requerente. A pedido deste, o Estado Requerido especificará se a intimação foi efetuada conforme seu direito. Se não houver a possibilidade de realizar a intimação, o Estado Requerido dará imediatamente ciência do motivo ao Estado Requerente.

4. A solicitação de intimação para o comparecimento de uma pessoa processada que se encontre no Estado Requerido deverá chegar até a

Autoridade Central desse Estado no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias antes da data fixada para o comparecimento.

ARTIGO XV

Comparecimento de Testemunhas ou Peritos ao Estado Requerente

1. Se o Estado Requerente julgar que o comparecimento pessoal de uma testemunha ou de um perito diante de suas autoridades competentes é particularmente necessário, ele terá de mencioná-lo no pedido de intimação e o Estado Requerido convidará essa testemunha ou perito a comparecer perante o Estado Requerente.

2. O destinatário será convidado a atender à intimação. O Estado Requerido dará conhecimento da resposta do destinatário ao Estado Requerente sem demora.

ARTIGO XVI

Indenizações

As indenizações, assim como as despesas de viagem e de estada, serão pagas pelo Estado Requerente à testemunha ou ao perito, calculadas a partir do local de sua residência e concedidas segundo valores no mínimo iguais àqueles previstos nas tarifas e regulamentos em vigor no país onde a audiência deve acontecer.

ARTIGO XVII

Falta de Comparecimento

A testemunha ou perito que, intimado, deixar de comparecer, não deverá sofrer quaisquer sanções ou medidas coercitivas, mesmo que cominadas na intimação, a menos que, posteriormente, ingresse de forma voluntária no território do Estado Requerente e ali seja de novo regularmente intimado.

ARTIGO XVIII

Salvo-Conduto

1. Nenhuma testemunha ou perito, qualquer que seja sua nacionalidade, que, em decorrência de uma intimação, comparecer perante as autoridades competentes do Estado Requerente, poderá ser processado, detido ou submetido a qualquer outra restrição de sua liberdade individual no território

desse Estado por fatos ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado Requerido.

2. Nenhuma pessoa, qualquer que seja sua nacionalidade, intimada para comparecer perante as autoridades competentes do Estado Requerente para responder por fatos pelos quais é processada, poderá ser submetida a processo, detenção ou qualquer outra restrição de sua liberdade individual por fatos ou condenações anteriores a sua partida do território do Estado Requerido e não visados pela intimação.

3. A proteção prevista no presente Artigo cessará quando a pessoa beneficiada, não obstante tenha tido a possibilidade de deixar o território do Estado Requerente, durante 30 (trinta) dias consecutivos depois que sua presença não era mais necessária, permaneceu nesse território ou a ele retornou após havê-lo deixado.

ARTIGO XIX

Testemunho no Estado Requerente

1. A pessoa que comparecer ao Estado Requerente em decorrência de intimação não poderá ser forçada a testemunhar ou a produzir meios de prova quando o direito de um dos Estados Contratantes permitir que ela se recuse a fazê-lo.

2. Os Artigos IX, parágrafos 2 e 3, e XIII, parágrafo 1, aplicam-se a este Artigo, no que couber.

ARTIGO XX

Transferência Temporária de Pessoas Detidas

1. Qualquer pessoa detida, cujo comparecimento pessoal, na qualidade de testemunha ou para fins de acareação, for solicitado pelo Estado Requerente, será transferida temporariamente para o território do Estado onde a audiência deverá acontecer, sob condição de seu reenvio no prazo indicado pelo Estado Requerido, sem prejuízo das disposições do Artigo XVIII, na medida em que possam ser aplicadas.

2. A transferência poderá ser recusada:

- a) se a pessoa detida não consentir;
- b) se a sua presença for necessária em procedimento penal em trâmite no território do Estado Requerido;

c) se a transferência puder prolongar a sua detenção, ou

d) se outras considerações imperiosas opuserem-se à sua transferência ao Estado Requerente.

3. A pessoa transferida deverá permanecer detida no território do Estado Requerente, a menos que o Estado Requerido peça que ela seja posta em liberdade.

4. O tempo em que a pessoa estiver detida fora do território do Estado Requerido será computado para efeito de prisão preventiva ou de cumprimento da pena.

ARTIGO XXI

Audiência por videoconferência

1. Se uma pessoa que estiver no território do Estado Requerido tiver que ser ouvida como testemunha ou perito diante das autoridades competentes do Estado Requerente, este pode solicitar, se inoportuno ou impossível o comparecimento pessoal no seu território, a realização da audiência por meio de videoconferência.

2. O Estado Requerido terá a faculdade de concordar com a realização da audiência por videoconferência. Se concordar, a audiência será regulada pelas disposições do presente Artigo.

3. Os pedidos de audiência por videoconferência conterão, além das informações mencionadas no Artigo XXIV, a razão pela qual não é desejável ou não é possível que a testemunha ou o perito compareça pessoalmente à audiência, o nome da autoridade competente e das pessoas que conduzirão a audiência.

4. A autoridade competente do Estado Requerido intimará para comparecimento a pessoa a ser ouvida conforme o seu direito.

5. As regras seguintes aplicam-se à audiência por videoconferência:

a) a audiência acontecerá na presença da autoridade competente do Estado Requerido, assistida, caso necessário, por um intérprete. Essa autoridade também será responsável pela identificação da pessoa ouvida e pelo respeito aos

princípios fundamentais do direito do Estado Requerido. Se a autoridade competente do Estado Requerido julgar que os princípios fundamentais do direito do Estado Requerido não estiverem sendo respeitados durante a audiência, ela tomará imediatamente as providências necessárias para assegurar o prosseguimento da audiência conforme os referidos princípios;

b) as autoridades competentes dos Estados Requerente e Requerido acordarão, se for o caso, as medidas relativas à proteção da pessoa a ser ouvida;

c) a audiência será realizada diretamente pela autoridade competente do Estado Requerente, ou sob sua direção, conforme o seu direito interno;

d) a pedido do Estado Requerente ou da pessoa a ser ouvida, o Estado Requerido providenciará que essa pessoa seja assistida por um intérprete, se necessário;

e) a pessoa a ser ouvida poderá invocar o direito de não testemunhar que lhe seria reconhecido pela lei do Estado Requerido ou do Estado Requerente.

6. Sem prejuízo das medidas acordadas quanto à proteção das pessoas, a autoridade competente do Estado Requerido redigirá, após o encerramento da audiência, uma ata indicando a data e o local da audiência, a identidade da pessoa ouvida, a identidade e qualificação das demais pessoas do Estado Requerido que participaram da audiência, os eventuais compromissos ou juramentos e as condições técnicas sob as quais a audiência ocorreu. Esse documento será transmitido pela autoridade competente do Estado Requerido à autoridade competente do Estado Requerente.

7. Cada Estado Contratante tomará as providências necessárias para que, quando testemunhas ou peritos forem ouvidos em seu território conforme o presente Artigo e se recusarem a testemunhar, se obrigados a fazê-lo, ou prestarem falso testemunho, seja aplicado o seu direito interno da mesma forma que se a audiência tivesse ocorrido no âmbito de um procedimento nacional.

8. Os Estados Contratantes poderão, se desejarem, aplicar também as disposições do presente

Artigo, caso cabível e com a concordância de suas autoridades competentes, às audiências por videoconferência das quais participa a pessoa processada ou investigada penalmente. Nesse caso, a decisão de realizar a videoconferência e o seu desenvolvimento deverão ser objeto de acordo entre os Estados Contratantes e estar conformes com o seu direito interno e os instrumentos internacionais em vigor na matéria, em particular ao Pacto Internacional relativo aos Direitos Civis e Políticos, de 16 de dezembro de 1966. As audiências das quais participa a pessoa processada ou investigada penalmente só podem ocorrer com o seu consentimento.

TÍTULO IV

Registros Criminais e Intercâmbio de Informações sobre Condenações

ARTIGO XXII

Registros Criminais e Intercâmbio de Informações sobre Condenações

1. O Estado Requerido transmitirá ao Estado Requerente, na medida em que suas próprias autoridades poderiam obtê-los em caso semelhante, os extratos do registro criminal e quaisquer informações relativas a esses registros que lhe sejam solicitados pelo Estado Requerente para atender às necessidades de um procedimento penal.

2. Nos casos não previstos no parágrafo 1 do presente Artigo, os pedidos serão atendidos nos termos da legislação, dos regulamentos ou da prática do Estado Requerido.

3. Ao menos uma vez por ano, cada um dos Estados Contratantes fornecerá ao outro Estado relatórios sobre sentenças penais e medidas posteriores relativas aos nacionais deste Estado que foram inscritos nos registros criminais.

TÍTULO V

Procedimento

ARTIGO XXIII

Autoridades Centrais

1. Para os fins do presente Tratado, as Autoridades Centrais são, para o Brasil, a Secretaria Nacional de

Justiça do Ministério da Justiça, e, para a Suíça, o Departamento Federal da Justiça do Ministério Federal de Justiça e Polícia, por intermédio das quais serão apresentados e recebidos os pedidos de cooperação jurídica dos seus tribunais e das suas autoridades.

2. As Autoridades Centrais dos Estados Contratantes comunicam-se diretamente entre si. A tramitação por via diplomática poderá, no entanto, ser utilizada, caso necessário.

ARTIGO XXIV

Conteúdo do Pedido

1. O pedido de cooperação jurídica deverá conter as seguintes informações:

a) o nome da autoridade que apresenta o pedido e, se for o caso, da autoridade encarregada do procedimento penal no Estado Requerente;

b) o objeto e o motivo do pedido;

c) na medida do possível, o nome completo, o local e data do nascimento, a nacionalidade, a filiação e o endereço das pessoas a que se refere o procedimento penal no momento da apresentação do pedido;

d) a razão principal pela qual as provas ou as informações são requeridas, assim como uma descrição dos fatos (data, local e circunstâncias nas quais foi cometido o delito) que originaram as investigações no Estado Requerente, a menos que se trate de um pedido de intimação nos termos do Artigo XIV.

2. O pedido também conterá:

a) Na hipótese do Artigo V, parágrafo 2, o texto das disposições legais aplicáveis no Estado Requerente e a razão de sua aplicação;

b) em caso de participação das pessoas referidas no Artigo VIII, parágrafo 2, a designação dessas pessoas e o motivo de sua presença;

c) em caso de intimação de atos processuais (Artigos XIV e XV), o nome e o endereço do destinatário das peças e das intimações a serem entregues;

d) em caso de intimação a testemunhas ou peritos (Artigo XV), a indicação de que o Estado Requerente arcará com as despesas de viagem e estada, bem como com as indenizações;

e) em caso de transferência temporária de pessoas

detidas (Artigo XX), os respectivos nomes;

f) em caso de audiência por videoconferência (Artigo XXI), por que motivo é inoportuno ou impossível à testemunha ou ao perito comparecerem, bem como os nomes da autoridade competente e das pessoas que conduzirão a audiência.

ARTIGO XXV

Execução do Pedido

1. Se o pedido de cooperação jurídica não estiver em conformidade com as disposições do presente Tratado, a Autoridade Central do Estado Requerido informará imediatamente a Autoridade Central do Estado Requerente, pedindo-lhe que o modifique ou complete. A solicitação, pelo Estado Requerido, para modificar ou completar o pedido de cooperação jurídica não prejudicará eventuais medidas cautelares adotadas com base no Artigo VII.

2. Se o pedido parecer estar em conformidade com o Tratado, a Autoridade Central do Estado Requerido deverá encaminhá-lo imediatamente à autoridade competente para execução.

3. Após a execução do pedido, a autoridade competente deverá restituí-lo à Autoridade Central do Estado Requerido, acompanhado das informações e dos elementos de prova obtidos. A Autoridade Central assegurará a execução completa e fiel e comunicará os resultados à Autoridade Central do Estado Requerente.

4. O parágrafo 3 não impede a execução parcial do pedido de cooperação jurídica.

ARTIGO XXVI

Dispensa de Legalização, Autenticação e outras Formalidades

1. Os documentos, autos, depoimentos ou elementos de prova encaminhados em cumprimento ao presente Tratado estão dispensados de legalização, autenticação e outras formalidades.

2. Os documentos, autos, depoimentos ou elementos de prova encaminhados pela Autoridade Central do Estado Requerido serão aceitos como meios de prova sem outra formalidade ou atestado de autenticidade.

3. O ofício de encaminhamento da Autoridade Central garante a autenticidade dos documentos transmitidos.

ARTIGO XXVII

Idioma

1. Os pedidos de cooperação jurídica, assim como seus anexos, serão redigidos no idioma do Estado Requerente e acompanhados de tradução para o idioma do Estado Requerido indicado em cada caso pela Autoridade Central.

2. Compete ao Estado Requerente a tradução dos documentos elaborados ou obtidos no âmbito da execução do pedido.

ARTIGO XXVIII

Despesas Relativas à Execução do Pedido

1. O Estado Requerente arcará, por solicitação do Estado Requerido, apenas com as seguintes despesas decorrentes da execução de um pedido:

a) indenizações, despesas de viagem e estada das testemunhas;

b) despesas referentes ao transporte de pessoas detidas;

c) honorários, despesas de viagem e estada de peritos;

d) custos com o estabelecimento da conexão para videoconferência, bem como os custos ligados à sua disponibilização no Estado Requerido, a remuneração dos intérpretes que proporciona e as indenizações pagas às testemunhas, bem como seus gastos de deslocamento no Estado Requerido, a menos que os Estados Contratantes acordem de outra maneira.

2. Se ficar aparente que a execução do pedido irá ocasionar despesas extraordinárias, o Estado Requerido informará tal fato ao Estado Requerente, a fim de determinar as condições a que estará sujeita a execução do pedido.

TÍTULO VI

Encaminhamento Espontâneo e Notícia para Fins de Processos e Confisco

ARTIGO XXIX

Encaminhamento Espontâneo de Meios de Prova

e Informações

1. Por intermédio das Autoridades Centrais, e nos limites de seu direito interno, as autoridades competentes de cada Estado Contratante podem, sem que um pedido tenha sido apresentado neste sentido, trocar informações e meios de prova envolvendo fatos penalmente puníveis, se avaliarem que esse encaminhamento pode permitir ao outro Estado Contratante:

- a) apresentar um pedido de cooperação jurídica nos termos do presente Tratado;
- b) iniciar procedimento penal;
- c) ou facilitar o desenvolvimento de uma investigação penal em curso.

2. A Autoridade competente que fornecer informações com base neste Artigo poderá, conforme o seu direito interno, condicionar o uso de tais informações. As condições estabelecidas deverão ser respeitadas.

ARTIGO XXX

Notícia para Fins de Processo e Confisco

1. Qualquer notícia dirigida por um Estado Contratante com vistas à instauração de um procedimento penal perante os tribunais do outro Estado Contratante, ou ao confisco dos bens produtos de delitos, será objeto de comunicação entre as Autoridades Centrais.

2. A Autoridade Central do Estado Requerido informará sobre a continuidade dada a essa notícia e transmitirá, se for o caso, cópia da decisão adotada.

3. As disposições do Artigo XXVI serão aplicadas às notícias previstas neste Artigo.

ARTIGO XXXI

Tradução

O encaminhamento espontâneo de meios de prova e informações, assim como a notícia, serão traduzidos conforme o Artigo XXVII. Os documentos e provas anexados a uma transmissão espontânea de meios de prova e informações, bem como a uma notícia, são dispensados de tradução.

TÍTULO VII

Disposições Finais

ARTIGO XXXII

Outros Acordos ou Ajustes

1. As disposições do presente Tratado não impedirão uma cooperação jurídica mais ampla que tenha sido, ou venha a ser, acordada entre os Estados Contratantes em outros acordos ou ajustes, ou que resultem do seu direito interno.

2. Revoga-se o Artigo XVII do Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Suíça.

ARTIGO XXXIII

Solução de Controvérsias

1. As controvérsias entre os Estados Contratantes no que diz respeito à interpretação ou à aplicação das disposições do presente Tratado serão resolvidas por via diplomática.

2. Se os Estados Contratantes não conseguirem chegar a uma solução nos doze primeiros meses a contar do surgimento da controvérsia, esta será submetida, a pedido de um ou do outro Estado Contratante, a um tribunal arbitral formado por três membros. Cada Estado Contratante designará um árbitro. Ambos os árbitros assim designados nomearão um Presidente, que deverá ser nacional de um terceiro Estado.

3. Se um dos Estados Contratantes não designar seu árbitro, nem atender ao convite feito pelo outro Estado Contratante de realizar em menos de dois meses essa designação, o árbitro será nomeado, a pedido deste Estado Contratante, pelo Presidente da Corte Internacional de Justiça.

4. Se os dois árbitros não conseguirem chegar a um acordo quanto à escolha do Presidente em dois meses após sua designação, este será nomeado, a pedido de um ou do outro Estado Contratante, pelo Presidente da Corte Internacional de Justiça.

5. Se, nos casos previstos nos parágrafos 3 e 4 do presente Artigo, o Presidente da Corte Internacional de Justiça for impedido de exercer o seu mandato, ou se for nacional de um dos Estados Contratantes, as nomeações serão feitas pelo Vice-Presidente e, se este for impedido ou for nacional de um dos Estados Contratantes em questão, as nomeações serão feitas

pelo membro mais antigo da Corte, desde que não seja nacional de nenhum dos Estados Contratantes.

6. A menos que os Estados Contratantes decidam proceder de outra forma, o tribunal arbitral definirá suas próprias regras de procedimento.

7. As decisões do tribunal arbitral serão definitivas e obrigatórias para os Estados Contratantes.

ARTIGO XXXIV

Entrada em Vigor e Denúncia

1. O presente Tratado entrará em vigor no sexagésimo dia após a data na qual os Estados Contratantes se notificaram reciprocamente sobre o cumprimento dos respectivos procedimentos constitucionais necessários para esse fim.

2. Qualquer dos Estados Contratantes poderá denunciar o presente Tratado a qualquer momento, transmitindo ao outro Estado Contratante, por via diplomática, uma comunicação escrita. A denúncia terá efeito seis meses após a data de recebimento da comunicação. A denúncia não alcançará os casos de cooperação jurídica em curso.

Em fé de que os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Tratado.

Feito em Berna, Suíça, em 12 de maio de 2004, em dois exemplares, em português e em francês, os dois textos fazem igualmente fé.

Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

O Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para Defesa Nacional da República Popular da China (doravante denominados “Partes”),

Recordando os termos do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior entre a República Federativa do Brasil e República Popular da China, assinado em Pequim, em 8 de novembro de 1994;

Considerando o Protocolo sobre Cooperação em Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2000;

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China assinaram protocolo para a extensão do programa CBERS e acordaram em estabelecer um projeto de cooperação para desenvolver os Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) números 3 e 4;

Baseando-se na cooperação sobre o Sistema de Aplicações do CBERS-1,

Decidiram o seguinte:

ARTIGO I

As Partes concordam em estender o escopo do programa CBERS, estabelecendo uma moldura de cooperação que viabilizará a execução de atividades relacionadas ao Sistema de Aplicações do CBERS, por meio de um Protocolo Complementar a ser assinado o mais brevemente possível, não após a segunda metade de 2004.

ARTIGO II

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Memorando de Entendimento e do Protocolo Complementar referido no Artigo I estão sujeitas aos termos e às condições gerais acordadas entre o Brasil e a China relativos ao programa CBERS.

ARTIGO III

As Partes concordam em nomear uma organização apropriada para servir como ponto de contato para fins de implementação deste instrumento.

ARTIGO IV

As Partes concordam em desenvolver as seguintes atividades:

1. Estabelecimento conjunto de requisitos para tarefas, funções e especificações da Infra-estrutura do Sistema de Aplicações, que sejam aceitáveis pelas Partes;

2. Consolidação e implementação conjunta dos

esquemas técnicos da Infra-estrutura do Sistema de Aplicações;

3. Definição conjunta de um plano de desenvolvimento e produção da Infra-estrutura do Sistema de Aplicações que priorize o suprimento de tecnologia por empresas chinesas e brasileiras.

ARTIGO V

As Partes concordam com a distribuição de produtos CBERS a outros países, além da China e do Brasil. Enquanto o Protocolo Complementar referido no Artigo I não estiver em vigor, a política de comercialização deverá ser estabelecida por meio de consultas mútuas entre os pontos de contato referidos no Artigo III acima, observando-se o princípio da repartição equitativa de benefícios.

ARTIGO VI

As Partes concordam com a construção de sistemas de recebimento e processamento de dados dos satélites CBERS para outros países, além da China e do Brasil. Um programa específico para esse propósito será estabelecido no Protocolo Complementar referido no Artigo I.

ARTIGO VII

As Partes concordam em promover as seguintes atividades relativas à cooperação e ao desenvolvimento de aplicações de dados CBERS:

1. Desenvolver e estender *software* de aplicação de dados do CBERS e produtos para usuários finais;
2. Realizar encontros para o intercâmbio de experiências sobre aplicações de dados do CBERS;
3. Realizar conjuntamente treinamentos técnicos sobre as aplicações de dados do CBERS para usuários da China, do Brasil e de outros países;
4. Estabelecer e implementar conjuntamente critérios e padrões para teste, avaliação e aceitação de carga útil a bordo do CBERS e procedimentos para a avaliação da qualidade de imagens do CBERS;
5. Apresentar conjuntamente requisitos de usuários para o acompanhamento do CBERS e preparar planos de desenvolvimento e especificações técnicas para esse acompanhamento.

As atividades acima serão detalhadas no

Protocolo Complementar referido no Artigo I.

ARTIGO VIII

As Partes concordam em empreender seus melhores esforços para facilitar a entrada e a saída de equipamentos e materiais da outra Parte, necessários à implementação das atividades no âmbito deste instrumento.

ARTIGO IX

Sujeito a suas leis e regulamentos, cada Parte facilitará, em bases recíprocas, documentação de ingresso para nacionais da outra Parte, para a entrada e a saída de seu território nacional, com vistas a desenvolver atividades no âmbito deste instrumento.

ARTIGO X

As Partes estabelecerão, no Protocolo Complementar referido no Artigo I, dispositivos sobre direitos de propriedade intelectual, levando-se em consideração regras internacionais, leis e regulamentos nacionais, adotados em cada país.

ARTIGO XI

Este Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Este Memorando de Entendimento vigorará até a entrada em vigor do Protocolo Complementar referido no Artigo I, salvo se qualquer das Partes notificar a outra Parte, por via diplomática, com a antecedência mínima de três meses, sobre sua intenção de terminar este instrumento.

Feito em Pequim, em 24 de maio de 2004, em duas cópias, em português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente idênticos. No caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública

Aberta à assinatura em 31 de maio de 2004 no Secretariado Executivo da CPLP

PREÂMBULO

Os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa,

Tendo em vista a Declaração Constitutiva da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por ocasião da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, realizada em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996;

Animados do propósito de fortalecer e ampliar as acções que visem à excelência da administração pública nos Estados-Membros, estabelecem o Centro Regional de Excelência em Administração Pública no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, conforme aprovado na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Maputo, aos 18 de julho de 2000;

Considerando a identidade própria dos nossos países de língua portuguesa, situados em espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum, vínculo histórico e o património comum dos seus povos, resultantes de uma convivência multissecular;

Reconhecendo a importância de que as Instituições dos Estados-Membros da CPLP sejam fortalecidas, como condição fundamental para acelerar o seu processo de desenvolvimento;

Reconhecendo a necessidade de apoiar os esforços de reforma na organização dos Estados-Membros da CPLP;

Reconhecendo a conveniência de se ampliar a formação de quadros especializados para a alta gestão em Administração Pública nos Estados-Membros da CPLP;

Reconhecendo a importância de que a cooperação internacional com os Estados-Membros da CPLP seja direccionada para a sua progressiva autonomia, em particular na gestão de programas de formação de quadros em Administração Pública; e

Considerando o firme propósito dos Estados-Membros de desenvolver esforços conjuntos de cooperação técnica orientada para a obtenção das capacidades que cada um dos seus membros necessita para o desenvolvimento económico e social de seus

povos;

Acordam o seguinte:

CONVENÇÃO SOBRE O CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

ARTIGO I

Definições

Para efeitos de aplicação da presente Convenção:

a) “Estado-Membro” significa um Estado-Membro da CPLP que se torne parte na presente Convenção;

b) “Centro Regional” significa a instituição a que se refere o Artigo II;

c) “Conselho” significa o Conselho Deliberativo do Centro Regional a que se refere a secção I do Capítulo III; e

d) “Ano fiscal”, significa o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

ARTIGO II

Objecto

A presente Convenção tem por objecto instituir o Centro Regional de Excelência em Administração Pública, conforme aprovado na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Maputo, aos 18 de julho de 2000.

ARTIGO III

Estatuto Jurídico

O Centro Regional instituído por esta Convenção é dotado de personalidade jurídica internacional.

Os Estados-Membros reconhecerão nas suas ordens jurídicas internas personalidade jurídica ao Centro Regional e capacidade para celebrar os negócios jurídicos necessários à prossecução dos seus fins.

ARTIGO IV

Sede

O Centro Regional fica sediado em Maputo.

O Centro Regional celebrará um acordo com a República de Moçambique, denominado *Acordo de Sede*, que estabelecerá os privilégios e imunidades

do Conselho Deliberativo, dos Representantes dos Estados-Membros, do Director-Executivo e da sua equipa.

CAPÍTULO II

Dos Fins

ARTIGO V

Fins do Centro Regional

Os Fins do Centro Regional são:

a) Constituir-se em fórum de reflexão e planeamento em administração pública;

b) Desenvolver capacidades de alta gestão para os Estados-Membros da CPLP, mediante a realização de pesquisas e estudos em administração pública;

c) Apoiar a integração dos esforços das instituições em administração pública dos Estados-Membros da CPLP, de forma a que se beneficiem mais amplamente das experiências adquiridas e da cooperação regular entre si e com outros Estados e organismos internacionais;

d) Fortalecer a capacidade institucional dos Estados-Membros da CPLP para planear e implementar programas e projectos visando um permanente aperfeiçoamento da administração pública;

e) Catalisar os esforços dos Estados-Membros da CPLP para a implementação de programas e projectos de formação de quadros para a Administração Pública.

CAPÍTULO III

Da Organização e Funcionamento

ARTIGO VI

Órgãos

O Centro Regional é composto pelos seguintes órgãos:

a) O Conselho Deliberativo;

b) O Director-Executivo.

SECÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

ARTIGO VII

Composição do Conselho

1. O Conselho Deliberativo é composto por Representantes de todos os Estados-Membros da CPLP signatários desta Convenção.

2. Cada Estado-Membro da CPLP deve indicar o seu Representante e, em caso de impedimento ou ausência deste, o seu Representante Substituto e respectivos Assessores para apoiar a sua representação nas reuniões do Conselho.

ARTIGO VIII

Presidência e Vice-Presidência do Conselho

1. O Conselho elege em cada ano fiscal um Presidente e um Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, que não receberão remuneração pelo desempenho dessas funções.

2. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho são escolhidos entre os representantes dos Estados-Membros da CPLP, sendo permitida a reeleição de um ou de ambos.

3. Na ausência temporária do Presidente do Conselho, o Vice-Presidente assumirá seu lugar; na ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, ou na impossibilidade de um ou ambos continuarem a desempenhar essas funções no período remanescente dos seus mandatos, o Conselho elege novos representantes pelo período restante do mandato para o qual os predecessores foram eleitos.

ARTIGO IX

Competências do Conselho

1. O Conselho Deliberativo é o órgão decisório da Organização.

2. Compete em especial ao Conselho Deliberativo:

a) Estabelecer as regras financeiras de acordo com o Capítulo IV da presente Convenção;

b) Estabelecer o Regime do Pessoal da Organização;

c) Aprovar os Planos de Trabalho Anuais;

d) Analisar e aprovar o Orçamento; e

e) Analisar e aprovar o Relatório Anual de Actividades e as Contas.

ARTIGO X

Funcionamento do Conselho

O Conselho adopta o seu regulamento interno, no prazo de 90 dias, a contar da data da realização da sua primeira sessão.

O Conselho realiza uma sessão ordinária por ano.

O Conselho reúne-se em sessão extraordinária, sempre que assim o decidir, com pelo menos dois terços dos seus membros, ou sob proposta do Director-Executivo do Centro Regional, em comum acordo com o Presidente do Conselho.

A convocação das reuniões do Conselho e a respectiva agenda são feitas pelo Presidente do Conselho Deliberativo com antecedência mínima de seis semanas; em caso de força maior, a convocação será feita com pelo menos dez dias de antecedência.

As sessões do Conselho são realizadas nas instalações do Centro Regional.

A convite de qualquer um dos Estados-Membros, o Conselho pode reunir-se fora das instalações do Centro Regional.

O regulamento interno do Conselho pode prever procedimentos específicos que permitam a tomada de decisões fora do quadro das respectivas reuniões.

O Conselho elabora Acta de todas as suas reuniões, assim como o registo das decisões tomadas de acordo com o número anterior.

ARTIGO XI

Quorum

O *Quorum* para a realização de qualquer sessão do Conselho é de cinco Estados-Membros

ARTIGO XII

Deliberações

As decisões e recomendações do Conselho serão adoptadas por consenso.

ARTIGO XIII

Admissão de Observadores

O Conselho pode convidar qualquer entidade a participar como observador nas suas sessões.

SECÇÃO II

Da Direcção Executiva

ARTIGO XIV

Director-Executivo

1. O Director-Executivo é o órgão de gestão e administração da Organização, actuando sob a direcção do Conselho Deliberativo.

2. O Director-Executivo será designado pelo Conselho Deliberativo do Centro Regional.

3. Os termos e condições da designação do Director-Executivo são determinados pelo Conselho.

4. O Director-Executivo é coadjuvado por uma equipa por si nomeada, de acordo com as regras e requisitos para o exercício das funções adoptadas pelo Conselho Deliberativo.

ARTIGO XV

Incompatibilidades

1. Director-Executivo e a sua equipa obrigam-se a respeitar o carácter internacional das suas funções no Centro Regional.

2. O cargo de Director-Executivo e da sua equipa é incompatível com o desempenho de outras funções.

3. O Director-Executivo e a sua equipa não procurarão nem receberão instruções de qualquer Estado-Membro ou qualquer autoridade externa à Instituição, no desempenho das suas funções no Centro Regional.

CAPÍTULO IV

Das Finanças

ARTIGO XVI

Contas Financeiras

O Centro Regional aprova duas contas:

- a) A Administrativa; e
- b) A Especial.

O Director-Executivo é responsável pela gestão das contas previstas nas alíneas a) e b) no número 1 do presente Artigo, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho.

ARTIGO XVII

Conta Administrativa

As despesas relativas à implementação desta Convenção são cobertas por recursos financeiros depositados na Conta Administrativa, sob a forma de contribuições anuais dos Estados-Membros, calculadas de acordo com o princípio da igualdade.

Antes do fim de cada ano fiscal, o Conselho aprova o orçamento da Conta Administrativa para o ano fiscal seguinte e define as contribuições devidas pelos Estados-Membros.

As contribuições ao primeiro orçamento da Conta Administrativa são devidas em data a ser definida

pelo Conselho na sua primeira sessão.

ARTIGO XVIII.

Contribuições em dívida

Se um membro não pagar a sua contribuição à Conta Administrativa até três meses após a data devida, o Director-Executivo solicita que o Estado-Membro em dívida deposite a sua contribuição.

Decorrido um mês após o pedido referido no número anterior, sem que a contribuição tenha sido efectivada, o Estado-Membro será instado a expor de forma fundamentada as razões que o impediram de realizar o depósito.

Decorridos seis meses, por decisão do Conselho, poderá ser aplicada ao montante em dívida a taxa de juros praticada pelo Banco Central da República de Moçambique.

ARTIGO XIX

Conta Especial

1. A Conta Especial destina-se exclusivamente a financiar a implementação dos projectos relacionados aos objectivos do Centro Regional.

2. As fontes de financiamento da Conta Especial são, designadamente:

- a) O Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- b) As agências de cooperação para o desenvolvimento;
- c) As instituições de apoio financeiro regionais e internacionais; e
- d) As contribuições voluntárias.

3. Os recursos financeiros da Conta Especial só poderão ser utilizados para a implementação dos projectos negociados e aprovados junto às fontes de financiamento, de acordo com o plano de aplicação estabelecido.

4. Todos os recursos captados, vinculados aos projectos negociados e aprovados, são depositados na Conta Especial e todas as despesas decorrentes da implementação de tais projectos são debitadas à Conta Especial, inclusive despesas de remuneração, de viagens e estadia de consultores e professores convidados.

5. É vedado ao Centro Regional contrair

empréstimos para financiar a implementação de projectos ou assumir qualquer obrigação relativa a empréstimos feitos por Estados-Membros.

6. Quando sejam oferecidos ao Centro Regional recursos financeiros não vinculados à implementação de projectos específicos, o Director-Executivo pode aceitar o depósito desses fundos na Conta Especial, cujo destino será decidido pelo Conselho, sob proposta do Director-Executivo.

7. As contribuições financeiras para projectos específicos somente podem ser utilizadas para os projectos para os quais foram originalmente destinadas, a não ser com aprovação expressa do Conselho em conjunto com os doadores.

8. Após o término de cada projecto, o Centro Regional devolve a cada doador os recursos financeiros remanescentes; no caso de haver mais de um doador para um projecto específico, os recursos remanescentes serão distribuídos *pro rata* de acordo com a proporção das contribuições dos doadores, a não ser que tenha sido decidido em contrário pelo doador no acto de doação.

ARTIGO XX

Contribuições

As contribuições dos Estados-Membros para as Contas Administrativa e Especial são efectuadas em moeda corrente e isentas de restrições cambiais.

Fica acordado para os efeitos desta Convenção que a moeda corrente é o euro, ou aquela que ficar decidida como sendo a moeda utilizada para contribuições à CPLP.

O Conselho pode aceitar outras formas de contribuição para a Conta Especial, inclusive bens materiais e serviços de especialistas, para atender às necessidades de projectos específicos.

ARTIGO XXI

Auditoria e Publicação de Balanços

O Conselho designa auditores independentes, seleccionados preferencialmente entre entidades sediadas nos Estados-Membros, para auditar as contas do Centro Regional.

Os balanços auditados das Contas Administrativa

e Especial são enviados aos Estados-Membros até quatro meses após o fim do ano fiscal.

Os balanços auditados são analisados para aprovação pelo Conselho, na sessão subsequente.

O resumo dos relatórios de auditoria e dos balanços são objecto de publicação.

CAPÍTULO V

Das Actividades do Centro Regional

ARTIGO XXII

Projectos

1. As propostas de projecto do Centro Regional são aprovadas pelo Director- Executivo, antes de serem submetidas às fontes de financiamento.

2. O Conselho Deliberativo encarrega-se de realizar o acompanhamento contínuo das actividades operacionais do Centro Regional, inclusive no que diz respeito à implementação de projectos.

ARTIGO XXIII

Relações com o Fundo Especial

O Centro Regional mantém estreito contacto com o Fundo Especial da CPLP, de forma a obter seu apoio na implementação de projectos de cooperação, formação e desenvolvimento de recursos humanos em administração pública.

ARTIGO XXIV

Relatório Anual de Actividades

O Centro Regional divulga o Relatório Anual de Actividades, aprovado pelo Conselho Deliberativo até quatro meses após o encerramento de cada ano fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

ARTIGO XXV

Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da presente Convenção será decidida, por consenso, em termos finais e vinculativos, pelo Conselho Deliberativo.

ARTIGO XXVI

Obrigações Gerais dos Estados-Membros

Os Estados-Membros obrigam-se a aceitar as decisões tomadas pelo Conselho, assim como abster-se de tomar alguma medida interna ou internacional

que comprometa a sua eficácia.

ARTIGO XXVII

Suspensão das Obrigações

Em circunstâncias excepcionais, de emergência ou devido a força maior, o Conselho pode dispensar um Estado-Membro de uma obrigação prevista na presente Convenção.

A decisão prevista no número anterior é fundamentada, contendo:

As razões da dispensa; e

Os termos, condições e prazos da mesma.

ARTIGO XXVIII

Emendas

O Conselho pode adoptar emendas à presente Convenção, sob a proposta de qualquer Estado-Membro.

As emendas entrarão em vigor uma vez cumpridas as formalidades constitucionais de cada um dos Estados-Membros.

ARTIGO XXIX

Denúncia

1. Qualquer Estado-Membro pode denunciar a presente Convenção, a todo momento, mediante notificação por escrito ao Presidente do Conselho.

2. A denúncia produzirá os seus efeitos noventa dias após a recepção da referida notificação.

ARTIGO XXX

Adesão

A presente Convenção permanece aberta à adesão dos Estados que se venham a tornar membros da CPLP.

ARTIGO XXXI

Depósito

O texto original da presente Convenção e todos os instrumentos de ratificação ou adesão serão depositados junto do Secretariado Executivo da CPLP, que se encarregará de enviar cópias autenticadas aos Estados-Membros.

ARTIGO XXXII

Entrada em Vigor

1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados-

Membros da CPLP, incluindo a República de Moçambique, tenham depositado na sede da CPLP, junto ao seu Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.

2. Para cada um dos Estados-Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data de depósito.

Feito e assinado em Lisboa, aos 31 de maio de 2004.

Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

ARTIGO I

Para efeitos de aplicação da presente Convenção:

a) “Estado-Membro” significa um Estado-Membro da CPLP que se torne parte na presente Convenção;

b) “Centro Regional” significa a instituição a que se refere o Artigo II;

c) “Conselho” significa o Conselho Deliberativo do Centro Regional a que se refere a secção I do Capítulo III; e

d) “Ano fiscal”, significa o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

ARTIGO II

Objecto

A presente Convenção tem por objecto instituir o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, conforme aprovado na III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Maputo, aos 18 de julho de 2000.

ARTIGO III

Estatuto Jurídico

O Centro Regional instituído por esta Convenção é dotado de personalidade jurídica internacional.

Os Estados-Membros reconhecerão nas suas ordens jurídicas internas, personalidade jurídica ao Centro Regional e capacidade para celebrar os negócios jurídicos necessários à prossecução dos seus fins.

ARTIGO IV

Sede

1. O Centro Regional fica sediado em Luanda.

2. O Centro Regional celebrará um acordo com a República de Angola, denominado *Acordo de Sede*, que estabelecerá os privilégios e imunidades do Conselho Deliberativo, dos Representantes dos Estados-Membros, do Director-Executivo e da sua equipa.

CAPÍTULO II

Dos Fins

ARTIGO V

Fins do Centro Regional

Os Fins do Centro Regional são:

a) Estimular a capacidade empreendedora nos Estados-Membros da CPLP;

b) Constituir-se em pólo de desenvolvimento de técnicas e conhecimentos em gestão empresarial e formação profissional;

c) Realizar estudos, pesquisas socioeconómicas, técnicas e de mercado relevantes para o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas;

d) Apoiar a integração dos esforços das instituições de desenvolvimento empresarial e formação profissional dos Estados-Membros da CPLP; e

e) Fortalecer a capacidade institucional dos Estados-Membros da CPLP para planear e implementar programas e projectos de desenvolvimento empresarial e a permanente qualificação profissional dos seus quadros técnicos.

CAPÍTULO III

Da Organização e Funcionamento

ARTIGO VI

Órgãos

O Centro Regional é composto pelos seguintes órgãos:

a) O Conselho Deliberativo; e

b) O Director-Executivo.

SECÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

ARTIGO VII

Composição do Conselho

1. O Conselho Deliberativo é composto por Representantes de todos os Estados-Membros da CPLP signatários desta Convenção.

2. Cada Estado-Membro da CPLP deve indicar o seu Representante e, em caso de impedimento ou ausência deste, o seu Representante Substituto e respectivos Assessores para apoiar a sua representação nas reuniões do Conselho.

ARTIGO VIII

Presidência e Vice-Presidência do Conselho

1. O Conselho elege em cada ano fiscal um Presidente e um Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, que não receberão remuneração pelo desempenho dessas funções.

2. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho são escolhidos entre os representantes dos Estados-Membros da CPLP, sendo permitida a reeleição de um ou de ambos.

3. Na ausência temporária do Presidente do Conselho, o Vice-Presidente assumirá seu lugar; na ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, ou na impossibilidade de um ou ambos continuarem a desempenhar essas funções no período remanescente dos seus mandatos, o Conselho elege novos representantes pelo período restante do mandato para o qual os predecessores foram eleitos.

ARTIGO IX

Competências do Conselho

1. O Conselho Deliberativo é o órgão decisório da Organização.

2. Compete em especial ao Conselho Deliberativo:

- a) Estabelecer as regras financeiras de acordo com o Capítulo IV da presente Convenção;

- b) Estabelecer o Regime do Pessoal da Organização;

- c) Aprovar os Planos de Trabalho Anuais;

- d) Analisar e aprovar o Orçamento; e

- e) Analisar e aprovar o Relatório Anual de actividades e as Contas.

ARTIGO X

Funcionamento do Conselho

1. O Conselho adopta o seu regulamento interno, no prazo de 90 dias, a contar da data da realização da sua primeira sessão.

2. O Conselho realiza uma sessão ordinária por ano.

3. O Conselho reúne-se em sessão extraordinária, sempre que assim o decidir, com pelo menos dois terços dos seus membros, ou sob proposta do Director-Executivo do Centro Regional, em comum acordo com o Presidente do Conselho.

4. A convocação das reuniões do Conselho e a respectiva agenda são feitas pelo Presidente do Conselho Deliberativo com antecedência mínima de seis semanas; em caso de força maior, a convocação será feita com pelo menos dez dias de antecedência.

5. As sessões do Conselho são realizadas nas instalações do Centro Regional.

6. A convite de qualquer um dos Estados-Membros, o Conselho pode reunir-se fora das instalações do Centro Regional.

7. O regulamento interno do Conselho pode prever procedimentos específicos que permitam a tomada de decisões fora do quadro das respectivas reuniões.

8. O Conselho elabora Acta de todas as suas reuniões, assim como o registro das decisões tomadas de acordo com o número anterior.

ARTIGO XI

Quorum

O Quorum para a realização de qualquer sessão do Conselho é de cinco Estados-Membros.

ARTIGO XII

Deliberações

As decisões e recomendações do Conselho serão adoptadas por consenso.

ARTIGO XIII

Admissão de Observadores

O Conselho pode convidar qualquer entidade a participar como observador nas suas sessões.

SECÇÃO II

Da Direcção Executiva

ARTIGO XIV

Director-Executivo

1. O Director-Executivo é o órgão de gestão e administração da Organização, actuando sob a direcção do Conselho Deliberativo.

2. O Director-Executivo será designado pelo Conselho Deliberativo do Centro Regional.

3. Os termos e condições da designação do Director-Executivo são determinados pelo Conselho.

O Director-Executivo é coadjuvado por uma equipa por si nomeada, de acordo com as regras e requisitos para o exercício das funções adoptadas pelo Conselho Deliberativo.

ARTIGO XV

Incompatibilidades

1. O Director-Executivo e a sua equipa obrigam-se a respeitar o carácter internacional das suas funções no Centro Regional.

2. O cargo de Director-Executivo e da sua equipa é incompatível com o desempenho de outras funções.

3. O Director-Executivo e a sua equipa não procurarão nem receberão instruções de qualquer Estado-Membro ou qualquer autoridade externa à Instituição, no desempenho das suas funções no Centro Regional.

CAPÍTULO IV

Das Finanças

ARTIGO XVI

Contas Financeiras

1. O Centro Regional aprova duas contas:

a) A Administrativa; e

b) A Especial.

O Director-Executivo é responsável pela gestão das Contas previstas nas alíneas a) e b) no número 1 do presente Artigo, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho.

ARTIGO XVII

Conta Administrativa

1. As despesas relativas à implementação desta Convenção são cobertas por recursos financeiros

depositados na Conta Administrativa, sob a forma de contribuições anuais dos Estados-Membros, calculadas de acordo com o princípio da Igualdade.

2. Antes do fim de cada ano fiscal, o Conselho aprova o orçamento da Conta Administrativa para o ano fiscal seguinte e define as contribuições devidas pelos Estados-Membros.

3. As contribuições ao primeiro orçamento da Conta Administrativa são devidas em data a ser definida pelo Conselho na sua primeira sessão.

ARTIGO XVIII

Contribuições em dívida

1. Se um membro não pagar a sua contribuição à Conta Administrativa até três meses após a data devida, o Director-Executivo solicita que o Estado-Membro em dívida deposite a sua contribuição.

2. Decorrido um mês após o pedido referido no número anterior, sem que a contribuição tenha sido efectivada, o Estado-Membro será instado a expor de forma fundamentada as razões que o impediram de realizar o depósito.

3. Decorridos seis meses, por decisão do Conselho, poderá ser aplicada ao montante em dívida a taxa de juros praticada pelo Banco Central da República de Angola.

ARTIGO XIX

Conta Especial

1. A Conta Especial destina-se exclusivamente a financiar a implementação dos projectos relacionados aos objectivos do Centro Regional.

2. As fontes de financiamento da Conta Especial são, designadamente:

a) O Fundo Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

b) As agências de cooperação para o desenvolvimento;

c) As instituições de apoio financeiro regionais e internacionais; e

d) As contribuições voluntárias.

ARTIGO XX

Contribuições

As contribuições dos Estados-Membros para as

Contas Administrativa e Especial são efectuadas em moeda corrente e isentas de restrições cambiais.

Fica acordado para os efeitos desta Convenção que a moeda corrente é o euro, ou aquela que ficar decidida como sendo a moeda utilizada para contribuições à CPLP.

O Conselho pode aceitar outras formas de contribuição para a Conta Especial, inclusive bens materiais e serviços de especialistas, para atender às necessidades de projectos específicos.

ARTIGO XXI

Auditoria e Publicação de Balanços

O Conselho designa auditores independentes, seleccionados preferencialmente entre entidades sediadas nos Estados-Membros, para auditar as contas do Centro Regional.

Os balanços auditados das Contas Administrativa e Especial são enviados aos Estados-Membros até quatro meses após o fim do ano fiscal.

Os balanços auditados são analisados para aprovação pelo Conselho, na sessão subsequente.

O resumo dos relatórios de auditoria e dos balanços são objecto de publicação.

CAPÍTULO V

Das Actividades do Centro Regional

ARTIGO XXII

Projectos

1. As propostas de projecto do Centro Regional são aprovadas pelo Director-Executivo, antes de serem submetidas às fontes de financiamento.

2. O Conselho Deliberativo encarrega-se de realizar o acompanhamento contínuo das actividades operacionais do Centro Regional, inclusive no que diz respeito à implementação de projectos.

ARTIGO XXIII

Relações com o Fundo Especial

O Centro Regional mantém estreito contacto com o Fundo Especial da CPLP, de forma a obter seu apoio na implementação de projectos de cooperação, formação e desenvolvimento de recursos humanos em administração pública.

ARTIGO XXIV

Relatório Anual de Actividades

O Centro Regional divulga o Relatório Anual de Actividades, aprovado pelo Conselho Deliberativo até quatro meses após o encerramento de cada ano fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

ARTIGO XXV

Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação da presente Convenção será decidida, por consenso em termos finais e vinculativos, pelo Conselho Deliberativo.

ARTIGO XXVI

Obrigações Gerais dos Estados-Membros

Os Estados-Membros obrigam-se a aceitar as decisões tomadas pelo Conselho, assim como abster-se de tomar alguma medida interna ou internacional que comprometa a sua eficácia.

ARTIGO XXVII

Suspensão das Obrigações

1. Em circunstâncias excepcionais, emergência ou devido a força maior, o Conselho pode dispensar um Estado-Membro de uma obrigação prevista na presente Convenção.

2. A decisão prevista no número anterior é fundamentada, contendo:

- a) as razões da dispensa; e
- b) os termos, condições e prazos da mesma.

ARTIGO XXVIII

Emendas

1. O Conselho pode adoptar emendas à presente Convenção, sob proposta de qualquer Estado-Membro.

2. As emendas entrarão em vigor uma vez cumpridas as formalidades constitucionais de cada um dos Estados-Membros.

ARTIGO XXIX

Denúncia

Qualquer Estado-Membro pode denunciar a presente Convenção, a todo o momento, mediante notificação por escrito ao Presidente do Conselho.

A denúncia produzirá os seus efeitos noventa dias após a recepção da referida notificação

ARTIGO XXX

Adesão

A presente Convenção permanece aberta à adesão dos Estados que se venham a tornar membros da CPLP.

ARTIGO XXXI

Depósito

O texto original da presente Convenção e todos os instrumentos de ratificação ou adesão serão depositados junto do Secretariado Executivo da CPLP, que se encarregará de enviar cópias autenticadas aos Estados-Membros.

ARTIGO XXXII

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados-Membros da CPLP, incluindo a República de Angola, tenham depositado na sede da CPLP, junto ao seu Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.

Para cada um dos Estados-Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data de depósito.

Feito e assinado em Lisboa, aos 31 de maio de 2004.

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal

A República Federativa do Brasil e a República Popular da China (doravante denominadas “Partes”),

Com propósito de promover cooperação efetiva entre os dois países acerca de assistência judiciária mútua em material penal com base em respeito mútuo pela soberania e igualdade e benefício mútuo,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO I

Alcance da Assistência

1. As Partes se obrigam a prestar assistência mútua, nos termos do presente Tratado, em matéria de investigação, inquérito, ação penal e processos relacionados a delitos de natureza criminal.

2. A assistência incluirá:

- a) entrega de documentos;
- b) tomada de depoimentos ou declarações de pessoas;
- c) obtenção e fornecimento de avaliação por peritos;
- d) fornecimento de documentos, registros e meios de prova, inclusive registros bancários, financeiros, corporativos ou empresariais;
- e) localização ou identificação de pessoas, ativos ou meios de prova;
- f) condução de inspeção judicial ou exame de locais e objetos;
- g) disponibilização de pessoas para fornecimento de provas ou auxílio nas investigações;
- h) transferência de pessoas sob custódia para prestar depoimento ou provas;
- i) execução de pedidos de rastreamento, busca, imobilização e apreensão;
- j) disposição de produtos ou instrumentos de crime;
- k) notificação de resultados de procedimentos criminais e fornecimento de registros criminais e outros;
- l) troca de informações sobre a legislação; e
- m) qualquer outra forma de assistência não proibida pelas leis do Estado Requerido.

3. As Partes podem recusar-se a prestar assistência judiciária mútua de acordo com este Artigo com base na ausência de dupla incriminação. Entretanto, quando julgar apropriado, a Parte Requerida pode decidir fornecer assistência de forma discricionária independentemente da conduta constituir-se ou não em ofensa sob a lei interna do Estado Requerido.

ARTIGO II

Autoridades Centrais

1. Cada Parte designará uma Autoridade Central para enviar e receber solicitações em observância ao presente Acordo. As Autoridades Centrais se

comunicarão diretamente para as finalidades estipuladas neste Tratado.

2. Para a República Federativa do Brasil, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça. No caso da República Popular da China, a Autoridade Central será o Ministério da Justiça.

3. Caso qualquer Parte mude sua Autoridade Central designada, deverá informar a outra Parte da mudança por canal diplomático.

ARTIGO III

Restrições à Assistência

1. O Estado Requerido poderá negar assistência se:

- a) a solicitação referir-se a delito militar;
- b) o atendimento à solicitação prejudicar sua soberania, segurança, ordem pública ou outros interesses essenciais;
- c) a Parte Requerida já tiver dado julgamento ou decisão final sobre a mesma pessoa pelo mesmo delito relacionado na solicitação;
- d) a solicitação referir-se a delito político;
- e) existirem motivos substanciais para a Parte Requerida acreditar que a solicitação foi feita com intuito de investigar, processar, punir ou proceder de qualquer outra forma contra uma pessoa por causa de sua raça, sexo, religião, nacionalidade ou opinião política, ou que a posição daquela pessoa possa ser prejudicada por qualquer daquelas razões; ou
- f) a solicitação não for feita de conformidade com este Tratado.

2. A Parte Requerida pode adiar o fornecimento da solicitação se o atendimento da solicitação interferir em uma investigação, processo ou qualquer outro procedimento em curso na Parte Requerida.

3. Antes de negar a assistência com base no disposto neste Artigo, a Autoridade Central do Estado Requerido deverá consultar a Autoridade Central do Estado Requerente para avaliar se a assistência pode ser prestada sob as condições consideradas necessárias. Caso o Estado Requerente aceite essa assistência condicionada, tais condições deverão ser respeitadas.

4. Caso a Autoridade Central do Estado Requerido

negue ou adie a assistência, deverá informar a Autoridade Central do Estado Requerente sobre as razões da denegação ou adiamento.

ARTIGO IV

Forma e Conteúdo das Solicitações

1. A solicitação de assistência deverá ser feita por escrito, a menos que a Autoridade Central do Estado Requerido acate solicitação sob outra forma, em situações de urgência. Nesse caso, se a solicitação não tiver sido feita por escrito, deverá ser a mesma confirmada, por escrito, no prazo de quinze dias, a menos que a Autoridade Central do Estado Requerido concorde que seja feita de outra forma.

2. A solicitação deverá conter as seguintes informações:

- a) o nome da autoridade que conduz a investigação, o inquérito, a ação penal ou outro procedimento relacionado com a solicitação;
- b) a descrição da matéria e da natureza da investigação, do inquérito, da ação penal ou de outros procedimentos, incluindo os dispositivos da lei aplicáveis ao caso ao qual a solicitação se refere;
- c) a descrição da assistência pretendida e do propósito e relevância para qual a assistência é pretendida; e
- d) o tempo limite dentro do qual deseja-se que a solicitação seja atendida.

3. Quando necessário e possível, a solicitação deverá também conter:

- a) informação sobre a identidade e a localização de qualquer pessoa (física ou jurídica) de quem se busca uma prova;
- b) informação sobre a identidade e a localização de uma pessoa (física ou jurídica) a ser intimada, o seu envolvimento com o processo e a forma de intimação cabível;
- c) informação sobre a identidade e a localização de uma pessoa a ser encontrada;
- d) descrição do local ou pessoa a serem revistados e dos meios de prova ou ativos a serem bloqueados ou apreendidos;
- e) descrição do local ou objeto a serem

inspecionados ou examinados;

f) descrição da forma sob a qual qualquer depoimento ou declaração deva ser tomado e registrado;

g) lista das perguntas a serem feitas à testemunha;

h) descrição de qualquer procedimento especial a ser seguido no cumprimento da solicitação;

i) descrição da necessidade de confidencialidade e suas razões;

j) informações quanto à ajuda de custo e ao ressarcimento de despesas a que a pessoa tem direito quando convocada a comparecer perante o Estado Requerente; e

k) qualquer outra informação que possa ser levada ao conhecimento do Estado Requerido, para facilitar o cumprimento da solicitação.

4. Caso a Parte Requerida considere o conteúdo da solicitação insuficiente para permitir que se lide com a solicitação, pode-se requerer informações adicionais.

ARTIGO V

Língua

1. As solicitações e documentos de apoio produzidos de acordo com este Tratado serão acompanhados de tradução na língua oficial da Parte Requerida.

2. A Parte Requerida pode usar sua língua oficial quando fornecer assistência à Parte Requerente.

3. As Autoridades Centrais das Partes podem comunicar-se em inglês.

4. As traduções referidas neste Artigo não precisam ser juramentadas.

ARTIGO VI

Cumprimento das Solicitações

1. A Autoridade Central do Estado Requerido atenderá imediatamente à solicitação de acordo com sua lei interna.

2. Na medida em que não seja contrária à sua lei interna, a Parte Requerida pode atender à solicitação da forma solicitada pela Parte Requerente.

3. A Autoridade Central do Estado Requerido providenciará tudo o que for necessário para a representação na Parte Requerida da Parte Requerente em quaisquer procedimentos que se originem de solicitação de assistência prevista neste Tratado.

4. O Estado Requerido deverá informar imediatamente o Estado Requerente sobre o resultado do atendimento à solicitação. Caso a solicitação não possa ser cumprida, o Estado Requerido informará o Estado Requerente das razões.

ARTIGO VII

Confidencialidade e Restrições ao Uso

1. A Parte Requerida manterá confidencial uma solicitação, inclusive seu conteúdo, documentos de apoio e quaisquer medidas tomadas de acordo com a solicitação, se requisitado pela Parte Requerente. Se a solicitação não puder ser cumprida sem infringir o caráter confidencial, a Parte Requerida informará o fato ao Estado Requerente que decidirá se insiste no pedido.

2. A Parte Requerente manterá confidencial qualquer informação ou prova fornecida pela Parte Requerida, se requisitado pela Parte Requerida, ou usará tais informações ou provas apenas em virtude dos termos e condições especificadas pela Parte Requerida.

3. A Parte Requerente não empregará qualquer informação ou prova obtida em virtude deste Tratado para qualquer propósito que não seja o previsto na solicitação, sem consentimento prévio da Parte Requerida.

ARTIGO VIII

Custos

1. A Parte Requerida será responsável por todos os custos regulares da execução do pedido no seu território, exceto nas seguintes hipóteses, quando tais custos correrão por conta da Parte Requerente:

a) despesas e honorários de peritos;

b) custos de viagem ou outras despesas relacionadas ao transporte de pessoas do território de uma Parte para o da outra para o propósito deste Tratado; e

c) despesas de tradução, interpretação e transcrição.

2. A Parte Requerente, se solicitada, pagará adiantado as despesas, ajudas de custo e honorários com os quais deverá arcar.

3. Caso a execução da solicitação implique em custos

de caráter extraordinário, as Partes deverão consultar-se a fim de determinar os termos e condições sob as quais a assistência poderá ser fornecida.

ARTIGO IX

Entrega de Documentos

1. A Parte Requerida, de acordo com sua lei interna e mediante solicitação, providenciará a entrega dos documentos transmitidos pela Parte Requerente.

2. A Parte Requerida, após providenciar a entrega, fornecerá à Parte Requerente o comprovante de entrega, que incluirá a descrição da data, local e forma de entrega, e será anexada a assinatura ou o selo da autoridade que entregou o documento. Se a entrega não puder ser providenciada, a Parte Requerente deverá ser notificada e informada das razões.

ARTIGO X

Tomada de Depoimento

1. A Parte Requerida, de acordo com sua lei interna e mediante solicitação, tomará depoimento para transmiti-lo à Parte Requerente.

2. Quando a solicitação envolver a transmissão de documentos ou registros, a Parte Requerida pode transmitir cópias autenticadas ou fotocópias. Entretanto, caso a Parte Requerente explicitamente solicite a transmissão dos originais, a Parte Requerida deverá atender a esta condição na medida do possível.

3. Na medida em que não seja contrário às leis internas da Parte Requerida, os documentos e outros materiais a serem transmitidos à Parte Requerente, nos termos deste Artigo, deverão ser autenticados, nos termos em que for solicitado pela Parte Requerente, com intuito de fazê-las admissíveis perante as leis internas da Parte Requerente.

4. Na medida em que não seja contrário às suas leis internas, a Parte Requerida permitirá a presença de pessoas como especificadas na solicitação durante a execução do pedido, e permitirá que tais pessoas façam perguntas, por meio da autoridade judicial, à pessoa de quem o depoimento está sendo tomado. Para tal propósito, a Parte Requerida informará prontamente a Parte Requerente da hora e do local da execução da solicitação.

ARTIGO XI

Recusa de prestar depoimento

1. Uma pessoa que é solicitada a prestar depoimento, nos termos deste Tratado, pode recusar-se a fazê-lo se a lei interna da Parte Requerida permite à pessoa não prestar depoimento em circunstâncias similares em processos originados na jurisdição da Parte Requerida.

2. Caso a pessoa solicitada a prestar depoimento, nos termos deste Tratado, alegue condição de imunidade, incapacidade ou privilégio prevista nas leis do Estado Requerente, o depoimento ou prova deverá, não obstante, ser tomado, e a alegação levada ao conhecimento da Autoridade Central do Estado Requerente, para decisão das autoridades daquele Estado.

ARTIGO XII

Depoimento e Assistência em Investigação na Parte Requerente

1. Quando a Parte Requerente solicita o comparecimento no seu território de uma pessoa como testemunha ou perito, a Parte Requerida convidará a pessoa a comparecer perante autoridade competente na Parte Requerente. A Parte Requerente determinará o montante das despesas a ser coberto. A Autoridade Central do Estado Requerido informará imediatamente a Autoridade Central do Estado Requerente sobre a resposta da pessoa.

2. A Parte Requerente transmitirá qualquer solicitação para entrega de documento exigindo o comparecimento de pessoa perante autoridade da Parte Requerente com antecedência mínima de sessenta dias antes da data prevista para o comparecimento, a menos que, em caso de urgência, a Autoridade Central da Parte Requerida tenha concordado com um período mais curto de tempo.

ARTIGO XIII

Traslado de Pessoas sob Custódia

1. Uma pessoa sob custódia da Parte Requerida, cuja presença na Parte Requerente seja solicitada para fins de assistência, nos termos do presente Tratado, será trasladada da Parte Requerida à Parte Requerente para aquele fim, caso a pessoa consinta,

e se as Autoridades Centrais de ambos as Partes também concordarem.

2. Uma pessoa sob custódia da Parte Requerente, cuja presença na Parte Requerida seja solicitada para fins de assistência, nos termos do presente Tratado, poderá ser trasladada da Parte Requerente para a Parte Requerida, caso a pessoa consinta, e se as Autoridades Centrais de ambos os Estados também concordarem.

3. Para fins deste Artigo:

a) a Parte receptora terá competência e obrigação de manter a pessoa trasladada sob custódia, salvo autorização em contrário pela Parte remetente;

b) a Parte receptora devolverá a pessoa trasladada à custódia da Parte remetente tão logo o depoimento for tomado, ou conforme entendimento contrário acordado entre as Autoridades Centrais de ambas as Partes;

c) a Parte receptora não requererá à Parte remetente a abertura de processo de extradição para o regresso da pessoa trasladada; e

d) o tempo em que a pessoa for mantida sob custódia na Parte receptora será computado no cumprimento da sentença a ela imposta na Parte remetente.

ARTIGO XIV

Proteção de Testemunhas e Peritos

1. Qualquer testemunha ou perito presente no território da Parte Requerente não será investigado, processado, detido, punido ou sujeito a qualquer outra restrição de liberdade pessoal pela Parte Requerente por quaisquer atos ou omissões que precederam a entrada daquela pessoa no seu território, nem será aquela pessoa obrigada a prestar depoimento ou auxiliar em qualquer investigação, processo ou procedimento além daquele a que se refere o pedido de comparecimento, exceto com o prévio consentimento da Autoridade Central da Parte Requerida e daquela pessoa.

2. A aplicação do parágrafo 1 deste Artigo cessa se a pessoa aqui referida permanecer no território da Parte Requerente por mais de quinze dias após ter sido

oficialmente notificada que sua presença não é mais requisitada ou, após sua saída, tenha voluntariamente retornado. Este período, entretanto, não incluirá tempo o qual a pessoa não deixa o território da Parte Requerente por razões fora do seu controle.

3. A pessoa que se recusar a prestar depoimento ou auxiliar nas investigações de acordo com os Artigos XII ou XIII não será sujeita a qualquer penalidade ou restrição compulsória da liberdade pessoal por tal recusa.

ARTIGO XV

Localização ou Identificação de Pessoas, Bens ou Elementos de Prova

O Estado Requerido se empenhará ao máximo no sentido de precisar a localização ou a identidade de pessoas, bens ou elementos de prova discriminados na solicitação.

ARTIGO XVI

Rastreamento, busca, bloqueio e apreensão

1. A Parte Requerida, na medida em que as suas leis internas permitirem, executará a solicitação para rastreamento, busca, bloqueio e apreensão de material, artigos e bens.

2. A Parte Requerida fornecerá à Parte Requerente informações solicitadas a respeito dos resultados da execução da solicitação, inclusive informações sobre os resultados do rastreamento ou busca, o local e circunstância do bloqueio ou apreensão e a subsequente custódia de tais materiais, artigos ou bens.

3. A Parte Requerida pode transmitir os materiais, artigos ou bens apreendidos à Parte Requerente se a Parte Requerente concordar com os termos e condições para tal transmissão tal como proposto pela Parte Requerida.

ARTIGO XVII

Devolução de Documentos, Registros e Elementos de Prova da Parte Requerida

A pedido da Autoridade Central da Parte Requerida, a Parte Requerente deverá, logo que possível, devolver àquela os originais dos documentos ou registros e elementos de prova fornecidos por esse, em

conformidade com este Tratado.

ARTIGO XVIII

Produtos e Instrumentos do Crime

1. A Parte Requerida, mediante solicitação, empenhar-se-á para determinar se qualquer produto de atividades criminosas ou instrumentos de crime localizam-se dentro do seu território e notificará a Parte Requerente do resultado das investigações. Ao fazer a solicitação, a Parte Requerente informará à Parte Requerida as razões para inferir que produtos ou instrumentos podem estar depositados no território do último.

2. Uma vez que os produtos ou instrumentos de crime suspeitos forem encontrados, de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo, a Parte Requerida, mediante solicitação da Parte Requerente, adotará medidas para bloquear, apreender e confiscar tais produtos ou instrumentos de acordo com a lei interna.

3. Mediante solicitação da Parte Requerente, a Parte Requerida pode, na medida permitida por sua lei interna e nos termos e condições acordados entre as Partes, transferir o produto ou instrumentos de crime na sua totalidade ou em parte, ou o produto da venda de tais bens, para a Parte Requerente.

4. Ao aplicar este Artigo, os direitos e interesses legítimos da Parte Requerida e terceiros a tais produtos ou instrumentos serão respeitados nos termos da lei interna da Parte Requerida.

ARTIGO XIX

Notificação dos Resultados dos Procedimentos em Matéria Penal

1. A Parte que fez a solicitação à outra Parte nos termos deste Tratado, mediante solicitação, informará o último dos resultados dos procedimentos criminais aos quais a solicitação de assistência relaciona-se.

2. Qualquer Parte, mediante solicitação, informará à outra Parte os resultados dos procedimentos criminais instituídos contra um nacional do último.

ARTIGO XX

Fornecimento de Registros Criminais ou Outros

1. A Parte Requerida, mediante solicitação, fornecerá à Parte Requerente os antecedentes

criminais e informação sobre sentença imputada contra a pessoa investigada ou processada em matéria penal no território da Parte Requerente, caso a pessoa envolvida tenha sido objeto de processo penal na Parte Requerida.

2. A Parte Requerida fornecerá à Parte Requerente cópias de registros, documentos ou informações de qualquer forma disponíveis ao público que estejam em sua posse.

3. A Parte Requerida pode fornecer cópias de registros, documentos ou informações de qualquer forma que esteja sob a guarda de autoridades na Parte Requerida, mas que não disponíveis ao público, da mesma forma e nas mesmas condições pelas quais esses documentos se dispõem a suas próprias autoridades policiais, judiciais ou do Ministério Público. A Parte Requerida pode, a seu critério, negar, no todo ou em parte, solicitação baseada neste parágrafo.

ARTIGO XXI

Troca de Informações sobre a Lei

As Partes, mediante solicitação, fornecerão mutuamente informações sobre as leis vigentes ou leis revogadas e informações sobre prática judicial em seus respectivos territórios relacionados à implementação deste Tratado.

ARTIGO XXII

Autenticação e Legalização

Para o propósito deste Tratado, qualquer documento transmitido de acordo com seus termos não exigirá qualquer forma de autenticação ou legalização a menos que o Tratado disponha em contrário.

ARTIGO XXIII

Outros Compromissos

Os termos de assistência e demais procedimentos contidos neste Tratado não constituirão impedimento a que uma Parte preste assistência à outra com base em dispositivos de outros acordos internacionais aplicáveis, ou de conformidade com suas leis nacionais. As Partes podem também prestar-se assistência nos termos de qualquer Acordo, Ajuste ou outra prática bilateral cabível.

ARTIGO XXIV

Consultas

As Autoridades Centrais das Partes realizarão consultas, quando apropriado, no sentido de promover o uso mais eficaz deste Tratado. As Autoridades Centrais podem também estabelecer acordo quanto a medidas práticas que se tornem necessárias com vistas a facilitar a implementação deste Tratado.

ARTIGO XXV

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia que surja da interpretação e aplicação deste Tratado será resolvida por meio de consulta pelos canais diplomáticos caso as Autoridades Centrais não consigam chegar a um acordo.

ARTIGO XXVI

Aplicação

Este Tratado será aplicado a qualquer solicitação apresentada após a data de sua entrada em vigor, ainda que os atos ou omissões que constituam o delito tenham ocorrido antes daquela data.

ARTIGO XXVII

Ratificação, Vigência, Emenda e Denúncia

1. O presente Tratado estará sujeito a ratificação e entrará em vigor a partir do trigésimo dia após a data de troca dos instrumentos de ratificação

2. As Partes podem emendar este Tratado por consentimento mútuo e qualquer emenda entrará em vigor mediante a troca de Notas, por escrito, por canais diplomáticos, após todas as exigências domésticas para sua vigência tenham sido cumpridas.

3. Cada uma das Partes poderá denunciar este Tratado por meio de notificação por escrito para a outra Parte, através dos canais diplomáticos. A denúncia produzirá efeito no centésimo octogésimo dia após a data da notificação.

Em fé do que os representantes dos dois Governos, devidamente autorizados, assinaram e selaram o presente Tratado

Feito em Pequim, em 24 de maio de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português,

chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral para Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos Alimentares

Com o intuito de promover a comunicação e a cooperação bilaterais na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares, com vistas à proteção da saúde humana, animal e vegetal, bem como da elevação do nível de segurança de produtos alimentares, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) da República Federativa do Brasil e a Administração Geral para a Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China (AQSIQ), doravante denominados “as Partes”, após negociações amigáveis, concordaram com o seguinte:

1. As partes concordam em estabelecer mecanismo de consulta mútua na área de segurança sanitária e fitossanitária de produtos alimentares, em harmonia com os princípios, regulamentos, direitos e obrigações estipulados no Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio – SPS/OMC, sujeitos a leis e regulamentos de cada país. As partes procurarão solucionar as não conformidades relacionadas à inspeção sanitária e fitossanitária por meio do diálogo, da troca de informações e de consultas bilaterais, de forma a assegurar benefícios mútuos, adotando as medidas incluídas neste Memorando de Entendimento de modo justificável, científico, transparente e consistente.

Os produtos alimentares contemplados no presente Memorando de Entendimento são aqueles destinados ao consumo, frescos ou processados. Este Memorando de Entendimento não cobre produtos alimentícios

destinados à indústria farmacêutica, nem aditivos alimentares, e não objetiva estabelecer níveis máximos de contaminantes de resíduos de medicamentos veterinários, de resíduos de agrotóxicos, de toxinas ou de agentes patogênicos em alimentos e bebidas, de requisitos de rotulagem e de embalagem relativos à inocuidade alimentar e tampouco às medidas relacionadas especificamente à saúde humana.

2. As Partes concordam em trocar comunicação quanto ao tema da segurança de produtos alimentares e de inspeção e quarentena de produtos de origem animal e vegetal, incluindo o seguinte:

2.1. Leis, regulamentos e normas pertinentes a ambos os países, inclusive aquelas pertinentes à prevenção do bioterrorismo e segurança de produtos de origem animal e vegetal;

2.2. Processos, métodos e tecnologia de inspeção e quarentena de produtos de origem animal e vegetal;

2.3. Implementação dos regulamentos relativos aos acordos no âmbito do SPS/OMC e normas, guias e recomendações de temas internacionais correspondentes;

2.4. Informação dos bancos de dados das Partes sobre o SPS/OMC;

2.5. Informações sobre pragas e doenças de animais e vegetais, resíduos tóxicos que constituam objeto de preocupação das Partes e as respectivas medidas de controle e prevenção adotadas;

2.6. Troca de informações tempestivas sobre não conformidades encontradas em inspeções de produtos de origem animal e vegetal, inclusive sobre pragas e doenças, ou de segurança de alimentos, informações sobre produtos relacionadas a qualidade, peso, origem da produção e nome do produto, dados constantes de embalagem com vistas à sua classificação, bem como certificados oficiais e recomendações para solução tempestiva para eventuais não conformidades;

2.7. Informações sobre certificação de produtos de origem animal e vegetal e registro sanitário e fitossanitário de empresas;

2.8. Quando for necessário, as Partes poderão

trocar informações ou conduzir atividades específicas sobre temas de relevante interesse.

3. A fim de promover boa cooperação quanto a medidas aplicáveis em matéria de segurança de produtos de origem animal e vegetal no âmbito do SPS/OMC, as partes concordam em trocar informações sobre os seguintes tópicos prioritários:

3.1. Sanidade vegetal;

3.2. Sanidade animal;

3.3. Inspeção, padronização e classificação de produtos de origem vegetal e animal;

3.4. Equivalência de sistemas sanitários e fitossanitários;

3.5. Outros temas mutuamente acordados, de acordo com os objetivos deste Memorando de Entendimento.

4. Em caso de não conformidades na área de inspeção de produtos de origem animal ou vegetal que possam afetar o comércio bilateral, as Partes comunicarão e consultarão sua contraparte para encontrar, de forma expedita, a solução técnica necessária.

4.1. Cada Parte estabelecerá um ponto de contato para implementar a comunicação bilateral, e notificará a outra Parte por meio de notas diplomáticas, incluindo a sua eventual substituição.

4.2. Quando necessário, as Partes podem estabelecer um grupo de trabalho conjunto para discutir temas específicos que impactam o comércio bilateral amparado por este Memorando de Entendimento.

5. As Partes serão responsáveis pelas despesas relativas à participação em atividades previstas no presente Memorando de Entendimento, exceto quando (as Partes) concordarem de outra forma.

6. As Partes deverão solucionar eventuais diferenças de compreensão ou de implementação do presente Memorando de Entendimento por meio de consultas amigáveis. O presente Memorando de Entendimento pode ser modificado com o consentimento por escrito das Partes.

7. O presente Memorando de Entendimento

entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência por 5 (cinco) anos, automaticamente renovável por períodos consecutivos de (5) cinco anos, exceto quando uma das Partes denunciá-lo por notificação escrita com pelo menos 6 (seis) meses antes do término do período corrente de cinco anos.

Assinado em Pequim, em 24 de maio de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo os três textos igualmente autênticos.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia (doravante denominadas “Partes Contratantes”),

Desejosos de fortalecer os objetivos do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS-OMC), bem como as normas, diretrizes e recomendações internacionais, dos organismos internacionais relevantes, como a Comissão do Codex Alimentarius, o Escritório Internacional de Epizootias-OIE e a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais – CIPV, sem alterar o nível apropriado de proteção da saúde e da vida humana, animal e vegetal;

Desejando fortalecer as relações já existentes entre os dois países, pelo desenvolvimento da cooperação técnica e científica no campo das medidas sanitárias e fitossanitárias, com vistas à proteção da saúde humana e o controle da difusão de doenças infecciosas dos animais e pragas de plantas do território de uma das Partes Contratantes para o território da outra Parte Contratante;

Considerando que esta cooperação deverá facilitar, expandir e diversificar o comércio de produtos agropecuários, incluindo plantas e produtos vegetais, e animais e produtos de origem animal,

Acordam com o que se segue:

ARTIGO I

Dentro de sua esfera de competência, e de acordo com as leis e regulamentos vigentes em seus respectivos países, as Partes Contratantes deverão cooperar no campo da aplicação das Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, em particular adotando as providências necessárias para prevenir a difusão de doenças infecciosas e pragas de plantas do território de uma das Partes Contratantes para o território da outra Parte Contratante, pelo trânsito de animais, plantas, seus produtos e subprodutos, e facilitando o desenvolvimento, negociação e conclusão de ajustes sobre medidas sanitárias e fitossanitárias para exportação, importação e comércio de plantas e produtos vegetais, e animais e produtos de origem animal.

ARTIGO II

A cooperação referida no Artigo I deste Acordo deverá ser conduzida pelas Partes Contratantes da seguinte forma:

1) Intercâmbio de leis e regulamentos vigentes ou novas legislações que incluem as listas de doenças infecciosas dos animais e pragas de plantas das duas Partes Contratantes;

2) Troca de informações sobre doenças infecciosas dos animais e pragas de plantas em seus referidos países de acordo com os requisitos do Escritório Internacional de Epizootias e da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais;

3) Troca de informação sobre medidas de controle e profilaxia de doenças infecciosas dos animais e pragas de plantas.

4) Intercâmbio de delegações visando a realização de reuniões, seminários e missões de conhecimento em assuntos científicos e de interesse prático no campo de medidas sanitárias e fitossanitárias;

5) Notificação da outra Parte Contratante sobre a ocorrência e controle de doenças infecciosas dos animais e pragas de plantas, principalmente quanto à sua prevalência e surtos dessas doenças e pragas em seus territórios. A situação de emergência deve ser notificada imediatamente.

6) Cooperar em assuntos de quarentena animal e vegetal por meio da criação de um Comitê Conjunto sobre SPS, com vistas a facilitar o comércio entre as Partes Contratantes, e de pontos de contato de cada Parte Contratante, os quais poderão ser indicados por meio de troca de notas diplomáticas.

7) Qualquer outra forma de cooperação técnica que tenha por finalidade promover o desenvolvimento no campo de medidas sanitárias e fitossanitárias dos dois países, conforme acordado pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

1. Na implementação deste Acordo, as Partes Contratantes poderão concluir ajustes subsidiários, os quais poderão incluir detalhes tais como objetivos, planos de trabalho, cronogramas de reuniões e eventos técnicos, condições de financiamento, participação oficial em eventos internacionais relacionados aos temas deste Acordo, celebração de acordos bilaterais de equivalência e outras modalidades, levando em consideração as normativas internacionais vigentes e os objetivos deste Acordo.

2. A fim de implementar as negociações previstas neste Acordo, representantes das Partes Contratantes reunir-se-ão no Reino da Tailândia ou na República Federativa do Brasil, em época e local mutuamente acordado.

ARTIGO IV

As autoridades sanitárias e fitossanitárias competentes para fins de implementação deste Acordo serão, pelo Governo da República Federativa do Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e pelo Governo do Reino da Tailândia, o Ministério da Agricultura e Cooperativas.

ARTIGO V

A Parte Contratante que enviar delegação à outra Parte Contratante custeará as despesas de seu pessoal participante das atividades das missões conjuntas, as quais incluem pagamento das viagens e acomodações. A Parte Contratante que recebe as missões deverá prestar assistência nos aspectos logísticos para as delegações a menos que seja decidido de outra forma pelas Partes Contratantes.

ARTIGO VI

Qualquer terceira Parte poderá usufruir dos benefícios advindos das atividades desenvolvidas dentro do escopo deste Acordo, sujeito à aprovação por escrito de ambas as Partes Contratantes. A troca de informações e o fornecimento de informações para terceiros deve estar de acordo com as respectivas legislações e regulamentos em seus respectivos países e seus compromissos assumidos em Acordos Internacionais.

ARTIGO VII

Qualquer disputa ou diferença entre as Partes Contratantes surgidas em decorrência da interpretação ou aplicação deste Acordo deverá ser resolvida amigavelmente mediante consultas.

ARTIGO VIII

1. O presente Acordo entrará em vigor em 30 (trinta) dias após a data da segunda Nota que comunique o cumprimento de todas as formalidades internas para a sua entrada em vigor. O Acordo permanecerá em vigor por um período de 5 (cinco) anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 5 (cinco) anos até que uma Parte Contratante decida denunciá-lo, por meio de notificação por escrito à outra Parte Contratante com antecedência de 6 (seis) meses da data de término do Acordo.

2. Este Acordo poderá ser modificado ou emendado a qualquer momento por entendimento mútuo das Partes Contratantes. As emendas entrarão em vigor conforme o parágrafo 1 deste Artigo.

3. Não obstante o término deste Acordo, as atividades em andamento deverão continuar até sua conclusão.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, em 16 de junho de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português, tailandês e inglês, sendo todos os textos igualmente idênticos. Em caso de divergências na interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Comunicado à imprensa a respeito da transmissão da Secretaria *Pro-Tempore* do Grupo do Rio (07.01.2004)

Em cerimônia que se realizará na Sala dos Tratados do Palácio Itamaraty, às 12 horas do dia 8 de janeiro, o Brasil assumirá a Secretaria *Pro-Tempore* do Grupo do Rio durante o ano de 2004. A cerimônia será presidida pelo Chanceler Celso Amorim, e dela participarão o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, o enviado especial do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Embaixador Roberto García Moritán, e os Embaixadores em Brasília dos Países-Membros do Grupo.

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, criado em 1986 no Rio de Janeiro e por isso conhecido como Grupo do Rio, é integrado pelo Brasil e por mais dezoito países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana – que representa a Comunidade do Caribe (CARICOM) –, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

O Grupo do Rio tem como função primordial o fortalecimento da concertação política entre os Governos participantes, através de consultas regulares sobre temas de interesse dos Países-Membros. O objetivo primordial da atuação do Grupo é a consolidação da democracia a partir do desenvolvimento econômico e social, com base em um processo de cooperação e integração. Sempre que necessário, o Grupo faz pronunciamentos sobre temas políticos internacionais.

O Grupo, de caráter informal, funciona sob a coordenação da Secretaria *Pro-Tempore*, da qual se encarrega, a cada ano, um dos Países-Membros. Juntamente com o país que exerce a Secretaria *Pro-Tempore*, participam da coordenação do Grupo o país que exerceu a Secretaria *Pro-Tempore* no ano imediatamente anterior e o que deverá assumi-la no ano subsequente, os quais formam a chamada Tróica. A atual Tróica está conformada pelo Peru, encarregado da Secretaria em 2003, pelo Brasil e pela Argentina, que deverá assumi-la em 2005.

Como parte de suas atribuições à frente da Secretaria *Pro-Tempore*, o Brasil deverá sediar, em 2004, a XVIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Deverão ser organizadas, também no Brasil, a XXIII reunião de Chanceleres do Grupo e reunião entre os Chanceleres do Grupo do Rio e da União Européia. Na qualidade de Secretaria *Pro-Tempore*, caberá ainda ao Brasil organizar reuniões entre o Grupo do Rio e outros países ou grupos de países, por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. O Brasil ocupou a Secretaria *Pro-Tempore* do Grupo do Rio pela última vez em 1994.

Comunicado à imprensa a respeito de controle de entrada de cidadãos brasileiros nos EUA e de norte-americanos no Brasil (07.01.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, chamou ontem a seu Gabinete a Embaixadora dos EUA, Donna Hrinak, para tratar da questão da identificação de cidadãos brasileiros que ingressam nos Estados Unidos. Reiterou a importância de encontrar, a exemplo do que já ocorre

com os cidadãos de 27 outros países, uma solução que permita isentar os nacionais brasileiros dos procedimentos de controle a que estão sendo ora submetidos.

Nesse contexto, abordou também as medidas de identificação que estão sendo aplicadas neste momento a nacionais norte-americanos que entram no Brasil, em decorrência de decisão judicial.

O Ministro Celso Amorim assinalou que as principais preocupações do Governo brasileiro neste tema são com a manutenção do alto nível das relações entre Brasil e Estados Unidos e, sobretudo, com a necessidade de assegurar tratamento condigno aos nacionais brasileiros que ingressam naquele país. É sob essa ótica que está sendo examinada a aplicação do princípio da reciprocidade, elemento básico das relações internacionais, no controle de entrada de cidadãos norte-americanos no Brasil.

Comunicado à imprensa a respeito do encontro dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru (08.01.2004)

Em visita a Brasília para participar da reunião de transferência ao Brasil da Secretaria *Pro-Tempore* do Grupo do Rio, o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Rodriguez Cuadros, manteve encontro com o Ministro Celso Amorim.

Na ocasião, os dois Chanceleres reviram os principais temas do relacionamento bilateral, no contexto da aliança estratégica entre Brasil e Peru, estabelecida pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo. Foram abordados: a cooperação para a vigilância e proteção da região amazônica; o encaminhamento dos projetos de integração da infra-estrutura física e a nova condição do Peru de país associado ao MERCOSUL; e diversos aspectos das negociações comerciais de que têm participado Brasil e Peru.

Os Ministros Celso Amorim e Rodriguez Cuadros expressaram sua satisfação com a próxima conclusão do Acordo Brasil-Peru sobre Facilidades para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus

Territórios. Por este acordo, deixarão de ser exigidos passaportes para viagens entre os dois países de cidadãos brasileiros e peruanos, conforme decisão constante de comunicado conjunto emitido quando da visita do Presidente Lula a Lima, em 25 de agosto de 2003. Esta situação já se aplica aos cidadãos dos Países-Membros do MERCOSUL.

Controle de ingresso de estrangeiros no território nacional – Portaria Interministerial (10.01.2004)

O Presidente da República aprovou hoje o seguinte texto de Portaria Interministerial, que será publicada no Diário Oficial da União na próxima segunda-feira:

“OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA, DAS RELAÇÕES EXTERIORES e o ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

CONSIDERANDO o princípio de reciprocidade de tratamento nas relações internacionais; e

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender mecanismos de controle do ingresso de estrangeiros no Brasil, levando-se em conta razões de segurança, resolvem:

Art. 1º Criar Grupo de Trabalho permanente com a finalidade de propor e avaliar procedimentos especiais de controle de ingresso de estrangeiros no território nacional, baseados em critérios de reciprocidade de tratamento a brasileiros no exterior, ou por razões de segurança.

§ 1º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I – um representante do Ministério da Justiça, que o presidirá;

II – um representante do Ministério das Relações Exteriores; e

III – um representante da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Sempre que se fizer necessário, serão convidados representantes de outras áreas do Governo Federal para oferecerem subsídios à consideração do Grupo de Trabalho.

§ 3º As propostas do Grupo de Trabalho, adotadas por consenso, serão submetidas à consideração dos respectivos titulares das Pastas nele representadas.

§ 4º Os procedimentos iniciais de que trata o *caput* deste Artigo serão definidos no prazo de trinta dias.

Art. 2º Sem prejuízo do exercício de suas competências legais e regulamentares, a Polícia Federal adotará os procedimentos iniciais definidos pelo Grupo de Trabalho na conformidade do disposto no § 4º do Artigo I desta Portaria, bem como os que vierem a sê-lo após o prazo nele previsto.

Art. 3º Enquanto não forem definidos pelo Grupo de Trabalho os procedimentos previstos nos Artigos I e II desta Portaria, serão mantidos os atualmente adotados para identificação de estrangeiros com fundamento no princípio da reciprocidade nas relações internacionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das Relações Exteriores
ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA
Advogado-Geral da União”

Comunicado à imprensa a respeito do encontro entre o Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente do Paquistão, à margem da XII Cúpula da SAARC (13.01.2004)

O Governo brasileiro viu com satisfação o recente

encontro do Primeiro-Ministro indiano Atal Bihari Vajpayee e do Presidente paquistanês Pervez Musharraf, à margem da XII Cúpula da Associação do Sul da Ásia para Cooperação Regional (SAARC), após o qual anunciaram novos passos para a normalização das relações entre os dois países.

O Brasil espera que a retomada do diálogo entre esses dois países leve à solução pacífica e negociada de todas as pendências bilaterais, inclusive a questão da Caxemira.

Comunicado à imprensa: EUA descumprem determinação da OMC sobre a Emenda Byrd – Reação Brasileira (15.01.2004)

Em 27 de dezembro de 2003, expirou o prazo para os Estados Unidos tornarem a medida conhecida como Emenda Byrd compatível com as disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como os EUA não adequaram a norma condenada, o Brasil e mais sete Membros da Organização solicitaram hoje, 15 de janeiro, ao Órgão de Solução de Controvérsias, autorização para suspender concessões e outras obrigações para com aquele país.

O painel da OMC que havia examinado a questão a pedido do Brasil e de mais dez Membros julgou que a Emenda Byrd constituía medida contra *dumping* e subsídios não autorizada pelos acordos multilaterais que regem esses assuntos. Os EUA recorreram ao Órgão de Apelação, que sustentou a conclusão do painel em 27 de janeiro de 2003. A Emenda Byrd determina a distribuição dos fundos obtidos com a coleta de direitos *antidumping* e compensatórios (anti-subsídios) para os produtores domésticos que subscreveram petições contra concorrentes estrangeiros. Desta forma, os produtores dos EUA beneficiam-se não apenas dos direitos impostos sobre os produtos de seus concorrentes estrangeiros mas também de pagamentos diretos do Governo daquele país. Os fundos provenientes de direitos sobre produtos importados do Brasil chegaram a US\$ 3 milhões em 2002. Cerca de dois terços desse valor referem-se

a produtos siderúrgicos. O Brasil pleiteia o direito de impor tarifas adicionais sobre produtos dos EUA em montante relacionado à mais recente distribuição de fundos a produtores norte-americanos nos termos da Emenda Byrd. Esse montante oscilará, portanto, conforme o volume dessa distribuição. A lista de produtos dos EUA que sofrerão sobretaxas será definida posteriormente.

O Brasil, país que sempre se opôs a medidas que restringem indevidamente o comércio, ainda espera que os EUA alterem a Emenda Byrd no sentido de cumprir com suas obrigações multilaterais, de modo que não seja necessário impor tarifas adicionais sobre produtos daquele país.

Informações adicionais:

- Em outubro de 2000, o Presidente Clinton sancionou o *Continued Dumping and Subsidy Offset Act* (Emenda Byrd, do nome do senador que a patrocinou).

- A Emenda Byrd permite que produtores dos EUA que peticionaram abertura de investigação contra concorrentes estrangeiros recebam parcela dos recursos auferidos com a imposição de direitos *antidumping* ou compensatórios.

- Em conseqüência, os produtores dos EUA beneficiam-se não apenas dos direitos impostos sobre os produtos de seus concorrentes estrangeiros mas também de pagamentos diretos do Governo daquele país. Em 2002, os desembolsos para empresas norte-americanas sob a Emenda Byrd chegaram a US\$ 330 milhões.

- Os desembolsos provenientes de direitos sobre produtos importados do Brasil chegaram a US\$ 3 milhões em 2002. Pouco mais de 60% desse valor refere-se a produtos siderúrgicos. As estimativas para 2003 apontam para desembolsos de pouco mais de US\$ 2 milhões referentes a produtos brasileiros, em sua quase totalidade siderúrgicos.

- Em setembro de 2001, o Brasil e mais dez membros da OMC questionaram a Emenda Byrd no Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC. Demais reclamantes: Austrália, Canadá, Chile, Comunidades Européias, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, México e Tailândia.

- O painel da OMC concluiu, em setembro de 2002, que os pagamentos sob a Emenda Byrd violam os Acordos de *Antidumping* e de Subsídios e Medidas Compensatórias, por constituírem medida adicional contra *dumping* e subsídios não contemplada naqueles Acordos.

- Os EUA recorreram ao Órgão de Apelação que, em janeiro de 2003, confirmou a conclusão do painel. Arbitragem subsequente concedeu aos EUA “prazo razoável” de 11 meses (até 27 de dezembro) para tornar a Emenda Byrd compatível com as disciplinas da OMC.

- O “prazo razoável” expirou sem que os EUA tivessem tomado medidas efetivas para revogar ou corrigir a Emenda Byrd.

- Segundo as normas da OMC, em caso de descumprimento de determinações por parte de um membro condenado em contencioso, os reclamantes que tencionam impor sanções deverão pedir autorização ao Órgão de Solução de Controvérsias até 30 dias após expirar o “prazo razoável”. Nesta disputa, os 30 dias vencem em 26 de janeiro. Solicitações de autorização devem ser entregues por escrito 11 dias antes.

- O Brasil, à semelhança da maior parte dos demais reclamantes, pleiteia autorização para “suspender concessões e outras obrigações” em montante equivalente aos desembolsos referentes a direitos *antidumping* e compensatórios sobre seus produtos, adicionados a parcela dos desembolsos restantes, que também conferem vantagem indevida a concorrentes norte-americanos de produtores brasileiros.

- Em vista da complexidade do caso e do número de reclamantes, não se pode prever quando será emitido o laudo arbitral. Suas conclusões são definitivas, não se admitindo recurso. As sanções autorizadas poderão permanecer em vigor até a revogação ou correção da Emenda Byrd.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Comissário de Relações Exteriores da União Européia, Christopher Patten (16.01.2004)

O Comissário de Relações Exteriores da União Européia, Christopher Patten, realizará visita oficial ao Brasil, no período de 19 a 21 de janeiro corrente. Em Brasília, o Comissário será recebido pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, entre outras autoridades. O Comissário Patten manterá, ainda, agenda de trabalho em São Paulo, de onde viajará em caráter oficial à Colômbia.

Constam da pauta de temas da visita do Comissário Patten a cooperação Brasil-União Européia; o Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-UE; a III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Européia, que se realizará no México, em maio próximo; e as negociações em curso na OMC.

Por ocasião da visita, deverá ser assinado o Acordo Brasil-UE em Ciência e Tecnologia, instrumento que representa a consolidação do relacionamento bilateral em setor de relevância crescente para o desenvolvimento econômico e social e formaliza atividades até hoje desenvolvidas em bases interinstitucionais.

Comunicado à imprensa a respeito de Missão empresarial brasileira ao Sri Lanka (19.01.2004)

O Itamaraty está organizando missão de empresários brasileiros ao Sri Lanka, nos dias 29 e 30 do corrente. O país destaca-se como o maior produtor mundial de chá. A agricultura concentra-se na produção de arroz, borracha, coco e temperos.

A indústria local produz têxteis, vestimentas, artigos de couro, alimentos processados, químicos, petróleo refinado e artigos de madeira, metal e papel. Os principais recursos naturais de Sri Lanka são pedra calcária, grafite, argila, areias, gemas, fosfato e hidroeletricidade.

O Sri Lanka teve significativo crescimento econômico nos últimos anos. De 1991 a 2000, o PIB cresceu 5,2% em média. Em 2002, 4%, em grande parte impulsionado pelo crescimento do setor de serviços. De janeiro a abril de 2003, o país cresceu 5,5%. Novamente, o setor de serviços (telecomunicações e turismo) foi o de maior destaque. Naquele ano (jan/out), as exportações do país atingiram crescimento da ordem de 10,6%, tendo as vendas externas de produtos industrializados crescido em torno de 11,6%. No mesmo período, as importações aumentaram em 8,6%. As taxas de juros diminuíram e a inflação se situa em 9%. Estima-se que a economia do Sri Lanka cresça 6,5% em 2004.

Até a presente data, confirmaram presença na missão 19 empresários, representando 15 empresas e instituições dos setores de tecnologia da informação, moda, brinquedos, eletroeletrônicos, indústria aeroespacial, máquinas e equipamentos, jurídico, bancário, químico, logística de transporte, ferramentas, seda, educação e cultura.

A idéia de organizar missão empresarial brasileira ao Sri Lanka foi apresentada por ocasião de encontro do Chanceler Celso Amorim com o Primeiro-Ministro cingalês, Ranil Wickremesinghe, em Nova Delhi, em outubro de 2003. Na ocasião, o Primeiro-Ministro manifestou interesse de que empresas brasileiras participassem do processo de reconstrução de seu país, para o qual estão sendo destinados US\$ 4,5 bilhões.

Nesse contexto, o comércio bilateral Brasil-Sri Lanka, que nos últimos quatro anos não ultrapassou a cifra de US\$ 24 milhões, poderá sofrer considerável incremento. Espera-se que a pauta brasileira de exportação, concentrada em açúcar e papel cartão (66% do total exportado), seja ampliada com a introdução de novos produtos, inclusive de alto valor

agregado, além de serviços.

Trabalho de pesquisa comercial realizado pela Direção-Geral de Promoção Comercial do Itamaraty identificou, entre outros, os seguintes setores de alto potencial para penetração no mercado cingalês: aeronaves, petróleo e derivados, turborreatores, máquinas e acessórios para processamento de dados, aparelhos transmissores, automóveis e veículos, ouro, fumo, televisores em cores e medicamentos.

Comunicado do G-20 (19.01.2004)

Os Ministros do G-20 receberam, recentemente, assim como todos os demais Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), carta do Representante dos EUA para o Comércio (USTR), Embaixador Robert Zoellick, contendo idéias sobre como alcançar progressos ao longo de 2004 na Agenda de Doha para o Desenvolvimento (ADD). O G-20 cumprimenta os EUA pela iniciativa e por seu desejo de trabalhar a fim de alcançar resultados nas negociações da Rodada em 2004.

O G-20 tem consistentemente manifestado seu compromisso com o êxito das negociações. Na recente Reunião Ministerial do G-20 em Brasília, o comunicado final ressaltou que: “O G-20 está preparado a contribuir para o êxito como um todo da Rodada de Doha e, em particular, na área agrícola (...) os Ministros enfatizaram sua disposição de contribuir para a pronta retomada das conversações nos organismos negociadores, de modo a permitir que se alcancem progressos ao longo de 2004 com vistas a completar a Rodada de acordo com o seu calendário original”.

Compartilhamos a visão apresentada na carta de que a agricultura desempenha papel fundamental nas negociações. Os países do G-20 estão analisando as idéias apresentadas pelo USTR Zoellick e reagirão oportunamente. Nossa posição é bastante conhecida e permanece sobre a mesa de negociação.

O G-20 está pronto a contribuir e a cooperar com todos os membros da OMC para alcançar progressos substantivos nas negociações e, nesse contexto,

considera positiva a recente contribuição dos EUA, bem como o diálogo iniciado com a União Européia durante a Reunião Ministerial do G-20 em Brasília.

19 de janeiro de 2004.

Comunicado do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti (20.01.2004)

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio – expressa sua preocupação em relação à situação na República do Haiti e faz votos para que a estabilidade e a paz social prevaleçam naquele país, dentro do respeito às normas do Estado de direito e da ordem constitucional haitiana, e em conformidade com o disposto na Carta Democrática Interamericana.

O Grupo do Rio exorta todos os setores sociais e políticos do Haiti a contribuírem para a preservação e o fortalecimento da democracia, na busca dos acordos necessários para a solução de problemas existentes, com vistas à consolidação da institucionalidade democrática e da ordem constitucional.

O Grupo do Rio manifesta seu apoio à Missão Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti em seu objetivo de contribuir para a solução da atual crise política naquele País.

Brasília, 20 de janeiro de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito de licenças não-automáticas para a importação de produtos têxteis pela Argentina (23.01.2004)

O Governo brasileiro tomou conhecimento da resolução 56/04, do Ministério da Economia e Produção da Argentina, sobre regime de licenças não-automáticas prévias de importação de certos produtos têxteis, aplicável a todos os países.

O Governo brasileiro está examinando com todo cuidado o assunto, de grande interesse para o setor têxtil brasileiro, à luz dos dispositivos que regem o livre-comércio no MERCOSUL e das normas da Organização Mundial do Comércio.

O Governo brasileiro reitera a sua convicção de

que ambos os países, por meio de suas autoridades competentes e dos setores privados interessados, encontrarão o melhor entendimento possível, de acordo com as regras acima mencionadas e em conformidade com os interesses comuns de fortalecer e expandir a integração comercial e produtiva entre o Brasil e a Argentina, no contexto do MERCOSUL.

Declaração dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Jacques Chirac e Ricardo Lagos e do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan – Ação contra a fome e a pobreza (30.01.2004)

1. Por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nós, o Presidente Jacques Chirac, da França, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, o Presidente Ricardo Lagos, do Chile, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, nos reunimos, hoje, 30 de janeiro de 2004, em Genebra, para intercambiar opiniões a respeito de temas sociais e econômicos globais.

2. Sublinhamos a necessidade de um multilateralismo efetivo e, nesse contexto, reafirmamos o papel central das Nações Unidas e confirmamos nosso apoio ao processo de reforma lançado pelo Secretário-Geral.

3. Expressamos nossa forte preocupação com as tragédias humanas causadas pela fome e pobreza no mundo. Recordamos que 1,1 bilhão de pessoas lutam para sobreviver com menos de um dólar por dia; que aproximadamente 840 milhões passam fome; que ao redor de 24 mil pessoas morrem todos os dias e 11 crianças menores que 5 anos a cada minuto, como resultado de causas associadas à pobreza e da fome. Enfatizamos também as conexões negativas entre a fome, pobreza, saúde, educação e desenvolvimento. Fome leva a doenças, compromete a habilidade cognitiva das crianças, reduz a capacidade de trabalho e desorganiza sociedades. Sublinhamos o efeito multiplicador da expansão da AIDS em relação à fome e à pobreza, particularmente na África.

4. Sublinhamos nossa firme determinação de

trabalhar conjuntamente, a fim de promover maior cooperação internacional e aumentar a disponibilidade de recursos para enfrentar desafios econômicos e sociais urgentes, especialmente o da erradicação da pobreza e da fome. Apoiamos também o trabalho desenvolvido pela FAO sobre o direito à alimentação adequada.

5. Enfatizamos que os objetivos, com prazos e metas mensuráveis, acordados durante a Cúpula do Milênio, em particular a meta de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas, constitui a espinha dorsal da luta contra a fome e a pobreza. A implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio continua lenta e desigual. Um grande número de nações, especialmente na África e em países menos desenvolvidos, não alcançará essas metas de desenvolvimento, malgrado os esforços internos, a menos que receba recursos substanciais e apoio externos.

6. Ainda que os países em desenvolvimento continuem a fazer importantes esforços para reduzir a pobreza, enfatizamos a relação entre desenvolvimento e redução de pobreza e a importância de progresso continuado em governabilidade. Nesse contexto, identificamos a necessidade de dar tratamento adicional à questão do peso da dívida, de aumentar os fluxos da ajuda oficial (ODA) e de reduzir as incertezas no sistema internacional de comércio para facilitar o desenvolvimento.

7. Compartilhamos o ponto de vista de que o “diálogo ampliado” entre o G-8 e países em desenvolvimento constitui iniciativa importante na busca de soluções para os desafios econômicos e sociais contemporâneos, em especial o combate à fome e à pobreza.

8. Reconhecemos a emergência do G-20 e confiamos em que desempenhe papel positivo na construção de um sistema multilateral de comércio que ofereça oportunidades justas a todos os parceiros.

9. À luz desses desafios, consideramos vital o estabelecimento de uma verdadeira parceria global.

Essa parceria deve mobilizar vontade política e apoio financeiro, engajar governos, o sistema das Nações Unidas e as instituições financeiras, reorientar prioridades e políticas de desenvolvimento, formar recursos humanos e buscar parcerias na sociedade civil e no setor privado.

10. Recordamos que a Conferência de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento e a Conferência de Joanesburgo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ofereceram importantes parâmetros para o estabelecimento de coalizões e apoio a uma parceria global. Esses esforços requerem a pronta implementação de compromissos e ações, tanto por países em desenvolvimento como por países desenvolvidos, inclusive por meio de parcerias com ONGs e empresas privadas. Sublinhamos também que recursos adequados devem ser colocados à disposição das agências das Nações Unidas. Além disso, novas formas de financiamento devem ser exploradas.

11. Com a firme determinação de estabelecer parcerias e o propósito de intensificar os esforços em curso para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio:

- Apoiamos a proposta de uma aliança global para combater a fome e a pobreza, pela qual os países em desenvolvimento receberão apoio contínuo aos seus esforços nacionais em prol de um desenvolvimento robusto, políticas sociais eficientes e sólidas instituições democráticas, inclusive por meio de alívio da dívida, investimento direto com capital de longo prazo, aumento da ajuda internacional, bem como por meio de um comércio mais equitativo;

- Convidamos os líderes mundiais a unir-se a essa aliança, recordando que, nas palavras do Secretário-Geral, “um mundo onde prevaleçam a privação, a fome, a doença e o desespero da pobreza não será um mundo em paz”;

- Convidamos os países doadores e o setor privado a contribuir de forma substantiva para os diferentes fundos e iniciativas voltados para a erradicação da pobreza, tais como, entre outros, o FIDA, o Programa Mundial de Alimentos, o Fundo

da FAO para Segurança Alimentar, o Fundo da Solidariedade, o Mecanismo Internacional de Financiamento e o fundo fiduciário estabelecido pelo Brasil, pela Índia e pela África do Sul no âmbito do PNUD – o “Mecanismo do IBAS para o alívio da pobreza e da fome”;

- Convidamos igualmente o Banco Mundial (BIRD) e outras instituições financeiras internacionais, inclusive bancos regionais de desenvolvimento, a incrementar suas ações nesses campos;

- Encorajamos fortemente aqueles organismos e iniciativas internacionais a continuar coordenando suas atividades, sob a mais estreita supervisão e monitoramento por parte do Secretário-Geral.

12. Com o objetivo de contribuir com soluções concretas para o combate à fome e à pobreza e para acabar com o déficit financeiro que impede a realização da Meta de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade o número de subnutridos até 2015, nós, os Presidentes Lula e Chirac, decidimos estabelecer um grupo técnico para continuar o estudo de diferentes propostas para:

- Promover fontes inovadoras de financiamento, tais como o Mecanismo Internacional de Financiamento, conforme proposto pelo Governo britânico, assim como a taxação de determinadas transações internacionais, como, por exemplo, a venda de alguns tipos de armas e de certas movimentações financeiras. Mecanismos para a participação de fontes de financiamento privadas e voluntárias devem também ser considerados;

- Examinar mecanismos para canalizar de forma eficiente esses possíveis recursos adicionais para um fundo especial para combater a fome e a pobreza, sob a supervisão das agências multilaterais apropriadas. Esse fundo deve contemplar, como prioridade, as necessidades mais urgentes na área da redução da pobreza e combate à fome;

- Explorar meios pelos quais agências especializadas da ONU e o PNUD possam complementar a ação da FAO, do PMA e do FIDA e de outros programas das Nações Unidas, na identificação, disseminação e promoção de boas práticas no combate à fome e à

pobreza.

13. O grupo técnico, a ser composto de peritos do Brasil e da França e de outros países interessados, preparará um relatório sobre os tópicos mencionados acima até setembro de 2004, como uma contribuição para o trabalho em curso no âmbito das Nações Unidas e outros foros sobre fontes inovadoras de financiamento.

14. Nós, os Presidentes Lula e Chirac, expressamos nosso interesse na continuação do “diálogo ampliado” do G-8, de modo a propiciar uma discussão sobre fontes inovadoras para financiar ações de combate à fome e à pobreza. Sugerimos, também, que esta questão seja discutida pelos Estados-Membros durante a próxima sessão dos Conselhos do FIDA, FAO e PMA, bem como durante a 59ª Sessão da Assembléia Geral, e por líderes mundiais, quando eles se encontrem, em 2005, para avaliar o progresso realizado na implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

15. O Secretário-Geral recebe positivamente essas propostas.

Comunicado à imprensa a respeito de reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina – Têxteis (30.01.2004)

Reuniu-se, hoje, a Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina, co-presidida pelo Ministro, interino, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Fortes de Almeida, e pelo Secretário de Indústria, Comércio e Pequenas e Médias Empresas, Alberto Dumont.

O acordo privado alcançado hoje sobre o comércio bilateral de *denim* e as negociações em curso, também de cunho privado e caráter transitório, sobre outros produtos têxteis objetivam uma adequada evolução do intercâmbio entre os dois países no setor, sem desvio de comércio, à luz da recuperação das economias da Argentina e do Brasil.

O êxito do acordo sobre *denim* resultou da ação positiva das lideranças empresariais comprometidas

com o avanço do processo de integração, em sintonia com o objetivo do Governo brasileiro e do Governo argentino de promover o entendimento entre representantes dos setores privados de ambos os países.

A manutenção do clima construtivo é fundamental para a definição do tratamento a ser dado aos outros produtos do setor têxtil, que são o objeto das negociações em curso, e contribui para a continuidade da fluidez do comércio bilateral.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Dominique de Villepin (02.02.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Dominique de Villepin, realizará visita de trabalho ao Brasil em 3 e 4 de fevereiro corrente, quando se encontrará com o Chanceler Celso Amorim e o Ministro Gilberto Gil. O Ministro de Villepin fará visita de cortesia ao Presidente da República.

Os Chanceleres repassarão temas das agendas bilateral e multilateral, dentre os quais o andamento do projeto de construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque, na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa (que deverá representar importante fator de desenvolvimento daquela região), e a cooperação nas Nações Unidas, a partir da recente entrada do Brasil no Conselho de Segurança, na qualidade de membro não-permanente.

O Chanceler Dominique de Villepin proferirá palestra intitulada “Por uma Nova Parceria Internacional”, às 10:00 horas do dia 4 de fevereiro, no Auditório Embaixador João Augusto de Araujo Castro, no Instituto Rio Branco.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Secretário-Geral da OEA, Cesar Gaviria (05.02.2004)

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Cesar Gaviria, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 6 de fevereiro de 2004.

Será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Itamaraty, com quem terá reunião de trabalho para tratar de temas da agenda da OEA. Após a reunião, seguirá para o Palácio do Planalto, onde terá audiência com o Presidente da República.

Comunicado à imprensa a respeito da Sétima Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (06.02.2004)

A Sétima Reunião da Conferência das Partes (COP-7) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) será realizada em Kuala Lumpur, Malásia, de 9 a 20 de fevereiro corrente.

A CDB foi adotada em 1992 e entrou em vigor em 1993. A Convenção, que conta atualmente com 188 Estados-Partes, é um dos mais importantes instrumentos na área ambiental, constituindo um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). A CDB tem três objetivos: a conservação da biodiversidade; seu uso sustentável; e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do acesso aos recursos genéticos. A Convenção reconhece o direito soberano dos Estados de explorar seus próprios recursos de acordo com suas políticas ambientais, além da soberania dos Estados sobre seus recursos genéticos. O Brasil é parte da CDB desde 1994.

A COP 7 terá três temas principais na agenda: áreas protegidas, transferência de tecnologia e diversidade biológica de montanhas. O Brasil confere particular importância aos dois primeiros. Repositório da maior cobertura florestal tropical do mundo, o País tem cerca de 8% de seu território constituído de unidades de conservação, regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Já o tema de transferência de tecnologia é de especial significado para os países em desenvolvimento, em vista da relativa inadimplência dos países desenvolvidos no cumprimento das obrigações por

eles assumidas, desde a Rio 92, de transferência de tecnologia avançada aos países em desenvolvimento, de forma a permitir a adequada implementação das obrigações internacionais relativas ao meio ambiente.

Além dos temas principais, a COP-7 também deverá dedicar-se à consideração de dois temas de alta prioridade para o Brasil: a negociação de um regime internacional para a repartição de benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e a proteção dos conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades locais. Para o Brasil, é urgente que se adote regime internacional que coíba a biopirataria, haja vista os casos frequentes de acesso não-autorizado aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais originários do Brasil e de outros países amazônicos.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim ao Peru (09.02.2004)

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial a Lima em 10 de fevereiro. Será recebido pelo Presidente Alejandro Toledo e participará de reuniões com o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Rodriguez Cuadros, e outras autoridades do Governo peruano.

Os dois Chanceleres examinarão os principais temas do relacionamento bilateral, entre os quais a cooperação para a vigilância e proteção da região amazônica; as alternativas de mecanismos financeiros inovadores que permitam o investimento em projetos de integração da infra-estrutura física; os esforços para a ampliação da frequência de vôos regionais transfronteiriços; e diversos aspectos das negociações comerciais de que têm participado Brasil e Peru.

Os dois Chanceleres deverão assinar o “Acordo Brasil-Peru sobre Facilidades para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios”. Esse acordo dá cumprimento à decisão tomada pelos Presidentes do Brasil e do Peru no sentido de eliminar a exigência de passaportes para viagens de nacionais dos dois países.

Comunicado à imprensa a respeito da Promulgação do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL (10.02.2004)

Foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 10 de fevereiro de 2004, o Decreto nº 4.982, que promulga o Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL. O referido Protocolo, em vigor desde 1º de janeiro de 2004, passa a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro. A promulgação resulta de um esforço concentrado dos Poderes Executivo e Legislativo, por meio da Seção Nacional da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, para acelerar a entrada em vigor dos instrumentos jurídicos que contribuam para o fortalecimento institucional do bloco.

Assinado em 2002 pelos Presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Protocolo de Olivos constitui importante avanço para o fortalecimento institucional do MERCOSUL, ao aperfeiçoar o mecanismo de solução de controvérsias instituído pelo Protocolo de Brasília, de 1991.

O Protocolo de Olivos cria o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL, instância com poderes para rever decisões dos tribunais arbitrais *ad hoc* instituídos pelo Protocolo de Brasília. As decisões do Tribunal Permanente serão obrigatórias para os Estados envolvidos nas controvérsias e terão, com relação às partes, força de coisa julgada.

A promulgação do Protocolo de Olivos corresponde ao firme compromisso do Brasil com a reconstrução e o aperfeiçoamento do MERCOSUL.

Comunicado à imprensa a respeito da instalação da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Humanitário no Brasil (11.02.2004)

Por meio de Decreto datado de 27 de novembro de 2003, o Governo brasileiro criou a Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Humanitário no Brasil, com o objetivo de propor às

autoridades competentes as medidas necessárias à implementação e à difusão do direito internacional humanitário no Brasil, notadamente as Convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Adicionais I e II de 1977.

O estabelecimento da Comissão Nacional dá ao Brasil um instrumento necessário para a aplicação efetiva do direito humanitário. A experiência internacional tem demonstrado que a criação de uma Comissão Nacional não apenas favorece o estabelecimento de diretrizes e a coordenação de ações relativas à aplicação do direito humanitário, mas também reforça, do ponto de vista político, o compromisso real com as prerrogativas essenciais outorgadas às vítimas dos conflitos armados e constitui oportunidade de o Estado demonstrar disposição em cumprir com as obrigações fundamentais de respeitar e de fazer respeitar o direito internacional humanitário.

Na XXVIII Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, realizada em Genebra, de 2 a 6 de dezembro de 2003, além de anunciar o estabelecimento da Comissão Nacional e comprometer-se a assegurar seu pleno funcionamento, o Brasil assumiu o compromisso de promover a integração das normas de direito internacional humanitário aos planos de ensino, programas de treinamento e manuais operacionais das Forças Armadas.

Presidida pelo Diretor do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão também é integrada por representantes dos Ministérios da Justiça, Defesa, Saúde, Educação e Cultura, bem como da Casa Civil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Cruz Vermelha Brasileira e Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

A Sessão de Instalação da Comissão, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, será realizada no dia 12 de fevereiro corrente, quinta-feira, às 11:00 horas, na Sala de Conferências do Palácio do Itamaraty.

Comunicado conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Peru (11.02.2004)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial ao Peru, durante a qual se reuniu com o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, em 10 de fevereiro de 2004.

Este encontro, que dá seguimento à visita a Brasília do Chanceler peruano, em 8 de janeiro passado, realiza-se dentro do marco do mecanismo de coordenação e consulta de Chanceleres, acordado pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alejandro Toledo, em agosto de 2003.

Durante sua permanência em Lima, o Chanceler Amorim foi recebido, em audiência especial, pelo Presidente Alejandro Toledo, a quem expressou a cordial saudação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante as conversas, os Chanceleres destacaram o alto nível de concertação e diálogo políticos que vêm se desenvolvendo dentro do marco da Aliança Estratégica entre Brasil e Peru e constataram, com satisfação, os avanços substanciais alcançados na agenda temática acordada nesse âmbito.

Após o diálogo frutífero que mantiveram, os Chanceleres assinaram o seguinte:

Os Chanceleres manifestaram que o entendimento entre ambos os países objetiva, entre outros propósitos:

1. Desenvolver políticas avançadas de cooperação e integração física e econômica entre os dois países, dentro do marco da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em particular nos eixos do Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia e Interoceânico Central, como espaços articuladores para o desenvolvimento de mercados regionais interfronteiriços.

2. Incrementar o comércio e os investimentos bilaterais, no contexto da Área de

Livre-Comércio entre o MERCOSUL e o Peru, a fim de proporcionar o crescimento equilibrado da balança comercial.

3. Desenvolver a Comunidade Sul-Americana de Nações e consolidar um espaço sul-americano de paz, segurança, livre-comércio, cooperação, desenvolvimento e diálogo político.

4. Fortalecer a democracia, o Estado de direito e a governabilidade na região.

5. *Promover a vigência e o respeito aos direitos humanos como condição indispensável para o desenvolvimento econômico e social na região.*

6. Criar as condições mais amplas e favoráveis para o conhecimento mútuo, o fortalecimento das identidades nacionais e o desenvolvimento dos laços de amizade e entendimento entre os povos de Brasil e Peru, incluindo o turismo, o livre trânsito de pessoas e mercadorias, a comunicação e o desenvolvimento fronteiriço e o desenvolvimento de planos e projetos de conteúdo cultural.

7. Aprofundar a cooperação amazônica, de modo a assegurar a preservação do meio ambiente e executar estratégias de desenvolvimento sustentável, compartilhando as ações de observação, vigilância e preservação, dentro do marco do Sistema de Vigilância Amazônica.

8. Desenvolver visões compartilhadas de defesa e segurança regionais e impulsionar uma ampla cooperação entre suas respectivas Forças Armadas.

9. Concertar, por meio dos mecanismos bilaterais existentes, visões comuns sobre os principais aspectos da política regional e mundial, particularmente:

- a) A Reforma do Sistema das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança e a prevalência do respeito ao Direito Internacional nas relações entre os Estados. Nesse contexto, o Chanceler

Rodríguez reiterou o apoio do Peru à incorporação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. Ao mesmo tempo, o Chanceler Amorim reiterou o apoio brasileiro à candidatura peruana como membro do Conselho de Segurança para o período 2006-2007.

b) A luta contra a pobreza e particularmente contra a fome.

c) As negociações econômicas internacionais, dentro de um enfoque que permita uma maior participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial, uma distribuição mais equitativa dos benefícios da liberalização do comércio e a obtenção de compromissos com o objetivo de eliminar progressivamente os subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas nos países desenvolvidos.

d) A adoção de mecanismos financeiros inovadores que permitam aos países da América Latina maior acesso a recursos financeiros para projetos de investimento público e privado em infraestrutura, luta contra a pobreza e apoio à governabilidade democrática.

e) As questões relativas à segurança e estabilidade regionais.

f) A consolidação da democracia e o respeito aos direitos humanos

Nesse contexto, os Chanceleres acordaram:

1. Ressaltar a importância da incorporação do Peru como Estado Associado do MERCOSUL. Nesse contexto, examinar possíveis áreas de negociação, tais como serviços e investimentos. Da mesma forma, acordaram propiciar a pronta conclusão de um acordo do MERCOSUL com os demais países da Comunidade Andina (CAN). Nesse sentido, acordaram trabalhar para o fortalecimento dos vínculos entre o MERCOSUL e a CAN,

fundamentais para o aprofundamento da integração regional.

2. Adotar em curto prazo as decisões administrativas que permitam concretizar um regime de vôos transamazônicos e transfronteiriços, promovendo a utilização eficiente da infra-estrutura existente. Da mesma forma, estimular a ativa participação do setor privado nessa iniciativa.

3. Congratular-se pelo anúncio do Governador do Estado do Acre do próximo início da construção, entre os meses de abril e maio, da ponte sobre o rio Acre. No marco dessa emblemática obra, os Chanceleres acordaram em trabalhar conjuntamente com as autoridades competentes de seus Governos para o estabelecimento de um regime de facilitação do trânsito, incluindo as modalidades de um possível centro binacional de atenção na fronteira.

4. Congratular-se pela assinatura do Acordo que permitirá a cidadãos brasileiros e peruanos utilizar seus respectivos documentos nacionais de identidade para realizar viagens de turismo ou negócios entre um país e outro. Estimam que isso contribuirá para o desenvolvimento de iniciativas empresariais e ao crescimento de uma indústria turística mais vigorosa.

5. Saudar a próxima visita ao Peru do Ministro da Defesa do Brasil, que permitirá fortalecer os mecanismos de cooperação militar entre suas Forças Armadas no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia, o intercâmbio de inteligência, o conhecimento e a busca de concordância de suas respectivas concepções de Defesa Nacional, a cooperação em matéria de formação e treinamento, o intercâmbio de bolsas de estudo, a realização de exercícios operacionais combinados, a participação conjunta em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, assim como a cooperação na área da indústria militar.

6. Instruir seus Embaixadores junto às

Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos, à Organização Mundial do Comércio, à Conferência de Desarmamento, à Organização Internacional da Energia Atômica, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas para que, de maneira sistemática, intercambiem informações e coordenem as posições de ambos os países em função de seus interesse compartilhados.

7. Facilitar a coordenação da posições dos dois países nas negociações comerciais em curso. Destacaram a importância de que as negociações avancem de forma equitativa e equilibrada, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, as profundas carências sociais e as políticas nacionais de desenvolvimento.

8. Saudar as iniciativas para a concretização do eixo comercial e de integração física entre Pucallpa e Cruzeiro do Sul e expressar seu apoio à aproximação entre autoridades governamentais e empresariais das duas cidades.

9. Ressaltar os avanços na primeira rodada de negociações do Convênio para Evitar a Dupla Tributação. Nesse contexto, acordaram impulsionar a conclusão das referidas negociações.

10. Destacar a visita que, a convite do Governador do Estado do Acre, realizará o Chanceler do Peru a esse Estado brasileiro em março próximo, ocasião em que chefiará uma missão composta por Presidentes de Região, parlamentares e empresários.

11. Na linha do comunicado conjunto de 25 de agosto de 2003, anunciaram a Visita de Estado ao Brasil do Presidente Alejandro Toledo no segundo semestre de 2004.

Ao término de sua visita, o Chanceler Celso Amorim agradeceu as atenções que lhe foram dispensadas durante sua estada no Peru.

Manuel Rodriguez Cuadros

Ministro das Relações Exteriores do Peru

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia (12.02.2004)

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, realiza visita oficial ao Brasil entre os dias 10 e 14 de fevereiro corrente. O programa da Ministra inclui visitas a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Além de reunir-se com a comunidade portuguesa, empresários e personalidades sociais e artísticas ligadas a Portugal, a Ministra Gouveia terá encontros, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com autoridades estaduais e municipais. Em Brasília, participará de reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores e será recebida pelo Presidente da República.

A reunião entre os Ministros permitirá o exame de temas da agenda bilateral e multilateral. Serão abordadas a preparação da VII Cimeira Bilateral, a realizar-se em Brasília em 8 de março próximo; e a implementação dos mecanismos previstos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em 2000. Serão igualmente analisadas questões culturais e migratórias, bem como assuntos de interesse da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e temas relacionados à África.

A visita da Ministra Maria Teresa Gouveia insere-se no quadro mais amplo de adensamento das relações entre Brasil e Portugal, caracterizadas por intensa e diversificada agenda.

Comunicado à imprensa a respeito de reunião de Representantes dos Governos do Brasil, da Índia e da África do Sul (12.02.2004)

Representantes dos Governos do Brasil, da Índia e da África do Sul estão reunidos em Brasília para

discutir temas relativos ao IBAS – o fórum de diálogo, coordenação e cooperação estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo dos três países.

As conversações fazem parte dos preparativos para a reunião da Comissão Mista Trilateral, que será realizada em Nova Delhi, nos próximos dias 4 e 5 de março. Durante a Comissão Mista, os Ministros das Relações Exteriores dos três países definirão um programa de trabalho para o Grupo.

Comunicado à imprensa a respeito do regresso ao Brasil do menor Iruan Erqui Wu (12.02.2004)

O Ministério das Relações Exteriores recebeu, com satisfação, a informação do regresso ao Brasil hoje, 12 de fevereiro, do menor Iruan Ergui Wu, em cumprimento de sentença judicial. O menor viajou em companhia do Chefe do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Ministro Paulo Antonio Pereira Pinto, representante legal da avó de Iruan.

Ao longo de quase três anos, o Itamaraty trabalhou incansavelmente para trazer o menor de volta ao Brasil, com o apoio do Ministério da Justiça, de parlamentares, empresários, parentes e amigos da família brasileira de Iruan.

Comunicado do Grupo do Rio – Apoio ao Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo (12.02.2004)

Transcreve-se a seguir texto do comunicado divulgado pelo Grupo do Rio em apoio ao Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo:

“Os países do Grupo do Rio expressam seu firme apoio ao Presidente Alejandro Toledo por seus esforços para consolidar o processo institucional democrático do Peru, particularmente pelas iniciativas adotadas para efetuar uma ampla convocatória de consenso.

Os países do Grupo do Rio reafirmam que a estabilidade dos processos democráticos da região constitui um objetivo compartilhado, assim como o

combate à pobreza e à corrupção.

Brasília, 12 de fevereiro de 2004.”

Comunicado à imprensa a respeito da visita Oficial ao Brasil do Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud (13.02.2004)

O Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud, realizará visita oficial ao Brasil, no período de 16 a 23 de fevereiro corrente. A visita tem por objetivo intensificar a cooperação entre o Brasil e o Líbano em suas múltiplas vertentes, bem como fortalecer o diálogo político e os vínculos econômicos e comerciais.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o Presidente Lahoud, no Palácio do Planalto, no dia 17 de fevereiro, ocasião em que deverão ser assinados acordos nas áreas comercial e de energia elétrica. Entre os temas a serem tratados durante a visita, encontram-se os preparativos para a Cúpula entre Líderes de Países Árabes e da América do Sul – que terá lugar no Brasil, no corrente ano – e, no plano bilateral, a realização da primeira reunião da Comissão de Cooperação de Alto Nível. A Comissão deverá constituir mecanismo de aprofundamento das relações brasileiro-libanesas, por meio de encontros regulares entre autoridades de ambos os países.

A comitiva do Presidente do Líbano incluirá o Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Issam Fares, o Ministro da Economia e Comércio, Marwan Hamadeh, o Ministro de Deslocados, Abdullah Farhat, e outros Ministros de Estado.

No dia 18, o Presidente Emile Lahoud seguirá para a cidade de São Paulo, de onde viajará, no dia 20 de fevereiro, para o Rio de Janeiro. O Chefe de Estado libanês manterá contatos com autoridades locais e se encontrará com membros da comunidade libanesa nas duas cidades.

Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Chanceler de Timor Leste, José Ramos-Horta (13.02.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor Leste, José Ramos-Horta, visitará oficialmente

o Brasil de 16 a 18 de fevereiro corrente. De 13 a 15 do mesmo mês, o Chanceler Ramos-Horta estará no Rio de Janeiro, em visita de caráter privado.

O Chanceler timorense estará acompanhado de comitiva que inclui o Ministro da Agricultura, Florestas e Pescas, Estanislau Aleixo Silva; o Secretário de Estado da Defesa, Roque Rodrigues; o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Representante Permanente junto às Nações Unidas e Embaixador em Washington, José Luís Guterres; e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Nelson Santos.

O Chanceler Ramos-Horta, Prêmio Nobel da Paz em 1996, deverá ser recebido em audiência pelo Presidente da República e manter encontros com os Ministros da Justiça, da Defesa, da Educação e da Saúde. No Congresso, deverá ser recebido pelos Presidentes das duas Casas e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara.

No Itamaraty, o Chanceler Ramos-Horta manterá reunião com o Chanceler Celso Amorim, durante a qual deverão ser examinados os principais pontos da agenda bilateral entre os dois países e temas da conjuntura internacional. Os dois Chanceleres inaugurarão os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Timor Leste. O Chanceler timorense proferirá, ainda, palestra organizada pelo Instituto Rio Branco.

As relações diplomáticas entre Brasil e Timor Leste foram estabelecidas na mesma data da celebração da independência daquele país, em 20 de maio de 2002. O Brasil tem prestado cooperação a Timor Leste nas áreas de defesa, educação, agricultura e saúde, e deverá iniciar, proximamente, cooperação nas áreas de justiça e direitos humanos.

Comunicado à imprensa a respeito de encontro dos Pontos Focais do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS (13.02.2004)

Encontro dos Pontos Focais do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) realizou-se em Brasília, em 12 e 13 de fevereiro de 2004. Os Pontos

Focais fizeram os preparativos necessários para a Primeira Reunião da Comissão Trilateral, prevista para Nova Delhi, em 4 e 5 de março de 2004.

Os Pontos Focais sublinharam a necessidade de identificar projetos específicos para a cooperação trilateral em setores prioritários, tendo em vista os objetivos contidos na Declaração de Brasília. A iniciativa visa a fortalecer os três países, aproveitando suas complementaridades, e a desenvolver sinergia para a melhoria das condições de vida de seus povos.

As delegações discutiram a possibilidade de se organizar seminário sobre “Crescimento Econômico com Igualdade Social”. Também dialogaram sobre o Fundo de Combate à Pobreza e à Fome do IBAS e decidiram finalizar o mais breve possível os termos de referência de seu funcionamento.

No encerramento, o Ministro Celso Amorim ressaltou a importância da coordenação e cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento.

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas da República Portuguesa (13.02.2004)

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas da República Portuguesa, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, realizou visita oficial ao Brasil entre os dias 10 e 14 de fevereiro corrente, a convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Celso Luiz Nunes Amorim.

A Ministra Gouveia, logo após sua chegada a Brasília, no dia 13, foi recebida pelo Senhor Presidente da República. A Chanceler iniciou sua visita por São Paulo e pelo Rio de Janeiro, onde manteve encontros com a comunidade portuguesa, empresários, personalidades sociais e artísticas, além de altas autoridades estaduais e municipais.

No encontro entre o Ministro Amorim e a Ministra Gouveia, confirmou-se mais uma vez o excelente estado

das relações entre o Brasil e Portugal, fundadas em tradicionais laços de amizade. Os Chanceleres expressaram satisfação com os resultados da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Portugal em julho de 2003 e felicitaram-se pela oportunidade da realização, no próximo dia 8 de março, em Brasília, da VII Cimeira Bilateral.

Os Chanceleres ressaltaram a importância dos mecanismos previstos no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, entre os quais a Comissão Permanente e suas quatro subcomissões. Nesse particular, manifestaram satisfação com a previsão de que a Subcomissão Econômica, Financeira e Comercial reúna-se antes da VII Cimeira Bilateral, e a Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e seus Exercícios reúna-se ainda no primeiro semestre de 2004, antecedendo reunião da Comissão Permanente prevista para o segundo semestre do corrente ano no Brasil. Também se realizará no decorrer deste ano a segunda reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas.

Nesse contexto, foram referidos os diversos acordos mais recentemente celebrados entre os dois países e a importância de que se reveste a sua respectiva entrada em vigor. Trocaram, ainda, impressões sobre a implementação dos procedimentos de regularização dos brasileiros irregulares em Portugal e dos portugueses irregulares no Brasil. Coincidiram os Chanceleres do Brasil e de Portugal em que os Governos de ambos os países têm tratado a questão com genuína boa vontade e interesse, de forma a contornar eventuais dificuldades surgidas na implementação do recente Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, assinado em 11 de julho de 2003, por ocasião da visita a Portugal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, convocaram, para o próximo dia 2 de março, em Lisboa, a segunda reunião da Comissão Mista de Alto Nível, criada pelo Artigo XIII do referido Acordo.

Coincidiram o Ministro Amorim e a Ministra Gouveia sobre o importante papel exercido pela

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no encaminhamento dos problemas enfrentados por São Tomé e Príncipe e pela Guiné-Bissau ao longo de 2003. Enfatizaram a importância da realização da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé e Príncipe, em julho de 2004. Sublinharam seu empenho numa cuidadosa preparação dessa Cimeira, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

Felicitaram a Guiné-Bissau pelos progressos alcançados na retomada da normalidade da sua situação político-econômica e reiteraram a disposição do Brasil e de Portugal de obter apoios por parte da comunidade internacional para consolidar os avanços já registrados. Destacaram, nesse contexto, as contribuições financeiras efetuadas por Angola, Portugal e Brasil, por meio da CPLP. Saudaram o apoio técnico eleitoral dado pela CPLP, por meio do envio de técnicos da Justiça Eleitoral brasileira, bem como a preparação de missão de observação da CPLP a ser enviada àquele país, por ocasião das próximas eleições legislativas.

Relativamente a Timor Leste, registraram com satisfação os resultados obtidos pelo Governo timorense no processo de reconstrução do país e compartilharam a convicção de que aquele país deverá continuar a constituir uma prioridade da agenda internacional, ao nível da cooperação para o desenvolvimento.

Reconheceram, ainda, a necessidade de as Nações Unidas manterem uma presença substancial em Timor Leste após maio de 2004, com o objetivo de assegurar cumprimento cabal do mandato da ONU que responda às questões essenciais da dissuasão e estabilidade no novo país.

As duas altas autoridades insistiram na importância do papel das Nações Unidas, com destaque para o equacionamento diplomático de situações de conflito. Foi também por elas salientado o contributo essencial que a ONU tem dado no combate ao flagelo que representa o terrorismo internacional.

O Ministro Amorim e a Ministra Gouveia apoiaram a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas

de convocar o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, o qual deverá propor reformas, inclusive mediante modificações na estrutura e no embasamento jurídico das Nações Unidas, a fim de melhor adequar a Organização e seus órgãos principais às novas realidades e necessidades no plano internacional. Consideraram que a reforma deve contemplar a ampliação do Conselho de Segurança, com novos membros permanentes do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, a fim de que esse órgão tenha acrescida sua legitimidade e representatividade, e lembraram, a propósito, o apoio de Portugal a que o Brasil venha a ocupar um assento de membro permanente naquele órgão, no quadro de sua reforma.

Em seguida, os Chanceleres passaram em revista os temas da parceria estratégica entre a União Européia e os países da América Latina e Caribe, sedimentada nas Cúpulas de Chefes de Estado do Rio de Janeiro, em 1999, e de Madri, em 2002, e na perspectiva da cúpula que se realizará em Guadalajara, em maio deste ano.

Ainda no que diz respeito ao relacionamento entre a União Européia e a América do Sul, os dois Chanceleres voltaram a destacar a importância do futuro Acordo de Associação entre a União Européia e o MERCOSUL, dando ênfase à percepção de que se trata de um instrumento de expressiva dimensão estratégica, que balizará não apenas o relacionamento econômico e as iniciativas de cooperação, como também o diálogo político entre as duas regiões. Manifestaram, por outro lado, a expectativa de que as conversações em torno desse acordo se acelerem ao longo deste ano, de forma a que se visualize a possibilidade de conclusão das negociações no mais breve prazo possível.

Os Ministros trataram de temas relacionados à cooperação cultural bilateral e à promoção e divulgação da língua portuguesa. Nesse particular, reiteraram a importância atribuída pelos dois países à CPLP e ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP. Coincidiram no apoio à próxima Assembléia Geral do

IILP, marcada para abril vindouro em Cabo Verde, ocasião em que poderão ser estudadas propostas com vista ao fortalecimento do Instituto.

Os Chanceleres destacaram a relação cultural entre os dois países, patrimônio comum em que ambos os povos revêm-se com naturalidade. Nesse contexto, saudaram a comemoração, este ano, dos 450 anos da cidade de São Paulo e registraram com muita satisfação ser Portugal o país homenageado no Festival de Artes de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Em seguida, os Ministros trocaram impressões sobre a situação no Oriente Médio e asseguraram a disposição mútua de seus Governos de contribuir para um encaminhamento positivo do conflito na região. Manifestaram que o “Mapa do Caminho”, elaborado pelo Quarteto, composto pela Rússia, os Estados Unidos, a União Européia e as Nações Unidas, é a melhor opção disponível para a solução da crise atual e para o avanço no estabelecimento de uma sólida situação de paz no Oriente Médio.

Os Ministros concordaram na necessidade da devolução da plena soberania para o povo iraquiano, no mais breve prazo, através da eleição de um Governo legítimo e representativo, passo essencial para a pacificação, desenvolvimento e estabilidade do país.

Brasília, 13 de fevereiro de 2004

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas da República Portuguesa

Comunicado à imprensa a respeito do Acordo entre Brasil e Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios (13.02.2004)

Durante a recente visita ao Peru do Ministro Celso Amorim, foi assinado o Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República

do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios, que permitirá a cidadãos brasileiros e peruanos viajarem de um país ao outro utilizando apenas os respectivos documentos nacionais de identidade. Foi dado, assim, cumprimento a decisão sobre o assunto tomada pelos Presidentes do Brasil e do Peru, em encontro realizado em 2003.

Esse importante instrumento jurídico, que haverá de estimular ainda mais as relações bilaterais, entrará em vigor tão logo aprovado pelos Congressos do Brasil e do Peru e ratificado pelos dois países.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro da Rússia, Boris Alioshin – III Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação (17.02.2004)

Será realizada, em Brasília, nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro corrente, a III Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação. A reunião será presidida pelo Vice-Primeiro-Ministro da Rússia, Boris Alioshin, e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A Comissão Intergovernamental constitui foro preparatório à viagem à Rússia do Vice-Presidente da República, no primeiro semestre do corrente ano, para presidir a Comissão de Alto Nível que o Brasil mantém com aquele país.

A Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação teve sua primeira reunião em Brasília, em abril de 1999, inaugurando nova era na cooperação entre o Brasil e a Federação da Rússia. Em setembro de 2001, em Moscou, foi realizada a segunda reunião. A Comissão Intergovernamental tem sete subcomissões já constituídas: cooperação econômico-comercial; científico-tecnológica; espacial; técnico-militar; agrícola; energética; e entre Estados brasileiros e Unidades da Federação da Rússia. Contam com a participação de órgãos governamentais de ambos os países e de representantes dos respectivos setores privados. A

Comissão vem se consolidando como braço técnico-operacional e canal indutor do intercâmbio bilateral em variados e relevantes campos.

Durante sua viagem ao Brasil, o Vice-Primeiro-Ministro Boris Alioshin realizará visitas à EMBRAER e à AVIBRÁS, em São José dos Campos, e deverá manter conversações, em Brasília, com o Vice-Presidente da República e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como com os Ministros das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência e Tecnologia; da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e com a Ministra de Minas e Energia.

A Rússia foi mencionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu discurso de posse, como prioridade da política externa brasileira. As relações bilaterais conhecem, hoje, seu melhor momento, com intensa agenda: em 2003, visitaram a Rússia os Ministros das Relações Exteriores, da Defesa e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; os Ministros russos da Defesa, Serguei Ivanov, e dos Negócios Estrangeiros, Igor Ivanov, realizaram visitas oficiais ao Brasil. Em janeiro do corrente ano, os Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estiveram em Moscou. No ano passado, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontros com seu homólogo russo, Vladimir Putin, à margem da Cúpula do G-8, em Evian, e da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Comunicado à imprensa a respeito da IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-EUA (18.02.2005)

Será realizada em 19 de fevereiro corrente, no Itamaraty, a IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-EUA. Na ocasião, serão examinados temas de interesse comum nas esferas bilateral, regional e internacional. A delegação brasileira será co-presidida pelo Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Subsecretário-Geral designado de

Cooperação e das Comunidades Brasileiras no Exterior, e pela Embaixadora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos. A delegação norte-americana será presidida pelo Embaixador Marc Grossman, Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos.

Ata Final da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor Leste (18.02.2004)

Em cumprimento do disposto no Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor Leste para o Estabelecimento de uma Comissão Mista, assinado em Díli, em 29 de outubro de 2003, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor Leste teve lugar em Brasília, em 18 de fevereiro de 2004.

A Comissão foi presidida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e pelo Senhor Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor Leste, Doutor José Ramos-Horta.

Os trabalhos da Comissão foram conduzidos pela Embaixadora Vera Pedrosa, Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos da Chancelaria brasileira, e pelo Engenheiro Estanislau da Silva, Ministro da Agricultura, Florestas e Pescas de Timor Leste. A lista de membros das duas delegações e a agenda da Reunião encontram-se nos Anexos I e II da presente ata.

TEMAS POLÍTICOS

01. Situação Política nos Dois Países

O lado brasileiro traçou panorama da situação política e econômica no Brasil e enfatizou as políticas desenvolvidas pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o propósito de criar mecanismos de inclusão social.

O lado timorense sintetizou a situação nas esferas política e social, realçando os aspectos da estabilidade, educação, saúde e justiça; e na esfera econômica destacou a questão do desemprego e os atrasos dos rendimentos do petróleo do Mar de Timor.

A parte timorense chamou atenção, ainda, para

as suas preocupações do período pós-UNMISSET.

02. Situação Política Regional

A integração dos países da América do Sul é uma das prioridades da política externa brasileira. O objetivo final é a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Instrumentos de promoção da integração sul-americana são: o fortalecimento do MERCOSUL; a construção da integração física (estradas, energia e telecomunicações); as negociações comerciais entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações; e a instalação em Brasília da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A contínua inserção de Timor Leste na região é uma das prioridades da política externa timorense. Nesse espírito, Timor Leste está a envidar esforços para que, ao longo deste ano, Timor Leste se torne membro efetivo da ARF (*ASEAN Regional Forum*).

Ainda no espírito da progressiva inserção na região, Timor Leste consolida relações bilaterais com os países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), tomando como meta, a médio prazo, sua adesão a essa Organização regional.

Timor Leste desenvolve, ainda, relações próximas com outros países do seu ambiente estratégico.

A questão das fronteiras é crucial. Nesse sentido, o dossiê da fronteira terrestre com a Indonésia está bastante avançado e, em abril de 2004, terá lugar a segunda rodada de conversações sobre fronteira marítima com a Austrália.

03. CPLP

Brasil e Timor Leste congratularam-se pelos progressos alcançados na área da concertação político-diplomática no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que tem contribuído para a aproximação e o diálogo entre os Estados-Membros, bem como para a consolidação da Comunidade como ator relevante no plano internacional. Reiteraram o compromisso de continuar trabalhando pela superação da crise na Guiné-Bissau.

Ao reconhecer a importância de fortalecer o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e tornar a CPLP mais atuante no campo da promoção e da difusão do idioma português, Brasil e Timor Leste manifestaram seu apoio a que o Secretariado Executivo da Organização apresente proposta de ampla reforma do Instituto, de modo a dotá-lo de real funcionalidade.

Ambas os lados reiteraram a disposição de explorar mecanismos trilaterais de cooperação, sob a égide da CPLP, envolvendo financiamento por terceiros países e mecanismos multilaterais. O Brasil reiterou seu apoio e empenho em participar de iniciativas que visem ao fortalecimento institucional de Timor Leste.

04. Nações Unidas

As duas delegações prestaram tributo à memória de Sérgio Vieira de Mello, por sua inestimável condução da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste – UNTAET.

Brasil e Timor Leste concordaram sobre a necessidade de que as Nações Unidas mantenham, após o fim do mandato da UNMISSET, operação de paz dotada da estrutura necessária para assegurar o prosseguimento dos progressos alcançados nos campos do desenvolvimento, da segurança e da construção das instituições nacionais. Em particular, a missão sucessora da UNMISSET deve contar com contingentes civil, policial e militar suficientes para prestar o apoio necessário às instituições timorenses na etapa final da transição, com vistas ao desenvolvimento pleno da capacidade nacional de defesa e segurança pública. Nesse sentido, o lado brasileiro reiterou a disposição do Brasil, em sua condição atual de membro do Conselho de Segurança, de empenhar-se para garantir que a missão sucessora da UNMISSET atenda às expectativas e necessidades do povo de Timor Leste. O lado timorense notou com satisfação as consultas constantes entre os dois países, em Nova York e em Díli, assim como no contexto da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa, voltadas para assegurar a convergência no assunto.

Os dois lados reiteraram seu apoio à reforma das Nações Unidas, sobretudo ao fortalecimento da Assembléia Geral, ao melhor aproveitamento do potencial do Conselho Econômico e Social e à expansão do Conselho de Segurança. Apoiaram a criação, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, de um Grupo de Personalidades Eminentíssimas para a reforma da Organização. Julgaram que a reforma deverá aumentar a representatividade e fortalecer a capacidade do Conselho de Segurança para garantir a paz e a segurança internacionais e, ao mesmo tempo, refletir a adequada prioridade das questões de desenvolvimento, combate à pobreza e à fome, assistência humanitária, proteção dos direitos humanos e sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, Timor Leste reiterou seu apoio à ascensão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, e o Brasil reiterou seu agradecimento por essa demonstração de confiança.

05. Emprego da Língua Portuguesa

A parte timorense realçou uma vez mais a importância que a língua teve na luta de libertação. Ao adotar o português como língua oficial, Timor Leste liga-se indelévelmente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A língua portuguesa deve ser expandida em associação com a língua nacional tétum, ficando assim garantido o desenvolvimento desta e expansão daquela.

O reforço da identidade nacional e geopolítica de Timor Leste passa por uma política linguística com assento na administração pública, rede escolar e na comunicação social, áreas onde o Brasil dispõe de uma considerável experiência. O Governo brasileiro renovou seu especial empenho na área da promoção e da expansão da língua portuguesa em Timor Leste. A parte Brasileira apresentará proposta de agenda de cooperação à parte timorense.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Brasil e Timor Leste congratularam-se pela prosperidade das iniciativas de cooperação que vêm sendo empreendidas nas áreas da defesa, da educação, da agricultura, da justiça e da saúde e saudaram com satisfação as novas perspectivas de cooperação nas áreas dos direitos humanos, da cultura e do meio ambiente, entre outras.

01. Educação

Brasil e Timor Leste assinalaram o bom funcionamento do Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social, que, com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Brasil (SENAI), vem contribuindo para o atendimento das necessidades de mão-de-obra qualificada do mercado timorense. O lado brasileiro manifestou a disposição de negociar a continuidade do projeto.

Ambos os lados saudaram os resultados do projeto Alfabetização Solidária em Timor Leste, que está alfabetizando cerca de 3.500 jovens e adultos nos 13 distritos do país, utilizando as metodologias pedagógicas desenvolvidas no Brasil pelo programa Alfabetização Solidária. O lado brasileiro manifestou a disposição de negociar a continuidade do projeto.

Os dois lados referiram-se ao bom êxito do projeto Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação a Distância, que tem o apoio da Fundação Roberto Marinho. O projeto alcançou implantar 20 telessalas, atendendo a mais de 450 alunos. O lado brasileiro manifestou a disposição de negociar a continuidade do projeto.

Brasil e Timor Leste ressaltaram os resultados da missão de especialistas em educação enviada a Díli, em 2003, por solicitação do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor Leste, os quais estão sendo utilizados como um dos parâmetros no desenvolvimento da política educacional de Timor Leste.

Tendo em vista os resultados exitosos da participação brasileira na área educacional, ambos os lados concordaram com o envio de até 10 especialistas a Timor Leste, que será viabilizado pela Coordenadoria

de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação brasileiro, para a capacitação de professores no âmbito do esforço de reintrodução da língua portuguesa.

O lado brasileiro manifestou a disposição de receber estudantes timorenses em universidades brasileiras pelo Programa Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), tão logo entre em vigor o Acordo de Cooperação Educacional assinado entre os dois países.

02. Defesa

Brasil e Timor Leste recordaram a participação brasileira na INTERFET, na UNAMET, na UNTAET e na UNMISSET, com o envio de tropas, policiais militares, observadores militares e pessoal civil. Notaram que a cooperação estabelecida nesse âmbito, ademais de refletir a densidade do relacionamento bilateral entre Brasil e Timor Leste, reflete o comprometimento dos dois países com as instituições multilaterais.

O lado brasileiro expressou o desejo de ampliar a cooperação no campo da defesa por meio da implementação de atividades mutuamente acordadas entre os dois países. O Ministério da Defesa referiu-se ao Plano de Cooperação Técnico-Militar em Timor Leste, que elaborou para esse fim.

03. Agricultura

Brasil e Timor Leste notaram o bom andamento do projeto Transferência de Técnicas Cafeeiras para Timor Leste, que, com o apoio do Procafé do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, tem o objetivo de contribuir com a melhoria da produção e da produtividade da cultura cafeeira timorense. O lado brasileiro manifestou a disposição de prorrogar o projeto até final de junho de 2004.

Ambos os lados expressaram o desejo de aprofundar a cooperação no terreno da agricultura.

04. Justiça

O lado brasileiro anunciou que, em atendimento a

solicitação do Governo timorense por cooperação na área da justiça, planeja realizar missão de prospecção a Díli, prevista para o mês de março de 2004, com o objetivo de elaborar um mapeamento das necessidades, sugerir ações, identificar eventuais dificuldades, tanto estruturais quanto lingüísticas, nas áreas do Ministério Público e da Defensoria Pública, com vistas à elaboração preliminar de um projeto de cooperação na área da justiça e na produção legislativa.

05. Saúde

O lado brasileiro anunciou que o Ministério da Saúde de seu país, como resultado da missão exploratória enviada a Timor Leste em junho de 2003, bem como do encontro em Brasília, em 17 de fevereiro de 2004, entre o Ministro da Saúde brasileiro, Doutor Humberto Costa, e o Chanceler de Timor Leste, planeja desenvolver Plano de Trabalho Brasil-Timor Leste para cooperar em setores mutuamente acordados, a saber, malária, imunização, nutrição e DST/AIDS. O Ministério da Saúde apresentou material sobre os temas acordados, incluindo proposta de capacitação em imunizações.

Brasil e Timor Leste saudaram com satisfação a valiosa presença em Timor Leste da Pastoral da Criança.

Os dois lados congratularam-se pelo início da cooperação na área de DST/AIDS em Timor Leste, com o apoio da Pastoral DST/AIDS. O lado brasileiro apresentou proposta de Protocolo de Intenções referente ao tema.

A parte Brasileira empenhar-se-á na inclusão de um representante do Ministério da Saúde na missão de cooperação que se desloca a Timor Leste no mês de março.

Foi pedida pela parte timorense a possibilidade de iniciar a cooperação na área de educação nutricional.

06. Cultura

Brasil e Timor Leste manifestaram o interesse em aprofundar o intercâmbio cultural. O lado brasileiro apresentou para exame pelo lado timorense projeto de Acordo Cultural a ser eventualmente assinado entre os dois países.

07. Direitos Humanos

Brasil e Timor Leste saudaram com satisfação a indicação pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil, em atendimento a solicitação timorense, de consultor para assessorar o Governo de Timor Leste na elaboração de seu Programa Nacional de Direitos Humanos.

08. Meio Ambiente

Brasil e Timor Leste expressaram o desejo de iniciar cooperação na área do meio ambiente, em particular no reforço institucional e da formação de recursos humanos. A educação e a legislação ambiental são áreas em que se poderão desenvolver projetos de cooperação técnica. Nesse contexto, Timor Leste foi convidado a enviar representante ao Seminário de Treinamento de Negociadores dos PALOP e de Timor Leste que o Brasil organizará. Mencionou-se, também, a cooperação na área florestal, especialmente no que se refere à conservação e ao manejo sustentável desse recurso e de recursos hídricos, especialmente na área de legislação e institucional.

09. Organização Eleitoral

As duas delegações manifestaram o desejo de examinar possibilidade de cooperação no campo da organização eleitoral.

,10. II Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor Leste

A II Reunião da Comissão Mista Brasil-Timor Leste deverá ter lugar em Díli, em data a ser acordada por via diplomática.

Assinada em Brasília, em 18 de fevereiro de 2004, em dois originais no idioma português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud (20.02.2004)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Libanesa, Emile Lahoud,

visitou Brasília em 16 e 17 de fevereiro do corrente ano. A comitiva do Presidente do Líbano incluiu o Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Issam Fares, o Ministro da Economia e Comércio, Marwan Hamadeh, o Ministro de Deslocados, Abdullah Farhat, e outros Ministros de Estado.

A visita situou-se no quadro dos contatos bilaterais de alto nível entre os dois países, entre os quais se destacam as viagens do Presidente do Conselho de Ministros do Líbano, Rafik Hariri, ao Brasil, em junho de 2003, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Líbano, em dezembro passado.

O relacionamento entre os dois países é historicamente estreito. No Brasil encontra-se a maior comunidade de ascendência libanesa fora do Líbano, de 6 a 7 milhões de indivíduos, com significativa participação nos mais diversos setores da sociedade. Por sua vez, 40 a 60 mil cidadãos brasileiros residem no Líbano, muitos dos quais mantêm vínculos familiares e profissionais com o Brasil.

O Presidente Lula recebeu o Presidente Lahoud, no Palácio do Planalto, no dia 17 de fevereiro. Na ocasião, foram assinados os seguintes atos internacionais:

1. Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação Técnica no Domínio da Energia Elétrica; e
2. Memorando de Entendimento para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais.

Os atos assinados destinam-se a criar vínculos mais fortes e dinâmicos entre os dois países, ao estabelecer arcabouço jurídico propício para o adensamento do intercâmbio bilateral. O aprofundamento das relações ganhará impulso adicional ainda em 2004, quando deverão ser finalizadas as negociações de um acordo de previdência social bilateral, com potenciais benefícios para as expressivas comunidades de cidadãos e descendentes do Líbano no Brasil e do Brasil no Líbano.

Na mesma ocasião, foi anunciada a realização em Brasília, em setembro de 2004, da primeira reunião

da Comissão Bilateral de Cooperação de Alto Nível. A Parte brasileira será presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A Comissão terá o escopo de aprofundar as relações líbano-brasileiras e promover encontros regulares entre autoridades de ambos os países, tanto na área política como nas de comércio e de cooperação técnica.

O Presidente Lula agradeceu mais uma vez a cessão pelo Governo libanês de terreno em Beirute para a construção da Casa do Brasil, que deverá abrigar futuramente a Embaixada do Brasil no Líbano e outros órgãos de representação.

Com vistas a facilitar ainda mais os contatos entre as duas comunidades e dinamizar os fluxos de negócios e de turismo, atividade de grande relevância para ambos os países, o Governo brasileiro está adotando medidas que permitam agilizar a tramitação de pedidos de visto.

Durante a visita, ficou confirmada a próxima reunião, nos dias 4 e 5 de março, em Beirute, entre técnicos brasileiros e libaneses, para discutir os detalhes do restabelecimento da ligação aérea direta entre os dois países, o que certamente ajudará a aumentar o fluxo de turistas e de empresários, em benefício mútuo.

Serão envidados esforços para aumentar o nível das trocas comerciais entre os dois países com a convicção de que encontros empresariais frequentes facilitam o comércio bilateral e estimulam a cooperação nas áreas de serviços e obras de infraestrutura. A Comissão Bilateral de Alto Nível deverá fomentar o encontro entre representantes governamentais e empresários.

Foram examinados, durante a visita, temas de política internacional, com ênfase no multilateralismo, na primazia do direito e no papel primordial das Nações Unidas na promoção da paz e da cooperação. Foi sublinhada a urgência em se alcançar uma paz justa, abrangente e duradoura no Oriente Médio, baseada nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança. Da mesma forma, ressaltou-

se a necessidade de uma rápida estabilização e do retorno à soberania do Iraque. Registre-se, ainda, o apoio manifestado à reforma das Nações Unidas, incluída a expansão do Conselho de Segurança.

A visita ensejou o exame da questão da eliminação da pobreza e da promoção da inclusão social como elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas no moderno Estado de direito. Foi considerada importante a expansão da cooperação nas áreas de segurança alimentar e social, de reforma agrária e agricultura familiar e de geração de empregos e aumento de renda. Foi reafirmada a utilidade de se promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas em cada país em prol da inclusão social e de luta contra a fome e a pobreza.

Mereceu destaque nas conversações entre os dois Presidentes a iniciativa do Brasil de organizar a Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul e de Países Árabes, no Brasil, em 2004. Foi atribuída singular importância ao significado da Cúpula no sentido de aproximar as duas regiões e criar oportunidades de maior intercâmbio no plano do comércio e investimento. O encontro propiciará oportunidade pioneira de aproximação entre as duas áreas do mundo, de modo a promover a coordenação de suas posições em foros multilaterais. A reunião deverá ser um primeiro passo concreto para a liberalização comercial, a ampliação das atividades de turismo, a promoção de investimentos, a cooperação cultural e o intercâmbio técnico, científico e tecnológico.

O Presidente Lahoud seguiu, no dia 18, para São Paulo e, no dia 20 de fevereiro, para o Rio de Janeiro, com o objetivo de manter contatos com a comunidade libanesa e de descendentes de libaneses no Brasil.

Comunicado à imprensa a respeito de mensagem do Governo brasileiro sobre terremoto no Marrocos (25.02.2004)

A propósito do terremoto ocorrido no Marrocos no último dia 24, a Embaixada do Brasil em Rabat

enviou à Chancelaria local mensagem pela qual “exprime, em nome do Governo e do povo brasileiros, as mais vivas condolências ao Governo do Reino do Marrocos, assim como às famílias das vítimas e ao povo marroquino pelas dolorosas perdas humanas decorrentes do trágico sismo registrado na noite de segunda para terça-feira última”, na região norte daquele país.

Comunicado do Grupo do Rio sobre a Situação no Haiti (25.02.2004)

Os países do Grupo do Rio respaldam as atividades da Organização dos Estados Americanos e da Comunidade do Caribe (CARICOM) com vistas à solução pacífica da situação no Haiti; e o oferecimento, pela Organização das Nações Unidas, de assistência humanitária àquele país.

Os países do Grupo do Rio instam as partes envolvidas a endossar o Plano de Ação Prévio proposto pela CARICOM; condenam energicamente os atos de violência que vêm sendo praticados no Haiti; e manifestam seu apoio ao Presidente constitucionalmente eleito daquele país, Jean-Bertrand Aristide.

Brasília, 25 de fevereiro de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito de evacuação de cidadãos brasileiros no Haiti (26.02.2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou operação de evacuação de cidadãos brasileiros no Haiti e de reforço da segurança das instalações do Brasil naquele país.

Partirá proximamente para o Haiti aeronave da Força Aérea Brasileira com destacamento de fuzileiros navais e dois diplomatas, com o objetivo de evacuar para o Brasil os cidadãos brasileiros que o desejarem e, eventualmente, nacionais de outros países sul-americanos. A missão transportará itens de primeira necessidade (combustível, água potável, alimentos não-perecíveis) e dotará de maior segurança a Embaixada

em Porto Príncipe, bem como oferecerá, pelo tempo julgado necessário, proteção adequada ao Embaixador e aos funcionários da Embaixada, à luz da grave situação haitiana.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (26.02.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, vem acompanhando com atenção o processo em curso na Venezuela sobre eventual convocação de referendos revocatórios com base no Artigo LXXII da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

Em seus comunicados de 3 de outubro e 3 de dezembro de 2003, o Grupo de Amigos manifestou-se de forma positiva, respectivamente, sobre a aprovação pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela do regulamento para a condução do processo e sobre a finalização da coleta de assinaturas dos eleitores.

O Grupo de Amigos tomou conhecimento do anúncio de decisão do CNE, segundo a qual deverá ser iniciado um procedimento de confirmação da validade de número expressivo de assinaturas.

O Grupo de Amigos confia em que a verificação da autenticidade das assinaturas se fará com transparência, de maneira a que prevaleça a expressão da vontade dos eleitores, de acordo com a lei e os regulamentos em vigor.

O Grupo de Amigos reconhece o importante papel que a OEA e o Centro Carter têm desempenhado como observadores neste processo.

O Grupo de Amigos manifesta sua confiança em que o processo de conciliação nacional continuará a desenvolver-se pacificamente e com pleno respeito à institucionalidade democrática e aos direitos dos cidadãos.

Brasília, 26 de fevereiro de 2004

Comunicado à imprensa a respeito da Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Phil Goff, ao Brasil (27.02.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Phil Goff, que acumula as pastas do Comércio Exterior e Justiça, visitará Brasília em 1º de março de 2004, ocasião em que, além de avistar-se com o Ministro das Relações Exteriores, se encontrará com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministro do Turismo. Participará, ainda, de seminário sobre “O Modelo Neozelandês de Justiça Restaurativa”, no auditório da Escola Superior do Ministério Público da União. No dia seguinte, o Ministro Goff partirá para São Paulo, onde manterá encontros com empresários da área de laticínios e visitará a Feira TELEXPO 2004.

Brasil e Nova Zelândia mantêm estreita coordenação em foros multilaterais em temas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável (ambos apóiam o Protocolo de Quioto), bem como desarmamento e não proliferação (os dois países integram a chamada coalizão da “Nova Agenda”) e direitos humanos. No plano comercial, Brasil e Nova Zelândia fazem parte do Grupo de Cairns, com o objetivo de pôr fim a práticas que distorcem o comércio internacional de produtos agrícolas e promover a liberalização nessa área. A Nova Zelândia compartilha com o Brasil o compromisso com o relançamento da Rodada de Doha, com elevado nível de ambição no tocante ao tema da agricultura.

Ambos os países têm buscado formas de incrementar o comércio bilateral. Em 2003, o Brasil exportou US\$ 36,2 milhões para a Nova Zelândia e importou US\$ 22,7 milhões. A pauta brasileira é composta, tradicionalmente, por produtos derivados do complexo soja, tabaco, suco de laranja, equipamentos elétricos, calçados e café, dentre outros. Do lado neozelandês, os laticínios predominam na pauta de comércio para o Brasil, perfazendo cerca de 50% do total exportado. Ressalte-se que, em 2002, foi constituída *joint venture* entre a Nestlé brasileira e o conglomerado Fonterra, que reúne as principais indústrias de produtos lácteos da Nova Zelândia. Trata-se do

primeiro investimento neozelandês na economia brasileira.

Comunicado à imprensa a respeito da situação no Haiti (29.02.2004)

Ao tomar conhecimento da partida do Presidente Jean-Bertrand Aristide do Haiti na manhã de hoje, o Governo brasileiro expressa a confiança de que a sociedade haitiana, com o apoio da comunidade internacional, conseguirá superar a crise atual, dentro da ordem constitucional.

O Brasil exorta todas as facções à plena observância da normalidade institucional e manifesta a expectativa de que não sejam criados quaisquer obstáculos à prestação de ajuda humanitária. Alerta, ainda, para a importância de se evitar que elementos estranhos à democracia se prevaleçam da situação.

O Brasil expressa sua disposição de contribuir, na medida de suas possibilidades, para os esforços em prol da estabilidade e da reconstrução democrática naquele país, consciente de que isso exigirá um engajamento decidido e de longo prazo da comunidade internacional.

Comunicado à imprensa a respeito das viagens do Ministro das Relações Exteriores à Argentina e à Índia (02.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, encontra-se em Buenos Aires, para participar de reuniões dos Chanceleres do MERCOSUL, Estados associados e países da Comunidade Andina (CAN). As reuniões têm o objetivo de examinar assuntos relacionados com o processo de integração e as negociações comerciais internacionais, em particular da ALCA.

Ainda hoje, o Ministro Celso Amorim viajará para Nova Delhi, a fim de participar de reunião com os Chanceleres da Índia e da África do Sul, no período de 4 a 6 de março corrente. Os Chanceleres deverão analisar temas econômicos multilaterais, questões políticas e de segurança, e o programa de trabalho do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Durante sua permanência em Nova Delhi, o Ministro Celso Amorim manterá, também, encontros com o Ministro do Comércio da Índia e com a Confederação das Indústrias Indianas, bem como deverá ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro da Índia.

Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial MERCOSUL-Chile-Comunidade Andina (02.03.2004)

Os Ministros e representantes do MERCOSUL, do Chile e da Comunidade Andina reafirmam os princípios consolidados na Declaração Ministerial de Miami que orientam a construção da Área de Livre-Comércio das Américas. As negociações da ALCA deverão ter flexibilidade para tomar em conta as necessidades e sensibilidades de todos os países participantes, particularmente as pequenas economias.

Os Ministros e representantes expressam sua vontade de fortalecer os mecanismos de diálogo e coordenação entre seus países nas negociações da ALCA como parte do crescente processo de integração regional.

Os Ministros e representantes se comprometem a envidar esforços para que a próxima Reunião de Vice-Ministros da ALCA alcance um resultado satisfatório para todos os participantes do processo hemisférico, a partir do estabelecimento de um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações e dos procedimentos para negociar acordos plurilaterais entre aqueles países que assim o decidam.

Os Ministros e representantes reafirmam o compromisso de concretizar os trabalhos que acelerem as negociações de acordos bilaterais e regionais entre nossos países que fomentem o estabelecimento do livre-comércio e aprofundem o processo de integração econômica, compreendendo as novas áreas do comércio.

Comunicado à imprensa a respeito de doação de medicamentos ao Marrocos (04.03.2004)

O Governo brasileiro está enviando hoje, dia 4 de março, três lotes de medicamentos, a título de assistência humanitária, às vítimas dos terremotos que assolaram o território do Marrocos, nos últimos dias de fevereiro passado. Os referidos lotes perfazem um total de mais de uma tonelada de medicamentos.

Os medicamentos, doados pelo Ministério da Saúde, permitirão o atendimento a 9 mil pessoas, por um período de três meses.

O material será transportado de forma gratuita pela empresa Varig até Madri, de onde seguirá para o Marrocos pela empresa Royal Air Maroc.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, no âmbito da VII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (05.03.2004)

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, realizará visita oficial ao Brasil entre os dias 6 e 9 de março corrente. Integrarão a comitiva do Chefe de Governo de Portugal os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Maria Teresa Pinto Basto Gouveia, e da Economia, Carlos Manuel Tavares da Silva. O programa contempla visitas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Nas duas primeiras cidades, o Primeiro-Ministro e comitiva deverão reunir-se com membros da comunidade portuguesa no Brasil, empresários e autoridades locais.

A programação em Brasília estará centrada na realização da VII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal, em 8 de março.

Após a sessão plenária, os Chefes de Governo do Brasil e de Portugal procederão à assinatura de declaração conjunta. Os Ministros Celso Amorim e Teresa Gouveia assinarão Memorando de Entendimento para intercâmbio entre as duas Academias Diplomáticas.

Os encontros de cúpula entre os Chefes de

Governo do Brasil e de Portugal – as Cimeiras Bilaterais – constituem valioso mecanismo de reflexão, avaliação e deliberação sobre as mais importantes questões do relacionamento entre os dois países. Portugal é o único país europeu com o qual o Brasil mantém esse mecanismo institucional regular.

Em julho de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou a primeira visita de Estado de seu mandato a Portugal. Naquela ocasião, foram assinados vários acordos, entre os quais o que trata da Contratação Recíproca de Nacionais. Este acordo permite que cidadãos de um dos países em situação migratória irregular no outro possam ser regularizados. Realizada em Lisboa, em 2 de março de 2004, em clima de grande entendimento, a 2ª Reunião da Comissão Mista de Alto Nível, prevista no Acordo, permitiu avançar no processo de regularização dos brasileiros em Portugal e dos portugueses no Brasil, conforme o propósito comum de concluí-lo em 2004.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (05.03.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, tomou conhecimento das dificuldades encontradas pelo Conselho Nacional Eleitoral para validar parte das assinaturas submetidas com vistas à convocação de referendos revocatórios, nos termos da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

O Grupo de Amigos confia em que os cidadãos interessados terão oportunidade para expressar sua vontade.

O Grupo de Amigos observa com preocupação a recente violência e crescente polarização na Venezuela.

O Grupo de Amigos considera construtivo o Comunicado emitido pela Missão da OEA e pelo Centro Carter em 2 de março de 2004, e reitera o apoio ao seu trabalho.

O Grupo de Amigos reitera a necessidade de que seja encontrada saída pacífica, democrática,

constitucional e eleitoral para a situação política da Venezuela, em consonância com a Resolução 833 da OEA e em cumprimento aos Acordos de 29 de maio último.

Brasília, 5 de março de 2004

Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a São Paulo para a Cerimônia de Assinatura do Acordo de Sede da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD (08.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participa amanhã, dia 9, às 15 horas, no Palácio do Anhangabaú, sede da Prefeitura da Cidade de São Paulo, da cerimônia de assinatura de acordo entre o Governo brasileiro e as Nações Unidas para a preparação da XI Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNCTAD), a ser realizada na capital paulista, de 13 a 18 de junho deste ano.

Na ocasião, será igualmente celebrado convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Prefeitura Municipal de São Paulo para a realização da XI Conferência da UNCTAD.

Comunicado à imprensa a respeito da situação no Saara Ocidental (08.03.2004)

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados iniciou, em 5 de março, o Programa de Visitas Familiares entre refugiados saaráis do campo de Tindouf, localizado na Argélia, e saaráis residentes no território do Saara Ocidental. Trata-se da primeira oportunidade, em 25 anos, de contato pessoal entre saaráis vivendo nos campos de refugiados e seus parentes no território. O Programa, que contou com apoio logístico da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), constitui medida de construção de confiança que está de acordo com as resoluções recentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a questão do Saara Ocidental.

Ao congratular as partes envolvidas na iniciativa, o Brasil manifesta a expectativa da continuidade de medidas de construção de confiança entre o Reino do Marrocos e a Frente Polisário, que permitam o desbloqueio das negociações de paz e resultem na superação definitiva do conflito na região.

Mensagem do Ministro das Relações Exteriores por ocasião do Dia Internacional da Mulher (08.03.2004)

Na data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o Ministério das Relações Exteriores associa-se às manifestações de reconhecimento à valiosa contribuição das mulheres para o aprimoramento da sociedade, em especial para a paz e a cooperação internacionais.

A colaboração marcante das mulheres para o desenvolvimento do país, no desempenho de cargos cada vez mais importantes na política e na economia, é motivo de satisfação e demonstração alentadora de progresso no caminho da eliminação dos preconceitos, para alcançar a desejada meta da efetiva igualdade de gênero.

A participação expressiva das mulheres no Ministério das Relações Exteriores e na atuação diplomática brasileira em geral é internacionalmente reconhecida.

Na qualidade de signatário da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Brasil tem participado ativamente das deliberações no âmbito internacional, no sentido de promover pleno exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres no mundo.

Declaração Conjunta do Presidente da República Federativa do Brasil e do Primeiro-Ministro da República Portuguesa por ocasião da VII Cimeira Brasil-Portugal (08.03.2004)

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Primeiro-Ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso, reuniram-se em Brasília, em 8 de março de 2004, no quadro da

VII Cimeira Bilateral, tendo procedido à avaliação das relações entre os dois países e à análise dos principais temas da agenda internacional.

Os Chefes de Governo felicitaram-se pelo excelente estado das relações entre as nações irmãs. Reconheceram que o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, firmado em 2000, oferece marco jurídico de singular relevância para o desenvolvimento da agenda bilateral, por sua função na promoção de consultas e concertação, abrangendo todas as dimensões do relacionamento entre o Brasil e Portugal. Expressaram mútua satisfação pela intensificação dos contatos entre autoridades brasileiras e portuguesas do mais alto nível.

Concordaram em que as cimeiras bilaterais são um valioso instrumento para o adensamento e o aperfeiçoamento das relações existentes. Coincidiram quanto ao caráter diferenciado desse foro, uma vez que Portugal é o único país europeu com o qual o Brasil mantém reuniões institucionais regulares em nível de Chefes de Governo. O Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Durão Barroso estimaram que a presente Cimeira é mais uma oportunidade para a reafirmação de um relacionamento bilateral marcado pelo forte sentimento de fraternidade entre os dois povos. Ao mesmo tempo, deram ênfase ao crescente dinamismo das relações bilaterais, graças à densidade dos contatos empresariais e à importância dos investimentos realizados por agentes econômicos dos dois países, nos dois sentidos.

A VII Cimeira foi precedida pela visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de Portugal, de 12 a 14 de fevereiro último, ocasião que se prestou a oportuna troca de impressões e reflexões sobre temas de interesse mútuo. Os eventos preparatórios da Cimeira compreenderam, ainda, reunião da Comissão Mista de Alto Nível prevista pelo Artigo XIII do Acordo Sobre Contratação Recíproca de Nacionais (Lisboa, em 2 de março corrente) e reunião da Subcomissão de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, prevista pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (Brasília, em 4 de março corrente).

Paralelamente ao encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro José Manuel Durão Barroso, realizou-se reunião, na manhã do dia 8 de março, entre o Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan, e o Ministro da Economia de Portugal, Carlos Manuel Tavares da Silva. Na oportunidade, as duas autoridades trocaram impressões sobre a conveniência de que se explorem, de maneira crescente e mediante contatos regulares, todas as oportunidades de investimento que possam ser geradas em cada país.

Os governantes dos dois países congratularam-se com a confirmação das próximas reuniões previstas pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. O calendário prevê os seguintes eventos: II Reunião da Comissão Permanente (setembro deste ano); I Reunião da Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e seus Exercícios (junho deste ano); II Reunião da Subcomissão sobre Assuntos Consulares (segundo semestre deste ano); II Reunião da Subcomissão Sobre Assuntos de Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto (primeiro semestre de 2005).

Os Chefes de Governo, atentos ao incremento significativo de turistas portugueses no Brasil e turistas brasileiros em Portugal, reconheceram as vantagens inerentes ao aumento da cooperação bilateral no setor de turismo e hotelaria. Nessa perspectiva, convieram: na necessidade de avaliar as iniciativas em curso para facilitar os investimentos no setor do turismo, especialmente no que se refere a pequenos investidores; em examinar o estado atual das ligações aéreas entre os dois países e as possibilidades de aprimoramento, especialmente no que se refere a conexões nacionais e internacionais; em estudar possibilidades de apoio para a promoção recíproca; em intercambiar experiências nas áreas de certificação e qualificação; em estabelecer possibilidades de cooperação bilateral, levando em conta as necessidades apontadas no Plano de Regionalização

“Roteiros do Brasil”; na coordenação da participação em reuniões multilaterais, especialmente no âmbito da Organização Mundial do Turismo (OMT). Baseados em tal entendimento comum, deliberaram, na seqüência de avaliação das respectivas entidades governamentais competentes, instruir a Comissão Permanente, prevista no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, a adotar medidas com vista à criação de uma nova Subcomissão, no domínio do Turismo. Deliberaram, igualmente, instruir aquela Comissão Permanente a estabelecer as bases de uma Subcomissão no domínio da Justiça, a ser oportunamente criada.

Ambos os Governos decidiram alargar o âmbito da cooperação bilateral no domínio da defesa, através da negociação de um acordo entre os respectivos Ministérios da Defesa.

As duas altas autoridades manifestaram satisfação com os resultados da 2ª Reunião da Comissão Mista de Alto Nível, prevista no Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, assinado em Lisboa em 11 de julho de 2003. Tomaram nota, em especial, de que a regularização teve um incremento apreciável nos últimos meses, apesar de sua complexidade, e do desejo de que o processo esteja concluído ainda em 2004. Congratularam-se igualmente com os procedimentos adotados para permitir a plena execução do Acordo para a Prevenção e Repressão do Tráfego Ilícito de Migrantes e do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas. Deram ênfase à grande importância atribuída pelos dois Governos à situação dos emigrantes dos dois países nos respectivos territórios, e reiteraram a disposição de prestar-lhes toda a assistência cabível. Coincidiram em que as tradicionais relações migratórias sempre constituíram fator de estímulo para a aproximação e a harmonia entre os dois povos.

Relativamente ao Acordo de Segurança Social/Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, de 7 de maio de 1991, as duas partes concordaram em agendar para o primeiro semestre do corrente ano uma reunião da

Comissão Mista de Segurança Social, com o objetivo de dar seguimento a questões resultantes da aplicação daquele Acordo.

O Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Durão Barroso expressaram-se quanto ao excelente nível de entendimento mantido entre os Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, reiteraram que o sentimento de unidade e de cooperação mútua, tão latente no seio dos diversos órgãos da CPLP, vem assegurando o desenvolvimento e o crescimento desse foro no cenário internacional. Deram ênfase à importância da realização da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé e Príncipe, em julho de 2004. Respaldaram a disposição de ambos os Governos de assegurarem cuidadosa preparação dessa Cimeira, em colaboração com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

Sublinharam a importância que atribuem à realização das eleições legislativas na Guiné-Bissau, no próximo dia 28 de março, numa altura em que o país atravessa um processo de consolidação político-econômica interna. Manifestaram que a campanha eleitoral já iniciada constitui oportunidade para a consagração dos valores da tolerância e da vivência cívica, fundamentais para o aprofundamento da cultura democrática naquele país. Nesse sentido, os dois governantes trocaram informações sobre iniciativas que o Brasil e Portugal vêm desenvolvendo, em apoio ao processo eleitoral guineense, e também sobre diligências tomadas por ambos os países, junto a organismos internacionais e Governos estrangeiros, em busca de financiamento a programas de assistência destinados àquele país. Instruíram os respectivos Chanceleres a permanecer em contato a respeito da situação da Guiné-Bissau, e manifestaram a inequívoca disposição de seguir dedicando aos problemas guineenses toda a atenção que esteja ao alcance de seus Governos.

Os dois governantes reiteraram a importância do desenvolvimento da dimensão econômica da CPLP, mediante a autonomização da cooperação

econômico-empresarial, graças à criação, em 2004, do Conselho Empresarial da Comunidade. Apreciaram as medidas que têm sido tomadas com vista à instalação, ainda no primeiro semestre de 2004, de um Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, e de um Centro de Excelência em Administração Pública, em Maputo, para promover programas e ações de formação de recursos humanos dos países da CPLP nessas áreas.

Destacaram que, em 2004, o Brasil deverá acolher a V Conferência dos Ministros da Educação, a II Conferência Interministerial do Meio Ambiente da CPLP e a Reunião dos Ministros da Saúde, e Portugal acolherá a II Reunião Intergovernamental dos Países de Língua Portuguesa sobre o Turismo e o Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, Igualdade e Democracia na CPLP.

O Primeiro-Ministro Durão Barroso elogiou a atuação brasileira à frente da Presidência e da Secretaria-Executiva da CPLP. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, manifestou satisfação pela presença de Portugal no Secretariado-Executivo da CPLP, a partir de julho próximo.

O Presidente da República e o Primeiro-Ministro ressaltaram a importância dos estreitos elos entre os dois países, forjados pela identidade lingüística. Nesse sentido, acordaram no lançamento de iniciativas conjuntas destinadas a reforçar as ações desenvolvidas pela CPLP no sentido da promoção e difusão da língua portuguesa e, em particular, as iniciativas que visem à maior utilização do português como língua de trabalho nos organismos internacionais.

Na área cultural e educacional, os Chefes de Governo referiram-se ao potencial estratégico do português como língua-ponte entre continentes e blocos políticos regionais, por exemplo entre a União Européia, o MERCOSUL e a União Africana. Nesse particular, reiteraram a importância atribuída pelos dois países ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP.

Concordaram quanto à necessidade de estratégias conjugadas para a promoção da língua comum, inclusive

associando-se para apoiar programas de consolidação dos sistemas educativos de cada país de língua oficial portuguesa. Reconheceram também a urgente necessidade de definir políticas lingüísticas que permitam desenvolver programas de ensino e aprendizagem através do livro científico e técnico em português.

O Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Durão Barroso saudaram a possibilidade de colaboração entre o Instituto Camões e os Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), e instaram a Comissão Permanente do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta a aprofundar o assunto quando da próxima reunião daquela instância consultiva, em setembro próximo.

Os dois Chefes de Governo, tendo registrado os múltiplos esforços até aqui realizados por ambos os países, por intermédio de suas respectivas redes de ensino, acordaram em valorizar, como elemento didático adicional, o componente da difusão de suas culturas, buscando, assim, gerar maior interesse pela língua portuguesa por meio da vinculação do ensino ao contexto cultural de seus respectivos países. Para esse efeito, e de modo a envolver os demais países da CPLP nesse projeto, os dois governantes recomendaram fossem essas iniciativas discutidas no âmbito da Comunidade, com vista a examinar os aspectos práticos da implementação desse empreendimento.

Concordaram os dois Chefes de Governo na conveniência de que, durante a II Reunião da Subcomissão para as Áreas de Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto, seja adotado Programa de Cooperação para o biênio 2005/2007, que incluirá, entre outros, os seguintes capítulos: língua e cultura; educação básica e ensino secundário; ciência e tecnologia; comunicação social; juventude e área desportiva.

Expressaram o melhor apreço pela decisão do povo timorense de acolher o português – além do tétum – como língua oficial, e reconheceram as responsabilidades especiais para o Brasil e Portugal no apoio e na divulgação e ensino da língua em Timor Leste.

O Presidente da República e o Primeiro-Ministro

acordaram na constituição de um grupo de trabalho, integrando elementos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, da Agência Brasileira de Cooperação, dos Ministérios setoriais, de Timor Leste e da CPLP, para identificação de eventuais áreas conjuntas de intervenção em Timor Leste, designadamente nas áreas da Administração Pública, cooperação judiciária e promoção e difusão da língua portuguesa na comunicação social em Timor Leste, seja no quadro de uma cooperação tripartite a desenvolver entre Brasil, Portugal e Timor Leste, no quadro da CPLP, ou ainda no âmbito das respectivas cooperações bilaterais.

Na perspectiva do diálogo privilegiado que vem sendo mantido pelas diplomacias brasileira e portuguesa, os dois governantes exortaram as Nações Unidas a manter presença substancial em Timor Leste após maio de 2004, com mandato do Conselho de Segurança que inclua componente militar. Reafirmaram que, para países que atravessam estágio pós-conflito, como Timor Leste, é essencial assegurar presença atuante das Nações Unidas como meio de preservar os avanços já alcançados nas áreas de segurança, desenvolvimento e consolidação das instituições nacionais.

As duas altas autoridades insistiram na importância do papel das Nações Unidas, tendo presente a necessidade de maior envolvimento das instituições multilaterais nas questões relativas à paz e à segurança internacionais. Reafirmaram sua determinação de cooperar para preservar e reforçar o papel das Nações Unidas na solução de crises internacionais, na manutenção da paz e na eliminação da fome, da pobreza e da exclusão social. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou apreço pela proposta apresentada pelo Primeiro-Ministro português à corrente Assembleia Geral das Nações Unidas de criação de uma nova Comissão de Paz e Desenvolvimento no âmbito daquela organização.

O Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Durão Barroso felicitaram-se pelo bom entendimento, entre as instâncias diplomáticas de seus Governos,

no apoio à iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas de convocar o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, do qual resultarão propostas de reformas, inclusive mediante modificações na estrutura e no embasamento jurídico das Nações Unidas, a fim de melhor adequar a Organização e seus órgãos principais às novas realidades e necessidades no plano internacional.

Consideraram que a reforma deve contemplar a ampliação do Conselho de Segurança, com novos membros permanentes do mundo desenvolvido e em desenvolvimento, a fim de que esse órgão tenha acrescida sua legitimidade e representatividade. O Primeiro-Ministro reiterou, a propósito, o apoio de Portugal à candidatura do Brasil a assento permanente do Conselho de Segurança, e o Presidente Lula da Silva reafirmou o apoio do Brasil à candidatura de Portugal para uma das vagas europeias do Conselho de Segurança para o biênio 2011-2012.

Em seguida, foram tratados temas de interesse regional, como, por um lado, os relacionados aos esforços de integração do MERCOSUL e da América do Sul, e, por outro lado, os que dizem respeito ao próximo alargamento da União Europeia e aos trabalhos da convenção para o futuro da Europa.

Os dois governantes reconheceram que a Europa alargada deverá ser um interlocutor cada vez mais aberto, promovendo uma cooperação mais estreita e um relacionamento reforçado com o resto do mundo, nomeadamente a América Latina, e assumindo um papel acrescido na cena internacional.

Os Chefes de Governo deram particular ênfase à importância da integração física do Brasil com seus vizinhos da América do Sul e mencionaram as novas oportunidades de investimento que poderão ser exploradas por Portugal, em conjunto com o Brasil, nessa área.

Verificou-se convergência de pontos de vista relativamente ao interesse no aprofundamento e no reforço das relações da União Europeia com a América Latina, particularmente com o

MERCOSUL. Nesse sentido, as duas altas autoridades reafirmaram seu empenho quanto à rápida conclusão dos entendimentos visando à assinatura do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Européia. Coincidiram quanto à conveniência de que os dois blocos regionais aproveitem o atual momento político, especialmente favorável à aceleração das negociações em curso. Com esse propósito, propuseram-se conjugar esforços com vista ao bom desenrolar das conversações correntes entre o MERCOSUL e a União Européia.

Manifestaram a expectativa de que a III Cimeira América Latina/Caribe-União Européia, que terá lugar em Guadalajara em maio de 2004, já com a participação dos novos Estados-Membros da UE, propicie o aprofundamento do relacionamento entre as duas regiões, em suas diversas vertentes. Concordaram ainda em aumentar a concertação e a troca de informações relativamente às posições assumidas e ações a desenvolver no âmbito das respectivas organizações regionais em que os dois países estão inseridos.

Na área da economia e do comércio, foram trocadas informações sobre a situação econômica dos dois países e suas perspectivas de desenvolvimento. A parte portuguesa salientou a importância do Brasil como destino privilegiado do investimento direto português, e manifestou o interesse em ver ampliados os investimentos brasileiros naquele país e também em outros países da União Européia, servindo Portugal, para tanto, como porta de entrada do capital brasileiro na Europa.

Foi verificado que o patamar alcançado pelas relações comerciais bilaterais ainda não traduz, em sua plenitude, as reais potencialidades econômicas de cada país. Coincidiram, nesse sentido, na necessidade de envidar esforços conjuntos para alterar positivamente tal situação. Com esse objetivo em vista, os Chefes de Governo do Brasil e de Portugal saudaram a iniciativa de relançar o Comitê

Empresarial Brasil-Portugal, existente desde 1987, com o objetivo de dinamizar um diálogo empresarial, facilitar o comércio e o investimento entre ambos os países e promover a formação de *joint ventures*. O Comitê Empresarial poderá igualmente apresentar um conjunto de recomendações aos Chefes de Governo do Brasil e de Portugal tendentes a facilitar o comércio e o investimento recíprocos. Ainda nesse contexto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou o Primeiro-Ministro Durão Barroso de que será enviada a Portugal, em outubro próximo, missão brasileira de pequenos e médios empresários, que explorará possibilidades de estabelecimento de *joint ventures* com potenciais parceiros portugueses.

Os dois governantes apoiarão iniciativas conjuntas que visem a desenvolver e consolidar o conhecimento científico e tecnológico e o avanço da sociedade do conhecimento e da informação. Nesse contexto, promoverão a interação entre as atividades das instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países e incentivarão, entre outras ações, a execução de projetos cooperativos com vista à produção de conteúdos em língua portuguesa, à difusão da cultura científica e da educação científica e tecnológica, ao aperfeiçoamento dos processos de gestão pública, bem como ao fomento à criação de mecanismos conjuntos de desenvolvimento, consolidação e comercialização de produtos de alta tecnologia.

Ao se debruçarem sobre temas da agenda internacional, o Chefe de Estado do Brasil pediu o apoio do Primeiro-Ministro Durão Barroso para os objetivos prescritos pela “Declaração dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Jacques Chirac, Ricardo Lagos e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan”, firmada em Genebra no dia 30 de janeiro de 2004. Nela se propõem soluções concretas para o combate à fome e à pobreza e para acabar com o déficit financeiro que impede a realização da Meta de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade o número de subnutridos até 2015. O Primeiro-Ministro português reiterou a concordância do seu Governo com os objetivos enunciados na Declaração do Milênio das

Nações Unidas. Nesse sentido, a VII Cimeira ensejou o exame de questões cruciais para a promoção da solidariedade internacional frente ao tema da pobreza, da fome e da inclusão social. Foram valorizadas as iniciativas de expansão da cooperação global nas áreas de segurança alimentar e social e de geração de empregos em todos os domínios da atividade econômica e aumento de renda.

Em seguida, os Chefes de Governo trocaram impressões sobre a situação no Oriente Médio, e asseguraram a disposição mútua de seus Governos de contribuir para um encaminhamento positivo do conflito na região. Expressaram igualmente o seu apoio à reativação do Roteiro para a Paz, com vista à criação de uma situação em que os dois Estados, Israel e Palestina, possam coexistir em paz e segurança.

Com respeito à situação no Iraque, o Presidente Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Durão Barroso condenaram os atentados terroristas que vitimaram centenas de cidadãos iraquianos e manifestaram a alta expectativa de que se estabeleça naquele país, tão cedo quanto possível, um regime democrático e representativo.

Os Chefes de Governo trocaram impressões sobre a evolução da crise haitiana, especialmente após a renúncia e partida do país do ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, ocorrida no dia 29 de fevereiro último, e expressaram a confiança de que a sociedade haitiana, com o apoio decidido da comunidade internacional, conseguirá superar a crise atual, dentro da ordem constitucional; exortaram, ainda, todas as facções à plena observância da normalidade institucional. Manifestaram a expectativa de que não sejam criados quaisquer obstáculos à prestação de ajuda humanitária e expressaram seu apoio às iniciativas em curso no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e da CARICOM, com vista a conduzir a crise naquele país a bom termo.

Acolheram com agrado a realização, no Brasil, em Junho de 2004, da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento,

dedicada ao tema central do reforço da coerência entre estratégias de desenvolvimento nacionais e processos econômicos globais com vista ao crescimento econômico e ao desenvolvimento, em especial dos países do Sul.

Os dois governantes sublinharam também a particular atenção que a comunidade internacional deverá dedicar à África, tendo em conta a situação invulgarmente difícil que aquele continente atravessa.

Ao final, o Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro-Ministro de Portugal, após realçarem, uma vez mais, a importância das Cimeiras entre os dois países, acordaram em realizar a VIII Cimeira Luso-Brasileira na cidade do Porto, em Portugal, no ano de 2005.

Brasília, 8 de março de 2004

Luiz Inácio Lula Da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

José Manuel Durão Barroso
Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Chanceler da Colômbia, Carolina Barco (09.03.2004)

A convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Chanceler da Colômbia, Carolina Barco, realizará visita oficial a Brasília no próximo dia 10 de março. Deverão ser repassados os principais temas da agenda bilateral e regional – inclusive questões econômico-comerciais e de integração – e da conjuntura internacional. A visita insere-se na prioridade de política externa atribuída pelo Presidente Lula ao fortalecimento dos laços com os países da América do Sul.

A Chanceler Carolina Barco esteve em Brasília em março de 2003, quando da visita do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. Em junho do ano passado, o Presidente Lula participou, em Medellín, a convite do Presidente Uribe, da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino, como convidado especial. Foi a

primeira vez em que um Chefe de Estado de país não andino participou daquele foro. O Ministro Celso Amorim visitou oficialmente Bogotá em 25 de julho de 2003. O Presidente Lula voltou à Colômbia, convidado pelo Presidente Uribe, em 16 de setembro do ano passado, para participar das comemorações do 40º aniversário da Organização Internacional do Café, em Cartagena das Índias. Na ocasião, manteve novo encontro bilateral com o Presidente colombiano.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Colômbia é expressivo: alcançou US\$ 847 milhões em 2003 (dados preliminares). As exportações brasileiras somaram US\$ 748 milhões, com a pauta concentrada em produtos dos setores automobilístico e eletromecânico. As exportações da Colômbia para o Brasil, no valor de pouco menos de US\$ 100 milhões, foram centradas em plásticos e derivados; e combustíveis, óleos e ceras minerais.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Secretário-Geral da Comunidade Andina, Embaixador Allan Wagner Tizón (10.03.2004)

O Secretário-Geral da Comunidade Andina (CAN), Embaixador Allan Wagner Tizón, realizará visita de trabalho a Brasília amanhã, dia 11 de março. Convidado pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Embaixador Allan Wagner estará no Brasil às vésperas da reunião que deve ultimar aspectos técnicos do Acordo, concluído em dezembro passado, em Montevidéu, para a formação de uma Área de Livre-Comércio entre os Estados-Partes do MERCOSUL e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, membros da Comunidade Andina.

O Secretário-Geral da CAN deverá manter encontros com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, para examinar assuntos relacionados à competitividade rural, e com o Diretor-Presidente do SEBRAE, Silvano Gianni, para discutir possibilidades de cooperação daquela entidade com a CAN. Deverá avistar-se, também,

com os embaixadores dos países andinos no Brasil.

O Secretário-Geral da CAN será homenageado pelo Ministro Celso Amorim, com almoço, às 13 horas, no Palácio Itamaraty. Às 15 horas, manterá reunião com o Ministro Amorim, para examinar temas afetos ao Acordo MERCOSUL-CAN e à integração sul-americana.

O Embaixador Allan Wagner foi Ministro das Relações Exteriores do Peru até o final do ano passado e, durante sua permanência à frente da Chancelaria peruana, conferiu prioridade ao estabelecimento de aliança estratégica com o Brasil e à associação do Peru com o MERCOSUL. Como Secretário-Geral da CAN, tem trabalhado em favor da convergência com o MERCOSUL, com vistas à criação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia (10.03.2004)

Atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, a Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Carolina Barco, realizou visita oficial a Brasília em 10 de março de 2004.

Na oportunidade, os Ministros repassaram os temas da agenda bilateral e multilateral de interesse comum, com destaque para aqueles referentes à segurança, conjuntura política regional e integração econômica e física.

Dado o alto nível das relações bilaterais, confirmado pelo teor das conversações mantidas, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Colômbia adotaram o seguinte:

Os Chanceleres se congratularam com a conclusão, em dezembro passado, de acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina.

Os Ministros acordaram recomendar às respectivas delegações buscar maior coordenação no processo negociador da ALCA, respeitadas as características específicas das respectivas economias.

Reconheceram as assimetrias existentes entre as economias do Brasil e da Colômbia e ressaltaram seu interesse no desenvolvimento de ações que permitam ao mesmo tempo reforçar os laços comerciais bilaterais e reduzir o desequilíbrio no fluxo de comércio.

Os Ministros também se congratularam com a recente assinatura, em Tabatinga/Letícia, pelos Ministros da Defesa do Brasil, Colômbia e Peru e o Ministro da Justiça do Brasil, de memorando de entendimento para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços comuns, considerando a iniciativa de especial relevância para fazer frente, de forma coordenada, às ações do crime organizado nos rios que margeiam os três países.

Concordaram em que a possível utilização pela Colômbia dos meios do programa SIVAM para cooperar na vigilância do espaço aéreo representará avanço significativo na coerção do tráfego aéreo ilegal entre os dois países e no combate ao narcotráfico.

Expressaram sua confiança no bom êxito dos trabalhos da III Comissão Mista Educativo-Cultural, que se realizará em Bogotá, nos próximos dias 15 e 16 de março, seguros de que seus resultados estimularão iniciativas conjuntas nessa área que em muito poderão contribuir para reforçar os estreitos laços de amizade e cooperação que ligam o Brasil e a Colômbia.

Os Chanceleres manifestaram sua satisfação com a realização em Bogotá, em 16 e 17 de outubro de 2003, da VII Reunião da Comissão de Vizinhança entre os dois países, instrumento que tem se revelado especialmente útil para aprimorar o entendimento e as ações de cooperação entre autoridades e nacionais dos dois países, inclusive nas regiões de fronteira.

Os Ministros reiteraram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo, com a participação de países em desenvolvimento. Nesse contexto, os dois Ministros reconheceram a aspiração histórica do Brasil, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho.

Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Presidente da República por ocasião dos atentados em Madri (11.03.2004)

A propósito dos atentados terroristas perpetrados na data de hoje em Madri, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem de condolências ao Rei João Carlos da Espanha:

“Neste momento de intensa dor e perda, quero estender, em nome do povo brasileiro e em meu próprio, os mais profundos pêsames e manifestações de solidariedade às vítimas dos atentados que atingiram a cidade de Madri, na manhã de hoje. Todo o Brasil está de luto.

Unimo-nos à comunidade internacional para repudiar, de forma enérgica e incondicional, esse ato bárbaro, que viola princípios mínimos de respeito aos direitos humanos e de convivência civilizada. Nada pode justificar uma agressão que ceifou tantas vidas inocentes.

Estou certo de que a Espanha oferecerá resposta exemplar à insensatez e ao ódio daqueles que recorrem à violência gratuita e indiscriminada. Sob a liderança serena e inspiradora de Vossa Majestade, o povo espanhol saberá dar, mais uma vez, provas de maturidade e unidade na construção de uma sociedade forjada no espírito de tolerância e de respeito democrático.”

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigiu, também, a seguinte mensagem de condolências ao Presidente do Governo da Espanha, José Maria Aznar:

“Peço-lhe que aceite os votos de profundo pesar, meu e do povo brasileiro, pela trágica perda de vidas humanas decorrentes dos atentados terroristas de hoje na capital espanhola. Esteja seguro de que o povo brasileiro está solidário com o povo espanhol neste momento de profunda tristeza e dor.

O Governo brasileiro repudia e condena veementemente os atentados que, além de constituírem atos covardes contra a vida humana, visaram atacar a democracia em seu país. Estamos convencidos de que a democracia espanhola saberá responder aos que provocaram esses atos deploráveis.

Transmito minhas sinceras condolências aos familiares daqueles que morreram nas explosões.”

Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Ministro das Relações Exteriores por ocasião dos atentados em Madri (11.03.2004)

A respeito dos atentados ocorridos hoje em Madri, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, transmitiu à Chanceler da Espanha, Ana Palacio, a seguinte mensagem:

“Com consternação, tomei conhecimento dos deploráveis atos de terror cometidos hoje pela manhã em Madri.

Peço reiterar à população espanhola, em especial às famílias enlutadas, o repúdio do Governo brasileiro a essa nova demonstração de covarde violência.

Nesta triste oportunidade, reitero o compromisso do Governo brasileiro de seguir instando a comunidade internacional a combater tenazmente todos os tipos de terrorismo.

Tenho presente, nesse sentido, os termos do Plano de Parceria Estratégica Brasil-Espanha, assinado pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Maria Aznar, em Santa Cruz de la Sierra, no dia 14 de novembro de 2003, o qual compromete os Governos dos dois países a se coordenarem nos foros pertinentes, com vista à erradicação da ameaça terrorista”.

Comunicado do Grupo do Rio sobre atentados terroristas em Madri (12.03.2004)

Profundamente consternados e em inteira solidariedade com o povo espanhol, os países do Grupo do Rio expressam sua indignação ante os covardes atentados terroristas perpetrados em Madri no dia 11 de março e seu pesar pela perda de vidas humanas e pelo sofrimento de vítimas inocentes.

Os países do Grupo do Rio condenam da forma mais veemente os atos bárbaros praticados, que demonstram total falta de respeito pela vida humana e atentam contra os princípios elementares da convivência democrática.

Nesta ocasião, os países do Grupo do Rio reiteram seu firme compromisso com a erradicação da ameaça terrorista e sua determinação de se coordenarem para combater tenazmente esse flagelo.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (15.03.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, vem acompanhando com preocupação a evolução dos fatos relativos à possível convocação de referendos revocatórios na República Bolivariana da Venezuela, com base no Artigo LXXII de sua Constituição.

O Grupo de Amigos considera que uma prolongada indefinição quanto aos resultados de um processo iniciado há alguns meses não contribui para a solução dos graves problemas políticos internos da Venezuela.

O Grupo de Amigos lamenta a perda de vidas humanas por ocasião de recentes manifestações. O Grupo considera imperativo que se mantenham moderação e prudência, em total respeito às liberdades democráticas. Nesse sentido, insta o Governo e a oposição a pautarem suas ações pelos compromissos contidos na “Declaração contra a Violência, pela Paz e a Democracia”, subscrita em 18 de fevereiro de 2003.

O Grupo de Amigos considera que, para o cumprimento do dispositivo constitucional a respeito dos referendos, é fundamental que as decisões a serem tomadas pelo Conselho Nacional Eleitoral confirmem as condições práticas de tempo e transparência, de modo a que não parem dúvidas quanto à manifestação da vontade popular.

O Grupo de Amigos acompanhará com atenção os trabalhos de confirmação de assinaturas. Nesse contexto, reitera seu apoio ao relevante trabalho desenvolvido pela Missão da Organização dos Estados Americanos e pelo Centro Carter, neste

momento crucial.

O Grupo de Amigos considera necessária a retomada do diálogo entre o Governo e a oposição, podendo utilizar-se para isso o mecanismo de enlace previsto no Artigo XIX dos Acordos de 29 de maio de 2003.

O Grupo de Amigos encoraja o povo venezuelano a seguir participando na busca de uma solução constitucional, pacífica, democrática e eleitoral, em consonância com a Resolução 833 da OEA e em cumprimento dos Acordos de 29 de maio último.

Brasília, 15 de março de 2004

Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Londres (16.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará Londres, nos dias 17 e 18 de março corrente. Durante sua permanência naquela capital, o Ministro Amorim manterá reunião com o Secretário de Estado do Exterior, Jack Straw, para examinar assuntos da agenda bilateral e internacional.

O Ministro Celso Amorim deverá também proferir palestra sobre a política externa brasileira, na London School of Economics, e receber o prêmio de “personalidade do ano”, da Câmara Brasileira de Comércio na Grã-Bretanha. Pelo lado britânico, será homenageado, nesta sexta edição do prêmio, Sir Evelyn de Rothschild, Chairman do banco N.M. Rothschild and Sons Ltd.

Comunicado à imprensa a respeito de mensagens do Presidente da República ao Presidente José María Aznar e ao Deputado José Luis Zapatero (16.03.2004)

A respeito do resultado das eleições gerais na Espanha no dia 14 de março, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transmitiu, em 15 do corrente, a seguinte mensagem ao Presidente de Governo José María Aznar:

“Prezado José María,

É próprio das democracias o império da vontade popular e a alternância política. Como sei que você partilha esses princípios, sei também que você encara com tranqüilidade o resultado das urnas em Espanha.

Quero expressar meu agradecimento pela forma correta e amistosa com que você orientou as relações de seu país com o Brasil e pelas inúmeras manifestações de simpatia e amizade que você me dispensou.

Espero poder encontrá-lo em outras oportunidades e desejo para você e para os seus toda a felicidade.

Cordialmente,

(Luiz Inácio Lula da Silva)

Presidente da República Federativa do Brasil”

Na mesma data, o Presidente da República dirigiu, também, a seguinte mensagem ao Secretário-Geral do PSOE, Deputado José Luís Zapatero:

“Prezado José Luís,

Reitero minhas calorosas felicitações pela vitória do PSOE nas eleições de ontem. Desde a semana passada, os brasileiros acompanhamos com angústia e pesar os dramáticos acontecimentos de Espanha. Transmito ao Presidente de Governo e ao Rei Juan Carlos nosso sentimento de repúdio ao terrorismo e nossa solidariedade com o Governo e o povo espanhol.

Estou seguro de que a Espanha, sob sua direção, saberá superar este momento amargo e avançar no caminho da paz e do desenvolvimento.

Estou seguro, igualmente, de que a aproximação estratégica que Brasil e Espanha realizaram no ano passado ganhará mais abrangência e profundidade durante o seu Governo.

Receba, caro José Luís, meu caloroso abraço, que peço transmitir a todos os nossos amigos e companheiros.

Cordialmente,

(Luiz Inácio Lula da Silva)

Presidente da República Federativa do Brasil”

Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade (16.03.2004)

Os Presidentes da República Argentina, Senhor Néstor Kirchner, e da República Federativa do Brasil, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, mantiveram uma reunião de trabalho no Rio de Janeiro, no dia 16 de março de 2004, com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação para um crescimento econômico com equidade e consideraram:

- que as atuais características do sistema financeiro internacional revelam contradições entre o desenvolvimento sustentável e seu financiamento;
- que deveriam ser desenvolvidos na arquitetura financeira internacional mecanismos adequados para evitar as crises;
- que, nesse contexto, torna-se evidente que a estabilidade macroeconômica regional conferirá a cada país campo fértil para o crescimento;
- que, diante disso, a esfera comercial e a financeira não são áreas isoladas. Ao contrário, a relação entre comércio, finanças e crescimento é crucial para alcançar um desenvolvimento econômico e financeiro sustentável.

Em virtude do exposto, os Presidentes acordaram:

1. Conduzir as negociações com os organismos multilaterais de crédito, assegurando um superávit primário e outras medidas de política econômica que não comprometam o crescimento e garantam a natureza sustentável da dívida, de modo a preservar inclusive o investimento em infra-estrutura.
2. Com igual propósito, outorgar um tratamento fiscal diferenciado dos investimentos associados ao financiamento das instituições multilaterais para o desenvolvimento.
3. Revisar os mecanismos de licitação nos financiamentos dos organismos multilaterais com o objetivo de fortalecer os investimentos nacionais e

regionais, sem prejuízo das regras de transparência.

4. Elaborar alternativas para neutralizar em nossos países os efeitos negativos derivados dos desequilíbrios gerados no mundo desenvolvido.

5. Promover ações conjuntas para a abertura dos mercados e a eliminação de subsídios nos países industrializados, como instrumento indispensável para o crescimento dos países em desenvolvimento e para contribuir para o equilíbrio e suavização dos fluxos de capitais.

6. Fomentar mecanismos para incrementar a poupança doméstica e regional, com vistas a fortalecer o crescimento da renda.

Em consequência, para concretizar as propostas relativas a estes temas, decidiu-se realizar reunião, em prazo não superior a sessenta dias, das autoridades econômicas e financeiras com a participação das Chancelarias de ambos os países.

Os Presidentes convidaram os sócios do MERCOSUL e os Estados associados a participar deste processo.

Comunicado à imprensa com declaração de apoio à “política de uma-só-China” (16.03.2004)

O Brasil reitera seu apoio à “política de uma-só-China”. O Governo brasileiro manifesta seu apoio à política de reunificação pacífica do território conduzida pelo Governo chinês, e se soma às manifestações da comunidade internacional contrárias a movimentos unilaterais que venham alterar o *status quo* e comprometer a paz e a estabilidade na região. Nesse sentido, o Governo brasileiro manifesta sua preocupação ante o “referendo” convocado pela liderança do território de Taiwan sobre compras de armas avançadas, com linguagem que insinua uma suposta autonomia em relação à República Popular da China.

Ata de Copacabana (16.03.2004)

Os Presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva mantiveram uma reunião de trabalho no Rio de Janeiro, no dia 16 de março de 2004, com o

objetivo de continuar aprofundando a associação estratégica entre ambos os países e definir uma posição convergente nos grandes temas comuns.

Reiteraram a convicção de que é importante fortalecer o papel das Nações Unidas. Nesse sentido, felicitaram-se pela coordenação política efetiva entre Argentina e Brasil, de que é clara afirmação a participação ativa de diplomata argentino na Representação do Brasil no Conselho de Segurança durante o ano de 2004.

Declararam sua veemente condenação dos atos terroristas ocorridos em Madri, instando a comunidade internacional a combater tenazmente todos os tipos de terrorismo.

Coincidiram em que, durante este ano, sob as presidências da Argentina e do Brasil, o MERCOSUL dará passos significativos nas áreas comercial, econômica e política, conforme o Programa de Trabalho aprovado na Cúpula de Montevideu, em dezembro de 2003. Nesse sentido, deverão ser finalizados prontamente os anexos ao Acordo de Livre-Comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN), firmado naquela ocasião. A partir do aprofundamento das relações entre o MERCOSUL e a CAN, se buscará a construção de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Assinalaram sua determinação de que o MERCOSUL conclua, no decorrer de 2004, o Acordo de Associação Birregional com a União Européia.

Manifestaram satisfação com o avanço das negociações de um acordo comercial entre o MERCOSUL e a Índia, as quais deverão ser concluídas em junho próximo.

Decidiram trabalhar em conjunto para o pleno êxito da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Países Sul-Americanos e Árabes, a realizar-se em dezembro de 2004, no Brasil.

Comprometeram-se a promover a integração das políticas sociais e de trabalho com o objetivo de geração de emprego de qualidade, como um dos eixos articuladores do crescimento e do desenvolvimento. Por conseguinte, propuseram-se

dar impulso a essa idéia por ocasião da Conferência Regional de Emprego do MERCOSUL, que terá lugar em Buenos Aires, nos dias 15 e 16 de abril de 2004, a qual foi anunciada no Consenso de Buenos Aires (outubro de 2003), em que ambos os Presidentes manifestaram o desejo de que “de seus resultados surjam linhas de ação que permitam a nossas comunidades níveis satisfatórios de coesão social e dignidade do trabalhador e de sua família”.

Instruíram suas chancelarias a instrumentar, dentro dos próximos seis meses, duas experiências-pilotos de consulados conjuntos, a serem desenvolvidas na Sede do Consulado argentino em Hamburgo e na Sede do Consulado brasileiro em Boston. A rápida implementação desses dois Consulados conjuntos permitirá avaliar a extensão deste mecanismo a outras sedes consulares, em um futuro próximo.

Resolveram estabelecer um sistema de intercâmbio de funcionários diplomáticos entre as chancelarias de ambos os países, com o objetivo de facilitar e agilizar o diálogo entre os dois Governos e procurar uma concertação mais intensa em diversos âmbitos de interesse convergente.

Coincidiram na importância de estabelecer um mecanismo de colaboração estreita entre as Representações Diplomáticas e Consulares de ambos os países. Para tanto, os respectivos Ministérios das Relações Exteriores instruirão os Chefes de Missão acreditados junto a terceiros países para que celebrem, a cada dois meses, reuniões de coordenação e intercâmbio de opiniões e informação.

Concordaram em concretizar uma primeira missão espacial conjunta através do projeto destinado a gerar informação relativa à água, ao meio ambiente e a alimentos. Nesse sentido, instruíram os responsáveis pelas atividades espaciais a se reunirem em um prazo de 60 dias para tratar desta questão.

Instruíram suas respectivas chancelarias a convocar, durante o primeiro semestre de 2004, uma reunião do Grupo Técnico Bilateral de Infra-estrutura, a fim de tratar do desenvolvimento dos projetos de interesse comum destinados a aprofundar

a integração entre nossos países.

Assinalaram a iminente concretização do Controle de Cargas (COTECAR), em Paso de los Libres, e deram instruções para avançar na construção da “Auto-estrada do MERCOSUL”, assinalando que, do lado argentino, foi efetivado o chamado para licitação, em 29 de abril próximo, para o trecho da Ruta Nacional N 14, que vai da Ruta Provincial N 16 até a junção com a Ruta Provincial N 20, e, do lado brasileiro, a BR-290, a partir de Uruguaiana, a qual se conecta com a BR-101, a ser duplicada no trecho entre Palhoça (SC) e Osório (RS).

Decidiram, desse modo, tomar todas as medidas necessárias para a construção de uma linha ferroviária que, atravessando as províncias de Corrientes e Misiones, se conecte com a rede brasileira, nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, possibilitando unir, através do norte argentino e pelo mesmo caminho, os portos chilenos no Pacífico com a hidrovia Paraguai-Paraná e os portos brasileiros no Atlântico, potencializando, por sua vez, o desenvolvimento do corredor ferroviário da mesopotâmia argentina.

Solicitaram a pronta finalização do estudo institucional-legal para as obras na hidrovia Paraguai-Paraná a fim de que se possa iniciar o processo licitatório entre todos os países integrantes da hidrovia.

Expressaram sua satisfação com os resultados da reunião da Comissão Mista bilateral em matéria energética, celebrada em janeiro de 2004, na qual se acordaram as medidas para avançar no intercâmbio de energia elétrica e de gás natural entre os dois países, assim como na cooperação bilateral necessária à realização do projeto hidrelétrico de Garabi, com a participação da iniciativa privada.

Tomaram nota da vontade expressa pelas comunidades de Paso de los Libres e Uruguaiana de integrar ambas as cidades e determinaram que os responsáveis de ambos os Governos nacionais avaliem as alternativas e tracem as medidas necessárias para estabelecer um convênio de cidades

fronteiriças integradas que lhes seja aplicável.

Concordaram em instituir o “Dia da Amizade Argentino-Brasileira” em 30 de novembro de cada ano, em comemoração ao encontro que mantiveram nessa data, em 1985, em Foz do Iguaçu, os Senhores Presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney, ocasião da assinatura da “Declaração de Iguaçu”, que deu origem ao processo de integração regional. Os institutos educacionais argentinos e brasileiros dedicarão esta jornada comemorativa a atividades orientadas a difundir reciprocamente a cultura e a história do país associado.

Instruíram as autoridades competentes para que, em um prazo de 90 dias, se estabeleçam o Regulamento e os recursos necessários para outorgar o Prêmio Binacional das Artes e da Cultura, dirigido a reconhecer a obra e a trajetória de artistas e intelectuais de ambos os países, segundo previsto no Ponto 25 da “Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Argentina e da República Federativa do Brasil, de 16 de outubro de 2003”. O referido Prêmio será entregue no dia 30 de novembro de cada ano, “Dia da Amizade Argentino-Brasileira”.

16 de março de 2004

Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim à Turquia (18.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará Ancara, Turquia, no período de 18 a 20 de março corrente, como convidado oficial do Governo turco. Durante sua permanência naquela capital, o Ministro Amorim manterá reuniões com o Presidente da Turquia, Senhor Ahmet Necdet Sezer, e com o Chanceler Abdullah Gül. Fará ainda visita de cortesia ao Parlamento, onde se encontrará com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Mehmet Dülger, e com o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Turquia, Deputado Turhan Çömez. O Ministro visitará ainda Anit Kabir, túmulo de Mustafa Kemal Atatürk, fundador da República da Turquia.

O Ministro Celso Amorim é o primeiro Chanceler brasileiro a visitar a Turquia. A visita busca explorar o potencial de crescimento das relações entre dois países de nível semelhante de desenvolvimento. Nos seus encontros, o Ministro Amorim tratará de temas da agenda bilateral e internacional e da cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, indústria aeroespacial, espaço exterior, turismo e defesa, entre outras. O Chanceler será portador de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Ahmet Necmettin Erbakan.

O Brasil, que com o voto da Turquia ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2004-2005, apóia a candidatura turca a um assento naquele órgão para o período 2009-2010.

Atos bilaterais em vigor:

Acordo de Amizade (1927); Acordo sobre Transporte Aéreo (1950); Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial (1995); Acordo de Cooperação no Setor de Turismo (1995); Acordo de Isenção de Vistos para os Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Especiais (1995); Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (1995); e Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia (1995).

Comunicado à imprensa a respeito do assassinato do líder espiritual do Hamas (22.03.2004)

O Governo brasileiro condena o assassinato do líder espiritual do Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), Xaque Ahmed Yassin.

O Brasil deplora as ações e reações retaliatórias dos últimos tempos, que opõem israelenses e palestinos, e exorta as partes em conflito à moderação e à retomada das negociações, para que o lamentável recrudescimento da violência não prejudique as perspectivas de paz na região.

Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Japão do Ministro Celso Amorim (23.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita oficial ao Japão, de 24 a 27 de março corrente, a convite do Governo japonês. A visita reafirmará a importância do tradicional relacionamento entre o Brasil e o Japão, dentro de uma estratégia que busca fortalecer a multipolaridade, mediante a diversificação e o aprimoramento de parcerias no plano internacional.

O Ministro Celso Amorim será recebido pelo Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, a quem entregará carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convidando-o a visitar o Brasil. Manterá, também, encontros com a Chanceler Yoriko Kawaguchi; com o Ministro da Economia, Comércio e Indústria, Shoichi Nakagawa; com o Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretário-Geral da Liga Parlamentar Brasil-Japão, Deputado Takeo Kawamura; com a Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Sadako Ogata; com o Presidente do Banco de Cooperação Internacional do Japão (JBIC), Kiyosuke Shinozawa.

Em seus encontros, o Ministro Amorim tratará de temas da agenda bilateral e internacional, entre os quais o relacionamento econômico-comercial, relações MERCOSUL-Japão, cooperação técnica bilateral e com terceiros países, negociações na OMC, reforma das Nações Unidas e desenvolvimento sustentável. O Chanceler examinará, também, questões relativas à comunidade brasileira no Japão, inclusive as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil, em 2008.

Acompanhará o Ministro Celso Amorim delegação empresarial integrada por 16 representantes dos setores petrolífero, sucroalcooleiro, de telecomunicações, importação e exportação, *software* e mineração, bem como pelo Vice-Presidente da CNI e Presidente da Seção Brasileira do Comitê Econômico CNI-

Nipponkeidanren, José de Freitas Mascarenhas. O Presidente da Seção Japonesa do Comitê Econômico, Shoei Utsuda, oferecerá almoço ao Chanceler e à delegação empresarial, com a presença de empresários japoneses.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil da Presidente da Irlanda, Mary McAleese (24.03.2004)

A Presidente da Irlanda, Mary McAleese, realizará visita oficial ao Brasil, de 24 a 30 de março de 2004. Visitará as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A visita da Chefe de Estado da Irlanda tem, como um de seus objetivos, estimular o aumento do comércio bilateral, da ordem de US\$ 388 milhões em 2003, e do fluxo de investimentos entre os dois países. Com esse propósito, a Presidente McAleese se fará acompanhar por delegação empresarial irlandesa.

A visita coincide com a Presidência de turno da União Européia, exercida pela Irlanda ao longo do primeiro semestre de 2004. No âmbito regional, as negociações entre o MERCOSUL e a União Européia têm avançado em direção à conclusão de Acordo de Associação entre os dois blocos ainda neste ano. A agenda regional com a União Européia contempla, também, a realização da III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, prevista para os dias 28 e 29 de maio, em Guadalajara, no México.

A Presidente McAleese deverá entrevistar-se, em Brasília, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os Presidentes do Senado Federal, Senador José Sarney, e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Mauricio Corrêa.

Em São Paulo, a Chefe de Estado irlandesa manterá reuniões com o Governador Geraldo Alckmin e com a Prefeita Marta Suplicy. Visitará, ainda, a Universidade de São Paulo e terá encontro com a comunidade irlandesa local. No Rio de Janeiro, a Presidente McAleese cumprirá programa privado.

Comunicado à imprensa a respeito do lançamento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (24.03.2004)

Por ocasião da celebração do Dia Internacional contra a Discriminação Racial, o Instituto Rio Branco estará divulgando nesta semana o edital de seleção para o seu Programa de Ação Afirmativa – Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para Afro-Descendentes (negros), em 2004. O Edital e o formulário de inscrição estarão disponíveis nos endereços eletrônicos do Instituto Rio Branco (www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm), do CNPq (www.cnpq.br) e do CESPE (www.cespe.unb.br).

Criado em 2002, o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco é o resultado de convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia/Fundação CNPq, Ministério da Cultura/Fundação Palmares, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Conta também com o apoio da Cultura Inglesa, das Alianças Francesas e do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB). São oferecidas bolsas no valor de R\$ 25.000,00, divididos em dez parcelas mensais, para custear as despesas com professores, cursos e livros, auxiliando os beneficiados na sua preparação para o concorrido exame de seleção à carreira diplomática. Uma das preocupações do Comitê Interministerial encarregado da seleção, e como tal expressamente definida no edital, é assegurar equidade de gênero entre os contemplados.

Para candidatar-se às bolsas, o candidato deverá ter concluído curso superior de graduação plena, reconhecido pelo MEC, ou estar frequentando o último ano, além de ser afro-descendente (negro).

Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Japão do Ministro Celso Amorim – Comunicado Conjunto de Imprensa (25.03.2004)

A convite do Governo nipônico, o Embaixador

Celso Amorim, Ministro de Estado brasileiro das Relações Exteriores, efetuou visita oficial ao Japão de 24 a 26 de março de 2004.

A visita do Chanceler Amorim veio reafirmar a alta prioridade da tradicional parceria bilateral Brasil-Japão, mediante a diversificação e a intensificação da cooperação entre Estados para fortalecer o sistema internacional.

O chefe da diplomacia brasileira foi recebido pelo Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi, a quem fez entrega de carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidando-o a visitar o Brasil. Na ocasião, o Chanceler Amorim expôs ao Premier Koizumi a nova realidade brasileira desde o advento do Governo Lula.

No Ministério japonês dos Negócios Estrangeiros, manteve o Ministro Amorim proveitosa reunião de trabalho com a Ministra Yoriko Kawaguchi. Foi ainda homenageado com jantar, do qual participaram funcionários diplomáticos brasileiros e japoneses.

Em ambiente de grande cordialidade, passaram os dois Ministros em revista os principais itens dos temários bilateral, regional e mundial.

Houve concordância quanto à importância de ser intensificado o diálogo político entre as chancelarias brasileira e japonesa, com a institucionalização do mecanismo de consultas de alto nível acordado em 2002.

Com respeito à cooperação econômico-empresarial, houve concordância sobre a importância de procurar valorizar cada vez mais os trabalhos do Comitê Econômico Brasil-Japão, no qual interagem a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Nippon Keidanren. O Ministro Celso Amorim salientou, nesse contexto, a conveniência de que, na próxima reunião daquele foro, haja igualmente ocasião para uma interlocução entre representantes dos dois Governos, em paralelo às deliberações empresariais.

O Ministro Amorim discorreu sobre a situação da comunidade brasileira no Japão. Recordou o encontro que havia mantido com representantes daquela comunidade. Mostrou satisfação com os progressos que têm ocorrido no campo educacional,

entre os quais o reconhecimento, pelas autoridades nipônicas, das escolas brasileiras já reconhecidas pelo Ministério brasileiro da Educação (MEC), o que facilitará o futuro ingresso de seus alunos em universidades japonesas. Indicou haver campo para avanços nessa área, em especial a concessão de facilidades para a criança brasileira estudar em escolas públicas japonesas; o reconhecimento das escolas brasileiras como instituições de ensino; a cessão de professores de língua e cultura japonesas da rede pública às escolas brasileiras; e a facilitação de vistos para professores brasileiros.

A Ministra Kawaguchi mencionou o transcurso, em 2008, do centenário da emigração japonesa para o Brasil. O Ministro Amorim enalteceu o significado daquela efeméride para os dois países, considerando-a de central importância para a intensificação do constante fluxo de pessoas e de idéias entre os dois países. Antecipou a intenção do Governo brasileiro de colaborar para que as projetadas comemorações tenham o brilho desejável.

Os Ministros confirmaram o lançamento de um diálogo bilateral sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, como marco de oportunidade para uma cooperação bilateral mais estreita e contínua no contexto de uma agenda de interesses comuns. Foi confirmada, outrossim, a realização de uma reunião informal sobre o Futuro do Regime Internacional sobre Mudança do Clima, provavelmente em setembro do ano corrente, sob a Co-Presidência do Brasil e do Japão.

Ao avaliarem diferentes facetas da atual conjuntura internacional, os Ministros Amorim e Kawaguchi se detiveram no exame da presente situação do Iraque e do conflito no Oriente Médio e em outras áreas de tensão. Os Ministros recordaram o permanente engajamento construtivo do Brasil e do Japão em apoio às partes envolvidas no processo de paz no Oriente Médio. Nesse contexto, o Ministro Amorim lembrou a viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquela região, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro desde o século XIX. Os dois lados concordaram quanto

à urgência de se alcançar uma paz justa, abrangente e duradoura no Oriente Médio, baseada nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Houve concordância entre os dois Ministros de que a recuperação da soberania e a reconstrução do Iraque são prioritários.

Os dois Ministros condenaram energicamente o recrudescimento do terrorismo em diversas regiões do globo, expressando pesar pela perda de vidas inocentes ante os atos insanos dos covardes perpetradores.

Os Ministros Amorim e Kawaguchi reafirmaram que os dois países continuarão a cooperar no âmbito das Nações Unidas. Examinaram atentamente o estágio atual da questão da reforma da Organização, notadamente do Conselho de Segurança. Japão e Brasil apoiaram fortemente a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas de constituir o Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, Desafios e Mudanças com que se defronta aquela Organização, com a participação de personalidades eminentes. Os Ministros expressaram a expectativa de que este Painel proponha reformas institucionais capazes de permitirem a adaptação das Nações Unidas aos desafios contemporâneos. Enaltecem a contribuição que têm prestado ao citado Painel o Embaixador João Clemente Baena Soares e a Senhora Sadako Ogata, representantes, respectivamente, do Brasil e do Japão. Os Ministros compartilharam pontos de vista quanto à necessidade de urgente ação da comunidade internacional em favor da reforma das Nações Unidas, em particular a reforma do Conselho de Segurança, idealmente até o 60º aniversário da Carta da ONU, em 2005. Sublinharam que o Brasil e o Japão continuarão a cooperar entre si e com outros países afins com vistas a dar maior eficácia e representatividade ao Conselho de Segurança. Nesse sentido, reiteraram a opinião de que o Conselho de Segurança deve incluir tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento como novos membros permanentes. Brasil e Japão reafirmaram a disposição de aprofundar sua cooperação, com vistas a promover progressos na reforma do Conselho de Segurança, com base em sua visão compartilhada.

Os Ministros trocaram opiniões sobre as negociações da Rodada de Doha da OMC. Considerando a necessidade de fazê-las avançar em 2004, houve concordância quanto a que, desde logo, se intensifiquem as negociações, com vistas a que sejam concluídos acordos-quadros (*frameworks*) até meados do corrente ano sobre os principais temas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, em particular agricultura e acesso a mercado a bens não-agrícolas.

Os Ministros se congratularam ainda pela dinâmica cooperação financeira empreendida entre os dois países, bem como sobre os projetos de cooperação técnica bilateral e trilateral que vêm sendo implementados por Brasil e Japão, e houve concordância de que essas são vertentes importantes da relação bilateral.

Os dois Chanceleres convieram na importância de intensificar o intercâmbio cultural entre os dois países e, nesse sentido, expressaram apoio a importantes eventos culturais programados para o futuro próximo.

O Ministro Amorim, além dos encontros oficiais acima mencionados, também avistou-se com o Deputado Takeo Kawamura, Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretário-Geral da Liga Parlamentar Brasil-Japão, a Senhora Sadako Ogata, Presidente da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), e o Senhor Kyosuke Shinozawa, Governador do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC). O Chanceler brasileiro proferiu alocução sobre as mudanças internas no Brasil e a nova inserção do país no mundo, durante o almoço oferecido pelo Senhor Shoei Utsuda, Presidente da Seção Japonesa do Comitê Econômico Brasil-Japão da Nippon Keidanren.

Comunicado do Grupo do Rio sobre o assassinato do Xequé Ahmed Yassin (25.03.2004)

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio – expressa sua grande preocupação ante o recrudescimento da violência

no Oriente Médio e exorta todas as partes a retomar o diálogo e as negociações como único meio para alcançar a paz e segurança duradouras na região.

O Grupo do Rio insta as partes a realizar todos os esforços, através da aplicação do Mapa do Caminho, que contribuam à obtenção da estabilidade e da paz em uma região em que devem conviver dois Estados, Israel e Palestina, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas.

O Grupo do Rio condena o assassinato do Xeque Ahmed Yassin, assim como a perda de vidas de civis inocentes, israelenses e palestinos, que colocam em risco o processo de paz no qual as partes devem empenhar-se. O Grupo do Rio considera que essas ações são contrárias aos princípios do Direito Internacional e do Direito Internacional Humanitário.

Brasília, 25 de março de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito de reunião do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e 5º Foro Global de Ministros de Meio Ambiente em Jeju, Coreia do Sul (26.03.2004)

Será realizada em Jeju, Coreia do Sul, de 29 a 31 de março corrente, a 8ª Sessão Especial do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CA/PNUMA), juntamente com o 5º Foro Global de Ministros de Meio Ambiente (5º GMEF).

Dois importantes temas da agenda ambiental serão tratados em Jeju: a governança ambiental internacional e a água. Os resultados alcançados sobre o último tema subsidiarão os trabalhos da 12ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), que se realizará, em Nova York, de 14 a 30 de abril próximo.

O tema da governança ambiental internacional está relacionado com a importância que a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável ganharam, desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em

1992. A questão da governança implica o cumprimento das obrigações internacionais pelos Estados, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Relaciona-se, igualmente, com o maior acesso dos países em desenvolvimento a recursos financeiros novos e adicionais e a tecnologias limpas por meio da cooperação internacional.

Nesse contexto, o PNUMA e a CDS têm papéis essenciais, que se reforçam mutuamente, e os quais o Brasil tem apoiado de forma consistente. A governança ambiental internacional foi amplamente tratada no Plano de Implementação de Joanesburgo, adotado em 2002, por ocasião da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Nele foi reconhecido que a “boa governança é essencial ao desenvolvimento sustentável” e que “um sistema vibrante e efetivo das Nações Unidas é fundamental para promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável e um sistema econômico global que funcione para todos”.

Com relação à água, o enfoque central será dirigido para sua dimensão ambiental, o saneamento e os assentamentos humanos, os mesmos temas que serão discutidos na próxima CDS.

A água, cujo Dia Mundial foi celebrado em 22 de março, é um bem público, renovável, finito e com valor econômico. Existe crescente conscientização da comunidade internacional de que a gestão de recursos hídricos em situações de estresse (seca) será o grande desafio deste século para os gestores. O aumento da população nessas regiões, associado a padrões de consumo insustentáveis de água e de energia e à ocupação desordenada do território, é a principal causa do problema. Existe, igualmente, crescente preocupação com a qualidade da água destinada ao consumo humano, devido à contaminação das nascentes pelas atividades industriais, pelo uso indiscriminado de defensivos agrícolas e pela carência de recursos financeiros para suprir as necessidades de investimentos em saneamento básico, principalmente nos países em desenvolvimento.

O Brasil é o país que detém as maiores reservas de recursos hídricos do mundo. Cerca de 12% das reservas mundiais de água doce encontram-se no Brasil. O país dispõe de legislação avançada com uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos nacionais. Conta, igualmente, com uma Política Nacional de Recursos Hídricos que se baseia em três pilares estratégicos: (a) o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); (b) o Plano Nacional de Recursos Hídricos; e (c) a Agência Nacional de Águas (ANA).

O Brasil participa ativamente das discussões nos foros multilaterais que tratam do tema da água. A gestão dos recursos hídricos, na visão brasileira, deve estar fundada na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e orientada pela Agenda 21, ambas adotadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Princípio 2 da Declaração do Rio reconhece o direito soberano de cada Estado de explorar seus próprios recursos naturais segundo suas próprias políticas nacionais. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em Joanesburgo, em 2002, adotou o Plano de Implementação da Agenda 21, pelo qual os Estados assumiram o compromisso de “reduzir pela metade, até o ano de 2015, a proporção de pessoas que ainda não têm acesso a água potável segura nem possuem os meios para obtê-la, bem como a proporção de pessoas que não têm acesso ao saneamento básico”.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Claudio Roberto Bertoldo Langone, chefiará a Delegação brasileira, que será também integrada pelo Embaixador Joaquim Whitaker Salles, Representante Permanente do Brasil junto ao PNUMA, por diplomatas do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty, bem como por funcionários do Ministério do Meio Ambiente.

Comunicado à imprensa a respeito da Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Didier Opertti (30.03.2004)

O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai,

Didier Opertti, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 31 de março corrente.

O Ministro Opertti será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, com quem deverá tratar de temas da agenda bilateral, entre os quais o fornecimento emergencial de energia elétrica por parte da ELETROBRÁS ao Uruguai, iniciado em 25 de março. Os dois Chanceleres deverão examinar também assuntos de interesse do MERCOSUL, bem como as negociações da ALCA e da OMC.

O Ministro Didier Opertti conta com o apoio do Brasil à sua candidatura a Secretário-Geral da ALADI para o triênio 2005-2007.

Comunicado à imprensa a respeito de certificação da soja brasileira pela China (30.03.2004)

Em sua recente visita oficial a Pequim, de 22 a 23 de março corrente, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em coordenação com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, solicitou às autoridades chinesas o reconhecimento da certificação da soja brasileira para as exportações do produto a partir de 20 de abril próximo, data em que vence a autorização provisória. Atendendo às gestões brasileiras, o Ministério da Agricultura da República Popular da China expediu a nova autorização na última sexta-feira, dia 26 de março.

A soja em grãos é o primeiro produto da pauta de exportações brasileiras para a RPC. Respondeu, em 2003, por US\$ 1,3 bilhão, ou cerca de 30 por cento de todos os produtos brasileiros exportados para aquele país. O Brasil é hoje o segundo maior exportador de soja em grãos para a China, com 36 por cento do mercado.

A nova autorização de certificação da soja brasileira, que inclui espécie geneticamente modificada, do tipo *round-up ready*, garante a continuidade das exportações brasileiras e abre perspectivas para a conquista de novas fatias do mercado chinês.

Comunicado à imprensa a respeito do programa nuclear brasileiro (05.04.2004)

A respeito do noticiário de imprensa sobre atividades nucleares no Brasil, o Governo brasileiro presta as seguintes informações:

O programa nuclear do País – que se destina, como prevê a Constituição, a finalidades estritamente pacíficas – está sob salvaguardas abrangentes da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde 1994, sem que jamais tenha sido suscitada qualquer dúvida a respeito do absoluto cumprimento de nossas obrigações à luz dos instrumentos internacionais que regulam matérias de desarmamento e não-proliferação de que o Brasil é parte plena: o Tratado de Tlatelolco e o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), bem como o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), embora este último instrumento não se encontre ainda em vigor, por não ter sido ratificado por países que dispõem de tecnologia avançada, inclusive armamento nuclear.

O Brasil está construindo uma planta comercial de enriquecimento de urânio para fabricação de combustível nuclear nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende, Rio de Janeiro. O urânio enriquecido, a baixo teor, de menos de 5%, destina-se às usinas nucleares de Angra I, II e, eventualmente, de Angra III. Os principais equipamentos dessa planta são ultracentrífugas desenvolvidas com tecnologia brasileira.

Embora a nova planta de enriquecimento ainda não se encontre em operação, estão sendo discutidos pelo Governo brasileiro com a AIEA e a ABACC os procedimentos de salvaguardas que serão aplicados àquela planta. O Governo brasileiro não impõe condições que inviabilizem a adequada aplicação de salvaguardas efetivas e confiáveis. As demais instalações brasileiras já têm procedimentos estabelecidos, que não estão em discussão e sobre os quais não existe qualquer questão em aberto com a AIEA. Nas negociações sobre a planta de Resende, a parte brasileira tem buscado garantir que os procedimentos a serem adotados, à

semelhança do que vem sendo feito, respeitem dois princípios estabelecidos nos acordos mencionados: por um lado, possibilitar às Agências a aplicação de um controle efetivo do material nuclear utilizado e, por outro, garantir que o País possa preservar seus segredos tecnológicos e interesses comerciais decorrentes.

Está em negociação um projeto de verificação envolvendo medições e medidas de vigilância que garantem o completo controle do material nuclear produzido na instalação de Resende, inclusive seu grau de enriquecimento. Essa metodologia já foi aceita pela ABACC, e as negociações com a AIEA estão em curso.

O Governo brasileiro considera inaceitáveis, por serem desprovidas de fundamento, tentativas de estabelecer paralelos entre a situação do Brasil – que tem cumprido com rigor todas as suas obrigações decorrentes do Acordo de Guadalajara, do Acordo Quadripartite, do Tratado de Tlatelolco e do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares – e a situação de países que recentemente tenham sido levados a admitir a condução de atividades secretas ou não declaradas na área nuclear.

À luz da ausência de progressos em matéria de desarmamento em seus vários aspectos e no conjunto dos âmbitos multilaterais onde a questão é tratada, o Governo brasileiro insta os países que têm demonstrado ativismo em matéria de não-proliferação a que atuem em coerência com os objetivos gerais de desarmamento nuclear. O Governo brasileiro observa integralmente os objetivos do TNP e participa com interesse dos preparativos à Conferência de Exame de 2005, que deverá passar em revista o efetivo cumprimento dos compromissos de não-proliferação e desarmamento nuclear assumidos por consenso na última Conferência, em 2000, com vistas à eliminação completa dos arsenais atômicos.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Bolívia (06.04.2004)

Os Ministros bolivianos das Relações Exteriores,

Juan Ignacio Siles del Valle, e das Minas e Hidrocarbonetos, Antonio Aranibar Quiroga, realizarão visita oficial ao Brasil no dia 7 de abril corrente. A visita terá por objetivo principal o exame das iniciativas de integração bilateral na área energética e de projetos de desenvolvimento.

Desde a posse do Presidente Carlos Mesa, em outubro passado, o Brasil e a Bolívia têm promovido iniciativas conjuntas de cooperação, dentre as quais ressaltam a assinatura de memorando de entendimento para estimular o intercâmbio comercial e ampliar as exportações bolivianas, bem como o projeto de cooperação para a transferência de tecnologia para a Bolívia, com vistas a disseminar o uso do gás natural em residências e veículos naquele país. No mesmo espírito de cooperação, o Governo brasileiro anunciou, em novembro passado, o cancelamento da dívida pública boliviana junto ao Tesouro Nacional.

A visita dos Ministros Siles del Valle e Aranibar Quiroga reflete o interesse dos dois países em manter parceria privilegiada, fundada em sólido processo de integração física e energética. A iniciativa segue-se às visitas a La Paz do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, em outubro de 2003 e janeiro de 2004, respectivamente.

O Ministro Celso Amorim e a Ministra Dilma Rousseff manterão reunião conjunta de trabalho com os Ministros Siles del Valle e Aranibar Quiroga no Palácio Itamaraty. Após a reunião, as autoridades bolivianas serão homenageadas com almoço no Palácio Itamaraty.

Comunicado Conjunto Brasil-Bolívia – Visita do Chanceler Juan Ignacio Siles e do Ministro Antonio Aranibar (07.04.2004)

O Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Juan Ignacio Siles, e o Ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Bolívia, Antonio Aranibar Quiroga, realizaram visita oficial a Brasília, em 7 de abril, e reuniram-se, no Palácio do Itamaraty, com o

Chanceler Celso Amorim e com a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Na oportunidade, os Ministros repassaram os temas da agenda bilateral, com ênfase naqueles referentes ao setor energético, de alta relevância para os dois países.

Os Ministros concordaram com a importância fundamental da instalação de um pólo gás-químico binacional e ressaltaram o impacto positivo que o empreendimento teria no relacionamento bilateral. O pólo marcaria uma nova fase da integração energética, iniciada com a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, e contaria com uma parte importante de suas instalações localizada em território boliviano. Além de representar um importante salto qualitativo do ponto de vista do relacionamento bilateral, a construção do pólo gás-químico possibilitará maior agregação de valor ao gás natural boliviano, levando em consideração as assimetrias da economia boliviana e concorrendo para o estabelecimento de um centro de desenvolvimento regional, de grande importância para os dois países. Os Ministros enfatizaram, também, a necessidade de garantir que o empreendimento seja viável economicamente.

Os Ministros decidiram estabelecer uma Comissão Executiva Binacional para avançar na implementação do projeto do pólo gás-químico. A Comissão permitirá o encaminhamento adequado das questões de ordem técnica e financeira que possam surgir na realização do projeto, com a finalidade de viabilizar as decisões políticas necessárias.

Os Ministros brasileiros reiteraram disposição de continuar trabalhando com o setor privado nacional no sentido de estimular a participação crescente do Brasil no desenvolvimento de projetos de interesse econômico para os dois países, cuja implementação possa trazer benefícios mútuos. Manifestaram satisfação com o anúncio de que há entendimentos em curso, entre empresas privadas do Brasil e da Bolívia, com vistas à instalação de duas usinas termelétricas na região fronteira, próximas às cidades de Corumbá e Puerto Suárez. Declararam, também,

que os dois Governos emprestarão firme apoio aos dois empreendimentos, na linha dos compromissos anteriormente assumidos pelo Brasil e pela Bolívia na área de integração energética.

Os Ministros brasileiros anunciaram que, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), serão tomadas providências imediatas com vistas ao deslocamento para a Bolívia, nas próximas semanas, de missão técnica integrada por representantes da ABC, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Centro de Tecnologias do Gás (CTGAS). A missão terá o objetivo de avançar na implementação do projeto de cooperação tecnológica na área de gás residencial e veicular. Tal projeto possibilitará que a exploração do gás natural boliviano gere benefícios concretos e diretos à população daquele país.

Os Ministros bolivianos expressaram seu agradecimento pela acolhida e pelas atenções recebidas em sua estada em Brasília.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos (08.04.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Embaixador Mohamed Benaïssa, fará visita oficial a Brasília nos dias 12 e 13 de abril corrente, ocasião em que, além de avistar-se com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, manterá reuniões com os Ministros da Cultura, Gilberto Gil, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Deverá, ainda, ser recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para entrega de mensagem do Rei do Marrocos, Mohammed VI. O Chanceler marroquino será também homenageado pelo Ministro Celso Amorim com jantar no dia 12.

Brasil e Marrocos mantêm relações sólidas e tradicionais de amizade e de bom entendimento nos planos bilateral e multilateral. Os dois Governos empenham-se em ampliar tais relações, com o

objetivo de contribuir para o incremento do intercâmbio comercial e a intensificação da cooperação bilateral em vários campos.

Diversas visitas de autoridades marroquinas foram recentemente realizadas ao Brasil, entre as quais a de missão parlamentar, em abril de 2003, e as do Ministro do Meio Ambiente, Mohamed El Yazghi, e do Ministro da Habitação e Urbanismo, Ahmed Taofiq Hejira, em junho e julho do ano passado, respectivamente. Do lado brasileiro, esteve no Marrocos, em julho de 2003, o Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar, como enviado especial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para convidar o Rei Mohammed VI a participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes, a realizar-se em Brasília, no final de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito da visita a Brasília do Secretário das Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez (08.04.2004)

O Secretário das Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez, realizará visita oficial a Brasília nos dias 12 e 13 de abril.

No dia 12, às 18:00 hs, o Secretário Derbez proferirá, a convite do Instituto Rio Branco, palestra sobre a política externa mexicana, no Auditório Embaixador Wladimir Murtinho, no Palácio Itamaraty.

No dia 13 de abril, às 11:30 hs, o Secretário Derbez manterá reunião com o Chanceler Celso Amorim, com quem passará em revista o relacionamento bilateral e discutirá temas políticos e econômicos de interesse dos dois países. Dentre os assuntos constantes da agenda, destacam-se as negociações comerciais, investimentos, cooperação, políticas de inclusão social, cenários regional e internacional, processos de integração e fortalecimento do multilateralismo.

O encontro permitirá que se aborde a evolução do comércio entre os dois países. Em 2003, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,2 bilhões, e o México foi o quinto maior destino das exportações brasileiras, atrás apenas de Estados Unidos, União

Européia, Argentina e China. O encontro proporcionará, também, oportunidade para examinar temas da Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, evento que ocorrerá em Guadalajara, no próximo mês de maio. Será realizada, concomitantemente à visita, reunião de cooperação consular Brasil-México.

A vinda do Secretário Derbez dará continuidade à política de aproximação entre os dois países, na qual se inserem a visita de trabalho efetuada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Cidade do México, no último mês de setembro, e o encontro mantido pelo Presidente da República com o Presidente Vicente Fox, à margem da Cúpula Extraordinária das Américas, ocorrida na cidade de Monterrey, no México, em janeiro passado.

Brasil e México representam, juntos, mais da metade da população, do território e da produção econômica da América Latina. Em função da dimensão de suas economias e da similaridade de seus graus de desenvolvimento, os dois países têm potencial promissor para estreitar o relacionamento bilateral em diversas áreas de cooperação, inclusive no campo social.

Comunicado à imprensa a respeito do encontro de fronteira (Jaguarão e Rio Branco) dos Chanceleres Celso Amorim e Didier Operti (08.04.2004)

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e do Uruguai, Didier Operti, manterão encontro de trabalho, no próximo dia 14 de abril, na região de fronteira entre os dois países, nas cidades de Jaguarão (Brasil) e Rio Branco (Uruguai).

Na ocasião, será efetuada a troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, bem como a entrega simbólica das primeiras carteiras de identidade de cidadão da fronteira Brasil-Uruguai. Durante o encontro, serão também assinados outros atos bilaterais e realizada a primeira reunião da

Comissão de Intendentes e Prefeitos da Fronteira Brasil-Uruguai.

Comunicado à imprensa a respeito das eleições na Guiné-Bissau (08.04.2004)

O Governo brasileiro congratula o povo e as autoridades da Guiné-Bissau pelo bom andamento das eleições legislativas ocorridas de 28 a 30 de março, cujos resultados oficiais foram divulgados em 4 de abril.

O Brasil, como Presidente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e no intuito de colaborar na organização das eleições na Guiné-Bissau, enviou, por delegação do Tribunal Superior Eleitoral, missão técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, que prestou relevante apoio na preparação do referido pleito, o que mereceu o reconhecimento público por parte das autoridades bissau-guineenses. Trata-se de uma das iniciativas que o Governo brasileiro vem desenvolvendo, no contexto da CPLP ou no âmbito bilateral, em favor da Guiné-Bissau.

O Brasil aliou-se aos demais Países-Membros da CPLP ao designar representantes, inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil, para integrarem a missão de observação eleitoral que aquela comunidade enviou à Guiné-Bissau por ocasião das eleições. Em 30 de março, o conjunto de organizações internacionais, regionais e sub-regionais e Estados que compuseram grupo de observadores internacionais, coordenados pela ONU, emitiu comunicado final, endossado pela missão da CPLP, no qual se afirma terem as eleições transcorrido de forma “livre, justa e transparente”.

Como Presidente da CPLP, o Brasil convocou em 6 de abril reunião extraordinária do Comitê de Concertação Permanente da CPLP, formado pelos Embaixadores dos Estados-Membros em Lisboa, que, com base na avaliação da missão de observadores da CPLP, reconheceu o êxito das eleições legislativas na Guiné-Bissau e confirmou entendimento de que são merecedoras do endosso da comunidade internacional.

O Governo brasileiro toma nota do anúncio do PAIGC, partido que passará a ocupar o maior número de cadeiras no Parlamento, de sua intenção de formar um Governo de amplas bases na Guiné-Bissau e apela às forças políticas do país para um esforço conjunto no sentido de completar com tranqüilidade o período de transição política.

O Brasil continuará trabalhando para mobilizar o apoio do sistema das Nações Unidas e de toda a comunidade internacional para a reconstrução e o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nesse sentido, além das atividades no âmbito da CPLP e da cooperação bilateral, o Governo brasileiro participa do Grupo Consultivo *ad hoc* para a Guiné-Bissau do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, que representa importante experiência de coordenação da ajuda internacional para países em desenvolvimento em situação especial. No desempenho de seu mandato no Conselho de Segurança, o Brasil também tem colaborado para a atuação do Escritório das Nações Unidas de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNOGBIS), no qual um oficial do Exército brasileiro exerce a função de Conselheiro Militar.

O Governo brasileiro apela à comunidade internacional para que intensifique os esforços de apoio à Guiné-Bissau.

Comunicado à imprensa a respeito do Acordo de Livre-Comércio MERCOSUL-CAN (08.04.2004)

O MERCOSUL e a Colômbia, o Equador e a Venezuela, Países-Membros da Comunidade Andina (CAN), concluíram, em Reunião de Vice-Ministros, em Buenos Aires, no último dia 3, a negociação de acordo para a formação de uma área de livre-comércio entre os dois blocos. Concluiu-se, assim, processo negociador iniciado há oito anos e que ganhou momento em 2003 com a prioridade atribuída à América do Sul na política externa brasileira pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O novo acordo, cuja importância histórica deve

ser ressaltada, completa a aproximação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, uma vez que Bolívia e Peru, os outros dois Países-Membros da CAN, já haviam concluído acordos similares com o MERCOSUL, do qual são membros associados. O acordo constitui também um passo importante na configuração de um espaço de integração sul-americana.

Concluído o processo de desgravação tarifária previsto no acordo, estará constituída uma zona de livre-comércio entre o MERCOSUL e a CAN, que abrangem uma população de aproximadamente 350 milhões de pessoas e um PIB de cerca de US\$ 1 trilhão. Além de incremento substantivo do comércio, serão criadas condições para maior integração das cadeias produtivas, ganhos de competitividade para as empresas da região com o aumento da escala de mercado e melhor utilização dos insumos regionais. Serão também ampliadas as possibilidades de cooperação entre os Países-Membros dos dois blocos.

Está prevista a realização de reunião em Lima, de 26 a 30 de abril corrente, com vistas a preparar o texto do acordo para protocolização na ALADI.

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Marrocos (13.04.2004)

A convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Senhor Mohammed Benaïssa, visitou o Brasil nos dias 12 e 13 de abril. O Senhor Mohammed Benaïssa, na qualidade de emissário especial do Rei Mohammed VI, foi recebido pelo Senhor Presidente da República, a quem entregou correspondência do monarca marroquino.

O Chanceler marroquino manteve reunião de trabalho com seu homólogo brasileiro, no dia 12 de abril, ocasião em que foram atualizados temas da agenda bilateral, com vistas a enriquecer o diálogo e aprofundar o intercâmbio entre os dois países e trocaram-se pontos de vista a respeito dos principais

temas da agenda internacional.

Os dois Chanceleres insistiram sobre a importância de encorajar os operadores econômicos brasileiros e marroquinos a aproveitar as oportunidades comerciais existentes entre os dois países, criando, para tanto, as condições necessárias ao aumento do volume das trocas. Nesse sentido, consideram auspiciosa a possibilidade de iniciar conversações para a conclusão de um acordo comercial preferencial e, em uma segunda fase, de uma zona de livre-comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos. Para tanto, buscarão estimular o processo de consultas internas no MERCOSUL. Concordaram, ademais, no envio de uma missão de empresários marroquinos ao Brasil, liderada pelo Ministro do Comércio Exterior do Marrocos, ainda no corrente ano.

Os dois Ministros mostraram contentamento pelos resultados proveitosos da recente visita de missão marroquina da área de habitação, que contemplam o envio de missão composta por representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ao Marrocos, em breve prazo, para elaborar planos de ação, no quadro da cooperação brasileiro-marroquina, nos campos do combate à habitação insalubre e da formação profissional de jovens.

Os dois Ministros notaram com satisfação a convergência de pontos de vista sobre os principais temas da agenda internacional, como o combate ao terrorismo, e sobre temas regionais, em particular a situação no Oriente Médio. As duas partes expressaram igualmente seu apoio a favor de solução pacífica permanente, com base no “Roteiro de Paz”, aceito pelo Conselho de Segurança, com o objetivo da criação de um Estado Palestino independente, coexistindo lado a lado com o Estado de Israel.

Com respeito à situação no Iraque, os dois Ministros manifestaram interesse por uma solução que devolva ao povo iraquiano sua soberania e permita-lhe construir um Governo iraquiano

democrático, que represente todas as camadas sociais do país, para estabelecer a segurança e a estabilidade, no marco da unidade territorial e da plena independência e soberania do Iraque.

As duas partes reafirmaram o desejo de que o Brasil e o Marrocos continuem a dialogar amplamente e a manter a coordenação entre suas respectivas delegações, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Convieram, também, quanto à relevância dos princípios defendidos pelo G-20.

O Ministro Mohammed Benaïssa transmitiu ao seu homólogo brasileiro a posição marroquina de plena concordância com a necessidade de uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que conceda maior representatividade ao mundo em desenvolvimento. Nesse sentido, o Marrocos considera fundamental a presença de um representante permanente da América Latina no Conselho.

Sobre a situação no Saara Ocidental, os Chanceleres do Brasil e do Marrocos reiteraram o apoio às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para alcançar uma solução política definitiva, negociada entre as partes.

O Chanceler marroquino consignou o apoio de seu país aos esforços do Presidente Lula da Silva no sentido de sensibilizar a comunidade internacional para a necessidade de erradicar a fome e a pobreza no mundo, e elogiou as iniciativas brasileiras no sentido de promover maior cooperação internacional para instaurar um novo conceito de desenvolvimento que propicie uma justa distribuição da riqueza mundial entre os povos.

O Chanceler brasileiro agradeceu o apoio marroquino às teses brasileiras de construção de uma parceria global em prol da superação da fome e da pobreza. Agradeceu, ainda, a manifestação de apoio do Marrocos à Cúpula de Países Árabes e Sul-Americanos, em dezembro, em Brasília. O Chanceler marroquino confirmou a participação de seu país na reunião, notícia que foi recebida com grande contentamento pelo Chanceler brasileiro.

O Ministro Celso Amorim elogiou o processo em

curso no Marrocos, sob a liderança iluminada de Sua Majestade o Rei Mohammed VI, para a edificação de uma sociedade democrática e moderna, e sua contribuição positiva para a instauração da paz, de estabilidade e de justiça social no mundo. Elogiou, também, a manifestação de apoio de Sua Majestade aos princípios da cooperação Sul-Sul, notadamente no que se refere ao NEPAD, na África, e ao processo de Agadir para os países do sul do Mediterrâneo.

O Ministro Mohammed Benaïssa convidou o Ministro Celso Amorim a visitar o Marrocos tão logo sua agenda o permita.

O Chanceler marroquino encontrou-se, ainda, durante sua estada no Brasil, com o Ministro de Estado da Cultura, Senhor Gilberto Gil, com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Luiz Fernando Furlan, e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha.

Os encontros mantidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros com as autoridades brasileiras, no âmbito do continuado diálogo bilateral, permitem impulsionar uma parceria estratégica, reforçada por cooperação direcionada a objetivos precisos nos setores político, diplomático e cultural. Ações concretas serão conduzidas com vistas a operações de intercâmbio comercial e de investimentos. Atenção particular será dada à cooperação nas áreas do meio ambiente, dos recursos hídricos, da agricultura, da habitação, do turismo, da cultura e do ensino.

Comunicado conjunto do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Secretário das Relações Exteriores do México (13.04.2004)

O Secretário de Relações Exteriores do México, Doutor Luis Ernesto Derbez, realizou visita oficial ao Brasil em 12 e 13 de abril de 2004, a convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim.

A visita do Chanceler mexicano a Brasília deu continuidade ao intenso processo de diálogo e cooperação entre o Brasil e o México, que se tem

refletido nos produtivos encontros mantidos ao longo deste último ano pelos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vicente Fox Quesada – em Cuzco, em Evian, em Nova York, na Cidade do México, em Santa Cruz de la Sierra e em Monterrey – e nos freqüentes contatos diretos e conversações entre os dois Chanceleres e outras autoridades dos dois países.

O Chanceler Luis Ernesto Derbez foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem transmitiu as saudações cordiais do Presidente Vicente Fox Quesada e com quem trocou idéias sobre temas de interesse para os dois países.

O Chanceler Derbez também realizou visita de cortesia ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, na qual comentaram os resultados da I Reunião Interparlamentar Brasil-México. Igualmente, o Chanceler Derbez entrevistou-se com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luíz Fernando Furlan, e com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Nas conversações entre os Chanceleres Celso Amorim e Luis Ernesto Derbez e seus assessores registrou-se ampla convergência de posições sobre os muitos assuntos de interesse comum da agenda bilateral, regional e global.

Os dois Chanceleres procederam a uma avaliação da situação atual e das perspectivas da relação bilateral Brasil-México, assinalaram com satisfação a evolução positiva desse relacionamento e reiteraram sua disposição de ampliá-la e intensificá-la em todos os campos.

Nesse contexto foi comunicada a aceitação pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do convite do Presidente Vicente Fox Quesada para participar em Guadalajara, no final de maio de 2004, da III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, ocasião em que os Presidentes do Brasil e do México deverão voltar a encontrar-se. Confirmou-se ainda a intenção do Presidente Lula de realizar visita de Estado ao México no curso de 2004, atendendo ao convite do Presidente Fox, em datas a serem anunciadas

proximamente pelos dois Governos. Confirmou-se ainda a intenção do Presidente Fox de realizar uma visita de trabalho ao Brasil no segundo semestre de 2004.

Com o objetivo de fortalecer o marco institucional das relações bilaterais e de impulsioná-las em todos os âmbitos, ambos os Chanceleres concordaram com a criação de uma Comissão Binacional que, além de outros temas, incorpore todos os grupos de trabalho bilaterais. A primeira reunião da Comissão Binacional realizar-se-á no Brasil, no segundo semestre de 2004.

Os Chanceleres congratularam-se pela realização da I Reunião Interparlamentar Brasil-México, realizada no México em fevereiro de 2004, na qual acordou-se a realização de uma segunda reunião no Brasil em 2005. As reuniões interparlamentares contribuirão positivamente para fortalecer o entendimento e a amizade entre os dois países.

Os Chanceleres congratularam-se pela realização em Brasília, no dia 13 de abril de 2004, da reunião bilateral de cooperação consular. As duas partes expressaram sua satisfação pelo incremento positivo dos fluxos migratórios que permitiram um aumento significativo do comércio, dos investimentos e do turismo. Entretanto, não deixaram de registrar sua preocupação com a ação, nos dois países, das organizações dedicadas ao tráfico ilícito de migrantes. Nesse sentido, acordou-se a assinatura de um acordo de cooperação para combater aquele tipo de tráfico ilegal e permitir o intercâmbio de informação e colaboração entre as instituições responsáveis em ambos os países pela operação migratória. Outrossim, as duas partes concordaram em estabelecer um mecanismo de consulta e cooperação consular e migratória para aprofundar o estudo das questões migratórias e de outros temas consulares. A primeira reunião do citado mecanismo se realizará em outubro de 2004, na Cidade do México.

O Chanceler Derbez comentou a recente decisão da Corte Internacional de Justiça no caso “Avena e Outros Nacionais Mexicanos”, que ressalta a importância do respeito à Convenção de Viena sobre

Relações Consulares no que tange à proteção de nacionais no exterior.

O Ministro Amorim e o Secretário Derbez registraram sua satisfação com a intensificação do intercâmbio cultural e acadêmico entre o Brasil e o México. Ambos os Governos acordaram programar a realização da VI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Educativa e Cultural para o primeiro semestre de 2005, na cidade de Brasília.

Ao analisar os assuntos relativos à Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, ambos os Chanceleres reiteraram seu interesse em iniciar ações de colaboração que resultem em benefício dos dois países, e coincidiram na necessidade de outorgar renovado impulso à cooperação bilateral, por meio da identificação de setores-chave para o desenvolvimento social e econômico de México e Brasil.

Ambos expressaram seu apoio à instauração, com brevidade, dos Grupos de Trabalho/Comitês Gestores de Ciência e Tecnologia, acordados no marco do Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em julho de 2002, mediante a definição de projetos específicos de colaboração.

Os Chanceleres manifestaram seu interesse em celebrar no Brasil, no segundo semestre de 2004, a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, e, se possível, de forma paralela, a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia, em cujo marco se acordaram os respectivos programas de cooperação para o biênio 2004-2006.

Reafirmaram a importância que os Governos do Brasil e do México atribuem ao propósito da integração latino-americana e trocaram informações sobre os diferentes processos de integração que vêm sendo desenvolvidos. O Ministro Amorim relatou o andamento das negociações em curso no âmbito do MERCOSUL, as perspectivas dos entendimentos com os países da Comunidade Andina, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) e o processo de integração sul-americana. O Chanceler

Derbez, por seu lado, comentou a evolução do NAFTA e do processo de integração com os países da América Central representado pelo Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla e pelo Plano Puebla-Panamá.

Coincidiram em ressaltar a importância que seus países atribuem ao multilateralismo e à necessidade de que as relações internacionais sejam pautadas pelo estrito respeito às normas das Cartas das Nações Unidas e, no âmbito regional, da Organização dos Estados Americanos e outros instrumentos de direito internacional. Reconheceram o papel essencial dos organismos e outros mecanismos multilaterais, regionais e globais, no tratamento de assuntos políticos, econômicos e sociais de vital importância para seus países.

O Ministro Amorim e o Secretário Derbez intercambiaram idéias sobre formas de fortalecer a Organização das Nações Unidas, para que possa melhor exercer seu papel fundamental na promoção do entendimento e da cooperação internacionais. Conversaram, nesse contexto, sobre temas da agenda de trabalho do Conselho de Segurança e sobre a recente atuação do México e a atual atuação do Brasil como membros não-permanentes daquele órgão. Referiram-se às perspectivas de reforma do Conselho de Segurança, órgão com responsabilidade primordial pela preservação da paz e da segurança internacional. Expressaram, também, seu compromisso de fortalecer a Assembléia Geral, para que seus trabalhos reflitam as prioridades atuais da comunidade internacional e para que possa cumprir com efetividade as funções que lhe assinala a Carta da Organização.

O Ministro Amorim recordou os esforços que vem desenvolvendo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de promover maior cooperação internacional para aumentar a disponibilidade de recursos que permitam enfrentar os desafios econômicos e sociais da atualidade, em particular no que se refere à erradicação da fome e da pobreza. O Chanceler Derbez indicou a disposição do México de apoiar iniciativas voltadas para esses objetivos no âmbito das Nações

Unidas, referindo-se, nesse contexto, à importância das conclusões da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que teve lugar em Monterrey, em 2002.

Os Chanceleres do Brasil e do México manifestaram sua satisfação pelo alto grau de diálogo e entendimento das delegações dos dois países em diferentes foros internacionais no tratamento de temas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, desarmamento e não-proliferação de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa.

Coincidiram em que a segurança no hemisfério tem atualmente caráter amplo, flexível e multidimensional, e expressaram a necessidade de impulsionar o pleno cumprimento da Declaração sobre Segurança nas Américas, adotada no México, em outubro de 2003. Reconheceram que a segurança no hemisfério deve lograr-se mediante a cooperação regional.

Concordaram quanto à importância da cooperação internacional na luta contra o terrorismo, que deve dar-se em marco de respeito ao direito internacional, aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário. Outrossim, salientaram que os mecanismos internacionais para combater esse flagelo deverão ter como base a cooperação entre os Estados.

Reconheceram a plena vigência do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (Tratado de Tlatelolco) como pedra angular do desarmamento nuclear na região e referendaram seu respaldo às atividades realizadas pelo Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe, que contribuem de maneira decidida para a promoção da paz, do desarmamento e da não-proliferação nuclear.

Ambos os Ministros constataram a evolução positiva das relações econômicas entre os dois países. Ampliou-se significativamente o comércio bilateral. Aumentaram também os investimentos diretos recíprocos. Os dois Ministros reafirmaram o objetivo de buscar o aumento do intercâmbio bilateral nos dois sentidos. Nesse sentido, congratularam-se pelo

início das negociações para ampliar o ACE-53 e manifestaram interesse em negociar e concluir Acordo de Livre-Comércio entre o MERCOSUL e o México.

Os Chanceleres registraram com satisfação os resultados positivos das missões empresariais que têm sido realizadas com o propósito de identificar novas oportunidades de intercâmbio. Destacaram a missão empresarial dos quatro países do MERCOSUL que visitou a Cidade do México em novembro de 2003 e a missão empresarial mexicana conduzida pelo Secretário de Economia Fernando Canales, que visitou São Paulo em fevereiro de 2004.

Os dois Ministros registraram com satisfação as aberturas de escritório da PETROBRAS no México e de representação do Conselho de Turismo do México, em São Paulo.

Os Chanceleres Amorim e Derbez trocaram opiniões sobre as negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio, e ressaltaram a necessidade de fazê-las avançar em 2004. Comentaram nesse contexto a importância da atuação do Brasil e do México no G-20, grupo de países em desenvolvimento que defendem no âmbito da OMC maior liberalização do comércio agrícola e o fim dos subsídios dos países desenvolvidos. Reiteraram o interesse comum de, em coordenação com o Grupo de Cairns, promover um comércio internacional verdadeiramente livre e isento de distorções.

Reafirmaram o objetivo de intensificar o entendimento e a coordenação entre as suas delegações no processo negociador da ALCA, com vistas a buscar acordo equilibrado, que propicie a ampliação do comércio hemisférico e seja satisfatório para todos os países envolvidos, e que contemple a faculdade de os participantes implementarem seus próprios modelos de desenvolvimento.

Dando prosseguimento a seu diálogo constante sobre temas da atualidade latino-americana, os Chanceleres do Brasil e do México comentaram a situação em diferentes países do hemisfério, com

particular atenção ao Haiti. As duas partes acordaram cooperar, em estreita colaboração com os países da CARICOM, com vistas a uma solução de longo prazo, que fortaleça as instituições internas naquele país e consolide um regime democrático estável, com rigoroso respeito à ordem constitucional.

Ambos países coincidiram na necessidade de modernização e fortalecimento da Organização de Estados Americanos (OEA), em sua vertente estrutural e na priorização dos temas da agenda. Os Chanceleres opinaram que a próxima Assembléia Geral da OEA, a realizar-se em Quito, em junho de 2004, constitui oportunidade para iniciar processo de reflexão acerca dos câmbios que se requerem para que a OEA esteja em melhores condições de impulsionar a cooperação para o desenvolvimento econômico e social, a paz, a segurança e a democracia nos Países-Membros.

Referiram-se aos resultados positivos da Cúpula Especial das Américas, realizada em 12 e 13 de janeiro de 2004, em Monterrey, e manifestaram sua disposição de cooperar no processo de preparação para a IV Cúpula das Américas, a realizar-se em 2005, na Argentina.

Ambos os Ministros reconheceram que a III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, a celebrar-se em Guadalajara, no dia 28 de maio de 2004, aportará, mediante o estabelecimento de ações concretas em favor do fortalecimento do multilateralismo, da coesão social e do combate à pobreza em ambas as regiões, decidido impulso à consolidação da associação estratégica birregional. O Brasil, como Co-Vice-Presidente do processo preparatório, ofereceu ao México colaboração para alcançar o pleno êxito desse evento.

Brasil e México coincidiram quanto à importância do Grupo do Rio como mecanismo de consulta e concertação política em questões regionais e internacionais, em cujo âmbito são examinados temas de especial relevância e interesse para os Estados-Membros, e expressaram sua mais ampla disposição em garantir o êxito da XVIII Cúpula do Grupo do

Rio. Na qualidade de Secretário *Pro-Tempore* do Grupo do Rio, o Ministro Celso Amorim expôs as idéias do Governo brasileiro na condução do Grupo ao longo do corrente ano. O Secretário Derbez confirmou sua aceitação do convite para participar, em Brasília, no mês de agosto, da Reunião de Chanceleres do Mecanismo, e a intenção do Presidente Vicente Fox de comparecer à Cúpula do Grupo do Rio, a realizar-se em outubro de 2004, no Rio de Janeiro.

Os Chanceleres referendaram seu compromisso com o processo de fortalecimento da Conferência Ibero-Americana e seu firme propósito de que o mecanismo melhore seus esquemas de trabalho e tenha maior coesão. Manifestaram seu interesse em colaborar para a implementação das decisões sobre o futuro da Conferência, adotadas na Cúpula de Santa Cruz, em novembro de 2003, em especial no que se refere à criação da Secretaria-Geral Ibero-Americana.

O Chanceler Luis Ernesto Derbez agradeceu ao Ministro Celso Amorim a hospitalidade recebida do Governo brasileiro e o diálogo amistoso e construtivo para o fortalecimento das relações bilaterais.

Brasília, em 13 de abril de 2004

Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do Embaixador João Augusto de Médicis, Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (14.04.2004)

O Governo brasileiro lamenta profundamente o falecimento do Embaixador João Augusto de Médicis, ocorrido hoje em Roma, e expressa as condolências à família do diplomata brasileiro. O Embaixador Médicis exercia o cargo de Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O Embaixador João Augusto de Médicis, diplomata de carreira, formou-se pelo Instituto Rio Branco em 1958. Destacou-se em funções de grande relevo no Brasil e no exterior. Seu primeiro posto foi na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, tendo em seguida servido no Haiti, como encarregado de

negócios, conduzindo delicadas negociações em contexto de crise política naquele país. Foi Embaixador do Brasil em Nairóbi (1984-1987), Varsóvia (1991-1993), Pequim (1994-1996) e Santiago (1999-2002), e Representante do Brasil junto à FAO (1987-1990). No Ministério das Relações Exteriores, exerceu, entre outros, o cargo de Subsecretário-Geral do Serviço Exterior (1996-1999). Em 2002, foi indicado pelo Governo brasileiro para exercer a chefia do Secretariado Executivo da CPLP, da qual se desligaria em julho próximo.

No período em que esteve à frente da CPLP, o Embaixador João Augusto de Médicis teve atuação decisiva para a consolidação institucional e política da Comunidade, bem como para o aumento da visibilidade internacional da Organização. Seu desempenho vinha sendo motivo de grande satisfação e reconhecimento por parte dos Estados-Membros.

Neste difícil momento, o Brasil – que ora ocupa a Presidência da Comunidade – agradece aos demais Estados-Membros e à equipe do Secretariado-Executivo o apoio incessantemente oferecido ao trabalho do Embaixador João Augusto de Médicis.

Comunicado Conjunto à imprensa por ocasião do encontro dos Chanceleres Celso Amorim e Didier Opertti na fronteira Brasil-Uruguaí (14.04.2004)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro das Relações Exteriores do Uruguaí, Doutor Didier Opertti, encontraram-se na fronteira entre os dois países, nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, para proceder à troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaíes, celebrado em Montevidéu no dia 21 de agosto de 2002. Os dois Chanceleres estiveram acompanhados do Ministro das Cidades do Brasil, Senhor Olívio Dutra.

Os Chanceleres expressaram sua satisfação pelo excelente estado em que se encontram as relações

bilaterais e destacaram os densos vínculos de amizade e cooperação que unem ambos os povos, entre os quais se destaca a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai.

Destacaram o firme interesse de que Brasil, Uruguai e seus sócios do MERCOSUL continuem participando ativamente, em estreito entendimento e unidade, em todas as negociações comerciais externas. Nesse contexto, ressaltaram o significado da conclusão do acordo de livre-comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina e manifestaram sua confiança na finalização de um acordo de livre-comércio do bloco sub-regional com a União Européia em outubro deste ano.

O Acordo para a Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, que entra em vigor imediatamente, constitui uma iniciativa conjunta de caráter inédito. Este instrumento jurídico criou soluções inovadoras para mitigar muitos problemas enfrentados pelas populações fronteiriças dos dois países e permite a livre circulação dos fronteiriços nos dois lados da linha divisória, com a possibilidade de direito a residência e de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços educacionais no país vizinho.

Os dois Chanceleres aproveitaram a oportunidade para assinar o Acordo sobre Cooperação Policial na Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos entre Brasil e Uruguai, instrumento que permitirá a troca de informações e a cooperação entre as polícias dos dois países, permitindo uma ação ágil e coordenada na prevenção e repressão de delitos na zona fronteiriça.

Assinalaram a importância da implementação dos projetos de infra-estrutura e desenvolvimento sustentável que envolvem o Brasil e o Uruguai, entre os quais se destacam a interconexão elétrica Santana do Livramento-Rivera, o desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí, a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão e a reforma da Ponte Barão de Mauá, assim como os futuros projetos de Talavera e Centurión. Nesse contexto,

ressaltaram que tais iniciativas contribuem diretamente para a integração sul-americana, além de reforçar os tradicionais laços bilaterais de cooperação entre Brasil e Uruguai.

Foi anunciada, ainda, a instalação da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para a Licitação de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, e recuperação da Ponte Barão de Mauá. Com a construção dessa segunda ponte e a recuperação da Ponte Barão de Mauá se estará dando um passo importante na integração física dos dois países e da região como um todo. Ademais, as duas obras trarão um imediato impacto positivo nas economias e na qualidade de vida das duas localidades.

Os Ministros das Relações Exteriores acordaram enviar Notas Conjuntas dos dois países ao Instituto para Integração da América Latina (INTAL/BID) e à *Corporación Andina de Fomento* (CAF) solicitando um exame preliminar sobre a possibilidade de que os citados organismos possam brindar cooperação técnica e assistência financeira para diversos projetos a serem implementados no marco da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço.

Coincidiram na importância da revitalização da Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e, nesse sentido, anunciaram que, conforme o previsto na III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda, brevemente se criarão duas novas subcomissões sobre recursos hídricos e ambientais e sobre desenvolvimento sustentável. Acordaram igualmente reativar a Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí.

Anunciaram a inauguração do Centro de Estudos e Divulgação dos Aspectos Jurídicos da Integração na Região de Fronteira em cerimônia que se realizará proximamente na cidade uruguiaia de Rivera. O mencionado Centro servirá de ponto focal para a difusão de informações e discussões entre profissionais da área jurídica dos dois países no que concerne à aplicação dos dispositivos legais criados no âmbito do processo de integração regional e fronteiriça.

Congratularam-se pela instalação da Comissão Binacional Assessora de Saúde, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Saúde da Nova Agenda. Essa Comissão desempenhará um importante papel na identificação e análise de problemas comuns na área de saúde das populações fronteiriças e trará ao exame das autoridades competentes dos dois países propostas de ações concretas, especialmente nas áreas de assistência à saúde, vigilância ambiental e de saúde do trabalhador, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária.

Na área de educação, os dois Chanceleres notaram com satisfação a expansão e os bons resultados alcançados pelas escolas bilíngües espanhol-português no lado uruguaio da região de fronteira. Trata-se de uma experiência pioneira, que contribui significativamente para a formação de toda uma geração de cidadãos que, preservando sua identidade e cultura, estarão aptos para atuar de forma desenvolta e produtiva no novo ambiente que se está gerando pelo processo de integração regional.

Assinalaram a importância da realização do Primeiro Encontro de Intendentes e Prefeitos da Fronteira Brasil-Uruguai, que se inaugurou nesta mesma data na cidade de Jaguarão, e expressaram sua confiança no decisivo aporte que será trazido por esse foro para as discussões da Nova Agenda.

Destacaram a importância do começo da presente etapa operativa da interconexão elétrica de Santana do Livramento-Rivera, que possibilita o intercâmbio energético entre os sistemas de ambos os países. Os Chanceleres ressaltaram a necessidade de aprofundar os esforços para a integração energética na região.

Os Chanceleres congratularam-se pelos expressivos avanços alcançados na área de cooperação fronteiriça desde o lançamento da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, em abril de 2002. Os significativos logros concretos mencionados comprovam a reiterada disposição dos dois países de buscar soluções para os problemas que afetam a vida diária de cerca de 720.000 pessoas que habitam a região de ambos os lados da fronteira comum. Os dois Chanceleres

exortaram os Grupos de Trabalho e demais instituições criadas no âmbito da Nova Agenda a continuar, com redobrado empenho, seu trabalho de busca de soluções para a problemática de fronteira, bem como de identificação de ações de cooperação concreta em áreas como saúde, educação, cooperação policial e judicial e meio ambiente. Para coordenar e dirigir esse esforço, decidiram realizar a IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda na Segunda quinzena de junho, na cidade de Porto Alegre.

Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Hui Liangyu (16.04.2004)

Visitará o Brasil, de 17 a 22 de abril corrente, o Vice-Primeiro-Ministro da República Popular da China, Hui Liangyu, integrante do primeiro escalão do Governo chinês, com jurisdição, entre outros assuntos, sobre o tema da agricultura. Trata-se da primeira visita ao Brasil de autoridade de alto nível do novo Governo chinês, alçado ao poder em março de 2003.

A visita reveste-se de especial importância não só porque buscará intensificar a cooperação bilateral em temas ligados à agricultura e à infra-estrutura ferroviária (setores em que a China desponta como parceiro promissor para o Brasil), mas também por inserir-se no quadro de preparação da visita que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará àquele país em maio próximo.

No âmbito comercial, a China vem adquirindo crescente relevância para o Brasil, tendo-se situado, em 2003, como o maior parceiro do Brasil na Ásia e o terceiro maior mercado mundial para exportações brasileiras. A China constitui hoje um dos principais destinos para a soja brasileira, devendo tornar-se, em futuro próximo, mercado substancial também para outros produtos da pauta agro-industrial do País.

A comitiva do Vice-Primeiro-Ministro Hui Liangyu incluirá os Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, Lu Xinhua, da Agricultura, Zhang Baowen, e das Finanças, Liao Xiaojun.

Comunicado à imprensa com texto da intervenção da Delegação do Brasil na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas a respeito de projetos de resolução sobre a situação dos direitos humanos em países específicos (16.04.2005)

Senhor Presidente,

Estamos discutindo novos projetos de resolução sob o item 9. Minha delegação pede a palavra para expressar a preocupação do Brasil com a crescente politização e seletividade na Comissão na discussão de resoluções específicas sobre países.

Somente podemos lamentar, Senhor Presidente, o fato de que aspectos e assuntos não relacionados à promoção dos direitos humanos estejam constantemente interferindo no processo de negociação de resoluções. Também lamentamos a prática reiterada de abordagem seletiva caso a caso. Devemos concentrar nossos esforços e recursos para assegurar a credibilidade da Comissão. Nesse sentido, o Brasil está pronto a considerar alternativas ao modo pelo qual o tema da promoção dos direitos humanos vem sendo tratado sob o item 9.

Favorecemos – e temos afirmado isso várias vezes – a elaboração de relatório global sobre direitos humanos pelas Nações Unidas.

O Brasil espera que todos os países em desenvolvimento e desenvolvidos mostrem vontade política e abertura para trabalhar em tal direção. Estamos convencidos de que um relatório global das Nações Unidas sobre direitos humanos poderia contribuir positivamente para resgatar o espírito original desta Comissão.

Muito obrigado.

Comunicado à imprensa a respeito da designação de Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio (16.04.2004)

Tão logo conclua sua missão na Embaixada do Brasil em Pequim, após a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Popular da China, em maio próximo, o Embaixador Affonso Celso de

Ouro-Preto estará sendo designado para as funções de Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio.

A decisão de nomear representante de alto nível para a região foi antecipada pelo Presidente Lula durante a viagem que realizou ao Oriente Médio, em dezembro de 2003. A designação do Embaixador Ouro-Preto reflete o interesse do Brasil em participar mais ativamente dos esforços internacionais no processo de paz relativo ao conflito israelo-palestino. Atende, nesse sentido, à expectativa manifestada por diversos países de que o Brasil desempenhe papel construtivo naquele processo, até mesmo à luz do exemplo brasileiro de integração e convívio pacífico entre comunidades de origem árabe e judaica.

O Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto ocupa, desde 1999, as funções de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China. Atuou como Embaixador na Guiné-Bissau (1983-86), na Suécia (1990-92) e na Áustria (1995-99). Dentre as funções exercidas no Brasil, destacam-se as de Secretário de Relações com o Congresso (1988-90) e de Chefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1993-94).

Comunicado à imprensa a respeito de declaração de voto proferida pelo Brasil, Argentina e Paraguai na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a respeito de Projeto de Resolução sobre a situação dos Direitos Humanos em Cuba (16.04.2004)

A Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas considerou, no dia 15 de abril corrente, projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Cuba. A delegação brasileira, em coordenação com as delegações argentina e paraguaia, absteve-se na votação sobre a matéria e fará, ao término das votações na CDH, a seguinte declaração de voto:

“As delegações de Argentina, Brasil e Paraguai decidiram abster-se na votação do projeto de resolução

L.13 por entenderem que esta resolução não contribui genuinamente, nas atuais circunstâncias, para a melhora da situação dos direitos humanos em Cuba.

Argentina, Brasil e Paraguai reafirmam seu irrestrito respeito aos princípios e às instituições democráticas, ao Estado de Direito e aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Argentina, Brasil e Paraguai reiteram seu pleno apoio ao sistema universal de promoção e proteção dos direitos humanos e, em particular, às ações que a Comissão de Direitos Humanos desenvolve para contribuir para a melhora da situação dos direitos humanos em todo o mundo.

Argentina, Brasil e Paraguai reafirmam a importância de que todos os Estados garantam a plena vigência de todos os direitos humanos, tanto os econômicos, sociais e culturais, quanto os civis e políticos, conforme o compromisso assumido na Declaração de Viena de 1993 em favor da universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos. Nesse sentido, no diálogo contínuo com o Governo cubano, Argentina, Brasil e Paraguai estarão expressando a importância de que se reveste a plena observância destes princípios.”

Comunicado à imprensa a respeito da participação do MERCOSUL na feira Seoul Food 2004 (19.04.2004)

O MERCOSUL está participando, pela segunda vez, com estande próprio, de uma feira internacional. Trata-se da feira *Seoul Food 2004*, que está sendo realizada entre os dias 19 e 22 de abril, na cidade de Seul, Coréia. A iniciativa insere-se no programa de atividades da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL, criada com a missão específica de promover as exportações do bloco para terceiros mercados.

A *Seoul Food* é um dos mais tradicionais eventos internacionais do setor alimentício. Realizada anualmente, contou, na edição de 2003, com uma área de 20.736 m², 426 expositores, sendo 308 coreanos e 118 estrangeiros provenientes de diversos

países, e cerca de 20.000 visitantes.

O estande do MERCOSUL foi concebido para abrigar exposição de catálogos e amostras, em sua maioria de empresas de pequeno porte, de modo a proporcionar-lhes contatos comerciais e o conhecimento das vantagens oferecidas pelas feiras internacionais.

Outras iniciativas da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL foram implementadas com êxito. Entre elas, destacaram-se em 2003 as seguintes:

- a) a participação conjunta do MERCOSUL, em estande próprio, da Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas (ANUGA 2003), realizada entre os dias 11 e 15 de outubro, na cidade de Colônia, Alemanha – um dos mais tradicionais eventos internacionais do setor alimentício; e
- b) a II Missão Empresarial Conjunta do MERCOSUL, realizada no México em novembro último, da qual participaram 170 empresas dos quatro países, com negócios realizados da ordem de US\$ 70 milhões.

Está prevista a realização, a partir do dia 13 de maio próximo, no Centro de Promoção Comercial Conjunta em Berlim, da I Mostra Institucional do MERCOSUL, organizada para formadores de opinião, acadêmicos, empresários, estudantes e outros.

Comunicado à imprensa a respeito da Visita do Ministro Celso Amorim à Guatemala e reunião com o Sistema de Integração Centro-Americana (20.04.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará, no próximo dia 22 de abril, visita oficial à Guatemala e participará, no dia 23, da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e do Brasil, como convidado especial.

O Ministro Amorim manterá, no dia 22, encontro com seu homólogo guatemalteco, Chanceler Jorge Briz Abularach, com quem examinará o relacionamento

bilateral e discutirá temas políticos e econômicos de interesse dos dois países. Dentre os assuntos que poderão ser abordados, destacam-se o comércio bilateral, investimentos, assuntos consulares, cooperação, negociações comerciais e o panorama político regional e internacional. O Chanceler brasileiro deverá, também, realizar visita de cortesia ao Presidente da Guatemala, Oscar Berger.

No dia 23 de abril, o Ministro Celso Amorim participará da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA). Serão debatidos, dentre outros, os seguintes temas: programas de inclusão social e cooperação internacional para o combate à pobreza; comércio, investimentos e inserção competitiva na economia internacional; processos de integração regional; fortalecimento do multilateralismo; e cooperação em áreas como administração pública, desenvolvimento sustentável e combate a ilícitos transnacionais.

As iniciativas ocorrem no contexto da política de promoção da integração latino-americana e visam a aprofundar e diversificar os laços que unem o Brasil aos países da América Central, com os quais o País mantém relações fundadas em afinidades históricas, tradicionalmente marcadas pela cooperação e hoje fortalecidas pela comunhão de valores democráticos.

Comunicado Conjunto dos Chanceleres do Brasil e da Guatemala (22.04.2004)

Atendendo a convite do Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Senhor Jorge Briz Abularach, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial à Cidade da Guatemala, em 22 de abril de 2004.

O Chanceler Amorim foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República da Guatemala, Oscar Berger, que enviou saudações ao Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, e manifestou ao Chanceler sua satisfação pelo excelente estado em que se

encontram as relações entre ambos países.

Na oportunidade, os Chanceleres repassaram os temas da agenda bilateral e multilateral de interesse comum, destacando-se aqueles referentes a comércio, investimentos, integração econômica, cooperação e conjuntura política regional e internacional.

Os Chanceleres se congratularam pelo excelente estado das relações bilaterais, historicamente caracterizadas pela cordialidade e pela cooperação, e hoje fortalecidas por ampla coincidência de valores e princípios, como a defesa da democracia, dos direitos humanos, do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.

Nesse contexto, expressaram o desejo comum de que essa convergência de valores se traduza, no plano bilateral, em crescente coordenação.

Manifestaram sua satisfação pela identificação de novos temas de cooperação, no contexto da recente visita do Secretário de Planejamento e Programação da Presidência da Guatemala a Brasília, temas estes que se enquadram no Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica vigente entre ambos os países, nas seguintes áreas: Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, Gestão de Investimentos Estratégicos, Modelo de Gestão de Planejamento Plurianual, Planejamento Territorial, Lei de Concessões e Parcerias Público-Privadas, e Observatório de Avaliação, com o Instituto de Investigações Econômicas Aplicadas (IPEA).

Coincidiram em assinalar a transcendência que para seus respectivos ministérios tem a formação acadêmica dos candidatos a ingressar no serviço diplomáticos de seus países, e, a respeito, trocaram impressões sobre mecanismos específicos de cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Alfonso Alonso Lima.

Reconheceram as assimetrias existentes entre as economias da Guatemala e do Brasil e ressaltaram seu interesse no desenvolvimento de ações que permitam ao mesmo tempo reforçar os laços comerciais bilaterais e reduzir o desequilíbrio no fluxo de comércio. Destacaram, ainda, a conveniência de

promover investimentos com vistas inclusive à possibilidade de aproveitamento de oportunidades em terceiros mercados e, nesse sentido, tomaram nota da legislação guatemalteca pertinente que protege e ampara o investidor estrangeiro.

Sublinharam, particularmente, o compromisso comum da Guatemala e do Brasil com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo, reconhecendo competir ao Sistema das Nações Unidas papel protagônico na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Desse modo, reafirmaram a disposição comum a ambos os países de envidar seus melhores esforços pelo aperfeiçoamento do sistema multilateral.

Ambos os Chanceleres coincidiram quanto à necessidade de reformar e revitalizar o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, para assegurar maior representação relativa dos países em desenvolvimento no Conselho, incluindo a possibilidade de aumentar o número de membros permanentes e não-permanentes.

Nesse contexto, reconheceram a legítima aspiração histórica e as credenciais do Brasil para eventualmente ocupar assento permanente naquele órgão. Do mesmo modo, reconheceram a legítima aspiração do Governo da Guatemala de ser, pela primeira vez, membro não-permanente do Conselho de Segurança, no futuro próximo.

Reafirmaram o compromisso de seus Governos com a luta contra o terrorismo e o narcotráfico e, nesse sentido, discutiram as perspectivas de cooperação bilateral no campo de inteligência civil.

Os Ministros coincidiram acerca da importância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países. Sublinharam a necessidade de que todos os povos se beneficiem das oportunidades proporcionadas pelo sistema multilateral de comércio. Consideraram injustificáveis os desequilíbrios e assimetrias nas regras comerciais vigentes, que permitem a utilização de toda sorte de subsídios e barreiras para aqueles produtos

em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

Acordaram, portanto, recomendar às respectivas delegações buscar maior coordenação nos processos negociadores da ALCA e da OMC, respeitadas as características específicas das respectivas economias.

Coincidiram, igualmente, em que a eliminação da pobreza e a inclusão social são elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e a consolidação das instituições democráticas no moderno Estado de direito. Comprometeram-se a continuar buscando mecanismos que possibilitem o intercâmbio de experiências na promoção de políticas sociais.

Reiteraram o compromisso de favorecer a integração latino-americana, estando determinados a perseverar nos esforços para a consecução dessa aspiração comum que, no âmbito da democracia, da paz e da cooperação, deve traduzir-se na conformação de modelo de desenvolvimento que conjugue crescimento econômico, justiça social e promoção da cidadania.

O Chanceler Celso Amorim agradeceu ao Ministro Jorge Briz a hospitalidade recebida do Governo guatemalteco e a oportunidade de haver mantido diálogo cordial e construtivo para o fortalecimento das relações.

Comunicado à imprensa a respeito da XII Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-12) (23.04.2004)

Realiza-se em Nova York, de 19 a 30 de abril, a 12ª Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS-12). A reunião da CDS é o evento mais importante realizado anualmente pelas Nações Unidas para a discussão das questões relativas ao desenvolvimento sustentável.

Desde a instalação da CDS, como resultado das decisões da Conferência do Rio, em 1992, o Brasil tem atuado de modo destacado nos debates e negociações naquela Comissão. Juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(PNUMA), a CDS constitui foro para avaliar o progresso que a comunidade internacional vem fazendo para a adoção de políticas e medidas que permitam um desenvolvimento menos predatório para a natureza e que promova maior inclusão social, segundo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos Estados.

A CDS-12 inaugura novo formato das reuniões da Comissão, adotado em 2003, pelo qual as discussões sobre implementação dos compromissos da Rio-92, em particular a Agenda 21, e da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002) serão organizadas em ciclos bienais. No ciclo de 2004/2005, os principais temas da CDS serão água, saneamento e assentamentos humanos. Em cada ciclo, deverão ser levadas em conta as questões transversais, como a erradicação da pobreza, padrões insustentáveis de produção e consumo e meios de implementação (comércio, financiamento ao desenvolvimento sustentável e transferência de tecnologia).

A delegação do Brasil à CDS-12 está apresentando os esforços empreendidos internamente com vistas à execução da Agenda 21 e do Plano de Implementação de Joanesburgo nas áreas temáticas selecionadas. Estão sendo ressaltadas as linhas estratégicas da ação do Governo em cada setor, com prioridade para os seguintes aspectos: legislação, estruturas institucionais ou de governança existentes ou em fase de planejamento, experiências e projetos em andamento, inclusive com financiamento externo – como o Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira, executado com recursos do Global Environment Facility (GEF). Também estão sendo realçadas as iniciativas do Governo para aumentar a cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, bem como para assegurar maior eficiência dos prestadores de serviços de saneamento público.

No dia 26 de abril, será realizado painel regional sobre a América Latina e o Caribe. Recorde-se que,

por ocasião da XIV Reunião do Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, ocorrida no Panamá, de 20 a 25 de novembro passado, foi adotado, a partir de iniciativa brasileira, Plano de Ação Regional para 2004/2005, que inclui prioridades da Iniciativa Latino-Americana e Caribenha sobre Desenvolvimento Sustentável (ILAC).

A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, participarão do segmento de alto nível da CDS-12 e manterão contatos bilaterais com Ministros de outros países que comparecerão à reunião, de 28 a 30 do corrente. A participação dos Ministros realça não só a relevância política atribuída pelo Brasil à CDS, mas também a importância das questões de água e saneamento entre as ações implementadas pelo Governo brasileiro, como áreas cruciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (23.04.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, tomou conhecimento do anúncio pelo Conselho Nacional Eleitoral dos resultados da contagem de assinaturas coletadas para a convocação de referendos revocatórios na Venezuela, com base no Artigo LXXII de sua Constituição. Tomou igualmente nota da definição do período de 27 a 31 de maio próximo para a verificação das assinaturas objetadas.

O Grupo de Amigos considera a definição por parte do Conselho Nacional Eleitoral um passo relevante no processo de possível convocação dos referendos.

O Grupo de Amigos ressalta a alta responsabilidade do Conselho Nacional Eleitoral na condução de um processo que permita a livre manifestação da vontade do povo venezuelano e efetivamente promova a reconciliação nacional.

O Grupo de Amigos manifesta o seu firme apoio ao excelente trabalho da OEA e do Centro Carter e incentiva sua participação como observadores.

O Grupo de Amigos reitera a necessidade de que Governo e oposição persistam no diálogo franco e construtivo na busca de uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral para a situação política na Venezuela.

Brasília, 23 de abril de 2004.

Comunicado conjunto da reunião entre os Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e dos Países-Membros do Sistema da Integração Centro-Americana (23.04.2004)

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e os Ministros das Relações Exteriores dos Países-Membros do Sistema de Integração Centro-Americana e seus representantes, reunidos na cidade da Guatemala, em 23 de abril de 2004, considerando nossa identidade histórica e cultural, reafirmamos o compromisso de nossos Governos de estreitar os tradicionais laços de amizade e de cooperação existentes entre nossos países, assim como nosso renovado empenho em intensificar nossos respectivos mecanismos de integração.

Qualificamos a reunião como uma iniciativa de grande valor para abordar temas do mais alto interesse regional e internacional e avaliar os avanços desde a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo da República Federativa do Brasil e dos países do istmo centro-americano. Nessa reunião, compartilhamos o consenso de que, para conservar a paz, a democracia e o crescimento econômico, necessariamente se deve contar com regimes políticos eficientes, estáveis e representativos dos sentimentos nacionais, baseados nos princípios e objetivos compartilhados de fortalecimento da democracia, consolidação da paz, respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Reiteramos nosso compromisso com a governabilidade democrática e o Estado de direito;

nesse sentido, destacamos o êxito do recente processo eleitoral realizado em El Salvador, o qual evidenciou a firme vontade cívica e democrática do povo salvadorenho, e seu desejo de preservar os logros e avanços obtidos com a consolidação da paz.

Reiteramos nossa disposição de estreitar iniciativas de cooperação entre nossos países sobre a base de posições conjuntas nos foros apropriados, de modo que favoreçam a colocação em prática dos diversos instrumentos internacionais na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental, tomando em conta os interesses e realidades específicas de nossos países.

Reiteramos nossa disposição de manter consultas políticas no nível apropriado em todas as ocasiões em que seja possível, inclusive à margem de reuniões multilaterais ou regionais. Para isso, coincidimos na necessidade de estabelecer e sistematizar um Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação, com a finalidade de aprofundar e ampliar as relações de amizade, entendimento mútuo, cooperação econômica, científico-tecnológica, educativa e cultural.

O Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e os países do Sistema da Integração Centro-Americana se orientará, entre outras áreas, a aprofundar as consultas sobre a situação internacional e regional, as relações entre as partes e outros temas de interesse mútuo.

Intensificaremos o diálogo e a cooperação no marco da ONU, OEA e outros foros multilaterais em temas de interesse comum, com o fim de contribuir para o estabelecimento de um Sistema de Relações Internacionais mais justo, equitativo e democrático, baseado na preeminência do direito internacional e do respeito ao multilateralismo.

Os Ministros e seus representantes se congratularam com a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas de convocar um *Blue Ribbon Panel* que promova a formulação de uma agenda e visão comuns, conferindo maior eficiência à Assembléia Geral e legitimidade ao Conselho de

Segurança. Nesse sentido, os Chanceleres e seus representantes coincidiram com a necessidade de reformar e fortalecer o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, para assegurar maior representação dos países em desenvolvimento no Conselho, incluindo a possibilidade de aumentar o número de membros permanentes e não-permanentes.

Promoveremos a cooperação regional e intercâmbios de experiências nas esferas econômica, comercial, financeira, de investimentos, tecnológica e técnico-científica, social, bem como fomentaremos o intercâmbio de experiências nas esferas da cultura, educação, saúde, ambiente, esporte, turismo, energia e minas, agricultura, assessoria e capacitação profissional, incluindo para tanto funcionários diplomáticos e da administração pública.

A cooperação entre as partes se realizará por meio dos mecanismos que se estabeleçam para tanto. As reuniões se realizarão em sedes alternadas acordadas pelas Partes, sem prejuízo à cooperação bilateral existente.

Conscientes da ameaça que representam para a segurança de nossos povos os grupos criminais transnacionais, acordamos promover o intercâmbio de experiências no combate a esses grupos e identificar áreas para a cooperação futura sobre o tema.

O Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação entre as partes será integrado pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Conselho de Ministros de Relações Exteriores do Sistema de Integração Centro-Americana. Celebrará reuniões pelo menos uma vez a cada dois anos, as quais terão lugar de forma alternada no Brasil e em um dos Países-Membros do Sistema de Integração Centro-Americano, na data e com a agenda de trabalho acordadas pela via diplomática.

No contexto do aprofundamento do diálogo e da cooperação, proporemos a nossos Chefes de Estado e de Governo a celebração de uma Segunda Reunião de Chefes de Estado e de Governo entre a República Federativa de Brasil e os países do istmo centro-

americano, em data oportuna, para aprofundar a cooperação entre os Países-Membros do Sistema de Integração Centro-Americana e o Brasil.

Congratulamo-nos pelos importantes avanços logrados no processo de integração centro-americana, especialmente em matéria de união aduaneira, integração migratória e o fortalecimento da segurança cidadã. Da mesma forma, destacamos a importância que tem para o Sistema de Integração Centro-Americana o ingresso da República Dominicana como Estado associado e dos Estados Unidos Mexicanos como observadores do SICA.

Por outra parte, os Ministros das Relações Exteriores dos países do Sistema de Integração Centro-Americana e seus representantes felicitamos o Governo do Brasil pela promulgação da Lei da Renda Básica da Cidadania, que busca garantir a todos os cidadãos receber do Estado uma soma suficiente para seus gastos essenciais, como alimentação, educação e saúde, assim como pelos resultados obtidos dentro do Programa Fome Zero.

Os Ministros das Relações Exteriores dos países do Sistema de Integração Centro-Americana e seus representantes reconhecem a importância de realizar ações concretas no marco da Organização Internacional do Café (OIC), orientadas a assegurar aos produtores de café um preço justo a seu produto.

O Chanceler do Brasil sugeriu iniciar, tão logo seja possível, conversações para negociar um Acordo de Livre-Comércio entre o MERCOSUL e a América Central. Os Ministros das Relações Exteriores do SICA e seus representantes acolheram positivamente essa proposta e acordaram realizar as consultas pertinentes.

Expressaram sua convicção sobre a importância do Sistema Multilateral de Comércio e manifestaram sua confiança em lograr resultados satisfatórios na Rodada de Doha.

Congratulamo-nos pelo excelente trabalho político e diplomático que até agora vem realizando o Grupo do Rio a favor das mais altas aspirações de nossos países, assim como no tratamento dos principais temas

da agenda regional e mundial, a ponto de converter-se em um dos mecanismos de diálogo e concertação política mais representativos da região. Outrossim, os Ministros de Relações Exteriores dos países do Sistema da Integração Centro-Americana e seus representantes felicitamos o excelente trabalho do Brasil em sua condição de Secretário *Pro-Tempore* e sede da próxima cúpula, reiterando nosso apoio para o êxito da XVIII Cúpula do Grupo do Rio.

Reiteramos o compromisso de nossos Chefes de Estado e de Governo de participar da III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, que se celebrará em Guadalajara, México, em maio de 2004, a qual será uma nova oportunidade para alcançar compromissos que permitam avançar na agenda comum que irá consolidando a associação estratégica. O Governo do Brasil manifestou seu apoio à aspiração da América Central de alcançar Acordo de Associação com a União Européia que inclua um Tratado de Livre-Comércio, como passo seguinte da subscrição do Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre União Européia e América Central.

Enfatizamos a importância de cumprir os mandatos da Cúpula de Santa Cruz de la Sierra, de 2003, e reiteramos o compromisso de nossos Chefes de Estado e de Governo de participar da próxima Cúpula Ibero-Americana, que se realizará em San José, Costa Rica, em novembro de 2004. Outrossim, acolhemos com beneplácito a idéia do país anfitrião para que o tema central do evento seja: “Educar para Progredir”.

Reiteramos nosso compromisso de continuar na luta contra a corrupção pública e privada, assim como de fomentar medidas de transparência na gestão pública. Nesse sentido, expressamos nosso apoio à República da Nicarágua para que a I Reunião dos Estados-Partes da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, que se realizará em Manágua, nos dias 8 e 9 de julho de 2004, cumpra com os objetivos que lhe foram propostos pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas.

Agradecemos ao Governo e ao povo da

Guatemala pela calorosa hospitalidade e pelas atenções brindadas durante a celebração desta Reunião Ministerial.

Cidade da Guatemala, 23 de abril de 2004.

Celso Amorim – Ministro das Relações Exteriores
República Federativa do Brasil

Jorge Briz Abularach – Ministro das Relações
Exteriores da Guatemala

Roberto Tovar Faja – Ministro das Relações
Exteriores da República da Costa Rica

María Eugenia Brizuela de Ávila – Ministra das
Relações Exteriores da República de El Salvador

Leonidas Rosa Bautista – Ministro das Relações
Exteriores de Honduras

Norman Caldera Cardenal – Ministro das
Relações Exteriores da Nicarágua

Francisco Guerrero Prats – Secretário de Estado
das Relações Exteriores da República Dominicana

Moisés Cal – Representante do Ministro das
Relações Exteriores de Belize

Rosa Maria Tapia – Representante do Ministro
das Relações Exteriores do Panamá

Comunicado à imprensa a respeito da visita Oficial ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Francofonia do Gabão, Jean Ping (26.04.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e da Francofonia do Gabão, Jean Ping, realiza visita oficial ao Brasil no período de 26 a 29 de abril corrente, durante a qual, além de avistar-se com o Ministro das Relações Exteriores, manterá reuniões de trabalho nos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Defesa e da Cultura. O Ministro Ping participará de cerimônia de assinatura de Memorandum para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas e proferirá palestra no Instituto Rio Branco intitulada “Os organismos regionais africanos e seu papel na promoção da paz e do desenvolvimento no continente africano”.

A visita do Ministro Jean Ping insere-se no

contexto da atual prioridade atribuída pelo Governo brasileiro ao aprofundamento das relações com o continente africano. O relacionamento brasileiro-gabonês é marcado pela fluidez no plano bilateral e pelo apoio recíproco no plano multilateral, bem como por ampla convergência sobre os grandes temas da agenda internacional. Recorde-se que o Chanceler Jean Ping deverá ser eleito Presidente da 59ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, a ter início em setembro próximo.

A viagem dá seguimento à visita ao Brasil, em setembro de 2002, do Presidente Omar Bongo Odimba, que proporcionou avanços importantes nas relações econômico-comerciais entre os dois países.

Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (26.04.2004)

Relatório Provisório do Painel

Brasil e Estados Unidos receberam hoje, 26 de abril, em Genebra, o relatório provisório do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que examina a compatibilidade de subsídios norte-americanos ao algodão com as normas multilaterais de comércio. As partes da controvérsia têm até 10 de maio para encaminhar eventuais comentários sobre o documento. O relatório final do painel deverá estar disponível em 18 de junho de 2004.

O painel – integrado pelos Senhores Dariusz Rosati (Polônia), Mario Mattus (Chile) e Daniel Moulis (Austrália) – foi estabelecido em março de 2003, a pedido do Brasil. Participaram dos procedimentos, na condição de terceiras partes, Argentina, Austrália, Benin, Canadá, Chade, China, Índia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Taiwan, União Européia e Venezuela – número e composição que indicam a relevância do contencioso para o comércio internacional.

O Brasil defendeu perante o painel que as medidas questionadas no âmbito da lei agrícola de 1996 causaram, nos termos dos Artigos V e VI do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, “prejuízo grave” ao país, por meio da depressão dos

preços internacionais do algodão e do aumento ilegítimo da participação norte-americana nas exportações do produto. O Brasil também argumentou que os subsídios a serem concedidos sob a nova lei agrícola de 2002, por serem tão ou mais distorcivos que os anteriores, ameaçam causar “prejuízo grave”, conforme definem os já mencionados artigos do Acordo sobre Subsídios. O Brasil atacou ainda os subsídios norte-americanos à exportação de algodão (e, no caso das garantias de crédito à exportação, também de outras *commodities*), concedidos em violação aos Artigos III e VIII do Acordo sobre Agricultura e 3º do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias.

De acordo com números do próprio Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), os produtores norte-americanos de algodão receberam, entre agosto de 1999 e julho de 2003, US\$12,4 bilhões a título de subsídios. No mesmo período, o valor total da produção norte-americana de algodão chegou a US\$13,9 bilhões. A comparação entre os dois valores resulta em uma taxa de subsídio de 89,5%, ou seja, para cada dólar obtido com a venda de algodão, o produtor norte-americano recebeu outros 89,5 centavos de dólar do Governo de seu país.

Os efeitos desses subsídios foram claros:

- (a) a produção norte-americana cresceu cerca de 20% entre 1998 e 2002;
- (b) os preços internacionais caíram consistentemente durante o mesmo período, chegando ao piso de 29 centavos de dólar por libra-peso (muito abaixo da média histórica, de 72 centavos de dólar por libra-peso); e
- (c) a participação do algodão norte-americano nas exportações mundiais cresceu de 17% em 1998-9 para 42% em 2002-3.

Pelas estimativas do modelo econométrico que o Brasil usou em apoio a sua argumentação jurídica, sem tais subsídios, no período 1999-2002:

- (a) a produção norte-americana de algodão

cairia, em média, 29%, com relação a cenário de manutenção dos subsídios;

(b) as exportações norte-americanas do produto cairiam, em média, 41%, com relação a cenário de manutenção dos subsídios;

(c) os preços internacionais subiriam, em média, 12,6%, com relação a cenário de manutenção dos subsídios.

Outros estudos e análises (FMI, Banco Mundial, Comitê Consultivo Internacional do Algodão, economistas do USDA) confirmam, com números similares, as conclusões das estimativas brasileiras.

Os subsídios norte-americanos ao algodão têm gerado graves conseqüências econômicas e sociais também para países da África Ocidental (Benin, Mali, Chade, por exemplo), região onde se encontram alguns dos países menos desenvolvidos do mundo, para cujas populações a cultura do algodão constitui fonte de renda vital. Estudos de ONGs, como a OXFAM, indicam que a retirada dos subsídios norte-americanos ao algodão representaria um incremento da ordem de US\$1 bilhão, em termos de receitas de exportação, para os países daquela região. Já o *International Food Policy Research Institute*, baseado em Washington, estimou que o efeito daqueles subsídios sobre o preço internacional do algodão foi responsável por aumentar em cerca de 90 mil pessoas o número de habitantes que viviam abaixo da linha de pobreza no Benin entre 2001 e 2002. A dramática situação vivenciada pelos países africanos exportadores de algodão, ao lado do contencioso aberto por iniciativa do Brasil, ajudou a alçar o tema dos subsídios ao produto ao centro das discussões no âmbito da Rodada de Doha.

É contra esse pano de fundo que o painel entregou seu relatório provisório, 11 meses, três audiências e dezenas de documentos depois de seu estabelecimento.

Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Londres (29.04.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador

Celso Amorim, viaja hoje para Londres, onde participará, a convite do Representante Comercial dos EUA, de reunião informal, com outros Ministros, sobre a rodada de negociações da OMC, nos dias 30 de abril e 1º de maio.

Comunicado à imprensa a respeito da posse da Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga (04.05.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, presidirá, no próximo dia 5 de maio, às 11 horas, na Sala de Tratados do Itamaraty, a cerimônia de posse da Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Doutora Rosalía Arteaga, que substituirá o Embaixador boliviano Sergio Sánchez. Conforme previsto no Regulamento da Secretaria Permanente da OTCA, a Senhora Rosalía Arteaga terá um mandato de três anos, renovável por igual período. A cerimônia de posse da Secretária-Geral Rosalía Arteaga contará com a presença de representantes do corpo diplomático, parlamentares e membros do Governo, entre outros.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) decorreu de iniciativa brasileira, motivada pela necessidade de institucionalizar e orientar a cooperação entre os países da Bacia Amazônica. Foi assinado em 3 de julho de 1978, tendo entrado em vigor em 2 de agosto de 1980. Em 1995, o Brasil e os demais membros do Tratado (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotando-a de uma Secretaria Permanente, sediada em Brasília. Em 13 de dezembro de 2002, foi assinado o Acordo de Sede entre o Governo brasileiro e a OTCA.

Ao longo de 2003, as atividades da Secretaria Permanente da OTCA (SP-OTCA) concentraram-se no fortalecimento institucional da Organização. Foram submetidas à consideração dos Estados-Partes propostas para a adoção de um plano

estratégico, de um plano de ação da Secretaria Permanente e de um programa administrativo e financeiro. ASP-OTCA elaborou, também, projetos de desenvolvimento regional, dentre os quais cabe mencionar o Projeto de Gestão Integral de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica, o Projeto de Sustentabilidade dos Bosques Amazônicos “Processo do Tarapoto” e os projetos de saúde sobre malária e a rede de vigilância epidemiológica.

Como país-sede e possuidor da mais extensa área de floresta amazônica, é do interesse do Brasil fortalecer a OTCA, de maneira a permitir que a Organização exerça, no plano internacional, o papel-chave que os Estados-Partes desejam atribuir-lhe na promoção de programas de cooperação para o desenvolvimento sustentável na região amazônica, assim como no aprimoramento da concertação política nos foros ambientais, em defesa dos interesses dos países amazônicos.

Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Vice-Presidente da República do Equador, Alfredo Palacio (05.05.2004)

O Vice-Presidente da República do Equador, Alfredo Palacio, fará visita oficial ao Brasil nos dias 6 e 7 de maio corrente.

O relacionamento Brasil-Ecuador tem sido pautado pela ênfase nas atividades de cooperação técnica e na área de políticas sociais. Nesse contexto, um dos objetivos da visita do Vice-Presidente Alfredo Palacio será reforçar a cooperação técnica bilateral com vistas ao aperfeiçoamento do sistema público de saúde equatoriano, sobretudo nas áreas de controle de doenças, vigilância sanitária e sistemas e serviços de saúde. O Vice-Presidente equatoriano conhecerá a estrutura e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Saúde da Família, incluindo os agentes comunitários, e a utilização de cartões magnéticos pelos usuários do SUS.

O Vice-Presidente Alfredo Palacio foi Ministro da Saúde do Equador e é médico cardiologista, com diversos trabalhos publicados. Tem sob sua

responsabilidade a coordenação da Frente Social, composta pelos Ministérios de Educação, Saúde, Bem-Estar Social e Habitação.

A visita reflete o interesse do Governo brasileiro em incrementar os laços de cooperação com o Equador e estimular a integração econômica e comercial.

Comunicado à imprensa a respeito da conclusão de Acordo Aéreo Brasil-Índia (05.05.2004)

Foi concluída, hoje, a negociação de Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Brasil e a Índia, no encerramento da Primeira Reunião de Consultas Aeronáuticas entre os dois países, realizada no Rio de Janeiro.

O Acordo – que vinha sendo negociado desde a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia, em janeiro último – tem por objetivo ampliar as relações bilaterais, criando condições para o estabelecimento, em futuro próximo, de linhas aéreas de carga e passageiros que liguem os dois países de forma direta e regular.

Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim ao Cairo (06.05.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, viaja hoje para o Cairo, onde participará, como convidado especial, de reunião da Liga Árabe. A visita insere-se também no contexto da preparação da Cúpula entre América do Sul e Países Árabes, a realizar-se em dezembro próximo por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Ministro Celso Amorim deverá manter encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Ahmed Maher, e com o Ministro do Comércio Exterior daquele país, Youssef Boutros Ghali.

O Ministro Celso Amorim será portador de mensagem do Presidente Lula ao Presidente Hosni Mubarak, convidando-o a participar da Cúpula do MERCOSUL que se realizará em Ouro Preto, no dia 17 de dezembro de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito da Primeira Mostra Institucional do MERCOSUL (07.05.2004)

Será inaugurada em Berlim, no dia 13 de maio, a 1ª Mostra Institucional do MERCOSUL. A Mostra permanecerá em exposição pelo período de um mês e será destinada a autoridades, empresários, acadêmicos, estudantes e formadores de opinião.

A escolha da Alemanha para sediar a 1ª Mostra Institucional do MERCOSUL deve-se à importância daquele país como mercado de destino das exportações do bloco. A decisão reveste-se, ademais, de alcance estratégico, uma vez que Berlim se tornará núcleo comercial de importância acrescida com a recente ampliação da União Européia a países do Leste Europeu.

A Mostra Institucional é mais uma iniciativa da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), criada em dezembro de 2000, para divulgar a imagem do bloco, sua economia e sua oferta exportável. Será realizada no Centro de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL em Berlim, inaugurado em novembro de 2002, onde trabalham diplomatas dos quatro países na promoção das correntes de comércio.

Outras iniciativas da REPCCM já foram concluídas com êxito, entre as quais:

- participação conjunta do MERCOSUL, com estande próprio, na Feira Internacional de Alimentos, Processamento de Alimentos e Bebidas – ANUGA 2003, no período de 11 a 15 de outubro do ano passado, em Colônia, Alemanha (um dos mais tradicionais eventos internacionais do setor alimentício);

- II Missão Comercial Conjunta do MERCOSUL, em novembro de 2003, na Cidade do México, com a participação de 170 empresas e entidades setoriais dos quatro países, com mais de US\$ 70 milhões de negócios realizados; e

- participação conjunta do MERCOSUL, com estande próprio, na Feira *Seoul Food* 2004, no período de 19 a 22 de abril de 2004, em Seul, Coreia.

Está prevista a realização de Missão Comercial

Conjunta do MERCOSUL à China, no período de 28 de junho a 3 de julho do corrente ano.

Comunicado à imprensa a respeito de viagem do Ministro Celso Amorim a Paris (12.05.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, viaja hoje para Paris, onde participará de Reunião Ministerial do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Durante sua permanência na capital francesa, o Ministro Amorim participará, igualmente, de reuniões sobre as negociações em curso no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de encontros bilaterais.

Comunicado à imprensa a respeito da abertura de Escritório de Representação em Ramalá (14.05.2004)

O Governo brasileiro decidiu abrir Escritório de Representação em Ramalá, junto à Autoridade Nacional Palestina. A iniciativa – anunciada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros palestino, quando de sua visita ao Cairo, em 8 de dezembro de 2003 – foi formalmente apresentada às Chancelarias palestina e israelense em fevereiro último, tendo recebido anuência de ambas as partes.

A instalação do Escritório de Representação em Ramalá visa a ampliar as relações do Brasil com a administração palestina e insere-se no quadro dos esforços do Governo Lula no sentido de estreitar os laços com os países árabes, como atestam a visita do Presidente da República ao Oriente Médio em 2003, a nomeação de Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio e as viagens do Chanceler Celso Amorim ao Cairo e a Amã, em maio corrente.

Comunicado à imprensa a respeito de violência na Faixa de Gaza (18.05.2004)

O Brasil condena as ações de violência por parte das Forças de Defesa de Israel, que levaram à morte

24 civis e militantes palestinos, bem como a intenção do Governo israelense de dar continuidade à destruição de residências de civis palestinos em Rafah.

O Governo brasileiro reitera, outrossim, sua condenação ao terrorismo e a todas as formas de violência e, nesse contexto, lamenta as perdas de vidas humanas, tanto palestinas quanto israelenses.

O Brasil conclama israelenses e palestinos a regressarem ao diálogo e volta a emprestar o seu apoio ao Mapa do Caminho para a Paz.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (20.05.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, continua firmemente comprometido com os esforços em busca de uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral para a situação política na Venezuela.

Nesse sentido, o Grupo considera crucial o período entre 21 e 31 de maio corrente, no qual se realizará a verificação (“reparos”) das assinaturas coletadas para a eventual convocação de referendos revocatórios, com base no Artigo LXXII da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

O Grupo de Amigos confia em que o processo, sob a alta responsabilidade do Conselho Nacional Eleitoral, será conduzido de forma transparente e em condições que assegurem a livre manifestação da vontade do povo venezuelano, ensejando que se promova efetivamente a reconciliação nacional.

O Grupo de Amigos reitera seu firme apoio à OEA e ao Centro Carter e incentiva sua participação como observadores, cujo trabalho será fundamental para a credibilidade do processo.

O Grupo de Amigos considera imperativo que, nesse momento decisivo da vida política da Venezuela, se mantenham moderação e prudência, evitando-se recurso à violência de qualquer espécie.

Brasília, 20 de maio de 2004

Comunicado à imprensa a respeito da violência na Faixa de Gaza (21.05.2004)

O Brasil expressa sua mais veemente condenação às ações perpetradas pelas Forças de Defesa de Israel em Rafah, na Faixa de Gaza, as quais, por meio da “Operação Arco-Íris”, resultaram na morte e em ferimentos de mais de 40 palestinos, inclusive crianças e manifestantes que protestavam de maneira pacífica. O Brasil condena, igualmente, a intenção manifesta do Governo israelense de dar continuidade às demolições de casas e à ofensiva contra os habitantes de Rafah. O Brasil exorta o Governo de Israel ao cumprimento da Resolução 1544 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pediu o fim imediato das agressões.

O Brasil conclama o Governo de Israel a cessar as hostilidades e a prosseguir com o plano de retirada de Gaza, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Mapa do Caminho para a Paz.

Comunicado à imprensa a respeito do Dia Internacional sobre a Diversidade Biológica (21.05.2004)

No dia 22 de maio celebra-se, de acordo com a Resolução 55/201 da Assembléia Geral das Nações Unidas, o Dia Internacional sobre a Diversidade Biológica. Esta data foi instituída com o intuito de aumentar a compreensão e a consciência sobre os temas relacionados à biodiversidade e com vistas a contribuir para a implementação dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

A CDB foi aberta para assinatura durante a Conferência para as Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, com os objetivos de conservar a diversidade biológica, promover o uso sustentável de seus componentes e fomentar a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. A Convenção entrou em vigor no dia 29 de dezembro de 1993 e, para o Brasil, passou a vigorar a partir de 28 de maio de 1994.

O Brasil confere grande importância ao tema da

diversidade biológica, já que possui a maior cobertura florestal tropical do mundo e a maior biodiversidade do planeta (cerca de 22% das espécies). Para ilustrar a magnitude da diversidade biológica brasileira, bastaria lembrar que só a Amazônia abriga, em seus 34 ecossistemas, cerca de um terço das florestas tropicais do mundo, um terço da biodiversidade global, bem como a maior bacia de água doce do planeta (63,7% da região amazônica estão em terras brasileiras). A biodiversidade é um recurso estratégico para o País.

O Itamaraty tem participado ativamente das reuniões no âmbito da CDB e organizado reuniões de coordenação com diferentes setores internos, de forma a identificar os interesses nacionais que definem a atuação do País na matéria.

O Brasil tem procurado contribuir para os debates que vêm ocorrendo no âmbito da CDB sobre temas como o acesso e a repartição de benefícios relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade; áreas protegidas; transferência de tecnologia; e diversidade biológica de florestas, montanhas, mares e costas e ecossistemas de águas interiores.

A Sétima Reunião da Conferência das Partes da Convenção foi realizada em fevereiro passado, em Kuala Lumpur (Malásia). Entre outros temas relevantes, as partes da CDB decidiram iniciar, no próximo ano, a negociação de regime internacional sobre repartição de benefícios advindos da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados. Espera-se que esse regime, uma vez concluído, possa auxiliar no combate à biopirataria e na proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades locais. Foram adotados, ainda, programas de trabalho sobre áreas protegidas e sobre transferência de tecnologia – temas caros aos países em desenvolvimento.

A cerimônia de comemoração do Dia Internacional sobre a Diversidade Biológica, no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente da República em exercício, José Alencar Gomes da Silva, evidenciou a

biodiversidade marinha, com a realização de exposição sobre o tema. Nesse contexto, foi lembrada a proposta do Brasil, em conjunto com a Argentina, de criação de santuário de baleias no Atlântico Sul, a ser reapresentada na 56ª Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB), na cidade de Sorrento, Itália, no próximo mês de julho. Ademais, está sendo enviada mensagem, assinada pelo Presidente Lula, a todos os Chefes de Estado e de Governo dos Países-Membros da CIB, solicitando apoio à referida proposta.

Comunicado à imprensa a respeito do Seminário Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia na área de Mudança do Clima (24.05.2004)

Na conclusão do Seminário Brasil-Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia na área de Mudança do Clima, realizado em São José dos Campos, Brasil, de 18 a 20 de maio de 2004, Brasil e Estados Unidos anunciaram a intenção de expandir e intensificar os esforços bilaterais existentes para a abordagem de questões de ciência e tecnologia relativas à mudança do clima em áreas de interesse mútuo, com o objetivo de produzir resultados positivos e equilibrados. Nesse sentido, o seminário foi o passo inicial para a identificação de projetos conjuntos de interesse mútuo.

No seminário, especialistas e funcionários governamentais dos dois países discutiram maneiras de aprimorar a cooperação científica e tecnológica em áreas tais como: ciência do clima e modelagem; energia e tecnologia; uso da terra, mudança de uso da terra, florestas e agricultura; inventários de emissões e modelagem; impactos, vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima. Áreas específicas de cooperação continuarão a ser consideradas.

O Brasil reiterou seu compromisso com o Protocolo de Quioto, com sua entrada em vigor e com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades das partes na abordagem da mudança do clima. Nesse contexto, o Brasil está disposto a explorar todas as possibilidades para lidar

com os desafios do desenvolvimento sustentável relacionados à mudança do clima.

Os Estados Unidos reafirmaram seu compromisso com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e com a cooperação com outros países em medidas práticas para lidar com a mudança do clima.

O Ministro Everton Vieira Vargas, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores, e o Doutor Harlan Watson, Negociador-Chefe sobre Mudança do Clima e Representante Especial do Departamento de Estado dos Estados Unidos, presidiram o seminário, que incluiu funcionários graduados e técnicos de ambos países.

Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (24.05.2004)

Por ocasião do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a China, a convite do Excelentíssimo Senhor Hu Jintao, Presidente da República Popular da China, o Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, realiza visita de Estado à República Popular da China, de 22 a 27 de maio de 2004. Acompanham sete Ministros, seis governadores, um senador e dez deputados, bem como missão empresarial composta por mais de 420 integrantes.

Durante a visita, o Presidente Hu Jintao e o Presidente Lula mantiveram conversações em clima de grande entendimento e amizade, durante as quais os dois altos dirigentes efetuaram proveitoso intercâmbio de visões sobre as relações bilaterais, bem como sobre questões internacionais e regionais de interesse mútuo. Foram assinados na ocasião numerosos documentos com vistas ao fortalecimento da cooperação. As duas partes coincidiram na avaliação de que a visita de Estado do Presidente Lula à República Popular da China vem alcançando resultados sumamente positivos, contribuindo para

impulsionar ainda mais o contínuo desenvolvimento da parceria estratégica entre os dois países.

As duas partes convieram em que, ao longo dos 30 anos desde o estabelecimento das relações diplomáticas e, sobretudo, com o surgimento da Parceria Estratégica Sino-Brasileira na década de 90 do século passado, as relações entre os dois países têm-se desenvolvido de forma altamente satisfatória, apresentando significativos frutos em todas as áreas. Para maior adensamento dessa parceria, ambos os lados coincidiram em que as relações entre os dois países se orientem pelos seguintes quatro princípios: 1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo.

As duas partes passaram em revista o andamento dos grandes projetos de cooperação entre os dois países nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica, social, cultural e outras, constatando as enormes potencialidades da cooperação sino-brasileira. Acordaram que, com base nos princípios acima, ambos os lados irão implementar os acordos de cooperação já firmados e ampliar consistentemente a cooperação bilateral para novas áreas, de forma a contribuir para o bem-estar dos dois povos.

As duas partes concordaram em estabelecer a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a fim de orientar e coordenar o desenvolvimento do relacionamento entre os dois países. Essa Comissão será co-presidida pelo Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice-Presidente brasileiro, e pela Excelentíssima Senhora Wu Yi, Vice-Primeira-Ministra chinesa. A forma de funcionamento da Comissão de Alto Nível será definida de comum acordo por meio dos canais diplomáticos dos dois lados.

Com relação aos usos pacíficos do espaço exterior, a parte brasileira congratulou a China pelo lançamento exitoso do seu primeiro vôo tripulado em órbita terrestre. Ambos os Chefes de Estado manifestaram sua satisfação com o bom andamento e êxito do Programa de Satélites de Recursos Terrestres Sino-Brasileiro – CBERS. A adoção de um quadro regulatório para dar sustentação à cooperação relacionada às aplicações de sensoriamento remoto ampliará ainda mais os feitos já alcançados e permitirá disponibilizar a terceiras partes os serviços gerados pelo Programa CBERS.

As duas partes registraram que as relações econômico-comerciais estão se desenvolvendo de forma cada vez mais estreita e que o volume de comércio bilateral tem-se expandido continuamente nos últimos anos. A parte brasileira tomou conhecimento dos importantes avanços na reforma do sistema econômico chinês e se comprometeu a examinar a questão do reconhecimento da China como um país de economia de mercado, com espírito construtivo. As duas partes reiteraram que vão se empenhar conjuntamente pelo aprimoramento qualitativo e pelo desenvolvimento estável a longo prazo da cooperação econômico-comercial bilateral.

As duas partes expressaram satisfação com os grandes projetos empresariais firmados ou anunciados durante a visita, envolvendo parcerias entre importantes empresas brasileiras e chinesas. As duas partes notaram com satisfação o bom êxito da missão empresarial brasileira, que levou mais de 420 empresários brasileiros à China. Deram as boas-vindas à constituição do Conselho Empresarial Brasil-China, que agrupa firmas brasileiras e chinesas de grande expressão.

A parte brasileira reafirmou sua posição sobre o princípio de “uma-só-China” e de ser o Governo da República Popular da China o único Governo legal da China, posicionamento esse que vem orientando a política externa brasileira nos últimos 30 anos. Nesse contexto, concordou com a postura chinesa de que Taiwan e Tibete são partes inseparáveis do território

chinês e manifestou seu repúdio a quaisquer ações e palavras unilaterais que visem a promover movimentos separatistas e a aumentar a tensão da situação no estreito de Taiwan e a conduzir à independência de Taiwan. A parte chinesa manifestou a sua apreciação pela posição brasileira nesse sentido.

As duas partes coincidiram na defesa da democratização das relações internacionais e de um sistema internacional multipolar como fatores fundamentais para enfrentar ameaças e desafios globais e regionais por meio da prevenção e da solução pacífica de controvérsias e com base no respeito à igualdade soberana e ao direito internacional.

As duas partes expressaram seu apoio à autoridade das Nações Unidas e ao seu papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, expressaram a necessidade de reforma das Nações Unidas, inclusive a do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais representativo e democrático, promovendo as reformas necessárias e adequadas naquele órgão, que dêem maior papel aos países em desenvolvimento. A parte chinesa atribuiu alta importância à influência e ao papel que o Brasil tem desempenhado nos assuntos regionais e internacionais e apoiou o Brasil, como o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, para desempenhar maior papel nas instituições multilaterais, como as Nações Unidas. A parte chinesa manifestou a disposição de fortalecer o intercâmbio e a cooperação com a parte brasileira nessa questão.

As duas partes repudiaram com firmeza o terrorismo em todas suas formas. A esse respeito, expressaram a convicção comum de que o combate ao terrorismo deve implicar medidas abrangentes de cooperação e tratar tanto do fenômeno como das suas raízes. Nesse sentido, as duas partes fizeram apelo à comunidade internacional para que se fortaleça a cooperação e se dê o papel dominante às Nações Unidas.

As duas partes consideraram que a questão do desenvolvimento se torna cada vez mais crucial em

âmbito global e defenderam o reforço da cooperação da comunidade internacional com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social e a erradicar fenômenos como pobreza, discriminação, desigualdade, entre outros. A parte chinesa expressou sua apreciação pelo empenho positivo do Presidente Lula no combate à pobreza. As duas partes convieram em reforçar o intercâmbio e a cooperação entre os dois Governos nesse campo com o fim de reduzir a pobreza em âmbito global.

As duas partes chamaram atenção para os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento diante da globalização econômica e reafirmaram a importância de se consolidar o sistema do comércio multilateral em bases equitativas. Consideraram que a nova rodada das negociações comerciais multilaterais desempenhará um papel importante na promoção do desenvolvimento global, sobretudo para os países em desenvolvimento, cujas preocupações devem ser pontos prioritários a serem resolvidos nas negociações. Sublinharam, nesse sentido, o papel central das negociações em agricultura e o papel construtivo desempenhado pelo G-20. As duas partes manifestaram sua disposição em continuar a fortalecer a coordenação entre si na Rodada de Doha e impulsionar as negociações com vistas a alcançar os resultados que reflitam interesses de todas as partes, em especial do mundo em desenvolvimento, para que ela se torne verdadeiramente uma Rodada do Desenvolvimento.

As duas partes coincidiram em reafirmar os princípios da universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos Direitos Humanos, conforme o estabelecido pela Declaração e Programa de Ação de Viena. Nesse contexto, salientaram a importância fundamental da plena realização do direito ao desenvolvimento e reiteraram que a promoção e a proteção dos direitos humanos devem corresponder aos propósitos e aos princípios da Carta das Nações Unidas. As duas partes manifestaram sua não conformidade com a politização da questão dos direitos humanos e com a adoção de critérios seletivos. Reiteraram também sua intenção de fortalecer o intercâmbio e a cooperação entre si no

campo dos direitos humanos. A parte chinesa expressou o agradecimento à parte brasileira pelo seu apoio na Comissão de Direitos Humanos em Genebra.

As duas partes consideraram que a união e a cooperação dos países em desenvolvimento nas respectivas regiões beneficiam a promoção da estabilidade e do desenvolvimento regional. A China expressou apreciação pela atuação positiva do Brasil no campo da integração regional, e o Brasil elogiou o processo de modernização da China como importante fator de promoção à segurança, à estabilidade, ao desenvolvimento e à cooperação na Ásia.

As duas partes consideraram que a Parceria Estratégica Sino-Brasileira é parte importante do relacionamento entre a China e a América Latina e da cooperação transregional entre a Ásia e a América Latina. Concordaram em que os dois países vão continuar a se empenhar pelo contínuo desenvolvimento das relações entre a China e a América Latina e entre a Ásia e a América Latina. A parte brasileira incentivou a China a continuar buscando cooperação de benefício recíproco com os países e as organizações regionais da América Latina e manifestou apoio a que a China se torne observador da OEA e membro do BID. A China, de seu lado, expressou apoio a que o Brasil tenha maior participação no processo do desenvolvimento da Ásia e a se tornar membro do Banco do Desenvolvimento da Ásia.

As duas partes sublinharam a existência da forte complementaridade econômica entre o MERCOSUL e a China e as amplas perspectivas do desenvolvimento da cooperação econômico-comercial. Frisaram, assim, a necessidade de aperfeiçoar o mecanismo de diálogo entre o MERCOSUL e a China, bem como de realizar consultas profundas sobre o livre-comércio e demais temas de interesse mútuo.

O Presidente Lula agradeceu a calorosa acolhida e a grande hospitalidade recebidas durante a visita à China e convidou o Presidente Hu Jintao para visitar o Brasil em data oportuna. O Presidente Hu Jintao aceitou o convite com satisfação.

Comunicado à imprensa a respeito de Resolução da Liga Árabe sobre a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes (24.05.2004)

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da resolução de apoio dos Chefes de Estado dos Países-Membros da Liga Árabe à proposta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de realizar, no Brasil, Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes.

A resolução foi adotada durante a Reunião de Cúpula da Liga Árabe, realizada em Túnis, nos dias 22 e 23 de maio corrente.

Na ocasião, os Chefes de Estado ressaltaram o objetivo da iniciativa brasileira no sentido de reforçar ainda mais as relações entre as duas regiões nos planos político, econômico e social.

Comunicado à imprensa a respeito das inundações no Haiti e na República Dominicana (28.05.2004)

O Brasil expressa sua grande consternação pelos danos e perdas de vidas decorrentes das inundações do Rio Silié/Blanco, na região de Jimaní, fronteira entre Haiti e República Dominicana, e manifesta sua solidariedade aos Governos e povos dos dois países e suas sinceras condolências aos familiares das vítimas.

O Governo brasileiro está identificando meios de prestar colaboração às populações atingidas.

Comunicado à imprensa a respeito do Imposto de Equalização do Estado da Flórida sobre o Suco de Laranja (28.05.2004)

Como resultado de painel estabelecido por solicitação do Governo brasileiro, em 16 de agosto de 2002, contra os Estados Unidos da América, na Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre a cobrança discriminatória, pelo Estado da Flórida, de imposto de equalização (*Equalizing Excise Tax – EET*) no processamento de produtos cítricos importados, representantes dos dois países estarão apresentando ao Órgão de Solução de Controvérsias,

no mais breve prazo possível, notificação conjunta anunciando terem as Partes do contencioso alcançado solução mutuamente satisfatória.

Tal solução só foi possível após ter o Governador da Flórida, em 12 de maio corrente, aprovado emenda à seção 601.155 dos estatutos da Flórida, que regulamenta a incidência da EET. Com a emenda aprovada, os processadores de produtos cítricos importados não estarão obrigados a pagar até dois terços da EET, proporção que era tradicionalmente destinada a campanhas publicitárias e outros métodos de promoção exclusiva do suco de laranja da Flórida, em detrimento do produto similar importado. Ainda de acordo com a nova redação dos estatutos, os processadores poderão também objetar que o terço restante de seu pagamento da EET seja dirigido a atividades de publicidade, relações públicas ou marketing pelo Departamento de Cítricos da Flórida (*Florida Department of Citrus – FDOC*). Nesse caso, os recursos auferidos com o pagamento da EET apenas poderão vincular-se a ações relativas à manutenção e administração do FDOC e à elaboração de pesquisas e estudos.

O Governo brasileiro vê com grande satisfação o desfecho desse contencioso, que evita a continuidade dos procedimentos de composição do painel solicitado pelo Brasil em 16 de agosto de 2002. O resultado hoje anunciado, satisfatório para as duas partes, apenas foi possível em razão do espírito construtivo e dos esforços de cooperação desenvolvidos pelos dois Governos ao longo das consultas.

Também foi essencial, nesse esforço, a estreita coordenação mantida entre o Governo e a indústria brasileira de suco de laranja, mais especificamente a ABECITRUS, cujo apoio, firme e permanente, foi essencial para o êxito da ação na OMC.

Comunicado de Imprensa do G-20 (Genebra, 28.05.2004)

O G-20 circulou no dia de hoje uma proposta de marco sobre acesso a mercados em agricultura. Os elementos dessa proposta devem ser entendidos no

sentido de contribuição para o exercício negociador de um acordo-quadro em agricultura, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A proposta engloba todos os temas relacionados ao pilar de acesso a mercados. Os principais conceitos são: cortes mais profundos nas tarifas mais altas, flexibilidade para o tratamento de sensibilidades dos membros da OMC em alguns produtos e um resultado justo e equilibrado entre os membros desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo tratamento especial e diferenciado efetivo para países em desenvolvimento.

Embora os três pilares sejam igualmente importantes, o de acesso a mercados sempre foi considerado a área mais controvertida das negociações. O G-20 elaborou um papel de crítica à fórmula mista (*blended formula*), em 7 de maio de 2004, na medida em que não atendia ao Mandato de Doha, que determina melhoria substancial no acesso a mercados, além de ser injusta em sua aplicação para países em desenvolvimento. Em seguida, à margem da Reunião Ministerial da OCDE, em Paris, no dia 14 de maio de 2004, o G-20, pela primeira vez, recebeu indicação de que outros Membros estariam dispostos a engajar-se na busca de alternativas. O G-20 aceitou o desafio de apresentar um enfoque alternativo e, apesar da escasso tempo disponível, elaborou uma proposta negociadora. O G-20 é um grupo negociador que concilia a posição de membros com interesses variados. Na elaboração da nova proposta, todos os integrantes do G-20 demonstraram flexibilidade para acomodar os respectivos interesses.

Os elementos contidos na proposta do G-20 sobre acesso a mercados apresentam a necessária especificidade e têm por objetivo o progresso das negociações agrícolas, de maneira equilibrada, em linha com o Mandato de Doha e sem prejudicar posições em nenhum tema.

Com espírito construtivo, o G-20 procurou acomodar as distintas preocupações expressas pelos mais variados agrupamentos de membros nas

discussões sobre acesso a mercados, com vistas a apresentar uma base negociadora comum e inclusiva, para permitir o desenvolvimento dos trabalhos. O G-20 está comprometido a manter diálogo com outros membros para garantir um resultado equilibrado nas negociações de acesso a mercados, em linha com o Mandato de Doha.

Os integrantes do G-20 reafirmam seu compromisso com o Mandato de Doha e com a obtenção de um acordo-quadro até meados de julho de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro Celso Amorim à Guiana (01.06.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará Georgetown, na Guiana, nos dias 2 e 3 de junho de 2004. A visita é parte da política de integração com os países da América do Sul, conforme prioridade atribuída à região pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na política externa de seu Governo.

Durante a visita, o Ministro Celso Amorim, juntamente com o Chanceler da Guiana, Samuel Rudolph Insanally, presidirão a primeira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. O Chanceler brasileiro será recebido em audiência pelo Presidente Bharrat Jagdeo, a quem entregará mensagem do Presidente Lula.

No Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais serão avaliadas e propostas ações de interesse dos dois países, tanto no âmbito bilateral como nos planos regional e mundial. Da agenda da reunião constam os seguintes assuntos: infra-estrutura física entre os dois países, cooperação técnica nas áreas agrícola, educacional e de saúde, cooperação fronteiriça e comércio bilateral, além de temas relacionados à conjuntura regional e às negociações comerciais multilaterais.

Espera-se que as relações bilaterais ganhem impulso com a regularização do transporte rodoviário entre os dois países. A principal alternativa de interconexão física com a Guiana é a rodovia Boa

Vista-Georgetown, cuja conclusão depende da pavimentação de trechos de estrada em território guianense. O trecho brasileiro dessa rodovia, a BR-401, localizada entre Boa Vista e Bonfim, na fronteira com a Guiana, está quase totalmente asfaltado. Os Estados do Amazonas, Amapá e Roraima atribuem prioridade à conclusão da rodovia, o que poderá incrementar o comércio bilateral. Outro importante fator de integração física são as obras de construção da Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, ligando as cidades fronteiriças de Bonfim, em Roraima, e Lethem, em território guianense.

Nos dia 3 de junho, o Ministro Celso Amorim participará, como convidado, da reunião do G-90, grupo formado durante a V Conferência Ministerial da OMC, em Cancún (setembro de 2003), que inclui membros da União Africana, Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) e países ACP (África, Caribe e Pacífico). Na qualidade de coordenador do G-20, o Ministro Celso Amorim apresentará a posição desse grupo sobre as negociações em curso na OMC. Enfatizará a importância de uma convergência crescente entre países em desenvolvimento, do G-20 e do G-90. Sublinhará o papel central da agricultura – acesso ao mercado agrícola de países desenvolvidos e eliminação de subsídios à produção e à exportação – na ampliação da participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional e, por conseguinte, na promoção do crescimento e na redução da pobreza.

Comunicado do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela (01.06.2004)

O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, México e Portugal, acompanhou, com atenção, o processo de verificação (“reparos”) das assinaturas coletadas para a eventual convocação de referendos revocatórios,

com base no Artigo LXXII da Constituição da República Bolivariana da Venezuela.

O Grupo de Amigos registra, com satisfação, que o período de reparos, realizado de 21 a 31 de maio corrente, decorreu conforme previsto, constituindo etapa importante na busca de uma solução pacífica, democrática, constitucional e eleitoral para a situação política na Venezuela.

O Grupo de Amigos confia em que, conduzido de forma transparente, sob a alta responsabilidade do Conselho Nacional Eleitoral, o processo de reparos terá seus resultados divulgados a curto prazo.

O Grupo de Amigos reconhece que, para a credibilidade do processo, muito contribui o trabalho realizado pelos observadores internacionais, sob a condução da OEA e do Centro Carter.

Brasília, 1º de junho de 2004.

Comunicado à imprensa a respeito de *workshop* MRE-UNODC sobre as Convenções das Nações Unidas contra o Crime Organizado, a Corrupção e o Terrorismo (03.06.2004)

Será realizado amanhã, 4 de junho, às 9h30, no auditório do Palácio do Itamaraty, *workshop* sobre as Convenções das Nações Unidas contra o Crime Organizado, a Corrupção e o Terrorismo, fruto de iniciativa conjunta do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (*United Nations Office on Drugs and Crime* – UNODC) e do Ministério das Relações Exteriores, com apoio de outros órgãos do Governo Federal.

O evento consistirá na apresentação, seguida de debates, de módulos que tratarão dos esforços da comunidade internacional com vistas a implementar os compromissos assumidos no âmbito da Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional (conhecida como Convenção de Palermo) e de seus Protocolos, celebrados em 15 de novembro de 2000; da Convenção da ONU contra a Corrupção, assinada em Mérida, em 9 de dezembro de 2003; e dos 12 instrumentos universais antiterrorismo.

A Convenção de Palermo entrou em vigor, no plano internacional, em 29 de setembro de 2003, e visa, *inter alia*, a incrementar a cooperação jurídica entre os Estados para prevenir e reprimir o crime organizado transnacional em todas as suas vertentes. O Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Seres Humanos, Especialmente Mulheres e Crianças, entrou em vigor em 25 de dezembro de 2003, e o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar, em 24 de janeiro de 2004. O Protocolo contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munição e Componentes ainda não entrou em vigor. O Brasil depositou, na sede da ONU, em Nova York, em 29 de janeiro último, os instrumentos de ratificação da Convenção e de seus dois protocolos em vigor. Está programada para o final deste mês a I Conferência das Partes da Convenção de Palermo, a realizar-se em Viena.

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção estabelece princípios de grande relevância, como a repatriação integral de produtos de corrupção para os Estados que foram lesados por esse crime, e o enriquecimento ilícito como crime internacionalmente reconhecido. Deverá entrar em vigor proximamente, quando se atingir o número mínimo de ratificações. O texto encontra-se, no momento, sob a apreciação do Congresso Nacional.

Serão também abordadas, durante o *workshop*, questões sobre os 12 acordos internacionais negociados sob os auspícios das Nações Unidas, voltados para o combate ao terrorismo. O Governo brasileiro ratificou nove acordos; três se encontram em tramitação no Congresso Nacional, relativos à navegação marítima/plataformas fixas e à supressão do financiamento do terrorismo.

O *workshop* a realizar-se no Itamaraty reflete compromisso do Governo brasileiro e do UNODC de estimular o debate sobre o combate aos ilícitos transnacionais.

Comunicado à imprensa a respeito da participação do Ministro Celso Amorim na 34ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (05.06.2004)

O Ministro Celso Amorim chefiará a Delegação do Brasil à 34ª Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que se realizará em Quito, Equador, de 6 a 8 de junho. Na ocasião, o Ministro Amorim deverá manter, também, encontros com autoridades presentes ao evento.

O tema da 34ª Assembléia Geral da OEA será “O Desenvolvimento Social e a Democracia diante da incidência da corrupção”. Deverá ser adotada, ao final da reunião, a “Declaração de Quito”, na qual os representantes dos países do continente salientarão, entre outros pontos, que a corrupção constitui obstáculo ao desenvolvimento, à governabilidade e à democracia.

O Brasil apresentará projetos de resoluções sobre prevenção do racismo, sobre enfrentamento da pobreza extrema, desigualdade e exclusão social e sobre reuniões ministeriais e de altas autoridades na área de ciência e tecnologia.

Durante a Assembléia Geral será considerada, também, ampla gama de assuntos, como direitos humanos, segurança hemisférica, terrorismo, cooperação e democracia.

Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do ex-Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan – Mensagens de condolências do Governo brasileiro (08.06.2004)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, dirigiram, em 7 de junho corrente, as seguintes mensagens de condolências pelo falecimento do ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan:

“Excelentíssimo Senhor
George W. Bush
Presidente dos Estados Unidos da América

Consternado pela notícia do falecimento do ex-Presidente Ronald Reagan, desejo expressar aos familiares e à nação norte-americana as condolências do Governo e do povo brasileiro neste momento de tristeza.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil”
“Excelentíssimo Senhor Colin Powell
Secretário de Estado

Entristecido pelo falecimento do ex-Presidente Ronald Reagan, expresso a Vossa Excelência, e peço sejam transmitidas aos familiares, condolências pela perda e solidariedade neste momento de consternação.

Samuel Pinheiro Guimarães
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores”

Comunicado à imprensa a respeito de Reunião Ministerial do G-20 (11.06.2004)

Em cumprimento à decisão da reunião ministerial de Brasília (11-12 de dezembro de 2003), o G-20 voltará a se reunir no nível ministerial em São Paulo, amanhã, dia 12 de junho. A reunião será precedida de encontro de altos funcionários dos países integrantes do Grupo. Criado em 20 de agosto de 2003, às vésperas da V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-20 congrega e coordena países em desenvolvimento com especial interesse em agricultura com vistas a dar pleno cumprimento ao mandato negociador estabelecido pela Conferência Ministerial de Doha.

A reunião terá por objetivo avaliar o estado atual das negociações na Rodada de Doha e discutir as suas próximas etapas. Os Ministros passarão em revista o trabalho desenvolvido pelo Grupo e adotarão recomendações que pautarão a atuação do G-20 na fase atual de negociação de um acordo quadro para as negociações agrícolas.

Participarão da reunião ministerial do G-20, na

qualidade de convidados especiais o Ministro do Comércio Exterior e Cooperação Internacional da Guiana, Clement Rohee, o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, Dr. Supachai Panitchpakdi, e o Presidente do Comitê de Negociações Agrícolas da OMC, Embaixador Tim Groser, da Nova Zelândia.

Na ocasião, o G-20 manterá também um diálogo com um grupo representativo de ONGs.

Comunicado à imprensa a respeito das negociações do Acordo de Associação Inter-Regional MERCOSUL-UE (12.06.2004)

Por ocasião da II Reunião de Negociadores Econômico-Comerciais em Nível Ministerial, realizada em Bruxelas em 12 de novembro de 2003, o MERCOSUL e a União Européia acordaram intensificar as negociações do Acordo de Associação Inter-Regional, com vistas a sua conclusão até outubro do corrente ano. Desde então, realizaram-se quatro reuniões do Comitê de Negociações Birregionais. Produziu-se também o intercâmbio de ofertas melhoradas de acesso a mercados nas áreas de bens – inclusive agrícolas –, serviços e investimentos.

Os Ministros voltaram a se reunir em 27 de maio, à margem da Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, em Guadalajara, ocasião em que ratificaram a meta de conclusão das negociações em outubro próximo, esclarecidos o conteúdo das respectivas ofertas e os limites das posições negociadoras. Ambas as partes reconheceram que as ofertas apresentadas constituíam boa base para a continuidade das negociações, comprometendo-se a proceder a melhorias adicionais das respectivas ofertas.

Por ocasião da XI UNCTAD, em São Paulo, os Ministros voltarão a avaliar o curso das negociações, inclusive à luz dos resultados da última sessão do Comitê de Negociações Birregionais, realizada em Buenos Aires, na semana passada.

Comunicado Ministerial do G-20 (12.06.2004)

Os Ministros do G-20 reuniram-se em São Paulo

no dia 12 de junho, por ocasião da XI UNCTAD. Participaram da reunião as delegações dos seguintes países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tanzânia, Tailândia, Venezuela e Zimbábue.

O Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Dr. Supachai Panitchpakdi, e o Embaixador Tim Groser, Presidente da Sessão Especial do Comitê de Agricultura, participaram do encontro na qualidade de convidados especiais. Os Ministros interagiram também com o Ministro da Cooperação e do Comércio da Guiana, e coordenador do G-90, Clement Rohee, que retribuiu a participação do Ministro Amorim na Conferência Ministerial de Georgetown do G-90, realizada no dia 3 de junho de 2004. Naquela ocasião, recordando os interesses comuns dos dois grupos, o Ministro Amorim conclamou o G-90 a cooperar estreitamente e a agir em conjunto com o G-20 com vistas a traduzir em realidade a Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

O encontro teve lugar em um momento crucial da Rodada de Doha, na medida em que os membros da OMC buscam alcançar acordo em torno de um acordo-quadro para as negociações agrícolas no final de julho.

Os Ministros avaliaram o estado atual das discussões da Rodada de Doha, com ênfase especial na agricultura, e consideraram os próximos passos na negociação. Os Ministros reiteraram a manutenção do nível de ambição do mandato de Doha, que permanece como princípio orientador das negociações. Neste contexto, qualquer acordo-quadro deve ser totalmente consistente com o mandato de Doha e levar ao estabelecimento de modalidades capazes de assegurar reduções substanciais no apoio interno distorcivo ao comércio, incremento substancial no acesso a mercados, eliminação progressiva de todas as formas de subsídios à exportação e tratamento especial e diferenciado operacional que leve em conta a segurança alimentar e de meios de vida e as

necessidades de desenvolvimento rural.

Os Ministros recordaram que, desde Cancún, o G-20 tem desenvolvido intenso trabalho nos três pilares das negociações agrícolas. Consultas foram também mantidas com um grande número de grupos na OMC e com membros individuais. Os Ministros saudaram o fato de que o engajamento construtivo do G-20 contribuiu para gerar maior convergência nas negociações, nas últimas semanas.

Os Ministros reiteraram a importância que atribuem à OMC e ao sistema multilateral de comércio embasado em regras. As negociações agrícolas são centrais para fazer avançar a Rodada de Doha a uma conclusão tempestiva e exitosa. O comércio em produtos agrícolas continua a ser dificultado por toda sorte de barreiras e distorções. A verdadeira liberalização no comércio agrícola deve necessariamente incluir reformas que tratem destas barreiras e distorções. Esta seria uma grande contribuição para os objetivos de desenvolvimento da Rodada.

Os Ministros recordaram que os interesses e preocupações dos países em desenvolvimento são de importância primordial na Agenda para o Desenvolvimento de Doha e nas negociações como um todo. Tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento deve estar integralmente refletido no resultado das negociações. As preocupações dos países de menor desenvolvimento relativo, economias pequenas e vulneráveis, países em desenvolvimento importadores líquidos de alimentos e membros que recentemente acederam à OMC devem ser tratadas efetivamente. O tema da erosão das preferências deve também ser objeto de atenção nas negociações.

Os Ministros saudaram o progresso nas negociações para a fixação de uma data final crível para a eliminação progressiva de todas as formas de subsídio às exportações, tal como determinado no mandato de Doha. Com vistas a alcançar este resultado, uma definição precisa, efetiva e operacional com respeito ao calendário e disciplinas se faz necessária, de modo a assegurar que eliminemos subsídios diretos à exportação,

bem como todas as outras formas de subsídios contidos em créditos à exportação, operações de ajuda alimentar e atividades das empresas estatais exportadoras.

Os Ministros enfatizaram que um número importante de temas sensíveis ainda está por ser tratado com respeito ao apoio interno. Com vistas ao cumprimento do mandato de Doha neste pilar, reduções substanciais de apoio, disciplinas mais rígidas e monitoramento efetivo são essenciais. Para alcançar redução substancial dos subsídios internos, deve haver cortes profundos no total global do apoio distorcivo ao comércio, o que requer, entre outros pontos, clareza a respeito do ponto de partida para os compromissos de redução na caixa azul. Disciplinas aprimoradas em apoio interno distorcivo são requeridas para evitar que o apoio migre entre produtos e entre caixas. A importância de serem aceitas disciplinas específicas por produto nas caixas amarela e azul foi enfatizada. Mecanismos de monitoramento aperfeiçoados são essenciais para propiciar confiança de que os compromissos dos membros serão cumpridos.

No que diz respeito à caixa verde, os Ministros enfatizaram a importância de garantir sua natureza não-distorciva, e, portanto, a necessidade de esclarecer seus critérios, ao mesmo tempo em que se assegure que sua utilização se dê de modo transparente e com atribuição de responsabilidade.

Os Ministros notaram que os membros do G-20 refletem uma gama de interesses diferentes. Embasado nos princípios da transparência e da inclusão, o Grupo tem tido êxito em seus esforços para levar em conta em suas propostas as preocupações dos outros membros que não fazem parte do Grupo, especialmente de outros países em desenvolvimento e de países de menor desenvolvimento relativo. Em decorrência, depois de consultas abrangentes com outros grupos e intenso trabalho técnico, em 28 de maio, o G-20 circulou uma proposta com os principais elementos de acesso a mercados para um acordo-quadro. Tal proposta identifica os elementos de uma possível fórmula de

redução tarifária, assim como todos os outros temas relacionados a acesso a mercados, incluindo dispositivos efetivos de tratamento especial e diferenciado, tais como um mecanismo especial de salvaguarda e produtos especiais para países em desenvolvimento, como um passo necessário para o estabelecimento de um acordo-quadro.

Os Ministros saudaram o fato de que o documento do G-20 gerou renovadas discussões substantivas sobre o pilar de acesso a mercados e permitiu um melhor entendimento sobre as posições de cada membro e sobre os assuntos concretos que necessitam ser resolvidos.

Os Ministros reafirmaram sua solidariedade com os países da África Central e Ocidental produtores de algodão e clamaram por uma solução, com urgência, para o problema do algodão, em benefício dos países em desenvolvimento produtores.

Os Ministros ressaltaram a importância de que, no curso das negociações, seja tratado o tema do fortalecimento das disciplinas sobre proibições à exportação e restrições à exportação, objeto do Artigo XII do Acordo Agrícola.

Os Ministros lembraram seu comprometimento com as negociações e manifestaram disposição de continuar a contribuir para a Rodada de Doha. Eles também enfatizaram que uma conclusão exitosa das negociações é uma responsabilidade comum de todos os membros da OMC, mas notaram a responsabilidade especial daqueles que mantêm as principais distorções no comércio agrícola.

16. Ao se reunir na véspera da inauguração da XI UNCTAD, os Ministros tomaram nota, com satisfação, que, após 40 anos, o mandato da UNCTAD mantém-se válido, e enfatizaram que ela deveria continuar a contribuir para um melhor entendimento dos temas na área de comércio e desenvolvimento e para a construção do consenso em torno de possíveis soluções para essas questões.

Os Ministros expressaram sua crença compartilhada de que a intensificação do comércio Sul-Sul deveria receber consideração prioritária por

todos os membros do grupo. Fluxos aumentados de comércio entre os países em desenvolvimento constituiriam uma contribuição importante para melhorar sua integração ao comércio internacional como um todo. Nesse contexto, enfatizaram a importância do lançamento de uma terceira rodada de negociações no âmbito do Sistema Global de Preferências Comerciais, entre países em desenvolvimento, durante a XI UNCTAD. Eles também lembraram a idéia lançada pelo Presidente Lula sobre o estabelecimento de uma possível área de livre-comércio entre os membros do G-20.

Os Ministros concordaram em encontrar-se sempre que necessário para considerar o progresso nas negociações agrícolas e comprometeram-se a manter um alto nível de coordenação nas posições do G-20, bem como um diálogo constante com outros membros e grupos interessados, de modo a assegurar um resultado positivo nas negociações.

São Paulo, 12 de junho de 2004

Comunicado à imprensa a respeito da visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino da Tailândia, Thaksin Shinawatra (15.06.2004)

O Primeiro-Ministro do Reino da Tailândia, Doutor Thaksin Shinawatra, visitará oficialmente o Brasil, de 15 a 16 de junho de 2004, em seguida à sua participação no encontro de cúpula da XI Sessão da UNCTAD, no dia 14, em São Paulo. O Primeiro-Ministro tailandês está acompanhado de numerosa comitiva, que inclui o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro do Turismo e dos Esportes, o Ministro da Energia e o Representante de Comércio.

Na manhã do dia 16, o Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra será recebido pelo Senhor Presidente da República, no Palácio do Planalto. O encontro entre os dois mandatários será seguido de reunião ampliada, com toda a comitiva tailandesa e seus homólogos brasileiros.

Serão assinados três atos: Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Comissão

Mista de Cooperação Bilateral, Acordo sobre Assuntos Sanitários e Fitossanitários e Acordo de Cooperação em Esportes. Será assinado, ademais, Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o *Export Import Bank of Thailand*.

Dentre os temas da agenda bilateral, destaca-se o diálogo sobre as possibilidades de cooperação na área da produção de etanol, incluindo o estudo da viabilidade de exportação do produto para terceiros países.

Trata-se da primeira visita de caráter oficial de um Primeiro-Ministro tailandês ao Brasil. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia têm-se desenvolvido por mais de quarenta anos em clima de grande cordialidade. Nota-se atualmente a intensificação das visitas de alto nível e a ampliação, quantitativa e qualitativa, do comércio bilateral, com um volume de intercâmbio próximo a US\$ 700 milhões em 2003, com exportações brasileiras de alto valor agregado (por exemplo, aviões).

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Ovídio Pequeno (15.06.2004)

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Embaixador Ovídio Pequeno, encontra-se em visita de trabalho a Brasília.

Na tarde de hoje, dia 15, em audiência com o Senhor Presidente da República, entregará convite oficial para participar da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a celebrar-se em São Tomé nos dias 26 e 27 de julho, oportunidade em que o Brasil passará a São Tomé e Príncipe a Presidência da CPLP.

O Ministro Ovídio Pequeno será homenageado com um almoço de trabalho no Palácio Itamaraty.

Comunicado Conjunto da República Federativa do Brasil e do Reino da Tailândia (16.06.2004)

A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio

Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Doutor Thaksin Shinawatra, Primeiro-Ministro do Reino da Tailândia, realizou visita oficial ao Brasil nos dias 15 e 16 de junho de 2004.

Durante a visita, o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Shinawatra mantiveram conversações em clima de entendimento mútuo e amizade. Intercambiaram visões sobre questões internacionais e regionais de interesse mútuo, bem como sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Tailândia. Foram assinados quatro Memorandos de Entendimento (MDE) e Acordos visando ao fortalecimento da cooperação entre os dois países, a saber:

A) Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Bilateral;

B) Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Tailândia sobre a Cooperação Técnica relativa a Medidas Sanitárias e Fitossanitárias;

C) Acordo sobre a Cooperação Desportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia; e

D) Memorando de Entendimento entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o *Export-Import Bank* da Tailândia.

As duas partes também manifestaram sua disposição de concluir em breve o MDE sobre a cooperação agrícola.

Ao destacarem que as relações bilaterais fortaleceram-se significativamente, as duas partes concordaram em definir as bases de uma cooperação estratégica de longo prazo. As duas partes acolheram com grata satisfação a criação de uma Comissão Mista Brasil-Tailândia. Essa Comissão, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, reunir-se-á alternadamente no Brasil e na Tailândia.

As duas partes notaram com satisfação o aumento significativo registrado no comércio bilateral nos

últimos dois anos. Salientaram a importância de expandir o comércio bilateral e concordaram em estimular o intercâmbio empresarial mediante a implementação de medidas como a criação de câmaras de comércio bilaterais em ambos os países.

Ao reconhecerem a importância do desenvolvimento da energia renovável, principalmente no campo dos biocombustíveis, os dois países manifestaram sua disposição de estimular estreita cooperação na área do etanol (álcool anidro) e das tecnologias conexas. Já foi comprovado que o etanol constitui uma das mais importantes fontes alternativas de combustível, mais barata, ecologicamente mais adequada e menos dependente dos combustíveis fósseis. Nesse sentido, o Primeiro-Ministro da Tailândia comunicou ao Presidente do Brasil o desejo da Tailândia de obter maiores informações sobre a experiência do Brasil nessa área e propôs a criação de um foro para o intercâmbio de *know-how* tecnológico, a fim de que possam ser trocadas idéias e conhecimento humano, assim como conscientizada a população tailandesa quanto aos benefícios do etanol. Informou, também, que foram identificados, junto à iniciativa privada brasileira, projetos específicos para desenvolvimento futuro, como, por exemplo, a organização de conferência técnica conjunta visando à disseminação do etanol na Ásia, a qual incluiria análise das oportunidades de desenvolvimento de mercado nas duas regiões.

As duas partes citaram a ciência e a tecnologia como campos promissores e estimularam o diálogo, particularmente no domínio da Pesquisa e Desenvolvimento, acerca das questões prioritárias dos mais diversos setores. Os dois países concordaram em revitalizar o Acordo sobre Ciência e Tecnologia, assinado em 1984. Encorajaram, também, a cooperação no campo da energia nuclear para fins pacíficos.

As duas partes expressaram mútuo interesse no fortalecimento da cooperação nas áreas da tecnologia da informação e da tecnologia digital. Concordaram, portanto, em promover o intercâmbio de informações

entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério da Tecnologia da Informação e das Comunicações da Tailândia.

As duas partes registraram satisfação com os constantes contatos entre as Forças Armadas de ambos os países, mediante intercâmbio de visitas entre as suas respectivas autoridades militares.

As duas partes destacaram que a educação constitui área importante para a promoção de contatos e entendimento mútuo entre os povos dos dois países. As duas partes expressaram a expectativa de negociação, em breve, do MDE sobre a Educação e manifestaram seu apoio a modalidades de intercâmbio mútuo, como os programas de treinamento, de bolsas e de um projeto de escolas irmãs. As duas partes também registraram seu apoio à criação de um centro de Estudos Latino-Americanos na Tailândia.

As duas partes concordaram em avançar a cooperação na área desportiva, principalmente aquela ligada ao futebol, com o intercâmbio de pessoal qualificado, objetivando promover o aprimoramento de técnicas e conhecimento, bem como da educação física.

O Presidente Lula elogiou o Primeiro-Ministro Shinawatra pela iniciativa tailandesa de organizar a XV Conferência Internacional sobre AIDS, em Bangkok, entre os dias 11 e 16 de julho de 2004. As duas partes concordaram em fortalecer a cooperação na área da saúde pública, particularmente nas áreas do controle da AIDS e da produção de medicamentos genéricos contra a AIDS.

As duas partes manifestaram seu apoio à revitalização e ao processo de reforma do sistema das Nações Unidas, destacando o valioso trabalho realizado nesse sentido pelo Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança. Os dois países enaltecem as contribuições prestadas pelo Presidente do Painel, o ex-Primeiro-Ministro da Tailândia Anand Panyarachoon, e pelo Embaixador brasileiro João Clemente Baena Soares. As duas partes expressaram forte expectativa de que a

composição do Conselho de Segurança venha a refletir, em sua estrutura global, melhor e mais equitativa distribuição geográfica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de fortalecer sua legitimidade e eficácia.

Os dois países repudiaram o terrorismo nas suas diversas manifestações e ressaltaram a importância da cooperação multilateral no combate a essa terrível ameaça. As duas partes reafirmaram o papel central das Nações Unidas, em coordenação com outros órgãos que atuam neste sentido a nível global, regional e sub-regional.

O Presidente Lula elogiou o Primeiro-Ministro Shinawatra pelos esforços positivos da Tailândia no sentido de apoiar ativamente a reconciliação nacional e a democracia em Myanmar.

À luz das contribuições do Brasil e da Tailândia à missão de paz das Nações Unidas no Timor Leste, os dois mandatários expressaram sua satisfação com a decisão do Conselho de Segurança de prorrogar a presença da Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor Leste (UNIMISSET), com o objetivo de assegurar maior cooperação no fortalecimento das instituições timorenses.

As duas partes mostraram-se fortemente esperançosas de que a Rodada de Doha da OMC produzirá acordos que reduzirão substancialmente as assimetrias entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, particularmente no comércio de produtos agrícolas. Os dois países sublinharam o papel fundamental das questões agrícolas para o êxito da Rodada de Doha, assim como o papel relevante desempenhado pelo G-20 em tal contexto, conforme expresso na declaração divulgada em São Paulo, em 12 de junho de 2004. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Shinawatra concordaram em manter estreita cooperação no âmbito do G-20, visando a assegurar que a Rodada de Doha venha a produzir resultados positivos.

Os dois mandatários manifestaram sua satisfação com a crescente consolidação do Foro de Cooperação da América Latina-Ásia do Leste

(FOCALAL) como instrumento importante no aprofundamento das relações entre a América Latina e Ásia do Leste. O Primeiro-Ministro Shinawatra elogiou o Presidente Lula pela decisão de o Brasil haver aceitado a coordenação da parte latino-americana no biênio 2004-2005, e manifestou seu apoio ao fortalecimento daquele Foro.

Os dois mandatários trocaram visões e experiências sobre seu firme compromisso com o combate à pobreza. O Primeiro-Ministro Shinawatra elogiou o Presidente Lula pela iniciativa do Programa Fome Zero, cujo objetivo é combater a fome e a pobreza, bem como significativamente melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres e menos favorecidos da população brasileira. Nesse sentido, o Presidente Lula ressaltou a importância da reunião de alto nível, a ser realizada em Nova York em 20 de setembro, sobre o combate à fome e pobreza no mundo.

Na ocasião da transferência da Presidência da UNCTAD pela Tailândia ao Brasil, o Presidente Lula congratulou o Primeiro-Ministro Shinawatra pelos resultados alcançados durante a Presidência tailandesa da Conferência, de 2000 a 2004. O Primeiro-Ministro Shinawatra expressou seu agradecimento e desejou sucesso à Presidência brasileira nos próximos quatro anos.

O Primeiro-Ministro Shinawatra expressou seu profundo agradecimento ao Presidente Lula e a seu Governo pela recepção calorosa e a hospitalidade cordial durante sua visita ao Brasil.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República da Namíbia, Doutor Sam Nujoma, ao Brasil (18.06.2004)

O Presidente da República da Namíbia, Doutor Sam Nujoma, fará visita de trabalho ao Brasil, de 20 a 22 de junho de 2004, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em atenção a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, formulado por ocasião da visita a Windhoek, em novembro de 2003.

O Presidente Nujoma estará acompanhado do

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Marco Hausiku, do Ministro de Terras, Reassentamento e Reabilitação, Senhor Hifikepunye Pohamba, do Ministro da Indústria e Comércio, Senhor Jesaya Niyamu, e do Ministro da Defesa, Senhor Erkki Nghimtina, além de outras autoridades e expressivo número de empresários.

A visita do Presidente da Namíbia corresponde à intensificação das relações bilaterais, que se desenvolvem em torno de afinidades estratégicas e de diversos programas de cooperação, sobretudo na área naval, decididos pelos dois Presidentes no seu encontro anterior.

Em São Paulo, na manhã do dia 21, o Presidente Nujoma abrirá reunião de empresários dos dois países, e, em seguida, será recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República, seguida de almoço de trabalho.

No dia 22, no Rio de Janeiro, o Presidente da Namíbia será recepcionado pelo Ministro da Defesa no Arsenal de Marinha, oportunidade em que visitará o porta-aviões São Paulo e será homenageado com almoço, de que participarão oficiais da Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia que recebem formação profissional na Escola Naval.

O Ministro da Defesa da Namíbia se deslocará, no dia 25, à Base Naval de Aratu, na Bahia, para solenidade de doação de uma corveta brasileira à Ala Naval das Forças Armadas da Namíbia.

Comunicado à imprensa a respeito da visita do Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe, ao Brasil (18.06.2004)

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, fará visita ao Brasil nos dias 21 e 22 de junho. Em reunião de trabalho que manterá com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deverão ser repassados os principais temas da agenda bilateral, como aqueles relacionados à defesa e à segurança regionais, e assuntos de relevância da conjuntura internacional, além das questões econômico-comerciais e de integração. No

contexto dessa visita, em 22 de junho, os dois Presidentes inaugurarão a Rodada de Negócios Brasil-Colômbia.

A visita do Presidente colombiano ao Brasil reveste-se de particular interesse diante da importância atribuída às relações com a Colômbia, país limítrofe com o qual o Brasil busca coordenar esforços no combate ao narcotráfico, na área de segurança, bem como na canalização de projetos de interesse dos dois países na busca do desenvolvimento de suas economias. Dentre os temas da agenda bilateral, destaca-se o diálogo sobre a possibilidade de utilização de informações do SIVAM pelo Governo colombiano, as oportunidades de cooperação na área de produção de álcool combustível e o interesse colombiano em obter financiamento do BNDES para a compra de máquinas agrícolas brasileiras.

Brasil e Colômbia são, respectivamente, primeiro e segundo exportadores mundiais de café e têm procurado coordenar esforços no sentido de fortalecer a comercialização do produto nos mercados internacionais.

O comércio bilateral alcançou US\$ 847,246 milhões em 2003 (dados preliminares), sendo que, desse montante, as exportações brasileiras somaram US\$ 748,728 milhões, com pauta concentrada, sobretudo, em produtos do setor automobilístico e eletromecânico. As exportações da Colômbia ao Brasil somaram US\$ 98,518 milhões, com pauta concentrada em plásticos e derivados, combustíveis, óleos e ceras minerais, e borrachas e derivados.

No contexto regional, a Colômbia detém especial influência no âmbito da Comunidade Andina e, juntamente com os demais países daquele grupo, muito contribuiu para a conclusão exitosa das negociações do Acordo de Livre-Comércio entre o MERCOSUL e a CAN.

A visita do Presidente da Colômbia ao Brasil, no contexto da Rodada de Negócios Brasil-Colômbia, é mais uma iniciativa que se insere na prioridade de política externa atribuída pelo Governo do Presidente

Lula à integração dos países da América do Sul, com vistas à conformação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Comunicado à imprensa a respeito de subsídios norte-americanos ao algodão (18.06.2004)

Brasil e Estados Unidos receberam hoje, 18 de junho de 2004, o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios norte-americanos ao algodão, estabelecido em 18 de março de 2003 por iniciativa brasileira. O texto do relatório final só poderá ser divulgado após a tradução para as outras línguas oficiais da OMC (espanhol e francês), quando começará a contar o prazo (20 a 60 dias) para que o documento seja adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias, caso não haja recurso ao Órgão de Apelação.

No contencioso, o Brasil apresentou as seguintes reclamações principais:

(1) a barreira do Artigo XIII do Acordo sobre Agricultura – a chamada “Cláusula de Paz” – não se aplica aos subsídios questionados pelo Brasil (ver item V – Descrição dos Subsídios Questionados, na Informação de Apoio anexa);

(2) a exemplo dos demais programas questionados, os subsídios *Production Flexibility Contract* e *Direct Payment* distorcem a produção e o comércio de algodão, ao contrário do que alegavam os Estados Unidos;

(3) o apoio doméstico norte-americano – da ordem de US\$ 13,1 bilhões entre 1999 e 2003 – causa prejuízo grave ao Brasil pela depressão dos preços internacionais da fibra;

(4) as Garantias de Crédito à Exportação – questionadas pelo Brasil não apenas em relação ao algodão, mas também quanto a todos os produtos agrícolas beneficiados (soja, milho e arroz, por exemplo) – são subsídios à exportação incompatíveis com o Acordo sobre Agricultura e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias;

(5) o programa *Step 2* constitui subsídio proibido

à luz do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, por exigir a exportação ou o consumo do produto norte-americano em detrimento do importado.

O Governo brasileiro saúda com grande satisfação as determinações do painel no que se refere a todos os pontos acima mencionados. Vemos confirmada a solidez material e jurídica da causa brasileira e consolidada sua legitimidade nos foros internacionais.

Os efeitos da decisão do painel, entretanto, não se limitam à cotonicultura brasileira, cujo apoio ao Governo brasileiro, por meio de seu permanente interesse e envolvimento no processo, foi fundamental para o êxito do contencioso. Em perspectiva mais ampla, o relatório final do painel do algodão reforça os pleitos dos países africanos produtores de algodão, que estão entre os países mais pobres do mundo. Apesar da alta competitividade de seus setores produtivos, para essas nações os subsídios norte-americanos têm provocado verdadeira catástrofe social e econômica. Baixos preços significam, na África Ocidental, perdas substanciais de receitas de exportação e, mais importante, aumento considerável da miséria de milhões de pessoas.

A decisão do painel fornece, ainda, elementos de alta qualidade técnica àqueles países que defendem um comércio agrícola internacional mais justo. Complexo e original na maioria de suas discussões, o painel do algodão apresenta uma série de reflexões que terão impacto relevante nas negociações da Rodada de Doha e na elaboração de políticas públicas na área agrícola, em particular nos países que mais subsidiam a produção e a comercialização do setor agrícola.

O Governo brasileiro espera que os Estados Unidos cumpram a decisão do painel no menor prazo possível, dando um sinal inequívoco de seu compromisso com o fim das distorções do comércio internacional e do respeito às obrigações estabelecidas pelas disciplinas multilaterais de comércio.

OMC. Contencioso. Brasil-EUA – Subsídios ao Algodão. Relatório final do Painel.

Informação de Apoio

I – Resumo

Brasil e Estados Unidos receberam hoje, 18 de junho de 2004, o relatório final do painel da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a compatibilidade de vários subsídios norte-americanos à produção, comercialização e exportação de algodão com as normas multilaterais de comércio (Acordo sobre Agricultura; Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT).

O painel na OMC foi precedido, no período de outubro de 2002 a janeiro de 2003, por três rodadas de consultas entre as partes, mas não foi possível chegar a um acordo diante da persistente recusa norte-americana em eliminar as inconsistências em seus subsídios. Tendo em vista o ineditismo dos aspectos legais envolvidos e a complexidade do regime norte-americano de subsídios, o painel realizou o número sem precedentes de três audiências com as partes nos meses de julho, outubro e dezembro de 2003 (ver também item IV – Cronograma do Contencioso).

Com a emissão do relatório final, o painel conclui seus trabalhos. Uma vez ultimada a tradução para as outras línguas oficiais da OMC (espanhol e francês), o documento circulará para os demais membros da Organização, dando-se início à contagem do prazo (20 a 60 dias) para que o relatório final seja adotado pelo Órgão de Solução de Controvérsias ou seja objeto de recurso ao Órgão de Apelação.

II – Pleitos do Brasil

Os seguintes aspectos atestam a importância do questionamento feito pelo Brasil:

Trata-se da primeira controvérsia da história da OMC a questionar:

- Subsídios agrícolas domésticos à produção não apenas de algodão, mas de qualquer *commodity* agrícola. Entre agosto de 1999 e julho de 2003, os produtores norte-americanos de algodão receberam US\$ 12,5 bilhões a título de subsídios, segundo dados

do próprio Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). O valor da safra norte-americana de algodão produzida nesse mesmo período de quatro anos foi de US\$ 13,94 bilhões, o que constitui taxa de subsídios de 89,5%. Para cada dólar recebido pelos produtores norte-americanos de algodão, portanto, o Governo dos Estados Unidos pagou-lhes outros 89,5 centavos de dólar. No período 2001-2002, quando a safra montou a US\$ 3,080 bilhões, o Governo dos Estados Unidos pagou aos produtores de algodão quase US\$ 4 bilhões, o que implica uma taxa de subsídios de 129,3% no período.

- Subsídios norte-americanos específicos à exportação de produtos agrícolas (Pagamentos *Step 2* e garantias de créditos à exportação).

- Subsídios agrícolas sob a forma de garantias de créditos à exportação. O Brasil questionou os subsídios norte-americanos de garantia de crédito à exportação para a totalidade dos produtos agrícolas e não apenas aqueles concedidos ao algodão.

- Subsídios agrícolas antes do fim da “Cláusula de Paz” (Artigo XIII do Acordo sobre Agricultura), a qual eximiu de questionamentos, sob certas condições, até 31 de dezembro de 2003, os subsídios domésticos concedidos à agricultura.

- A classificação, pelos Estados Unidos, de determinadas medidas como sendo “caixa verde” (*Production Flexibility Contract e Direct Payment*).

- Subsídios agrícolas como causa de “prejuízo grave” nos termos dos Artigos V e VI do Acordo sobre Subsídios.

Para apoiar seus argumentos legais, o Brasil apresentou cálculos feitos pelo Professor Daniel Sumner (*University of California at Davis*). De modo consistente com outros estudos do Banco Mundial, FMI e do próprio Governo dos Estados Unidos, o Professor Sumner concluiu que, se não fosse pelos subsídios, a produção norte-americana de algodão entre 1999 e 2002 teria sido, em média, 28,7% menor, e as exportações dos EUA teriam caído, em média, 41,2%. O Professor Sumner também concluiu que se

não fosse pela superprodução norte-americana possibilitada pelos subsídios, os preços internacionais de algodão seriam 12,6% mais altos.

III – Conclusões do Painel

Em respeito ao caráter confidencial do relatório final do painel, o Brasil não pode apresentar detalhes sobre o conteúdo do documento. Entretanto, o Governo brasileiro saúda com grande satisfação as determinações do painel no que se refere a todos os pontos acima mencionados.

IV – Cronograma do Contencioso

- 27 de setembro de 2002 – Solicitação de Consultas do Brasil.

- Outubro de 2002 a janeiro de 2003 – Reuniões (3) para consultas entre Brasil e Estados Unidos.

- 7 de fevereiro de 2003 – Primeiro pedido brasileiro de estabelecimento de Painel, rejeitado pelos Estados Unidos.

- 18 de março de 2003 – Segundo pedido de estabelecimento de Painel. Painel automaticamente estabelecido.

- 19 de maio de 2003 – Indicação, pelo Diretor-Geral da OMC, dos nomes dos painelistas (Dariusz Rosati, Polônia; Daniel Moulis, Austrália; e Mario Mattus, Chile).

- 22 a 24 de julho de 2003 – Primeira sessão da primeira audiência com o Painel.

- 7 a 9 de outubro de 2003 – Segunda sessão da primeira audiência com o Painel.

- 2 e 3 de dezembro de 2003 – Segunda audiência com o Painel.

- 26 de abril de 2004 – Emissão do relatório preliminar do Painel.

- 18 de junho de 2004 – Circulação do relatório final do Painel para Brasil e Estados Unidos.

- Após tradução – Circulação do relatório final do Painel para demais membros da OMC.

V – Descrição dos Subsídios Questionados*

- *Marketing Loan Program*: programa que

garante aos produtores renda de 52 centavos de dólar por libra-peso da produção de algodão. Se os preços ficarem abaixo desse nível, o Governo norte-americano completa a diferença. É o mais importante subsídio doméstico concedido pelo Governo norte-americano ao algodão. (US\$ 898 milhões);

- *Counter-Cyclical Payments* (Lei Agrícola de 2002) / *Market Loss Payments* (Leis Orçamentárias de 1998 a 2001): pagamentos realizados tendo como parâmetro o preço de 72,4 centavos de dólar por libra-peso. Tais recursos custeiam a diferença entre os 72,4 centavos de dólar por libra-peso (*target price*) e o preço praticado no mercado ou o valor de 52 centavos de dólar por libra-peso (*loan rate*), o que for mais alto. (US\$ 869,5 milhões);

- *Direct Payment* (Lei Agrícola de 2002) / *Production Flexibility Contract* (Lei Agrícola de 1996): pagamentos que garantem renda de 6,67 centavos de dólar por libra-peso para produtores com histórico de produção de algodão (produção histórica). (US\$ 421,4 milhões);

- *Crop Insurance*: políticas que dão garantia aos produtores norte-americanos de algodão, com prêmios subsidiados, contra perdas resultantes de condições climáticas adversas, doenças e preços baixos. (US\$ 194,1 milhões);

- *Step 2*: pagamentos feitos a exportadores e a consumidores (indústria têxtil) norte-americanos de algodão para cobrir a diferença entre os preços do algodão norte-americano, mais altos, e os preços do produto no mercado mundial, aumentando dessa forma a competitividade do algodão norte-americano (que de outra forma não seria competitivo). (US\$ 415 milhões);

- *Export Credit Guarantees*: facilitam a obtenção de crédito por importadores não-americanos que, de outra maneira, não teriam como importar algodão (e também outras *commodities*) dos EUA. (US\$ 349 milhões);

- *Cottonseed Payments*: recursos destinados a auxiliar a indústria do algodão norte-americana a cobrir os custos com o beneficiamento do algodão.

(US\$ 50 milhões).

*Os valores entre parênteses representam os dispêndios dos Estados Unidos em 2002/3, segundo o USDA.

Nota do Governo da República Popular da China sobre a questão da soja (20.06.2004)

Transcreve-se, a seguir, texto de nota recebida, no dia 18 de junho corrente, do Governo da República Popular da China relativa à questão do comércio de soja com o Brasil:

“1. O Presidente Hu Jintao apresenta os seus calorosos e cordiais cumprimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e manifesta a sua atenção ao problema expressado. O Presidente Hu deseja e acredita que, através das consultas amigáveis entre as entidades competentes dos dois países, a questão do comércio de soja possa ser solucionada apropriadamente, de forma a continuar a enriquecer o desenvolvimento da cooperação amistosa entre os dois países.

2. A parte chinesa dá as suas boas-vindas à visita à China da delegação brasileira de técnicos chefiada por um Secretário do Ministério da Agricultura do Brasil, com o objetivo de realizar negociações com as entidades chinesas concernentes para resolver o problema existente no comércio de soja”.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil de Sua Excelência o Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia (21.06.2004)

A convite de Sua Excelência o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia, acompanhado por delegação de alto nível incluindo Ministros de Estado, altos funcionários governamentais e empresários, fez visita de trabalho de três dias ao Brasil nos dias 20 a 22 de junho de 2004.

A visita permitiu aos dois Presidentes o intercâmbio

de visões sobre várias questões bilaterais e internacionais, bem como sobre a atual situação política e econômica nos respectivos países e regiões. Durante seminário organizado por associações empresariais brasileiras, empresários namibianos e brasileiros discutiram as oportunidades de negócios em seus respectivos países.

Durante as conversações, os dois Presidentes concordaram quanto à importância de enfrentar com determinação as questões pertinentes à erradicação da pobreza, segurança alimentar, serviços de saúde, emprego e educação, bem como as relativas à necessidade de garantir a proteção dos direitos humanos e da democracia. Ademais, ambos os Governos concordaram em apoiar o aumento do comércio, dos investimentos e da cooperação tecnológica, e expressaram otimismo quanto à possibilidade de constituição de *joint ventures* reunindo setores empresariais dos dois países.

Os dois Presidentes comprometeram-se com a cooperação mútua na luta contra a discriminação e na promoção da igualdade racial.

Ambos os Presidentes sublinharam o excelente nível das relações entre os dois países nas questões de defesa, particularmente com relação à estreita cooperação naval. Nesse contexto, o Presidente Nujoma saudou a visita que o Ministro da Defesa da Namíbia fará ao Estado da Bahia, no próximo dia 25, a fim de presenciar a entrega de uma corveta, totalmente reequipada, à Ala Marítima da Forças Armadas da Namíbia.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a disposição do Brasil de estreitar suas relações com a África e, nesse contexto, ambos os Presidentes destacaram o significado da grande afinidade cultural resultante da contribuição africana para o desenvolvimento do Brasil moderno. Os Presidentes também reconheceram o sucesso do primeiro Fórum Brasil-África, realizado em Fortaleza, em junho de 2003, e saudaram o fato de que ele se tornará um evento anual, a ser sediado pela África do Sul em sua próxima edição.

Os Presidentes indicaram seu apoio aos esforços empreendidos pelo continente africano para a sua recuperação política, econômica e social, de acordo com o espírito da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). O Brasil recebeu cumprimentos por sua participação na II Cimeira da União Africana, em Maputo, destinada a ampliar o diálogo entre o país e o continente.

Os Presidentes passaram em revista os acordos existentes entre os dois países e deram instruções às autoridades competentes com vistas a sua integral e urgente implementação.

Os Presidentes reafirmaram seu empenho em fortalecer a cooperação bilateral em várias áreas, especialmente as compreendidas no âmbito dos acordos firmados durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek, em novembro de 2003. Nesse contexto, enfatizaram a importância do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde, e saudaram a realização de um encontro entre funcionários dos Ministérios da Saúde de ambos os países, em São Paulo, à margem da visita do Presidente Nujoma. Tomaram nota, com satisfação, de que os Ministérios brasileiro e namibiano responsáveis pelo desenvolvimento agrário procederão a intercâmbio de visitas com o fim de implementar integralmente o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário, particularmente no campo da promoção da agricultura familiar.

Os Presidentes registraram com satisfação o início de tratativas entre as delegações visando a futuro acordo de cooperação técnica nas áreas de produção e transmissão de energia elétrica e exploração de gás natural.

Os Presidentes concordaram em promover a troca de informações entre os dois Governos em áreas como imigração e tráfico de drogas, e sublinharam a necessidade de intensificar a cooperação bilateral no plano jurídico, especialmente nos domínios da assistência em matéria penal, extradição e transferência de presos.

Os dois Governos reconheceram a necessidade de promover a cooperação nas áreas de pesca, recursos marinhos e aquicultura.

Os dois Presidentes discutiram questões ambientais de mútuo interesse, inclusive as iniciativas legislativas de âmbito doméstico, as quais poderiam servir de parâmetro para o aprimoramento geral dos marcos regulatórios concernentes ao meio ambiente. Afirmaram também a intenção de explorar as possibilidades de cooperação no campo da conservação e uso sustentável da biodiversidade, com vistas a promover a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Sublinharam a importância da cooperação relativa a questões como poluição, reflorestamento, implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagem em Perigo de Extinção (CITES), bem como proteção às baleias.

Ao enfatizarem sua confiança nos benefícios do crescimento do comércio internacional, os Presidentes indicaram ser inaceitável que países em desenvolvimento estejam sujeitos às práticas protecionistas dos países desenvolvidos. Prestaram seu apoio às atuais negociações comerciais entre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SACU) e o MERCOSUL com vistas à criação de uma área de livre-comércio.

Os Presidentes concordaram com a necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas. Nesse contexto, o Presidente Nujoma renovou o apoio ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança. Ambos os Presidentes consideraram também que a África deve ter um assento permanente no Conselho de Segurança, além de mais assentos não-permanentes.

Os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos dos quais ambos os países são parte. Examinaram temas da atualidade internacional e

expressaram seu desejo por uma solução justa e duradoura para o processo de paz do Oriente Médio, bem como pela assunção, pelo povo iraquiano, do controle de seus assuntos internos na data aprazada para esse efeito. Ademais, enfatizaram a importância de garantir o cumprimento do Direito Internacional, de fortalecer as Nações Unidas e de respeitar as resoluções do Conselho de Segurança como os principais instrumentos para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Os Presidentes ressaltaram a necessidade de promover o fortalecimento da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul e partilharam a opinião de que essa iniciativa deve ser revigorada como instrumento de ampliação da cooperação diplomática, econômica, comercial e ambiental entre os países da América do Sul e da África Ocidental. No mesmo contexto, consideraram que esse tema deveria ser mantido como item da agenda do Plenário da Assembléia Geral da ONU.

Os Presidentes expressaram preocupação com a atual situação política na República Democrática do Congo.

No contexto das negociações comerciais de Doha, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Nujoma ressaltaram a importância do G-20 como instrumento para a promoção da cooperação entre países em desenvolvimento nos fóruns internacionais.

Ao fim de sua visita, Sua Excelência o Dr. Sam Nujoma, Presidente da República da Namíbia, externou seu apreço sincero pela calorosa acolhida e generosa hospitalidade dispensada a ele e a sua delegação.

Feito em São Paulo, em 21 de junho de 2004.

Comunicado Conjunto da Visita ao Brasil do Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe – (22.06.2004)

Os Presidentes do Brasil e da Colômbia, Luiz Inácio Lula da Silva e Álvaro Uribe Vélez, reuniram-se em São Paulo em 21 e 22 de junho de 2004.

Congratularam-se pela realização da Primeira Rodada de Negócios Brasil-Colômbia, em 22 de junho, e de Macrorodada de Negócios Brasil-Países da América do Sul, nos dias 23 e 24 de junho, no *World Trade Center* de São Paulo. Concordaram em que tais iniciativas estabelecem laços profundos e promovem maior intercâmbio com equidade.

Saudaram o encontro entre o Presidente da Colômbia e investidores brasileiros como mais um esforço no sentido de incentivar a participação brasileira na Colômbia e compensar as assimetrias existentes no comércio bilateral.

Ressaltaram a necessidade de estabelecer laços mais estreitos entre as duas economias e decidiram encarregar as autoridades competentes de ambos os países da análise do comércio bilateral entre o Brasil e a Colômbia, com o objetivo de buscar um maior intercâmbio e reduzir o desequilíbrio na balança comercial.

Expressaram satisfação pelo elevado grau de cooperação em matéria de café. Em particular, ressaltaram a excelente coordenação no âmbito do Conselho Internacional do Café. Determinaram que os dois Governos trabalharão estreitamente para o êxito da Cúpula Mundial do Café, a realizar-se no Brasil, em setembro de 2005.

Instruíram os órgãos competentes de seus dois Governos a trabalhar conjuntamente para o fortalecimento da comercialização do café nos mercados internacionais. Determinaram igualmente que as respectivas autoridades troquem informações sobre aspectos técnicos e sobre políticas incidentes sobre o setor do café.

Saudaram a possibilidade de cooperação para produção de álcool combustível na Colômbia, aproveitando a experiência brasileira, e incentivaram investidores dos dois países a promoverem o setor, inclusive buscando linhas de crédito em condições favoráveis.

Expressaram satisfação pelo progresso obtido no exame técnico dos eixos de desenvolvimento andino, amazônico e Escudo Guaianês da Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana

(IIRSA). Decidiram apoiar os projetos que possam trazer maior impacto ao progresso dos referidos eixos.

Concordaram em que a possível utilização pela Colômbia dos meios do programa SIVAM para cooperar na vigilância do espaço aéreo representará avanço significativo na coerção do tráfego aéreo ilegal entre os dois países e no combate ao narcotráfico.

Registraram com satisfação o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa e segurança, que tem permitido coordenar ações na luta contra o problema mundial das drogas e no combate ao terrorismo e ao crime organizado.

Convencidos da relevância do desenvolvimento sustentável dos países amazônicos, concordaram em realizar todos os esforços possíveis em prol do bom funcionamento e da consolidação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Decidiram trabalhar em conjunto para a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações e para a promoção da integração física dos países do Continente. Congratularam-se com a conclusão, em dezembro passado, de acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, cuja implementação em muito poderá contribuir para o desenvolvimento das economias dos dois blocos econômicos, com vistas à conformação de uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Ressaltaram a importância de que se reveste, para os países em desenvolvimento, o cumprimento dos objetivos da agenda de desenvolvimento de Doha, em particular a inserção da dimensão do desenvolvimento em todos os âmbitos do sistema multilateral de comércio, a liberalização do comércio agrícola, o equilíbrio geral das negociações e um processo transparente de decisões, de que participem todos os Estados-Membros.

Enfatizaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo, com a participação de países em desenvolvimento da região entre os seus membros. Nesse contexto, os dois Presidentes

reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento num Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho.

Os Presidentes assinalaram a relevância do compromisso de longo prazo da comunidade internacional com o Haiti, para permitir àquele país construir alternativas sustentáveis para a normalização de sua vida política e a retomada do desenvolvimento econômico. Ressaltaram, nesse sentido, a importância da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), que conta com a participação de tropas brasileiras e é chefiada por Oficial-General brasileiro.

O Presidente Álvaro Uribe Vélez reiterou convite para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visite oficialmente a Colômbia. O Presidente expressou seu agradecimento e manifestou intenção de realizá-la no mais breve prazo possível, em datas mutuamente acordadas pelos canais diplomáticos.

Ao final da reunião, o Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, expressou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seu reconhecimento pela hospitalidade do Governo e do povo brasileiro.

Comunicado à imprensa a respeito da Macrorrodada de Negócios Brasil-América do Sul (22.06.2004)

Conforme a prioridade central atribuída pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à integração da América do Sul, o Governo brasileiro está ampliando o acesso dos produtos exportados pelos países vizinhos ao mercado brasileiro. O objetivo é aumentar, de forma equilibrada, a corrente de comércio com os países vizinhos, reduzindo, ou até mesmo eliminando, os déficits estruturais que, há anos, caracterizam o comércio do Brasil com a região.

Excetuada a Argentina – principal parceiro comercial do Brasil no continente, e com o qual mantivemos déficit de 1995 a 2003 –, o Brasil mantém superávits comerciais históricos na região: por

exemplo, em 2003, foram US\$ 1 bilhão com o Chile; US\$ 650 milhões com a Colômbia; US\$ 336 milhões com o Equador; US\$ 330 milhões com a Venezuela; US\$ 254 milhões com o Peru; US\$ 232 milhões com o Paraguai; US\$ 16 milhões com o Suriname e US\$ 10 milhões com a Guiana, num total de quase US\$ 3 bilhões. O caso da Bolívia é diferente, porque os tradicionais superávits brasileiros transformaram-se em déficits a partir de 2002, com a entrada em operação do gasoduto Brasil-Bolívia.

O Governo brasileiro desenvolveu o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que consiste em conjunto de medidas pontuais destinadas a promover e facilitar contatos entre os importadores brasileiros e os exportadores dos países sul-americanos, com vistas a aumentar, em bases equilibradas, o fluxo de comércio entre o Brasil e os países da América do Sul. Com base em estudos de inteligência comercial, o PSCI conjugará as demandas do importador brasileiro com a oferta exportadora dos países sul-americanos.

O PSCI contribuirá para a prosperidade e o desenvolvimento econômico e social dos nossos vizinhos, cujo bem-estar é de todo interesse para o Brasil.

Como parte do PSCI o Itamaraty estará promovendo, nos dias 23 e 24, no *World Trade Center* de São Paulo, a Macrorrodada de Negócios Brasil-América do Sul, o seminário “O Programa de Substituição Competitiva de Importações: Uma Nova Política de Comércio Exterior para a América do Sul” e encontros empresariais entre importadores nacionais e exportadores sul-americanos.

Serão divulgadas informações sobre legislação, procedimentos e financiamento de importações, por parte de representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Secretaria da Receita Federal (SRF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), do Instituto Nacional da Propriedade Industrial

(INPI) e do Banco do Brasil.

Confirmaram participação no evento 94 empresas importadoras brasileiras e 357 exportadoras dos demais países da América do Sul: 93 argentinas, 81 venezuelanas, 40 uruguaias, 38 bolivianas, 32 colombianas, 30 peruanas, 22 paraguaias, 9 equatorianas, 8 surinamesas, 2 chilenas e 2 guianenses.

Informações adicionais sobre a iniciativa poderão ser obtidas na Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores, pelo telefone (61) 411 6390, fax (61) 322 1935, pelo *e-mail* dic@mre.gov.br, ou mediante acesso à página da Macrorrodada de Negócios, clicando o ícone PSCI da página www.braziltradenet.gov.br.

A cerimônia de abertura da Macrorrodada de Negócios Brasil-América do Sul ocorrerá amanhã, dia 23, às 9 horas, no *World Trade Center*, São Paulo, e será aberta à imprensa.

Comunicado à imprensa a respeito de reunião informativa sobre o Encontro de Líderes Mundiais em 20 de setembro de 2004 (24.06.2004)

Por iniciativa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, reuniram-se na tarde de hoje, na sede das Nações Unidas, em Nova York, representantes permanentes e delegados, totalizando cerca de 200 participantes, para trocar idéias a respeito do Encontro de Líderes Mundiais convocado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o próximo dia 20 de setembro, com o propósito de dar impulso político, no mais alto nível, aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

O Ministro Celso Amorim expôs as ações do Presidente Lula em nível internacional, desde o início do Governo, com vistas à mobilização de recursos adicionais para erradicar a fome e a pobreza e promover o desenvolvimento. O Chanceler lembrou a participação do Presidente nas reuniões de Davos e de Evian, em 2003, e, mais recentemente, a Ação contra a Fome e a Pobreza (Declaração de Genebra), lançada em 30 de janeiro último pelos Presidentes Lula, Chirac (França)

e Lagos (Chile), com o apoio do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

O Chanceler Amorim informou os presentes sobre a evolução dos trabalhos do grupo técnico quadripartite criado pela Declaração de Genebra, ao qual se juntou recentemente a Espanha, por decisão do Presidente do Conselho de Ministros, José Luis Zapatero. O grupo vem estudando possíveis mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento, como a taxação de certas transações financeiras internacionais e do comércio de armas, a proposta britânica de um mecanismo de financiamento internacional, além de formas de estimular contribuições voluntárias do setor privado e de indivíduos. O relatório final dos trabalhos do grupo será divulgado em fins de julho próximo e servirá como insumo central para a reunião de 20 de setembro.

O Ministro Amorim exortou os países participantes a se fazerem representar, no mais alto nível, na reunião de 20 de setembro, para a qual foram convidados todos os Chefes de Estado e de Governo, bem como dirigentes de diferentes organismos internacionais. O Ministro também frisou a importância da participação da sociedade civil no evento. Espera-se que a reunião de 20 de setembro demonstre o inequívoco compromisso político da comunidade internacional em identificar formas concretas e viáveis de obter recursos adicionais para o financiamento do desenvolvimento, em particular do combate à fome e à pobreza. Além dos representantes permanentes de França, Chile e Espanha, numerosas delegações fizeram o uso da palavra para manifestar apoio e interesse pela iniciativa brasileira.

Comunicado à imprensa a respeito da assunção do Governo interino no Iraque (28.06.2004)

A assunção do Governo interino no Iraque, conforme previsto na Resolução 1546 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ocorrida hoje, 28 de junho, representa passo importante no processo de normalização institucional, que deverá ainda incluir a realização de eleições democráticas e a formação de

Governo constitucionalmente eleito até o final de 2005.

Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil atuou no processo negociador da resolução 1546 orientado pelo objetivo de assegurar o exercício pleno da soberania do povo iraquiano, bem como o fortalecimento do papel das Nações Unidas no processo de normalização institucional do Iraque.

O Brasil expressa a esperança de que o Iraque alcance, o mais breve possível, as condições de segurança e estabilidade que permitam àquele país buscar o bem-estar de sua população e a sua plena participação na Comunidade das Nações.

Comunicado à imprensa a respeito da apresentação da oferta inicial do Brasil em serviços na Organização Mundial do Comércio (29.06.2004)

O Brasil apresentou, na manhã de ontem, dia 28 de junho, sua oferta inicial em matéria de serviços, no âmbito da Rodada de Doha, junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

A referida oferta é resultado de um amplo processo de consultas internas com ministérios setoriais e a sociedade civil (incluindo representantes do setor privado e de associações de trabalhadores), que se vem desenvolvendo desde o lançamento da Rodada, ocorrido no Qatar, em novembro de 2001.

O documento apresentado à OMC privilegia o tratamento dos serviços com vistas ao estabelecimento da presença comercial no País, por ser o modo que permite a geração de empregos e transferência de tecnologia. Em relação à Rodada Uruguai, a oferta brasileira representa avanços em vários subsetores da área de serviços profissionais (consultoria, pesquisas de mercado e opinião pública, serviços de análises e testes técnicos, manutenção e reparo de equipamentos, serviços fotográficos etc.), bem como em turismo, construção civil, serviços de comercialização e esporte.

A oferta resguarda, ao mesmo tempo, a capacidade de o Brasil formular políticas públicas de desenvolvimento nas áreas industrial, tecnológica, social e ambiental.

Com a oferta, o Brasil confirma seu interesse em participar ativamente das negociações de serviços em Genebra, sem esquecer que essas negociações devem necessariamente estar em equilíbrio com os avanços que se obtenham em agricultura e em outras áreas. Dentro da própria área de serviços, o Brasil enfatiza a necessidade de que seja dada maior atenção aos pleitos dos países em desenvolvimento (facilidade para a circulação de trabalhadores qualificados, por exemplo). A apresentação da oferta configura um gesto de confiança do Brasil nas perspectivas de evolução das negociações na OMC.

Comunicado à imprensa a respeito da I Reunião Internacional das Comissões Nacionais Permanentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (30.06.2004)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participará da cerimônia de abertura da I Reunião Internacional das Comissões Nacionais Permanentes (CNP) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que se realizará no Centro de Convenções do Hotel Blue Tree Park, no dia 1º de julho, às 8h30. Também participarão da cerimônia, que será aberta à imprensa, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a Secretária-Geral da OTCA, Rosalía Arteaga Serrano.

A I Reunião Internacional das CNPs foi convocada com o objetivo de discutir o Plano Estratégico da Organização para a presente década. Delegados dos oito países amazônicos participarão do encontro, que será encerrado no dia 2 de julho.

A Secretaria Permanente da OTCA, implementada há um ano e meio, elaborou o Plano para orientar as ações da nova Organização na formulação, execução e seguimento de projetos, programas e iniciativas de alcance regional. O documento está articulado em quatro eixos: Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais Renováveis; Gestão do Conhecimento e Transferência Tecnológica; Integração e Competitividade Regional; e Fortalecimento Institucional.



ARTIGOS

A Lição de Cancún – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Política Externa – Vol. 12, nº 3, 01.01.2004)

A V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio encerrou-se em 14 de setembro de 2003 em Cancún, no México, sem produzir os resultados a que se propunha. Ao longo de todo o seu desenrolar, foi objeto de atento acompanhamento pela opinião pública mundial. Os embates que marcaram seus trabalhos, e que culminaram no impasse que levou Luis Ernesto Derbez, Secretário de Relações Exteriores do México e Presidente da Conferência, a declarar de maneira abrupta (e, para muitos, prematura) o seu encerramento às 16h do último dia, foram vividos em tempo real e com perplexidade pelos observadores da comunidade internacional. Até mesmo a proposta de declaração revisada pelo próprio Presidente Derbez, sobre o tema central da agricultura, deixou de ser considerada. Aos olhos de muitos, Cancún entrava para a história como uma oportunidade perdida. Ao invés de uma Declaração Ministerial que desse rumo à continuação da Rodada multilateral de negociações comerciais iniciada dois anos antes em Doha, o encontro havia produzido um magro comunicado final de seis parágrafos, cuja parte operativa se resumia a instruir os delegados a continuar trabalhando na sede da Organização em Genebra e a solicitar a realização de uma reunião do Conselho Geral da OMC, até o dia 15 de dezembro, com vistas a tomar as decisões necessárias para a conclusão exitosa da Rodada no prazo inicialmente previsto de 31 de dezembro de 2004. Em seu documento final, Cancún se limitava a procurar manter vivo o processo negociador.

Os resultados inconclusivos da Conferência

trazem, é certo, frustrações. Do ponto de vista do Brasil, não interessa o adiamento de um processo de liberalização comercial, como o de Doha, com sua ênfase na correção de um legado de distorções que penalizam países em desenvolvimento e exportadores competitivos de produtos agrícolas. No entanto, para os países em desenvolvimento que necessitam de um sistema multilateral forte e equitativo para ampliar suas oportunidades de geração de riqueza e de empregos, Cancún pode ser vista também sob um prisma positivo, como procurarei esclarecer.

Na realidade, se inserirmos a Ministerial de Cancún na seqüência dos inúmeros desapontamentos e promessas quebradas sempre que se tratou de incorporar o tema agrícola às disciplinas que regem o comércio internacional, a reunião não deixa de representar um certo tipo de avanço, ao menos de um ponto de vista político. Vale recapitular que o sistema GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em sua sigla em inglês) não se aplicava na prática à agricultura, desde os célebres *waivers* obtidos pelos EUA ao longo da década de 1950. Somente a partir de 1994, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), foram estabelecidas algumas regras – ainda sujeitas a exceções –, com a adoção do Acordo sobre Agricultura na Conferência de Marraqueche. O alcance limitado do Acordo era implicitamente reconhecido em seu Artigo XX, que preconizava a realização de um esforço liberalizador adicional. As negociações “mandatadas” nunca chegaram a prosperar, em face da postura adotada por alguns países desenvolvidos – liderados pela União Européia – que alegavam precisar de um marco negociador mais amplo, incluindo bens industriais,

serviços e novas regras, para poder efetuar concessões na área agrícola. Surgiu, assim, promovida inicialmente pela própria União Européia, a idéia de uma nova rodada de negociações multilaterais, à qual os Estados-Membros da OMC foram aos poucos aderindo. Após a debacle da Conferência de Seattle, esse projeto encontraria momento propício na IV Conferência Ministerial da OMC, em 2001.

As negociações lançadas em Doha, capital do Catar, receberam o título de Agenda para o Desenvolvimento. Essa denominação, de autoria do então Diretor-Geral Mike Moore, refletia o desejo do Secretariado de responder à percepção de que a OMC é um clube de ricos, insensível às reivindicações do mundo em desenvolvimento por um sistema multilateral de comércio mais justo. De fato, o preâmbulo da Declaração Ministerial de Doha incluía um compromisso com a inclusão das preocupações dos países em desenvolvimento no “coração” das atividades da OMC. O mandato negociador de Doha parecia abrir perspectivas alentadoras para os países em desenvolvimento, uma vez que formulava diretrizes ambiciosas para a liberalização do comércio agrícola. Além disso, incluía um chamado ao aperfeiçoamento das cláusulas de tratamento especial e diferenciado e contemplava a possibilidade de negociações sobre um conjunto de itens identificados desde a Ministerial de Seattle sob a rubrica de “implementação” (uma espécie de compêndio de questões, cujo equacionamento pela Rodada Uruguai havia sido considerado insatisfatório pelos países menos desenvolvidos). A adoção de uma declaração à parte, que explicitava a compatibilidade entre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, em sua sigla em inglês) e o acesso a medicamentos em condições razoáveis, também representou um ganho para os países em desenvolvimento. No tocante à agricultura, criava-se uma oportunidade para o desmantelamento de barreiras protecionistas e a eliminação dos subsídios bilionários de que se beneficia esse setor nos países mais ricos do mundo. O mandato de Doha estabeleceu os objetivos

para os chamados “três pilares” da negociação agrícola da seguinte forma: (a) melhora substancial em acesso a mercados, (b) redução dos subsídios à exportação com vistas à sua eliminação, e (c) redução significativa das medidas de apoio interno distorcivas do comércio internacional.

Vale aqui a observação de que os interesses do Brasil não se limitam à agricultura. No contexto dos itens relacionados à “implementação” dos Acordos da Rodada Uruguai, tal como a revisão do Acordo de Medidas sobre Investimento Relacionadas a Comércio (TRIMS, em inglês) e a compatibilização do Acordo sobre TRIPS com a Convenção sobre Diversidade Biológica, apresentamos propostas específicas. Também no capítulo de “regras” (*antidumping*, créditos à exportação, subsídios e medidas compensatórias), temos uma agenda ofensiva. Nossos interesses são multifacetados. Participamos ativamente em todas as frentes negociadoras. Mas nenhum outro tópico tem o potencial de produzir para o País e o MERCOSUL um impacto comparável ao de uma reforma da agricultura em escala global. A plena integração do setor agrícola no sistema multilateral ampliará nossa participação no comércio internacional e elevará preços internacionais artificialmente deprimidos, aumentando a renda e contribuindo para combater o ciclo vicioso da pobreza. Em futuro previsível, nenhum outro setor produtivo tem, do nosso ponto de vista, a capacidade de tornar os ganhos potenciais do comércio internacional para a criação de riqueza e sua melhor distribuição uma realidade concreta.

Já era perceptível durante a fase preparatória da Conferência de Cancún a falta de disposição negociadora das principais potências comerciais nas áreas de maior interesse para os países em desenvolvimento. Essa atitude se manifestava no descaso em relação a prazos do cronograma estabelecido na Declaração de Doha para lidar com temas como “implementação” e tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento. Entrementes, o atraso da União Européia para definir

os termos da reforma de sua Política Agrícola Comum acarretou postergações sucessivas nos debates para a definição de modalidades negociadoras em matéria agrícola. Ao mesmo tempo, permaneciam paralisadas as tratativas relacionadas ao parágrafo 6 da Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública (referentes à possibilidade de os países com pouca ou nenhuma capacidade de produção no setor farmacêutico virem a beneficiar-se das flexibilidades contidas no Acordo sobre TRIPS). Embora não fizessem parte da Rodada propriamente dita, a paralisia dessas discussões afetava negativamente o ambiente negociador.

Este quadro pouco animador deteriorou-se em decorrência do acerto tático entre Estados Unidos e União Européia. Havia entre a maioria dos participantes a noção de que alguma forma de entendimento entre os dois grandes subsidiadores seria necessária para que as negociações pudessem efetivamente progredir, uma vez que o impasse entre ambos levaria inevitavelmente à paralisia. Só que o arranjo a que chegaram EUA e UE, circulado em Genebra em 13 de agosto – a quatro semanas de Cancún –, ao invés de impulsionar a agenda reformadora de Doha, tentou freá-la, mediante uma acomodação bilateral em bases conservadoras, nas três vertentes da negociação. Em outras palavras, o arranjo entre Bruxelas e Washington constituía um retrocesso, cuja eventual aceitação pelos demais teria resultado em um injustificável sacrifício dos propósitos da Rodada, inclusive em seu tema basilar. A nova e mais ampla definição da “caixa azul”, por exemplo, destinava-se meramente a consolidar práticas norte-americanas que distorcem o comércio internacional, aumentando os limites de concessão de apoio doméstico autorizados pelo Acordo de Agricultura (e equiparando, em termos práticos, as condições de competição entre EUA e União Européia em matéria de apoio interno); abria-se a possibilidade de que os subsídios à exportação não fossem eliminados para certos produtos; a fórmula para acesso a mercados não atendia os interesses

exportadores do MERCOSUL e de outros países em desenvolvimento.

O descaminho que havia tomado a Rodada completar-se-ia com a decisão do Presidente do Conselho Geral da OMC de enviar para o plenário da V Conferência projeto de declaração ministerial inaceitável para um bom número de participantes. Esse texto reproduzia quase textualmente a criticada proposta EUA/UE em matéria agrícola. Além disso, incluía proposta apresentada à última hora por Japão, Coreia do Sul e União Européia de negociação em investimentos, concorrência transparência em compras governamentais e facilitação de comércio – os “temas de Cingapura” (assim chamados por terem sido suscitados pela primeira vez na Conferência Ministerial realizada naquele país em 1996). A insistência em negociações sobre os temas de Cingapura ignorava a oposição aberta de um número significativo de países em desenvolvimento (sobretudo asiáticos e africanos). Em suma, as deficiências do processo preparatório em Genebra e o evidente desequilíbrio da proposta apresentada pelo Presidente do Conselho transferiram aos Ministros, em Cancún, a tarefa de recolocar a Rodada nos trilhos consensualmente estipulados pela Declaração de Doha. Em paralelo, um grupo de países em desenvolvimento grandes e pequenos, da América Latina, África e Ásia, começou a organizar-se, sob a coordenação do Brasil, em torno de uma plataforma alternativa para o tratamento da questão agrícola. Esse grupo não pararia de crescer até o último dia da Conferência e ficaria conhecido como G-20+.

Aberta a Conferência e após alguns embates táticos, o Ministro Derbez (México) evitou caracterizar qualquer documento como base para as negociações, a despeito da forte insistência (sobretudo dos EUA) de que o projeto de declaração ministerial de responsabilidade do Presidente do Conselho Geral servisse de referência, especialmente em agricultura. Sucederam-se reuniões informais de consulta conduzidas por diversos “Facilitadores” (um para cada um dos principais temas). No caso da

agricultura, o G-20+, que teve a honra de coordenar como chefe da Delegação brasileira, destacou-se por uma atuação coesa e objetiva, tecnicamente bem fundamentada, em reuniões de nível ministerial: primeiramente com a União Européia, depois com os EUA e finalmente com ambos. Entabulou-se assim uma verdadeira negociação. Na tarde do dia 13 de setembro, uma nova versão do projeto de declaração foi circulada pelo Presidente da Conferência. Sua redação, no entanto, veio a ser criticada pela maioria das delegações. Os países mais interessados na reforma agrícola consideravam que os parágrafos sobre o tema, apesar de incorporarem alguns aspectos pleiteados pelo G-20+, permaneciam amplamente insatisfatórios. Entretanto, não chegaram a rejeitar o projeto. Assinalaram suas insuficiências e, na realidade, aprestavam-se, com novo aprofundamento técnico, para uma negociação que se anunciava difícil e prolongada. Mas foi em relação aos temas de Cingapura que se produziram as reclamações mais veementes – sobretudo de países africanos e asiáticos. A flexibilização tardia por parte da União Européia em relação à sua proposta original, que consistiu em admitir o abandono das questões de investimentos e concorrência, não foi considerada suficiente. Mais de 70 países em desenvolvimento haviam assinado uma declaração afirmando não estarem em condição de aprovar negociações nesses temas. Os africanos, em particular, assumiram postura incisiva contrária à abertura de negociação em qualquer um dos quatro temas, enquanto a Coreia do Sul insistia na inclusão de todos eles. Na tarde do dia 14, quando estavam prontos os arranjos logísticos para a prorrogação dos trabalhos noite adentro, o Ministro Derbez afirmou não vislumbrar bases para um acordo e declarou encerrada a Conferência.

O que distingue Cancún de Conferências anteriores da OMC, ou mesmo de outras da época do GATT, é a demonstração da capacidade do mundo em desenvolvimento de resistir a pressões com uma atuação articulada e pró-ativa, em defesa do mandato negociador da Rodada. Isso se tornou

possível somente graças à reformulação do mapa da correlação de forças, para a qual concorreram com destaque três elementos, vistos a seguir.

Em primeiro lugar, as ONGs, que já haviam demonstrado sua capacidade de influir nos debates travados na OMC quando da negociação da Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública, consolidaram e ampliaram sua influência nos trabalhos da Rodada por meio de uma crescente articulação com delegações governamentais, em particular de países de menor desenvolvimento relativo, mas também daquelas mais interessadas na reforma agrícola.

Em segundo lugar, a muitos terá surpreendido a capacidade de mobilização e coordenação dos países africanos e, em sentido amplo, dos de menor desenvolvimento relativo. Em contraste com sua participação discreta e fragmentada em Conferências anteriores, revelaram-se unidos e articulados ao longo da Conferência em torno do objetivo de incorporar efetivamente questões de seu interesse aos trabalhos da OMC. Alguns desses países, como Burkina Faso, Chade, Benin e Mali, foram alçados a uma inusitada posição de protagonismo, quando lograram que fosse incluído formalmente, como item separado da agenda, o tema dos subsídios ao algodão. O pleito dos quatro era a eliminação dos subsídios dos produtores desenvolvidos e a prestação de compensação aos agricultores africanos pela redução artificial que aqueles subsídios impõem aos preços internacionais. A questão chegou a ser considerada por muitos como um teste para medir o grau de disposição efetiva dos países desenvolvidos em dar cumprimento às promessas e ao espírito de Doha, tendo em vista a disparidade entre a pequena participação do setor algodoeiro no comércio internacional e a grande importância de que ele se reveste para a economia dos quatro países. A resposta do mundo desenvolvido foi de absoluto desdém, como ficou patente na falta de referência à questão dos subsídios no contexto dos debates sobre a revisão futura de todo o setor têxtil pela OMC. Essa indiferença foi devastadora para as esperanças da sub-região (e de africanos em

geral) de que Cancún propiciaria avanços concretos em temas de seu interesse vital. Ao depararem-se, posteriormente, com demandas de abertura de negociação nos temas de Cingapura, apresentadas por países pouco receptivos na questão do algodão, e sem que se estabelecesse qualquer vínculo nítido com o atendimento de pleitos na área agrícola, os países africanos se negariam a fazer concessões. Esses desdobramentos são cruciais para esclarecer as circunstâncias em que se cristalizou o endurecimento de posições apontado como responsável pelo encerramento da Conferência. Explicam também porque os Ministros do Quênia e da Tanzânia se retirariam da reunião antes do seu final, em sinal de protesto.

O terceiro e talvez mais significativo elemento na correlação de forças que emergiu em Cancún terá sido o surgimento do G-20+. Sua marca distintiva, desde a origem, foi a do firme compromisso com o sentido reformista do mandato de Doha para agricultura. Como visto acima, os Estados Unidos e a União Européia haviam, de fato, sucumbido à tentação protecionista de resguardar seus regimes nacionais (respectivamente, o *Farm Bill* e a PAC revisada) e promover reformas mínimas no sistema internacional vigente. Prenunciava-se a reedição de um Acordo de Blair House (como ficou conhecido o episódio em que EUA e União Européia acertaram os ponteiros entre si, em 1992, ditando os limites que poderia assumir o Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai). O Grupo de Cairns – que reunia os principais países exportadores demandantes em agricultura e que envolve países tanto em desenvolvimento, como desenvolvidos – revelava hesitação em antepor-se ao novo acordo dos dois grandes. A ocasião prestava-se a um rompimento com a tradicional dinâmica da “bipolaridade” no sistema GATT/OMC, segundo a qual os acordos pré-negociados entre europeus e norte-americanos se transformavam no consenso inevitável.

Essa nova investida diplomática caracterizou-se, desde o início, por seu sentido pragmático, destituído

de qualquer componente confrontacionista ou ideológico. Os integrantes do Grupo aproximaram-se em função de afinidades espontâneas ditadas pelo interesse compartilhado no fortalecimento do sistema multilateral de comércio. De um pequeno núcleo formado por Brasil, Argentina e Índia, surgiu uma proposta que refletia de perto a estrutura (mas não o conteúdo, obviamente) do documento conjunto EUA-UE. A questão central nas negociações para a sua elaboração foi a busca de consenso para o tratamento especial e diferenciado, no âmbito de acesso a mercados, em que as posições defensivas de países em desenvolvimento asiáticos, como China e Índia, exigiam acomodação. Mas um importante elemento congregador, desde o início, foi o repúdio aos efeitos danosos causados pelos subsídios distorcivos ao comércio. O texto final não chegava a ser inovador: 70 a 80% das propostas nele contidas haviam sido defendidas pela própria Delegação dos EUA no Comitê de Agricultura da OMC, até um pouco antes da reconversão norte-americana ao protecionismo agrícola.

A unidade do G-20+, calcada numa plataforma comum sólida, revelou-se funcional ao longo da Conferência: o Grupo mostrou capacidade para engajar-se nas negociações de maneira propositiva e flexível a respeito de qualquer tema pontual e, mesmo defrontado com uma segunda versão de projeto de declaração ministerial que não incorporava a maior parte de seus anseios, manteve-se à mesa para negociar, com propostas conjuntas de emendas ao projeto. Infelizmente, a oportunidade de discuti-las não chegou a materializar-se. O G-20+ foi considerado um acontecimento histórico e inovador por inúmeros observadores e comentaristas. Sua atuação equilibrada e construtiva foi explicitamente reconhecida pelo Diretor-Geral Supachai Panitchpakdi. Como comentei em palestra proferida na FIRJAN, em 13 de outubro, o G-20+ encontrou eco junto à opinião pública não por criticar a OMC, mas em função da defesa do mandato da Declaração de Doha e de uma agenda liberalizante e reformista¹. O caráter inovador e a capacidade de

liderança do grupo foram salientados em artigo publicado recentemente no jornal Valor Econômico². Lamentavelmente, outras análises da Conferência levaram alguns participantes – por razões táticas e de forma pouco construtiva – a responsabilizar o Grupo por impasses cuja origem remonta ao processo preparatório em Genebra e que foram agravados pela forma arrogante com que as preocupações de países em desenvolvimento – inclusive as menores e mais frugais – foram tratadas, como vimos nas questões do algodão e dos temas de Cingapura.

Antes da apresentação formal de sua proposta inicial, o Grupo evoluíra de três para 17 membros. Ao longo do processo preparatório da Conferência em Genebra, outros três somaram-se. O Grupo chegou a Cancún com 20 membros do mundo em desenvolvimento e, da abertura ao encerramento da Conferência, sob a coordenação do Brasil, atuou em uníssono. A intensa pressão exercida por países desenvolvidos sobre seus membros individualmente, a qual envolveu inclusive gestões em capitais, resultou numa defecção (El Salvador), mas não impediu a adesão de três novos membros: Egito, Nigéria e Indonésia. Encerrada a Conferência, novas pressões sobre seus integrantes levaram a defecções. É prematuro julgar se serão ou não permanentes. Obviamente, tais pressões não ajudam a reverter o ceticismo dos países menores e menos desenvolvidos quanto às perspectivas de democratização dos métodos de trabalho da OMC. De qualquer forma, e independentemente de sua adesão formal ou não ao Grupo, os seus integrantes originais mantêm os mesmos pleitos e o mais provável é que permaneçam em contato nas etapas futuras das negociações.

Integram o Grupo três dos maiores países africanos (com representação tanto magrebina como subsaariana), vários dos grandes asiáticos, boa parte da América do Sul e mesmo um membro do NAFTA. De maneira ainda mais relevante, a legitimidade do Grupo como um ator central em qualquer negociação multilateral agrícola assenta-se no fato de seus membros representarem mais de 20% do PIB

agrícola mundial (acima dos 15,9% da soma de Japão, Estados Unidos e União Européia) e mais de 65% da população agrícola do planeta (sem comparação possível com o 1 % que representam os agricultores somados de EUA, UE e Japão)³.

A constituição do G-20+ fez-se de maneira não-excludente. Cabe assinalar, por exemplo, que 12 dos 17 membros do Grupo de Cairns – aliados tradicionais do Brasil em matéria de agricultura – decidiram juntar-se ao C-20+. Ao longo da Conferência, o Grupo manteve, de maneira permanente, contato estreito com os cinco membros de Cairns que não se associaram a suas propostas (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Uruguai). Esse contato traduziu-se, em diversos momentos, em cooperação e atuação convergente de uns e outros em questões tópicas. Não devemos esquecer, entretanto, que os 17 membros de Cairns nunca chegaram a influir decisivamente no condomínio “bipolar” das negociações agrícolas a que me referi acima, com seus 7,5% do PIB agrícola mundial e 4,9% da população agrícola⁴.

Os países africanos e o G-20+ sinalizaram para o mundo o fortalecimento da posição dos países em desenvolvimento na diplomacia comercial. Essa afirmação política é indissociável do processo de universalização da OMC. A Organização já conta com 148 Estados-Membros – ainda longe, é certo, dos 191 das Nações Unidas. Mas a tendência histórica no sentido da ampliação de sua composição é consistente; 33 países e territórios aduaneiros independentes aderiram à OMC a partir de 1996, um ano após sua constituição, dos quais 10 do Leste Europeu e 23 do mundo em desenvolvimento – 10 da Ásia, 8 da África e 5 da América Latina e do Caribe. Negociam sua acessão 25 outros Estados, entre os quais a Argélia, a Arábia Saudita e, com destaque, a Federação Russa. Mantida a tendência dos últimos anos, sobretudo após o ingresso da China e uma vez consumada a acessão da Rússia, terão se incorporado ao sistema multilateral de comércio países que respondem pela quase totalidade não

somente do comércio internacional, mas também da população e do território do planeta.

A universalização do sistema multilateral de comércio implica, por certo, conseqüências sistêmicas para a Organização – muito bem-vindas, aliás. Decisões tomadas em um sistema genuinamente mundial têm maior solidez e legitimidade. Mais do que isso, no entanto, não há engenharia política capaz de evitar que uma organização verdadeiramente mundial do comércio deixe de democratizar-se. Democracia, neste caso, se traduz em transparência e em ampla e efetiva participação de todos os membros ao longo do processo de tomada de decisão. Significa também o fim das soluções impostas, dos acertos destituídos de representatividade, do cerceamento da associação em torno de interesses concretos mediante pressões e ameaças. Kevin Watkins, do jornal inglês *The Guardian*, tinha razão ao dizer em 22 de setembro que “Cancún foi o momento em que a *glasnost* chegou à OMC”⁵. A velha prática das decisões a portas fechadas entre *majior players* e da apresentação de fatos consumados para o endosso em grande medida passivo da maioria mostrou ser falível em momentos cruciais. Abre-se, a partir de Cancún, uma oportunidade histórica para o reforço do próprio conceito de multilateralismo no campo comercial.

O funcionamento democrático de uma instituição multilateral impede que ela seja controlada por qualquer membro ou grupo de membros de maneira individual. A opção da bilateralização ou regionalização pode parecer tentadora para certos países desenvolvidos porque a disparidade do peso relativo dos grandes junto aos fracos não enfrenta nela contrapontos em qualquer aliança de monta. Trata-se de um dilema de sérias implicações para o futuro do ordenamento econômico-comercial do mundo. O risco de fracionamento do sistema multilateral é real; a disjuntiva diante da qual nos encontramos é saber se os Estados-Membros aproveitarão o momento engendrado em Cancún para fortalecer o sistema multilateral ou para esvaziá-lo, transportando na prática para foros bilaterais ou regionais as negociações comerciais. É certo que,

não por coincidência, o último dos seis parágrafos do comunicado final da Conferência reafirma o compromisso dos Estados-Membros de implementar a Declaração de Doha. Mas a expressão da vontade política atestada pelos documentos finais tem sido abalada por declarações de representantes de grandes potências comerciais, em que suscitam publicamente a questão de seguir ou não com o formato multilateral para as negociações comerciais. O editorial do *Financial Times* do último dia 29 de setembro⁶ comenta essas afirmações e aponta para os riscos de confiar em recompensas comerciais decorrentes de uma lealdade incondicional aos interesses de um pólo determinado. O artigo lucidamente conclui que a OMC, com seus defeitos, ainda representa a melhor alternativa para genuína liberalização comercial.

Não é possível antever com razoável grau de certeza os desdobramentos da atual situação pós-Cancún. O número de variáveis e de atores interessados é grande o suficiente para que a definição do futuro do sistema multilateral de comércio independa da vontade de qualquer Governo individualmente. Mas há razões para um otimismo cauteloso. Primeiro, não há como compartimentalizar de maneira estrita as questões multilaterais e as bilaterais ou regionais. Os interesses e as sensibilidades são os mesmos e tendem a manifestar-se de forma até mais aguda. No caso das discussões para a conformação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), por exemplo, a Delegação dos EUA recusa-se a negociar “temas sensíveis” como regras *antidumping* e subsídios agrícolas, alegando não ter como oferecer concessões sem um rearranjo global das respectivas disciplinas. Simetricamente, o Brasil e seus sócios do MERCOSUL têm sustentado – no espírito de construção de uma “ALCA possível” e equilibrada – que a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais requererá tratamento multilateral, ainda quando reconheçam o direito dos países que assim o desejarem de concluir acordos bi ou

plurilaterais no contexto da ALCA. Não escapa às análises sobre a ALCA e a Rodada de Doha que ambos os exercícios não constituem vias alternativas, mas sim processos interdependentes. Assim, desengajar-se da Rodada de Doha implica dificultar o equacionamento das agendas de liberalização do comércio pela via bilateral ou regional. A menos que, como afirma o mesmo editorial do *Financial Times*, estejamos lidando com parceiros “excessivamente desesperados e que não estão em condições de rejeitar qualquer oferta” – por pior que seja⁷.

Mesmo para os países desenvolvidos, há na Rodada de Doha – e mais amplamente na OMC – um conjunto de temas e/ou disputas que só podem ser resolvidos pela via multilateral. Um exemplo é o término da chamada “Cláusula de Paz” em agricultura. No Acordo de Agricultura celebrado ao final da Rodada Uruguai em 1994, os Estados-Membros comprometeram-se a não apresentar queixas formais sobre subsídios agrícolas até 31 de dezembro de 2003. Sua prorrogação chegou a ser solicitada por países desenvolvidos que aplicam subsídios, no âmbito das negociações agrícolas da Rodada de Doha. A prorrogação da “Cláusula de Paz” vai contra os interesses dos países demandantes em matéria agrícola. Se os países subsidiadores estiverem interessados em evitar uma enxurrada de queixas submetidas pelo procedimento de solução de controvérsias após sua expiração, terão de dispor-se a sentar-se à mesa para enfim negociar o capítulo agrícola segundo os parâmetros estabelecidos em Doha. De resto, a existência do foro multilateral permite evitar ou pelo menos mitigar o desgaste político inerente aos enfrentamentos comerciais não só entre países ricos e pobres, mas também entre países de nossa categoria. A alternativa para a OMC é o estado de guerra comercial permanente, que não interessa a ninguém.

Em resumo, mantidas as atuais circunstâncias, o caminho mais racional – e, esperamos, por isso mesmo o mais provável – a ser adotado pelos países desenvolvidos na busca de seus próprios interesses é o de manter suas fichas negociadoras no tabuleiro da OMC. O mundo em desenvolvimento dele nunca

se afastou. Dadas as promessas de ganhos universais despertadas pelo lançamento da Rodada de Doha, é legítimo esperar que se processem as recomodações necessárias, em torno de pontos de interesse comum, mediante concessões recíprocas e soluções de compromisso. A racionalidade e a sabedoria política militam, assim, a favor do reforço do multilateralismo.

O Brasil sempre esteve disposto a negociar. O Governo do Presidente Lula tem plena consciência das possibilidades que podem ser abertas para o Brasil e seus vizinhos por um comércio internacional mais livre. Tampouco lhe escapa o sentido de urgência de uma expansão da atividade econômica para a consecução da agenda social. Por essa razão, lamentamos que, no México, não tenhamos podido negociar. Mas negociar, para a Delegação brasileira, pressupunha buscar apoio em uma base o mais ampla possível. A aliança que ajudamos a construir no G-20+ é, até certo ponto, o reflexo de um momento. A dinâmica dos jogos de interesse poderá ou não modificá-la, com possíveis reconfigurações, à medida que evolua o próprio cenário negociador. Outras alianças poderão surgir, em temas distintos e com perfis diferentes. Isso não é o fundamental. A lição a ser extraída de Cancún é a de que é, sim, possível os países em desenvolvimento unirem-se de maneira construtiva em torno de plataformas comuns que no fundo coincidem com os próprios objetivos da Organização Mundial do Comércio. A Agenda para o Desenvolvimento de Doha jamais será cumprida em detrimento daqueles que deveriam ser seus principais beneficiários.

A V Conferência Ministerial nunca havia sido pensada como fim ou início de um processo negociador – e sim como um momento de avaliação dos progressos alcançados e de orientação do trabalho futuro. Constatada a impossibilidade de acordo e a necessidade de novos esforços em Genebra, Cancún permanece como um ponto de inflexão, em que um coro de vozes comprometidas com o sistema soube evitar que a Rodada fosse seqüestrada em detrimento

da grande maioria. É vital que os Estados-Membros retomem o quanto antes os contatos em âmbito técnico em Genebra, com o objetivo de encerrar a Rodada no prazo acordado de 10 de janeiro de 2005. Como tive a oportunidade de observar em conversa recente com o Diretor-Geral Supachai Panitchpakdi, considero importante que duas circunstâncias estejam presentes para uma retomada produtiva das negociações em Genebra: 1) os proponentes dos temas de Cingapura não devem voltar a insistir na abertura de negociações em áreas que visivelmente não estão maduras para tanto, e 2) os principais envolvidos nas negociações agrícolas deveriam tomar como ponto de partida, em Genebra, o último papel do Presidente da Conferência de Cancún. Verificadas essas condições, estimo tecnicamente possível concluir a Rodada no tempo previsto. Sabemos, porém – e este certamente não é o nosso desejo –, que os tempos negociais podem revelar-se mais longos do que o planejado e não dependem apenas de entendimentos no nível técnico. Do nosso ponto de vista, seria preferível submeter-nos a um pequeno atraso a relegar a um futuro incerto a oportunidade para corrigir distorções da Rodada anterior.

Notas

¹ Palestra proferida em 13.10.2003 no seminário “Negociações Internacionais: a Experiência Internacional”, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), na cidade do Rio de Janeiro.

² MARCONINI, Mário. “OMC: acefalia e negligência”. In: Valor Econômico, 14.10.2003.

³ Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), citando dados da FAO e do Banco Mundial.

⁴ Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), citando dados da FAO e do Banco Mundial.

⁵ WATKINS, Kevin. “Cancún was where the WTO found glasnost – and a chance for renewal”. In: The Guardian, Reino Unido, 23.09.2003.

⁶ “A BIG trader trawls for tiddlers: US bilateral deals are

unlikely to net much of a catch”. In: Financial Times, Reino Unido, 29.09.2003.

⁷ *Idem, ibid.*

Educação dos Brasileiros no Japão: Uma Prioridade – Ivan Oliveira Cannabrava, Embaixador do Brasil em Tóquio (International Press, Japão, 03.01.2004)

Ao ser convidado pelo *International Press* para produzir artigo para esta edição, várias razões me levaram a escolher o tema da educação. Ninguém contestará que a educação é fundamental para a formação de qualquer jovem e para abrir-lhe perspectivas para toda a vida. No caso específico da comunidade brasileira no Japão, a questão da educação torna-se ainda mais central, como instrumento de integração na sociedade local, como elemento facilitador de um retorno ao Brasil e sobretudo como um legítimo direito de todos. A evolução no perfil da comunidade faz aumentar a importância de se garantir o acesso dos brasileiros ao sistema educacional japonês, ou às escolas brasileiras no Japão.

A prioridade estratégica desse assunto para a atuação do Governo brasileiro na defesa dos interesses de sua comunidade no Japão se reflete em esforços coordenados que envolvem vários atores no Japão (Embaixada, Consulados-Gerais, escolas e professores brasileiros, empresas brasileiras, organizações não-governamentais, autoridades japonesas em diferentes esferas) e diversas instituições no Brasil (Itamaraty, Ministério da Educação e universidades federais, entre outras). Na “linha de frente” desse trabalho conjunto estão também grupos privados que, quase de forma anônima, se dispõem a apoiar com trabalho voluntário e contribuições financeiras a educação dos brasileiros no Japão.

Além do trabalho cotidiano da Embaixada e dos Consulados junto às autoridades japonesas, o conjunto de atores mencionados acima põe à disposição da comunidade uma série de iniciativas

visando a ampliar as opções de educação, dentre as quais destaco as seguintes: a) aplicação de exames supletivos de ensino médio e fundamental; b) apoio à abertura e regularização das escolas brasileiras no Japão; c) retransmissão dos programas da TV-Escola e do Telecurso 2000; d) doações de bolsas de estudo para ensino fundamental; e e) gestões junto a grandes empresas japonesas, para que ofereçam oportunidades de formação profissional a seus empregados brasileiros.

Para reiterar nos mais altos níveis a importância do tema para o Brasil, visitei recentemente o Ministro da Educação, Takeo Kawamura, que também é Secretário-Geral da Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão. O Governo brasileiro deposita esperanças em que o Ministro seja simpático às causas defendidas pela Embaixada durante sua gestão à frente do Ministério da Educação. Essa expectativa foi inclusive manifestada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que em sua mensagem de congratulações a Kawamura pela assunção do cargo indicou confiar em que o Brasil terá no Ministro Kawamura “sólido aliado no esforço visando a facilitar o acesso à educação da numerosa comunidade brasileira que vive no Japão”.

Naquele encontro, expliquei alguns dos obstáculos de natureza cultural, lingüísticos e práticos enfrentados por brasileiros que optavam pelo sistema educacional japonês e estimei práticas que visem a facilitar a integração de alunos estrangeiros. Reiterei também nosso interesse em que o Monbusho venha a reconhecer os diplomas de ensino médio fornecidos pelas escolas brasileiras neste país reconhecidas pelo MEC, de forma a aceitar que os alunos formados por essas escolas concorram aos exames vestibulares para a universidade japonesa. Por fim, transmiti ao Ministro da Educação três pleitos de interesse das escolas: a) facilitação do reconhecimento das escolas brasileiras como instituições de ensino para estrangeiros; b) facilitação de concessão de vistos para professores não-descendentes contratados para lecionar em escolas brasileiras no Japão; e c) cessão

de professores japoneses para lecionar idioma e cultura japoneses nas escolas brasileiras.

Esse contato com o Ministro Kawamura, que recebeu muito bem todas as demandas, veio coroar um período de muita atividade na área da educação. Em outubro, foi realizada a quinta edição dos exames supletivos de ensino médio e fundamental no Japão, que beneficiou cerca de dois mil membros da comunidade brasileira. É sempre bom recordar que se trata de iniciativa ímpar – o Japão é o único ponto fora do Brasil onde são oferecidos aos brasileiros exames supletivos – e que gera mobilização de proporções impressionantes. Também na mesma época visitou o Japão o Senhor Athayde Alves, integrante do Conselho Nacional de Educação, que – atendendo a antiga reivindicação da Associação das Escolas Brasileiras no Japão – veio conhecer de perto a realidade das escolas brasileiras e discutir aspectos relacionados à educação dos brasileiros no Japão. Sua programação incluiu visitas a instituições de ensino, encontro com representantes de 23 escolas e com pais de alunos e participação na aplicação dos exames de suplência em Iocoama.

A questão da educação vem portanto merecendo o devido apoio e dedicação da Embaixada do Brasil. Os desafios são muitos, mas o empenho de todos os envolvidos é proporcional. O mais importante é que a comunidade esteja ciente de que há muitos esforços em curso para tornar a realidade mais satisfatória e que cada vez mais participe dessa corrente para que, mesmo no Japão, em qualquer circunstância, nenhuma criança ou adolescente brasileiro fique fora da escola. Esse é nosso objetivo maior.

Diálogo com um Simbolismo Especial – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Especial do Jornal Valor Econômico, 21.05.2004)

A visita do Presidente Lula à China na segunda quinzena de maio reveste-se de um simbolismo especial: comemoramos neste ano o trigésimo aniversário do estabelecimento de nossas relações

diplomáticas. Já em seu discurso de posse, o Presidente havia colocado a China em lugar de destaque entre as grandes nações em desenvolvimento com as quais o Brasil pretende estreitar seus laços. Esse objetivo é em grande medida facilitado por um diálogo cada vez mais intenso e fluido e pela convergência de visões e de posições que defendemos no âmbito das Nações Unidas e também da OMC, inclusive do G-20, nas negociações da Rodada de Doha.

O aperfeiçoamento desse diálogo se dará pela criação, durante a visita, de uma Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira de Concertação e Coordenação, capaz de dar ainda maior dinamismo a uma parceria que ambos os lados consideram estratégica. A complementaridade das duas economias tem impulsionado o comércio bilateral, havendo a China passado a ser o terceiro maior mercado para o Brasil, atrás apenas dos EUA e da Argentina. Em 2003, o comércio bilateral alcançou cerca de US\$ 7 bilhões, um aumento de 300% em relação a 2000. Já nos primeiros dois meses de 2004, o intercâmbio comercial aumentou 73% em relação ao mesmo período do ano passado.

Vão-se multiplicando as parcerias empresariais e os investimentos diretos. A EMBRAER ingressa no mercado de aviação regional, com a instalação de uma fábrica em Harbin em parceria com a AVIC. O Conselho Empresarial Brasil-China, composto por algumas das empresas de maior expressão dos dois países, buscará fomentar a realização de missões empresariais e a promoção de uma imagem mais atualizada do Brasil na China. Quanto à presença chinesa em nosso país, hoje concentrada em eletrônica e eletrodomésticos, abre-se um enorme campo no setor de infra-estrutura, com o interesse da China em investir na renovação e expansão da malha ferroviária brasileira. Também está sendo planejada a instalação de uma grande siderúrgica no Maranhão, por meio de uma *joint venture* entre a CVRD e a Baosteel, envolvendo investimentos chineses superiores a US\$ 1 bilhão. O interesse

chinês pelo uso do etanol como combustível deverá fortalecer a parceria em área cujas implicações ambientais, sociais e econômicas são estratégicas para ambos os países. Outros setores onde a cooperação é promissora são os de *software* e energia, em particular a exploração conjunta de poços de petróleo e minas de urânio.

A cooperação científico-tecnológica, que é considerada modelar entre países em desenvolvimento, tem-se estendido a setores de alta tecnologia, inspirando-se no bem sucedido programa de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), que permitiu aos dois países passarem de meros usuários a proprietários de um sistema de sensoriamento remoto, com aplicações nas áreas ambiental, urbana e agrícola, e hoje abre oportunidades para a venda de imagens para terceiros países na África, na América Latina e na Ásia.

No campo cultural, o Presidente Lula esteve presente à abertura, em São Paulo, em 2003, da exposição de tesouros artísticos chineses que atraiu quase um milhão de visitantes. Durante sua visita à China, o Presidente Lula inaugurará, por sua vez, “Exposição de Arte Indígena e Arqueologia Brasileira”, dentro da Cidade Proibida, em Pequim, que, esperamos, atrairá a atenção do público chinês.

Brasil e China enfrentam desafios similares no campo da saúde pública. Memorandos para a cooperação nas áreas agrícola e biotecnológica deverão ser assinados, vindo ao encontro de programas de segurança alimentar e de inclusão social nos dois países. Iniciativas de cooperação também serão estabelecidas nas áreas da pesca e da aquicultura.

Compartilhamos, enfim, a concepção de uma ordem internacional multipolar, mais justa e equitativa. Abrem-se grandes possibilidades de trabalho conjunto para o fortalecimento e renovação das Nações Unidas. A visita do Presidente Lula à China será um marco da determinação mútua de elevar o patamar de uma já exemplar relação bilateral.



ENTREVISTAS

Ministro prepara-se para fechar detalhes da ALCA e crê que negociação com EUA ainda tem armadilhas – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Época, 05.01.2004)

A partir de fevereiro, quando serão retomadas as negociações da ALCA – Área de Livre-Comércio das Américas, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, estará diante de uma das mais espinhosas tarefas do Governo Lula ao longo de 2004. Os negociadores vão definir os detalhes de um acordo que envolverá 34 países, com uma população total de 800 milhões de pessoas e um PIB somado de US\$ 12 trilhões. Amorim já preparou as armas: “Em toda negociação há a hora de ser suave e a hora de ser rígido. Há momentos em que você precisa mostrar que está perdendo a paciência”, admite. A idéia da ALCA foi lançada pelos Estados Unidos em 1994. O projeto inicial era derrubar os muros comerciais entre os países da região. Os americanos queriam ir além da redução de barreiras tarifárias. Pretendiam estabelecer regras de proteção à propriedade intelectual e a abertura dos setores bancário e de serviços. O Brasil bateu o pé, com o argumento de que os americanos pediam muito, sem oferecer contrapartidas como a redução de subsídios agrícolas. Diante do impasse, os governos decidiram, numa reunião realizada em novembro em Miami, partir para uma “ALCA *light*”, cujo desenho ainda apresenta muitos pontos em aberto. Nesta entrevista, Amorim revela os próximos movimentos da batalha diplomática.

Época: Qual é sua expectativa para as negociações da ALCA em 2004?

Celso Amorim: Sinceramente, a ALCA nunca esteve tão perto de ser criada quanto agora. Antes,

o ambiente conduzia a um impasse de última hora.

Época: Por que a situação está mais favorável?

Celso Amorim: O objetivo dos americanos era criar um espaço com normas unificadas que não levavam em conta as diferenças entre os países. Havia um movimento para levar adiante todos os temas difíceis para o Brasil. Ao mesmo tempo, as questões de interesse do Brasil não eram discutidas. O comitê agrícola da ALCA nem sequer se reunia. Tentamos reequilibrar o jogo e chegar a um acordo que fosse do interesse de todos. Para que os produtos de outros países tenham acesso a nosso mercado, nossos produtos precisam ter acesso ao mercado deles. Além disso, foi preciso impedir que as negociações comprometessem nossa capacidade de tomar decisões sobre desenvolvimento industrial, tecnológico, social e ambiental.

Época: Essa mudança não esvazia o projeto inicial da ALCA?

Celso Amorim: A mudança significa um esvaziamento de problemas e, portanto, um adensamento de soluções. Havia uma série de questões que estavam abertas e só poderiam ser resolvidas com rolo compressor. Mas isso não podíamos aceitar. Assim como os Estados Unidos têm assuntos que não podem ser tratados na ALCA. Estamos adotando uma atitude realista.

Época: O que o Brasil pode ganhar?

Celso Amorim: Há muito trabalho pela frente. Temos mercados a ganhar com a ALCA. Não será nada fácil. Não tenhamos ilusões. As pessoas falam de área de livre-comércio e acham que os EUA abrirão todo o mercado para nós imediatamente. Isso é o que nós vamos tentar. Sabemos que eles colocam restrições nas áreas agrícolas e promovem

medidas de defesa comercial. Para nós, a ALCA é basicamente uma negociação com os Estados Unidos e o Canadá. Para o resto, não precisamos de ALCA. Os países centrais não são centrais à toa. Eles produzem mais idéias e têm mais gente para negociar.

Época: Quais serão os riscos dessas negociações para o Brasil?

Celso Amorim: Na negociação de tarifas, temos de evitar uma redução desequilibrada, que dificulte a entrada de nossos produtos agrícolas nos Estados Unidos e facilite demais a entrada dos produtos manufaturados deles no Brasil. Mas o maior risco era mesmo transformar a ALCA num instrumento que tirasse nossa liberdade de regulamentação da economia.

Época: Como assim?

Celso Amorim: Nosso objetivo com a ALCA não é criar as mesmas normas para todos os países do continente. Precisamos de liberdade para continuar regulamentando e usar certos instrumentos de política industrial que os países desenvolvidos usam. Um exemplo são as compras governamentais. Nos Estados Unidos, as compras ligadas ao Pentágono são fantásticas. Não vivemos essa realidade. O gasto militar no Brasil é baixíssimo. Não podemos abdicar do poder de compra da PETROBRAS e da ELETROBRÁS para fazer política industrial.

Época: O contato com os negociadores americanos ficou mais ameno nos últimos tempos? Há quem diga que o senhor já está chamando de Bob o representante do comércio dos EUA, Robert Zoellick.

Celso Amorim: Chamar pelo primeiro nome é muito comum. Foram os anglo-saxões que espalharam essa prática pelo mundo. Em toda a negociação há a hora de ser suave e a hora de ser rígido. Há momentos em que você precisa mostrar que está perdendo a paciência.

Época: Quais são as dificuldades do Brasil nessa negociação?

Celso Amorim: Na ALCA, a configuração negociadora não é favorável para o Brasil em alguns

temas. Entre os 34 países, há aqueles que já fizeram acordos, como Canadá e México. De resto, tirando Brasil e Argentina, os outros países são muito pequenos e, por isso, não têm grandes interesses para negociar. Vocês acham que um país pequeno tem uma indústria de genéricos?

Época: Houve uma mudança de estilo na condução da política externa em relação ao Governo anterior?

Celso Amorim: É verdade. Eu não uso gravata Hermès. Esta gravata aqui vem dos Estados Unidos (confere a etiqueta na parte detrás da gravata). As ênfases dadas pelos governos mudam muito as relações. O Presidente Fernando Henrique já tinha feito uma reunião com os Presidentes da América do Sul. Qual foi a energia dedicada a isso? Para quantos países africanos e árabes os Ministros viajavam? Poucos. O Presidente Lula esteve com todos os Presidentes da América do Sul. Foi duas vezes à Colômbia. Não basta ter idéias: é importante se empenhar para colocá-las em prática. O acordo da Comunidade Andina com o MERCOSUL é um fato histórico. Não basta só mudar a agenda da ALCA. É preciso fazer coisas reais. Países como Colômbia, Equador e Venezuela vão perceber a importância da América do Sul quando esses trabalhos começarem a render frutos. Ao propor uma reunião de cúpula entre países árabes e América do Sul ou ao criar o G-20, o grupo dos países em desenvolvimento, estamos lutando para colocar as idéias em prática.

Época: O Governo anterior não lutava para colocar suas idéias em prática?

Celso Amorim: Não quero criticar o Governo anterior. Mas tudo é uma questão de se engajar em determinadas questões. O MERCOSUL, por exemplo, estava virando um faz-de-conta. Todos diziam que era uma união aduaneira. Na prática, cada país criava suas exceções sem nenhuma regra ou visão de conjunto. Decidimos reconhecer a realidade que existia. Percebemos que não haveria condições de estabelecer uma tarifa comum externa. Então decidimos dar um tempo para as economias menores.

Para enfrentar os problemas atuais, é melhor que o Paraguai mantenha durante um tempo uma maquiladora, uma empresa que apenas monta produtos a partir de peças pré-fabricadas.

Época: O que o Brasil tem a ganhar nos contatos com países pequenos?

Celso Amorim: Essa é a mesma pergunta que se fazia sobre a relação do Brasil com a Argentina e, depois, com o MERCOSUL. De fato, o comércio está lá em cima, nos países desenvolvidos, mas as barreiras impostas por esses países não desaparecerão tão facilmente. O Governador da Flórida (Jeb Bush, irmão do Presidente George W. Bush) já disse em público: “Cítricos, nem pensar”. Ora, ao Brasil interessa justamente exportar o suco de laranja. Devemos explorar novas oportunidades. Precisamos ter alternativas e uma visão de que não estamos dependendo exclusivamente de determinados mercados.

Época: Quais são as prioridades da política externa para o próximo ano?

Celso Amorim: Em 2004, vamos consolidar muito o que foi lançado no ano passado, como o acordo do MERCOSUL com a Comunidade Andina. Na prática, estamos caminhando para uma Comunidade Sul-Americana de Nações, o que é extremamente importante. A ALCA é uma negociação importante. Há outras questões que exigem atitude do Brasil, como as relações com a África e os países árabes. O fortalecimento das relações com outros países em desenvolvimento também é de extrema relevância. Criamos no ano passado o G-3, formado por Brasil, Índia e China, as três grandes democracias com influência política em seus continentes. O Presidente Lula vai à Índia e à China agora no início de 2004.

Época: Por que é importante ter uma posição mais firme sobre conflitos em países distantes?

Celso Amorim: No tempo em que era professor de teoria política, eu dizia: “Você pode não se interessar pela política, mas a política vai se interessar por você”. Essas questões deverão nos afetar em

algum momento. Se há a convicção de que podemos contribuir para a paz, devemos tentar. Paz é como ar: você só sente falta quando ele falta. Esses conflitos podem afetar a vida dos brasileiros porque influem nos fluxos de comércio, por exemplo. Isso sem falar nos ideais. A política externa expressa os ideais de um país.

Época: Os encontros do Presidente Lula com ditadores como o líbio Muamar Kadafi provocam muitas críticas.

Celso Amorim: Eu participei de todas as conversas entre eles. O Presidente Lula nunca deixou dúvida sobre suas posições. O argumento mais eloquente em favor da democracia é a trajetória de vida do Presidente Lula. Quando discute o futuro no exterior, ele sempre lembra que seu mandato é de quatro anos e que no Brasil tudo depende de eleições. Posso dizer que o Presidente Lula transmitiu suas mensagens sem que fosse preciso dar lições de moral.

Época: O presidente Lula lançou a idéia da área de livre-comércio entre os países do G-20. O que o senhor acha desse plano?

Celso Amorim: O Presidente disse que é muito importante lançar uma rodada de negociações comerciais entre países em desenvolvimento. Ele disse que devemos começar essa negociação escolhendo alguns setores da economia. Se formos mais ousados, poderemos ter uma área de livre-comércio. O importante é lançar a idéia para as pessoas poderem pensar em uma geografia comercial do mundo, como disse o Presidente, que não seja sempre aquele fluxo Norte-Sul.

Época: Quantas viagens o senhor fez no ano passado?

Celso Amorim: Não sei. Mas posso dizer que uma das atribuições do Ministro das Relações Exteriores é viajar e algumas de minhas viagens foram feitas com enorme desconforto.

Época: O senhor tem sempre uma mala preparada para viagens? O que é indispensável dentro dela?

Celso Amorim: É como no cinema. Política externa é uma mala na mão, uma idéia na cabeça e

um orçamento apertado. Uso uma daquelas malas especiais para guardar terno. Carrego sempre na mala escova de dentes e meus remédios. O único problema é quando o roteiro inclui vários países. Às vezes, não dá tempo de lavar a roupa.

Entrevista do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Bom Dia Brasil, TV Globo, 16.01.2004)

Renata Vasconcellos: A diplomacia brasileira vem mudando de tom a cada encontro de Chefes de Estado e a cada viagem do Presidente Lula. Com os Estados Unidos, nosso principal parceiro comercial, as discussões estão em outro nível; buscam interesse do Brasil, às vezes de uma forma que põe os negociadores em posições conflitantes.

Renato Machado: Comércio, MERCOSUL, ALCA, Venezuela, são pontos de divergência. Agora a questão dos vistos e da entrada de americanos e brasileiros esquentou as discussões. Ontem à noite, depois de ficar quase 36 horas detido no aeroporto de Guarulhos, finalmente voltou para casa o piloto americano que grosseiramente desacatou autoridades da imigração brasileira. Sobre esses assuntos vamos conversar agora com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Cláudia Bomtempo: Ministro, o Governo diz que ainda estuda se vai manter essa obrigação de identificação dos americanos, e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, vem ao Brasil certamente para pressionar o senhor para o fim desta medida. O Governo vai ceder?

Celso Amorim: Primeiro, o Secretário de Estado não vem aqui para me pressionar para o fim desta medida. Na realidade, quem levantou o assunto na conversa com o Presidente Bush foi o Presidente Lula, não no espírito de fazer pressão, mas no espírito evidentemente de encontrarmos uma solução que seja mutuamente vantajosa. Obviamente se nós queremos a integração das Américas, não é barrando a entrada das pessoas. Agora isso tem que ser recíproco,

porque a reciprocidade é o princípio básico das relações internacionais. Naturalmente, quando o Secretário Powell vier aqui este assunto deverá ser tratado; eu espero até que já possamos ter encaminhado algo antes da chegada dele, talvez uma proposta mais concreta. Agora, trataremos de muitos outros assuntos: o Brasil é atualmente membro do Conselho de Segurança, os Estados Unidos são um dos membros permanentes, entre dezembro e março terei visto todos os ministros dos Países-Membros permanentes do Conselho de Segurança; entre outros, esse também será um dos temas tratados com o Secretário Colin Powell.

Cláudia Bomtempo: Diante de toda essa repercussão com o caso do piloto americano, o senhor não teme que os brasileiros sofram ainda mais represálias lá fora?

Celso Amorim: Bom, eu primeiro acho que é difícil sofrer mais; na realidade, nós estamos procurando simplificar os procedimentos. Se comparar com o que aconteceu no primeiro dia e o que tem acontecido agora, tudo está mais simplificado; o caso do piloto é um caso totalmente à parte. São inúmeras as reclamações que nós recebemos, e nós nunca politizamos essa questão, mas evidentemente o que aconteceu com a exigência de identificação foi uma gota d'água, que despertou a reação do juiz, e despertou mais reação também da sociedade brasileira. Eu sempre digo: a reciprocidade não é para tratar mal os outros, é para que os outros nos tratem bem, com dignidade, porque os brasileiros também merecem.

Alexandre Garcia: Ministro, os nossos aeroportos são seguros, o nosso passaporte é seguro?

Celso Amorim: Não, eu acho que, digamos, esta é uma boa ocasião para nós melhoramos o nosso passaporte, para começar, e também para adotar outros procedimentos de segurança nos nossos aeroportos. Na realidade, a medida que foi tomada pelo Executivo, por esta Portaria Interministerial, visa à reciprocidade, mas visa também a possibilitar que

sejam tomadas medidas de segurança. Agora, o que os Estados Unidos poderiam ter feito – eles têm lá suas razões, porque que não o fizeram por critérios matemáticos – seria nos dar um prazo para adaptar o passaporte, como outros países tiveram, inclusive países com os quais os Estados Unidos têm relações há muito menos tempo do que com o Brasil. E se nós estamos procurando fazer uma integração das Américas, e queremos liberdade de capitais, liberdade de movimento de mercadorias, como é que nós vamos restringir cada vez mais o movimento das pessoas? Isso não é positivo para um processo de integração.

Renato Machado: Ministro, esse princípio da reciprocidade adotado pelo Governo brasileiro, que teve essas conseqüências, o senhor acredita que isso possa ter algum impacto no turismo de americanos que vêm ao Brasil?

Celso Amorim: Nós esperamos que não. Aliás a proposta do Presidente Lula de eliminar os vistos seria, se os Estados Unidos aceitarem, a mais positiva de todas para o turismo, porque, veja bem, um turista brasileiro que vai aos Estados Unidos, ou às vezes nem vai aos Estados Unidos, mas tem que passar pelos Estados Unidos, deve pagar US\$ 100 só para fazer o requerimento do visto, que pode inclusive ser recusado. Vamos tentar simplificar essas coisas, vamos tentar trabalhar num verdadeiro espírito de integração. Todo mundo fala da integração das Américas e compara com a integração da União Européia. Na União Européia as pessoas andam livremente, se locomovem livremente, e é por isso que se conseguiu uma verdadeira integração, porque os alemães vão à França, os espanhóis vão à Itália, e tudo isso se passa hoje em dia quase como uma grande Nação. Agora, com essas barreiras, é difícil você falar verdadeiramente em integração. Você pode até falar em comércio, negócio. Agora, eu acho que, de qualquer maneira, os procedimentos nos primeiros dias, que foram decorrentes de uma ação judicial, foram procedimentos improvisados. Quando há situações semelhantes – eu vi muitas na Europa,

quando a França estabeleceu lá uma barreira por questões fitossanitárias da Inglaterra, ficavam aquelas filas de caminhões nos primeiros dias, depois se acertava e se fazia a coisa de uma maneira mais racional, que eu acho que é o que vai ocorrer a curto prazo; mas o que nós queremos é uma solução definitiva, se for possível através da eliminação dos vistos. Se não for possível a eliminação dos vistos, que eu continuo esperando que seja, vamos pelo menos estabelecer elementos de identificação que não criem embaraços excessivos para um lado e para o outro. Agora, a verdade é que o processo de identificação para os brasileiros foi a gota d'água, depois de muitas outras questões em que brasileiros, até jornalistas – vocês saberão de muitos casos –, foram maltratados, pessoas que foram algemadas, pessoas que passaram horas tendo que explicar, depois de terem passado por um processo semelhante antes de irem para o exterior. Agora, eu quero repetir, nós respeitamos os legítimos direitos e preocupações dos Estados Unidos ou de qualquer outro país com a sua segurança, com a sua política migratória. Você disse que o Brasil escolheu o princípio da reciprocidade; o princípio da reciprocidade não foi escolhido pelo Brasil, o princípio da reciprocidade é a base das relações internacionais. Só países que não têm auto-respeito não aplicam o princípio da reciprocidade.

Renata Vasconcellos: Ministro, sobre a Cúpula de Monterrey, a questão da ALCA acabou entrando no relatório final, ao contrário do que queria inicialmente o Presidente Lula; a questão do visto com os Estados Unidos não foi resolvida, e até o Brasil não foi convidado para ser um dos titulares no esforço conjunto dos Estados Unidos e do México para sanar a crise da Bolívia. A gente pode dizer que Monterrey não foi lá muito bom para o Brasil?

Celso Amorim: Eu discordo totalmente. Em primeiro lugar, o tema central de Monterrey foi o tema que o Presidente Lula sugeriu, foi o tema social. Nós não achávamos que a cúpula fosse necessária naquele momento dentro do processo normal e

condicionamos a participação – o Presidente Lula condicionou sua participação – a que a ênfase da cúpula fosse dada a temas sociais, e foi. Quer dizer, na realidade, agora a centralidade do elemento social no processo de desenvolvimento está estabelecida, ao contrário do que queria antes o consenso de Washington, que era liberalizar o comércio, liberalizar o fluxo financeiro, e tudo mais viria por acréscimo. Hoje há uma consciência de que não é assim. Isso esteve presente na Declaração e em todos os discursos; conseguimos incluir uma cláusula muito importante para nós, que é, por exemplo, que a transparência, a questão da corrupção, deve ser vista em relação aos Governos, mas deve ser vista também em relação às grandes empresas privadas, sobretudo as multinacionais. Casos como o da Enron, da Parmalat, que nós estamos vendo agora, afetam consumidores, afetam outros produtores que dependem dessas empresas. Afetam o risco país, por incrível que pareça, quando há um efeito como houve o da Enron na Bolsa de Nova York. O risco dos países emergentes foi afetado; então isso também foi tratado pela primeira vez. O Presidente Lula teve muitos encontros lá, não só com o Presidente Bush, que foi o mais noticiado, mas teve com muitos outros. Tivemos ocasião de reafirmar com o Presidente Toledo, com o Presidente Uribe a importância da integração sul-americana; as cláusulas que estão na Declaração correspondem muito ao nosso interesses. Sobre a ALCA, o que nós queríamos é que não houvesse nenhuma tentativa de reescrever ou reinterpretar o resultado de Miami. Daí o desejo nosso de que não se comesse desde logo com grande ênfase no assunto, porque se ele fosse tratado politicamente pelos presidentes, isso poderia alterar um equilíbrio muito delicado sobre o resultado de Miami. Ora, tudo isso é um processo de negociação. A fórmula que ficou no final é perfeitamente aceitável para o Brasil. É uma fórmula que reafirma os resultados de Miami, com os quais nós estamos perfeitamente de acordo; então eu acho que foi um resultado extremamente positivo para o Brasil. Com

relação à Bolívia, o Brasil já tem dado toda a sua ajuda bilateralmente, apoiará esse grupo que foi formado e que vai lá – nós temos um Embaixador que foi a Washington para isso. Agora, eu repito, com relação à Bolívia, o que o Brasil pode fazer e tem feito, e o que ele faz mais que qualquer outro país, ele tem feito bilateralmente.

Renato Machado: Ministro, e sobre a questão da Venezuela, o Brasil achou que houve mudanças em parceiros da América do Sul?

Celso Amorim: A questão da Venezuela, se você olhar há um ano atrás, quando nós sugerimos a criação do Grupo de Amigos, ninguém acreditava que o processo chegasse ao ponto que chegou, que houvesse a coleta de assinaturas com observadores internacionais. Claro que é uma situação complexa, mas continua avançando, e é uma situação que, ao contrário do que foi apontado aí, propiciou a cooperação Brasil-Estados Unidos de maneira muito intensa. O Presidente Bush elogiou e agradeceu ao Presidente Lula – aliás não tem muito o que agradecer porque é interesse nosso –, mas elogiou a nossa atuação tanto no caso da Venezuela como no caso da Bolívia.

Cláudia Bomtempo: Tem mais um assunto pendente com os Estados Unidos, um assunto até delicado. O Brasil está entrando nesse momento com uma reclamação junto à OMC com relação ao comércio dos Estados Unidos. Como está esta posição?

Celso Amorim: Nós estamos fazendo valer o nosso direito, como qualquer outro país na OMC faz. A questão é a famosa Emenda Byrd, que, digamos, faz uma dupla penalidade, porque ela não só cobra o *antidumping*, que é cobrado às vezes de maneira arbitrária, mas ainda transfere o dinheiro para os produtores americanos; portanto dá um subsídio. O Brasil – como a União Européia, como o Japão, México e vários outros países – está entrando com pedido de autorização para retaliar. Isso não quer necessariamente dizer que vamos retaliar. Pode ser que daqui até lá os Estados Unidos mudem a medida, o que para nós é o ideal.

Balanco do primeiro dia de viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (conversa com jornalistas brasileiros, 25.01.2004)

Queria, rapidamente, relatar as conversas de hoje com o Presidente da República, da parte cerimonial e protocolar, da parte de honra, da chegada e, depois, a oferenda floral ao grande líder Gandhi, que é um líder de inspiração para ele próprio, Presidente Lula, como ele manifestou inclusive na conversa bilateral que teve.

Inicialmente, ele recebeu o Ministro das Relações Exteriores na visita de cortesia que naturalmente é feita no palácio em que ele está hospedado. E, depois, teve um encontro bilateral com Primeiro-Ministro Vajpayee.

Foram tratados vários assuntos de cooperação bilateral e também de cooperação multilateral entre os países. Alguns dos assuntos da cooperação bilateral são esses que estão refletidos nos acordos que foram assinados – acordo na área espacial, programa de trabalho na área cultural, acordo de turismo, acordo de vistos. Mas outros também, porque há muitos acordos que estão sendo ainda gestados e que estarão prontos brevemente, como na área de educação, na área de ciência e tecnologia, na área de saúde, etc.

Bom, além disso, foram tratados também temas de natureza multilateral, tanto na conversa privada que ele teve com o Primeiro-Ministro Vajpayee quanto depois, na conversa de trabalho. E eu daria um destaque a isso, ao apoio mútuo que os países fizeram para serem membros permanentes do Conselho de Segurança; à atuação conjunta do G-20 dentro do quadro da OMC. Também, de maneira muito enfática, é importante o G-3, que envolve, além da Índia, o Brasil e a África do Sul, e que, como temos dito, não é um grupo fechado, é um grupo *open ended*.

E, depois, foram falados também vários outros temas da área bilateral, que podem propiciar acordos

os mais variados. Só para citar um exemplo, a Itaipu Binacional está negociando aqui a criação de um pólo de ciência e tecnologia no Brasil e no Paraguai, que é algo extremamente importante também para a nossa integração.

A área cultural, obviamente, engloba vários assuntos, como cinema, artes plásticas, outros aspectos, música.

Mas eu também queria dar um destaque à parte educacional, que ainda vai se desenvolver. E também à cooperação nos programas sociais. Eles falaram também, como eu já referi, da cooperação trilateral Brasil, África do Sul e Índia, mas muito especificamente da reunião que aqui vai se realizar, em março.

O Presidente convidou o Primeiro-Ministro Vajpayee para visitar o Brasil. Em particular, para a inauguração da 11ª reunião da UNCTAD, que se realizará no Brasil, em junho, mas também para uma visita bilateral do Primeiro-Ministro.

Então, esses foram alguns dos temas tratados, todos num clima de excelente cordialidade. Uma visita, obviamente, que apenas anuncia uma relação ainda mais profunda, privilegiada, para usar os termos que os dois governantes usaram. Uma relação estratégica entre Brasil e Índia, que se expande no comércio, tecnologia. E, obviamente, talvez um ponto de grande destaque: o acordo entre o MERCOSUL e a Índia, que, creio, faz um traço novo no mapa do mundo.

Obrigado.

Dá para ser em 2004 – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Revista Veja, 28.01.2004)

O Ministro das Relações Exteriores diz que é possível um acordo sobre a ALCA ainda neste ano, mas, se os Estados Unidos forçarem demais, as coisas param

Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, é a encarnação viva do diplomata brasileiro padrão: culto, preparado, educado – e barbudo. Embora os pêlos faciais não sejam automaticamente uma

declaração política de terceiro-mundismo, política externa não-alinhada (o termo do momento é “altiva”) e outros surtos ocasionais que varrem o Itamaraty, o Chanceler tem participação ativa e assumida nas iniciativas diplomáticas mais espalhafatosas do Governo Lula. Incluem-se na lista a visita à Líbia de Muamar Kadafi, o exterminador de passageiros inocentes (“A ONU não o considera mais um promotor do terrorismo”), e o fichamento de turistas americanos em nome do princípio da reciprocidade (“Pergunte quantos brasileiros vão aos Estados Unidos e são tratados de modo inadequado”). Tudo isso são detalhes. Importante mesmo, para o país e para culminar a carreira desse diplomata apaixonado por xadrez e saudoso da era do cinema novo – e da EMBRAFILME, da qual foi Diretor-Geral –, são as negociações sobre a ALCA, das quais ele é o principal condutor: “O ritmo das negociações é de xadrez, e não de Copa do Mundo”.

Veja: Em todos os seus anos como diplomata profissional, o que o senhor aprendeu sobre os americanos?

Celso Amorim: Que eles só respeitam quem se respeita. Quem defende seu interesse, sem ser antiamericano, eles respeitam. Quando é um interesse legítimo, e não apenas um jogo para a platéia, eles respeitam. Tenho essa experiência tanto em negociações comerciais quanto políticas. Quando eu estava no Conselho de Segurança da ONU, chegamos a uma conclusão com base na proposta que o Brasil fez. O Embaixador americano me disse que nós o chateamos pra burro, mas que sem o Brasil não ia sair resolução alguma. Você precisa ter uma opinião baseada em princípios e interesses, e seguir seu rumo com equilíbrio. Se é submisso, você é descartado, ninguém liga para o que você faz. Por outro lado, se é estridente, retórico, também não se configura como um interlocutor válido. A arte da diplomacia é defender o interesse nacional e fazer isso de modo humanista e equilibrado.

Veja: O fichamento de turistas americanos,

determinado em represália à iniciativa dos Estados Unidos, preenche esses requisitos?

Celso Amorim: Isso não foi iniciativa do Itamaraty. Foi uma decisão judicial. Mas a reciprocidade é a base das relações humanas. Não adotamos a identificação de passageiros americanos para tratá-los mal, mas para incentivar outras pessoas a não nos tratar mal. A reciprocidade não tem de ser automática nem absoluta. Pergunte quantos brasileiros vão aos Estados Unidos e são tratados de modo inadequado. São vários. O fichamento de brasileiros foi a gota d’água.

Veja: A agressão brutal sofrida pelos Estados Unidos não explica o rigor da medida?

Celso Amorim: Ninguém pode ignorar a agressão que eles sofreram nem querer ensiná-los como impedir que ocorra de novo. Mas o fato é que eles deram um prazo para alguns países se adaptarem e terem um passaporte seguro e não precisarem de visto. O nosso passaporte tem problemas, não é o ideal, mas não tivemos esse prazo. Nós queremos esse tratamento também. Nenhum terrorista partiu do Brasil para atacar os Estados Unidos, com quem compartilhamos longa história de convivência pacífica e com quem lutamos lado a lado na II Guerra Mundial.

Veja: Em uma escala de 0 a 100, quais as chances de o Governo conseguir que os americanos aceitem nos dar o tratamento que o senhor considera ideal?

Celso Amorim: Se eu entrasse em qualquer negociação pensando numa escala de 0 a 100, nem começaria. Quem entra achando que vai ser derrotado, vai ser derrotado. Se entra com uma dose de confiança, pode empatar, e até ganhar o jogo. O nosso objetivo tem de ser o mais próximo do máximo que se possa obter, mas se conseguirmos algo intermediário não é ruim. O impasse é que deve ser evitado. Todo mundo sabe que os empecilhos para o Brasil não são decorrentes de uma ameaça terrorista, mas relacionados à imigração. Os Estados Unidos, porém, não admitem isso claramente.

Veja: Por que as autoridades americanas deveriam se preocupar com um problema cuja causa é a falta

de oportunidades econômicas no Brasil se foi isso que levou quase 1 milhão de brasileiros a procurar vida melhor nos EUA?

Celso Amorim: A imigração ocorre no mundo inteiro, não é um problema fácil. Mas com a Europa chegamos a um acordo. Tem-se de abrir a discussão. O ideal seria eliminar o visto, mas, se você tiver um controle adequado da entrada, é uma solução para o meio do caminho. O que pedimos aos Estados Unidos é o estabelecimento de um tratamento adequado às pessoas.

Veja: Atritos do gênero indicam uma recaída na velha política de não-alinhamento, que é outra expressão para a animosidade com os Estados Unidos?

Celso Amorim: Não há nenhuma estratégia terceiro-mundista por parte do Brasil. Não queremos trocar o Primeiro pelo Terceiro Mundo. O Brasil quer alargar as suas parcerias. E tem obtido resultados com isso. Exportamos para a China, para a Índia. E isso nos reforça na negociação com os países ricos. Não queremos recriar a velha UNCTAD (a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, que nos anos 70 se tornou um fórum global de oposição aos Estados Unidos), fazer uma gritaria, confrontação. Estamos participando das negociações na Organização Mundial do Comércio, a OMC. Na última reunião da OMC, uniram-se pela primeira vez os objetivos de justiça social e livre-comércio. Até então havia aqueles que diziam que o livre-comércio era bom e depois viria a justiça social. Estamos mudando a geografia da negociação comercial do mundo, e queremos negociar de maneira equilibrada. Não estamos contra nenhum país, mas a favor dos nossos interesses.

Veja: Mudar a geografia comercial do mundo, como o Presidente Lula disse pretender fazer, não é retórica inútil, palavras ao vento?

Celso Amorim: Política é feita de muitas coisas, inclusive de imagens que sejam fáceis de captar.

Veja: Com que cara o Brasil se apresentará em Washington se, no caso de uma nova crise financeira, precisar pedir ajuda ao Governo americano?

Celso Amorim: Primeiro, precisamos evitar a

crise. É a coisa mais inteligente a fazer. A política de criar saldos comerciais altos é muito positiva. Deixar o endividamento crescer como cresceu, com déficit de 30 bilhões de dólares nas transações correntes, foi um perigo. Reduzindo isso, você reduz as possibilidades de crise. Também temos de trabalhar multilateralmente. Acho que tem de haver critérios multilaterais, e isso não impede que nossas relações com os EUA sejam boas, como efetivamente são. Não estamos peitando, mas buscando soluções na ALCA. Ninguém está dizendo “ALCA não!” Além disso, é preciso considerar que o Brasil é um país muito importante sistemicamente. A Argentina do Governo Menem não peitou em nada os EUA e foi deixada à própria sorte porque era menos importante sistemicamente. O mundo é cruel.

Veja: Os americanos não podem concluir que está na hora de mostrar um pouco mais as garras para o Brasil?

Celso Amorim: Não concordo. Eles nos olham como parceiros. Eu nunca senti uma atitude de cobrança nas minhas conversas com o (Secretário de Estado) Colin Powell. Conversamos inclusive no sentido de não deixar as relações comerciais atrapalharem as nossas relações diplomáticas. Em relação à América do Sul, há uma atitude positiva. Eles sabem que nossa política é de democracia, de estabilizar o sul do continente. As formas não são as mesmas. Mas os valores básicos são os mesmos. Quando dois povos têm os mesmos valores básicos, como é o caso de Brasil e Estados Unidos, as discordâncias não produzem confronto. São até necessárias.

Veja: Qual a lógica em visitar um país como a Líbia, de nenhuma importância estratégica, cujo ditador, Muamar Kadafi, no passado mandou explodir dois aviões lotados de homens, mulheres e crianças inocentes?

Celso Amorim: Nas relações internacionais há uma série de coisas que temos de equilibrar. Se você for ter relações só com aqueles que considera virtuosos, talvez não saia de casa. Aliás, na vida é assim também. Nós temos de levar em conta uma

série de fatores. Nenhuma das partes interessadas, EUA, França e Inglaterra, se opôs a que a ONU deixasse de considerar um promotor do terrorismo.

Veja: Em assuntos desse nível, por exemplo, o que é decidido por iniciativa sua e o que é vontade do Planalto?

Celso Amorim: Executo a política externa determinada pelo Planalto. Mas eu lhe garanto que se não estivesse de acordo não a executaria. Já tive todos os cargos que poderia ter na carreira diplomática, não quero me perpetuar nela. E se executo e ajudo na formulação da política externa é porque tenho total afinidade com os objetivos traçados pelo Presidente Lula.

Veja: O Ministro Antonio Palocci disse que só aceitaria ser Ministro se Lula lhe garantisse que não haveria assessores palacianos opinando sobre política econômica. Em política externa, há muitos. Isso atrapalha?

Celso Amorim: Acho que política externa é que nem cinema na EMBRAFILME: todo mundo dá palpite. Isso não atrapalha. Acaba prevalecendo a linha mais serena, que dá ênfase ao interesse nacional.

Veja: Os EUA farão a ALCA mesmo sem o Brasil?

Celso Amorim: Não. Eles podem ir fazendo acordos bilaterais, mas vai ser muito mais complexo do que parece. Os países andinos são muito mais sensíveis às questões agrícolas que o Brasil. Acho que os sinais de negociação são mais políticos, porque eles sabem que os assuntos são muito mais complexos do que parecem. O MERCOSUL está muito unido. O Brasil quer a ALCA, mas há países que não querem. Mas o Brasil quer no devido tempo. A ALCA não sai sem Brasil e Argentina. É a mesma coisa que querer fazer um acordo com a Ásia e dizer que a China e a Índia estão fora. Isso foi compreendido e refletido em Miami. Se seguirmos a trilha feita em Miami, temos uma boa chance de terminar a ALCA ainda neste ano. Talvez alguma coisa fique para o futuro. O próprio MERCOSUL, que começou muito antes, ainda não está completo.

Veja: Como será a ALCA possível?

Celso Amorim: A ALCA que estiver concentrada no acesso a mercados e que tenha algumas regras gerais, mas que respeite a capacidade dos países de terem seus próprios modelos de desenvolvimento. No caso das compras governamentais, por exemplo. A PETROBRAS tem uma política de aquisição de equipamentos para as plataformas de petróleo com preferência para o Brasil. Depois, pode ter para o MERCOSUL. Se você não permitir isso, fecha a opção de política de desenvolvimento. Nós também não somos contra as patentes, somos a favor. Também somos contra a pirataria. O Brasil, com a União Européia, foi contra os EUA porque eles não respeitam certos direitos autorais. E eu não quero que uma dificuldade, como combater a pirataria, acabe gerando uma retaliação no suco de laranja, por exemplo. Queremos uma ALCA ampla, mas equilibrada. Porque senão vai ser uma área para limitar o comércio, e não para ampliá-lo.

Veja: Qual o ponto inegociável?

Celso Amorim: O acesso a produtos agrícolas é um ponto delicado. A parte mais substancial dos subsídios agrícolas vamos ter de discutir na OMC. Mas se eles não aceitarem diminuir o subsídio dos produtos que exportam para o Brasil, e não derem compensações em acesso a mercados para nossos produtos agrícolas, vai ficar difícil. E se, por outro lado, exigirem de nós políticas que limitem a nossa capacidade de ter um desenvolvimento tecnológico, ambiental, será muito difícil. O problema não é se entra o tema ou não, como propriedade intelectual – mas a forma como entra.

Veja: O que o exemplo do México deixa de lição?

Celso Amorim: O México vem passando por um grande problema. A China está tomando os investimentos que antes iam para o México, já que as maquiladoras são investimentos sem raiz. Precisamos fazer com que os investimentos se enraízem no Brasil. E não tem problema se for empresa estrangeira. O México continua dizendo que o NAFTA foi bom, mas já começa a rever várias coisas. Com o exemplo mexicano vamos tentar evitar

o que deu errado, aprendendo com o que deu certo.

Veja: E o que o Brasil aceita perder na ALCA?

Celso Amorim: Não aceitamos perder a dignidade. Não vamos aceitar modelos que vêm prontos, tudo tem de ser negociado. O que acontecia antes era uma falsa negociação. As coisas vinham vindo e, no máximo, eram postergadas. A principal barreira, os subsídios, os EUA não discutiam. O problema é a maneira como as coisas vão entrar. Os temas de natureza normativa e sistêmica têm de ir para a OMC, é mais lógico e é correto legalmente. Não tem sentido ter uma regra de propriedade intelectual para os EUA e outra para a União Européia. O mesmo vale para normas de investimentos e serviços. Agora, acesso a mercados é ponto de negociação. Nós temos na ALCA uma negociação difícil na parte de acesso a mercados.

Veja: O mundo hoje é um lugar mais complicado para viver?

Celso Amorim: Não dá mais para ter visões esquemáticas do mundo. Com a discussão sobre os grandes blocos – Estados Unidos, União Européia e China –, o Brasil, mesmo grande, está marginal. O Brasil precisa procurar se estender para outros países. A idéia é se reunir para negociar melhor, e não para confrontar. Robert Zoellick (o duro representante comercial americano), que considero meu amigo e com quem tenho um diálogo bom e afinidade intelectual, me disse que os embates em Cancún ajudaram a melhorar os pontos de vista, a procurar outros caminhos. Não podemos nos deixar levar pela emoção. Devemos ter a frieza de um jogador de xadrez.

Veja: As eleições nos Estados Unidos não vão paralisar o processo?

Celso Amorim: A política internacional sempre continua, nunca acaba. Eu prefiro terminar a ALCA neste ano. Mas pode ser que haja assuntos que fiquem para a segunda etapa. Se quiserem forçar demais, os EUA não vão conseguir. Não só com o Brasil, mas também com os outros países.

Veja: O livre-comércio, idealmente, conduz à prosperidade?

Celso Amorim: Acredito que o livre-comércio,

hoje, é uma bandeira progressista. Acho que contribui para a justiça social, desde que seja verdadeiramente livre, nos dois sentidos.

**Brazil raises hopes of Doha deal next year –
Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores (Financial Times,
19.03.2004)**

Guy de Jonquières

Brazil, leader of the Group of 20 developing countries pressing for farm trade reforms, yesterday voiced cautious optimism that a deal could be reached this summer that would enable the Doha global trade talks to be concluded next year. Celso Amorim, Foreign Minister, said in an interview with the FT that he was encouraged by signs that the US was becoming more flexible about cutting its domestic farm support and that the European Union could be persuaded to eliminate its agricultural export subsidies. He said Pascal Lamy, the EU trade commissioner, had already signaled he was ready to agree to end such subsidies, and the challenge now was to get Brussels to do so “without actually saying so”.

Mr. Amorim indicated that the G-20, formed just before last September’s failed World Trade Organization meeting in Cancún, Mexico, was prepared to soften its demands that Japan and other agricultural protectionists open their markets if a deal was reached on subsidies. “I see a way forward. You don’t have to be a maximalist on all pillars, provided you get the most substantive things,” he said. However, if Japan refused to open its agricultural market, it should compensate its trade partners with concessions in other areas. Mr. Amorim said it was “not impossible” for WTO members to agree a broad negotiating framework for the Doha talks by July “and then finish after the American elections. Not immediately – in six months’ time or something.” He was not worried by the protectionist rhetoric surfacing during the US presidential election campaign, saying

history showed sitting presidents were more positive than candidates about trade. However, he expressed concern about waning enthusiasm in Congress for new trade deals. It was likely Congress would reject an agreement on a Free Trade Area of the Americas (FTAA), even if Brazil accepted all the US negotiating demands and dropped its own.

The Brazilian Minister criticized Washington's approach to the troubled FTAA talks, saying it was resisting pressure to remove its own trade barriers, which kept its market closed to every product of interest to Brazil. "The FTAA is not really about free trade. If you concentrate on free trade, we are bigger free traders than the US", he said. Nonetheless, he believed an agreement would still be worthwhile, although "I do not believe we can get much [from the US]".

In contrast to Brazil's difficulties with the US in the FTAA talks, Mr. Amorim said "a lot of progress" had been made in talks on a bilateral trade agreement between the EU and the four-nation MERCOSUR customs union, led by Brazil. Nonetheless, both sides needed to recognize that an eventual agreement would not contain everything they wanted and its terms would be "to some extent limited".

Mr. Amorim insisted the G-20 would remain a pivotal force in world trade talks. He believed its membership, which at one point fell to only 14, would increase from 19 currently to as many as 24 as WTO negotiations became more serious. He also said Brazil and India were close to concluding the first stage of a bilateral trade agreement that would be a stepping stone towards an eventual free trade area that would also include South Africa. The European Union wants an agreement to help take the Doha talks forward, but is afraid of being the only one to cut its handouts for farm exports, Reuters reports from Brussels.

Brazilian-Turkish friendship should not be limited – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Turkish Daily News, 20.03.2004)

Yuksel Soylemez interviews Brazilian Foreign

Affairs Minister Celso Amorim on his recent official visit to Ankara. Amorim discusses the state of Turkish-Brazilian relations and potential areas of enhanced cooperation between the two countries.

Yuksel Soylemez: Is this the first visit to Ankara by a Brazilian foreign affairs minister?

Celso Amorim: I am very happy to be the first Brazilian Minister of External Relations to visit Turkey. Since 1995, when President Suleyman Demirel visited Brazil, bilateral relations have gained momentum. Apart from the various agreements of cooperation signed on the occasion, President Demirel's visit led to the organization of the First Meeting of Bilateral Consultations Brazil-Turkey, which took place in March 1997. In 1998, it was the turn of Minister Ismail Cem to go to Brazil. My presence in Ankara today is designed to further strengthen our relations with the Turkish government and people.

Yuksel Soylemez: You were the External Affairs Minister from 1993-1994 and again last year. What is in your brief for discussions with your counterpart Abdullah Gul?

Celso Amorim: My agenda with Gul will include issues related to peace and international security, economic subjects, with particular attention to themes pertaining to the Doha agenda for development, as well as cultural and other cooperation subjects. I attach great importance to an open and frank conversation with Gul on the main subjects of the international agenda and to learn about Turkey's perception of regional issues. Of particular interest to my government is the increase of our bilateral trade relations. I will also reiterate our engagement in the worldwide fight against poverty and hunger, and transmit to Gul information on the latest developments in this regard. I will also inform him of the status of preparations for UNCTAD XI, which will take place in Brazil from June 13-18. Brazil has particular interest in the upcoming session of UNCTAD, which we see as the main forum of debates on globalization, development and trade, from a perspective of the

developing world.

Yuksel Soylemez: During your one-day hectic visit to Ankara, what was your program?

Celso Amorim: I arrived in Ankara on the night of March 18. On March 19 I paid a courtesy visit to President Ahmet Necdet Sezer and also held a meeting with the Turkish Parliaments Foreign Relations Committee Chairman and Deputy Turhan Comez, President of the Turkey-Brazil Parliamentary Group and other members of this group and a meeting with Gul. A dinner, on the evening of March 19, in my honor was hosted by Gul. In my visit to Anit Kabir, I laid a wreath in homage to Mustafa Kemal Ataturk.

Yuksel Soylemez: This is indeed a historic visit?

Celso Amorim: Yes, I am the highest-ranking Brazilian official to visit Turkey after the founding of the Turkish Republic. It is in recognition of the mutual importance of Turkey and Brazil in their respective regions. More than anything, I was inspired by the need to bring closer together two countries which have a great potential for mutual cooperation in practically every field. Brazil at present is a member of the U.N. Security Council. Brazil is increasingly playing a more active role on the international stage. It is therefore a logical consequence that closer contact should be maintained with countries like Turkey with similar significant roles to play in an ever smaller global world.

Yuksel Soylemez: How far will our relations go?

Celso Amorim: The first friendship and trade agreement with Turkey dates from 1858, when both countries were Empires. However the long ocean voyage and relative isolation of each nation in relation to the other did not lead, until quite recently, to a significant development of business and official contacts. Ever since the presidential visit of 1995, however, the level of intensity and official contacts has not lessened and my visit marks, for Brazil, a new high point, following on the visit of Brazil's Defense Minister last November. Commercial relations are also picking up. Several large Brazilian

and Turkish companies are poised to play an important role and thus stimulate more trade between the two sides.

Yuksel Soylemez: What did your talks with Turkish authorities focus on?

Celso Amorim: Not only on general or topical commercial aspects of the bilateral relationship, but also they underlined mutual recognition of each country's role on the international stage as well as the need for increased consultations of a political nature. Together with my Turkish counterpart and host, the prospect was to identify measures to initiate practical means to activate cooperation in all fields. The friendship between Brazil and Turkey has no need for limits: science and technology, aerospace industry, space itself, defense matters, trade missions, inter-parliamentary visits, contracts between financial authorities and institutions, such as between the Istanbul and Sao Paulo Stock Exchanges – all these are activities or sectors with a great potential for increasing mutual awareness and leading to more dynamic and fruitful relations.

Yuksel Soylemez: How do you compare Turkey and Brazil?

Celso Amorim: By happy coincidence, both Turkey and Brazil elected new governments within one month of each other. Both President Lula and Prime Minister Erdogan attach great importance to improving social conditions in their respective countries. President Lula's "Zero Hunger" campaign, which he brought to the U.N., is a symbol of such a social commitment. The more both countries can cooperate, the more our joint efforts will contribute to world peace and the future prosperity of their peoples.

Yuksel Soylemez: What are the common denominators between Turkey and Brazil?

Celso Amorim: Although geographically distant, Brazil and Turkey are at a similar level of economic development and share the values of democracy, tolerance and respect for the rule of law. Both our countries face the challenge of bringing to our people the benefits of globalization. We also share the same vision with regard to the organization of the

international decision-taking processes, which have to be more democratic and inclusive. We share the conviction of the importance of a strong multilateralism, based on the United Nations for questions related to peace and international security. The two countries have maintained a useful relationship in the United Nations. Turkey has supported the Brazilian candidature for a non-permanent seat in the U.N. Security Council, for the period 2004-2005. Brazil is ready to coordinate with Turkey on the various issues on the council's agenda, as Turkey prepares for its own participation.

Yuksel Soylemez: What is the political and economic picture in Brazil now?

Celso Amorim: Brazil is a strong and vibrant democracy which has now, for the first time, a representative of its working class as President. President Luiz Inacio Lula da Silva, elected with more than 52 million votes, has established as the top priority of his mandate the fight against hunger and poverty. In order to do that, he launched the biggest social programme Brazil has ever had, the "Bolsa Familia" which will reach 11 million families, by the end of 2006. Conscious that economic stability was a pre-requisite for sustained growth, President Lula has also proposed an ambitious programme of structural reforms, which include the reform of the pensions system, judiciary and tax reform among others. In a little more than one year, the Brazilian government has managed to control inflation, stabilize the currency exchange tax, and was able to promote a decrease in interest rates. Conditions have been given to the recovery of our economic growth.

Yuksel Soylemez: What is the level of economic relations between Turkey and Brazil? What are the chances to improve them?

Celso Amorim: Bilateral trade relations between Brazil and Turkey are still below their potential. In 2003, bilateral trade reached almost \$400 million, a significant increase (47 percent) with regard to 2002. It is my opinion that this volume can grow rapidly, particularly having in mind the significant size of both

countries' markets (70 million for Turkey and almost 180 for Brazil) as well as their participation on regional integration blocs. For this to happen, Brazil and Turkey have to engage in a process of dialogue and cooperation with the objective of promoting greater mutual knowledge.

Yuksel Soylemez: How can the two governments develop cultural relations between our two countries?

Celso Amorim: Cultural ties are a fundamental – if sometimes underestimated – variable of the relationship between the two countries. When people get to know each other – through music, cinema, art, history, among others – it is easier to develop relations in all areas of politics and economics. It is my intention to suggest to Gul that our two countries engage in a process of vitalization of Brazilian-Turkish cultural interchange, in the framework of our bilateral Agreement of Cultural and Educational Cooperation of 1996.

Amorim quer mais dos EUA na ALCA – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Gazeta Mercantil, 05.04.2004)

Os Estados Unidos têm que colocar alguma coisa a mais sobre a mesa, afirma o Chanceler Celso Amorim sobre as negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), que continuam num impasse. "Com a União Européia, sabemos o que podemos e o que não podemos (negociar). Com os Estados Unidos, temos uma dificuldade. Se tivéssemos nos engajado numa negociação de acesso a mercados, acho que já estaríamos bem avançados, mas por motivos políticos, que eu posso até entender, existe sempre uma tentativa de se reabrir o que foi acertado em Miami (EUA)", diz.

A Reunião Ministerial de Miami definiu que na ALCA haverá um acordo básico para todos os países e, partir daí, cada economia negocia um aprofundamento nos temas que quiser e com as nações que desejar. Mas na reunião sobre a ALCA em Buenos Aires, semana passada, o impasse voltou a evitar o acerto das bases da negociação para os

próximos meses, o que cria cada vez mais dúvidas sobre a assinatura de um acordo até janeiro de 2005, como previsto. Deixa também claro que os esforços do MERCOSUL em negociar acordos como a União Européia e com a Comunidade Andina podem gerar frutos mais rapidamente.

Segundo o Ministro, deixar a porta aberta para se ter disciplinas adicionais na ALCA, como querem os norte-americanos, cria uma situação em que o MERCOSUL não sabe exatamente em que base se está negociando e faria o bloco voltar a colocar na mesa os temas de regras *antidumping* e subsídios agrícolas, temas que Washington não quer discutir. “Eu prefiro negociar regras na Organização Mundial de Comércio (OMC)”, afirma.

Regras em acordos comerciais pedidas por países ricos podem dificultar a implantação de uma política de desenvolvimento industrial, diz o Ministro. Esse é um motivo-chave para o Brasil se limitar a discutir transparência na questão de compras governamentais. “Até certo ponto, isso leva a mais acesso (aos estrangeiros)”. É preciso também trabalhar com cuidado a questão do conteúdo nacional, diz ele. “Se na ALCA houvesse normas para investimentos mais rígidas que na OMC, não poderíamos exigir que um determinado investimento tivesse um certo percentual de conteúdo nacional”. O Ministro disse que teria sido ideal para o Brasil negociar um acordo com o Estados Unidos no formato 4 + 1, ou seja, entre o MERCOSUL e aquele país.

Entrevista – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Le Figaro, 07.04.2004)

Joana Calmon

Celso Amorim est ministre des Affaires étrangères du Brésil. Il est le principal artisan de toutes les négociations commerciales au sein de l’Organisation mondiale du commerce (OMC), face à l’Union européenne, aux États-Unis, et aux pays latino-

américains. Le Brésil est ainsi à la tête du G-20, ce groupe de pays émergents en faveur de la libéralisation des échanges agricoles¹, englobant aussi l’Inde et la Chine.

Le Figaro: Le Brésil est responsable de l’échec de la conférence de l’OMC, en septembre dernier à Cancún. Avec le recul, ne craignez-vous pas que la faillite des négociations signe la mort du multilatéralisme ?

Celso Amorim: Si vous insinuez que le Brésil a empêché un accord entre les États-Unis et l’Union européenne qui nous aurait contraints à attendre pendant encore une vingtaine d’années avant une libéralisation agricole, je prends cette affirmation comme un compliment. Toutefois le G-20 n’a jamais cessé de négocier. Même le négociateur américain Robert Zoellick, qui nous a beaucoup critiqués, a reconnu que notre position était « business like », pragmatique. L’accord de Cancún était conçu comme un partage du gâteau entre les États-Unis et l’Union européenne, avec quelques miettes pour les pays en développement. Cette époque est révolue.

Le Figaro: La conséquence, c’est que les négociations de Doha ne seront pas bouclées à l’échéance prévue, de la fin 2004...

Celso Amorim: Il est préférable d’attendre un an, et de signer un accord raisonnable, susceptible d’améliorer la situation des pays en développement. Un bon accord implique nécessairement l’élimination graduelle des subventions à l’exportation des produits agricoles et l’amélioration de l’accès aux marchés. Tant que les pays développés ne feront pas de concessions sur le domaine agricole, les négociations de Doha n’aboutiront pas. Mais le G-20 n’est pas seul responsable des crispations. Le contenu de ce qu’on appelle les sujets de Singapour (la concurrence, les investissements...) a été rejeté par 90 autres pays.

Le Figaro: Considérez-vous que les pays en développement sont, depuis Cancún, en meilleure posture pour négocier ?

Celso Amorim: Cancún est une étape qui contraint

le monde à prendre en compte les positions du G-20, qui abrite 60 % de la population mondiale. On a d'abord cru quel échec des négociations allait inciter chacun à favoriser les accords bilatéraux aux dépens du cadre multilatéral de l'OMC. Je crois, au contraire, que les États-Unis, l'UE et le Japon veulent reprendre les discussions. Le Brésil, en tant que porte-parole du G-20, est le premier supporter de l'OMC! Mais à condition qu'il s'agisse véritablement d'une enceinte multilatérale, c'est-à-dire un système où tous les pays sont représentés, et non un système bilatéral déguisé. Pour nous, l'OMC a le mérite d'établir un mécanisme de résolution de controverses. J'ai souvent trouvé ses décisions injustes, mais je préfère ces imperfections à la loi de la jungle.

Le Figaro: Vous pensez vraiment obtenir la fin des subventions sur l'agriculture ?

Celso Amorim: Je suis optimiste. Bien sûr, dès qu'on entre dans les détails techniques, tout le monde est plus conservateur, mais pour la première fois, j'ai eu l'impression le mois dernier lors des dernières réunions à Genève que les négociations avançaient.

Le Figaro: Le G-20 a été critiqué pour son hétérogénéité. Peut-on envisager la pérennité d'un groupe rassemblant des pays aussi divers que le Brésil exportateur, l'Inde tournée vers son marché intérieur, ou l'Égypte ?

Celso Amorim: Les pays riches disent que le G-20 est un groupe incohérent parce qu'il a bousculé les règles du jeu. C'est oublier notre point commun, fondamental: nous sommes tous touchés par les subventions agricoles des pays développés et par les barrières qu'ils imposent à nos produits. Les États-Unis et l'Europe auront beau faire, ils n'arriveront pas à briser notre alliance. Le G-20 a réussi à faire quelque chose d'extraordinaire, d'inédit: mettre ensemble les questions de libéralisation commerciale et de justice sociale. Cela fonctionne bien sur le terrain agricole, mais nous pourrions adopter ce modèle de coordination pour régler d'autres questions, comme celle des services.

Le Figaro: Considérez-vous l'accord signé en septembre dernier sur les médicaments comme une

réussite ?

Celso Amorim: Oui ! Grâce à lui, les pays en développement pourront copier certains médicaments, même si leur brevet n'est pas encore tombé dans le domaine public. Concrètement, l'Afrique du Sud va pouvoir distribuer des traitements gratuits contre le sida. C'est une vraie victoire pour l'humanité.

Le Figaro: Les présidents brésilien Luiz Inacio «Lula» da Silva et argentin Nestor Kirchner veulent relancer le Mercosur, la zone de libre-échange formée par le Brésil, l'Argentine, le Paraguay et l'Uruguay. Est-ce un vœu pieux ?

Celso Amorim: Non. Car nous avons enfin pris conscience des grosses différences internes. L'Uruguay, avec ses 3 millions d'habitants est évidemment plus fragile que le Brésil et ses 180 millions... Il faut donc établir des rythmes différents, et des compensations. Grâce à la reprise économique en Argentine, les échanges au sein de la zone ont retrouvé un niveau élevé. La cohésion du groupe vers l'extérieur est aussi plus importante. Nous venons de signer un accord avec la communauté andine, qui ouvre la porte à une zone de libre-échange dans l'Amérique du Sud. Surtout, nous négocions en bloc avec les États-Unis, et l'Europe.

Le Figaro: Vous avez récemment déclaré espérer signer rapidement un accord de libre-échange avec l'UE. Le Mercosur et l'UE pourraient-ils tomber d'accord avant la réunion des 58 chefs d'États européens et latino-américains qui se tiendra à Guadalajara (Mexique) fin mai ?

Celso Amorim: Je crois que oui. Même si la concomitance de ces négociations avec celles de l'OMC peut compliquer la donne, notamment en ce qui concerne l'accès aux marchés. Tous les détails ne seront peut-être pas bouclés d'ici le sommet de Guadalajara, mais pour octobre, je suis confiant. Nous devons probablement demander plus que ce que l'UE nous proposera dans le champ agricole. De la même façon, elle exigera plus dans d'autres secteurs. Des deux côtés, il y a la volonté d'éviter les

questions plus délicates, ce qui nous conduira à nous concentrer sur ce qui est réalisable, en considérant qu'il s'agit d'une étape à approfondir. Cet accord est très important: ce qu'accepteront les États-Unis au sein de l'OMC dépendra de la position européenne et vice-versa.

Le Figaro: Qu'en est-il des négociations avec les États-Unis ? Le Brésil s'est opposé à l'offre américaine d'une zone de libre-échange des Amériques (ZLEA ou ALCA en espagnol) qui courrait de l'Alaska à la Patagonie ? En contrepartie, il propose une ALCA « light », minimaliste. Est-ce une position tenable, alors qu'un pays comme le Venezuela refuse toute négociation et que d'autres comme le Chili ou la Colombie voudraient voir s'approfondir les liens avec les États-Unis ?

Celso Amorim: Pour nous, l'ALCA ne reflète qu'un rapport de force avec les États-Unis. Nous avons déjà des accords avec les autres pays du continent, ou des négociations en cours. Notre problème avec l'ALCA commence par son propre nom, qui est erroné. On ne peut qualifier de zone de libre-échange un territoire qui maintiendrait des barrières à l'encontre de produits dont l'exportation nous intéresse vraiment, comme le sucre ou le jus d'orange. Il n'est pas juste d'avoir une ALCA minimaliste en ce qui concerne l'agriculture et maximaliste en ce qui concerne la propriété intellectuelle et l'investissement. Il faut donc, dans une « ALCA light », se concentrer sur l'accès aux marchés des biens et des services, et laisser de côté les questions plus complexes, telle la réglementation des services financiers, qui concerne directement la manière dont un Etat contrôle son économie. Si certains pays veulent une relation plus profonde, faire des concessions et prendre plus d'engagements, ils peuvent le faire dans le cadre d'accords bilatéraux. Les États-Unis sont déjà en train de le leur proposer.

Le Figaro: Est-ce justement pour reprendre la main sur le « contrôle de l'économie » auquel vous venez de faire allusion que le Brésil vient de signer avec l'Argentine le « pacte de Copacabana », ratifiant leur volonté de

voir exclure les dépenses d'investissement des restrictions budgétaires imposées par le FMI?

Celso Amorim: Tout à fait. Pas de développement sans stabilité économique, certes ! Mais pas de stabilité sans croissance. Il est essentiel que le FMI reconnaisse que les investissements dans les infrastructures ne doivent pas être pris en compte comme des dépenses courantes parce qu'elles n'en sont pas.

² Le G 20 rassemble l'Afrique du Sud, l'Argentine, la Bolivie, le Brésil, le Chili, la Chine, Cuba, l'Égypte, l'Inde, l'Indonésie, le Mexique, le Nigeria, le Pakistan, le Paraguay, les Philippines, la Tanzanie, la Thaïlande, le Venezuela et le Zimbabwe

Celso Amorim fala da decisão da OMC favorável ao Brasil e das relações com a União Européia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Bom Dia Brasil, TV Globo, 29.04.2004)

Renato Machado: Os Estados Unidos vão recorrer, vão brigar, vão pressionar até o fim para que o Brasil não saia vitorioso na Organização Mundial do Comércio. A promessa é de Robert Zoellick, representante comercial americano. Em jogo, está uma disputa de bilhões de dólares e também o futuro do comércio. O Brasil quer a redução dos subsídios dos Estados Unidos aos produtores de algodão. Entrou com um processo na OMC, e ganhou – provisoriamente. Mas, como a organização não costuma rever seus pareceres, analistas em comércio exterior já comemoram: a diplomacia brasileira conseguiu uma grande vitória. Importantes jornais internacionais – como o britânico *Financial Times* e os americanos *The New York Times* e *The Wall Street Journal* – reforçam o coro. Afirmam que o julgamento foi um marco. A decisão da OMC vai ser divulgada em 18 de junho e os Estados Unidos podem recorrer até 10 de maio.

Renata Vasconcellos: Foi uma vitória, com certeza. Mas há ainda uma dúvida no cenário

diplomático. Semanas atrás, o Brasil ensaiou um acerto comercial com a União Européia. Depois de muita expectativa, não houve acordo. Ficou uma sensação de fracasso. Será que agora, com essa decisão da OMC, mudam as negociações brasileiras com a ALCA – a Área de Livre-Comércio das Américas? Para discutir esses temas, nós convidamos hoje o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele é o nosso entrevistado e está em Brasília, ao lado de Cláudia Bomtempo.

Cláudia Bomtempo: Ministro, nessa negociação do algodão é evidente que o Brasil mudou de patamar. Que medidas os Estados Unidos devem tomar agora nessa briga?

Celso Amorim: O resultado será confirmado – nós não temos dúvida nenhuma – dentro de poucos dias, porque essas observações que os países fazem agora são apenas sobre questões de forma. O recurso, sim, pode ocorrer, mas a própria repercussão na imprensa internacional especializada, em todos os jornais, inclusive os norte-americanos, eu acho que deixa claríssimo que isso era algo que se esperava. Isso é algo tão saudável para o comércio internacional que o Brasil, de certa maneira, funcionou como um catalisador para uma coisa que era uma expectativa geral. Tem uma frase do *Los Angeles Times*, que não foi mencionada, que eu vou até mencionar, porque eu acho muito importante. Diz assim: “Agora, depois dessa decisão, nós podemos, pela primeira vez, pensar o impensável – um mundo sem subsídios”. Então, na realidade, isso altera, inclusive, os termos da negociação que se vai ter. Todos os jornais, inclusive o *Financial Times*, reconhecem que, mesmo que haja recurso, desde já isso terá um impacto nas negociações, porque muitas coisas que estavam sendo negociadas, digamos assim, de maneira quase mesquinha, em troca de abertura dos nossos mercados, agora vão ter que ser feitas porque foram consideradas ilegais. Houve uma deslegitimação clara dos subsídios internos, e é a primeira vez. Então o algodão é importante, obviamente, mas é muito mais do que o algodão o que está em jogo.

Cláudia Bomtempo: Muito mais do que o

algodão? Que novas negociações estariam vindo por aí então, e que, diante dessa decisão agora, dessa vitória, poderiam ajudar o Brasil?

Celso Amorim: Eu acho que o principal impacto – eu sempre tenho dito, embora muitas vezes as pessoas não levem isso muito a sério –, a principal negociação para o Brasil é a da OMC. Por quê? Porque, também como salienta o *Financial Times*, aqui o sistema é multilateral. Nós jamais teríamos obtido uma decisão desse tipo na ALCA ou em uma negociação bilateral com a União Européia. Só o sistema multilateral poderia ter dado essa vitória que deu ao Brasil. Agora, eu acho que essa decisão, além do impacto imediato, que não é desprezível, sobre o algodão, vai ajudar a avançar nas negociações para a eliminação de subsídios à exportação e redução substancial dos subsídios internos, que é o mandato da rodada de Doha. E isso para o Brasil é o mais importante. Claro que as outras negociações – que foram mencionadas – com a União Européia também são importantes e não há absolutamente nenhum fracasso. Todas as negociações têm altos e baixos e há momentos em que, às vezes, as pessoas, até de uma maneira pouco feliz, querem ver ou procuram negociar pela mídia. Isso aconteceu há poucos dias. Mas eu tenho confiança de que a gente vai poder fechar o acordo. Temos mais chances de fechar agora.

Renato Machado: Ministro, o senhor disse que essa decisão afeta diretamente o algodão, mas que outros produtos brasileiros devem receber, a partir de agora, o mesmo tratamento? Os EUA terão que rever os subsídios que dão a outros produtos. O senhor pode citar quais são?

Celso Amorim: A decisão é específica só para o algodão. Isso é como qualquer decisão judicial, que tem um caso específico. Agora, o que acontece é que se não houver uma redução rápida dos subsídios a outros produtos – o açúcar, por exemplo, está mencionado pelo *Financial Times*, inclusive, não sou eu que estou falando, há outros casos como o milho, a soja... –, a perspectiva que os países desenvolvidos vão ter que enfrentar é de uma série de outras ações, não só

do Brasil, mas de outros países em desenvolvimento ou de outros países desenvolvidos que se sintam prejudicados. Então eu acho que isso é um impulso muito grande. Nós ganhamos até uma rodada exitosa. Eu estou mais otimista agora em relação à rodada do que estava antes dessa decisão. Quer dizer, bola de cristal eu não tenho, mas eu acho que nós tivemos um avanço que vale por dez anos de negociação.

Renata Vasconcellos: A vitória do Brasil na OMC fortalece a visão de que é importante investir também em assessoria jurídica, com um escritório representando o Brasil forte lá fora, com bons especialistas. O Brasil tem hoje dinheiro e gente capacitada para fazer esse trabalho de forma continuada?

Celso Amorim: Olha, o Governo sozinho não tem. Essa ação começou ainda no Governo anterior. O Secretário de Política Agrícola, Pedro Camargo, me procurou quando eu era Embaixador em Genebra para se aconselhar, e eu disse: olha, você tem que procurar um advogado especializado no que os americanos chamam de *litigation*. Porque muitas vezes você tem a razão, mas não tem um *case*. Então era preciso saber se tinha um *case*. Então, foram feitos trabalhos econométricos, foi feita uma análise jurídica. Claro que grande parte disso financiado pelos próprios produtores. O Estado brasileiro está muito depauperado para sustentar estes casos. Isso se faz com competência técnica, mas isso também se faz com coragem política. Quando o Brasil tomou a decisão de pedir o *panel* e de considerar encerrada a fase de consultas, muita gente achava que isso era arriscado, perigoso. Hoje em dia todos os jornais do mundo, todos os jornais especializados demonstram que isso é uma coisa positiva, não só para o Brasil, mas para países miseráveis, paupérrimos, como o Benin, Burkina Faso, Mali, Chade, e outros não tão pobres, mas pobres como nós, como o Egito e outros. Então foi algo que o Brasil fez para si, mas fez também para o mundo, para fazer aquilo que nós sempre dissemos que era o objetivo do G-20, que era juntar liberalização comercial com justiça social. Combater a fome através da liberalização comercial.

Cláudia Bomtempo: Pois é, Ministro, agora eu

queria fazer uma outra pergunta. Saindo um pouco do algodão, mas indo para a China. O Presidente Lula está indo para a China no final deste mês. A China tem revelado um potencial cada vez maior como um grande parceiro comercial. Não preocupam os alertas dos especialistas para a possibilidade de crise lá na China?

Celso Amorim: Bom, quando se está falando em um país que está crescendo a 10% ao ano, a crise é passar a crescer 6% ou 7%, o que já é muito. O nosso comércio com a China aumentou brutalmente. Eu fui Ministro, tenho as comparações claras. O nosso comércio era de US\$ 1 bilhão há dez anos e hoje é de US\$ 8 bilhões, nos dois sentidos. Sendo que a maior parte do crescimento aconteceu nos últimos dois ou três anos. E continuam, digamos, as atitudes de boa vontade chinesas, que foram demonstradas agora na certificação de soja brasileira, na aceitação do Brasil como destino turístico – o que é uma coisa muito importante, porque a China vai mandar muitos turistas para fora – e de investimentos, porque a China tem US\$ 500 bilhões de reservas. É uma coisa fenomenal. E ela procura mercados novos, quer diversificar parceiros. Porque, é óbvio, é uma grande potência, tem uma visão estratégica do mundo, como nós também devemos ter. Devemos olhar o mundo de uma maneira diversificada. É o que a China faz e vai investir no Brasil. Ela quer investir em ferrovias, em aço; enfim, temos perspectivas excelentes e a visita do presidente Lula, eu tenho certeza que vai ser um grande êxito.

Amorim aprova plano de eliminar subsídios agrícolas, mas com ressalvas – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Wall Street Journal, 14.05.2004)

Scott Miller

O influente Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, disse que os países da Organização Mundial do Comércio em grande parte

concordaram com planos de reformar duas polêmicas questões agrícolas que têm paralisado as negociações comerciais globais – mas que uma terceira, a redução de tarifas, está desafiando acordos. Amorim, um líder do grupo de países em desenvolvimento que agora se tornou um pivô das negociações mundiais de comércio, o G-20, disse ao Wall Street Journal que o grupo rejeita completamente as estratégias dos Estados Unidos e da União Européia para reduzir suas próprias tarifas. Apesar de exortações dos principais representantes de comércio externo dos EUA e da UE, ele disse que o G-20 não oferecerá contraproposta na reunião de 30 Ministros de comércio exterior aqui, mas poderia fazê-lo em sua própria reunião no Brasil em junho.

Isso deixaria uma janela pequena para a OMC cumprir seu prazo de fazer o arcabouço de uma reforma mundial do comércio agrícola até julho, antes das eleições presidenciais nos EUA e de uma mudança geral do primeiro escalão da UE no próximo semestre.

Contudo, Amorim estava otimista quanto à perspectiva geral de um acordo, dizendo que as potências mundiais de comércio agora têm as linhas gerais de acordos sobre como reduzir subsídios a exportações agrícolas que encorajam excesso de produção, com base num plano apresentado semana passada pelo Comissário de Comércio Exterior da UE, Pascal Lamy.

Ele também expressou confiança em que haverá cortes em amplos subsídios governamentais a agricultores, entre eles programas de preço mínimo. O alcance desses cortes, assim como seu cronograma, ainda não foram decididos, mas parecem administráveis, disse. Amorim acrescentou que o G-20 teve “novo incentivo” para fazer suas próprias concessões. “Acho que a arquitetura básica sobre suporte doméstico e para exportações está criada”, disse ele na Embaixada do Brasil em Paris. “Claramente há um espírito positivo.”

Reduções de tarifa são outra coisa. Em meados do ano passado, os EUA e a UE apresentaram um complicado plano para redução de tarifas agrícolas. O G-20, contudo, afirma que a proposta permite a países

ricos proteger lavouras que são importantes para países em desenvolvimento. “Temos de assegurar que outros não reduzirão subsídios a exportações numa área e adotar outras formas de proteção”, disse Amorim.

Questões agrícolas há muito são um grande obstáculo para as negociações comerciais conhecidas como Rodada de Doha. Países em desenvolvimento argumentam que os países ricos prejudicam agricultores pobres. Mas os países ricos, em face de poderosos grupos de interesse, têm sido claudicantes na redução de ajuda governamental ao campo, sempre procurando maneiras de continuar ajudando produtores rurais.

Os países do G-20, que se agruparam às vésperas das negociações de comércio mundial em Cancún, no México, em setembro passado, dizem que precisam trabalhar juntos para enfrentar parceiros comerciais gigantes como a União Européia e os EUA.

O número de membros tem variado, mas o grupo agora é composto por 19 países. Mas o simples fato de que o grupo tenha estado unido surpreende alguns especialistas. O G-20 inclui a China, temida por muitos países pobres pela capacidade de produzir bens baratos, e a Índia, que protege seus agricultores com tarifas bem acima das da maioria dos outros membros do grupo. “Somos unidos pelo fato de que todos sofremos muito com os subsídios de países ricos”, disse Amorim.

Postura: Hay que buscar una solución y detener el derramamiento de sangre – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Prensa Libre, Guatemala, 17.05.2004)

Marielos Monzón

Celso Amorim es el primer canciller brasileño que viaja a Guatemala en una visita bilateral. A su paso por nuestro país, se reunió con autoridades de Gobierno y con sus colegas centroamericanos. En entrevista exclusiva para Prensa Libre, habla de política internacional. La integración de las naciones,

la situación en Irak y las relaciones internacionales fueron algunos de los temas tratados por el ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, Celso Amorim.

Prensa Libre: Centroamérica ha sido una región de influencia de EE.UU. ¿Su visita implica una decisión, desde el Sur, de tomar una presencia distinta?

Celso Amorim: Implica tomar a América Latina como un todo, y eso incluye, por supuesto, a Centroamérica. Implica reconocer que los nuevos procesos de integración pueden profundizarse más cuando son entre países de desarrollo similar. Acabamos de lograr un acuerdo entre el Mercosur y la Comunidad Andina, que significa la creación de un mercado común de América del Sur. Ustedes tienen su proceso de integración en Centroamérica, y creo que podrían ganar mucho en el mercado de Brasil y del Mercosur. Eso nos fortalecería a todos en otras negociaciones. El Mercosur está negociando ahora con la Unión Europea; también hay una intención de Centroamérica en ese sentido. Nuestra negociación les puede ser útil: pueden mostrar que tienen alternativas.

Prensa Libre: Brasil es parte del Consejo de Seguridad de la ONU. ¿Qué valoración hace su gobierno de la situación en Irak y de la política antiterrorista de EE.UU.?

Celso Amorim: Todos estamos de acuerdo con que hay que combatir el terrorismo, pero hay que hacerlo respetando el Derecho Internacional. Brasil, en su momento, afirmó que cualquier intervención en Irak necesitaba la aprobación del Consejo de Seguridad de la ONU, y se pronunció por una solución pacífica. Nada de eso ocurrió. Ahora la situación en Irak es muy compleja. En Irak, antes de la guerra no había terrorismo; había otros problemas, pero no terrorismo. Ahora sí lo hay, pero hay que mirar hacia adelante y buscar una solución, que pasa por el diálogo y conseguir el fin del derramamiento de sangre.

Prensa Libre: Hace poco, el Partido de los Trabajadores reafirmó su compromiso de impulsar la reforma agraria. ¿Qué papel juega el tema de la

tierra en la acción de su gobierno?

Celso Amorim: Es una de las metas más importantes del gobierno del presidente Luis Inácio Lula da Silva llevar a cabo la reforma agraria, que no es sólo distribuir la tierra, también es dar asistencia para que se logre productividad en esas nuevas propiedades.

Prensa Libre: ¿Cuáles han sido las lecciones aprendidas en su cargo?

Celso Amorim: Uno solamente es respetado en las relaciones internacionales y en el mundo si tiene autorrespeto. Si uno entra en una negociación ya creyendo que debe hacer todo lo que otro quiere, no va a ser respetado. Si no es respetado, jamás su interés será atendido. Si uno defiende su interés con principios, con objetividad, con pragmatismo y sin confrontación, el otro va a terminar por respetarlo.

Prensa Libre: ¿Siente que hay otros países latinoamericanos que tienen su visión de la política exterior?

Celso Amorim: Bueno. Me gustaría que todos la tuvieran.

**Os ricos precisam se sacrificar mais –
Embaixador Celso Amorim, Ministro das
Relações Exteriores (Der Spiegel, 17.05.2004)
- Versão em português -**

O Ministro do Exterior Celso Amorim fala sobre o novo papel de seu País no bloco dos países emergentes, o protecionismo europeu e o esfriamento das relações com os EUA.

Der Spiegel: O Brasil negocia, no âmbito do MERCOSUL, o bloco econômico sul-americano, um acordo de livre-comércio com a UE. Haverá uma conclusão até o fim do ano?

Celso Amorim: Os europeus fazem rodeios, suas ofertas não são muito transparentes. Mas estou otimista. O acordo também tem um significado político, para além do econômico: queremos reforçar a multipolaridade. Não queremos, portanto, colocar todos os ovos numa cesta só.

Der Spiegel: As conversações não têm ido adiante porque os europeus protegem seu mercado agrícola das importações. Eles têm cedido agora?

Celso Amorim: Voltei a dizer recentemente a Joschka Fischer: temos um grande objetivo comum, político e estratégico, e não podemos nos irritar com pequenas jogadas nas negociações. Os negociadores em Bruxelas estão sempre tentando obter o máximo de ganho. Mas os ricos precisam se sacrificar mais que os pobres. Creio que chegaremos a um acordo equilibrado.

Der Spiegel: Vocês estão negociando paralelamente, com os EUA e os outros países americanos, uma zona de livre-comércio das Américas (ALCA). Ela deverá tomar forma até o fim do ano?

Celso Amorim: Trata-se de nosso objetivo futuro. Por ocasião do último encontro ministerial em Miami, unimo-nos em torno de uma arquitetura pragmática. Se continuarmos nesse rumo, teremos uma probabilidade de êxito de 70 a 80%. Se mudarmos, a probabilidade ficará próxima de zero.

Der Spiegel: Washington acusa o Brasil de tentar solapar um acordo rápido, e iniciou negociações de acordos bilaterais de livre-comércio com outros países latino-americanos. Vocês não ficarão isolados?

Celso Amorim: Absolutamente não. Primeiro, porque estamos reforçando o MERCOSUL. Até o México busca uma aproximação. Estamos empenhados em celebrar acordos de livre-comércio com a Índia e a África do Sul, e pretendemos lançar negociações também com a China.

Der Spiegel: O Brasil iniciou uma aliança estratégica com a África do Sul e a Índia. Não seriam parceiros exóticos demais?

Celso Amorim: Temos muito em comum com eles: somos democracias importantes e exercemos um papel de liderança em nossos continentes. Espero que a China e a Rússia venham a associar-se a nós em algum momento...

Der Spiegel: ...para constituir, por meio de entendimentos comerciais, um bloco contra as nações industrializadas?

Celso Amorim: Não se trata de unir-se contra quem

quer se seja. Só que a confiança mútua entre o Brasil, a África do Sul e a Índia possibilitou a constituição de um bloco de países agrícolas na Organização Mundial do Comércio. Desde então os europeus e os americanos têm nos tratado com mais respeito.

Der Spiegel: O Brasil poderia ajudar a África do Sul no combate à AIDS? Seu modelo é considerado exemplar.

Celso Amorim: Ah, sim. O Brasil produz genéricos...

Der Spiegel: ...que irritaram muito as empresas farmacêuticas internacionais.

Celso Amorim: Nós não quebramos uma única patente. Produzimos apenas medicamentos que já estão disponíveis há muito tempo no mercado. E com aqueles que continuam protegidos por patentes, negociamos grandes reduções de preço.

Der Spiegel: Muitos países latino-americanos sofrem prejuízos com as importações de produtos baratos da China. Vocês não precisarão em breve recorrer a um novo protecionismo?

Celso Amorim: Não encaramos a China como uma ameaça estratégica, mas como uma oportunidade. Nosso comércio com a China triplicou nos últimos cinco anos, e o país é o nosso terceiro parceiro comercial. O Presidente Lula quer desenhar uma nova geografia econômica mundial, e para isso visitará a China em maio. Os EUA e a União Européia são mercados maduros, saturados. As oportunidades de crescimento são limitadas. China e Índia são mais pobres, mas o potencial é maior.

Der Spiegel: O relacionamento do Brasil com os EUA sofreu um esfriamento. Os americanos são obrigados a tirar impressões digitais ao desembarcar...

Celso Amorim: ...porque nós brasileiros somos tratados exatamente da mesma maneira.

Der Spiegel: Isso não seria compreensível diante da ameaça do terrorismo?

Celso Amorim: Eu não conheço nenhum terrorista que tenha usado passaporte brasileiro ou tenha vindo do Brasil. Relações internacionais são construídas com base na reciprocidade. É uma

questão de motivar o outro a agir de forma positiva.

Der Spiegel: O senhor quer dar uma lição nos EUA?

Celso Amorim: Antes da reação brasileira, eles pensavam que poderiam dificultar as exigências de entrada sem enfrentar protestos. Hoje a imprensa dos EUA escreve: combatamos terroristas, não turistas.

Der Spiegel: A viagem do Presidente Lula à Líbia também incomodou Washington.

Celso Amorim: Dez dias antes de os Estados Unidos terem anunciado a normalização de suas relações com Kadafi! Como diria Bob Dylan: nunca se sabe para onde o vento vai soprar.

Der Spiegel: O Presidente Lula trata seu colega Fidel Castro com muita tolerância. Visitou Castro pouco depois da prisão de inúmeros dissidentes. Lula, que é festejado como um símbolo da democracia, não deveria ser mais crítico em relação a Cuba?

Celso Amorim: Em determinadas situações, a diplomacia silenciosa funciona melhor que com alto-falantes. Ele transmitiu sua mensagem durante o encontro privado que manteve com Fidel.

Der Spiegel: O Brasil está pronto para enviar soldados ao Haiti?

Celso Amorim: Estamos prontos para dar nossa contribuição no âmbito de uma missão internacional de paz. Mas a tarefa precisa ser definida com clareza: reconstrução do Haiti. Para isso precisamos de um compromisso de longo prazo da comunidade internacional, com base numa resolução das Nações Unidas. Não há sentido em fazer o papel de bombeiro de crises, só para impedir que alguns refugiados cheguem de barco até os EUA.

Der Spiegel: Países inviáveis como o Haiti não deveriam ser administrados pela comunidade internacional?

Celso Amorim: Ninguém gosta de ser governado por estrangeiros. Pense na Somália ou agora no Iraque. O Haiti deve ser governado por haitianos, mas com a ajuda da comunidade internacional.

Der Spiegel: O Brasil possui duas usinas nucleares em funcionamento e agora quer enriquecer urânio e comercializá-lo. Por que o senhor recusa

uma inspeção ilimitada das instalações por parte da Agência Internacional de Energia Atômica em Viena?

Celso Amorim: Nós definitivamente não agimos assim, nós respeitamos todos os tratados internacionais. Cada espécie de inspeção, contudo, precisa ser previamente negociada. A Agência apresenta agora novas exigências, que estão sendo discutidas. Eles poderão examinar as centrífugas no laboratório de pesquisas, como faziam antes. Mas nosso *know-how* é segredo industrial. Alguns exigem que o Brasil se torne um exemplo. É como se alguém pedisse para examinar sua conta bancária, porque um terceiro acaba de roubar o banco.

CELSE AMORIM, na qualidade de Chefe da Diplomacia brasileira, é responsável pela nova estratégia ofensiva do País. Desde a posse do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, há 16 meses, o maior país da América Latina tem buscado um papel mais ativo na região e a liderança dos países emergentes. O Brasil formou uma aliança econômica com a África do Sul e a Índia, e em maio o Presidente Lula visita a China. Também com relação à sua política nuclear e às relações com Washington e com a União Européia, o Brasil tem-se mostrado auto-suficiente. Amorim, 61 anos, já foi Ministro do Exterior há dez anos e representou seu país, como Embaixador, em Londres e nas Nações Unidas. Hoje é considerado um dos mais experientes Ministros do Exterior da América do Sul.

Conferência de imprensa do NG-5 – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (Parque Anhembi, São Paulo, 13.06.2004)

Celso Amorim: Eu queria dizer que nós tivemos uma reunião intensa, que durou quase quatro horas. Foi uma reunião importante em que nós discutimos a questão agrícola na OMC e discutimos os três pilares: subsídios à exportação, ou *export competition*, como se diz mais frequentemente em inglês; apoio

doméstico; e acesso a mercados. Sobre todos os três tivemos uma conversa frutífera, em que entendemos melhor as preocupações de cada uma das partes – no nosso caso, lembrando que Brasil e Índia não só falam em nome próprio, mas também em nome do G-20 –, concordamos que é preciso prosseguir nos três pilares paralelamente e que há trabalho a fazer em relação aos três pilares. Como, no caso do pilar de acesso a mercados, houve, mais recentemente, uma proposta, nós discutimos elementos dessa proposta e discutimos também o sumário que havia sido feito pelo Presidente do Comitê Agrícola. E com base nessas discussões, nós achamos que há trabalho a ser feito pelos técnicos, daqui até a próxima semana, não essa que começa segunda-feira agora, mas a outra, quando o Comitê Agrícola voltará a se reunir. Achamos que foi uma discussão útil, que temos possibilidades de avançar, mas que há, efetivamente, muito trabalho pela frente. Dessa maneira, eu resumiria o que foi discutido. Não sei se algum dos meus colegas quer acrescentar algo ao que eu disse.

Ministro Ricardo Neiva Tavares, Porta-Voz do MRE: Passamos às perguntas.

André Soliani, Folha de São Paulo: Ministro Celso Amorim, ontem, o senhor mencionou a importância de ver a União Européia e os Estados Unidos discutirem a questão do paralelismo. Eu queria saber o que foi falado sobre isso, não só pelo senhor, mas também pelo Sr. Zoellick e o Sr. Lamy, nessa discussão. Eu queria saber se realmente houve algum avanço e se ficou claro que haverá eliminação de subsídios agrícolas, sejam diretos ou indiretos, ao longo das negociações.

Celso Amorim: Como eu disse, há muito trabalho a fazer. Esse tema foi discutido, com a profundidade que o tempo permitiu. Nós discutimos cada tema por mais ou menos uma hora e depois tivemos uma pequena discussão geral. Cremos que os temas e os vários aspectos discutidos dão margem a que se possa progredir, mas essa conversa terá que continuar no nível técnico.

Pascal Lamy, Comissário para Assuntos de Comércio da União Européia: As Celso said, we have three main issues. One of the positive things of today's meeting is that we have commonly resolved to address them, in the same vein, in the same spirit, in the same degree of precision. On your point about export competition, the side of the problem which has to do with export support, export subsidies, I think the good news is that there is understanding at our level that parallelism and equivalence are the name of the game. What remains to be done, of course, and this is what technical people will have to do, is to translate this into technical parameters.

Pergunta: This is a question to Mr. Lamy, or to Mr. Zoellick. Everybody is talking about specificity nowadays. Has there been any specificity which has been talked about in domestic support or export subsidies, like the Swiss Formula or, say, by an amount 10 billion US dollars? Were there any specific discussions on specificities?

Robert Zoellick, Representante Comercial dos Estados Unidos: Let me start with this one. First, let me just say how much my colleagues and I appreciate that Mr. Amorim is convening this meeting. It comes at a busy time with the UNCTAD meeting, but it allowed us to meet the new Minister from India. My own sense is that it comes at a very important time in the process, because there was an Agriculture Exports Meeting in Geneva, the first week of June, there will be one next week, and so this is a very important time and we appreciate Brazil taking that initiative. It fits the role that Brazil plays in the world economy trading system. On the aspects of specificity, there has been a great deal of specificity in export subsidies in the past couple of weeks. Commissioner Lamy, on behalf of the European Union, agreed to eliminate export subsidies. You can't get any more specific than that. As he described, we also spent about an hour trying to talk about how we achieve the parallelism and equivalence, which, of course, is a concern to all our countries. On domestic support, that's not where the Swiss Formula would come in;

that's a market access issue, that's cutting tariffs. On domestic support, the text that was developed in Cancún has a lot of specificity, but we have discussed other aspects of it, related to the different boxes and how to ensure there is an overall, not only reform, but also cuts in trade distorting support. As Commissioner Lamy said, we also had a good discussion on market access. That's where some of the issues would fit in about different types of mechanisms and formulas. I think what the Ministers pointed to was how we need to further develop that framework building on some of the principles that came out of the G-20 paper, some of the ideas that others have had and that some of our experts have focused on. So, the task now is to move forward all three pillars in parallel, in a similar level of specificity and recognizing that we're only five countries and this has to be done in a context of the overall WTO with all the 147 members. We were fortunate that Ambassador Grosser, who is the chair on the agriculture text, sat in the meeting. So, I think it was very constructive.

Andrew Hay, Reuters News Service: I wonder if you discussed the issue of tariff rate quotas as a solution on the market access issue.

Celso Amorim: Bem, talvez não com a especificidade que você está colocando. Obviamente, todos os temas relativos a acesso a mercados foram discutidos e quotas tarifárias é um deles. Se é, ou não, a solução, ou uma solução, ou uma das soluções, esse é um dos trabalhos que os técnicos terão de fazer. O que eu acho que nós podemos fazer, dessa vez, foi encontrar bastante massa crítica, do ponto de vista político, para pedir que os nossos técnicos continuem a trabalhar em vários aspectos que dizem respeito a acesso a mercados, buscando um nível de precisão maior, amplificando em relação ao que foi feito pelo G-20, ou que foi resumido pelo próprio Presidente do Comitê Agrícola. Mas eu acho que nós não queremos ainda prejudicar os resultados desse trabalho.

Kamal Nath, Ministro do Comércio e Indústria da Índia: As market access is concerned, up to now, in

the earlier discussions, there was a complete diversion of views, but today, I must say that there appears to be some convergence. Now, it's for the technicians to work out details, details which will lead to further discussions, so that trade market access really means trade on a sustainable basis. I think everyone relies that market access is as important a pillar as the other two pillars, and keeping the intensity for all three pillars we hope to be moving forward with this.

Raymond Collit, Financial Times: I think we all appreciate the complexity of the issues at hand. I was wondering if you could, for our millions of readers and television watchers who don't understand this complexity, get a sort of a general assessment of where we are, and where we're going, especially, the time frame. There has been a time frame, which was set until mid July. We're now in mid June. It sounds like there is still a lot to be done by this time frame you've set to yourselves. What happens if we don't make that time frame? What is your assessment? I was wondering if Mr. Lamy and Mr. Zoellick could address this...

Pascal Lamy: Let's acknowledge, frankly, that turning all this to something which your listeners, or readers, or viewers can understand is what we call a Herculean task. To put it as simply as possible, the political direction is that? export support has to be phased out; trade distorting domestic support has to be substantially reduced; market access has to be substantially improved. That's the politics. At the end of the day, it will have to translate in numbers, x, y, z minus 10, or x per cent, and so on, which is the frustration we will have until, not the end of July, but until the final end point of the Doha Round, because numbers will only come at the end. What we're trying now is halfway between this political direction, which your readers can understand, and the final numbers; is to structure the negotiation, so that we'll only have the numbers to negotiate in the second stage. So, we have to create boxes, parameters, and formulas in each of the three areas, agree to that, so that, then, there is nothing more to do in this agricultural pillar than decide on numbers, compromise on numbers. So, we're

sort of boxing, framing, structuring, sort of sketching each and every of these three things. Of course, it's very intensive in political terms because, depending on the way you structure this, there are things we'll all be committed to do and, of course, this is sensitive. So, I think that's what we're trying and, of course, a joint effort endeavor is to try to do this by the end of July. So that, in this area of the negotiation, as in the three other areas of the negotiation, we'll be concentrating in July, we're sort of halfway.

Mark Vaile, Ministro do Comércio da Austrália: If I could just add to that point, in terms of the significance of the process and the timing, we need to bear in mind that we've further advanced in terms of convergence in dealing with the very critical issues of the knob of agricultural trade reform than we've been in the 50-plus years of the history of the organization. I think the significance in terms of the focus on the timing has brought us here together at the beginning of the week of the UNCTAD Conference, by an invitation of Mr. Amorim. We certainly thank him and his government for making these arrangements. In terms of the nature of the discussions on the issues that you've mentioned in your questions, it was very productive and fruitful, and continues to move forward so that our officials in Geneva can continue to work towards a framework, if we can achieve that by July. But, importantly, it should not be underestimated the commitment of all members of the WTO, and particularly the key players in terms of moving the Agriculture Agenda forward. I mean, there is work to be done in other areas, but agriculture has always historically been the most difficult and the most sensitive area. But in terms of recent months there has been a significant progress.

Celso Amorim: Eu queria só completar também a resposta porque uma reunião como essa, para a qual nós convidamos os quatro outros Ministros, não é algo que esteja totalmente isento de risco. Neste momento, os cinco Ministros dos cinco países, e no caso da União Européia, um grupo de países, que representam diferentes interesses, se reúnem num

momento crucial. Eu acho que o fato de nós termos percebido que há convergência suficiente – reparem que são países muito diferentes em muitos sentidos, e isso já é, em si, histórico, se compararmos com outras negociações do passado; o fato de nós termos encontrado convergências suficientes para instruir os nossos altos funcionários a continuar o trabalho com urgência, acho que é algo muito significativo. É uma mensagem de que há muito trabalho por fazer até julho, mas é também uma mensagem de confiança. Eu acho que isso é algo importante. Não temos ilusões, não chegamos lá ainda, mas continuamos caminhando na direção certa. Eu acho que isso é muito importante de ser captado por todos.

Robert Zoellick: You said you're from the Financial Times and you asked us to explain this to your readers. I'm afraid, my vocabulary isn't as big as the Financial Times readers', so I have the reverse problem of my political friend in Europe. But, I would try to explain it this way. First of all, as a number of our leaders have recently pointed out, the context is one in which the United States is having a good economic recovery, as many other countries in the world, like China, East Asia, some in Latin America and India, who is growing well. So, there is a point of strategic economic opportunity. If we could combine an upswing in the global economy with a real opening in the markets around the world, that's the best thing we could do to extend growth, deepen it and have it promote development. The WTO works through consensus with 147 members now. So, it's an extremely difficult process and it works in stages. The first stage, at Doha, was to create a working agenda and mandate. The next stage, which was supposed to be done at Cancún, was to try to further refine how we would address those topics in reducing barriers, tariffs and subsidies. We were unsuccessful. So far, in 2004, we've seen some important movement. The European Union, Japan, Korea, have agreed in one area of the negotiations of the Singapore issues to focus on trade facilitation. That's a big plus for many developing countries, particularly in Africa,

but also India and other colleagues. But, we also now have to figure out how to move ahead in agriculture, goods and services, which are the real core of the world economy. We've all realized that agriculture is the real key to unlocking that door. So, the way this meeting fits into that is that there are three pillars in agriculture. We've all agreed that the three pillars need to move together, roughly with the same level of detail at this stage, to explain how we will do the cuts in liberalization. And as Commissioner Lamy mentioned, that would not yet mean the numbers – they would come in the next stage, but we would create the means. Now, your readers may think this is a very complicated process, but it's the way you bring along 147 players at once. So, this meeting comes at a very important time. As I said, I compliment Celso and his government for having it, because we only have five weeks left, and there's still a lot of work to be done, and a lot of these concepts still have to be translated into words and frameworks and that's where the WTO becomes hardest, because, ultimately, these are political-level decisions, but there is a lot of technical work to be done. So, we need a blend of our expert people, some of which are with us, some of which are in Geneva, and some core decisions. So, it moves in these steps and stages, but I think, again, on export subsidies; we have the chance of doing something extremely historic – the elimination of export subsidies with equivalence for other forms. As to domestic support, if you go back and look at the cuts in the Uruguay Round, we're looking at a much deeper set of cuts and reforms here. Therefore, we're trying to get the framework, with the numbers to come next. As to market access, obviously, it's critical, that's opening the overall markets for both developing and developed countries, while taking into due count the special and differential treatment. Now, there are other issues. For example, there are some issues that are related particularly to the development agenda. Some of them flow through, but they also have to be taken into account. There are other topics that some of our other colleagues would have

emphasized, in terms of rules development. But, at this stage, we're really focusing primarily on this key agriculture topic and that these three pillars move together. Our hope is, by July, to have those frameworks, to basically accomplish what we didn't accomplish in Cancún which would give momentum for the next stage, which is putting in the numbers. If we are successful with that, then you've completed the other aspect of the strategic economic opportunity that I have suggested.

Sérgio Leo, Valor Econômico: Até recentemente, o Sr. Lamy argumentava que, para os países europeus, seria muito difícil avançar nessa liberalização agrícola, sem avanços paralelos e similares em outras áreas de negociação. Eu gostaria de saber se esse tema veio à tona nessa reunião e o que o Sr. Lamy espera nesse sentido.

Pascal Lamy: When we together decided on the agenda of the negotiation in Doha, we put sort of 20 topics on the list. And these 20 topics are on the table. They are part of what we call “the single undertaking”, which means that nothing will be agreed on one of the topics if all the other topics together are not agreed. So, this chain, this link between the topics, remains, and the negotiation, at the end of the day, will have moved on all these topics. Now, given the dynamic of the negotiation and the concerns here and there, we have agreed that we would focus, in July, on modalities on agriculture, industrial tariffs, what remains of the Singapore issues and development issues, plus, probably, something about services. These are linked, as these five topics are linked with the others. So, this link remains and, within agriculture, the three pillars are linked with one another. And within the first pillar, which we mentioned, which is export competition, what Franz Fischler and myself said in terms of export subsidies is linked and conditioned on the fact that others proceed to the same sort of disarmament as we do. So, there are links everywhere and none of us, of course, will agree to make a concession on the table, which will be valid, without the rest of the thing coming. This is why we have to

meet from time to time at this level, to check that the systems move in parallel. And that's why what Celso Amorim and Bob Zoellick, for instance, in terms of the degree of precision on this agriculture topic, on which we've spent most of our time today – and the degree of precision in the three pillars is the same –, think it so important. It encourages the ones of us who have moved, and I have a vague feeling that we have made a rather good move to explain to our constituencies that we are not just stupid, naïve, dreaming negotiators who put things on the table, without the others doing the same, which is, of course, a criticism which we all have to face at home. So, this is conditional, of course.

Celso Amorim: Well, thank you very much. This puts us Brazilians in a very comfortable position because you're in favor of total and complete disarmament. So, thank you very much.

O mundo se democratiza – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (jornal Terra Viva, 13.06.2004)

A XI UNCTAD foi muito produtiva, em si mesma e pelas várias reuniões que atraiu a São Paulo, no balanço do Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Houve avanços no chamado NG-5 (Non-Group dos cinco) que podem destravar a negociação agrícola na Rodada de Doha, o G-20 consolidou sua unidade e precisou alguns dos conceitos que defende e progrediram os entendimentos entre MERCOSUL e União Européia. Nesta entrevista ao Terra Viva, o Ministro comenta a relação entre essas negociações comerciais e a tendência de democratização das relações internacionais.

Terra Viva: Fala-se em nova geografia do comércio, mas o que está ocorrendo no mundo, como mostra tudo o que ocorreu nesta XI UNCTAD, não é algo mais amplo, uma mudança no quadro de poder mundial?

Celso Amorim: Oxalá você tenha razão. Estamos trabalhando para fortalecer a nossa posição de

barganha e a de outros países em desenvolvimento, tanto no plano econômico como no político. Acho que o G-20 é hoje um ator indiscutível e indispensável e, não só isso, percebido como construtivo nas negociações comerciais, que mudaram completamente. Participei de rodadas anteriores em que países como Brasil e Índia tinham algum papel, mas as grandes decisões eram tomadas por União Européia e Estados Unidos, às vezes com Japão, Canadá. Os países em desenvolvimento entravam mais para botar uma vírgula aqui, um acento ali. Agora não, estamos presentes em negociações fundamentais, inclusive nas que envolvem os dois (EUA e UE), como a questão do paralelismo na eliminação dos subsídios e outras formas de apoio às exportações agrícolas. Claro que não temos a capacidade de ditar nada, mas muitas vezes podemos ajudar as negociações entre eles.

Terra Viva: Comenta-se a entrada da China no G-8. Há alguma coisa concreta nisso?

Celso Amorim: Não vi nada específico sobre isso; houve, sim, uma declaração do Primeiro-Ministro da Itália, dizendo que China e Índia poderiam entrar. Soube por minhas fontes que se conversou, mas muito superficialmente, sobre a possibilidade de ampliação do grupo. Mas nessa mesma conversa, a França, por exemplo, mencionou o Brasil. Outras pessoas com quem falei, bem informadas, disseram que não há nada que esteja no processo decisório.

Terra Viva: Essa possível inclusão da China, Brasil e Índia no G-8 não seria o reconhecimento de que já há uma distribuição maior do poder mundial, não só econômico?

Celso Amorim: Acho que é o reconhecimento de que não se pode querer decidir sozinho (sobre questões mundiais), não pode o G-8, nem mesmo sua ampliação para G-11 ou G-12, porque as coisas têm que ser resolvidas de maneira mais institucional. Mesmo para preparar o trabalho que depois será discutido institucionalmente, não se pode mais reunir sete países ricos, ou oito contando com a Rússia, para que decidam. O mundo hoje é muito complexo,

o que acontecer na China, na Índia ou no Brasil terá um impacto nos países ricos. Não é só para nos fazer um favor ou reconhecer a nossa importância, mas é importante para eles mesmos.

Terra Viva: Uma possível entrada da China, por exemplo, no G-8 não enfraquece os grupos de países em desenvolvimento, como o G-77, o G-20?

Celso Amorim: Se for a entrada de um único país, qualquer que ele seja, tem essa implicação. Mas não a entrada de um grupo, ainda que pequeno, de três ou quatro – China, Brasil e Índia, mas talvez um africano também, não se pode ignorar a África, e um país árabe. Depende se se vai ampliar o grupo para dez, doze ou quinze.

Terra Viva: Isso alteraria a natureza do G-8?

Celso Amorim: Certamente. Alteraria para melhor, seria um pouco mais democrático, porque teria uma diversidade maior de opiniões. E também mais efetivo, porque estaria vendo as situações reais que existem. Hoje em dia há países em desenvolvimento cujo PIB pode não ser tão alto como o dos desenvolvidos – em alguns casos já é, se se considerar o poder de compra, mas mesmo que não seja –, mas cuja capacidade de influir, positiva ou negativamente, no conjunto das trocas internacionais é maior. Isso em relação aos países europeus, por exemplo, que, por seguir uma política mais ou menos unificada, têm peso individual grande economicamente, mas politicamente estão submetidos a um mesmo conjunto de regras. Na maioria dos países em desenvolvimento isso não ocorre.

Terra Viva: Mas isso não dividiria o G-20 e o G-77? Seria possível participar desse G-8 ampliado e ao mesmo tempo do G-20?

Celso Amorim: O G-20 é o maior sucesso da história da humanidade em matéria de criação de grupos. Não tem um ano e todo mundo fala dele como se fosse um grupo que devesse também tratar de outros assuntos. O G-20 tem um potencial óbvio, mas foi criado para as negociações agrícolas na OMC. Se pudermos manter a coesão desse grupo para outras negociações, melhor. Se você for analisar, há países do grupo que têm conflitos entre si noutras

questões. Estão unidos na luta pelo fim dos subsídios agrícolas, por melhora no acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos. Embora o objetivo seja a agricultura, nós temos uma visão parecida sobre o conjunto da rodada. Mas nunca chegamos sequer a fazer uma plataforma sobre todos os temas. Nos temas de Cingapura temos posições diferentes dentro do G-20. O problema não se colocou, porque foi resolvido mais pelo G-90.

Terra Viva: Sobre acesso a mercados agrícolas também há diferenças?

Celso Amorim: Pode haver até diferenças de nuances. Os interesses não são idênticos, mas sabemos que se estivermos unidos poderemos ter influência nas negociações de questões fundamentais. Se estivermos desunidos e defendendo o interesse individual não teremos influência nenhuma. Não ganharemos nem naqueles interesses fundamentais, nem nos outros.

Terra Viva: Esse reordenamento na área comercial ajuda também a ampliação do Conselho de Segurança? Não é uma tendência comum?

Celso Amorim: Acho que o Conselho de Segurança terá que ser democratizado mais cedo ou mais tarde. É uma tendência comum, porque há uma percepção, não só dos países em desenvolvimento, mas também dos desenvolvidos, de que para o Conselho de Segurança conservar a sua legitimidade, para que as suas decisões sejam acatadas e apoiadas, é preciso que o conjunto dos membros veja nele um órgão representativo da comunidade como um todo. Claro que haverá diferenças sobre a maneira de o fazer exatamente, mas sobre a necessidade de reformar o Conselho de Segurança não há dúvida. Sobre a impossibilidade de o Conselho seguir com cinco membros permanentes, que são os cinco de 50, 60 anos atrás, também não há dúvida. Mas os detalhes não são fáceis, teremos que continuar discutindo. É um momento importante porque se criou a Comissão de Alto Nível, que pode gerar as condições para que se chegue a uma reforma ou uma forma de transição.

Prioridades são OMC e UE, afirma Amorim – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (O Estado de São Paulo, 20.06.2004)

Chanceler diz que a ALCA fica para depois “porque está mais atrasada”

Priscilla Murphy

Para o Governo brasileiro, as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) são o alvo número um, e com a União Européia (UE), o número dois. AALCA fica para depois: “Não que seja menos relevante, não por nosso desejo, mas só porque está mais atrasada”, diz o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista a O Estado de São Paulo. O Chanceler fez um balanço das negociações durante a XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), na semana passada.

O Estado de São Paulo: Ainda existe alguma esperança de concluir a ALCA este ano?

Celso Amorim: Tenho mantido contato constante com Robert Zoellick (representante americano para o comércio) sobre a ALCA também. Temos tentado avançar com um espírito pragmático. Hoje a negociação com a UE está mais avançada porque envolve apenas dois blocos, não 34 países. Conversando diretamente com o interessado, é mais fácil avançar. Coloquei muito esforço na ALCA, não foi pouco, não. Em outubro, abandonei o presidente da República em Moçambique para ir conversar com o Zoellick, para chegarmos a um arcabouço que resultou em Miami. Na minha opinião, tínhamos um modelo que poderia levar rapidamente a uma finalização. Daí surgiram algumas dúvidas que na prática significavam reabrir Miami, demos um passo atrás. A negociação com a UE está muito mais avançada, e as coisas que avançam exigem mais concentração, pois não temos equipes infinitas. Então, hoje em dia a concentração número um é a OMC, e a número dois é a UE. Não porque a ALCA seja

menos relevante. É só porque está mais atrasada, não por nosso desejo.

O Estado de São Paulo: No G-5, os Estados Unidos e a União Européia firmaram compromisso de eliminar subsídios?

Celso Amorim: Vi uma disposição positiva. Esse é um problema entre UE e EUA, que nos afeta. Mas é a primeira vez que estamos tendo oportunidade de opinar. Se não houvesse o G-20, não estaríamos nem discutindo se haveria eliminação de subsídios. Senti da parte de ambos (o representante de comércio da UE, Pascal Lamy, e Zoellick, que estiveram na UNCTAD) que há preocupações. Os europeus dizem: “Só posso eliminar os subsídios se as outras formas de apoio também forem eliminadas”. Os americanos dizem que só podem eliminar o elemento de subsídio que existe nas outras formas de apoio. Fizemos uma reflexão profunda sobre como podemos avançar. Não só nessa área, mas também na de acesso a mercados e apoio doméstico. E conseguimos identificar áreas onde há possibilidade de progresso na discussão técnica em todos esses temas. Identificamos convergências potenciais. Senti um clima de encontrar uma solução, embora haja uma necessidade de equivalência. É uma coisa sutil chegar lá. Mas tenho confiança de que podemos chegar porque estamos trabalhando nesse sentido.

O Estado de São Paulo: Por que o atual momento é uma janela de oportunidade para o avanço das negociações comerciais?

Celso Amorim: Primeiro, porque a economia mundial está crescendo e não se sabe por quanto tempo vai continuar a crescer. Os momentos de crescimento são mais propícios às negociações. Em segundo lugar, chegamos a um estágio nas negociações com a UE em que, se não complicarmos o jogo agora, podemos concluir. Mas se paralisarmos o jogo, vai mudar a Comissão Européia, outras negociações vão se desenvolver ou não e vamos perder esse impulso. Acho que seria lamentável.

O Estado de São Paulo: O conflito da soja pode prejudicar o relacionamento do Brasil com a China?

Celso Amorim: Evidentemente, queremos resolver a questão da soja. Temos tratado disso inclusive do ponto de vista político. Eu mesmo intercedi, nossos embaixadores têm entrado num jogo diplomático, não puramente técnico. Há intenção de contatos políticos de alto nível e uma missão já partiu para a China. O importante é tentar resolver isso amistosamente. É claro que o recurso à OMC é uma possibilidade que sempre existe. Se tiver de ser, será.

O Estado de São Paulo: O Itamaraty mudou em relação ao Governo passado?

Celso Amorim: O Itamaraty é um Ministério de Estado, que defende o interesse do Estado brasileiro. Sempre há uma interpretação de quais são os melhores interesses, que não são necessariamente as mesmas. Há uma mudança de ênfase. A ênfase na integração sul-americana é mais forte, no comércio e na cooperação Sul-Sul, sem detrimento das outras negociações. E acho que houve uma modificação também na intensidade. A política externa brasileira nunca foi tão tratada na mídia internacional. Nunca houve uma visita presidencial para nenhum país do mundo que tenha sido tão noticiada quanto a visita do Presidente Lula à China. Em grande parte, é pela figura do Presidente, mas o Itamaraty também tem assumido suas responsabilidades em termos de intensidade.

Entrevista coletiva após encontro com empresários e investidores estrangeiros – Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República (Nova York, 24.06.2004)

Porta-Voz: Boa tarde a todos, obrigado pela presença de todos vocês aqui. Nós estamos com problemas de horário, nós estamos atrasados para o avião que parte para o Brasil em seguida. Sairemos daqui para o aeroporto. Então, vou passar a palavra para o Presidente da República, que vai fazer algumas considerações sobre essa viagem a Nova York. E, em seguida, eu creio que nós teremos condições de responder a três perguntas. Eu peço a compreensão de vocês. Então, para não tomar mais o tempo, eu

passo imediatamente a palavra ao senhor Presidente da República.

Luiz Inácio Lula da Silva: Bom, eu penso que é importante não apenas a imprensa brasileira, mas, sobretudo, a imprensa americana saber que nós viemos aos Estados Unidos dentro de uma estratégia da nossa política externa de mostrar o que o Brasil tem para oferecer a empresários e investidores estrangeiros no campo de infra-estrutura, nas oportunidades de investimento dentro do Brasil. Nós já tínhamos feito isso em Genebra, este ano, e achamos que era extremamente importante virmos aos Estados Unidos mostrar, claramente, o que estamos fazendo neste instante que pode servir como atrativo para os investimentos americanos no Brasil. Eu penso que o resultado da nossa viagem não pode ser medido 24 horas depois dos encontros que nós tivemos, mas acredito que a receptividade foi excepcional, as conversas que os nossos Ministros tiveram, depois, com os vários setores da economia americana deixaram todos os Ministros satisfeitos, porque puderam fazer uma apresentação mais a fundo das coisas que estamos fazendo em cada área. E o objetivo concreto é que, como nós estamos extremamente convencidos de que a política brasileira entrou num ritmo de crescimento sustentável, e com isso nós queremos gerar os empregos e gerar riqueza para poder distribuir renda, nós saímos daqui com a certeza que os investidores americanos vão ter no Brasil um porto seguro para fazer os seus investimentos. Eu até brinquei com as agências de risco que estavam ontem na reunião, dizendo que eu não sei por que o risco-Brasil, de vez em quando, aparece alto, porque nós não temos guerra, não temos guerrilhas, não temos maremoto, vulcão, tufão, não temos neve – neve tem um pouquinho em São Joaquim, que dura meia hora. Mas o que eu quis mostrar é que, inclusive do ponto de vista legal, nós criamos as bases para os investimentos estrangeiros, fazendo o marco regulatório do setor elétrico, mandando o PPP – o projeto de Parceria Público Privada, que já foi aprovado na Câmara e vai ser

aprovado no Senado; o marco regulatório do saneamento básico, que estamos enviando ao Congresso Nacional; a Lei de Falências, que já está para ser aprovada; ou seja, são todos instrumentos legais que podem garantir aos investidores regras claras para que possam fazer os seus investimentos no Brasil. Então, eu retorno ao Brasil com a certeza do dever cumprido. E esperamos, agora, que as coisas aconteçam. A exposição que ontem foi feita pelo Ministro Furlan, pelo Ministro Palocci, pelo Ministro Guido Mantega, não deixou margem a dúvidas, do acerto da política econômica. E eu penso que pode ter dado as informações necessárias aos investidores americanos. Ao mesmo tempo, eu não poderia recusar um convite do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, de vir aqui ao *Global Compact* para discutir a questão social. Foi um evento que me deixou animado. Eu não esperava encontrar tantos empresários preocupados em discutir a problemática social do mundo. Portanto, eu saio daqui mais satisfeito ainda, porque significa que a questão social está hoje permeando as ações de muitas empresas e, sobretudo, a satisfação de ter tantos empresários brasileiros num evento como este. Isso significa que as coisas estão melhorando, significa que as coisas estão andando dentro daquilo que nós prevíamos. O crescimento brasileiro precisa ser sustentável; não se pode em um ano crescer quatro e, num outro ano, zero. É preciso crescer de forma mais sustentável, para que a gente possa fazer a economia brasileira voltar ao crescimento que a sociedade tanto precisa, para que possamos gerar os empregos que o povo quer que nós geremos.

Porta-Voz: Muito obrigado, Presidente. Eu vou pedir, então, ao Presidente do Comitê de Correspondentes da ONU, como é uma praxe aqui da Casa, para fazer a primeira pergunta.

Presidente do Comitê de Correspondentes da ONU: (pergunta inaudível)

Luiz Inácio Lula da Silva: Olha, primeiro eu acredito que todos nós brasileiros, os 180 milhões de brasileiros, os que ganham o salário mínimo e os

que não ganham, sabem que o salário mínimo é sempre muito baixo, por isso é que ele é o mínimo. E todos nós gostaríamos que fizéssemos um salário mais alto, que pudesse garantir à sociedade brasileira viver melhor. Acontece que no Brasil, quando nós discutimos o salário mínimo, nós não discutimos o mínimo, nós discutimos é a Previdência Social. Embora tenhamos feito uma reforma na Previdência, os resultados são de médio e longo prazo, não são de curto prazo, e nós sabíamos disso quando fizemos a reforma. A Previdência, hoje, tem um déficit de praticamente 30 bilhões de reais, e é humanamente impossível dar um salário mínimo maior. Se fosse para a iniciativa privada, certamente você poderia dar um salário mínimo muito maior do que o que você dá no geral; mas acontece que o salário mínimo envolve a grande maioria dos trabalhadores aposentados. Nós estamos imbuídos do compromisso de fazer mudanças na política de salário mínimo. Constituímos uma comissão que vai trabalhar para apresentar uma nova metodologia para discutir o salário mínimo no país, porque não é possível que o salário mínimo seja utilizado apenas para fazer discurso eleitoral em época de campanha. Todo mundo sabe que as prefeituras brasileiras e a Previdência não suportariam um salário mínimo maior. Entretanto, mesmo as pessoas que não conseguem pagar um salário maior, por causa da eleição votam no maior, sabendo que o Governo, por ser responsável, iria propor que a Câmara retomasse os 260 reais. Eu, obviamente, acho que a Câmara cumpriu o seu papel, votou o salário mínimo que era possível ser votado. Quando pudermos, mandaremos uma proposta e, certamente, a Câmara votará um salário mínimo maior, eu não tenho dúvida disso. Todas as propostas de reformas estruturais nós já enviamos ao Congresso Nacional. Desde a reforma da Previdência, a reforma Tributária, ao Projeto de PPP, a Lei de Falências, uma lei que muda as regras para investimentos do setor financeiro na construção civil, tudo isso já está colocado no Congresso Nacional. Agora, vamos só esperar que o Congresso vote, porque o Brasil tem pressa. Algumas propostas que nós

mandamos para o Congresso Nacional são extremamente importantes e necessárias para que o Brasil possa retomar o seu crescimento num ritmo muito maior do que aquele que ele está seguindo agora. Se nós estamos crescendo 3,5%, a economia pode crescer mais se nós facilitarmos os mecanismos que possam servir de atração de capital estrangeiro para o Brasil.

Jornalista: Presidente, foram quase três meses de discussão sobre o salário mínimo. O senhor acha que o Governo ganhou a votação, mas saiu politicamente desgastado?

Luiz Inácio Lula da Silva: Eu acho que não se trata de ganhar ou perder no salário mínimo. Foram três meses porque existe um ritmo de funcionamento do Congresso Nacional em que o Poder Executivo não tem como interferir, não pode interferir, e não quer interferir. Por mim, teria sido votado num dia, numa semana ou em dois dias. Eu acho que não dá para medir o resultado do salário mínimo, se o governo ganhou ou perdeu com essa demora. O que eu acho é que nós fizemos aquilo que tinha de ser feito, eu fiz questão de avisar antes de viajar para a China, num pronunciamento em cadeia de televisão, que não tem no Brasil um ser vivo que gostaria mais de dar um salário mínimo maior do que eu. Entretanto, como eu tenho a responsabilidade de dirigir um país, tenho a responsabilidade de fazer um orçamento e sei quanto dinheiro nós temos, e só posso fazer aquilo que é possível fazer, eu não posso inventar, até porque nós herdamos alguns esqueletos. Eu alertei o Congresso Nacional de que este ano nós herdamos um esqueleto que vai nos custar, no fluxo normal da Previdência, a partir do ano que vem, 2 bilhões e 300, mais 3 bilhões do parcelamento que nós pretendemos acordar com os aposentados. Foi um processo movido pelos aposentados em função da URV de 1993. Na verdade, nós vamos gastar nesses próximos três anos quase 15 bilhões, se analisarmos o fluxo que vai entrar na receita mais o atrasado, ou seja, dinheiro que poderia ter aumentado o salário mínimo, dinheiro com que poderíamos ter feito outras coisas. Quando a gente chega ao Governo, a gente

não faz apenas o que a gente quer, muitas vezes nós só fazemos aquilo que podemos fazer, da forma mais responsável possível, e por isso eu tenho a consciência tranqüila de duas coisas: de que o salário mínimo sempre será pouco e de que nós fizemos aquilo que era mais justo fazer, nesse momento.

Jornalista Paulo Sotero, O Estado de São Paulo: Presidente, duas observações de executivos, de empresas de investimentos que presenciaram, ontem, a sua palestra. A primeira é que, embora eles reconheçam muito a política econômica brasileira, que o senhor reafirmou ontem, e aplaudem a coragem com que o senhor vem implementando essa política, inclusive que no passado o senhor até criticou; mas estranham que, em nenhum momento da sua palestra, o senhor reconheça que isso não foi uma política iniciada no seu Governo. Tal política foi intensificada, mas vem de antes, ela vem do seu antecessor. E eles estranham que não haja um reconhecimento, alguma menção de que o Brasil não começou no dia em que o senhor tomou posse, e que as políticas que o senhor, corajosamente, vem complementando, começaram antes. E a segunda pergunta tem a ver com regras claras. Há uma controvérsia, hoje, no nosso país, entre um Ministro seu e um supostamente subordinado dele, digo entre o Ministro Furlan e o Presidente do BNDES...

Luiz Inácio Lula da Silva: Olha, eu não entendi bem a primeira pergunta. Eu creio que o Brasil começou até antes de Cabral chegar aqui, quando foi feito o planeta, e o Brasil estava aí. Veja, não tem nada a ver a nossa política com a política anterior. Eu acho que é só você pegar os gráficos, é só você pegar a evolução para você perceber o que estava acontecendo no Brasil e a situação atual. Eu também não quero e não tenho nenhum interesse de ficar dizendo que estamos fazendo novidades ou não. Nós estamos fazendo apenas aquilo que tem que ser feito. Ou seja, eu peguei um país com uma perspectiva inflacionária de 40%, e ela está agora em 5,6% – é uma diferença extraordinária. Eu peguei um país com déficit na nossa balança comercial – ou seja, somente em 2002 houve um crescimento, depois

de vários anos de déficit comercial. E nós estamos batendo recorde atrás de recorde na nossa balança comercial. Nós estamos vivendo, hoje, uma taxa de juros que é a menor nos últimos dez anos. Nós tínhamos déficit de conta corrente, sistematicamente – não temos mais, e a indústria brasileira volta a crescer. Então, eu não sei qual é a similaridade. Similaridade seria se a inflação tivesse chegado a 40%, se nossas exportações não estivessem crescendo. Não tivemos coisas diferentes, não inventamos nada. Aliás, tomamos as decisões de dizer publicamente: nós não queremos inventar, nós queremos apenas utilizar o instrumento chamado “credibilidade e seriedade”. E foi isso que nós fizemos. E é importante lembrar que isso não aconteceu a partir da minha posse, não. Vocês, da imprensa brasileira, sabem que em junho de 2002 eu lancei o documento chamado Carta ao Povo Brasileiro, e, na mesma Carta, estavam determinadas as regras da nossa política. Portanto, todo mundo sabia muito antes, e fizemos isso antes das eleições, que era para o povo brasileiro saber o que nós íamos fazer. De forma que estou satisfeito, acho que há uma mudança na política econômica brasileira porque há uma mudança no comportamento dos empresários, há uma mudança na visão de vários países em relação ao Brasil. Nós adotamos uma política externa mais ousada, mais competitiva, paramos de ficar esperando as pessoas nos procurarem e estamos procurando, sobretudo, países em vias de desenvolvimento que podem estabelecer conosco uma política de similaridade. E os resultados estamos colhendo agora, e eu gostaria que fosse sempre assim, que o Brasil sempre tivesse dado certo, mas não foi assim. Eu espero que, nos meus quatro anos de Governo, eu consiga fazer a economia crescer de forma sólida, e continuar crescendo. Com relação à segunda pergunta. Veja, primeiro eu não sei qual é a divergência que existe entre os dois. Segundo, o Banco Nacional de Desenvolvimento é subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Terceiro, o Presidente não comenta divergência entre dois funcionários, dois servidores do país. Não comenta porque na hora em que o Presidente entender que um

dos dois está errado ou que os dois estão errados, o Presidente toma outras atitudes. Eu, como não conheço o assunto, pretendo chegar ao Brasil e saber o que está acontecendo. Não é normal que haja essa divergência entre duas pessoas que têm que trabalhar juntas para fazer as coisas fluírem com maior facilidade. De qualquer forma, como são duas pessoas da mais alta consideração, da mais alta responsabilidade, eu sou obrigado a saber o que está acontecendo, para saber que providências eu vou tomar.

Jornalista: (pergunta inaudível)

Luiz Inácio Lula da Silva: Primeiro, não é uma mera pretensão, é a reivindicação de um direito que um país, que é o maior país da América do Sul, está reivindicando não apenas para si. O que nós estamos reivindicando é que as Nações Unidas sejam mais democratizadas, que ela tenha melhor representatividade, sobretudo, para o continente. Ela não pode continuar sendo organizada com a mesma estrutura de quando foi criada, porque quase 60 anos se passaram, e, portanto, é preciso haver mudanças, adaptações à nova realidade. Nem o mundo político – se você olhar o *mapa mundi*, você vai perceber – é o mesmo de quando a Organização foi criada. Então é preciso readequá-la, acabar com a predominância de um país sobre os demais países. É preciso que haja uma participação mais equânime nas Nações Unidas. O que nós estamos reivindicando não é um direito para nós, mas o direito de a América do Sul ter um representante, o direito de a Ásia ter representante, o direito de a África ter representante. Ou seja, não é ruim para ONU que tenha um país como o Brasil e outros reivindicando mais democratização na ONU e mais participação de outros países. Está bem?

Porta-Voz: Muito obrigado a todos.

Café com o Presidente – Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, (Rádio Nacional, 31.01.2004)

Luís Farah Monteiro: Alô amigos em todo o Brasil. Eu sou Luís Farah Monteiro, e está começando mais uma edição do “Café com o

Presidente”, o programa de rádio do Presidente Lula. Esta é uma edição especial, gravada na cidade de Xangai, na China. Tudo bem, Luís?

Luiz Inácio Lula da Silva: Tudo bem, Luís.

Luís Farah Monteiro: Presidente, o senhor está encerrando esta viagem de vários dias à China. Que balanço o senhor faz dessa incursão do Brasil ao Oriente?

Luiz Inácio Lula da Silva: O balanço que eu faço é o mais positivo que um governante pode fazer de uma viagem internacional. Quando nós saímos do Brasil, estávamos convencidos de que, pelo interesse dos empresários chineses e pelo interesse dos empresários brasileiros, essa viagem seria de total sucesso. E por que de total sucesso? Primeiro, porque há interesse do Governo chinês em transformar o Brasil num parceiro estratégico. Segundo, porque há interesse nosso, do Governo brasileiro, de transformar a China num parceiro estratégico. Ora, havendo a vontade dos dois Governos, fica mais fácil trabalhar com os empresários e convencê-los a fazer parceria com empresários chineses. Nós não queremos apenas uma política de comércio, de compra e venda. O que nós queremos na verdade é uma política chamada de complementaridade, ou seja, o Brasil produz coisas que a China não produz, e a China produz coisas que o Brasil não produz. A China tem mais tecnologia em algumas coisas, e o Brasil tem mais tecnologia em outras. O que nós queremos é que as empresas chinesas e as empresas brasileiras se juntem para que possamos produzir o que o Brasil precisa no Brasil e o que a China precisa aqui na China, como está fazendo a EMBRAER, montando uma empresa para produzir avião aqui, em parceria com a China, ou como está fazendo a Companhia Vale do Rio Doce com a Baosteel, um acordo para produzir e construir uma nova siderúrgica no Brasil.

É esse tipo de negócio que eu acredito que seja fundamental. Eu, Luís, sou até suspeito porque o otimismo que eu vi nos empresários chineses, e o otimismo que eu vi nesses quatro dias nos

empresários brasileiros, me levam a concluir que nós demos um passo extraordinário para que o Brasil faça grandes e bons negócios com a China. Eu volto para o Brasil convencido de que essa foi a viagem mais exitosa que nós fizemos. Existe um campo excepcional para que os empresários brasileiros da indústria, do comércio, do agronegócio façam bons acordos com a China, e para que os chineses façam bons acordos com os brasileiros.

Por isso eu saio da China muito satisfeito; saio da China orgulhoso de ver que o meu país, ver que o meu Brasil está dando passos importantes para aumentar o seu crescimento econômico, para aumentar a sua capacidade produtiva e para melhorar ainda mais a nossa balança comercial.

Luís Farah Monteiro: O senhor citou a EMBRAER, a Vale do Rio Doce, Baosteel. Que outros setores, Presidente, têm potencial de fazer grandes negócios, ainda, na China? Vai ter também uma feira, aqui, a Expo Brasil-China, mostrando mais produtos brasileiros. O senhor está otimista quanto a esses negócios futuros?

Luiz Inácio Lula da Silva: Eu estou otimista, porque comércio exterior é exatamente isso. Nós não podemos ficar no Brasil esperando que as pessoas apareçam para nos descobrir. Nós é que temos que viajar o mundo para mostrarmos como nós somos e o que produzimos. Nós, por exemplo, só para você ter idéia, poderemos ter várias parcerias na área de *software*. Da mesma forma que os chineses estão ajudando o Brasil no lançamento de satélites, nós podemos ajudá-los na construção de aviões, como estamos fazendo aqui. Quando a PETROBRAS monta um escritório seu aqui e faz uma parceria com a SINOPEC, a empresa de petróleo chinesa, na perspectiva de procurar petróleo em outras terras, em outros mares, isso é uma demonstração de que nós estamos acreditando nessa parceria de verdade, achamos que poderemos fazer grandes negócios. O Brasil pode vender carne para a China, o Brasil pode vender açúcar para a China, o Brasil pode vender café para a China, o Brasil pode vender etanol para

a China, o Brasil pode vender máquinas, pode vender carros, pode vender ônibus. Ou seja, tem um monte de coisas que o Brasil pode exportar ao mercado chinês, e eu senti nos empresários chineses uma disposição extraordinária, de forma que eu penso que um dia você deveria entrevistar os empresários que participaram dessa delegação para perceber o otimismo dos empresários.

Luís Farah Monteiro: Traduzindo para o nosso ouvinte, para o trabalhador brasileiro, Presidente, o que essa viagem pode render diretamente a esse público específico?

Luiz Inácio Lula da Silva: Essa viagem, certamente, vai render mais possibilidade de parcerias empresariais. Conseqüentemente, mais geração de empregos; vai render mais exportação do Brasil. Conseqüentemente, mais produção dentro

do Brasil; conseqüentemente, mais empregos e mais salários, e é para isso que nós estamos viajando, para dinamizar a economia brasileira, para gerar empregos, para gerar riqueza, porque esse é o nosso objetivo: é fazer a economia brasileira crescer e gerar os empregos e distribuir renda. A economia brasileira ficou 20 anos estagnada. Nós estamos há apenas um ano e meio no Governo, ainda não fizemos tudo o que nós queremos fazer, mas podem ficar certos de que nós vamos fazer muito mais do que a gente se comprometeu a fazer, porque há espaço para isso. Nós temos disposição política, o povo brasileiro precisa disso e eu acho que o mundo, hoje, está vendo o Brasil com olhos diferentes.

Luís Farah Monteiro: Obrigado, Presidente. Até o nosso próximo encontro.

Luiz Inácio Lula da Silva: Obrigado a você, Luís.

Índice remissivo

A

África

27, 30, 32, 36, 40, 42, 44, 45, 48, 50, 77, 78, 88, 98, 100, 105, 107, 110, 121, 122, 123, 124, 127, 134, 137, 142, 155, 159, 163, 165, 170, 177, 188, 195, 199, 205, 259, 260, 266, 268, 279, 287, 307, 323, 333, 336, 337, 343, 346, 347, 355, 358, 363, 367, 371, 386, 387, 393, 398

África do Sul

27, 30, 32, 36, 40, 42, 44, 48, 50, 77, 78, 100, 105, 107, 121, 123, 124, 127, 134, 137, 159, 163, 165, 170, 188, 195, 199, 205, 260, 266, 268, 279, 336, 346, 371, 386, 387

Agricultura

30, 38, 85, 115, 121, 129, 152, 187, 195, 249, 252, 266, 268, 271, 272, 274, 300, 313, 322, 336, 337, 342, 343, 344, 345, 349, 353, 355, 357, 360, 383, 388, 389

América do Sul

21, 23, 24, 27, 32, 33, 35, 48, 49, 60, 61, 74, 75, 76, 78, 98, 100, 104, 105, 122, 124, 140, 143, 163, 169, 182, 183, 184, 185, 188, 192, 195, 267, 270, 272, 277, 285, 287, 303, 305, 324, 332, 342, 347, 348, 349, 350, 358, 366, 370, 373, 387, 398

América Latina

21, 23, 24, 25, 27, 45, 71, 78, 93, 98, 110, 111, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 145, 160, 176, 200, 215, 257, 265, 270, 285, 286, 296, 304, 306, 307, 309, 310, 312, 318, 321, 330, 335, 340, 355, 358, 363, 385, 387

Área de Livre Comércio das Américas ALCA

23, 48, 53, 54, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 75, 76, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 100, 106, 123, 192, 195, 279, 288, 300, 310, 317, 359, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 378, 379, 381, 382, 386, 394

Argentina

24, 31, 35, 67, 80, 103, 104, 122, 123, 141, 169, 173, 204, 214, 215, 253, 258, 259, 261, 263, 279, 292, 293, 294, 304, 310, 314, 315, 322, 327, 336, 349, 357, 363, 366, 367, 373, 374

Ásia

31, 32, 45, 107, 120, 122, 182, 255, 313, 330, 339, 340, 355, 358, 363, 374, 398

Associação do Sul da Ásia para Cooperação Regional -SAARC 255

Associação Latino-Americana de Integração ALADI 300, 305

Atentados de Madri 289, 290

B

Banco Mundial

39, 55, 125, 172, 180, 260, 323, 344, 361

Bolívia

66, 67, 78, 104, 123, 157, 164, 166, 253, 301, 302, 303, 305, 323, 336, 349, 369, 370

C

Caribe

24, 71, 107, 110, 112, 123, 135, 136, 137, 145, 253, 257, 270, 277, 304, 309, 310, 318, 321, 333, 335, 358

Chile

24, 49, 56, 75, 80, 83, 104, 121, 127, 145, 163, 192, 199, 253, 256, 259, 278, 279, 280, 290, 318, 322, 326, 333, 336, 344, 349, 350

China

36, 76, 78, 99, 100, 105, 107, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 147, 149, 163, 165, 174, 175, 188, 195, 232, 233, 243, 244, 249, 292, 300, 304, 313, 314, 322, 325, 328, 329, 330, 336, 345, 357, 358, 362, 363, 367, 373, 374, 375, 383, 384, 386, 387, 390, 392, 393, 394, 395, 397, 399

Cimeira Brasil-Portugal 69, 281

Colômbia

123, 163, 183, 184, 185, 188, 253, 257, 287, 288, 289, 305, 323, 341, 342, 347, 348, 349, 366

Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas - RUSIC 314

Comissão Mista Brasil-Timor Leste 272
Comunidade Andina de Nações CAN
75, 76, 99, 104, 122, 155, 163, 182, 184, 185, 188, 195,
265, 272, 279, 288, 293, 305, 308, 312, 342, 348, 366,
367, 379
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
69, 70, 71, 100, 204, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240,
241, 242, 243, 266, 269, 270, 272, 273, 283, 284, 285, 304, 305,
311, 338
Comunidades Européias 213, 256
Conferência Asiática de Segurança 40
Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio
e o Desenvolvimento UNCTAD
30, 127, 143, 144, 147, 148, 149, 153, 154, 157, 158,
159, 160, 161, 162, 166, 167, 169, 170, 173, 174, 175,
176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 195, 204, 205, 281,
287, 335, 336, 337, 338, 341, 371, 373, 376, 388, 390,
392, 394
Conselho de Segurança das Nações Unidas CSNU
24, 30, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 45, 78, 97, 100,
101, 110, 111, 112, 123, 124, 125, 139, 140, 145, 182,
261, 264, 270, 273, 276, 281, 285, 287, 289, 293, 295, 298,
305, 306, 309, 317, 320, 326, 329, 340, 347, 348, 350, 351,
368, 371, 372, 393
Consenso de Buenos Aires 293
Contenciosos 322, 343, 344
Controle de ingresso de estrangeiros 254
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre
Mudança do Clima 328
Convenções das Nações Unidas contra o Crime
Organizado, a Corrupção e o Terrorismo 333
Coréia do Sul 256, 299, 355, 356
Corporação Andina de Fomento 188
Crescimento econômico 117
Crime Organizado 333
Cuba 119, 314, 315, 336, 381, 387
Cúpula América do Sul-Países Árabes 60, 303, 331
Cúpula Extraordinária das Américas 25, 304
Cúpula Ibero-Americana 321
Cúpula Mundial do Café 348
Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável
299

D

Defesa Comercial e Salvaguardas 216
Democracia 145, 284, 290, 334, 359
Desarmamento e não-proliferação 266

E

Egito 105, 123, 324, 336, 358, 383
Emenda Byrd 255, 256, 257
Emirados Árabes Unidos 105, 123
Equador
145, 163, 188, 192, 253, 288, 305, 323, 324, 334, 349,
366
Escritório das Nações Unidas contra Drogas e
Crimes UNODC 333, 334
Espanha
145, 172, 199, 278, 280, 289, 290, 291, 318, 326,
333, 350
Estados Unidos
34, 43, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 76, 77, 78,
85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 106,
110, 145, 164, 167, 176, 178, 180, 185, 187, 188,
189, 192, 194, 195, 218, 219, 253, 254, 255, 256,
258, 270, 271, 278, 280, 290, 303, 318, 320, 322,
323, 326, 327, 328, 331, 333, 334, 342, 343, 344,
345, 353, 355, 357, 358, 359, 363, 365, 366, 368,
369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 378, 379, 381,
382, 384, 385, 386, 387, 388, 392, 394, 395
Extradicação 231

F

Faixa de Gaza 325, 326
Feira Internacional de Alimentos, Processamento
de Alimentos e Bebidas 315, 325
Feira Seoul Food 325
Fórum Cultural Mundial 203, 205
Fórum da Sociedade Civil 162, 166
Fórum de Negócios Brasil-Colômbia 183
Fórum Intergovernamental da Promoção da Igualdade
Racial 133
França
32, 49, 56, 75, 121, 127, 199, 203, 204, 259,
261, 350, 369, 374, 392

Fundo Mundial de Combate à Pobreza 49

G

G-20

30, 32, 50, 60, 77, 83, 85, 100, 105, 121, 123, 125, 141, 142, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 158, 161, 168, 195, 258, 259, 306, 310, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 340, 347, 355, 356, 357, 358, 360, 363, 366, 367, 371, 375, 376, 379, 380, 383, 384, 388, 389, 392, 393, 394

G-77 147, 148, 149, 174, 175, 393

G-90

141, 143, 144, 149, 153, 161, 333, 336, 393

Gabão 105, 321

Global Compact Leaders Summit 197, 200

Grupo do Rio

23, 24, 136, 137, 253, 254, 258, 267, 277, 290, 298, 299, 310, 320

Guatemala

253, 315, 316, 317, 319, 321, 384

Guiana

104, 141, 149, 153, 253, 261, 323, 332, 335, 336, 349

Guiné-Bissau

71, 234, 269, 272, 283, 304, 305

H

Haiti

78, 100, 109, 110, 111, 112, 123, 139, 140, 145, 182, 258, 277, 279, 310, 311, 331, 349, 387

I

IBAS Índia, Brasil e África do Sul

30, 32, 124, 127, 159, 170, 199, 260, 267, 268, 279

Igualdade racial 133, 296

Índia

27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 48, 50, 77, 78, 99, 100, 104, 107, 121, 123, 124, 127, 137, 142, 159, 163, 165, 170, 188, 195, 199, 205, 214, 215, 217, 255, 256, 260, 266, 268, 279, 293, 322, 324, 336, 357, 367, 371, 373, 374, 384, 386, 387, 388, 389, 392, 393

Indústria

34, 70, 114, 115, 129, 183, 187, 232, 261, 271, 274, 278, 282, 295, 297, 303, 307, 321, 341, 349, 389, 398

Infra-estrutura 232, 233, 264, 293, 348

Instituto Rio Branco - IRBr

73, 95, 98, 261, 268, 296, 303, 311, 316, 321

Integração regional

104, 122, 174, 214, 265, 279, 294, 312, 313, 316, 330

Iraque

43, 44, 74, 100, 112, 124, 277, 287, 297, 306, 350, 351, 387

Israel 167, 287, 299, 306, 325, 326

J

Japão

77, 164, 178, 256, 295, 296, 297, 298, 355, 358, 361, 362, 370, 392

L

Leste Europeu 325, 358

Líbano 59, 60, 105, 123, 163, 267, 276

Líbia 42, 43, 105, 123, 372, 373, 387

Liga dos Estados Árabes 324, 331

M

Marrocos

277, 280, 281, 303, 305, 306, 307

Mercado Comum e Comunidade do Caribe

CARICOM

123, 145, 253, 277, 287, 310

MERCOSUL

24, 27, 31, 32, 33, 35, 48, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 71, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 99, 100, 103, 104, 105, 122, 123, 143, 155, 163, 169, 174, 182, 184, 185, 188, 192, 195, 204, 214, 215, 217, 218, 221, 254, 258, 259, 263, 264, 265, 270, 272, 279, 284, 285, 286, 288, 292, 293, 294, 296, 300, 305, 306, 308, 310, 312, 315, 320, 324, 325, 330, 335, 342, 347, 348, 354, 355, 359, 366, 367, 368, 371, 374, 376, 379, 385, 386, 392

MERCOSUL-Comunidade Andina de Nações

288

Metas do Milênio

55, 75, 128, 164, 168, 171, 172, 199, 201

México

24, 25, 36, 53, 75, 123, 135, 136, 145, 165, 195, 205, 253, 256, 257, 278, 280, 290, 296, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 315, 318, 321, 325, 326, 333, 336, 353, 355, 360, 366, 369, 370, 374, 384, 386

Missão de paz no Haiti 139**Moçambique**

77, 105, 123, 234, 237, 239, 394

Multilateralismo 40, 135**N**

Namíbia 105, 123, 341, 345, 346, 347

Nova Agenda 135, 221, 278, 312, 313

Nova Zelândia 278, 322, 335, 358

O**Organização das Nações Unidas - ONU**

23, 25, 27, 30, 32, 33, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 56, 59, 60, 75, 78, 97, 100, 109, 110, 111, 112, 123, 124, 125, 127, 136, 137, 139, 145, 147, 148, 153, 155, 157, 160, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 182, 197, 198, 199, 200, 201, 253, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 277, 281, 285, 286, 287, 289, 293, 295, 298, 299, 300, 304, 305, 306, 309, 311, 314, 317, 319, 322, 326, 328, 329, 330, 333, 334, 340, 347, 348, 349, 350, 351, 358, 363, 372, 373, 374, 385, 387, 394, 396, 398

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

OTCA 272, 323, 324, 348, 351

Organização dos Estados Americanos OEA

111, 145, 258, 261, 262, 266, 277, 278, 280, 281, 287, 290, 291, 309, 310, 318, 319, 326, 330, 333, 334

Organização Mundial do Comércio OMC

23, 30, 32, 36, 66, 67, 75, 77, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 100, 105, 106, 121, 123, 125, 131, 141, 143, 149, 152, 153, 154, 155, 158, 161, 164, 178, 180, 199, 215, 216, 217, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 258, 266, 295, 298, 300, 306, 310, 317, 322, 323, 325, 331, 332, 333, 335, 36, 337, 340, 342, 343, 344, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 363, 370, 371, 373, 374, 375, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 386, 387, 393, 394, 395

Oriente Médio

60, 78, 97, 99, 100, 105, 107, 124, 163, 270, 276, 287, 297, 299, 306, 314, 325, 347

P**Países de Menor Desenvolvimento Relativo**

153, 154, 155, 179, 333

Palestina, Autoridade Nacional 325

Paquistão 32, 255, 322, 336

Paraguai

31, 35, 123, 142, 157, 166, 204, 214, 215, 218, 253, 263, 314, 315, 322, 336, 349, 367, 371

Peru

23, 24, 80, 81, 104, 122, 137, 163, 188, 253, 254, 262, 264, 265, 266, 267, 270, 271, 288, 289, 305, 323, 349

PETROBRAS

115, 116, 118, 119, 120, 129, 184, 366, 374, 399

Portugal

35, 69, 70, 71, 84, 145, 234, 266, 269, 270, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 318, 326, 333

Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente PNUMA 299, 300, 318

Propriedade intelectual

65, 66, 67, 89, 91, 92, 106, 160, 212, 214, 233, 359, 365, 374, 375

Protocolo contra a Fabricação e Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munição e Componentes 334

Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias 263

R**Rede Parlamentar de Países Membros do Banco Mundial** 55

Reino Unido 369, 374

República da Irlanda 135, 178, 296

República Democrática do Congo. 347

República Dominicana

111, 112, 169, 253, 320, 321, 331

Reunião Ministerial da OMC em Cancún

36, 83, 91, 121, 141, 151, 152, 153, 154, 158, 168, 333, 336, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 375, 379, 384, 389, 390

Rodada de Doha

48, 83, 85, 91, 93, 100, 105, 106, 121, 122, 125, 141, 142, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 161, 195, 258, 278, 298, 310, 320, 323, 330, 332, 335, 336, 337, 340, 343, 347, 348, 351, 353, 354, 355, 356, 357, 359, 360, 363, 375, 376, 379, 382, 384, 389, 390, 391, 392

Rússia

23, 36, 99, 107, 163, 188, 195, 270, 271, 358, 386, 392

S

Saara Ocidental 281, 306

São Tomé e Príncipe

71, 77, 105, 123, 156, 234, 269, 283, 338

Saúde

161, 263, 268, 275, 280, 284, 313, 324, 346, 355, 356

Segurança hemisférica 334

Segurança sanitária e fitossanitária 338

Seminário Brazil Meets Markets 187, 191

Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil
47

Síria 105, 123

Sistema de Integração Centro-Americana

319, 320

Sistema Global de Preferências Comerciais

143, 147, 148, 149, 155, 158, 173, 174, 175, 182, 338

Sri Lanka 257

Suécia 135, 211, 314

Suíça 223, 229, 231, 232

Suriname 80, 104, 323, 349

T

Tailândia

157, 181, 182, 251, 252, 256, 336, 338, 339, 340, 341

Temas culturais

30, 37, 70, 77, 80, 84, 100, 104, 118, 119, 120, 133, 134, 147, 148, 157, 163, 164, 167, 177, 183, 185, 203, 204, 205, 263, 264, 270, 274, 275, 277, 282, 284, 294, 295, 296, 298, 303, 307, 308, 319, 321, 328, 346, 362, 363, 371, 376, 378

Temas financeiros 69, 71, 199, 282

Terrorismo 333

Turquia 294, 295

U

União Aduaneira da África Austral SACU

105, 123, 347

União Européia

23, 34, 71, 75, 77, 78, 87, 91, 92, 93, 94, 100, 123, 130, 135, 136, 164, 169, 185, 195, 253, 257, 258, 270, 284, 285, 286, 293, 296, 304, 310, 312, 321, 322, 325, 335, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 369, 370, 374, 375, 378, 379, 381, 382, 384, 386, 387, 388, 390, 392, 394

Uruguai

31, 35, 75, 77, 123, 149, 157, 166, 214, 215, 220, 221, 223, 253, 263, 300, 304, 311, 312, 351, 354, 357, 358, 360

V

Venezuela

66, 67, 78, 80, 81, 123, 145, 163, 188, 253, 278, 280, 281, 288, 290, 305, 318, 319, 322, 323, 326, 333, 336, 349, 366, 368, 370, 381

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 94, 1º semestre de 2004

Ano 31

Capa

xxxxxxxxxxxxx

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

Número de páginas

406

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica do MRE

Acabamento

Gráfica do MRE